UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

A Câmara Municipal de Vila Rica e a consolidação das elites locais, 1711-1736

Luiz Alberto Ornellas Rezende

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Laura de Mello e Souza

Versão corrigida

São Paulo

2015

RESUMO

Esta dissertação tem como objetos centrais a Câmara Municipal de Vila Rica e as elites locais que controlaram suas prerrogativas, desde sua fundação em 1711, até as revoltas que ocorreram no sertão de Minas Gerais a partir de 1736. Analisa-se, ao longo de cinco capítulos, as estratégias usadas pelos dois grupos que controlaram as prerrogativas da instituição, um durante a década de 1710, outro durante as décadas de 1720 e 1730. A partir da observação das rotinas administrativas e das finanças locais, e do estudo da trajetória dos 520 indivíduos que exerceram funções na instituição durante o período estudado – especialmente dos 26 indivíduos mais influentes – constatou-se uma oscilação da jurisdição do poder local, vinculada a uma redução das prerrogativas da Câmara Municipal. Este movimento foi causado pelo aumento da pressão dos agentes do monarca sobre as elites locais institucionalizadas, e por uma mudança de estratégia destas elites a partir da repressão à Revolta de Vila Rica em 1720. Antes deste episódio, o grupo dominante local era mais resistente aos interesses do rei na região; depois de 1720, o novo grupo que assumiu o controle da política local adotou uma linha mais conciliadora em relação aos agentes régios. A consolidação das elites locais, a partir deste momento, esteve diretamente vinculada a uma diminuição da jurisdição dos poderes locais em relação ao poder central.

ABSTRACT

This dissertation has as central objects the Municipal Council of Vila Rica and the local elites who controlled their prerogatives, from its foundation in 1711 until the riots that occurred in the hinterland of Minas Gerais in 1736. Over five chapters, we analyze the strategies used by the two groups that controlled the prerogatives of the institution, one during the decade of 1710, the other during the decades of 1720 and 1730. From the observation of local administrative routines and the study of the trajectory of the 520 individuals working in the institution during the period studied – especially the 26 most influential individuals – it was found oscillation of the jurisdiction of local authorities, linked to a reduction of the prerogatives of the Municipal Council. This movement was caused by increased pressure of the king's agents on institutionalized local elites, and a change of strategy of these elites from the repression of Villa Rica Revolt in 1720. Before this episode, the dominant local group was more resistant to the king's interests in the region; after 1720, the new group who took control of the local policy chose a more conciliatory line in relation to the king's agents. The consolidation of the local elites, since the decade of 1720, was directly linked to their decreasing autonomy in relation to the central power.

SUMÁRIO

Agradecimentos	10
Introdução.....	13
Capítulo I - As câmaras municipais no início das Minas Gerais.....	21
1.1. Os primeiros tempos na região das minas	21
1.2. As câmaras municipais coloniais e na região das minas	31
1.3. Tendências historiográficas sobre os poderes locais	48
1.4. Soberania, negociação e prerrogativas do poder local.....	55
Capítulo II - O cotidiano da Câmara Municipal de Vila Rica	72
2.1. O cotidiano institucional	73
2.1.1. Fontes, organização e acesso ao cotidiano institucional	73
2.1.2. Composição institucional e importância do processo eleitoral.....	78
2.2. A classificação dos cargos da instituição.....	88
2.2.1. Os oficiais da câmara.....	89
2.2.2. Os funcionários da câmara.....	94
2.2.3. Almotaçaria	102
2.2.4. Alcaldaria.....	106
2.2.5. Juízo dos órfãos.....	107
2.2.6. Oficiais dos quintos	109
2.2.7. Oficiais de vintena.....	112
2.2.8. Juízo dos ofícios mecânicos.....	115
2.2.9. Contratadores	116
2.2.10. Outras funções	117
2.3. A classificação das rotinas administrativas da instituição.....	120
2.3.1. Introdução às reuniões da Câmara Municipal de Vila Rica	120
2.3.2. Plano de classificação das rotinas administrativas	124
2.4. Padrões de oscilação dos cargos e rotinas administrativas	133
Capítulo III - As receitas e as despesas da Câmara Municipal de Vila Rica	141
3.1. Introdução às receitas e despesas da Câmara Municipal de Vila Rica.....	142
3.1.1. A organização das fontes	142
3.1.2. Análise inicial dos dados.....	146
3.2. As receitas da Câmara Municipal de Vila Rica.....	149
3.2.1. Grandes rendas: aferição, meias patacas e carceragem.....	154
3.2.2. Pequenas rendas: ver e foros.....	160

3.2.3. Outras rendas	164
3.3. As despesas da Câmara Municipal de Vila Rica.....	166
3.3.1. Gastos com o rei.....	171
3.3.2. Despesas com a vila.....	175
3.4. As prioridades nos gastos, o estímulo às receitas.....	180
Capítulo IV - Os períodos administrativos da Câmara Municipal de Vila Rica	186
4.1. Os Períodos administrativos.....	187
4.1.1. Relações entre facções locais e agentes régios	187
4.1.2. Variações das cúpulas camarárias.....	189
4.1.3. O controle das câmaras municipais, os quintos e a consolidação das elites	192
4.2. O primeiro período administrativo	195
4.2.1. Os primeiros anos da instituição e o governo de Antônio de Albuquerque	196
4.2.2. Resistências durante o governo de Dom Brás Baltasar da Silveira	201
4.3. A Revolta de Vila Rica em 1720, um divisor de águas.....	213
4.3.1. O início do governo do Conde de Assumar	214
4.3.2. Os bastidores do levante de 1720.....	225
4.4. O segundo período administrativo	238
4.4.1. As consequências da repressão ao levante.....	239
4.4.2. O início das Casas de Fundição e as intervenções do ouvidor	247
4.4.3. Fim do governo de Dom Lourenço de Almeida e a capitação	253
Capítulo V - Os grupos locais e o controle institucional.....	270
5.1. Indivíduos e grupos	271
5.2. A dinâmica local dos poderes político e econômico	274
5.3. A disputa pela Câmara Municipal e os agentes régios.....	282
5.4. Os grupos, as trajetórias e os períodos de influência	286
5.4.1. Primeiro grupo e o entrincheiramento camarário.....	296
5.4.2. Segundo grupo e o alinhamento estratégico.....	303
5.4.3. O setor intermediário e o controle das prerrogativas da instituição.....	319
Considerações finais.....	329
Fontes.....	337
Bibliografia	348
Anexos.....	355

ABREVIATURAS

AHCSM: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

AHMI: Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência

AHU: Arquivo Histórico Ultramarino

MG: Avulsos da capitania de Minas Gerais

RJ: Avulsos da capitania do Rio de Janeiro

ANTT: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APM: Arquivo Público Mineiro

CC: Fundo Casa dos Contos

CMOP: Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto

SC: Fundo Seção Colonial

RAPM: Revista do Arquivo Público Mineiro

PESOS E MEDIDAS DE REFERÊNCIA

Arroba = 32 arráteis = 32 libras (portuguesas) = 14,688 kg

Braça = 10 palmos ou 2,2 metros

Côvado = 3 palmos ou 0,66 metros

Cruzado (em ouro) = 20 vinténs (em ouro), (937,5 réis a 1\$500 a oitava; \$750 a oitava)

Cruzado (moeda de conta) = 20 vinténs (moeda de conta) = 400 réis

Légua = 3.000 braças ou 6.600 metros

Libra (portuguesa) = Arrátel = 459 gramas

Oitava = 3,586 gramas de ouro = 1\$500 durante a Capitação; 1\$200 (em pó) durante o funcionamento das Casas de Fundição e 1\$500 (em barra, após quintadas)

Onça = 8 oitavas = 28,691 gramas

Palmo = 22 centímetros

Quintal = 4 arrobas = 58,752 kg

Vara = cinco palmos ou 1,1 metros

Vintém (em ouro) = 1/32 oitavas (46,875 réis a 1\$500 a oitava; 37,5 réis a 1\$200 a oitava)

Vintém (moeda de conta) = 20 réis

Obs.: para explicação detalhada de cada um dos pesos e medidas citados acima, e para outras unidades não utilizadas nesta pesquisa ver CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007. p. 71-75.

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Gráfico 1 - Reuniões e assuntos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1736

Gráfico 2 - Concentração das reuniões da Câmara Municipal de Vila Rica nos dias da semana, 1711-1736

Gráfico 3 - Distribuição de assuntos da Câmara Municipal de Vila Rica em meses, 1711-1736

Gráfico 4 - Rotinas administrativas e eventos na Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1736

Gráfico 5 - Rotinas internas da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1736

Gráfico 6 - Rotinas externas da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1736

Gráfico 7 - Variação das discussões sobre as receitas da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1736

Gráfico 8 - Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Vila Rica, 1721-1736

Gráfico 9 - Valor de arrematação das grandes rendas da Câmara Municipal de Vila Rica, 1721-1736

Gráfico 10 - Saldos anuais da Câmara Municipal de Vila Rica, 1721-1736

Gráfico 11 - Comparação entre despesas da Câmara Municipal de Vila Rica, 1721-1736

Gráfico 12 - Comparação entre principais gastos com a vila da Câmara Municipal de Vila Rica, 1721-1736

Gráfico 13 - Experiência das cúpulas camarárias de Vila Rica, 1711-1736

Gráfico 14 - Influência dos ocupantes de postos camarários até 1736 na Câmara Municipal de Vila Rica entre 1737 e 1780

ÍNDICE DOS QUADROS

- Quadro 1 - Plano de classificação dos cargos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1736
- Quadro 2 - Plano de classificação dos assuntos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1736
- Quadro 3 - Organização das rendas da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1736
- Quadro 4 - Organização das despesas da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1736

ÍNDICE DAS TABELAS

- Tabela 1 - Inventário de livros do arquivo da Câmara Municipal de Vila Rica feita por escrivão da câmara em 1730
- Tabela 2 - Cobradores eleitos para arrecadar os quintos em Vila Rica, 1715, 1717 e 1718
- Tabela 3 - Detalhamento das receitas e despesas da Câmara Municipal de Vila Rica, 1721-1736
- Tabela 4 - Detalhamento do valor de arrematação ou arrecadação das rendas da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1736
- Tabela 5 - Valor, contratadores e fiadores das grandes rendas (aferição, meia pataca e carceragem) da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1736
- Tabela 6 - Valor, cobradores e funções das pequenas rendas (ver e foros) da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1736
- Tabela 7 - Despesas com o rei, contabilizadas a partir dos livros de receitas e despesas da Câmara Municipal de Vila Rica, 1721-1736
- Tabela 8 - Despesas da Câmara Municipal de Vila Rica com o rei, contabilizadas a partir da lista confeccionada em 1736, 1721-1736
- Tabela 9 - Despesas da Câmara Municipal de Vila Rica com a vila, 1721-1736
- Tabela 10 - Gastos da Câmara Municipal com o Real Serviço de acordo com a lista elaborada pelo escrivão da câmara em 1736, 1721-1736
- Tabela 11 - Gastos da Câmara Municipal com o Real Serviço em comparação com o total gasto e arrecadado, 1721-1736
- Tabela 12 - Ocupação dos homens ricos do termo de Vila Rica em 1756
- Tabela 13 - Localização da moradia dos homens ricos do termo de Vila Rica em 1756
- Tabela 14 - Residência dos homens ricos mineradores do termo de Vila Rica em 1756
- Tabela 15 - Residência dos homens ricos negociantes do termo de Vila Rica em 1756
- Tabela 16 - Concentração de indivíduos em funções influentes na Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1736

Tabela 17 - Homens com maiores mandatos na Câmara Municipal de Vila Rica exercidos exclusivamente antes da Revolta de 1720

Tabela 18 - Homens com maiores mandatos na Câmara Municipal de Vila Rica exercidos exclusivamente após a Revolta de 1720

Tabela 19 - Homens com maiores mandatos na Câmara Municipal de Vila Rica exercidos antes e depois da Revolta de 1720

Tabela 20 - Padrão de ocupação dos cargos da cúpula camarária de Vila Rica, 1711-1736

ÍNDICE DOS ANEXOS

Anexo 1 - Lista de todos os indivíduos citados nas atas, correspondências e livros de receitas e despesas da Câmara Municipal de Vila Rica, com histórico de ocupações de 1711 até 1736

Anexo 2 - Lista de ouvidores da comarca de Vila Rica, 1711 até 1736

Anexo 3 - Lista de oficiais da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711 até 1736

Anexo 4 - Lista de escrivães da câmara Municipal de Vila Rica, 1711 até 1736

Anexo 5 - Lista de tesoureiros da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711 até 1736

Anexo 6 - Lista de almotacés de Vila Rica, 1711 até 1736

Anexo 7 - Lista de escrivães da almotaçaria de Vila Rica, 1711 até 1736

Anexo 8 - Lista de representantes dos ofícios mecânicos na Câmara Municipal de Vila Rica, 1711 até 1736

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas deram contribuições fundamentais para a realização deste trabalho, seja auxiliando diretamente na realização da pesquisa, seja fornecendo os meios materiais ou colocando-se como interlocutoras nos debates em torno de um interesse profundo que me levou a empreender este trabalho: o interesse pelas relações entre política e economia. O mais adequado seria iniciar estes agradecimentos partindo das auxílios mais gerais rumo aos mais específicos, seguindo, sempre que possível, uma ordem cronológica.

Desta forma, começo agradecendo aos meus pais, Carlos Alberto e Carla Maria, pelo apoio incondicional, pelas orientações ao longo de toda a trajetória e também pelo auxílio material, presente sempre que necessário, sem o qual teria sido inviável a mudança para São Paulo durante a graduação e a dedicação à pesquisa. Agradeço ainda ao meu pai pelas incansáveis discussões relacionadas à política e economia, sem elas, que estiveram presentes desde muito cedo, dificilmente me interessaria por estes temas, e provavelmente não seria uma preocupação entender a relação entre eles no alvorecer do século XVIII no centro das Minas Gerais. Agradeço também a Mariana, minha companheira, que tem estado ao meu lado ao longo desta trajetória, pelo apoio e pelas inúmeras horas que dedicou auxiliando-me a revisar o texto, ouvindo os problemas inerentes à pesquisa e sugerindo novos caminhos.

Devo agradecer a Rogério Rezende Pinto, professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, pelas aulas e pelo exemplo que foram decisivos na escolha da profissão. Em seguida, pela oportunidade de estagiar ao seu lado como auxiliar de pesquisa durante o desenvolvimento de seu Mestrado, o que me permitiu, desde o início da graduação, acompanhar o desenvolvimento de uma pesquisa nos arquivos, e me despertou o apresso pelos detalhes e pela precisão. Agradeço ainda ao professor Rogério por ter estado presente desde então, sempre disposto a ajudar com conselhos na área acadêmica e no ensino.

Agradeço ao professor Galba Di Mambro pela oportunidade de estagiar no Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora e pelas aulas de metodologia de pesquisa que continuam a ser muito úteis. Agradeço, também, ao professor Marcos Olender e a todos os pesquisadores ligados ao Programa de Estudos e Revitalização da Memória Arquitetônica e Artística (Permeiar), pela oportunidade de estágio que me possibilitou conhecer algumas cidades mineiras e de desenvolver algumas habilidades que foram fundamentais para a realização deste trabalho, dentro e fora dos arquivos.

Vinculados diretamente a esta pesquisa, em Juiz de Fora, agradeço ao professor Angelo Alves Carrara, que soube conduzir meu interesse pela história política para um objeto

extremamente relevante que é a Câmara Municipal de Vila Rica. Agradeço também por todo apoio e atenção que tem dado em relação à execução do projeto. Suas orientações tem sido vitais, da sugestão do tema até a conclusão deste trabalho, passando pela elaboração dos projetos de Iniciação Científica e Mestrado e pela ajuda acadêmica na difícil transição para São Paulo, e também pela sua participação na banca de defesa deste trabalho. Devo agradecer, também, ao Grupo de Pesquisa em História Econômica Quantitativa e Georreferenciada (HQG-UFJF), coordenado pelo professor Angelo, pelo auxílio na digitalização de parte da documentação da Câmara Municipal de Vila Rica, hoje online no site do Arquivo Público Mineiro, mas no início desta pesquisa disponível apenas em microfilmes.

Na Universidade de São Paulo, agradeço à professora Iris Kantor, pela participação na banca de defesa deste trabalho e pela dedicação e paciência com que orientou, a partir de 2010, a continuidade da Iniciação Científica começada na Universidade Federal de Juiz de Fora. A necessidade de readequar o projeto, aos moldes da FAPESP, exigiu um esforço em um momento delicado, de muitas dúvidas e dificuldades, e Iris soube ser paciente, se dispondo a ler inúmeras vezes a proposta até que estivesse adequada. Agradeço, ainda, por toda ajuda na transição para o Mestrado e na leitura atenta do projeto.

À professora Laura de Mello e Souza agradeço, em primeiro lugar, por aceitar orientar o projeto durante o Mestrado e, em seguida, pela orientação exemplar, marcada desde o princípio pelo debate, pela liberdade e pelo respeito com que trata seus orientandos e, principalmente, pelo rigor científico evidenciado nas leituras atentas das versões preliminares de cada um dos capítulos desta dissertação e pelas inúmeras correções, igualmente detalhadas, que deram outra forma aos resultados aqui apresentados.

Agradeço, também, à professora Maria Aparecida de Menezes Borrego e Aldair Carlos Rodrigues pela participação na banca de qualificação e pelas intervenções que fizeram naquela ocasião, algumas foram fundamentais para se alcançar os resultados aqui apresentados. Ao Aldair agradeço, também, pelas informações e orientações posteriores relacionadas aos arquivos e ao acompanhamento das trajetórias de alguns dos oficiais camarários, dados que foram úteis agora e continuarão a ser nas pesquisas futuras.

Agradeço também aos professores que ministraram disciplinas no Mestrado, além da orientadora Laura de Mello e Souza, a Dário Horácio Gutiérrez Gallardo por todo o auxílio teórico relacionado à parte de quantificação contida neste trabalho e pelo aprimoramento dos conhecimentos relativos à elaboração dos bancos de dados. E ao professor Alexandre de Freitas Barbosa, pelos debates em torno das obras de Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, cujas abordagens não aparecem explicitamente neste trabalho, mas

certamente influenciaram decisivamente minha compreensão sobre as relações entre poder econômico e poder político, que constituem a base deste trabalho.

Agradeço ao colega de orientação Tarcísio de Souza Gaspar, por todas as ideias, textos e documentos que compartilhou e que ampliaram minha visão sobre as elites locais mineiras do início do século XVIII e sobre o papel das câmaras municipais. Há outros colegas a quem devo agradecer, que estiveram e ainda estão próximos e que contribuíram, seja através da leitura preliminar do projeto e dos capítulos, seja através das discussões de temas correlatos, como Fernando. V. Aguiar Ribeiro, Thiago Alves Dias, Adalberto de Carvalho Graciano, Victor Bertocchi Ferreira, Valter Lenine Fernandes, Bruno Lunguinho e ainda aos colegas do Conselho Editorial da Revista *Angelus Novus* – organizada pelos pós-graduandos em História Social e História Econômica da Universidade de São Paulo – e aos colegas da Revista *Escrita da História*.

Outros professores contribuíram com críticas e sugestões em alguns eventos que participei ao longo da pesquisa. Agradeço às intervenções do professor Álvaro de Araújo Antunes durante a apresentação da pesquisa no Encontro Regional da ANPUH de Minas Gerais em 2012, realizado em Mariana - MG; às intervenções da professora Maria Fernanda Bicalho, do professor George Félix Cabral de Souza e do professor Carlos Gabriel Guimarães no IV Encontro Internacional de História Colonial realizado em 2012 em Belém – PA; e às contribuições de Rodrigo Monteferrante Ricupero e Maximiliano Mac Menz no Encontro Nacional da ANPUH em Natal – RN, realizado em 2013. Ainda ao professor Rodrigo Ricupero, agradeço pela participação na banca de defesa deste trabalho.

Finalmente, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo financiamento que tem dado a este projeto, tanto durante a Iniciação Científica (2010-2011), quanto ao longo de dois anos no Mestrado (2012-2014). Sem estes recursos não teria sido possível me dedicar integralmente à pesquisa durante a vigência da bolsa e, sem dúvida, os resultados teriam sido mais limitados. Agradeço também a todos os trabalhadores dos arquivos e outras instituições que visitei e consultei, pois, sem o esforço cotidiano destas pessoas em organizar e tornar acessível a documentação, este trabalho não seria possível.

Por fim, devo ressaltar que, apesar de ter tido o privilégio de contar com toda a ajuda de todos os especialistas listados acima, a responsabilidade pelo erros e imprecisões que, eventualmente, podem estar presentes neste trabalho é inteiramente do autor.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho será estudada a Câmara Municipal de Vila Rica e os indivíduos que nela exerceram alguma função de 1711, ano em que foi fundada, até 1736. O desafio dessa proposta é o de tentar conciliar, de um lado, o estudo institucional e, de outro, o estudo dos agentes que, apesar de limitados, agiam e faziam sua história. O espaço onde a estrutura institucional encontra as trajetórias dos indivíduos e grupos é o cotidiano administrativo, do qual nos aproximamos pelos registros parciais contidos nas atas, nos livros de receitas e despesas e, principalmente, nas correspondências da instituição.

Embora a preocupação maior deste trabalho seja com os aspectos políticos e administrativos presentes no cotidiano, tanto na ação dos indivíduos e grupos, quanto na estrutura institucional, não foram negligenciados os aspectos sociais nem os econômicos, por acreditarmos que a análise da conjuntura econômica a curto prazo – em especial dos impactos financeiros nas contas da instituição – auxilia de forma significativa a compreensão da conjuntura política e os eventos a ela vinculados.¹

O marco inicial da pesquisa, 1711, foi definido em função da criação da Câmara Municipal de Vila Rica, que ocorreu em 8 de julho do mesmo ano. O evento não foi isolado, mas parte de uma política régia de institucionalização e consequente controle das elites locais, agitadas, internamente, pela Guerra dos Emboabas – série de conflitos entre paulistas e emboabas ocorridos na região das minas no final da primeira década do século XVIII – e, externamente, pela ameaça francesa, que havia atacado, sem sucesso, o Rio de Janeiro, em 1710, e atacaria novamente a mesma localidade, com sucesso, no segundo semestre de 1711.

A definição do marco final da pesquisa foi tarefa mais complexa. Se 1711 representou uma primeira ação concreta e bem sucedida, por parte dos agentes régios, no sentido de limitar os potentados locais, 1736 parece ter sido o momento em que o poder local se consolidou na região, isto é, conseguiu eliminar ameaças significativas que, por ventura, ainda existisse nos confins da capitania.² O ano de 1736 significou, também, do ponto de vista externo, o despertar consciente, por parte dos homens próximos ao monarca, de que o futuro

¹ MAURO, Frédéric. *Nova História e Novo Mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1969. p. 21-22.

² Esta opinião é compartilhada por diversos de autores, como Maria Verônica Campos, Joaquim Romero Magalhães, Laura de Mello e Souza, entre outros. Cf. CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros. De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado, 1693-1737*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 1999. p. 25; SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 83-110; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011. p. 25.

do Império português dependia, irremediavelmente, da América e do ouro brasileiro. Exemplo disso foi a sugestão do diplomata lusitano D. Luís da Cunha – que atuou em algumas das principais cidades europeias, como Londres, Madrid, Haia e Paris – ao rei, para que mudasse a capital do Império português para a América, assumindo o título de “Imperador do Ocidente”, fixando residência no Rio de Janeiro, que se tornaria, pouco tempo depois, o centro urbano mais opulento de todo o Império.³

É certo que o poder régio consolidou-se na região em 1736 também em função da repressão bem sucedida aos levantes ocorridos no sertão da capitania de Minas Gerais. Contudo, em 1720, a igualmente bem sucedida repressão à revolta articulada por parte da cúpula camarária de Vila Rica, capitaneada pelo então governador Dom Pedro de Almeida Portugal, o Conde de Assumar, marcou o momento em que, aparentemente, os interesses do monarca passaram a predominar sobre os interesses das elites locais. Em outras palavras, as consequências da repressão ao levante colocaram os agentes régios locais no centro do equilíbrio político da região; passaram a ser, a partir de 1720, definitivamente, os polarizadores dos poderes locais. A partir da década de 1720, tornou-se muito difícil permanecer à frente das câmaras municipais – em especial na de Vila Rica – sem que se fosse aliado, ao menos, do governador.

A consolidação do poder régio na região é vista neste trabalho como um processo, que se tornou cada vez mais intenso a partir de 1720, e que ocorreu simultaneamente e em profunda interação com a consolidação de uma parcela das elites locais, a parcela alinhada aos interesses do monarca, representados pelos agentes régios. Portanto, ao se estudar o cotidiano administrativo da Câmara Municipal de Vila Rica e o modo como seus componentes interagiam, tanto com a instituição, quanto com os agentes régios, pretende-se agrupar os indivíduos e perceber a existência de facções, com interesses próprios e um modo característico de interagir com os agentes régios.

Parece que a Câmara Municipal de Vila Rica, enquanto espaço institucional, cumpria duas funções estratégicas: por parte do rei, era fundamental, pois criava um canal oficial de comunicação direta com o monarca e, a longo prazo, institucionalizava as elites, isto é, as trazia para um local cuja estrutura previa incursões frequentes e profundas de seus agentes locais – governador e, principalmente, ouvidor – que agiam de acordo com a conveniência; por

³ Nesta data foi feito, a pedido do monarca, a revisão do “Regimento dos Guardas-mores e Superintendente das Minas Gerais”, por se alegar que o documento havia sido feito em 1702, momento em que a região se achava “em diferente forma”, o que reforça a ideia de que a correlação de forças na capitania, em meados da década de 1730, era muito mais favorável ao poder central do que no início da ocupação do território das minas pelos paulistas e emboabas. Cf. MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011. p. 153.

parte das elites locais, o espaço institucional possibilitava, de um lado, o serviço ao monarca e, em teoria, um aumento das possibilidades de recebimento de mercês e, por outro – que parece ter sido predominante na região das minas⁴ – a possibilidade de controlar as prerrogativas da instituição, ou seja, tanto as rotinas internas, mais burocráticas, quanto aquelas externas, ligadas ao cotidiano da vila, que incluíam, em sua quase totalidade, assuntos que só importavam aos habitantes da localidade – como preço de carne e mantimentos, regulação de posturas municipais, realização de festas, entres outros, mas também incluíam assuntos estratégicos, tanto para o monarca quanto para os potentados locais, como a arrecadação dos quintos.

Desta forma, controlar as prerrogativas da instituição, ao menos a partir de 1714 – quando começa de fato a se tratar de assuntos relevantes, como os quintos –, passou a ser essencial para a facção da elite local que pretendia consolidar seu poder na região. O controle sobre as prerrogativas da instituição, como será visto, poderia ser feito de forma direta, isto é, por uma elite política local, ou de forma indireta, por uma elite econômica da localidade. Ambas, controlando a instituição, cada qual a seu modo, conseguiam consolidar seu poder no local. O que mudou a partir de 1720 foi o aumento da pressão dos agentes régios sobre a instituição – fruto de uma correlação de forças cada vez mais favorável aos interesses do monarca – e, ao que parece, a impossibilidade, para as facções locais, de consolidar seu poder contrariando os agentes régios.⁵

O período abarcado por este estudo foi aquele em que ocorreram a maior parte dos motins vivenciados na região aurífera, ao longo do século XVIII, contabilizando-se quarenta e seis de 1694 até 1736. Destes, dezesseis ocorreram durante o governo do Conde de Assumar, entre 1717 e 1721.⁶ Estas agitações concentraram-se, portanto, no momento em que tanto uma facção da elite local, quanto o poder régio, consolidavam seu poder na região.

⁴ Assim nos parece pois concordamos com Laura de Mello e Souza quando afirma que a consolidação da sociedade mineira deu-se com outros traços, distintos daqueles presentes no reino. Para a historiadora, nobreza e fidalguia não faziam muito sentido na região aurífera, que em função do ouro, mas também pela fragilidade do passado coletivo, vivenciou-se o surgimento de outros elementos que influenciaram a divisão de classes, constituídas com base mais no dinheiro do que em outros valores comuns ao Antigo Regime. Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 181.

⁵ A ideia de que os potentados, cada vez mais, não se chocaram com o Estado, mas foram cooptados por ele, está presente em: BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986. p. 97-98.

⁶ FURTADO, João Pinto. “Viva o rei, viva o povo e morra o governador”: tensão política e práticas de governo nas Minas dos Setecentos”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2005. p. 409; CASTRO, João Henrique Ferreira de. *A repressão a Revolta de Vila Rica de 1720*.

Há quem entenda que a consolidação do poder régio na região – que não é, propriamente, o foco desse estudo, mas que interessa por se relacionar diretamente à consolidação do poder de uma parcela das elites locais – deu-se após a revolta de 1720 em Vila Rica, como Donald Ramos; e há ainda, quem defenda que o processo só foi concluído em 1748, com a edificação do palácio do governador.⁷ Entendemos que 1720 marca uma inversão na correlação de forças, que passa a ser mais favorável aos agentes régios, e que a construção do palácio, em 1748, apesar de importante, é um símbolo de um poder que já vinha sendo exercido, de modo hegemônico e polarizador da política local, desde ao menos o início da década de 1720.

A lógica de consolidação das elites, observada por Rodrigo Ricupero para os séculos XVI e XVII no nordeste brasileiro, parece ter sido válida também para a região aurífera nas primeiras décadas do século XVIII: a participação no governo local permitia a consolidação de um patrimônio acumulado em outras atividades (no caso a mineração) e atendia ao projeto colonizador; por fim, controlando o espaço institucional, os grupos locais passavam a determinar seu preenchimento de modo a prolongar seu poder.⁸ Guardadas as devidas proporções, a formação das elites mineiras, em linhas gerais, percorreu caminhos semelhantes às das outras regiões da colônia, mas difere principalmente por se dispor do ouro e, conseqüentemente, de um poder de compra instantâneo. Apesar disso, os meios de consolidar seu poder, ao longo do século XVIII, parecem ter sido semelhantes aos das elites do açúcar.

É necessário elaborar algumas advertências antes de anunciar o conteúdo de cada um dos cinco capítulos que integram este trabalho. A primeira advertência refere-se à compreensão que adotamos do termo “elite”. Há outros autores como António Manuel Hespanha que, ao fazerem uma análise em microescala, sentem a necessidade de rever alguns conceitos como o de “elites”, alargando-o demasiadamente, relativizando-o.⁹ A compreensão que temos de “elite”, e que adotamos como referência neste trabalho, é a de um reduzido

Perdão e Punição sob ótica da justiça no Império Ultramarino Português. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. p. 15.

⁷ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica Colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume & FAPESP, 2004. p. 22-23; RAMOS, Donald. *A Social History of Ouro Preto: stress of dynamic urbanization in Colonial Brazil, 1695-1726*. Tese de Doutorado. University of Florida, 1972. SOUZA, Maria Elisa de Campos. *Relações de poder, justiça e administração em Minas Gerais no setecentos – A Comarca de Vila Rica do Ouro Preto: 1711-1752*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2000. p. 113.

⁸ RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial, Brasil, c. 1530 - c. 1630*. São Paulo: Alameda, 2008. p. 23, 27.

⁹ HESPANHA, António Manuel. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 73-74.

grupo, influente em determinada localidade, que se destaca pela riqueza, pela importância política ou pelos dois elementos. Sendo assim, admite-se uma elite econômica e uma elite política, que estão, no caso de Vila Rica, profundamente relacionadas, e agem cada uma a seu modo – a primeira nos bastidores do poder local, a segunda no comando direto da Câmara Municipal.

A segunda advertência refere-se aos métodos utilizados para a constituição de dois bancos de dados, que nos orientaram ao longo de toda a pesquisa e que estão parcialmente reproduzidos nos anexos desta dissertação. O primeiro deles reúne as informações sobre as reuniões da Câmara Municipal de Vila Rica – as vereações –, e indicam, além da data dos encontros, os assuntos discutidos – classificados de acordo com o *plano de classificação*, apresentado no Capítulo II – e uma breve ementa. O segundo banco de dados reúne informações das mais diferentes fontes consultadas – e não só das atas, como o anterior – e dedica-se a registrar todas as informações possíveis sobre os mais de quinhentos indivíduos que envolveram-se com a instituição de 1711 até 1736.

Quanto ao método utilizado no primeiro banco de dados sobre as vereações, é necessário destacar alguns pontos: 1) tentou-se, sempre que possível, seguir a lógica de organização das atas; 2) foi comum encontrar uma ou mais reuniões sendo realizadas no mesmo dia, indicadas pelo termo “[...] e logo no mesmo dia, mês e ano [...]”, nestes casos, embora não fossem comuns os termos de abertura de nova reunião, consideramos como um novo encontro; 3) para quantificar os assuntos, elaborou-se um *plano de classificação* e, através dele, buscou-se generalizar os temas, tanto quanto possível, para efeito de contagem, por exemplo, diante da eleição inicial dos oficiais camarários – dois juizes ordinários, três vereadores e um procurador – considerou-se apenas um assunto, eleição, e não seis assuntos relativos cada qual a um cargo. Contudo, se algum destes foi empossado em outra reunião, ainda que sozinho, consideramos um novo debate sobre a eleição. O mesmo princípio foi adotado para todos os assuntos, por entender que a lógica da instituição era esta, do ponto de vista das rotinas administrativas, tanto fazia empossar um ou dez, como no caso dos juizes de ofício, que assumiam os cargos normalmente em grupo. Trata-se de uma opção que prioriza a manutenção da lógica dos registros das rotinas administrativas.

Ainda quanto ao método utilizado no primeiro banco de dados, deve-se destacar que houve alguns anos com lacunas consideráveis que, em alguns casos, podem afetar os resultados finais e precisam ser levadas em conta. Além da grande lacuna entre 30 de janeiro de 1726 e 2 de setembro de 1731, em função da ausência do quarto livro de atas da Câmara Municipal de Vila Rica, tantas vezes citada ao longo desse trabalho, há outra lacuna menor, a passagem do primeiro livro de atas, que termina em 28 de março de 1716, para o segundo

livro de atas, que começa em 21 de julho de 1716, portanto, quase quatro meses de ausência de registros. As lacunas na transição entre livros são comuns em função da tendência de deterioração das folhas de fora dos livros de atas, portanto, as páginas iniciais e finais, que ficam mais expostas. Restaram, em 1716, oito meses com registros completos, mas, como os meses de abril, maio, junho e parte de julho não concentraram, nos outros anos, muitas reuniões, é de se esperar que não tenham sido perdidos muitos registros.

Quanto às advertências necessárias relativas à elaboração do segundo banco de dados, em que foram registradas todas as informações possíveis dos mais de quinhentos indivíduos que passaram pela instituição – como patentes e cargos assumidos na Câmara Municipal – tomou-se o cuidado de assinalar funções secundárias – como porteiro, almotacé, procurador em juntas, provedor dos quintos, entre outras, respeitando a indicação por anos, além de outras informações relevantes que eram citadas parcialmente e com menor frequência, como patentes, local de moradia, atividade econômica e vinculação política com outros indivíduos.

Quanto ao conteúdo deste trabalho, foi dividido em cinco capítulos. O primeiro deles, intitulado “As câmaras municipais no início das Minas Gerais”, é um texto introdutório, que apresenta, de modo sumário, as agitações ocorridas nos primeiros anos de ocupação da região das minas por paulistas e emboabas e as características mais gerais das câmaras municipais instaladas na região das minas, em comparação às congêneres de outras regiões da colônia e da metrópole; em seguida, encerra-se o primeiro capítulo apresentando, também de modo sumário, as principais tendências historiográficas sobre os poderes locais na colônia, posicionando este trabalho nesse contexto e, ainda, desenvolve-se, dialogando com essa historiografia, a abordagem sobre três categorias elementares no estudo dos poderes locais: a soberania, exercida pelo poder central, muitas vezes deixada em segundo plano pela produção historiográfica; a ideia de negociação que, a nosso ver, não exclui a exploração, mas, sendo uma negociação desigual, torna-se o meio pelo qual a exploração se realiza; e a ideia de autonomia, ou liberdade limitada concedida pelo centro à periferia, que, parece-nos, esconde um movimento mais profundo de oscilação de jurisdição dos poderes locais, percebidas pelo aumento ou redução das prerrogativas das câmaras municipais coloniais.

O segundo capítulo recebe o título de “O cotidiano da Câmara Municipal de Vila Rica”, e apresenta, em linhas gerais, os detalhes diários do funcionamento da instituição. Primeiramente, são apresentadas as fontes que, sistematizadas, permitiram a aproximação com as rotinas dos oficiais camarários. Em seguida, detalha-se a composição da instituição e os procedimentos eleitorais, fundamentais para se entender as formas de interferência dos agentes régios sobre a cúpula da instituição local. Depois, são descritos os principais ofícios da instituição, seguindo a organização estabelecida durante a confecção dos bancos de dados e

também a organização dos pontos de pauta da instituição, de acordo com o *plano de classificação dos assuntos da Câmara Municipal de Vila Rica*. O capítulo é encerrado com o cruzamento das oscilações dos ofícios e dos pontos de pauta, que revelam indícios de dois tipos de administração local, um antes e outro depois de 1720.

Ao longo do terceiro capítulo, intitulado “As receitas e as despesas da Câmara Municipal de Vila Rica”, são analisadas as oscilações financeiras da instituição, com o objetivo de complementar e aprofundar as oscilações dos ofícios e pautas estudados no capítulo anterior. Inicialmente, são apresentadas as fontes financeiras utilizadas e sua disposição nos arquivos, bem como os métodos usados para desenvolver a análise. Em seguida, passa-se à sistematização das receitas, divididas em grandes – normalmente arrematadas a terceiros – e pequenas – cobradas quase sempre por funcionários da Câmara Municipal; e à sistematização das despesas, divididas entre gastos com o monarca e gastos com a administração da vila. Por fim, conclui-se que havia uma prioridade nos gastos, primeiro com o rei, depois com os próprios oficiais e, por fim, outros gastos com a vila, como as obras públicas.

O quarto capítulo recebeu o título de “Os períodos administrativos da Câmara Municipal de Vila Rica”, e, de certo modo, reúne as oscilações dos ofícios, das pautas e das finanças da instituição, vistas nos capítulos anteriores, cuja análise permitiu elaborar a ideia de *períodos administrativos*, isto é, momentos em que a instituição esteve sob a administração de um grupo, com interesses próprios, com um modo peculiar de conduzir a instituição e com uma estratégia bem definida ao se relacionar com os agentes régios. O capítulo é iniciado com uma análise sobre as facções locais e suas relações com os agentes régios, com uma análise da variação das cúpulas camarárias anuais e, ainda, com uma análise dos mecanismos de controle sobre a instituição local, tanto das elites locais quanto dos agentes régios. Em seguida, são analisadas as bases de dois *períodos administrativos* existentes na Câmara Municipal de Vila Rica, o primeiro de 1711 até 1720, em que os oficiais camarários procuram resistir às investidas dos agentes régios sobre a instituição; e o segundo, de 1721 até 1736, em que outros oficiais camarários apresentam outra estratégia, e permanecem mais alinhados, principalmente ao governador.

O quinto e último capítulo recebe o título de “Os grupos locais e o controle institucional”, nele procurou-se desenvolver a análise prosopográfica da elite política de Vila Rica, isto é, aqueles indivíduos que, tanto antes quanto depois de 1720, controlaram as prerrogativas da Câmara Municipal de forma direta, exercendo, por ao menos três mandatos, postos considerados de grande influência. O capítulo é iniciado com um posicionamento a respeito das análises que envolvem indivíduos e grupos, onde procura-se reforçar a necessidade de um estudo que equilibre as partes, sem serem desprezadas as trajetórias

individuais e, ao mesmo tempo, sem negar a existência de grupos e classes sociais. Passa-se, em seguida, à análise da dinâmica local dos poderes político e econômico e de como estes interagiam entre si e com os agentes régios, buscando o controle das prerrogativas da Câmara Municipal. Esta elite política, quase sempre submetida aos interesses de uma elite econômica, dividia-se em dois grupos, analisados na última parte do capítulo: o primeiro, que dominou a instituição até à Revolta de 1720; o segundo, após o episódio. Havia, ainda, um pequeno setor intermediário, que conseguiu transitar entre os dois momentos, embora tenha sido mais influente durante as décadas de 1720 e 1730.

Como é possível observar, a condução dos cinco capítulos parte do mais geral – isto é, o contexto em que a Câmara Municipal de Vila Rica foi instalada e em que as facções das elites locais travaram disputas pelo controle das prerrogativas da instituição e consequente busca pela consolidação de seu poder, para o mais específico, a trajetória do que definimos como elite política local. No centro, três capítulos em que se estuda, de um lado, o cotidiano administrativo, as pautas, a oscilação dos quadros dirigentes, de outro as oscilações financeiras e a prioridade nos gastos locais. Por fim, vê-se o cruzamento de todas estas oscilações, relacionadas à conjuntura vivida em todo o Império português, de maior pressão da metrópole sobre as colônias, principalmente sobre a América portuguesa.

CAPÍTULO I - AS CÂMARAS MUNICIPAIS NO INÍCIO DAS MINAS GERAIS

As primeiras câmaras municipais instaladas na região das minas em 1711, apesar de seguirem o modelo das suas congêneres metropolitanas, transformaram-se rapidamente em função das peculiaridades dos territórios que deveriam administrar. Antes de estudarmos o cotidiano político e administrativo de uma destas instituições, instalada no centro político e econômico da região aurífera, são necessários alguns passos preliminares, e é este o objetivo deste primeiro capítulo.

Inicia-se este tópico introdutório com uma síntese dos primeiros tempos na região dos descobrimentos auríferos, quando não havia instituições representativas locais e predominava o poder de alguns potentados. Em seguida, passa-se à análise sumária dos principais impactos da exploração aurífera, tanto dentro da colônia, quanto em todo o Império português. O próximo passo limita-se a analisar os objetivos que normalmente levavam o monarca a autorizar a instalação das câmaras municipais em território colonial e as especificidades da aplicação desta política à região das minas. Por fim, trata-se das diferentes abordagens historiográficas em torno do papel destas instituições em relação às elites locais e ao rei.

1.1. Os primeiros tempos na região das minas

O século XVIII começou promissor para o Império português. O anúncio dos descobrimentos auríferos no interior da América portuguesa atrairia rapidamente milhares de pessoas de todas as regiões da colônia e da metrópole para a região e causaria um desequilíbrio sem precedentes. Até então, o Brasil era uma colônia constituída, em sua maioria, por uma população concentrada no litoral, em torno das áreas produtoras de açúcar. A região das minas transformar-se-ia, em poucas décadas, no local economicamente mais importante de todo o Império português.

A busca pelas riquezas minerais na América portuguesa havia começado, como na América Hispânica, nas primeiras décadas do século XVI. A descoberta das minas de prata em Potosí, pelos espanhóis, em meados daquela centúria, estimulou ainda mais as buscas no lado lusitano. Mas foi apenas no final do século XVII que os bandeirantes¹⁰ paulistas encontraram ouro em abundância na região chamada, inicialmente, de “minas gerais dos Cataguás”.¹¹

¹⁰ O termo bandeirante não era utilizado até meados do século XVII. Até então estes expedicionários eram conhecidos apenas como *mamelucos*, *gente de São Paulo* ou ainda *portugueses de São Paulo*. Cf. MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América, 1640-1720*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2002. p. 44-45, nota 21.

¹¹ Os paulistas chamaram de *reino dos Cataguás* a região sul do atual estado de Minas Gerais, povoada na época pelos índios Cataguás. Quando descoberta a região aurífera, forjou-se a expressão *minas*

O processo de ocupação da região aurífera pelos paulistas foi pautado pela disponibilidade do metal na natureza. Inicialmente, os aventureiros fixaram-se precariamente nos locais próximos aos pontos de extração do ouro de aluvião. Escasseando este primeiro ouro, passaram a extraí-lo nas margens dos córregos, mantendo ainda o caráter provisório de fixação. Apenas a partir da década de 1710, época em que foram criadas as primeiras câmaras municipais, é que se começou a explorar o ouro nas meias encostas, atividade que exigia maior preparo e, em decorrência disso, uma necessidade de maior fixação territorial.¹²

Houve, nas primeiras décadas do século XVIII, um movimento centrípeto em direção às minas e, a partir da década de 1750, um movimento centrífugo, também chamado de *diáspora mineira*, quando a população, diante da escassez do ouro, migrou em busca de novas minas ou de regiões mais promissoras para a produção agrícola, como a zona da mata mineira.¹³

À medida que a notícia do ouro em abundância se espalhava pelo Império português, mais indivíduos migravam para a região. Para Vitorino Magalhães Godinho teriam migrado da metrópole para a colônia, nos primeiros 60 anos do século XVIII, mais de 500 mil portugueses atraídos pelo ouro, uma média anual de 9 mil pessoas.¹⁴ Há quem afirme, como Iraci Del Nero da Costa e Francisco Vidal Luna, e nos parece provável, que a população da colônia cresceu mais de 10 vezes em menos de 100 anos.¹⁵

Estes milhares de migrantes poderiam chegar à região das minas por alguns caminhos. Inicialmente, o trajeto mais comum era o caminho de São Paulo e levava, segundo Antonil, cerca de dois meses para ser percorrido. À medida que a região foi sendo ocupada, e diante da necessidade de encurtar o trajeto e evitar o transporte do ouro pelo mar de Parati até o Rio de

gerais dos Cataguás. Cf. ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e Notas de André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007. p. 217-218, nota 20.

¹² COSTA, Iraci Del Nero da; LUNA, Francisco Vidal. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: Pioneira, 1982. p. 15. Segundo Antonil, considerava-se nestes primeiros tempos de mineração um bom rendimento duas oitavas (7,2 gramas) por bateia, mas há relatos de até trinta oitavas (108 gramas) por bateia. Cf. ANTONIL, André João. *Cultura e opulência...* p. 223.

¹³ COSTA, Iraci Del Nero da; LUNA, Francisco Vidal. *Minas colonial...* p. 19; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas del rei. Espaço urbano e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 66; SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p. 15.

¹⁴ GODINHO, Vitorino Magalhães. "L'émigration portugaise (XV-XX siècle): une constante structurale et les réponses aux changements du monde". In: *Revista de História Econômica e Social*. Volume I, 1978, p. 5-32. Apud ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. p. 154, 162.

¹⁵ COSTA, Iraci Del Nero da; LUNA, Francisco Vidal. *Minas colonial...* p. 10. Angelo Alves Carrara aponta, para o período final do século XVIII e início do século XIX, a seguinte variação populacional da capitania de Minas Gerais: em 1766, conta-se 208.600 indivíduos entre escravos, e livres; em 1776 são 319.769; em 1786 somam 393.698, e em 1808 chegam a 433.049. Cf. CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais. Produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: UFJF, 2007. p. 328-329.

Janeiro, abriu-se o caminho novo ligando o Rio de Janeiro à região das minas, encurtando o tempo da viagem para uma média de quarenta dias. Havia, ainda, o caminho da Bahia que, apesar de ser mais longo, era mais adequado para o transporte de bois e cargas.¹⁶

Por estes caminhos, chegaram primeiro os paulistas e, depois, milhares de indivíduos oriundos de outras capitanias da colônia e também do reino. Pouco a pouco estes sujeitos, chamados de forasteiros, começavam a disputar com os primeiros povoadores, os paulistas, o controle das melhores áreas de mineração, também chamadas de datas. Muitos destes forasteiros, diante da dificuldade de se acessar as terras auríferas, acabavam retomando suas profissões, que eram melhor remuneradas na região em função da abundância do ouro, outros optavam por atuar violentamente nos caminhos, salteando os viandantes.¹⁷

Em pouco tempo as hostilidades entre paulistas e forasteiros se intensificaram e estes começaram a ser chamados de emboabas, em um claro tom depreciativo.¹⁸ Com o avançar dos anos, era nítido o contraste: uns poucos paulistas detinham os igualmente poucos cargos criados por agentes régios que tentavam, com muita dificuldade, traçar alguma ordem na região, enquanto uma multidão de forasteiros permanecia sem acesso a nenhum cargo político ou administrativo. Há quem diga que a proporção entre os dois grupos na região alcançou o espantoso número de um paulista para cada 800 emboabas.¹⁹

¹⁶ O caminho novo foi aberto por Garcia Rodrigues Paes e inaugurado na primeira década do século XVIII, funcionou muito mal nos primeiros anos. Em 1707 o caminho velho, via Parati, havia sido proibido aos viandantes que iam em direção à região das minas. Mas em julho de 1710, 39 negociantes do Rio de Janeiro reclamaram das condições do caminho novo junto ao governador da capitania Francisco de Castro Morais. Os requerentes pediam autorização para seguirem viagem pelo caminho velho via Parati, como era feito antes, em função das dificuldades de seguirem pelo caminho novo principalmente pela falta de pouso e alimentação. Foram autorizados pelo governador com a condição de voltarem pelo caminho novo com o propósito de registrar o ouro na casa de registro em Paraíba, fundada por Garcia Rodrigues Paes. Cf. ANTONIL, André João. *Cultura e opulência...* p. 262, 263 e 273.

¹⁷ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica Colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume & FAPESP, 2004. p. 59.

¹⁸ Há na historiografia algumas versões que explicam o surgimento do termo emboaba. Alguns autores defendem que o apelido significaria algo como 'pintos-calçados', assim chamados os reinóis por andarem de calças. Cf. VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. 3ª edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999. p. 78, nota 30. Uma outra explicação mais plausível é dada por Afonso de Freitas, o termo seria adaptado de um dialeto africano de Cabinda, e seu significado seria cão. O termo não aparece antes de 1708. Se nem todos os autores concordam quanto ao real significado do termo, parece ser consenso de que carregava consigo um sentido ofensivo, pejorativo. Cf. FREITAS, Afonso de A. 'Emboabas'. In: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, ano 1, 1934, p. 35-41. Apud ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e Notas de Andrée Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007. p. 268, nota 222.

¹⁹ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas del rei...* p. 161. Não houve, até onde foi possível verificar, uma vinculação direta entre origem e atividade econômica, ou seja, não está correto associar paulistas e taubateanos a uma atividade exclusiva, seja comércio ou mineração, da mesma forma como

Por trás da hostilidade entre paulistas e emboabas, havia duas mentalidades distintas, que manifestavam-se em duas formas de relacionamento com o poder régio. Os emboabas, oriundos em grande parte do reino, estavam mais acostumados com os ares da metrópole. Os paulistas, no entanto, viviam em situação de certo isolamento e possuíam um modo peculiar de servir ao monarca: viam esta relação como uma aliança com negociações claras, serviam apenas quando tinham a certeza de que seriam muito bem recompensados. Segundo Adriana Romeiro, esta característica é nítida no formato das comunicações dos paulistas com o monarca, mais diretas, com poucos formalismos e evidenciando que a fidelidade estava condicionada à remuneração.²⁰

Pouco a pouco, os emboabas, em ampla maioria, aumentavam a pressão por maior poder político, materializado na posse dos cargos locais criados pelo rei e monopolizados pelos paulistas. As primeiras nomeações em favor dos forasteiros ocorreram a partir de 1707, quando Pascoal da Silva Guimarães assumiu a função de sargento-mor de Ouro Preto e seus distritos e quando Francisco do Amaral passou a arrecadar os quintos na mesma área. Com isto, aumentava, entre os paulistas, o sentimento de que estavam sendo vítimas de um complô para afastá-los da região do ouro, pois perdiam a exclusividade na exploração do metal que descobriam, perdiam a exclusividade do controle político da região e, por fim, perdiam o controle sobre a arrecadação dos quintos. Cada vez mais acuados e contrariados, era de se esperar que se tornassem cada vez mais hostis aos emboabas, tidos como usurpadores, e não

a associação dos forasteiros, sejam reinóis, sejam de outras capitanias, não estavam exclusivamente vinculados a uma atividade. Isso não significa que paulistas e emboabas, mineradores ou comerciantes, atuavam em cada área de modo similar. No campo da mineração, por exemplo, os paulistas, por terem chegado primeiro, dedicaram-se à extração do ouro mais aparente. Para muitos emboabas oriundos do reino, restou o ouro mais profundo que exigia o uso de técnicas mais sofisticadas. É correto afirmar que as ligações comerciais dos reinóis podem ter favorecido, entre outras coisas, a aquisição de bens que ampliavam o potencial explorador dos veios. Esta estratégia não era uma opção para os paulistas. Cf. ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no coração das Minas. Idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 108-116.

²⁰ Adriana Romeiro dedicou-se a estudar os paulistas e emboabas, e sugeriu que os primeiros não estavam totalmente integrados na economia do dom: “Para os homens do planalto, a retribuição régia pouco tinha a ver com a magnanimidade, excluindo, assim, o caráter de graça de que se revestiam as mercês régias, ao contrário a retribuição adquiria um sentido de obrigatoriedade, muito semelhante à noção de contrato, em que o serviços e as recompensas eram primeiramente negociados por meio de procuradores enviados diretamente a Lisboa. E, em razão da qualidade de serviço regido, por um contrato formal, eles mostravam-se dispostos a abandoná-lo, quando uma ou outra cláusula era modificada ou descumprida, fosse pelo rei, fosse pelos seus representantes. Nesses casos, alegavam simplesmente a obrigação do cumprimento do acordo, como se esse tivesse sido celebrado entre partes iguais.” Cf. ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas...* p. 237-239 e 244.

demoraria para as duas facções chegarem às vias de fato em uma série de confrontos que ficaram conhecidos por Guerra dos Emboabas.²¹

Não nos cabe detalhar os conflitos, já bem abordados pela historiografia.²² Interessamos compreender o comportamento dos grupos e as consequências do embate. Ao contrário do que se possa pensar, paulistas e emboabas eram facções extremamente fragmentadas. O que chamamos de paulistas eram, na verdade, a união circunstancial de paulistas e taubateanos, ambos descobridores do ouro, que tinham também suas diferenças mas que, frente aos forasteiros – percebidos como um inimigo comum – deixaram de lado momentaneamente as diferenças e se uniram. Os atritos internos foram muito comuns antes, durante e depois da Guerra dos Emboabas.²³ No lado emboaba, as diferenças eram ainda maiores, pois nesta facção reuniam-se reinóis, baienses, cariocas, entre outros. Na prática, tinham em comum só o fato de não serem paulistas e de serem hostilizados por eles.²⁴

De um lado, os paulistas; de outro, os emboabas; e no meio, o poder régio, que hesitou diante da descoberta do ouro, pois permanecia a dúvida do potencial dos depósitos auríferos na região. Segundo Diogo de Vasconcelos, foi apenas em 1705 que a Coroa teve a certeza de que a quantidade de ouro existente garantiria uma exploração prolongada e viável, e que, para tanto, seria imprescindível assumir o controle da região. Quando estouraram os primeiros conflitos entre paulistas e emboabas, o Conselho Ultramarino já estava trabalhando em um novo projeto para a área. Em 17 de julho de 1709, já no final do conflito, o Conselho Ultramarino se reuniu para deliberar a implantação de um governo na zona mineradora. Nesta ocasião, o principal problema apontado pelos conselheiros era a presença dos paulistas.²⁵

A vitória emboaba e a consequente expulsão dos paulistas solucionava parte do problema para os agentes régios, mas impunha outro. Os forasteiros, em meio ao levante, aclamaram um de seus líderes, Manuel Nunes Viana, governador da região das minas.

²¹ ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas...* p. 95, 125; GOLGHER, Isaias. *Guerra dos Emboabas. A primeira guerra civil nas Américas*. 2ª edição. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1982. p. 73-75, 79.

²² Para uma análise mais recente focada nos grupos, ver o livro de Adriana Romeiro citado nas notas anteriores. A análise de Isaias Golgher, bem como a de Diogo de Vasconcelos, focam o desenrolar dos conflitos e são uma boa referência para acompanhar a cronologia dos embates.

²³ Maria Verônica Campos indicou que houve conflitos internos entre paulistas durante a Guerra dos Emboabas no Serro do Frio, e em 1714 em Caeté. Cf. CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros. “De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”, 1693-1737*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 1999.

²⁴ Ibidem. p. 56, 81.

²⁵ ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas...* p. 277-279; VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga...* p. 232.

Contudo, a partilha dos cargos entre os aliados do governador emboaba, as posições divergentes em torno do tratamento dado aos poucos paulistas que permaneceram na região, o medo de alguns emboabas quanto às pretensões de Manuel Nunes Viana e o temor da punição régia desestabilizaram rapidamente o governo.²⁶

Apesar destes problemas internos, o governo emboaba resistiu à investida do governador da capitania do Rio de Janeiro D. Fernando Mascarenhas de Lencastre, supostamente aliado dos paulistas, não permitindo sua entrada na região das minas para firmar um acordo com Manuel Nunes Viana. Seu governo só chegou ao fim em agosto de 1709, quando o novo governador nomeado pelo rei, D. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, chegou à região e se reuniu com o líder emboaba. Neste momento a situação era crítica, não houve qualquer resistência por parte de Nunes Viana, que se retirou para o sertão do São Francisco, tampouco qualquer punição por parte do novo governador, que não adotou uma postura radical, não contrariou por completo as nomeações feitas por Manuel Nunes Viana, limitando-se a afastar de seus postos os sujeitos que considerou mais radicais, nomeando outros emboabas, aparentemente mais fáceis de cooptar.²⁷

As hostilidades entre as duas facções, certamente, recrudesceram após a derrota paulista nos conflitos. Mas a rivalidade permaneceu viva ao longo do século XVIII, tanto em Minas Gerais quanto em outras capitanias da colônia. Em meados do século, quando o ouvidor Costa Matoso recolheu depoimentos de antigos moradores sobre o processo de ocupação da região aurífera, constatou a clara divisão entre os apoiadores da causa paulista e os apoiadores dos emboabas. Nos novos descobertos auríferos em Goiás e Mato Grosso, no final da década de 1720, houve também relatos de forte oposição entre os dois grupos.²⁸

Embora os conflitos na região das minas e o afastamento político dos paulistas tenha favorecido, a curto prazo, os emboabas, a médio e longo prazo o grande vencedor foi o poder régio, que se colocou como mediador e conseguiu avançar aproveitando a fragilidade circunstancial das duas facções. O governo de Antônio de Albuquerque (11 de junho de 1709 até 13 de agosto de 1713), além de afastar do centro político das minas as lideranças mais radicais, tomou uma série de medidas que garantiriam um lento e inconstante declínio do poder destes potentados e, em paralelo, a consolidação do poder régio na região.

²⁶ CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros...* p. 95.

²⁷ ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas...* p. 273, 293.

²⁸ FURTADO, Júnia Ferreira. "José Rodrigues Abreu e a geografia imaginária emboaba da conquista do ouro". In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2005. p. 278; SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 126.

A primeira e, talvez, a principal medida, foi a separação de São Paulo e Minas do Ouro da capitania do Rio de Janeiro, fortalecendo o controle sobre Minas Gerais e São Paulo, que teriam um governador residente em Vila Rica e Vila do Carmo (após 1720 fixou-se na primeira), e controlando melhor também o Rio de Janeiro, onde havia um governador exclusivo, o que facilitaria a defesa deste centro cada vez mais importante.

A edificação das vilas na região das minas também teve uma importância que ultrapassa a mera simbologia. Diferente dos arraiais que surgiram em função dos locais de extração aurífera – fora do controle do monarca – a elevação de alguns locais à condição de vila era uma prerrogativa régia e vinha acompanhada de instituições como as câmaras municipais e, em alguns casos, dependendo da importância estratégica, também da presença do ouvidor e do governador, como em Vila Rica.

Estas medidas contribuíram para um avanço significativo rumo à consolidação do poder régio na região. Este movimento, ensaiado desde ao menos 1702 – quando cria-se o regimento que normatizou a exploração aurífera e previu a criação do posto de superintendente das minas, criado em 1703 – ganhou muita força após a implementação das câmaras municipais, passou a ser hegemônico após o fracasso da Revolta de Vila Rica em 1720 e as mudanças implementadas pelo Conde de Assumar e, finalmente, se consolidou com o desmanche das últimas articulações relevantes dos potentados não cooptados em 1736.

Este movimento de consolidação do poder régio, a nosso ver, se deu em detrimento de uma facção da elite local e, ao mesmo tempo, em favor de outra facção da elite local. Estes dois grupos precisavam controlar as câmaras municipais, por razões que serão demonstradas ao longo deste trabalho, e o fizeram. O primeiro deles, mais resistente ao poder régio, o fez de 1711 até 1720, e o segundo, mais alinhado aos agentes régios, controlou efetivamente a Câmara Municipal de Vila Rica após o fracasso da Revolta de Vila Rica em 1720.

Como se viu, assim nasceu a sociedade mineira, em profunda convulsão: paulistas, reinóis, baienses, cariocas, ouro, fome e falta de uma presença mais efetiva do Estado foram os principais elementos desta mistura. Essa sociedade foi estudada e, até certo ponto, desmistificada por Laura de Mello e Souza. Segundo a historiadora, havia ao menos quatro setores sociais bem constituídos e delimitados: uma pequena camada de homens ricos e poderosos; uma camada média de artistas, artesãos e pequenos comerciantes que sobreviviam com dificuldades; uma grande camada de indivíduos pobres e livres, sem ocupação permanente; e a maior de todas as camadas constituída por escravos. Nesta sociedade do ouro predominou a pobreza, a maioria dos mineradores lavrava para pagar o que

consumia, havia um baixíssimo nível de investimento em máquinas, quase todo o capital concentrava-se na aquisição de escravos.²⁹

Apesar das mazelas sociais, a exploração aurífera também trouxe consigo avanços consideráveis. Foi o ouro o elemento responsável pelas grandes transformações demográficas na colônia, seja quantitativas, seja qualitativas, pois com a economia aurífera houve um crescimento expressivo das camadas intermediárias da população em oposição à dualidade entre senhor de engenho e escravo que caracterizava a economia açucareira. Foi a exploração aurífera que garantiu a ocupação efetiva e irreversível do interior do continente, seja em Minas Gerais, em Goiás ou Mato Grosso, e que tornou necessária a instalação de uma estrutura administrativa com objetivo de controlar a população, garantir o domínio sobre a região e arrecadar os tributos derivados do ouro. Sem este metal, o avanço luso rumo ao interior do continente teria sido ainda mais tímido, e dificilmente teria sido alcançada a demarcação atual das fronteiras nacionais.³⁰

Para além da questão territorial, a exploração aurífera em larga escala gerou um potencial de consumo instantâneo e inédito no centro da colônia, capaz de estimular a produção das mais variadas mercadorias por toda a América portuguesa. Durante toda a primeira metade do século XVIII, foi o ouro quem ditou o ritmo do crescente mercado interno colonial e que, sem exagero, integrou pela primeira vez todas as regiões da colônia.³¹

A pecuária foi uma das atividades que mais se beneficiaram do mercado mineiro. A economia do açúcar, por maior que fosse, não causava tanto impacto na colônia; nela, quem detinha o dinheiro era o mercador e a capacidade de consumo do colono estava vinculada ao lucro obtido com a venda do açúcar. No caso do ouro, era o colono que tinha o poder aquisitivo, independente de qualquer transação e, portanto, eram os mercadores que se adaptavam para suprir suas necessidades. Isto estimulou a produção interna ligada à agricultura e agropecuária e também a importação de uma grande variedade de produtos.³²

As regiões portuárias antes ligadas à produção açucareira como Salvador e Olinda, também cresceram em função do ouro, pois passaram a receber os reinóis atraídos pelo metal

²⁹ SOUZA, Laura de Mello e. *Opulência e miséria das Minas Gerais*. 4ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 47, 73-74.

³⁰ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011. p. 47.

³¹ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 18ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982. p. 79; RODRIGUES, Gefferson Ramos. *No sertão, a revolta: grupos sociais e formas de contestação na América portuguesa, Minas Gerais – 1736*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2009. p. 82, 100-101.

³² FURTADO, Celso. *Formação Econômica...* p. 277.

e os escravos africanos.³³ O Rio de Janeiro passou de uma localidade com a importância limitada que tinha ao longo dos séculos XVI e XVII, para ser, a partir de 1720, o principal entreposto comercial da colônia, por exportar grande parte do ouro de Minas Gerais e por receber grande parte das mercadorias que alcançavam preços muito altos na região aurífera.³⁴

Todas estas mudanças estruturais ocorridas no início do século XVIII tiveram impacto no papel exercido pela colônia em vários aspectos. Com o ouro, o Brasil passou rapidamente a ser a principal possessão portuguesa e uma das mais vulneráveis e cobiçadas. Diante da profunda instabilidade em que vivia a Europa, as ameaças externas bateram à porta da colônia. Se, ao longo do século XVII, os principais alvos coloniais seriam Salvador e Recife, em função da produção açucareira, agora todas as atenções estrangeiras estavam voltadas para o Rio de Janeiro, porto mais próximo da região das minas. Perder o Rio de Janeiro no século XVIII colocaria em risco o controle das minas e, conseqüentemente, o controle das partes mais importantes da colônia.³⁵

Além das ameaças externas, aumentaram, durante o início do século XVIII, a insatisfação das elites locais e os conflitos não se restringiram às minas, se espalharam por toda a colônia. Conforme destacam Laura de Mello e Souza e Fernanda Bicalho, com base na correspondência do governador da Bahia, Pedro de Vasconcellos, estas agitações internas, que, por si só já traziam certa preocupação, eram ainda mais graves quando ocorriam em um contexto de crise internacional.³⁶

O período mais crítico se estendeu de 1708 até 1712, com muitos levantes simultâneos. O ano de 1711, em foram criadas as três primeiras câmaras municipais em Minas Gerais, foi, também, o ponto mais alto das agitações na colônia: além da tomada do Rio de Janeiro pelos franceses, houve, ainda, revoltas em Recife e em Salvador.³⁷ Neste período de

³³ RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808". In: *Revista Brasileira de História*. vol. 18, n. 36. São Paulo, 1998. p. 16-17; SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro...* p. 14-15.

³⁴ RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Centros e Periferias..." p. 13, 17; LEVY, Maria Bárbara. *História Financeira do Brasil Colonial*. Volume 1. Rio de Janeiro, IBMEC, 1979. p. 94. Com o declínio da produção aurífera, principalmente a partir da década de 1760, a relação entre Minas Gerais e Rio de Janeiro se inverteu. Minas Gerais passou a produzir mais produtos agrícolas e o Rio de Janeiro transformou-se em um significativo mercado para tal produção.

³⁵ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 54.

³⁶ SOUZA, Laura de Mello e; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *1680-1720. O Império deste mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 76.

³⁷ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império...* p. 288-290. As agitações não ocorreram apenas na colônia. Uma série de levantes aconteceram também na metrópole, como em Lisboa (1709-1710), Abrantes (1708) e Viseu (1710). Todas estas agitações estavam vinculadas a uma conjuntura desfavorável para a produção agrícola em razão das condições climáticas, e em função do envolvimento

grande instabilidade, a preocupação de alguns administradores e colonos, era de que os riscos internos (levantes coloniais) se associassem aos riscos externos (invasões estrangeiras), o que colocaria em risco o domínio luso da colônia. Fundada ou não, o fato é que esta preocupação ocupou a mente dos administradores do período, e, associada a outras preocupações, contribuiu para se promover uma mudança nos rumos da política colonial lusitana, que, a partir de 1711, seria pautada por uma prudência maior, evitando-se os embates frontais aos colonos levantados, na esperança de reduzir os riscos de uma ruptura.³⁸

Em meio a esta conjuntura, o Rio de Janeiro foi alvo de ataques franceses por duas vezes. O primeiro ocorreu em 1710 e fracassou; o segundo ocorreu no segundo semestre de 1711, e foi bem sucedido. Entre os dois ataques, foram criadas as primeiras câmaras municipais na região das minas, e não nos parece exagerada a hipótese de que não foi apenas a Guerra dos Emboabas, mas a concretização da ameaça francesa em 1710 o episódio derradeiro que levou à criação das câmaras municipais mineiras. Os conflitos entre paulistas e emboabas tiveram seu clímax entre os meses de dezembro de 1707 e fevereiro de 1708 e a primeira Câmara Municipal só foi instalada em abril de 1711 em Vila do Carmo. A vizinha Vila Rica foi a segunda, criada em julho de 1711, ou seja, mais de três anos após o ponto alto do conflito, e mais de dois anos após a estabilização da região.

Em síntese, parecem ter sido três as principais preocupações que aceleraram o processo de instalação das câmaras municipais na região aurífera. A primeira era a necessidade de se garantir a posse da área rica em ouro e estava presente desde o anúncio dos primeiros descobrimentos, ganhando força quando se teve certeza que os depósitos auríferos eram de longa duração. A segunda preocupação surgiu com os grandes deslocamentos populacionais em direção às minas; temia-se, acertadamente, que o fluxo populacional levasse à instabilidade e que isso colocasse em risco a posse lusitana da região, preocupação que aumentou com a formação de um exército emboaba forte o suficiente para expulsar os descobridores da região. A última e principal preocupação era a ameaça externa, mais precisamente o medo de que as turbulências internas se juntassem à ameaça externa, representada neste momento pelo aparato militar francês que cobiçava o Rio de Janeiro. Em agosto de 1710, o risco externo tornou-se realidade, mas a invasão francesa fracassou. Parece ter sido este o estopim para que os agentes régios operassem: oito meses depois o governador

da Coroa na Guerra de Sucessão da Espanha. Segundo Rodrigo Bentes Monteiro, estes fatores, somados a uma desordem nas finanças metropolitanas causaram atrasos no pagamento das forças militares, que passavam a promover levantes. Cf. MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América*. 1640-1720. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2002. p. 282.

³⁸ SOUZA, Laura de Mello e; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *1680-1720. O Império deste mundo...* p. 97; BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império...* p. 292.

criaria a primeira vila em terras auríferas, Vila do Carmo; três meses depois seria a vez de Vila Rica e Sabará. Dois meses depois, em setembro de 1711, com Albuquerque ainda nas minas, ocorreu uma nova investida francesa sobre o Rio de Janeiro, agora com êxito.

As câmaras municipais criadas na região das minas tiveram um papel fundamental pois, logo na décima reunião da instituição em Vila Rica, em 6 de outubro de 1711, os oficiais decidiram ajudar – com envio de mantimento – as tropas mineiras que seguiam para o Rio de Janeiro com o propósito de combater os franceses, cuja esquadra, composta por dezoito navios e mais de cinco mil homens, tomou o Rio de Janeiro após nove dias, em 21 de setembro de 1711.³⁹ Nesta data, a população abandonou a cidade. O governador reuniu seus homens a meia légua da localidade, onde permaneceu aguardando o reforço de Antônio de Albuquerque vindo das minas. Contudo, antes que entrassem em combate foi feito um acordo, muito vantajoso para os franceses que, em troca, devolveram a cidade aos colonos.⁴⁰

Até aqui foram expostas, sucintamente, as principais características dos primeiros tempos das minas, desde a chegada dos primeiros paulistas, passando pelos milhares de forasteiros que vieram em seguida em busca do enriquecimento fácil, chegando até a conjuntura crítica vivida em todo o Império português, quando, não por acaso, foram instaladas, no coração das minas, as primeiras câmaras municipais da região. É chegado o momento de avançar rumo ao nosso objeto, tentar-se-á expor, na próxima parte deste capítulo, quais as particularidades das câmaras municipais coloniais e quais foram, em linhas gerais, as especificidades destas instituições na região das minas.

1.2. As câmaras municipais coloniais e na região das minas

As câmaras municipais eram a forma institucional de os poderes locais lusitanos se organizarem. Eram, aos olhos do poder régio, elementos de estabilidade e continuidade nas localidades onde eram instaladas. Suas funções, quase sempre restritas à área do município, eram diversas: cuidavam do centro da vila, construindo e mantendo estradas, pontes, prisões, matadouros; zelavam pela iluminação, pelo abastecimento de água, entre outras funções cotidianas das vilas. Tinham como incumbência zelar pela segurança e tranquilidade da vila,

³⁹ Lê-se o seguinte trecho nas atas: “[...] acordaram que por ser necessário mandarem se alguns mantimentos de milho e feijão para sustento da gente que destas minas foi em socorro para o Rio de Janeiro para a expulsão do inimigo que naquela praça se acha se tomaram quantidade de milho e feijão aos roceiros do campo das minas gerais e porque o preço comum e geral de cada alqueire de milho é de duas oitavas, e o alqueire de feijão é de três oitavas mandaram escrever este acórdão para tirar dúvida que se podia mover ao tempo do pagamento para a declaração do dito preço [...]”. Cf. ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927. p. 285.

⁴⁰ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império...* p. 271-272.

bem como pela regularização da construção de edifícios. Para dar conta destas e de outras funções, arrecadavam alguns impostos locais. Este modelo institucional, inicialmente restrito à metrópole, foi transplantado primeiro para as ilhas dos Açores e Madeira e, em seguida, para a América portuguesa.⁴¹

Apesar de transplantadas para fora do reino, estas instituições rapidamente adaptaram-se às novas demandas locais e ganharam conformações muito diferentes umas das outras, embora tenham mantido alguns traços em comum.⁴² No reino, a maioria delas estava instalada em vilas, mas havia algumas em aldeias e, também, vilas que não dispunham de câmara municipal. Na colônia não havia tal disparidade, nenhum arraial possuía câmara municipal e toda vila ou cidade recebia, no momento de sua edificação, a câmara municipal que administraria o território da vila ou cidade (seu termo).⁴³

A existência de uma câmara municipal dependia, em primeiro lugar, de um aglomerado humano, ou seja, da junção de pessoas. Mas a prerrogativa de criação de uma vila ou cidade e uma câmara municipal era uma exclusividade régia, dependia portanto da vontade política do rei ou, em casos específicos, de seus agentes. Poder-se ia, por conveniência do monarca, elevar um pequeno povoado à condição de vila, enquanto outros, mesmo importantes e com grande população, poderiam permanecer sem câmara municipal.⁴⁴

As câmaras municipais eram compostas normalmente por dois juizes ordinários, três vereadores e um procurador, todos eleitos pelas elites locais. Em algumas localidades o rei

⁴¹ BOXER, Charles R. *Portuguese Society in the Tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*. Madison & Milwaukee: University of Wisconsin Press, 1965. p. 145; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria. "Câmara Municipal, um pequeno histórico". In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto, Editora UFOP, 2008. p. 17. A primeira Câmara Municipal edificada na América portuguesa foi a de São Vicente, em 1532.

⁴² Uma destas demandas ou especificidades era o tamanho das áreas a serem administradas na colônia. Em Minas Gerais, por exemplo, muitos concelhos geriam áreas maiores que comarcas metropolitanas, e as comarcas de Minas Gerais, em alguns casos, poderiam ser maiores, geograficamente, do que todo o reino. Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas del rei...* p. 564.

⁴³ Ibidem. p. 28-29; FURTADO, Júnia Ferreira. "As Câmaras municipais e o poder local: Vila Rica — um estudo de caso na produção acadêmica de Maria de Fátima Silva Gouvêa.". In: *Tempo*. v. 14. n. 27. Niterói – RJ, jul-dez de 2009. p. 17-34. p. 24-25; ZENHA, Edmundo. *O Município no Brasil, 1532-1700*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948. p. 23; BICALHO, Maria Fernanda. "As Câmaras ultramarinas e o governo do Império". In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 193. As outras metrópoles européias que colonizaram o continente americano tinham modelos de organização dos poderes locais similares às câmaras municipais lusitanas. O exemplo mais próximo ao lusitano eram os Cabildos da América espanhola, cujos cargos dirigentes guardavam relação direta com a estrutura administrativa local lusitana.

⁴⁴ ZENHA, Edmundo. *O Município no Brasil...* p. 21-22.

nomeava um juiz de fora, que substituía os juízes ordinários. Além destas funções, que tinham direito a voz e voto nas reuniões, havia uma série de outros cargos, alguns nomeados pelo rei, outros pelos próprios membros da cúpula camarária, como: escrivão da câmara, tesoureiro, almotacé, escrivão da almotaçaria, alcaide, escrivão da alcaidaria, porteiro, arruador, juiz dos órfãos, escrivão do juiz dos órfãos, tesoureiro dos órfãos, capitão do mato, cobradores dos quintos, entre outros ofícios.

Durante as reuniões, os oficiais da cúpula camarária, isto é, aqueles que tinham direito a voz e voto, debatiam e acordavam a posição da instituição em relação aos temas em pauta. As decisões da instituição, ao menos em teoria, deveriam ser respeitadas pelas instâncias superiores.⁴⁵ Como as câmaras municipais eram instituições locais, com raio de ação limitado no espaço, tinham alguma liberdade, mas liberdade limitada à esfera local. Veremos no segundo capítulo que a quase totalidade das deliberações camarárias tratava de assuntos locais ligados ao cotidiano da vila, quando não da própria instituição.

A maioria das deliberações camarárias era respeitada pelos agentes régios, mais em função da pouca relevância dos assuntos aos olhos da administração central, do que pela existência de um verdadeiro respeito do poder régio tinha em relação aos poderes locais. As câmaras municipais da região das minas no início do século XVIII são a maior prova de que não havia respeito pelas decisões locais, ao contrário, sempre que deliberavam de forma contrária aos interesses régios em assuntos vitais, como a arrecadação dos quintos, os agentes régios intervieram, manipularam eleições, afastaram camaristas, refizeram contratos, desfizeram nomeações, sujeitando a instituição aos interesses do centro, deixando para as elites locais os assuntos estritamente locais.

Mas deve-se fazer uma ressalva: a realidade sumariamente apresentada acima ocorre com menor resistência nas câmaras municipais da região das minas a partir do fracasso da Revolta de Vila Rica em 1720. Antes disso, a capacidade de resistência das elites locais era bem maior, permanecendo válida para a década de 1710 primeira década a máxima de Charles Boxer, quando afirma que, de modo geral, as câmaras municipais do Império português não cediam facilmente às investidas dos agentes régios.⁴⁶

De locais de resistência ao poder régio a espaços de legitimação deste mesmo poder, o papel das câmaras municipais poderia oscilar de acordo com a correlação de forças entre agentes régios e elites locais. Alguns trabalhos têm entendido que estas instituições funcionavam como elemento mediador entre os interesses do monarca e os interesses da população local. Parece-nos improvável, visto que seus quadros eram arregimentados entre a

⁴⁵ BOXER, Charles R. *Portuguese Society in the Tropics...* p. 9.

⁴⁶ *Ibidem.* p. 142.

elite colonial e, portanto, não representavam a população. Concordamos com outros trabalhos, como os de Joaquim Romero Magalhães, que veem a instituição, não como mediadora, mas como representante dos interesses das classes dirigentes locais.⁴⁷

Outros trabalhos não só defendem a capacidade destas instituições representarem (não apenas de forma esporádica) os interesses de toda a população local (e não apenas das elites locais), como chegam a designar estas instituições como democráticas, argumentando que eram órgãos de fácil manejo popular, mesmo que o grosso da população não pudesse integrar aquele espaço e, ainda, argumentando que as deliberações eram direcionadas, sempre, em favor do bem comum do povo.⁴⁸

Há ainda quem entenda as câmaras coloniais como uma forma de contraponto ao movimento centralizador promovido pelo poder régio.⁴⁹ Nossa análise concorda que, potencialmente, as instituições poderiam funcionar como contraponto, mas parece-nos que tudo dependia do posicionamento político dos grupos que as dirigiam e, sobretudo, do quão desenvolvidos estavam os mecanismos de intervenção régia em determinada câmara municipal e, ainda, qual o interesse do monarca em intervir. Na região das minas, as câmaras municipais foram contraponto até 1720, após isso, foram alvo de intensa manipulação por parte dos agentes régios.

Em meio a tantas visões distintas sobre o papel destas instituições locais, parece-nos essencial destacar aquelas características que pudemos evidenciar a partir do estudo da principal câmara municipal da região das minas. Havia, com toda a certeza, uma intensa disputa entre as facções das elites locais pelo controle do espaço institucional proporcionado pelas câmaras municipais. Existiam grupos locais mais dispostos à cooptação pelos agentes

⁴⁷ Para exemplos do entendimento de câmaras municipais como mediadoras, ver: RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Centros e Periferias..." p. 8; HESPANHA, António Manuel. "Por que é que foi "portuguesa" a expansão portuguesa? Ou O revisionismo nos trópicos". In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 48-49; Para uma visão diferente, que considera exagero ou ousado ver as câmaras municipais como intermediadoras dos poderes locais e régios, com a qual concordamos, ver MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos brasileiros...* p. 119-120.

⁴⁸ Edmundo Zenha fala abertamente do caráter democrático das câmaras municipais, ver ZENHA, Edmundo. *O Município no Brasil...* p. 73-74. Outras obras mais recentes, ainda inéditas, não falam de democracia, mas defendem que os oficiais camarários representavam sim os interesses de toda a população, ver por exemplo FIORAVANTE, Fernanda. *Os bons homens das minas: os oficiais das câmaras mineiras no processo de implantação do poder régio nas terras do ouro, c. 1711 – c. 1750*. Tese de Doutorado em História Social. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. p. 112.

⁴⁹ BICALHO, Maria Fernanda. "Da colônia ao império: um percurso historiográfico". In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 102.

régios e outros com maior capacidade de resistência. A composição das cúpulas camarárias apresentava significativa diversidade em termos de posição política e de interesses econômicos e a instituição era, antes de tudo, um espaço de disputa política.⁵⁰

Para compreender os diversos usos políticos a que estas instituições poderiam servir, é necessário percebê-las em outra escala. A colônia portuguesa na América foi estabelecida de forma fragmentada do ponto de vista geográfico. Não havia um órgão na colônia capaz de centralizar as demandas coloniais. As regiões estavam todas submetidas diretamente ao poder centralizador do rei. Esta situação ampliava, ainda mais, a importância das câmaras municipais, acirrava o localismo e, ao invés de unir, acabava por separar os colonos.⁵¹ Para Minas Gerais, após 1720, este sentimento é nítido. As câmaras municipais, instaladas aos pares, não tardariam a rivalizar e disputar a maior fidelidade ao poder régio. De uma forma ou de outra, estas instituições eram os poderes mais efetivos da colônia, talvez por isso tenham sido tão fortes nos dois primeiros séculos coloniais, pois foram os poderes que se adequaram mais rapidamente à realidade colonial, ou por serem compostos pelas próprias elites locais, ou por terem um campo de ação muito bem definido e limitado, o termo. Na hierarquia do Império, era o poder mais baixo, portanto, o que a população mais sentia e, por isso, o mais efetivo.⁵²

O mais correto seria atribuir às câmaras municipais coloniais um duplo papel: de um lado, poderiam representar os interesses das elites locais e, de outro, poderiam servir aos interesses da Coroa na localidade.⁵³ Este duplo papel não era estático, o acompanhamento do cotidiano de Vila Rica mostrou-nos que estas funções oscilavam muito: ora a instituição servia aos interesses de determinadas facções locais, em detrimento do rei, ora estava a serviço de outras facções locais, mais alinhadas ao monarca. Em síntese, os papéis oscilavam em função da correlação de forças no nível local.

De um lado, estavam as facções das elites locais, heterogêneas, e de outro, as forças que limitavam localmente as câmaras municipais, isto é, principalmente os governadores das capitanias e o corregedor (cuja função era exercida, em algumas regiões, pelo ouvidor), que tinha como atribuição fiscalizar a atuação das instituições locais, inclusive revisando anualmente suas contas. Nas regiões mais importantes para o poder régio, a pressão sobre as câmaras municipais era muito grande. Quando as manipulações dos agentes régios davam certo, determinada facção controlava estas instituições e atuava de forma alinhada aos

⁵⁰ FURTADO, Júnia Ferreira. “As Câmaras municipais e o poder local...” p. 30.

⁵¹ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra...* p. 98-99.

⁵² ZENHA, Edmundo. *O Município no Brasil...* p. 105, 118.

⁵³ CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros...* p. 146.

interesses régios, mas quando falhava a intervenção, não tardavam a ocorrer atritos entre oficiais opositores e os agentes régios.

Um estudo que pretende abordar as câmaras municipais coloniais, deve abordar, necessariamente, este caráter duplo da instituição, representando os interesses das elites locais ao mesmo tempo em que reforçava a presença régia, por ser o poder mais visível e sentido pela população. Indo mais além, os homens bons que estavam aptos a ocupar os postos da instituição, ao ocuparem, desempenhavam seu papel de colonos, ou seja, de homens que vivem em colônia, objetos da ação colonizadora e, ao mesmo tempo, desempenhavam seu papel de colonizador, ou seja, de agente da colonização, pois participavam de uma instituição que representava localmente o poder real, principalmente no que diz respeito à defesa dos interesses econômicos do rei.⁵⁴

A compreensão da dupla função das câmaras municipais coloniais não é tão simples. Como podem os indivíduos, comprometidos localmente, representarem o rei? Em primeiro lugar, é preciso diferenciar as demandas que passam pela câmara municipal e são de interesse régio das outras, cotidianas, que não interessam ao monarca. Nestas demandas cotidianas, pontuais, os interesses das elites locais que controlam a instituição prevalecem. Quando os temas interessam ao rei – quando estão vinculados à defesa de território ou a interesses econômicos maiores, como por exemplo os quintos em Minas Gerais – os conflitos surgem e, a médio prazo, são os interesses régios que predominam. Em Minas Gerais, os camaristas que se opuseram, de forma sistemática, aos interesses régios, acabaram afastados das instituições, de imediato, ou através de manipulações eleitorais. As câmaras municipais eram extremamente conservadoras quando se tratava de políticas relacionadas aos interesses régios: agiam para manter e reproduzir a ordem econômica vigente.⁵⁵ Atesta-se a dupla função da instituição também pelo comportamento das elites, que viam nas câmaras municipais um espaço de legitimidade portuguesa. Fazer parte delas era pertencer a um poder que regulava o cotidiano local, mas que transcendia a colônia, que se vinculava ao poder central. Esta dupla função era percebida de forma clara pelos administradores coloniais.⁵⁶

⁵⁴ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. “O município no Brasil colonial e a configuração do poder econômico”. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 389-392.

⁵⁵ Ibidem. p. 393.

⁵⁶ Vera Ferlini, em breve análise sobre estas instituições, cita um precioso documento em que o governador Martim Lopes Lobo de Saldanha, em novembro de 1775, define as câmaras municipais como agentes da defesa dos interesses locais, mas dentro da lógica das políticas e determinações metropolitanas. Cf. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. “O município no Brasil colonial...” p. 394.

Em uma sociedade de Antigo Regime, a riqueza, por si só, não gerava prestígio. A sociedade mineira, apesar de se desenvolver sob uma forte influência da riqueza e uma influência quase nula da tradição – por ter surgido quase instantaneamente em meio às minas de ouro no interior do continente – ainda assim, guardava alguma relação com os valores do Antigo Regime. Neste universo, independente do papel político que cada autor veja nas câmaras municipais, não se pode negar que foram vitais para a consolidação do poder das elites locais e um bom caminho para se adquirir o prestígio necessário para alcançar outros postos.⁵⁷

As câmaras municipais eram instituições coletivas, logo controladas por grupos com interesses econômicos e de classe nem sempre claros e homogêneos. Concordamos, portanto, com Joaquim Romero Magalhães quando afirma que, de forma geral, era o grupo que detinha poder sobre a instituição, ainda que algum indivíduo possuísse um cargo de forma vitalícia, exercia uma capacidade limitada de influência sobre este poder coletivo.⁵⁸

No entanto, parece-nos que a maior parte dos trabalhos atuais tende a dar ênfase excessiva à liberdade dos indivíduos, desprezando as forças que agem limitando e condicionando a ação destes sujeitos. A análise das redes, quando aplicada de modo a desprezar as concepções de classe, que são inerentes à vontade individual, dão uma liberdade aos indivíduos que não é plausível. Este é, também, um problema de algumas, e apenas algumas análises de micro-história.⁵⁹ As análises que se concentram excessivamente no nível micro, correm um risco, pela própria abordagem, de não conseguirem enxergar as forças que limitavam a ação dos indivíduos e, portanto, correm o risco de exagerar suas possibilidades, da mesma forma que análises exclusivamente generalizantes podem, se mal conduzidas, desprezar o papel dos indivíduos.

Muitos trabalhos que se propuseram estudar as elites coloniais demonstraram preocupação em realizar uma análise equilibrada entre a liberdade dos indivíduos e as forças

⁵⁷ No século XVIII em São Paulo, por exemplo, a instituição serviu como trampolim para a função de provedor da Misericórdia, pois 80% dos provedores exerciam algum cargo na câmara municipal. Cf. BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 130, 155-156. A autora ressalta que a câmara municipal não era o único meio de aquisição de prestígio nas sociedades coloniais, destacando também a participação em irmandades religiosas.

⁵⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder Concelhio: das origens às cortes constituintes. Notas de História Social*. 2ª Edição Revista. Coimbra: CEFA, 2008. p. 72.

⁵⁹ António Manuel Hespanha e Giovanni Levi manifestaram suas preocupações com as limitações da micro-história, chamando atenção para a necessidade de se esboçar, com cautela, algumas generalizações e, quando se trata especificamente das relações entre centro e periferia, buscar-se um apoio em interpretações gerais. HESPANHA, António Manuel. “Por que é que foi ‘portuguesa...” p. 39.

que limitavam suas ações. Algumas obras conseguiram manter este equilíbrio, outras acabaram por exagerar o papel dos sujeitos. Laura de Mello e Souza, em *O sol e a sombra* – dividido em duas partes, uma dedicada ao que chama de *enquadramentos*, e a outra aos *indivíduos* – fez este mesmo alerta, e é um exemplo dos esforços que conseguem desenvolver uma análise bem equilibrada. A autora alertou que os problemas é que devem conduzir a escolha das trajetórias individuais, e não o oposto. Ou seja, as trajetórias não são importantes por si só, mas apenas quando, através delas, podem ser percebidas questões estruturais.⁶⁰

A nosso ver, é necessária uma visão que equilibre os dois polos. Definir as obras de deterministas ou voluntaristas, isto é, apontar algumas como limitadoras das liberdades dos indivíduos e com potencial de negar ou reduzir a capacidade dos sujeitos de influenciar o movimento histórico ou, ao contrário, considerar que a vontade destes indivíduos é o que determina tudo, só empobrece o debate e desvia-nos dos reais objetivos do estudo. É necessário empreender uma análise que desenvolva e reforce as estruturas sociais, que não negue, entre outros aspectos, as classes sociais, mas que não negue aos indivíduos sua importância, que reconheça a liberdade que eles tiveram, ainda que limitada. É preciso reforçar que os indivíduos são prisioneiros de certas ideias que persistem, mas que são, também, capazes de resistir às pressões econômicas, políticas e sociais.

Trabalhos recentes, como o de George Félix Cabral de Souza, manifestaram estas mesmas preocupações, reforçando que a abordagem influenciada pela micro-história tem muito a contribuir e enriquecer a análise histórica, mas que não deve ser encarada em contraposição à análise do que poderia ser definido como macro-história e, sim, de modo complementar, reforçando os limites de um individualismo metodológico, afinal de contas, os indivíduos estavam inseridos em um conjunto social, viviam uma experiência coletiva.⁶¹

* * *

Apresentadas as câmaras municipais e seus usos políticos, tratar-se-á agora do desenvolvimento destas instituições ao longo do período colonial, para, em seguida, entender como este processo ocorreu na região das minas. Houve, desde a elaboração das primeiras Ordenações Afonsinas, ainda no século XV, um esforço centralizador no reino, embora tímido, que tendeu a avançar sobre os poderes locais. Com estas leis gerais, o controle das prerrogativas das câmaras municipais concentraram-se nas mãos de poucos indivíduos. Houve

⁶⁰ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra*... p. 19.

⁶¹ SOUZA, George F. Cabral de. *Tratos e Mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654 – c. 1759)*. Recife: Editora UFPE, 2012. p. 27-29.

poucas mudanças com as Ordenações Manuelinas de 1521, mas uma nova investida contra as liberdades dos municípios foi feita na confecção das Ordenações Filipinas de 1603.⁶²

A partir da Restauração do reino de Portugal em 1640, o processo de centralização régia ganha novo vigor, integrando-se ao movimento de consolidação da nova dinastia. Este processo de fortalecimento e centralização, base da constituição dos Estados Modernos, fundamentou-se em três imperativos: a guerra exterior, a militarização e a pressão fiscal sobre seus domínios.⁶³

Tanto a elaboração das leis gerais (Ordenações), como o aumento da pressão sobre seus domínios e a organização militar, são traços da centralização e fortalecimento do poder régio. Contudo, este fortalecimento, ocorrido também nos séculos XVI e XVII não significou, de imediato, a diminuição da liberdade dos poderes locais, principalmente os coloniais. Esta diminuição das prerrogativas locais só começa a ser sentida nas últimas décadas do século XVII. Isto porque as câmaras municipais eram instaladas normalmente em um regime de prerrogativas amplas, ou seja, com reduzida ingerência do poder central sobre suas ações cotidianas. Isso estimulava as elites locais a assumirem os encargos que envolvem a instalação de uma vila.⁶⁴ Tal movimento ocorreu em Minas Gerais, mas de forma muito mais rápida e intensa. Houve, de início, prerrogativas amplas que, no entanto, foram rapidamente reduzidas pelos agentes locais. Já no final da primeira década, o poder ou as prerrogativas das câmaras municipais deste território já se encontravam muito limitadas.

Estes poderes locais institucionalizados nas câmaras municipais da América portuguesa, estavam muito mais distantes do poder central. Aos poucos, o poder régio tratou de criar funções que o representariam na colônia e, em certa medida, amenizariam as distâncias, agindo em casos de maior urgência. Além dos governadores de capitania, tinham incumbências judiciais os ouvidores, corregedores e juízes de fora; incumbências militares os alcaides-mores e os capitães de ordenança; incumbências fiscais, os almoxarifes e os oficiais alfandegários. A partir de 1548, foi criado, também, um Governo-Geral e, em 1609, um Tribunal Superior: a Relação da Bahia.⁶⁵

⁶² ZENHA, Edmundo. *O Município no Brasil...* p. 15-19.

⁶³ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império...* p. 340.

⁶⁴ ZENHA, Edmundo. *O Município no Brasil...* p. 11-13, 37.

⁶⁵ MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho...* p. 212. Para maiores informações sobre ofícios judiciais, cf. SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos. A administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro; Brasília: Editora Nova Fronteira; Pró-Memória, Instituto Nacional do Livro, 1985; SCHATZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

As câmaras municipais brasileiras dos séculos XVI e XVII apresentaram, de modo geral, um funcionamento muito mais vigoroso do que suas congêneres metropolitanas, muitas já instaladas há séculos. Este maior vigor esteve associado a fatores como: a distância do poder central; a relevância econômica da área que administravam; e a idade da instituição, pois, quanto mais novas, em geral, maiores tendiam a ser as demandas e mais amplas as prerrogativas. Edmundo Zenha sintetiza este vigor que as instituições brasileiras alcançam, extravasando, em alguns momentos, o que era previsto nas Ordenações Filipinas:

“Deve-se procurar ver que a entidade empalhada pela Ordenação, ao contato com as novas necessidades e ao bafejo das mesmas causas que no passado europeu lhe haviam comunicado vida, tornou-se plástica, orgânica, maleável, instrumento vivo e eficiente nas mãos do colono. O arcabouço jurídico era o mesmo, o figurino era o talhado pela ciência legal da metrópole. O seu funcionamento, no entanto, extravasou das normas, completou-as, ampliando-as ou mutilando-as, conforme as injunções do novo ambiente social.”⁶⁶

Ao longo dos dois primeiros séculos de presença lusitana, as instituições locais na colônia gozaram, em geral, de maior liberdade para deliberar sobre os assuntos locais. Mas, à medida que estas instituições foram se consolidando e, por outro lado, o poder local lusitano se reestruturando a partir do fim da União Ibérica (1580-1640) e, ainda, a colônia na América crescendo em importância, o poder central começou a pressionar as câmaras municipais coloniais, isto é, a reduzir suas prerrogativas. Esta tendência de maior centralização política e administrativa começou a ser sentida na colônia a partir da segunda metade do século XVII.⁶⁷ Não há, na historiografia, grandes discordâncias quanto a esta tendência de diminuição das prerrogativas dos poderes locais a partir das últimas décadas do século XVII. A inexistência de cortes ao longo do século XVIII (a última ocorreu em 1698) é a prova de que estava em curso uma centralização no Império português.⁶⁸

Não é que as câmaras municipais tenham se tornado, a partir do século XVIII, instituições vazias, sem função. Continuariam com muitas incumbências, mas quase todas ligadas à normatização do cotidiano das vilas, como a distribuição dos chãos urbanos (aforamentos), a coleta de taxas municipais, o controle de preços dos principais produtos, a fiscalização do comércio, o gerenciamento das obras públicas, a organização de festas, entre outras. O que ocorreu, de modo geral, foi a perda ou redução das funções estratégicas que

⁶⁶ ZENHA, Edmundo. *O Município no Brasil...* p. 39-40.

⁶⁷ MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho...* p. 207.

⁶⁸ SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais em Minas Gerais setecentista: a representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808)*. Tese de Doutorado em História. Campinas: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, 2003. p. 6-9.

exerciam até meados do século XVII, como arrecadação de tributos vultosos e a supervisão de contratos, que foram passadas a outros funcionários na colônia nomeados pelo monarca.⁶⁹

Antonil produziu sua obra “Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas” neste contexto, publicando-a na corte em 1711. Há trechos em que o autor coloca-se em defesa das manutenção das prerrogativas das câmaras municipais ligadas às regiões de produção açucareira na colônia. Há quem defenda que o livro seria um argumento no sentido de restaurar o papel da indústria açucareira na colônia e o poder político dos senhores de engenho que sofriam com os impactos das descobertas auríferas.⁷⁰

Mas qual teria sido o impacto do ouro sobre as câmaras municipais coloniais? Em teoria, o aumento da riqueza na colônia geraria uma vantagem e uma desvantagem para os poderes locais. A vantagem seria administrar locais mais ricos ou que se beneficiariam indiretamente do ouro em função do aumento do comércio com a região mineradora. A desvantagem seria o aumento da importância econômica da colônia para a metrópole e o consequente aumento da presença dos agentes régios, que limitavam as prerrogativas locais dos poderes locais.

Parece-nos que, de modo geral, predominaria a desvantagem sobre a vantagem e o século XVIII seria marcado pela continuidade do movimento geral, iniciado em meados do século XVII, que tendia a limitar, cada vez mais, as prerrogativas das câmaras municipais coloniais. Mas e as câmaras municipais do ouro? Criadas a partir da segunda década do século XVIII – portanto, em um contexto de redução das prerrogativas de suas congêneres espalhadas pela colônia – teriam um desenvolvimento muito peculiar. O modelo de administração implantado em Minas Gerais, apesar das debilidades iniciais do poder régio na região, tendia a uma extrema centralidade. Gerava, segundo Júnia Furtado, situações contraditórias: agia com todo rigor em locais como o Distrito Diamantino e, em outros, a ação rigorosa culminava com os desmandos dos próprios agentes régios.⁷¹

As primeiras câmaras municipais de Minas Gerais surgem com um prerrogativas amplas. Entretanto, se alinham, em pouco tempo, ao movimento geral de redução das prerrogativas dos poderes locais na colônia. Este alinhamento não ocorreu de forma natural,

⁶⁹ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império...* p. 202.

⁷⁰ Para um debate mais detalhado sobre autores que viram na obra esta tendência, ver o estudo crítico de André Mansuy Diniz Silva em ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e Notas de André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007. p. 54.

⁷¹ FURTADO, Júnia Ferreira. “O outro lado da Inconfidência Mineira: pacto colonial e elites locais”. *Revista de História*. Ouro Preto, n. 4, 1993/1994. p. 72. Apud SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais em Minas Gerais setecentista: a representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808)*. Tese de Doutorado em História. Campinas: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, 2003. p. 52.

foi resultado de uma série de manobras dos agentes régios para pôr fim à era dourada das câmaras municipais em Minas Gerais.⁷² A partir da década de 1720, ao menos em Vila Rica, a instituição passaria a ser acompanhada de perto pelo governador e pelo ouvidor. Embora não contasse com um juiz de fora, como seria o caso da vizinha Vila do Carmo a partir da década de 1730, em Vila Rica o escrivão da câmara era nomeado pelo monarca, e atuava em conjunto com os agentes régios locais, contendo possíveis focos de resistência das elites locais manifestas na cúpula camarária. Todo este processo será detalhado nos próximos capítulos. Neste momento, cabe afirmar que o ouro não ampliou as prerrogativas das elites locais em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII.

A criação de vilas em Minas Gerais foi uma ação muito limitada e bem calculada, ocorreu em dois momentos delicados da história da capitania e o aspecto decisivo para criação delas era o político, ou seja, o dinamismo comercial e a proximidade dos caminhos não foi, em Minas, uma condição necessária nem suficiente para se criar uma vila.⁷³ Para entender esta situação, é necessário ter em mente que o ato de se elevar um arraial à condição de vila, e as vilas à condição de cidade, era uma exclusividade régia, e tinha consequências muito importantes, algumas favoráveis ao rei, outras, às elites locais.

A criação de vilas e, conseqüentemente, câmaras municipais, de modo geral, tendia a fortalecer as elites locais em um primeiro momento.⁷⁴ Os principais postos das instituições eram ocupados por membros deste grupo, exceto no caso das instituições que tinham juízes de fora (nomeados pelo rei), como o caso de Mariana, ou de instituições onde funcionários centrais como o escrivão da câmara eram nomeados pelo rei, como em Vila Rica. Ocupar estas funções era uma forma de ganhar prestígio e servir ao rei. Além disso, as câmaras municipais podiam comunicar-se diretamente com o monarca, o que ampliava as possibilidades de pedido e obtenção de privilégios.

Este prestígio tinha uma contrapartida percebida de maneira nítida no caso das minas. As câmaras municipais, enquanto instituição, agiam sobre as elites locais de diversas formas. Em primeiro lugar, constituíam um espaço institucionalizado em que estas elites poderiam pautar suas queixas, mas ao mesmo tempo era um espaço cuja ação era extremamente limitada à esfera local, entenda-se, do município. Logo, os potentados tendiam a se fixar em

⁷² Maria Verônica Campos diz que, apesar da maior liberdade que as câmaras municipais em Minas Gerais tinham nesta primeira década, controlando inclusive a arrecadação dos Quintos, a ideia de uma era dourada destas instituições é falsa, pois desde o governo de Dom Brás Baltasar da Silveira (1713-1717) estava em curso uma política para minar o poder destes potentados. Cf. CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros...* p. 167.

⁷³ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas del rei...* p. 35.

⁷⁴ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos brasileiros...* p. 149.

um lugar, limitando sua influência. Em seguida, este processo de institucionalização previa, nas eleições, a filtragem, por parte do ouvidor, de quem podia ou não participar da cúpula camarária. Por fim, com a criação destas instituições, as elites eram integradas a um modelo de organização implantado pelo rei. Submetia-se, portanto, esta elite, a um conjunto de normas em que o poder régio e seus agentes tinham maior capacidade de influenciar. Portanto, as câmaras municipais são implantadas com o objetivo de integrar e subordinar as elites ao poder régio. Além disso, a instalação, na região do ouro, de uma máquina burocrática, da qual as câmaras municipais fazem parte, contribuiu para o aumento do fisco na área.⁷⁵

Conforme afirmamos, também em Minas Gerais, as câmaras municipais cumpriam uma dupla função: por um lado, deveriam representar os interesses da população do lugar; por outro, enquanto instituição com poderes judiciais e legislativos (a nível local), sua existência representava, mesmo contra a vontade dos indivíduos que momentaneamente a dirigiam, a presença do poder régio na região. Cabia aos oficiais camarários representar e, ao mesmo tempo, disciplinar a população. Evidentemente que estes oficiais, todos membros da elite local, representavam seus interesses pessoais ou de classes que, em alguns raros momentos, até poderiam coincidir com uma ou outra necessidade da maioria da população. Logo, criar uma instituição destas favorecia e, ao mesmo tempo, limitava a ação das elites locais. Por ter este caráter duplo, sua criação, principalmente na região das Minas, foi muito rara e controlada.⁷⁶ Justamente por ter este caráter duplo e por ser dirigida por pequenas facções que compunham as elites locais, compromissadas com seus interesses individuais ou de classe, é que temos que concordar com Joaquim Romero Magalhães quando diz ser “ousado afirmar que a Câmara servia como intermediária entre os governos da Coroa e o povo”.⁷⁷ Talvez o fosse em circunstâncias muito específicas, mas, ao menos em Minas Gerais, isto foi muito mais exceção do que regra.

⁷⁵ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos brasileiros...* p. 95-6, 98, 227. SOUZA, Laura de Mello e. *Opulência e miséria...* p. 28. CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros...* p. 166.

⁷⁶ Em 1808, quando D. João VI desembarca em Salvador, toda a colônia contava com 12 cidades e 225 vilas, enquanto no reino havia 22 cidades e mais de 500 vilas, sendo muito raras as câmaras municipais que tinham por sede uma cidade. Neste mesmo momento, a capitania de Minas Gerais contava com mais de 300 arraiais, 15 vilas e uma cidade. Minas Gerais possuía cerca de 20% da população da colônia, mas contava com apenas 7% das vilas e cidades. Fica claro a tendência do poder régio em limitar a criação das câmaras municipais em Minas Gerais. A situação no Distrito Diamantino foi ainda pior, pois a principal localidade, o arraial do Tijuco, não foi elevado a vila. Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas del rei...* p. 29-33; SOUSA, Avante Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII)*. Tese de Doutorado em História Econômica. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, 2003. p. 59.

⁷⁷ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos brasileiros...* p. 119-120.

Na prática, em alguns momentos as câmaras municipais de Minas Gerais, apesar de todo o controle régio que pairava sobre elas, poderiam ser vistas como obstáculo para o governo, mas tudo dependia da composição de sua cúpula que, por sua vez, dependia da eficiência dos oficiais régios na intervenção no processo eleitoral da instituição. Mesmo depois de 1720, há reclamações pontuais desses agentes em relação ao posicionamento da instituição. Em 1722, por exemplo, o governador Dom Lourenço de Almeida alegou que as câmaras municipais da região eram ocupadas, em grande medida, por sujeitos muito “inquietos”, o que afastava os homens de bem de servirem nestas instituições.⁷⁸

Houve dois momentos de criação destas instituições em Minas Gerais: entre 1711 e 1730 e entre 1789 e 1814, e não foi por acaso. No primeiro momento, criaram-se as vilas e câmaras municipais para institucionalizar as elites locais, ou seja, atraí-las para dentro da lógica institucional do Império português, portanto, para a esfera de influência e controle régio. O segundo momento deu-se logo após o descobrimento do movimento de conjuração nas minas, e contemplou, não mais as áreas de mineração, como no primeiro momento, mas predominantemente as áreas de atividade agrícola na comarca do Rio das Mortes, com o objetivo, também, de exercer maior influência sobre estas novas elites que surgiam em torno dessas novas atividades econômicas que se fortaleciam na periferia geográfica da capitania.⁷⁹

Vila Rica foi a segunda localidade na região aurífera a ser elevada à condição de vila, em julho de 1711. A vizinha Vila do Carmo foi a primeira a ser elevada em abril do mesmo ano, e Sabará, mais distante, também receberia uma câmara municipal em 1711. Era necessário que uma das três fosse transformada em capital para abrigar a residência do governador e, segundo Cláudia Damasceno Fonseca, o critério principal era a centralidade em relação aos polos mineradores. A ideia era que esta localidade abrigasse, futuramente, a “praça de armas” e que recebesse o privilégio de cidade. Vila Rica, das três primeiras vilas, era a que tinha as melhores condições, digamos, geopolíticas, para sediar o governo. Contudo, durante toda a década de 1710, o governo oscilou entre Vila do Carmo e Vila Rica, vizinhas. Só a partir da Revolta de Vila Rica, em meados de 1720, é que o governador muda-se de vez para Vila Rica,

⁷⁸ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra...* p. 162.

⁷⁹ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas del rei...* p. 33-34, 133, 138. Foram criadas ao todo 16 vilas, por ordem cronológica são: 1711, Vila do Carmo (depois cidade de Mariana), Vila Rica (Ouro Preto) e Vila Real do Sabará (Sabará); 1713, Vila de São João del-Rei; 1714, Vila Nova da Rainha (Caeté) e Vila do Príncipe (Serro); 1715, Vila de Piedade do Pitangui (Pitangui); 1718, Vila de São José del-Rei (Tiradentes); 1730, Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí (Minas Novas); 1789, São Bento do Tamanduá (Itapecerica); 1790, Queluz (Conselheiro Lafaiete); 1791, Barbacena; 1798, Campanha da Princesa (Campanha) e Paracatu do Príncipe (Paracatu); 1814, São Carlos do Jacuí e Santa Maria de Baependi.

que se torna a capital. Não obstante, não foi elevada à condição de cidade, o que só ocorreu a Vila do Carmo na década de 1740, quando tornou-se sede do Bispado.⁸⁰

O processo de instalação do governo local na capitania veio acompanhado da divisão desta em comarcas. Inicialmente, foram criadas três comarcas: de Vila Rica, do Rio das Velhas e do Rio das Mortes. O critério para divisão das áreas era simples, seguiam-se as bacias hidrográficas. Em 1720, criou-se a quarta comarca, Serro do Frio. A comarca de Vila Rica era menor que as vizinhas, mas foi a mais importante durante boa parte do século XVIII. Dividia-se, inicialmente, em dois termos: o de Vila do Carmo (Mariana) e o de Vila Rica. Estes termos eram compostos por freguesias e, estas, por arraiais e distritos. Embora Vila Rica abrigasse o governador da capitania e o ouvidor da comarca, era o termo de Vila do Carmo o mais extenso e populoso, atingia as fronteiras com o Rio de Janeiro, abrangendo os sertões do Rio Pomba, Muriaé e Doce.⁸¹

As câmaras municipais, quando criadas, normalmente recebiam, do próprio rei, uma sesmaria – região central que media, normalmente, seis léguas em quadra – onde a instituição poderia cobrar foros dos habitantes.⁸² Vila Rica foi a primeira, na região aurífera, a receber estes terrenos, que foram doados pelo governador Antônio de Albuquerque em 1711, e confirmados por carta régia em 27 de setembro do mesmo ano. Em 1715, os camaristas de Vila Rica recebem nova carta de doação da sesmaria com uma légua em quadra, mas não confirmam tal doação. O tema volta a ser assunto em 1732, quando os oficiais reclamam que os terrenos doados no início da década de 1710 estavam ocupados por moradores, e pedem novo terreno, desta vez com duas léguas em quadra. No ano seguinte o governador André de Melo e Castro é incumbido pelo rei de investigar a situação e, em 1734, os oficiais explicam que tinham controle sobre a primeira sesmaria, mas que não a confirmaram em função de não terem representantes em Lisboa. A situação termina com a manutenção da sesmaria de uma légua em quadra, como nas outras vilas da região.⁸³

Em julho de 1711, quando criou-se Vila Rica, na realidade, fez-se uma projeção geográfica do que seria a vila, juntando, sob este nome, os arraiais de Antônio Dias e Ouro Preto, próximos, mas ainda não unidos geograficamente. Com o tempo, estes arraiais foram se

⁸⁰ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas del rei...* p. 141-146.

⁸¹ Ibidem. p. 143; PIRES, Maria do Carmo. “O termo de Vila de Nossa Senhora do Carmo/Mariana e suas freguesias no século XVIII”. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto, Editora UFOP, 2008. p. 26-27.

⁸² FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas del rei...* p. 460-461.

⁸³ Ibidem. p. 464, 468-469.

desenvolvendo e se uniram geograficamente, formando uma só malha urbana, como vemos hoje ao visitar as ladeiras de Vila Rica.⁸⁴

Pouco tempo após a elevação dos arraiais em vila, não obstante as dificuldades geográficas do local, resultado de um relevo muito acidentado, Vila Rica constituiu-se como o mais importante centro comercial da capitania, reunindo produtos que vinham das diversas áreas de Minas Gerais, de outras capitanias e até mesmo da metrópole.⁸⁵ Vila Rica manteve esta condição de principal centro comercial da capitania não só no século XVIII, mas também nas primeiras décadas do século XIX. Martius e Spix, respectivamente botânico e zoólogo, ao viajarem pela capitania no final da década de 1810, registraram o seguinte:

“Entre todas as cidades no interior do Brasil, nenhuma tem comércio tão animado como Vila Rica. Daqui partem estradas para São João d’El rei; por Minas Novas, para a Bahia; por São Romão, Tijuco, Malhada, para Paracatu, Goiás e Mato Grosso; porém nenhuma é tão movimentada, com o vaivém de tropas, como a estrada que leva ao Rio de Janeiro, sede de governo, distante setenta léguas.”⁸⁶

O brasilianista A. J. R. Russell-Wood diria, sobre as vilas da região aurífera, que elas formavam um arquipélago de crescimento urbano em uma área virtualmente desabitada por europeus. Deste arquipélago, o autor destaca que apenas Vila Rica alcançou um nível multidimensional. O que diferencia Vila Rica de outros grandes centros interiores ligados à produção aurífera, como Cuiabá e Vila Bela, era a capacidade de polarizar diversos tipos de atividades, por isso, transformar-se em um verdadeiro núcleo multifunção. Segundo o autor, Cuiabá e Vila Bela, embora contassem com uma grande população urbana, continuaram periféricas em relação à cidade de São Paulo. É o caso também de Vila do Carmo: elevada à categoria de cidade de Mariana em função da criação da Sé episcopal em 1745, não tinha grandes funções para além da eclesiástica, diferente de Vila Rica que, mesmo não sendo cidade, permanecia como núcleo político-administrativo da capitania, concentrando as atividades comerciais.⁸⁷

⁸⁴ Maria Aparecida de Menezes Borrego apresenta três croquis, em seu trabalho de mestrado, que ilustram esta expansão geográfica. Em 1730 os arraiais ainda não estavam totalmente unidos, embora apresentassem significativa expansão, comparando com a situação em 1711. O último croqui de 1765 já mostra os arraiais totalmente unidos. Cf. BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e práticas...* p. 65-75.

⁸⁵ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas del rei...* p. 35.

⁸⁶ SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. 3 v. Apud ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. p. 23.

⁸⁷ RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Centros e Periferias..." p. 11-14.

A comarca de Ouro Preto, onde estavam sediadas Vila do Carmo e Vila Rica, cabeça da comarca onde residia o ouvidor, era exceção, ou seja, nela a mineração era atividade predominante até ao menos a década de 1770. A produção agropecuária existia e até gerava um excedente comercializado, mas o objetivo principal, neste caso, era abastecer internamente as propriedades para reduzir custos das atividades ligadas à mineração. Já na comarca do Rio das Mortes, a tendência é outra. A mineração estava presente, mas era a agropecuária mercantilizada, isto é, voltada para a troca, a principal atividade. Era dela, em grande medida, que saía o sustento de outros locais menos propícios às atividades agrícolas.⁸⁸

Tendo em vista este quadro, Cláudia Damasceno da Fonseca justifica o nome de “Arraiais e vilas del rei” como título do seu livro. A escolha é bem fundamentada, são locais submetidos ao rei e não ao ouro, entendendo que comércio e agricultura foram tão ou mais importantes, em alguns locais, do que a própria mineração.⁸⁹ Mas Vila Rica foi exceção, não porque não estivesse sob o olhar atento dos agentes régios, mas porque, nela, a mineração teve, de fato, um peso muito significativo.

Como se pode perceber diante de tudo que foi exposto até aqui, a sociedade, gerada abruptamente em Minas Gerais, era diferente de todas as outras que poderíamos encontrar nas outras capitanias da colônia. Era uma sociedade muito mais instável, que apresentava uma mobilidade social muito mais intensa e com uma influência muito maior da riqueza.⁹⁰ Nesta sociedade, as convenções e os códigos estamentais do reino perdiam o sentido, o ouro havia recriado tudo: era um novo começo, não havia passado, não havia memória; a riqueza inventava as tradições.⁹¹

A própria noção de nobreza, em Minas Gerais, é frágil e limitada. Para além da nobreza política ou da terra, de segundo escalão que, de nobre mesmo, tinha muito pouco, eram pouquíssimos os casos de indivíduos que conseguiam alguma distinção. Roberta Stumpf estudou os pedidos de concessão de hábitos feitos em Minas Gerais ao longo do século XVIII e mostrou que foram feitos apenas 134 entre 1700 e 1808, 2/3 deles antes de 1773.⁹² Portanto, uma média de pouco mais de um pedido por ano, um número que consideramos excessivamente baixo para uma região com a importância que tinha Minas Gerais.

⁸⁸ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais...* p. 75-76, 81, 83-84.

⁸⁹ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas del rei...* p. 20.

⁹⁰ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império...* p. 372-373.

⁹¹ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra...* p. 159, 168.

⁹² MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho...* p. 42; STUMPF, Roberta Giannubilo. *Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de hábitos das ordens militares nas minas setecentistas*. Tese de Doutorado em História. Brasília: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, 2009. p. 142.

Era de se esperar que uma sociedade diferente apresentasse câmaras municipais que se diferenciavam das outras, e foi o que aconteceu. Maria de Fátima da Silva Gouvêa, ao tratar destas instituições em Minas Gerais, afirma que, desde muito cedo, eram submetidas a uma vigilância severa por parte de oficiais régios.⁹³ De todas as regiões do Império português, talvez tenha sido em Minas Gerais que a relação com o poder régio tenha se tornado mais complexa. Além das atividades costumeiras, havia a arrecadação dos quintos, feita pelas câmaras municipais até 1724; as rebeliões de negros foram assunto constante nas vereações e preocupação primária dos governadores, assim como o acompanhamento atento da posição dos potentados envolvidos com a instituição local.⁹⁴

1.3. Tendências historiográficas sobre os poderes locais

A historiografia sobre as câmaras municipais no Império português é marcada por duas tendências. De um lado, uma produção que parte do pressuposto de que existe uma lógica global, sistêmica e estrutural, que orienta as relações entre colônia e metrópole; de outro lado, uma produção que se baseia em argumentos empíricos e em tendências de curto prazo, que relativiza, ou mesmo, desconsidera a existência de uma lógica sistêmica que orienta a relação entre colônia e metrópole.⁹⁵ Para a primeira tendência, há o entendimento de que colônia e metrópole conectam-se por meio de um sistema colonial, marcado pela exploração mas também pelo desenvolvimento da colônia. Esta tendência historiográfica entende que há uma centralização e um fortalecimento do rei e do Estado dentro do Império lusitano a partir da segunda metade do século XVII, que alcança seu auge no período pombalino. Já a segunda tendência, compromete-se com a implosão do “paradigma estatalista”, com a dissolução do entendimento de um Estado absoluto e que tem concentrado suas forças enfatizando os elementos não absolutos do absolutismo, com o propósito de relativizá-lo e desconstruí-lo.⁹⁶

Se a primeira tendência tem como marco a obra de Fernando Novais, *O Antigo Sistema Colonial*, a segunda tendência tem como principal referência a coletânea *Antigo Regime nos Trópicos*, organizada por João Fragoso, Fernanda Bicalho e Maria de Fátima da Silva Gouvêa. Esta tendência pauta-se pela minimização do papel do Estado e pela minimização do papel da

⁹³ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Dos Poderes de Vila Rica do Ouro Preto – Notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII.” In: *Varia História*. n. 31, Jan. 2004. p. 129.

⁹⁴ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência...* p. 77.

⁹⁵ SOUSA, Avanete Pereira. “Manifestações locais da Crise do Antigo Sistema Colonial? O exemplo das câmaras municipais da capitania da Bahia”. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 303.

⁹⁶ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra...* p. 54, 68-69.

escravidão moderna. Os autores, próximos a esta tendência, que trabalham com as câmaras municipais, tendem a enfatizar – alguns mais, outros menos – o poder das elites locais e de suas redes clientelares e a capacidade de negociação que estas tem frente ao rei. Os próprios autores da coletânea definiram-se como autores de uma “história compensatória”, propondo-se a analisar as relações intercoloniais sem o componente metropolitano.⁹⁷

O entendimento central desta tendência dita compensatória é de que havia um Império português, e que este Império ligava o rei, no centro, às câmaras municipais, na colônia; até aqui todos convergem. A nosso ver a divergência começa quando se explica que o Império é partilhado entre rei e súditos, quando deixa-se em segundo plano a transferência de rendas existente entre um e outro polo; quando descreve-se o sistema de mercês distribuídas estrategicamente pelo rei como obrigação, ou “quase obrigação”; quando tenta-se, em última análise, ler o poder dos colonos como estando no mesmo patamar que o poder régio.⁹⁸

Há, tanto em uma, como em outra tendência, diferenças de entendimento entre os autores; não se tratam, evidentemente, de produções homogêneas; há significativas divergências internas. Os autores mais próximos da tendência compensatória concebem as relações entre metrópole e colônia a partir da ideia de vulnerabilidade permanente, que existiria desde o início da expansão ultramarina, vulnerabilidade presente, não apenas na economia, mas também na política do Império. Portanto, dissolve-se a ideia de dominação metropolitana, ficando no lugar uma noção de vínculo vulnerável.⁹⁹

É exatamente neste sentido que vem se usando a noção de Império, não para afirmar a dominação de um centro sobre uma periferia (através da cooptação das elites desta periferia), mas para colocar elites metropolitanas e coloniais em um mesmo patamar, dividindo o poder de um Império, numa espécie de integração. Trata-se, portanto, de um Império não mais português, mas dividido com as colônias, com interesses não necessariamente opostos e excludentes entre as partes.¹⁰⁰

É possível que uma parte significativa dos colonos não se sentisse explorada, principalmente nos séculos XVI, XVII e na primeira metade do século XVIII. Pode ser que se sentissem parte de um Império, principalmente as elites coloniais. Mas não se pode julgar uma situação pela visão que os envolvidos têm dela. Não se pode ignorar os aspectos econômicos,

⁹⁷ Ibidem. p. 58; FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos...* p. 14-15.

⁹⁸ CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros...* p. 19.

⁹⁹ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império..* p. 145.

¹⁰⁰ SOUZA, Maria Elisa de Campos. *Relações de poder, justiça e administração em Minas Gerais no setecentos – A Comarca de Vila Rica do Ouro Preto: 1711-1752*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2000. p. 24.

embora não sejam os únicos que interessam. Nosso objetivo aqui não é entender o pensamento do colono, mas entender qual papel este colono desempenhava em um sistema maior e como ele se integrava neste sistema, seja do ponto de vista político, seja econômico. O fato de o colono não se sentir explorado não significa que a exploração não exista; não se trata, no nosso entender, de um valor relativo.

Seguiremos a linha analítica da tendência compensatória para compreendê-la e, em seguida, compreender os impactos deste tipo de análise quando são estudadas as câmaras municipais. Para a maioria dos autores desta tendência, a hierarquia social na colônia é herdada da metrópole, constituindo-se, portanto, um Antigo Regime nos Trópicos.¹⁰¹ Parece-nos, entretanto, que as hierarquias coloniais eram mais flexíveis, ainda mais em Minas Gerais, e que a escravidão é, sim, um elemento que marca e distingue profundamente as duas sociedades; é um elemento que, não apenas reforça a hierarquia herdada do velho mundo, mas aprofunda as desigualdades. Entendemos que uma sociedade escravista é profundamente diferente de uma sociedade camponesa, e o Estado age de forma diferente nestas sociedades. Um Estado em uma sociedade escravista tende a ser, como o era em Minas Gerais, muito mais repressor, e o exemplo disso foram as políticas do Conde de Assumar em relação aos negros.

Alguns autores como António Manuel Hespanha admitem que há uma oposição entre colônia e metrópole a partir da década de 1770, a negam antes desta data e dizem que a historiografia da outra tendência vê, em momentos anteriores, esta divergência, o que, para ele, não passaria de sentimentos antifiscais e localismos.¹⁰² O que notamos na revolta de 1720, por exemplo, não é simplesmente antifiscalismo, as associações se dão entre portugueses e colonos também por outros motivos. Lutou-se contra o funcionalismo régio, não contra o rei, pois ele não era o primeiro na fila da opressão; quem estava na linha de frente eram os agentes régios, em especial o governador.

A concepção que está na base desta segunda tendência historiográfica é a de monarquia corporativa que, segundo António Manuel Hespanha, é válida até ao menos meados do século XVIII. As principais características seriam: 1) a partilha de espaços políticos pelo poder real; 2) a limitação do direito legislativo régio pela própria doutrina jurídica e pelas práticas locais; 3) deveres políticos submetidos aos morais (graça, piedade, misericórdia e gratidão) ou afetivos (amizades, redes, clientelas); 4) oficiais régios com amplos poderes,

¹⁰¹ FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos...* p. 24.

¹⁰² HESPANHA, António Manuel. "A constituição do Império português: revisão de alguns enviesamentos correntes". In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 168.

podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o próprio rei. Este conjunto de fatores minavam o poder régio.¹⁰³

Já os autores que entendem que, em suas linhas mais gerais, havia um sistema colonial, tendem a concordar que a sociedade colonial foi significativamente diferente da sociedade metropolitana, por não terem tradições arraigadas como no Antigo Regime, por ser uma sociedade nova, movediça e escravista.¹⁰⁴ Predomina nesta tendência o reforço das características que estruturam a relação entre as colônias e a metrópole, reafirmando a tendência à centralidade. Pensar o Império português, sem levar em conta a existência de um sistema colonial, despolitiza a relação entre as partes e compromete a própria identidade dos Impérios coloniais modernos: a exploração vinculada à acumulação de capitais.¹⁰⁵ Deve-se compreender a colonização como um conjunto hierarquizado de relações. A exploração, o governo e a sociedade são faces de um processo histórico que depende relativamente pouco da vontade dos indivíduos, muitas vezes não são compreendidos em sua totalidade pelos sujeitos, são movimentos de longa duração que adquirem sentido ao longo dos séculos.¹⁰⁶

¹⁰³ HESPANHA, António Manuel. “A constituição do Império português...” p. 166. Há de se destacar que uma série de trabalhos recentes, a maioria ainda inéditos, muito influenciados por esta tendência compensatória, entendem que a produção que admite a existência de um sistema colonial está superada e, estando superada, não precisa ser lida. A ideia de superação faz sentido no campo das Ciências Exatas, mais objetivas, onde de fato uma nova teoria, quando comprovada, supera uma concepção anterior, quando em oposição. No campo das Ciências Humanas, há uma margem de interpretação mais ampla, há uma certa dose de subjetividade. O pesquisador deve levar em conta as especificidades do conhecimento histórico, deve compreender que o passado é um campo de batalha em que lutam, não os homens do passado, mas os do presente; é uma eterna construção e reafirmação. Assim sendo, dificilmente se supera uma obra por completo, a não ser por razões que fogem do âmbito científico. Em História, como em outras áreas, o novo nem sempre é melhor. Ao negligenciar esta tendência que nega a existência de um sistema colonial, tem-se uma visão por vezes superficial dela. Um exemplo claro dessa situação é o entendimento equivocado muito recorrente de o “sentido da colonização” de Caio Prado Júnior. Em momento algum se concebe o sentido da colonização em detrimento do desenvolvimento das elites locais, em momento algum se afirma que a colônia existia exclusivamente para dar lucros ao reino, este era o sentido, mas para que isso fosse possível, obviamente, era preciso investir na colônia, desenvolvê-la, o que implica o alargamento de uma elite local. Uma breve observação da composição da obra de Caio Prado Júnior, revela, pelos próprios títulos dos capítulos, a atenção dada à produção local. Os capítulos da obra *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Jr. são: Sentido da Colonização; Povoamento; Povoamento interior; correntes de povoamento; Raças; Economia; Grande lavoura; Agricultura de subsistência; Mineração; Pecuária; Produções extrativas; Artes e indústrias; Comércio; Vias de comunicação e transporte; Organização social; Administração; Vida social e política. Vê-se que a maior parte do livro é dedicada a aspectos internos da colônia. Cf. PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 6ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

¹⁰⁴ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra...* p. 67.

¹⁰⁵ BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar...* p. 11-12.

¹⁰⁶ *Ibidem*. p. 12.

A tendência compensatória pretende reformular as relações entre os polos do sistema colonial, atribuindo, aos que defendem a existência do sistema colonial, a criação de um binômio metrópole-colônia. Não houve e não há este tipo de abordagem, o que houve e o que há é um entendimento dialético das relações contraditórias entre colônia e metrópole, ou seja, ao mesmo tempo em que as partes têm muito em comum, são muito diferentes, e os olhares de uma sobre a outra dialogam e se influenciam mutuamente. Houve sim a tentativa por parte das forças metropolitanas de reproduzir, na colônia, a sociedade metropolitana, mas, na prática, formaram-se elites distintas do padrão europeu, uma “nobreza de fumaça”, mais flexível, mais aberta a novos ingressos.¹⁰⁷

Para a tendência compensatória, de forma geral, estes membros das elites locais preocupavam-se com os interesses da população local e eram parte integrante do Império português. Ao contrário, para Rodrigo Ricupero havia também uma dupla função destes sujeitos que, evidentemente, tinham interesses locais mas que, pela expectativa de obter mercês régias, atuavam em prol do projeto régio como agentes. Boa parte dos autores da primeira tendência entende que a tarefa colonizadora mobilizava o poder régio e os poderes locais, que se alinhavam aos interesses régios circunstancialmente, graças à expectativa de retribuição, não obrigatória, e que nem sempre se realizava; operavam, portanto, como agentes de dominação. Concordamos que havia uma profunda integração entre as elites coloniais e os mecanismos do sistema colonial. A gênese das elites coloniais tem relação direta com a inserção dos grupos na colônia dentro dos quadros do sistema, ao mesmo tempo em que a constituição deste sistema está vinculada à capacidade da Coroa de mobilizar os grupos locais para o seu projeto.¹⁰⁸

A ocupação do território das Minas no final do século XVII e início do XVIII foi, como o início da ocupação dos territórios litorâneos no século XVI, uma oportunidade para os recém-chegados à colônia e uma necessidade para a Coroa, e as câmaras municipais desempenharam um papel fundamental. Rodrigo Ricupero, estudando a formação das primeiras elites coloniais, ao longo dos séculos XVI e XVII, constata a relevância da instituição. Para o historiador, em um primeiro momento, a elite forma-se em virtude da participação nos governos locais, pois isso amplia as possibilidades de consolidação do patrimônio e, tendo mais recursos, consegue atender aos interesses régios para a região. Tão logo um grupo razoável se consolida, ocorre o

¹⁰⁷ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra...* p. 459-460.

¹⁰⁸ RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial, Brasil, c. 1530 - c. 1630*. São Paulo: Alameda, 2008. p. 21-22, 29.

inverso, e estas elites consolidadas passam a controlar os espaços políticos e impedir que outros usem a instituição para fortalecer seu poder.¹⁰⁹

Com o descobrimento das minas de ouro no interior do continente e a implantação, com significativa demora, das primeiras câmaras municipais, suspeitávamos que o processo teria se repetido e, de fato, repetiu-se, mas com especificidades em função da maior interferência dos agentes régios. Por fim, consolidaram-se, em Minas Gerais, não os mais influentes, mas aqueles que, influentes, alinhavam-se aos interesses régios.

O que garantia o vínculo das elites locais ao projeto régio era a expectativa destes grupos em serem recompensados pelo rei por uma ação vinculada ao interesse régio. Isso só ocorria, na visão de alguns autores desta segunda tendência, em função da centralidade monárquica, que concentrava as riquezas e as redistribuía estrategicamente, para assegurar os interesses régios. A expansão ultramarina ampliou ainda mais a utilidade desta lógica de controle, pois aumentou as possibilidades de centralização das riquezas em torno do rei.¹¹⁰

Esta política é entendida pela historiografia compensatória como economia do dom, da graça ou das mercês. Em linhas gerais, as tendências diferem quando tratam das consequências desta política. Os relativistas entendem como uma “quase obrigação” a retribuição régia, enquanto a primeira tendência entende que a retribuição não era automática, só ocorria quando interessava ao rei manter as elites de determinada localidade estimuladas, e ocorria o mínimo possível, para manter a esperança destas elites acesa.¹¹¹

Parece-nos que as consequências desta visão compensatória são a negação ou relativização do papel do Estado centralizado em favor de um poder polissinoidal, o que termina por imprimir uma nova imagem menos “imperialista” das metrópoles.¹¹² No que diz respeito às câmaras municipais coloniais, esta tendência relativiza a presença régia na região, dissolve as marcas da sociedade colonial, suaviza as diferenças entre a realidade da colônia e da metrópole e afirma a liberdade relativa das elites locais, definindo-a como autonomia dos poderes locais, enfatizando a capacidade de negociação dos poderes locais como contrapondo à exploração metropolitana.

O fortalecimento desta tendência compensatória no Brasil na década de 1990 é visto por Vera Ferlini como uma consequência das mudanças profundas ocorridas em todo o mundo nesta década. Concordamos com a autora quando diz que a historiografia viu-se forçada a

¹⁰⁹ RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial...* p. 23.

¹¹⁰ Ibidem. p. 44.

¹¹¹ HESPANHA, António Manuel. “Por que é que foi ‘portuguesa’...” p. 48.

¹¹² LIMA, Luís Filipe Silvério Lima. “Entre o Quinto Império e a Monarquia Universal: concepções proféticas de poder para o reino e para o Ultramar”. SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 559.

repensar as análises globais e globalizantes até então elaboradas.¹¹³ Contudo, entendemos também que não há como avançar sem equilibrar a balança entre a análise local e a análise sistêmica. É neste sentido que conduzimos este trabalho, em busca desse equilíbrio.

Para António Manuel Hespanha, autor lusitano que influenciou profundamente a tendência compensatória, não há, por mais equilibrada que seja, produção intelectual livre de influências subjetivas do próprio autor (experiências e vivência política) e do momento em que é redigida. Tal observação parece-nos muito sensata. Mas o mesmo autor nega a possibilidade de se tirar lições do processo histórico e, portanto, nega a possibilidade de se empreender generalizações, de se encontrar tendências.¹¹⁴ Seguindo esta lógica, há trabalhos recentes que deixam clara a impossibilidade de se elaborar modelos, assumindo um tom relativista.¹¹⁵ Entendemos que o fato de haver especificidades não pode impedir certas generalizações que, por mais indesejáveis, são necessárias e podem render bons frutos se feitas com cautela.

Este embate entre uma concepção estrutural e outra fragmentadora da história, que se polariza no caso da história colonial brasileira nas duas tendências acima descritas, estabelece duas visões distintas em torno dos poderes locais, e é este o ponto que realmente nos importa. Ao contrário do que alguns autores sugerem, os trabalhos que tratam dos poderes locais no período colonial a partir da tendência estrutural, que consideram a existência de um sistema colonial, não veem as câmaras municipais como um ambiente exclusivamente régio, e não deixam de lado, ou em segundo plano, os empenhos e articulações do poder local; tem-se defendido com muito equilíbrio a dupla função destas instituições, que zelam pelos interesses das elites locais e, simultaneamente, representam, por sua própria condição institucional o poder régio nas localidades.

Nosso entendimento vai ao encontro de uma parte da produção historiográfica recente vinculada à tendência estrutural, que faz uso de conceitos como “autonomia” e “negociação”, mas que partem de outras premissas, não vinculadas com a suavização das relações coloniais. No próximo item deste capítulo, mostraremos como, por trás da oscilação da autonomia, estava a ampliação ou redução das prerrogativas das câmaras municipais, e ainda, o tipo de negociação peculiar que se estabelecia entre centro e periferia, no sentido de aumentar ou diminuir o poder efetivo das elites coloniais.

¹¹³ BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar...* p. 10.

¹¹⁴ HESPANHA, António Manuel. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 119-123.

¹¹⁵ CASTRO, João Henrique Ferreira de. *A repressão à Revolta de Vila Rica...* p. 302. Há, mais recentemente, uma nova concepção, a de ‘monarquia pluricontinental’ que, a nosso ver, seguem a mesma tendência de se dissolver a relação de exploração presente entre colônia e metrópole. Caminha no sentido de reforçar uma certa noção de Império português, colocada de modo a mascarar a exploração.

1.4. Soberania, negociação e prerrogativas do poder local

As relações entre centro e periferia quase sempre apresentam um potencial conflituoso e contraditório. Quando olhamos para o cotidiano político e administrativo colonial, notamos que as contradições se manifestavam, tanto nas instituições quanto nos indivíduos, que balançavam entre uma atração centralizadora e outra descentralizadora.¹¹⁶ As câmaras municipais estavam oficialmente subjugadas ao poder régio, mas, devido à distância, à burocracia e aos próprios interesses do centro, tinham suas prerrogativas alargadas ou reduzidas. O rei possuía instrumentos de poder e influência consideráveis, os exercia por meio dos agentes régios e, com alguma distorção inevitável, diante das condições objetivas do sistema colonial.¹¹⁷

Apesar de estas instituições serem controladas ou estarem sob forte influência dos poderosos locais, era também através delas (mas não exclusivamente) que as medidas régias se faziam valer, visto que cabia às câmaras municipais a administração de praticamente todos os aspectos locais: justiça, força militar, saúde, controle do abastecimento alimentar, fiscalização de mercados pela almotaçaria, cobrança de taxas, controle do comércio e prestação de serviços por licenças, entre outros. É certo que a população sentia muito mais as câmaras municipais e os agentes régios (governador e ouvidor) do que o próprio monarca.¹¹⁸

* * *

Parte significativa das pesquisas mais recentes sobre os poderes locais no Brasil colonial tem feito uso recorrente do termo “autonomia”. O termo vem sendo usado, às vezes de forma lacunar, para afirmar a capacidade e a importância política das elites coloniais em relação ao poder central. Nos casos mais exagerados, tem sido usado para atribuir a determinada elite local força igual ou maior à do próprio rei em algumas partes da colônia, superestimando o poder político local e subestimando a capacidade de interferência do monarca. Em última instância, o termo tem sido utilizado para ensaiar um questionamento à própria existência de uma relação de exploração entre metrópole e colônia e, ainda, à própria existência objetiva de uma metrópole Portugal e uma colônia Brasil.

Há trabalhos que optam por tratar da relação entre poderes locais e poder central sem utilizar o termo autonomia, por associar o conceito a esta visão que pretende, conscientemente ou não, questionar a existência da exploração. Há outros autores que optam pelo uso do termo, mas sem romper com uma visão equilibrada; não negam aos poderes locais sua importância e peso político, mas o fazem sem desprezar o poder do rei e sem negar a

¹¹⁶ COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder Concelhio...* p. 13.

¹¹⁷ Ibidem. p. 51-53.

¹¹⁸ Ibidem. p. 48.

existência de uma relação de exploração. Avanete Pereira Sousa, por exemplo, acrescenta ao termo autonomia a palavra “relativa”, em outros momentos utiliza “autonomia de ação”, com objetivo de reforçar que a liberdade e o poder que estas elites têm são limitados.¹¹⁹

Concordamos com a abordagem de Avanete, mas dispensaríamos o acréscimo do termo “relativa” ao conceito de autonomia, ou mesmo “ação”, isso porque autonomia já é um conceito relativo complementado por outro absoluto, o conceito de soberania. Autonomia é a liberdade concedida a um poder local ou regional por um poder central, soberano, para que este poder local delibere sobre questões locais, intrinsecamente ligadas a este poder. Desta forma, autonomia não pode constituir nunca uma liberdade absoluta, pois, se assim fosse, o poder local se tornaria soberano, romperia a relação de submissão ao poder central.¹²⁰

Se é relativa, o mesmo poder local pode ganhar ou perder autonomia, ou seja, pode ter maior ou menor liberdade para deliberar sobre suas questões locais, de acordo com a capacidade de resistência das elites locais, mas principalmente, de acordo com a importância econômica da região que administra. Quanto mais importante é a região para o poder central, maior a pressão do rei e seus agentes, e menor tende a ser a autonomia. Veremos que todo este movimento de ganho ou perda de autonomia é um processo, isto é, o aumento da pressão régia é contrabalanceado pela capacidade de resistência dos grupos locais, quando estes têm interesse em resistir.

Entendemos que as relações entre poder central e poder local, no período colonial, eram desiguais. Enquanto o rei tinha toda a estrutura administrativa a seu favor, os oficiais e as câmaras municipais do ultramar, tinham o tempo a seu favor, se aproveitam do atraso existente entre as ordens régias e a ação dos agentes e ganhavam, no curto e médio prazo, para perder no longo prazo. Em Vila Rica, as elites locais perderam esta vantagem com a chegada do Conde de Assumar, que agiu muitas vezes sem consultar o rei, anulando as vantagens de curto prazo que favoreciam os oficiais camarários.¹²¹

O uso impreciso da ideia de autonomia que, a nosso ver, deveria reforçar e não questionar o poder central soberano, tem levado a conclusões igualmente imprecisas. A recente dissertação de João Henrique Ferreira de Castro, por exemplo, a princípio nega qualquer projeto centralizador para a colônia e não vê, na repressão à série de levantes ocorridos no início do século XVIII, uma oportunidade de fortalecer esta política

¹¹⁹ A autora, com isso, reforça a diferença entre autonomia e autogoverno. Cf. SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas...* p. 294-5.

¹²⁰ Ibidem. p. 295.

¹²¹ Momento exemplar dos atrasos que favoreciam as elites locais foi a suspensão das eleições camarárias de 1716 até 1718 em função de um conflito em torno do processo eleitoral envolvendo os oficiais camarários e o ouvidor.

centralizadora.¹²² Mas, no decorrer do trabalho, admite-se que o início do século XVIII foi um momento em que se desenvolveu uma certa “centralidade política” e, portanto, um esvaziamento da lógica polissinoidal que, para alguns autores, era característica do Império português até aquele momento.¹²³

Afirmar que houve centralidade política, mesmo que só no início do XVIII, reforçaria a influência do monarca na colônia sobre os poderes locais e, conseqüentemente, ter-se-ia que admitir que houve perda ou redução da autonomia. Uma das saídas para estes trabalhos que não veem este fortalecimento régio é uma verdadeira inversão da lógica do sistema colonial. Admite-se o aumento do poder régio, mas o monarca teria avançado sobre os assuntos menos importantes, poupando as elites do trabalho de menor importância, convocando-as apenas para discutir o que de fato as interessava. Ora, concordamos que houve uma centralização política e uma descentralização administrativa, mas a favor, não em detrimento do centro. Entendemos, a partir da realidade administrativa da região das minas, que o fortalecimento régio e conseqüente redução da autonomia local retirou dos oficiais camarários demandas que interessavam ao rei, como a arrecadação dos quintos, e deixou no lugar rotinas de menor importância ligadas, em sua maioria, a manutenção da vila, o que era secundário para o poder central.¹²⁴

As contribuições da pesquisadora Carla Anastasia têm influenciado muito produções que relativizam a força do poder central na colônia. Sua principal contribuição está ligada à descrição do contexto dos levantes que ocorreram nas primeiras décadas do século XVIII em Minas Gerais como sendo de “soberania fragmentada”. Tratam-se, segundo a autora, de momentos em que as elites coloniais teriam poder suficiente para “fragmentar a soberania

¹²² CASTRO, João Henrique Ferreira de. *A repressão a Revolta de Vila Rica...* p. 183.

¹²³ Ibidem. p. 206-207. O autor tenta dissociar a centralidade política ao esvaziamento dos poderes locais. Defende que é possível manter um elevado grau de autonomia local mesmo com o forte aparato régio pressionando as elites locais em suas câmaras municipais. Não entendemos que o poder régio, após 1720, aniquilou os poderes locais, se assim pretendesse, porque autorizaria a criação das câmaras municipais em 1711? O que ocorreu foi um maior controle das localidades mineiras pelo poder central, que retirava das elites locais, pouco a pouco, a capacidade de influir em assuntos locais de maior relevância para este poder central, deixando para os grupos locais uma série de rotinas ligadas à administração local.

¹²⁴ Ibidem. 207. Poder-se-ia argumentar que as elites continuaram a ser convocadas para as juntas em que se discutiam os quintos, mas a nosso ver isso não significa que os interesses do rei não prevaleciam. Uma consulta sistemática ao registro destas juntas, acreditamos, deixará claro que, ao menos a partir de 1720, não significaram forte ameaça aos interesses régios, mas ao contrário, serviram para dar mais legitimidade às decisões, envolvendo moradores influentes da localidade.

metropolitana”.¹²⁵ Vimos que a soberania, por definição, é absoluta, não se pode ser “meio soberano”, então, fragmentar a soberania implicaria, necessariamente, em negá-la.

Parece-nos que nenhum dos levantes ocorridos em Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII, questionou a soberania régia. Lutaram pelo aumento da autonomia local, tentaram restaurar a autonomia a um grau anterior, mas não pretenderam questionar a soberania régia sobre a região. A Guerra dos Emboabas, por exemplo, foi uma luta entre súditos; houve muito medo de que pudesse ocorrer uma aliança entre emboabas e franceses, mas, até onde sabemos, tais articulações ficaram na imaginação dos membros do Conselho Ultramarino e de alguns colonos. A Revolta de Vila Rica em 1720, realmente, foi o resultado da mobilização de uma facção, oprimida pelo governador Conde de Assumar, que pretendia afastar o dito agente régio da região e restaurar o grau elevado de autonomia de que gozavam anos atrás. No entanto, em momento algum, ameaçaram a soberania régia, não lutaram para abolir a nomeação régia para governador, nem mesmo lutaram contra o rei, apenas contra um governador específico, que atacou, como nenhum outro até então, os interesses locais. Por fim, os motins ocorridos em 1736 também não representaram uma ameaça à soberania régia, embora pudessem ter havido planos para se alcançar e tomar o centro político das minas, isso não se efetivou; até onde sabemos, não se lutou contra o poder régio, apenas contra uma medida pontual que, certamente, limitaria o poder de alguns poderosos.¹²⁶

Portanto, o que estamos querendo afirmar é que o exagero da autonomia dos poderes locais, por uma parcela da historiografia, tem resultado em uma leitura invertida da correlação de forças na região das minas e em toda a colônia. Chega-se ao ponto de afirmar que os avanços e os recuos do rei dependiam dos interesses dos potentados na colônia,¹²⁷ o que a nosso ver é resultado de uma leitura que enfatiza o papel dos indivíduos em detrimento das forças coercitivas presentes no meio em que estes sujeitos estavam inseridos e que os limitavam; é o resultado de uma análise que pretende, a todo custo, ver indivíduos agindo livres, sem constrangimentos. É evidente que a ação dos potentados não era pautada por uma ‘força abstrata’, era pautada pelos seus interesses diante das circunstâncias que encontravam

¹²⁵ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1988. p. 24.

¹²⁶ Para o caso específico das revoltas que ocorrem no sertão da capitania de Minas Gerais em 1736, há um trabalho digno de nota, que apresenta uma leitura adequada do papel da autonomia na colônia. O autor Gefferson Ramos Rodrigues não identifica nestes movimentos ameaça real à soberania régia, pois apesar da radicalidade dos rebeldes, não se pretendia qualquer ruptura. O que se pretendia era implementar um governo autônomo, portanto, um governo ainda vinculado e submetido ao poder régio, mas com menor ingerência. Cf. RODRIGUES, Gefferson Ramos. *No sertão, a revolta: grupos sociais...* p. 179-180.

¹²⁷ FIORAVANTE, Fernanda. *Os bons homens das minas...* p. 298.

e que não eram definidas por eles e, por serem elementos que constrangiam a ação dos sujeitos, não podem ser desprezadas.

Tentaremos demonstrar ao longo deste trabalho que o avanço do rei não foi refém das elites locais, não eram elas que permitiam ou não este avanço. O mais correto seria entender que era um processo conduzido pelo poder régio através de seus agentes, cuja ação se pautava pela análise da correlação de forças a nível local, por isso, era um avanço lento e sujeito a certos recuos em função da oscilação da capacidade de resistência das elites locais.

Há outras obras que veem a autonomia dos poderes locais de forma moderada, que consideram forte a presença do rei nas regiões mais importantes da colônia, sem negar contradições inerentes à relação entre colônia e metrópole. Parece-nos que a obra de Avanete Pereira Sousa, dedicada ao estudo da Câmara Municipal de Salvador ao longo do século XVIII, é sintomática desse equilíbrio. Para a autora, a instituição não estava totalmente subordinada ao poder régio, gozava de certa liberdade para conduzir os assuntos locais, mas com limitações significativas. Portanto, um quadro muito diferente da situação de independência que outros trabalhos sugerem.¹²⁸

A autora preocupa-se em afirmar para o caso de Salvador – como parece-nos ter ocorrido também em Vila Rica – região muito importante para a manutenção do Império português, que os grupos que dominaram a Câmara Municipal usaram do ambiente privilegiado fornecido pela instituição para, diante das demandas régias, conduzi-las de modo a favorecê-los. Em Vila Rica o maior exemplo desta conduta foi a arrecadação dos quintos. Em nenhum momento as elites locais discutem se o quinto seria ou não pago, o que os agentes régios ajustam com os homens mais influentes da localidade é quanto seria pago e, principalmente, sobre quais setores iria recair o peso do tributo. Se os comerciantes não participavam da Câmara Municipal, tendiam a ter baixa representação nas juntas e, conseqüentemente, poderiam arcar com o ônus desta e de outras medidas que beneficiavam o rei e causavam dano reduzido na elite política que controlava as câmaras municipais.

A. J. R. Russell-Wood também concordou que o rei não permitiu a montagem de uma estrutura administrativa na colônia que privilegiasse as prioridades dos colonos, o que não significou que os interesses das elites coloniais não pudessem ser contemplados, ao contrário, eram contemplados mas não eram a prioridade da estrutura administrativa. No mais, restava às elites locais as decisões secundárias, que não afetavam os interesses do poder central, aliviando-o em alguns casos. Na capitania de Minas Gerais é ainda mais nítido que a estrutura administrativa foi montada e funcionava priorizando os interesses régios, e isso pode ser visto,

¹²⁸ SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas...* p. 62.

segundo Russell-Wood, não apenas nas câmaras municipais, mas também nas Intendências, coordenadas por Intendentes nomeados pelo monarca e que respondiam diretamente a ele e a seus conselheiros em Lisboa.¹²⁹

Outros autores enfatizaram a autonomia como relativa, como é o caso de Marilda Santana da Silva.¹³⁰ Para a pesquisadora, há ainda outra percepção possível para autonomia, que representaria uma luta para preservar particularismos no caso das câmaras municipais metropolitanas, mas assumiria outra dimensão no caso das instituições coloniais, que seria a busca por aumento da representatividade política.¹³¹ Parece-nos que as duas intenções são concomitantes, e ocorrem nas câmaras municipais coloniais. As elites lutaram para resistir ao avanço régio, ora abertamente, ora de maneira contida, limitando-se a adequar a pressão régia a um formato em que podiam tirar alguma vantagem e, em contrapartida, mantinham-se cooptadas buscando uma maior representatividade política dentro do Império português. É evidente que esta representatividade só seria concedida se o poder régio visse interesse em exercer controle sobre as elites.

Outra contribuição importante que faz uso do termo autonomia de forma adequada é a de Joaquim Romero Magalhães. O autor entende que as câmaras municipais coloniais, de modo geral, gozavam de maiores poderes em função das circunstâncias do Império, principalmente em função da distância em relação a Lisboa. Mas admite que esta maior liberdade já era prevista pelos representantes da Coroa.¹³² Com o tempo, dependendo da importância da região, o poder central agia no sentido de limitar a liberdade a um patamar mais adequado, e Minas Gerais foi o maior exemplo disso.¹³³

Rodrigo Bentes Monteiro utiliza a expressão “grau de autonomia” para definir a variação desta liberdade limitada. Para tanto, considera que havia um Estado uno,

¹²⁹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Centros e Periferias..." p. 2.

¹³⁰ SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais em Minas Gerais setecentista...* p. 147.

¹³¹ Ibidem. p. 255-256, 267. Concordamos com a autora quando afirma que havia autonomia na Câmara Municipal de Vila Rica a partir de 1760, e que esta autonomia foi maior do que a existente na mesma instituição entre 1720 e 1736, contudo, ainda limitava-se a aspectos do cotidiano da vila como o controle do abastecimento, o ordenamento do meio urbano, o abastecimento da população, a organização e a fiscalização do trabalho, a higiene e a saúde, a vistoria das construções e as manifestações públicas de religiosidade.

¹³² MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos brasileiros...* p. 97. Segundo o autor: “[...] onde as câmaras inicialmente tinham poderes muito vastos agora são os oficiais régios que controlam as decisões mais importantes. Desde os trabalhos da administração local à cobrança dos quintos – questão sempre no centro de todas as políticas, fosse qual fosse a forma como essa coleta se executava. Porque independentemente da justiça relativa da distribuição pelos contribuintes, uma tal soma teria de ser sentida como uma violência da Coroa sobre os seus súditos.”

¹³³ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos brasileiros...* p. 169.

personificado na figura do monarca, e vê uma complementaridade entre o sistema colonial e esta liberdade local. Não vê, se bem entendemos, o sistema de controle régio através da distribuição política de mercês, como elemento que relativizava o controle régio, ao contrário, era um instrumento que reforçava a capacidade ordenadora do monarca em relação às suas colônias.¹³⁴

A autonomia nas câmaras municipais da capitania de Minas Gerais também é alvo de discordância entre a historiografia do período colonial. Alguns autores entendem que houve um processo de redução da autonomia dos poderes locais na região, nas primeiras décadas em que funcionaram; outros autores veem a região como área de grande autonomia, em função da distância em relação ao poder central e das riquezas. Vamos analisar estas duas posições.

A distância em relação à metrópole é um elemento complicador, mas que, a nosso ver, não chega a tornar inviável o controle régio, ao contrário, há autores que veem a distância como elemento que poderia, em alguns casos, ajudar o rei. Fernanda Bicalho, por exemplo, diz que, ao longo do século XVIII, as câmaras municipais da colônia recorreram com muita frequência ao rei, e vê nisso uma prova de que o isolamento pela distância (e consequente tempo administrativo) não foi um elemento que influenciou tanto quanto se possa imaginar. Contudo, a mesma autora afirma que as petições das instituições locais enviadas ao rei demoravam, às vezes, anos para serem respondidas.¹³⁵

Há evidências que argumentam em um sentido oposto, como o parecer de Antônio Rodrigues da Costa, membro do Conselho Ultramarino, em que trata das manifestações em Salvador quando da morte do rei D. Pedro II, em 9 de dezembro de 1706:

“[...] nas verdadeiras manifestações de sentimento que aqueles vassallos deram naquele fatal golpe, se veja com evidência que a fidelidade portuguesa, e o amor com que esta fidelíssima nação ama aos seus príncipes, é tão constante, e apartado que seja, é poderoso a diminuir-lhe o ardor do seu afeto, e a grandeza da sua veneração; antes parece que quanto os portugueses mais se afastam da sua origem e do berço em que nasceram, tanto maior é o obséquio que tributam à Majestade, imitando nesta parte a natureza dos rios, que quanto mais se apartam de suas fontes, tanto maior tributo, e veneração rendem ao Oceano donde receberam o ser.”¹³⁶

O argumento, apesar de curioso, não nos convence. A leitura sistemática das atas e correspondências da câmara municipal de Vila Rica, principalmente durante a primeira década, em que houve uma resistência aberta contra os agentes régios, mostra que a distância em relação ao poder central favorecia muito as facções locais, ainda que, a médio prazo,

¹³⁴ MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho...* p. 229-230, 254.

¹³⁵ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império...* p. 352-354.

¹³⁶ Citado por MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho...* p. 321.

prevalecesse a vontade do rei. Prevaleceu o que António Manuel Hespanha identificou como chicana judicial ou burocrática, isto é, uma série de recursos sem fim provocados pelos próprios oficiais, que usavam do tempo administrativo para prolongar uma situação favorável a eles.¹³⁷

* * *

Foram apresentados até aqui alguns exemplos de como a ideia de autonomia tem sido utilizada pela historiografia recente para defender as posições mais diversas, que variam da extrema liberdade da colônia, até uma liberdade limitada pautada pelo interesse régio. Importa dizer que, esta oscilação é resultado de um movimento que altera as prerrogativas das câmaras municipais. Assim, uma maior autonomia pode ser percebida, através do cotidiano institucional, a partir de uma ampliação das prerrogativas das câmaras municipais, bem como a diminuição da autonomia mostra-se, no cotidiano, através de um encolhimento das prerrogativas. Desta forma, nossa análise terá como centro, não a oscilação da autonomia, mas as mudanças de prerrogativas da Câmara Municipal de Vila Rica, percebidas através do seu cotidiano político-administrativo.

A oscilação destas prerrogativas, que ampliava ou reduzia o poder das câmaras municipais na colônia, era pautada por fatores políticos, econômicos e administrativos, e poderiam ser sintetizados em quatro pilares: 1) o interesse estratégico da região (econômico ou militar), ou seja, quanto mais importante era a região administrada por uma câmara municipal, maior era o interesse e a pressão régia sobre ela e maior era a tendência de redução das prerrogativas da administração local; 2) distância do local em relação ao poder central: tal fator poderia ser um complicador, pois criava uma demora na ação do poder central que favorecia o poder local; 3) a capacidade de articulação e resistência das elites locais, que poderiam se opor aos agentes régios locais (quando existiam), e usar as atribuições da própria instituição para atrasar a implantação de medidas régias, ou mesmo inviabilizá-las, como parece ter ocorrido nos primeiros anos de funcionamento da Câmara Municipal de Vila Rica; 4) o próprio interesse dos grupos locais de se opor ou resistir ao projeto régio, pois, muitas vezes, parte significativa das elites locais adotava posição de alinhamento com o poder central, consolidando seu poder local ao mesmo tempo em que auxiliavam a consolidação do poder régio na região, como parece ter ocorrido em Vila Rica após a Revolta de 1720.

A percepção da oscilação das prerrogativas pode ser otimizada quanto se atenta para quatro pontos que são estratégicos, e indicam com clareza o aumento ou diminuição da pressão do centro sobre a colônia: 1) a capacidade das elites locais elegerem localmente os

¹³⁷ HESPANHA, António Manuel. *Caleidoscópio do Antigo Regime...* p. 22.

membros da administração local; 2) a capacidade das próprias elites locais elaborarem as leis vinculadas aos assuntos locais, ainda que de forma suplementar as leis gerais; 3) a capacidade das elites locais, a partir das câmaras municipais, organizaram os serviços locais, executando-os diretamente ou arrendando-os; 4) a capacidade de arrecadar os tributos locais.

Estes quatro componentes são essenciais e, a nosso ver, determinavam, junto com os fatores de oscilação listados anteriormente, a oscilação das prerrogativas de uma câmara municipal, o grau de ingerência do centro sobre a instituição e, por fim, o próprio poder que as elites locais de uma região detém. O primeiro ponto, o componente político, realiza-se em parte em Vila Rica. De fato, as elites locais elegiam os oficiais da Câmara Municipal, mas estes não elegiam todos os funcionários, havia cargos fundamentais, como escrivão da câmara e escrivão da almotaxaria, que eram nomeados exclusivamente pelo rei (os substitutos, quando necessário, eram nomeados pelos governadores). O segundo componente, o normativo, também existia em Vila Rica, pois a Câmara Municipal contava com um Código de Posturas de 1720, e há, nas atas da instituição, normas regulando atividades locais desde sua fundação, em 1711. Contudo, as leis regulavam o cotidiano exclusivamente local e, na prática, tinham posição muito mais complementar do que contrária às Ordenações Filipinas. O terceiro componente, o administrativo, também se confirma em Vila Rica, e a organização de festas e obras públicas é o maior exemplo. Em relação às primeiras, na maioria dos casos, eram os próprios oficiais que organizavam as atividades; já as obras públicas eram feitas, quase sempre, por terceiros que ganhavam os arremates feitos publicamente. O último componente é, talvez, o mais importante, pois sua oscilação afetava diretamente todas as outras prerrogativas institucionais: trata-se da arrecadação fiscal. Na Câmara Municipal de Vila Rica, havia duas fontes principais de rendas: a renda da aferição de pesos e medidas dos comerciantes; e a renda da meia pataca, ligada ao abate de gado. Havia, ainda, três rendas menores: a renda do ver, ligada à fiscalização; a renda dos foros, paga pelos moradores; e a renda da carceragem, ligada à prisão. Existiam outras rendas esporádicas, como as fintas, espécie de imposto emergencial lançado sobre os habitantes para fins próprios, como construção de um prédio ou pagamento de funcionários para causas urgentes e específicas como a contratação de um capitão do mato. Todas as informações vinculadas às finanças locais serão tratadas com profundidade no terceiro capítulo. Cabe destacar que, a partir da década de 1720, os agentes régios passaram a impor sobre a Câmara Municipal de Vila Rica uma série de gastos, que comprometeram as contas da instituição, o que acelerou o processo de encolhimento das prerrogativas institucionais.

Quando era conveniente ao monarca controlar melhor determinada região, algumas estratégias eram utilizadas para reduzir as prerrogativas de determinada câmara municipal. A

partir do exemplo de Vila Rica, foi possível perceber algumas. A primeira estratégia régia era a ação direta sobre a composição do quadro funcional da Câmara Municipal de Vila Rica. Além da nomeação de alguns cargos ter sido feita, desde o início, pelo rei ou pelos agentes régios locais, a partir de 1718 tornam-se frequentes as intromissões dos governadores sobre a cúpula da instituição. Nesse ano, o Conde de Assumar incumbiu alguns oficiais da instituição de atividades em localidades distantes, indicando para os lugares deles na administração local, substitutos de sua confiança. Em 1732, quando o governador Dom Lourenço de Almeida, uma nova intervenção drástica é feita: diante da negativa dos oficiais camarários em empossar o primeiro juiz dos órfãos eleito para um mandato trienal, o minerador Antônio Ramos dos Reis, Dom Lourenço afastou toda a cúpula camarária, nomeando oficiais dos anos anteriores para realizar apenas uma vereação, com pauta única, para realizar a posse, voltando, em seguida, com os oficiais afastados.

A estratégia mais efetiva utilizada pelo poder central para reduzir as prerrogativas da Câmara Municipal de Vila Rica foi o controle fiscal. No período colonial, até onde foi possível pesquisar, não havia um controle de percentuais que orientassem os gastos internos. A arrecadação parece ter sido bem mais alta do que a média das instituições congêneres no restante do Império; quanto a isso, o rei nada poderia fazer além de tentar implementar a cobrança das terças régias – imposto que direcionava um terço da receita das câmaras municipais para o rei – esforço que só começou a ser feito em meados da década de 1730. Todavia, se era difícil reduzir as receitas, os agentes régios tentavam aumentar as despesas, impondo gastos com causas régias (pagamento de salários de funcionários da Casa da Moeda, aluguéis de moradias para soldados, construção do quartel, entre outros) que tinham prioridade sobre todos os outros gastos (como veremos no terceiro capítulo) e, assim, sufocavam a administração local, deixando-a com poucos recursos apesar da grande arrecadação.

Além da pressão fiscal e das interferências do governador, o poder régio dispunha de outras forças que pressionavam as câmaras municipais no sentido de limitar suas prerrogativas, as quais podemos listar: 1) a ação dos corregedores; 2) os juízes de fora e outros oficiais locais; 3) as jurisdições conflituosas. Vamos entender como a ação de cada um destes elementos, se exitosa, encolhia as prerrogativas das câmaras municipais coloniais.

Quanto à ação do corregedor (função que era exercida pelo ouvidor): atuava pressionando os oficiais camarários, era o responsável pela organização das eleições dos oficiais das câmaras municipais da comarca, inquiria os oficiais de justiça anualmente, fiscalizava a prisão e revisava as contas das câmaras municipais, entre outras funções. Em

suma, fiscalizava os poderes locais.¹³⁸ Para A. J. R. Russell-Wood, o ouvidor era como um “cão de guarda do rei no tocante aos assuntos municipais”, era os olhos e ouvidos do rei, e agia sobre as instituições locais fiscalizando as despesas e coordenando o processo eleitoral, “limpando” a pauta, isto é, exercendo poder de veto sobre indivíduos que não tinham o perfil adequado para frequentar a instituição. Na prática, ao menos no caso de Vila Rica, sabemos que usavam desta premissa para controlar de perto o quadro de oficiais.¹³⁹

No entanto, alguns trabalhos mostram que estes agentes não agiam de forma a interferir excessivamente nas câmaras municipais em outros locais, como deixa claro Maria Fernanda Bicalho, no caso do Rio de Janeiro, onde o ouvidor limitou-se a exercer uma tutela, sem interferências arbitrárias.¹⁴⁰ É claro que, em Minas Gerais, por mais frequente que possa ter sido a influência deste agente régio sobre a instituição, buscava, sempre que possível, algum amparo mínimo nas leis ou em outros agentes régios, como o governador.

Para Marilda Santana da Silva, que estudou a Câmara Municipal de Vila Rica de 1760 até 1808, os ouvidores eram os agentes que mais limitavam a instituição (tanto que tornavam dispensável a figura do juiz de fora). A mesma autora afirma que os governadores pouco influíam na instituição.¹⁴¹ Todavia, até ao menos 1736, constatamos que houve sim muita interferência também do governador. Apesar de haver conflitos entre estes dois principais agentes régios, houve momentos em que trabalharam em conjunto para limitar o poder da Câmara Municipal de Vila Rica. Trataremos destes conflitos em detalhes no quarto capítulo.

Além dos governadores e ouvidores, era comum o rei nomear oficiais internos para as câmaras municipais, sendo o juiz de fora o principal deles, pois substituíam os juizes ordinários, presidindo a instituição. Em Vila Rica, esse posto só foi criado no início do século XIX, mas havia outras funções que eram de nomeação exclusiva do rei, como o posto de escrivão da câmara. O indivíduo que ocupava essa função tinha acesso detalhado a tudo que ocorria na instituição, era evidentemente letrado e, geralmente, ficava por vários anos no cargo, atuando como elo entre as cúpulas anuais. Era, no caso específico de Vila Rica, um agente limitador da liberdade institucional, como demonstraremos nos próximos capítulos.

Mesmo neste aspecto há muitos autores lusitanos, como António Manuel Hespanha, que questionam se o juiz de fora era um representante da vontade do rei dentro das câmaras municipais, sejam do reino, sejam da colônia. Entende-se, de modo geral, que a preocupação antes era garantir com estes sujeitos a predominância do direito letrado do que o controle

¹³⁸ SOUZA, Maria Elisa de Campos. *Relações de poder, justiça e administração...* p. 61.

¹³⁹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa..." p. 69.

¹⁴⁰ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império...* p. 350.

¹⁴¹ SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais em Minas Gerais setecentista...* p. 243.

local. Parece-nos que um aspecto não exclui o outro, que o juiz de fora era, sim, um agente potencialmente limitador da autonomia local, mas que não era o único nem o principal, e que suas funções não limitavam-se a isso.¹⁴²

Havia, ainda, um outro elemento que favorecia o poder central: a fragilidade das forças locais (elites e agentes régios), provocada em função da própria estrutura do aparelho administrativo. Todos tinham contato direto com o rei, e a ele sempre se podia recorrer. Era este o sentido de o rei permitir às câmaras municipais comunicar-se diretamente com ele, para que denunciassem irregularidades dos seus agentes. Além disso, como observou A. J. R. Russell-Wood em artigo publicado no final da década de 1970, as próprias jurisdições entre agentes régios e entre oficiais camarários eram sobrepostas, o que gerava uma série de conflitos, causando uma dependência do poder metropolitano que dava uma espécie de parecer final sobre as discórdias. Dito de outra forma, era um sistema que, em aparência, era desorganizado, mas que atendia aos interesses do rei que, por sua vez, utilizava esta desorganização para controlar, inclusive, os excessos de seus próprios agentes.¹⁴³

Ao identificar os meios pelos quais se ampliava ou se reduzia as prerrogativas das câmaras municipais, da forma como estamos fazendo, não queremos diminuir a importância dos poderes locais, muito menos negar que tinham poderes efetivos na região e nem a importância estratégica de ocupar os postos da instituição, pelo contrário, reafirmamos que era um espaço fundamental, tanto para o rei, quanto para as elites da região. O que pretendemos, com essa leitura, é reequilibrar as tensões entre o centro e o local, sem exagerar o centro, vendo-o como agente sufocador de qualquer interesse regional, mas também sem exagerar as liberdades locais, que eram, de fato, grandes nos assuntos de menor importância para o rei, mas muito limitadas em assuntos considerados vitais para a monarquia. Portanto, uma câmara municipal que administrava um espaço pouco relevante para o Império, sofreria pouca ingerência, mas outra, localizada em espaço vital como era a região das Minas Gerais, sofreria as maiores pressões. Nossa análise não exclui nem minimiza as resistências que existiam, sua quantidade e intensidade dependia do tipo de interação estabelecida com os agentes régios e o tipo de vínculo com o projeto régio.

* * *

Uma referência quase unânime utilizada por trabalhos que exageram as liberdades locais em detrimento da força do poder central são as contribuições de António Manuel Hespanha. Para esse pesquisador, a autonomia, dentro da lógica de uma monarquia

¹⁴² BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império...* p. 347-450.

¹⁴³ MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho...* p. 218-219; RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa..." p. 48.

corporativa, era vista como a liberdade, tal como a tem um ombro e um braço em relação à cabeça, que seria o poder soberano. Assim, a função da cabeça não era a de anular a autonomia das partes do corpo, mas de manter a harmonia entre os membros. Em linhas gerais, concordamos com o exemplo, mas, a nosso ver, ele reforça que a autonomia dos poderes locais era complementar à soberania, e não significava, de maneira alguma, liberdades locais que se opusessem ao poder régio em questões vitais a esse mesmo poder. Partindo do exemplo do próprio autor, o braço e o ombro agem com liberdade controlada pelo centro, não usam da liberdade, normalmente, para contrariar o centro.¹⁴⁴

Estes argumentos desenvolvidos por Hespanha foram utilizados por parte da historiografia brasileira para amenizar as contradições existentes na relação entre metrópole e colônia. Em artigo mais recente, o autor reconhece certo exagero em alguns pontos de sua argumentação e reforça a função discreta, mas efetiva, da autonomia das câmaras municipais:

“[...] é um erro, a meu ver, considerar tudo isto como um universo de disfunções, como um sistema em crise, talvez mesmo como uma incapacidade do centro para dominar a periferia, como alguma vez eu próprio poderei ter escrito.”¹⁴⁵

Portanto, vê-se certo reequilíbrio em relação à presença do rei. Todavia, se o centro foi capaz de estabelecer uma relação de dominação sobre a periferia, a questão passa a ser os meios pelos quais ocorria esta interação. Há quem defenda que a essência da relação metrópole-colônia era a negociação, tendo em vista as dificuldades do centro em exercer o mando. Da mesma forma que o termo “autonomia” assume sentidos antagônicos, o uso da expressão “negociação” pode servir a várias teses, igualmente antagônicas.

De um lado, a ideia de negociação tem sido utilizada por uma vertente historiográfica relativista ou compensatória, no sentido de relativizar a relação de dominação estabelecida entre metrópole e colônia. Haveria, entre autoridades régias e elites coloniais o desenvolvimento de um “refinado grau de negociação”, que descaracterizaria a exploração de uma parte pela outra.¹⁴⁶ Para alguns desses autores, as elites locais eram muito autônomas, e

¹⁴⁴ HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. p. 300.

¹⁴⁵ HESPANHA, António Manuel. “Por que é que foi ‘portuguesa’...” p. 46-47. Ver também: HESPANHA, António Manuel. “A constituição do Império português...” p. 182.

¹⁴⁶ MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Jogos de interesses e estratégias de ação na revolta mineira de Vila Rica (c. 1709 – c. 1736)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. p. 56-59, nota 180; BRANDÃO, Michelle Cardoso. *Forjando status e construindo autoridade: perfil dos homens bons e formação da primeira elite social em Vila do Carmo (1711-1736)*. Dissertação de Mestrado em História.

por serem muito autônomas, não aceitavam ordens régias, mas estabeleciam com o rei uma negociação, o que o enfraqueceria em favor dos poderes locais. Apoiados nesta forma peculiar de negociação, esses autores não negam mais o avanço régio nas regiões mais importantes da colônia, como Minas Gerais, admitindo que havia um processo de centralização em curso. Contudo, por ser negociado, o processo não diminuía o poder das elites locais.

Não negamos que havia negociação, mas entendemos que a existência de uma relação de exploração não se dissolve com a constatação de que as ações entre rei e poderes locais eram negociadas. Isso porque a negociação existente era desigual, e o fato de haver negociação nestes termos não nega, mas reafirma a existência de uma relação marcada pela exploração. Não se pode desprezar o sentido do fluxo das finanças dentro do sistema colonial e, em outras palavras, negociar em condições desiguais, ainda que utilizando meios formais, não dissolve a exploração, mas a reforça.

Parece-nos que a negociação era a forma exterior do processo pelo qual a Coroa impunha sua vontade sobre as áreas de maior interesse, em função de a negociação ser desigual. A ideia que alguns autores defendem é que as duas partes saiam ganhando em uma negociação, o que é verdade partindo-se de uma análise relativa, isto é, ganhavam em relação à sua própria condição, e ganhavam porque entendiam que mesmo um avanço mínimo era um ganho.¹⁴⁷ Em uma outra análise, absoluta, entenderiam que perdem, pois ganham muito pouco em relação aos ganhos da parte mais poderosa, ou seja, a interação permite um avanço mínimo por parte dos potentados (em detrimento, às vezes, da maior parte da população local ou mesmo das facções rivais da elite) e um avanço muito mais significativo por parte da Coroa.

Não negamos que as elites locais tinham poder e não negamos que o poder régio tinha também suas limitações, mas colocá-los no mesmo patamar parece-nos um exagero. De fato havia negociação em muitos casos, mas qual relação política não é negociada? Pensando nos exemplos mais diversos, muitos movimentos políticos lutam para, no final, sentar-se à mesa de negociações com o detentor de um poder maior. Mas o fato de sentarem para negociar não significa que as partes dispõem do mesmo poder, não significa que estão nas mesmas condições, nem mesmo que o poder mais fraco terá suas queixas levadas em conta, tudo depende da correlação de forças no momento em que se negocia.

Entendemos que o processo de negociação pode, em alguns momentos, ter favorecido o poder local, mas, na maioria dos casos, favoreceu muito mais à Coroa, pois o próprio mecanismo de negociação era dado pelo poder central. Mas, se era um poder forte, por que

Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009. p. 15-16, 18-19.

¹⁴⁷ BRANDÃO, Michelle Cardoso. *Forjando status e construindo autoridade...* p. 59-61.

negociar? Negocia-se, ao menos no caso das Minas Gerais, em um primeiro momento (até ao menos a Revolta de 1720) por fragilidade, mas em seguida se negocia para evitar um desgaste político com as elites locais. Elegem, a partir das câmaras municipais, lideranças para representar os interesses das elites locais; quase sempre os eleitos estão alinhados à elite que ocupa a cúpula da instituição que, por sua vez, está quase sempre alinhada aos agentes régios locais. Assim, a negociação desigual, na maioria das vezes, constitui a forma pela qual a Coroa impõe sua vontade à região de maneira legítima, isto é, integrando no processo as lideranças mais influentes e cooptáveis do local.

Aos olhos da maioria, a decisão não foi imposta pelo rei, mas tomada em conjunto com lideranças locais. Não se percebe que a Coroa montou uma estrutura para impor seus interesses usando lideranças cooptadas. É claro que as juntas, exemplo máximo dos ambientes de negociação em Minas Gerais (além das câmaras municipais, que negociavam no cotidiano), onde reuniam-se representantes das câmaras municipais, governadores, ouvidores e outras autoridades locais, eram marcadas também por alguns conflitos.¹⁴⁸

Esta visão de negociação desigual, onde as partes se reúnem mas em que boa medida o negócio já está pré-definido, portanto onde a pauta trata de ajustar detalhes do tema discutido, e não o tema propriamente dito, funcionam mais para legitimar a ação do poder mais forte do que, efetivamente, fazer valer os interesses divergentes locais. Esta visão concorda com parte da historiografia que vê, na composição das câmaras municipais, na maior parte do tempo, não uma oposição aos interesses régios, mas uma espécie de complemento. Todavia, os autores que entendem ser as câmaras municipais o contraponto local ao rei, tendem a ver a negociação como espaço em que, efetivamente, as elites locais poderiam fazer valer seus interesses mesmo que divergentes do poder central. Em Minas Gerais isso pode ter ocorrido, com algum sucesso, nos primeiros anos após a criação das câmaras municipais, mas já na década de 1720 não era esta a realidade.

Para A. J. R. Russell-Wood, as negociações ligadas aos quintos em Minas Gerais são o melhor exemplo do poder que as elites locais dispunham, capazes, segundo o autor, de atrair para seu raio de ação governadores, ouvidores, juízes de fora e outros agentes régios.¹⁴⁹ O que o autor desconsidera é que, a médio e longo prazo, a cobrança dos quintos variou de acordo com os interesses régios, e as resistências locais conseguiram apenas uma vitória

¹⁴⁸ Pesquisas futuras que tratem destes ambientes, acreditamos, poderão apontar que, após 1720, os conflitos foram mais pontuais, não que não houvesse interesses fortes locais que contrastavam com os interesses régios, mas porque os representantes destes interesses locais divergentes não conseguiam participar por muito tempo destes ambientes de negociação, como foi o caso de Domingos de Abreu Lisboa em meados da década de 1730.

¹⁴⁹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Centros e Periferias..." p. 7-8.

parcial ao adiarem as mudanças, conforme relata o autor para a década de 1710. Em outros termos, as mudanças tardaram (e, enquanto tardaram, beneficiaram os grupos locais), mas ocorreram – pois não havia agente régio que pudesse impedi-las de ocorrer, quando muito, as atrasavam – como queria o poder régio, em detrimento dos interesses locais, quando divergentes.

A negociação, da maneira como se está expondo, não suaviza a atuação autoritária da Coroa, ao contrário; a negociação, quando desigual, quando mais aparente que efetiva, não exclui o domínio e a exploração, mas se constitui enquanto instrumento de ação e legitimação que integra o sistema colonial.

As revoltas mineiras da primeira metade do século XVIII entram em cena como exemplos máximos da negociação entre poderes régios e locais, em especial a Revolta de Vila Rica em 1720. Entendemos que, em primeiro lugar, os levantes são situações limítrofes que não devem ser tomadas como regra para se analisar a relação entre centro e periferia. Mas, ainda que fossem levadas em conta, elas não lograram êxito. A Revolta de Vila Rica em 1720, gestada por membros da cúpula camarária daquele ano, não pode ser considerada vitoriosa, pois os envolvidos, em sua maioria, foram varridos da administração local e as principais bandeiras do movimento não foram atendidas, conseguindo-se, quando muito, um adiamento das Casas de Fundição.

A negociação não se dava nas revoltas, mas no cotidiano das câmaras municipais, nos recursos ao rei e nas juntas. As revoltas devem ser entendidas como sintomas do enfraquecimento das elites, ocorriam numa tentativa desses grupos de mudar uma correlação de força desfavorável, impor limites ao avanço do poder metropolitano. Em todos os locais em que aconteceram, a médio prazo, as elites que permaneciam acatavam a autoridade metropolitana, e as outras eram varridas para o sertão. A lógica era prometer muito e conceder pouco, de acordo com os interesses régios na região e a capacidade de articulação e resistência das elites locais, em determinada conjuntura.¹⁵⁰

* * *

Neste primeiro capítulo, procurou-se apresentar, em primeiro lugar, uma síntese da formação da sociedade mineira, enfatizando algumas características fundamentais para se

¹⁵⁰ SOUZA, Laura de Mello e; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *1680-1720. O Império deste mundo...* p. 98; CAMPOS, Maria Verônica. “Goiás da década de 1730: pioneiros, elites locais, motins e fronteira”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: ideias e praticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. 2ª edição. São Paulo: alameda, 2005. p. 355; FURTADO, João Pinto. “Viva o rei, viva o povo e morra o governador”: tensão política e práticas de governo nas Minas dos Setecentos”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: ideias e praticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. 2ª edição. São Paulo: alameda, 2005. p. 408.

entender as relações de poder no local quando da criação das primeiras vilas e câmaras municipais. Tratou-se das consequências políticas da Guerra dos Emboabas e da conjuntura que tornou necessária a criação das primeiras câmaras municipais no território das minas.

Em seguida, buscou-se uma aproximação inicial com objeto de pesquisa, apresentando as características mais gerais das câmaras municipais do Império português e seu longo processo de desenvolvimento, as especificidades do processo de criação destas instituições fora do território da metrópole, em especial na América portuguesa, dando ênfase ao contexto no qual foram transplantadas para a região das minas, favorecendo, inicialmente, determinados setores das elites locais, para, em seguida, auxiliar o fortalecimento dos interesses régios na região.

Feita a apresentação da região e das principais características da instituição, nosso objeto de estudo, passou-se à análise da historiografia sobre as câmaras municipais, com ênfase na identificação de duas tendências que divergem principalmente no que tange ao papel dessas instituições locais e as elites que as comandavam em relação ao poder régio e seus agentes na colônia.

A última parte deste capítulo dedicou-se a expor, em primeiro lugar, como estas duas tendências historiográficas tem lidado com três conceitos centrais na análise da relação entre os poderes locais e o poder central: autonomia, soberania e negociação. Embora seja a última, essa foi a parte central deste primeiro capítulo pois além apresentar a posição de diversos autores em relação aos conceitos, inclui um desenvolvimento próprio de cada uma destas categorias, o que nos auxiliará nos capítulos seguintes.

Em suma, o que tentamos neste primeiro capítulo foi apresentar as contradições vividas na região das minas quando da criação das primeiras câmaras municipais e mostrar que é possível trabalhar com determinados conceitos de modo distinto. Desde que bem definidos, podem servir como ferramenta para compreender melhor os conflitos entre poder central e periférico, sem necessariamente suavizar as contradições inerentes à condição colonial.

Convém reforçar que, ao utilizar ideias como autonomia, oscilação de prerrogativas e negociação de maneira complementar a outras como poder régio e exploração, não se quer diminuir o papel das elites locais, que junto com as câmaras municipais da região das minas, constituem nosso objeto de estudo. O que será feito nos próximos capítulos é dar a estas elites, às instituições, aos agentes régios e ao próprio monarca, o peso adequado que cada um deles tinha na correlação de forças que mediava a relação entre poder central e periferia, entre metrópole e colônia.

CAPÍTULO II - O COTIDIANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA

O estudo de uma instituição pode revelar muito também sobre seu contexto, dependendo de suas funções. Neste estudo, nosso objeto é a câmara municipal, órgão responsável pela administração local dentro do Império português. Em cada vila ou cidade colonial existia uma instituição desta que regulava o cotidiano local. Estudaremos a Câmara Municipal de Vila Rica desde o ano de sua criação, 1711, até o ano de 1736, quando ocorrem, na capitania de Minas Gerais, agitações relacionadas à resistência à implantação de uma nova forma de cobrança dos quintos, a capitação, e que tem servido de marco da consolidação do poder régio e de uma facção do poder local na região.

O período escolhido é de muita instabilidade em Minas Gerais, conforme apontamos no primeiro capítulo. Após o término do conflito entre paulistas e emboabas, e sob ameaça francesa, foram criadas na região das minas as primeiras vilas e instaladas as primeiras câmaras municipais. Com isto, as elites locais foram gradualmente incorporando-se ao modelo administrativo português, ao mesmo tempo que tentavam se apropriar do novo espaço institucional, mudando a forma como articulavam seus interesses. A década de 1710, primeira em que funcionaram estas instituições, correspondeu ao momento em que estas tiveram prerrogativas mais amplas de todo o período estudado.

Após a Revolta de Vila Rica em 1720 este quadro parece ter mudado, outro grupo passou a dominar a cúpula da instituição e suas prerrogativas, adotando uma postura de menor resistência em relação aos agentes régios (ouvidor e governador). No final da década de 1720 um novo ouvidor passou a interferir mais nas câmaras municipais, controlando de perto a administração das finanças da instituição, diminuindo a autonomia dos oficiais. Tal situação se intensificou até 1736, quando o poder régio parece ter se consolidado na capitania, em paralelo à consolidação local de uma facção da elite local que passou a controlar a Câmara Municipal de Vila Rica a partir de 1721.

Estas são as linhas gerais do processo de consolidação do poder régio em Minas Gerais, e consequente acomodação do poder das elites locais. Desde os esforços iniciais em torno desta pesquisa, feitos em meados de 2008, no âmbito de uma Iniciação Científica, preocupava-nos a interseção dos interesses econômicos na política, ou nas instituições locais, especificamente nas câmaras municipais. Interessava-nos observar a instituição e seus grupos dirigentes, mas qual a seria a maneira mais eficaz de se aproximar da instituição, sem correr o risco de escrever uma história institucional tradicional que reforce estereótipos que não correspondem à realidade, ou que não se limite a descrever o exposto na documentação?

O que propomos é um estudo sistemático do cotidiano da instituição, seus componentes, os debates, as mudanças administrativas, as relações entre os diferentes agentes econômicos e os grupos políticos que oscilaram à frente da instituição. Neste capítulo descenderemos ao cotidiano institucional para, a partir dele, compreender o que era a Câmara Municipal de Vila Rica e como as elites locais se apropriavam deste espaço.

Começa-se com a apresentação das fontes e os métodos utilizados para buscar uma aproximação do cotidiano institucional. Apresenta-se em seguida a composição da Câmara Municipal e as peculiaridades do processo eleitoral em Vila Rica. Deste ponto em diante, a análise passa por uma bifurcação: de um lado descreve-se os principais cargos da Câmara Municipal com base na historiografia e nas fontes da instituição; e, de outro, tenta-se organizar todos os assuntos discutidos ao longo das quase três décadas de reuniões. O capítulo se encerra com uma síntese das oscilações dos temas ao longo do período em questão.

2.1. O cotidiano institucional

Iniciar a análise de uma instituição pela sistematização de suas atividades cotidianas não implica privilegiar pormenores irrelevantes para a compreensão de processos mais amplos. Ao contrário, o sentido do que se empreende aqui é acompanhar o desenvolvimento da instituição ao longo dos anos, reunião por reunião (sempre que possível), para ver como foram edificadas, no cotidiano, as transformações relevantes, mesmo em análises mais amplas. Acontecimentos de extrema relevância, como a Revolta de 1720, gestada por membros da cúpula da Câmara Municipal de Vila Rica, ganham outro sentido quando se analisa sua construção cotidiana.

2.1.1. Fontes, organização e acesso ao cotidiano institucional

Existe hoje, disponível nos arquivos brasileiros, um número considerável de fontes que tratam das vilas da região de Minas Gerais durante o período colonial. Um dos fatores que contribuem para a existência destes documentos é, em primeiro lugar, a grande quantidade de registros de todas as instituições locais, em função da preocupação da Coroa em controlar a rica região. Outras questões, como a preservação de uma imensa massa documental por séculos, são bem mais difíceis de se explicar.

No caso da Câmara Municipal de Vila Rica, a quase totalidade das fontes de que dispomos está sob a guarda do exemplar Arquivo Público Mineiro. Ao longo da pesquisa, vasculhando os livros de receita e despesa, deparamo-nos com uma lista feita pelo escrivão da câmara, Valentim Nunes de Souza, no ano de 1730, a pedido do ouvidor que, diante das dificuldades dos oficiais camarários do ano anterior em justificar o desaparecimento de alguns

livros anteriores a 1720, mandou que o dito escrivão da câmara, responsável pelo arquivo, elaborasse uma lista contendo todos os livros sob a guarda da instituição.

A partir desta lista pode-se notar que alguns livros já não estavam na instituição naquela época. Para facilitar a comparação, elaboramos a Tabela 1 seguindo a ordem em que o escrivão da câmara listou os 24 livros que se encontravam no arquivo em 1730. Um rápido olhar sobre os dados permite concluir que, dos três primeiros livros de atas que utilizamos nesta pesquisa, apenas o último é citado, compreendendo o período de 1721 até 1726. A princípio os registros das reuniões referentes à primeira década de funcionamento da instituição não estavam em seu arquivo nesse momento. Não sabemos como, mas chegaram até nossos dias. Outra informação importante é que o quarto livro de atas, referente ao período de 1726 até 1731, não encontrado por nós, é citado como estando em uso quando feito o levantamento.

Utilizamos, nos capítulos seguintes, os livros de receita e despesa e as correspondências. Quanto aos primeiros, não são citados na lista os da década de 1710, o que nos faz crer que, já naquela época estavam sumidos, o que explica também o fato de não os termos encontrado atualmente. O primeiro que achamos, referente aos anos de 1721 até 1724, é citado na lista, mas o segundo, em uso na época, não aparece listado, pois estava sob a guarda do ouvidor que, naquele momento, revisava as contas de 1729. Há, ainda, outros documentos citados que não encontramos atualmente e outros, encontrados no Arquivo Público Mineiro, que não constam na lista, ou por omissão do escrivão da câmara, ou porque, já naquela época, estes documentos não estavam mais na instituição.

Quanto às correspondências, há quatro livros contendo cartas enviadas e recebidas pela Câmara Municipal de Vila Rica, todos sob a guarda do Arquivo Público Mineiro no fundo Câmara Municipal de Ouro Preto. O livro 9, composto por 138 páginas, contém o registro de cartas recebidas e enviadas ao rei, de 1719 até 1738.

Os outros três livros registram correspondências recebidas e enviadas ao governador, ouvidor, a outras câmaras municipais e outros funcionários. São registrados, nestes livros, vez ou outra, algum edital lançado pela instituição ou, ainda, petições de moradores. O livro 6 registra cartas de 1717 até 1733, e conta com 384 páginas; o livro 32 registra correspondências de 1733 até 1741, e é o mais volumoso com 490 páginas; o último é o livro 35, que guarda registros de correspondências predominantemente locais entre 1735 e 1736, contém 182 páginas. Nenhum destes livros corresponde, razoavelmente, aos livros de correspondência apontados pelo escrivão da câmara em 1730. Em sua listagem, livros deste teor seriam os de número 11, 12, 13, 14, 16, e 17, mas nenhum deles com data equivalente.

Tabela 1 - Inventário de livros do Arquivo da Câmara Municipal de Vila Rica feita por escrivão da câmara em 1730

Livro	Conteúdo	Período	Hoje nos Arquivos
Livro 1	Quintos	1721 - 1723	APM - CMOP 11
Livro 2	Donativo régio	1727 em diante	APM - CMOP 23
Livro 3	Donativo régio	1728 em diante	APM - CMOP 24
Livro 4	Donativo régio	1730 em diante	APM - CMOP 26
Livro 5	Donativo régio	1727 em diante	APM - CMOP 25
Livro 6	Mandados – tesoureiro	1728 em diante	?
Livro 7	Fianças	-	?
Livro 8	Licenças da Câmara	-	APM - CMOP 18
Livro 9	Acórdãos	1721 - 1726	APM - CMOP 13
Livro 10	Acórdãos	1726 em diante	Desaparecido
Livro 11	Cartas e patentes do rei	1711 -1720	?
Livro 12	Cartas e patentes do rei	1720 - 1727	?
Livro 13	Cartas e patentes do rei	1727 em diante	?
Livro 14	Cartas de governador e ouvidor	1727 em diante	?
Livro 15	Exames de ofícios mecânicos	1722 em diante	APM - CMOP 17
Livro 16	Patentes do governador	1727 em diante	?
Livro 17	Cartas enviadas ao rei	1727 em diante	?
Livro 18	Donativo dos quartéis	1722 - 1723	APM - CMOP 22
Livro 19	Receitas e despesas	1721 - 1724	APM - CMOP 12
Livro 20	Arrematações da Câmara	1713 - 1718	?
Livro 21	Arrematações da Câmara	1721 em diante	APM - CMOP 21
Livro 22	Aforamentos da Câmara	1712 - 1722	APM - CMOP 01
Livro 23	Aforamentos da Câmara	1725 em diante	APM - CMOP 20
Livro 24	Posturas	1720 em diante	APM - CMOP 10

Fonte: APM, CMOP 21. RECEITAS e despesas, 1725-1733. Rolo 18, gav. E-2. fls. 70v-74f.

(?) Itens que não foram confirmados, mas que possivelmente estão sob outra forma de registro no fundo Câmara Municipal de Ouro Preto no Arquivo Público Mineiro.

As atas da Câmara Municipal de Vila Rica, nossa fonte central, já foram muito utilizadas por outros historiadores, mas nunca de forma sistemática, como nos propusemos a fazer. Entendemos que é a fonte mais adequada quando se tem em conta o cotidiano; se bem explorada, fornece dados que outras não possuem, como: conteúdo de todas as reuniões, permitindo observar a oscilação das pautas e também informações qualitativas; citação dos

indivíduos que passam pela instituição, desde os dirigentes presentes na maioria das reuniões, até os que ocupam funções de menor expressão.

As atas da Câmara Municipal de Vila Rica ora eram chamadas de atas, ora de acórdãos, em virtude de não haver ainda divisão de poderes, e a instituição ter também incumbência em assuntos que hoje estão destinados ao poder judiciário. O acórdão é uma espécie de resumo sobre a conclusão alcançada pelos oficiais camarários sobre as questões que passaram pela instituição, é o termo que relata o que se acordou. Contudo, esta documentação, em várias ocasiões, vai além do resumo, retrata posicionamentos, divergências e encaminhamentos dos oficiais. Assim, também são chamadas de atas pelos próprios organizadores dos livros, que foram transcritos e publicados na primeira metade do século XX, tanto na Revista do Arquivo Público Mineiro quanto nos Anais da Biblioteca Nacional. Para além da nomenclatura, acórdão ou ata, importa-nos o conteúdo. Deste momento em diante, para efeitos práticos, adotaremos o termo ata.

Foram encontrados quase todos os livros de atas para o período de 1711 até 1736. O primeiro deles cobre os anos de 1711 até 1715, encontra-se sob a guarda da Biblioteca Nacional, e foi publicado nos anais da mesma instituição em 1927. O segundo livro vai do ano de 1716 até janeiro de 1721, está sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, foi transcrito e publicado na revista da mesma instituição em 1936.

Os livros seguintes não foram publicados e estão todos sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. O terceiro da série começa em fevereiro de 1721 e termina em janeiro de 1726 e corresponde ao livro 13 da documentação encadernada do fundo Câmara Municipal de Ouro Preto do Arquivo Público Mineiro. O quarto livro, que deveria ir de fevereiro de 1726 até agosto de 1731, apesar das buscas, não foi localizado.

O quinto livro começa em setembro de 1731 e termina em agosto de 1735, e corresponde ao livro 28 da documentação encadernada do fundo Câmara Municipal de Ouro Preto do Arquivo Público Mineiro. O sexto e último livro começa no final de setembro de 1735 – em função de algumas lacunas ¹⁵¹ – e segue até o final de maio de 1737, também está sob a guarda do Arquivo Público Mineiro e corresponde ao livro 36 da documentação encadernada do fundo Câmara Municipal de Ouro Preto.

¹⁵¹ Há lacunas entre o último registro deste quinto livro e os primeiros do sexto livro, isso ocorre com certa frequência, em função do deterioramento da fonte. O que notamos, ao lidar com a documentação original, é que, à medida que se avança ou se recua rumo às páginas das extremidades do livro (isto é, às primeiras e últimas páginas) mais deterioradas estas páginas estão, em função da maior exposição e dano que as páginas externas sofrem, em comparação com as interiores, que ficam mais protegidas e tendem a se conservar mais.

Tratamos da organização da documentação no arquivo, mas como é a organização interna dos livros? Há vários itens registrados nos livros, os mais comuns são os termos de vereação, mas há também termos de posse e, em alguns casos raros, o registro de correspondências, regimentos e editais. Em vários momentos não fica clara, por exemplo, a diferença entre um termo de posse e um termo de vereação, pois a posse poderia ocorrer em meio à vereação. Diante disto, entendemos cada entrada destas como uma reunião, ou um encontro e, dentro de cada encontro, os assuntos tratados foram contabilizados e classificados de acordo com um plano de classificação que apresentaremos em profundidade na sequência.

E como eram compostos os registros? Podemos dividir os termos de vereação em três partes: a primeira, em que há um padrão de abertura; a do meio, em que são registrados o conteúdo da reunião, algumas posições e os acordos estabelecidos; e, por fim, o termo de encerramento. Os termos de posse, quando não estão incluídos na própria vereação, são registrados de forma similar, mudando apenas a parte central, onde anotam o procedimento da posse e juramento.

O termo de abertura segue o padrão que reproduzimos abaixo, podendo apresentar pequenas variações de acordo com o escrivão da câmara que faz o registro. Citamos abaixo apenas a função que cada um dos presentes exercia na cúpula camarária, ou seja, estão presentes os juízes, os vereadores e o procurador da câmara. Esta forma foi a mais comum durante o período, mas em alguns anos, dependendo do estilo do escrivão da câmara, são citados nominalmente os presentes, o que torna a abertura do termo de vereação bem mais extensa. Na maior parte do tempo, as questões eram discutidas na presença de apenas um juiz ordinário, e a ausência de um dos três vereadores era também muito comum. Outra informação interessante é o fato de que, muitas vezes, os oficiais citados como presentes na primeira parte do termo de vereação não o assinavam ao final. Vejamos a abertura de uma vereação mais comum:

“[...] Aos doze dias do mês de janeiro de mil setecentos e trinta e três nesta Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto e Paços do Concelho dela aonde se ajuntaram o juiz, vereadores e procurador do Senado da Câmara, estando todos juntos, acordaram o seguinte [...]”¹⁵²

A parte intermediária do termo de vereação tratava, propriamente, dos assuntos e apresentava enorme variação de acordo com o estilo do escrivão da câmara. Alguns detalhavam mais os acontecimentos, outros eram bem objetivos, expressando apenas as conclusões a que os oficiais chegavam. Normalmente, iniciavam cada assunto com o termo “acordaram”, conforme o exemplo abaixo:

¹⁵² APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2. fls. 62-62v.

“[...] Acordaram despachar petições e mais papéis de partes e que se passasse mandados as pessoas que para isso tiverem despachos. Acordaram arrematar a carceragem por um cento e cinquenta mil réis a Agostinho Fernandes Pereira de que foi fiador Antônio Ferreira da Silva [...]”¹⁵³

O encerramento do termo de vereação era normalmente bem curto, de todas as partes, é a que menos sofria alteração em função das trocas de escrivão da câmara. Seguidas do trecho reproduzido abaixo, normalmente constavam as assinaturas dos envolvidos na vereação. Havia, às vezes, assinatura de quem, não sendo oficial, era convocado para dar explicações em uma reunião, ou mesmo para assumir alguma função:

“[...] E por não haver mais o que deferir houveram a vereação por acabada de que para constar fiz este termo, Antônio Falcão Pereira, escrivão da câmara que o escrevi. [Assinaturas:] Coelho, Pereira, Matos, Marques, Velho.”¹⁵⁴

2.1.2. Composição institucional e importância do processo eleitoral

Todas as medidas colocadas em prática pela instituição, antes de serem definidas, eram debatidas nas reuniões – chamadas de vereações – pelos indivíduos que ocupavam os postos centrais da instituição: dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador da câmara.¹⁵⁵ As decisões tomadas nessas vereações, quando de acordo com as demais legislações, deveriam ser acatadas pelas instâncias superiores. Na prática, não era o que acontecia; os atritos e intervenções de outros agentes régios eram constantes.

Os principais cargos da Câmara Municipal de Vila Rica, em lei, só podiam ser ocupados por indivíduos nobres, brancos, de reconhecido destaque social e financeiro, conhecidos como “homens bons”.¹⁵⁶ Estes indivíduos, quando não exerciam as funções, constituíam uma espécie de conselho consultivo, convocado pelos oficiais camarários em momentos críticos com o propósito de emitir parecer sobre a melhor decisão a se tomar. No período instável que estudamos, a presença dos homens bons nas vereações foi recorrente, principalmente quando era necessário controlar algum levante, combater os quilombos que ameaçavam a segurança dos brancos nas vilas e caminhos ou decidir sobre outras questões complexas, que envolviam muitos interesses, como a arrecadação dos quintos.

¹⁵³ APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2. fls. 62-62v.

¹⁵⁴ Ibidem.

¹⁵⁵ BOXER, Charles R. *Portuguese Society in the Tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*. Madison & Milwaukee: University of Wisconsin Press, 1965. p. 9.

¹⁵⁶ RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural". In: *Revista de História*, Ano XXVIII, Volume LV. São Paulo, 1977. p. 64.

Todos os pré-requisitos sociais para integrar o grupo de aptos a exercer as principais funções da Câmara Municipal só eram praticáveis com razoável rigor nas instituições do reino. Nas câmaras municipais coloniais e, principalmente, nas câmaras municipais do ouro, era impossível que os cargos fossem exercidos somente por brancos. Havia poucas mulheres brancas na região das minas, principalmente nas primeiras décadas após o descobrimento do ouro, o que fez com que, a médio prazo, grande parte da população se tornasse mestiça.¹⁵⁷ Na prática, o que ocorria era um “branqueamento” social dos indivíduos, ou seja, mesmo a sociedade sendo composta em grande parte por mulatos, devido à condição socioeconômica de alguns sujeitos, estes passavam ser tratados como se fossem brancos.

Para além das origens dos integrantes da cúpula camarária – que seriam inevitavelmente distintas se comparadas às câmaras municipais reinóis – em uma sociedade em formação, sem tradição, o que importa é que era nas mãos desses indivíduos que estava o gerenciamento da dinâmica econômica de Vila Rica. Até este ponto, nenhum fator diferente; em qualquer câmara municipal de qualquer vila ou cidade do Império português, esse gerenciamento caberia aos ocupantes dos ofícios da cúpula camarária. Contudo, além das questões comuns a todas as câmaras municipais, como organização urbana, controle social e comercial, entre outras, coube às câmaras municipais do ouro, durante parte do século XVIII, a incumbência direta de arrecadar os quintos em nome do monarca. Mais do que isto, foram capazes, em momentos específicos, de negociar com outros agentes régios taxas menores ou novas formas de cobrança com o propósito de amenizar as perdas das elites locais e, conseqüentemente, sobrecarregar o restante da população. Estar à frente da câmara municipal, ou ter em sua cúpula pessoas que defenderiam seus interesses, era garantir, não apenas privilégios em relação ao papel da instituição na normatização do cotidiano da vila e de seus habitantes, mas sobretudo garantir que a exploração do poder régio sobre as câmaras municipais não atingisse tanto os interesses destes integrantes que dominavam a instituição.

A partir da leitura e sistematização das informações presentes nas atas, montamos um *plano de classificação dos cargos da Câmara Municipal de Vila Rica*, detalhado na sequência. Listamos as funções que apareciam com maior frequência e cujas incumbências eram essenciais ao controle da vila. Consultas sistemáticas a outras fontes poderão relevar a existência de outros postos não listados aqui.

Há, a princípio, dois tipos de cargos: o primeiro, bem reduzido, que chamaremos de *cúpula camarária*, era composto por juizes ordinários, vereadores e procurador da câmara; o

¹⁵⁷ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica Colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume & FAPESP, 2004. p. 111.

segundo, que chamaremos de *funcionários da câmara* ou *oficiais subalternos*,¹⁵⁸ constituíam um grupo amplo com várias subdivisões, composto por escrivão, tesoureiro, porteiro, e outros cargos que estão vinculados à administração local. Ao contrário dos primeiros, que não recebiam remuneração formal (exceto as propinas por participação em festas), os segundos recebiam alguma remuneração, ou oriunda da instituição, ou do próprio exercício da atividade. Esse segundo grupo, em sua maioria, esteve pouco presente nas vereações e, exceto em ocasiões específicas, não participava das reuniões.

Além destes *funcionários da câmara* não terem direito a voto nas vereações, havia outro fator que contribuiu para diferenciá-los das funções da *cúpula camarária*. Trata-se da forma de eleição. Havia basicamente dois tipos de processos eleitorais complementares. O primeiro era a eleição por pelouros, feita normalmente de três em três anos,¹⁵⁹ de onde saíam os nomes de dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador da câmara (em outras câmaras municipais poderia haver pequenas diferenças). O segundo era a eleição de pauta, feita pelos oficiais da cúpula camarária, preferencialmente, nas primeiras reuniões do ano, com o objetivo de preencher todas as outras funções da instituição, excetuando aquelas que, na localidade, eram nomeadas pelo monarca ou pelo governador.

O processo de eleição das câmaras municipais do Império português não foi o mesmo ao longo do tempo, foi sendo aperfeiçoado conforme a necessidade ou os interesses. Esta primeira eleição, trienal, era determinante, pois definia os indivíduos que, nos anos seguintes, ocupariam a cúpula do poder local e definiriam o preenchimento da maioria das funções secundárias. Desde ao menos o século XIV, havia, em Portugal, as mais diversas manipulações no processo eleitoral por parte de determinados setores locais, interessados em se manter no poder. Muitas medidas foram adotadas, ao longo do tempo, para deixar mais transparente a eleição e permitir uma maior alternância de poder nas câmaras municipais. Em 1361, por exemplo, o então rei D. Pedro I de Portugal já havia determinado que não poderia mais haver reeleição para cargos locais antes que se passassem três anos contados a partir do final de

¹⁵⁸ O termo *funcionário* é empregado em CUNHA, Mafalda Soares da; FONSECA, Teresa (ed.). *Os Municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*. Lisboa: Edições Colibri & CIDEHUS-UE, 2005. p. 74-75.

¹⁵⁹ A partir de 1720 em Vila Rica passa a ser feita anualmente, aumentando o controle dos agentes régios sobre a renovação da cúpula camarária. A mudança, que interessava a uma parcela dos eleitos, por não terem que esperar 3 anos para servirem novamente, foi adotada utilizando-se o argumento da falta de pessoas aptas a servir, e se estendeu até o início da década de 1750.

cada mandato. Na prática, nos municípios pequenos ou com poucos moradores aptos, tal política era inviável, pois faltavam pessoas com o perfil exigido para assumir as funções.¹⁶⁰

Mais tarde, em 1391, o então rei D. João I implementou, através de uma lei geral, mudanças profundas no processo eleitoral. A intenção era definir um padrão a ser seguido em todas as localidades, reduzindo as fraudes por setores das elites locais. Foi neste momento que surgiu a necessidade de se listar no livro de vereações todos os indivíduos aptos ao exercício dos cargos que compunham a cúpula camarária: juízes, vereadores e procuradores.¹⁶¹

Em meados do século XV, com a elaboração das Ordenações Afonsinas, o sistema eleitoral passaria por novas mudanças. As assembleias gerais, ao invés de apontarem diretamente os nomes que iriam compor os pelouros, deveriam agora indicar seis homens bons que, ocupando a função de eleitores, escolheriam os indivíduos que iriam compor os pelouros. Outra novidade foi a escolha de uma criança, considerada pura, de aproximadamente sete anos, para escolher um dos pelouros onde ficariam guardados os nomes que seguiriam para confirmação régia.¹⁶²

Nos primeiros anos do século XVII, com a reforma das Ordenações Manuelinas e a compilação das Ordenações Filipinas, ocorreu uma nova mudança na dinâmica eleitoral. Ao invés de a população escolher seis indivíduos para elaborar a lista, o corregedor passaria a selecionar duas ou três pessoas entre as mais antigas, nobres e preferencialmente envolvidas com a administração municipal, para que arrolassem os indivíduos capazes de servir à municipalidade. Essa lista era conhecida como *rol da nobreza* e guardava os nomes de todos aqueles aptos a serem votados, de acordo com o gosto de dois ou três indivíduos selecionados pelo corregedor. A segunda parte do processo correspondia à etapa em que os moradores, nobres e povo, elegeriam, dentre os nomes constantes no *rol da nobreza*, seis indivíduos que seriam os eleitores. Na terceira etapa, os seis mais votados separavam-se em duplas e elaboravam três pautas com os nomes dos que deveriam servir os três anos seguintes, que eram, então, sorteadas pelo sistema de pelouros.¹⁶³

Quanto à participação popular, houve uma clara diminuição, principalmente durante os séculos XVI e XVII. Maria Helena da Cruz Coelho e Joaquim Romero Magalhães nos indicam que, em diversas localidades do reino, no início do século XVI os indivíduos eram eleitos por até 300 votos; com o passar do tempo, os indivíduos passaram a ser eleitos com dez votos ou

¹⁶⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder Concelhio: das origens às cortes constituintes. Notas de História Social*. 2ª Edição Revista. Coimbra: CEFA, 2008. p. 35.

¹⁶¹ Ibidem. p. 33.

¹⁶² Ibidem. p. 34.

¹⁶³ Ibidem. p. 57.

menos, indicando que a população foi afastada do processo eleitoral, deixando de participar, ainda que indiretamente, da administração local.¹⁶⁴ Fica claro que o processo de eleição, e também a própria instituição, sofreram mudanças ao longo do tempo, sendo aperfeiçoados para servirem aos interesses régios e das elites locais. É claro que nem todas as mudanças foram implementadas da mesma forma em todos os lugares; na região das minas, o processo eleitoral ocorria de maneira muito peculiar.

Ocorria em Minas Gerais, ao menos até o final da década de 1710, o seguinte processo, similar ao que se recomendava nas Ordenações Filipinas: primeiramente, o ouvidor (cumprindo sua função acumulada de corregedor), selecionava os aptos a votar; em seguida, marcava-se o dia de votação, normalmente 6 de dezembro, ficando a câmara municipal responsável por convocar os aptos; presentes no dia da votação, os aptos escolhiam seis eleitores; estes eram divididos em três duplas e votavam em dois juizes ordinários, três vereadores e um procurador da câmara, formando, ao final, três listas; estas listas eram colocadas em bolas de cera (chamadas de pelouros) e, em seguida, guardadas em um cofre; no final de dezembro, reuniam-se os aptos da vila, coordenados pelo ouvidor, e um jovem inocente sorteava uma das três listas, cujos nomes, confirmados pelo ouvidor, eram nomeados no início do ano seguinte para servir ao longo de um ano. No final deste primeiro ano, repetia-se a segunda parte do processo, referente ao sorteio, agora não envolvendo três, mas os dois pelouros restantes. No final do segundo ano, abria-se o terceiro e último pelouro, cujos nomes deveriam servir o terceiro ano. No final do terceiro ano, começava-se um novo processo eleitoral, elaborando-se uma nova lista de aptos.

Em Vila Rica o processo foi trienal até a Revolta de Vila Rica, quando parece ter se tornado anual. A identificação desta mudança só foi possível através do acompanhamento do cotidiano da instituição, pois não gerou grandes debates, possivelmente por atender aos interesses, não só dos agentes régios, mas também de alguns setores locais. A primeira desconfiança de que não havia pelouros trienais após a Revolta de 1720 surgiu a partir da sistematização das informações extraídas das atas. No início de dezembro de alguns dos anos pesquisados, era comum encontrar, em meio às reuniões, convocações dos eleitores para votarem. Até 1720, ocorreram de três em três anos; após isso, tornaram-se mais frequentes, bem como os registros em ata da liberação da ordem de pagamento do ouvidor pela “feitura dos pelouros”, presentes em todos os anos da década de 1730. A abertura do pelouro ocorria todos os anos, por volta do dia 26 de dezembro, mas sua “feitura” deveria ser trienal.

¹⁶⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder Concelhio...* p. 58.

Consultando a documentação avulsa da capitania de Minas Gerais no Arquivo Histórico Ultramarino (através do Projeto Resgate), encontramos um pedido de parecer feito pelo Conselho Ultramarino ao procurador da Fazenda sobre um pedido do ouvidor da comarca de Vila Rica, no ano de 1712, para que as eleições das câmaras municipais sob sua responsabilidade (isto é, Vila Rica e Vila do Carmo) fossem anuais. O parecerista corrobora a proposta, usando como argumento favorável a falta de homens aptos para exercício dos cargos. As eleições anuais resolveriam o problema, pois não afastariam por um triênio o indivíduo que exerceu determinada função na cúpula, mas por apenas um ano.¹⁶⁵

A primeira eleição em Vila Rica ocorreu em 8 de julho de 1711, em junta com as lideranças locais, logo após a criação da vila e da câmara municipal. Estes indivíduos reunidos¹⁶⁶ sob o olhar atento de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, então governador da capitania de São Paulo e Minas (nos anos seguintes caberia ao ouvidor a fiscalização das eleições), propuseram e votaram em seis nomes que iriam compor o Conselho Eleitoral. Os escolhidos foram: Coronel Antônio Francisco da Silva, Mestre de Campo Pascoal da Silva Guimarães, Felix de Gusmão, Fernando da Fonseca, Manuel de Figueiredo Mascarenhas e Manuel de Almeida.¹⁶⁷

Formado o conselho eleitoral e elaborado o rol dos nomes que deveriam servir a câmara municipal, achou por bem o governador desconsiderar o resultado e, “para fazer justiça às partes”, escolheu a seu gosto, dentro do próprio conselho eleitoral, os que deveriam servir. Assim, ficou a cúpula camarária montada para o ano de 1711 da seguinte forma: para juiz mais velho, o Coronel José Gomes de Melo; e para juiz mais moço, Fernando da Fonseca e Sá; vereador mais velho, Manuel de Figueiredo Mascarenhas; segundo vereador, Felix de Gusmão e Mendonça; terceiro vereador Antônio de Faria Pimentel; procurador da câmara, o

¹⁶⁵ AHU MG, cx. 1, doc. 33. DESPACHO do Conselho Ultramarino para o procurador da Fazenda solicitando o seu parecer sobre a carta do ouvidor-geral de Ouro Preto, onde dá conta de ser conveniente que as eleições das câmaras daquela comarca sejam anuais e que na falta do escrivão da câmara sirva o da Ouvidoria, dando-lhes propinas e aposentadoria. Lisboa, 7 de novembro de 1712.

¹⁶⁶ Segundo as assinaturas do termo de ereção da vila, estavam presentes, além do governador, mais 23 indivíduos, são eles: Felix de Azevedo Carneiro e Cunha, Antônio Francisco da Silva, Pascoal da Silva Guimarães, Leonel da Gama Teles, Bartolomeu Marques de Brito, José Eduardo Passos Rodrigues, Francisco Viegas Barbosa, Jorge da Fonseca Freire, Luiz de Almeida Barros, Fernando da Fonseca e Sá, Manuel de Nascimento Fraga, João Carvalho de Oliveira, Francisco Maciel da Costa, Manuel de Figueiredo Macedo, Felix de Gusmão Brandão Bueno, Manuel de Almeida Costa, Coronel José Gomes de Melo, Roberto Neves de Brito, Manuel da Silva Borges, Antônio Ribeiro Franco, Henrique Lopes, Antônio Alves Magalhães, L. Rodrigues Graça. Cf. CRIAÇÃO DE VILAS NO PERÍODO COLONIAL: VILA RICA. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897. Ano 2, vol. 1. jan./mar. p. 84-86.

¹⁶⁷ Ibidem.

capitão Manuel de Almeida Costa. Nota-se que, comparando os nomes da comissão eleitoral e dos oficiais eleitos, foram retirados o Coronel Antônio Francisco da Silva e o mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães, e foram colocados os nomes de José Gomes de Melo, como juiz mais velho, portanto, que coordenaria os trabalhos da câmara, e de Antônio de Faria Pimentel, terceiro vereador.

Os oficiais eleitos (ou escolhidos ao gosto do governador, como em 1711), logo que começavam suas atividades nas vereações, deveriam eleger internamente os *oficiais subalternos* para auxiliar na administração da vila e da própria câmara municipal. Estes cargos secundários poderiam ser nomeados também pelo rei, governador ou ouvidor, dependendo da prática estabelecida no local. O mandato destes cargos variava em função do tipo de nomeação; quando feita pelo rei, normalmente correspondia a três anos.

Tudo indica que essa primeira eleição foi trienal, pois, nas atas de 1º de janeiro de 1712 e 1º de janeiro de 1713, consta o recebimento de um pelouro “fechado, lavrado e cozido com cinco pingos” enviado pelo ouvidor Manuel da Costa Amorim, contendo o nomes dos oficiais eleitos.¹⁶⁸ No final de 1713, parece ter ocorrido uma outra eleição trienal, pois, na reunião de 28 de novembro, quando os oficiais abriram o pelouro, consta:

“[...] juntos uniformemente resolveram abrir o pelouro que estava feito para os oficiais que hão de servir no ano próximo que vem o qual estava metido em um cofre fechado com três chaves [...] e se chamou um menino de idade de seis anos pouco mais ou menos o qual se mandou tirar de um saco um dos pelouros que nele estavam sendo primeiro muito bem mexidos e vendo o pelouro que se abriu se achou nele [...]”¹⁶⁹

Note que havia vários pelouros, o que confirma a eleição trienal para 1714, 1715 e 1716. No final deste ano, ocorreu um conflito entre os oficiais camarários e o ouvidor, que queria realizar eleição sem a presença dos camaristas de 1716. O embate será detalhado no quarto capítulo deste trabalho. Importa, agora, entender que não houve eleição, por orientação do governador Dom Brás Baltasar da Silveira, e que os oficiais permaneceram à frente da instituição aguardando um parecer do Tribunal da Relação da Bahia. Com a chegada do novo governador, Conde de Assumar, no final de 1717, a correlação de forças na região começaria a mudar, e novas eleições trienais seriam feitas no final de 1718:

“E assim houveram por aberto o dito pelouro [...] e no primeiro dia de janeiro tomarem posse; e outro sim mandaram recolher ao cofre o saco que se achava com os mais pelouros e a eleição, o que com efeito se fez e

¹⁶⁸ CRIAÇÃO DE VILAS NO PERÍODO COLONIAL... p. 84-86; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927. p. 217, 265.

¹⁶⁹ Ibidem. p. 285.

fechou a três chaves, e foi logo uma delas entregue ao juiz ordinário o capitão Manuel de Matos Fragoso [...]”¹⁷⁰

Esses outros pelouros que são guardados sugerem que se tratava da abertura do primeiro pelouro feito em uma eleição trienal. Nota-se que, até a Revolta de Vila Rica em 1720, tudo indica que não houve uma só eleição anual, todas parecem ter sido trienais, contrariando o desejo do primeiro ouvidor da comarca Manuel da Costa Amorim. Seguindo a lógica das eleições trienais, um novo pelouro deveria ser elaborado apenas no final de 1721, mas após o levante em meados de 1720, o governador Conde de Assumar interveio no processo eleitoral, conforme confessou em carta ao rei. Tentava justificar sua ação alegando que os sujeitos que supostamente queriam servir nas câmaras municipais em favor dos interesses do monarca estavam sendo impedidos, graças às articulações dos grupos que controlavam a instituição. Em função deste quadro, ele intervém em Vila Rica e Vila do Carmo:

“Nesta comarca pude preveni-la [a articulação], porque antecipadamente lhe apliquei o remédio conveniente, e assim ficam servindo nas duas câmaras desta vila [do Carmo] e Vila Rica pessoas de que se pode esperar mais fidelidade, ou que sejam menos infiéis. Na do Rio das Mortes não foi necessária prevenção, por que como os pelouros estavam feitos havia três anos, subiram eleitos as que naturalmente estavam nomeadas sem preocupação antecedente [...]”¹⁷¹

Portanto, fica evidente que Assumar orientou a realização de nova eleição no final de 1720, desprezando o último dos pelouros da eleição trienal realizada no final de 1718. Nas atas da instituição, encontramos registrado em 14 de novembro de 1720:

“[...] Doutor corregedor desta comarca, Martinho Vieira, deu entrada nesta casa da câmara a prover os livros e tudo o mais pertencente a este concelho, fazendo audiência geral a todos, atendendo a requerimentos. E assim mesmo, fez eleição dos oficiais que hão de servir o ano que vem de 1721 e feita a pauta e pelouro, mandou meter no cofre [...]”¹⁷²

Devemos notar que esta eleição realizada pelo ouvidor (cumprindo suas funções acumuladas de corregedor) elaborou, não mais “os pelouros”, mas “a pauta e pelouro”, um só pelouro. Tudo indica que, a partir de 1720, as eleições em Vila Rica passaram a ser anuais. Nos anos seguintes não há informações detalhadas sobre as eleições, os oficiais limitam-se a

¹⁷⁰ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. p. 89.

¹⁷¹ APM, SC 4. REGISTRO de alvarás, ordens, cartas régias e ofícios dos governadores ao rei, 1709-1722. Rolo 1. fls. 906-909.

¹⁷² ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 156.

registrar a abertura do pelouro, sempre um pelouro, como ocorreu nas vereações de 26/12/1721, 26/12/1722, 26/12/1723, 26/12/1724 e 26/12/1725.¹⁷³

Não há atas disponíveis para o final de 1726 até meados de 1731, mas as correspondências consultadas não fornecem nenhum indício de que tenham ocorrido mudanças no processo eleitoral. Ao consultar as atas de 1731 até 1736 encontramos referências, não só às aberturas dos pelouros para o ano seguinte (que ocorreriam mesmo em eleições trienais), como também referências, em quase todos os anos, ao “pagamento da feitura dos pelouros pelo ouvidor”, havendo ainda convocações dos *homens bons* para votarem em quase todos os anos, o que não ocorreria nas eleições trienais.¹⁷⁴

Quais as consequências da mudança do processo eleitoral de trienal para anual? Uma série de documentos nos ajuda a entender os interesses por trás da mudança. Em 31 de janeiro de 1746, os moradores de Vila Rica e da então cidade de Mariana (antiga Vila do Carmo) fizeram uma petição ao monarca pedindo que as eleições fossem trienais e que fosse dada preferência aos casados, tanto na escolha dos eleitores, quanto na escolha dos oficiais.¹⁷⁵ O rei encaminhou, em 3 de setembro do mesmo ano, o pedido aos oficiais das referidas câmaras municipais, solicitando um parecer. Os oficiais defenderam a continuidade das eleições anuais utilizando o mesmo argumento do parecerista de 1712, quando o ouvidor requeria, pela primeira vez, a mudança para eleições anuais.

“E como há poucas pessoas beneméritas, casadas e solteiras, é contingente a permanecia de todas, neste país; pela ausência e mudança que cada dia faziam, para novos descobertos e sertões para o reino, e portos do mar, ocasionou na criação das câmaras deles, não se fazerem os pelouros das

¹⁷³ APM, CMOP 13. TERMOS de acórdãos, 1721-1726. Rolo 17, gav. E-2. fls. 35, 59-59v, 78v-79 e 106v e 129v-130.

¹⁷⁴ APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2. fls. 9v-10v, 52v-53, 54v-55v, 57v-58, 96-97v, 98v-99. Há ainda duas correspondências dos ouvidores Sebastião de Souza Machado (6/12/1733) e Fernando Leite Lobo (7/12/1735), chamando os camaristas para votar nos oficiais do ano seguinte. Cf. APM, CMOP, cx. 5, doc. 34. SOLICITAÇÃO da presença dos senhores da Câmara, no dia 6 de dezembro de 1733, para se fazer os pelouros para a eleição dos futuros ocupantes da Câmara em 1734. Vila Rica, 2 de dezembro de 1733. APM, CMOP, cx. 7, doc. 58. CONVOCAÇÃO dos vereadores para eleição dos novos oficiais da Câmara. Vila Rica, 7 de dezembro de 1735. As eleições anuais só ocorreram de forma sistemática em Minas Gerais na comarca do Ouro Preto, há uma carta de Cipriano José da Rocha, ouvidor da comarca do Rio das Mortes, datada de 4/8/1736, que comprova que naquelas vilas as eleições eram trienais, cf. AHU MG, cx. 32, doc. 35. CARTA de Cipriano José da Rocha, ouvidor de São João del Rei, para D. João V, pedindo provisão para que se lhe pague pelas rendas da câmara da eleição que fez dos juizes, vereadores e procurador na dita vila, para os anos de 1737, 1738 e 1739. São João del Rei, 4 de agosto de 1736.

¹⁷⁵ AHU MG, cx. 46, doc. 4. REQUERIMENTO dos moradores de Vila Rica e do Ribeirão do Carmo, hoje cidade de Mariana, solicitando a D. João V, ordenasse a observância da lei sobre as eleições dos juizes ordinários, vereadores e juizes dos órfãos. [s. l.], ant. 31 de janeiro de 1746.

eleições por três anos, mas para um, em que muitas vezes faltam alguns dos eleitos; E continuem hoje os mesmos motivos, com mui pequena diferença. E juntamente nas eleições que se praticam por um ano se tem sempre feito eleição dos mais beneméritos entre casados e solteiros, assim nesta cidade, como em dita Vila Rica [...] e assim Senhor, entendemos se deve conservar este costume até aqui praticado, nos pelouros e eleições [...]”¹⁷⁶

Já mostramos, com base nas atas, que as eleições em Vila Rica foram trienais até o final da década de 1710, portanto não é plausível a escrita dos oficiais da década de 1730, quando afirmam, que desde a criação das câmaras municipais, se praticam eleições anuais. Em segundo lugar, não se deve levar em conta os outros argumentos dos oficiais, pois, como veremos, houve sim grande rotatividade nos postos camarários. Com exceção dos anos de 1716 até 1718, em todos os outros anos a cúpula camarária foi composta, majoritariamente, por indivíduos sem qualquer passagem anterior pela instituição.

Durante todo o período estudado, a instituição foi controlada por 28 sujeitos, que ocuparam, ao menos três vezes, postos de direção. A estes não interessava a eleição trienal, visto que, exercendo uma função em um triênio, deveriam ficar um triênio afastado, de acordo com as Ordenações Filipinas. O grupo que dominou a instituição após 1721 não precisou lidar com isto, foi colocado à frente da Câmara Municipal de Vila Rica com o auxílio do governador e do ouvidor, em troca de uma postura menos resistente à política régia.

Já o grupo que controlou a instituição até 1720 viveu um período de eleições trienais e, portanto, deveria se ausentar no triênio posterior ao exercício de um mandato. É justamente a resistência dos oficiais do triênio de 1714-1716 ao cumprimento desta ordem nas eleições ocorridas no final de 1716 que gera o atrito com o ouvidor e leva o caso para o Tribunal da Relação da Bahia. Essa manobra permitiu que os oficiais continuassem no poder até o final de 1718, quando o Conde de Assumar os afastou da instituição.

Aos agentes régios, em especial o ouvidor e o governador, também interessava que as eleições fossem anuais, pois aumentava o poder desses mesmos agentes, que poderiam

¹⁷⁶ AHU MG, cx. 47, doc. 35. CARTA dos oficiais da câmara da cidade de Mariana, dando o seu parecer sobre a petição dos moradores de Vila Rica e da referida cidade, em que pedem pelouros de 3 anos para as eleições de juízes ordinários, vereadores e juízes dos órfãos e que, para estas, se prefiram os casados e, só na sua falta, se considerem os solteiros. Mariana, 3 de setembro de 1746. O ouvidor de Vila Rica José Antônio de Oliveira Machado emitiu parecer sobre o assunto três dias depois, a pedido do Conselho Ultramarino, argumentando na manutenção das eleições anuais, reforçando que, mesmo sendo anuais, ainda sim era comum a realização de eleições de barrete em função das ausências. Cf. AHU MG, cx. 47, doc. 39. CARTA de José Antônio de Oliveira Machado, ouvidor-geral da comarca de Vila Rica, a D. João V, dando o seu parecer sobre o pedido dos Senados de Vila Rica e da cidade de Mariana, para que as eleições dos oficiais da câmara se façam de 3 em 3 anos e que, para elas, se prefiram os casados. Vila Rica, 6 de setembro de 1746.

intervir e manobrar as câmaras municipais com maior facilidade. Sendo a eleição trienal uma intervenção fracassada de um ouvidor, como ocorreu nas eleições para o triênio de 1719-1721, permitiria que grupos mais resistentes dominassem a instituição por três anos, limitando muito a ação dos agentes régios. Já as eleições anuais permitiam que, todo ano, se fizesse um novo processo por completo, com feitura de outro pelouro sob a vistoria atenta do ouvidor. Fracassando a intervenção desse agente régio, haveria novo processo no ano seguinte e uma nova oportunidade de afastamento dos grupos mais resistentes que, por ventura, ocupassem a direção da instituição, como parece ter ocorrido no exercício de 1735.

As eleições seguiram ocorrendo anualmente até que, em setembro de 1747, o ouvidor João Antônio de Oliveira Machado recebeu do rei uma ordem e a fez registrar nos livros da Câmara Municipal, mandando que as eleições passassem a ser feitas trienalmente. Contudo, até onde foi possível observar, a primeira eleição trienal ocorrida em Vila Rica após a ordem régia de 1747 só foi executada pelo ouvidor seguinte, Francisco Ângelo Leitão, em 21 de dezembro de 1753, sob forte pressão contrária dos letrados da vila.¹⁷⁷

2.2. A classificação dos cargos da instituição

Ao longo da pesquisa, foi necessário elaborar um quadro que ajudasse a organizar a grande quantidade de cargos que, reunião após reunião, apareciam, revelando uma administração muito mais complexa do que imaginávamos. O resultado foi a elaboração de um *plano de classificação dos cargos da Câmara Municipal de Vila Rica*. Neste plano foram incluídas todas as funções que são citadas com certa frequência nas atas. Nem todas as funções indicadas foram incluídas, ou por terem sido citadas apenas uma vez em todo o período, portanto, sugerindo um erro de nomenclatura, ou porque não se conseguimos maiores informações sobre o cargo. Pesquisas futuras que venham a trabalhar sistematicamente com outras documentações poderão, sem dúvida, encontrar outros postos.

O plano de classificação resultou no quadro 1, em que constam dez grupos, separados de acordo com as características de cada cargo. Neste subcapítulo, nossa intenção é elaborar um breve resumo de cada um dos cargos, apresentando, como a historiografia sobre os poderes locais no Império português tem descrito a função, quais as especificidades do ofício

¹⁷⁷ AHU MG, cx. 50, doc. 57. CARTA de José Antônio de Oliveira Machado, ouvidor-geral de Vila Rica, para D. João V, informando ter efetuado o registro da ordem régia relativa as eleições dos oficiais da câmara. Vila Rica, 12 de setembro de 1747. O relato das dificuldades em proceder a eleição trienal é feito pelo ouvidor Francisco Ângelo Leitão em AHU MG, cx. 64, doc. 9. CARTA DE Francisco Ângelo Leitão, ouvidor de Vila Rica, informando D. José I sobre a eleição dos juizes e mais oficiais da câmara da referida vila. Vila Rica, 8 de fevereiro de 1754.

para o caso de Vila Rica e, sempre que possível, fornecer informações complementares, como sujeitos que exerceram as funções, regimentos específicos para a região, entre outros dados.

2.2.1. Os oficiais da câmara

Os ofícios da cúpula camarária eram, no local e tempo estudados, exclusivos de nomeação das elites locais, contudo governador e ouvidor conseguiam influir, principalmente o segundo, que era responsável por supervisionar o processo eleitoral, podendo impedir que alguém fosse eleito se julgasse não atender às condições mínimas. Já todos os outros ofícios subalternos, em sua maioria, eram também de nomeação local, feita diretamente pela cúpula camarária. Entretanto, alguns desses ofícios secundários – que, sem exagero, podem ser considerados estratégicos para controlar a instituição – eram, ou passaram a ser, de nomeação régia no decorrer do período estudado. São eles: escrivão da câmara, escrivão da almotaçaria, tabelião e meirinho do campo. Veremos com detalhes, no decorrer do texto, como e porque estas nomeações deixaram de ser da cúpula camarária para serem do rei ou de seus agentes.

A composição da cúpula camarária encontrada em Vila Rica nas primeiras décadas do século XVIII, ou seja, dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador da câmara, era um padrão das câmaras municipais do Império português definido no século XVI, mas sofria pequenas alterações de acordo com a necessidade local.¹⁷⁸ Era comum, por exemplo, a variação pequena no número de vereadores, a presença de apenas um juiz ordinário, ou ainda, a presença de um juiz de fora de nomeação régia, no lugar dos juízes ordinários. Este cargo só foi criado em Vila Rica no início do século XIX, mas esteve presente na vizinha Câmara Municipal de Vila do Carmo (hoje Mariana) desde a década de 1730.

O brasilianista A. J. R. Russell-Wood defendeu a ideia de que houve, durante os primeiros anos em Vila Rica, uma baixa capacidade dos indivíduos que ocuparam os cargos de cúpula camarária, por haver poucos homens de letras na região das minas nas primeiras décadas do século XVIII. Mesmo após estas primeiras décadas, para o autor, o perfil dos ocupantes da cúpula camarária não teria melhorado, dentre outros fatores, pela falta de remuneração para estes ofícios e pela falta de concessão de privilégios por parte do rei, que não cedia aos apelos dos oficiais da cúpula camarária. O mesmo autor afirmou que era muito comum se negar a servir na instituição. A estratégia usada para recusar o ofício, em caso de eleição, era a obtenção de carta real de isenção ou, na impossibilidade da concessão, se mudar para fora da área urbana ligada à câmara municipal.¹⁷⁹

¹⁷⁸ BOXER, Charles R. *Portuguese Society in the Tropics...* p. 5; RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa..." p. 27.

¹⁷⁹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa..." p. 38-39.

Quadro 1 – Plano de classificação dos cargos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1736

1. Oficiais da câmara <ul style="list-style-type: none">a) juiz ordináriob) vereadorc) procurador	6. Oficiais dos quintos <ul style="list-style-type: none">a) provedoresb) tesoureiro
2. Funcionários da câmara <ul style="list-style-type: none">a) escrivãob) tesoureiroc) porteirod) procurador para juntase) procurador em Lisboaf) síndico	7. Oficiais de vintena <ul style="list-style-type: none">a) juízesb) escrivães
3. Almotaçaria <ul style="list-style-type: none">a) almotacéb) escrivão	8. Juízo dos ofícios mecânicos <ul style="list-style-type: none">a) juízesb) escrivães
4. Alcaidaria <ul style="list-style-type: none">a) alcaideb) escrivão	9. Contratadores <ul style="list-style-type: none">a) das rendasb) das obras públicas
5. Juízo dos órfãos <ul style="list-style-type: none">a) juizb) tesoureirob) escrivão	10. Outras funções <ul style="list-style-type: none">a) tabeliãob) meirinhoc) escrivão do meirinhod) capitão do matoe) cobrador da contribuição do capitão do matof) indicado para tesoureiro da Casa de Fundiçãoh) indicado para tesoureiro da Fazenda Real

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927. p. 209-210; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. p.76; APM, CMOP 13. TERMOS de acórdãos, 1721-1726. Rolo 17, gav. E-2; APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2; APM, CMOP 36. TERMOS de acórdãos, 1735-1737. Rolo 21, gav. E-2.

Apresentaremos agora as funções de cada ofício, tanto os de cúpula como os subalternos. Afirmou-se, ao longo do primeiro capítulo, que a estrutura administrativa implantada na colônia foi transplantada da metrópole, assumindo rapidamente características locais que, em pouco tempo, a distinguiriam das congêneres lusitanas. Contudo, ao serem transplantadas, herdaram traços do desenvolvimento histórico lusitano, como as marcas do modelo administrativo árabe, que durante muito séculos se desenvolveu ao sul da Península Ibérica. Mesmo com o fim do domínio do islã ao sul do território lusitano, alguns elementos culturais permaneceram e, arraigados, chegaram até a América. Os exemplos mais claros são os nomes de ofícios administrativos que acabaram por substituir os equivalentes romano. O

termo alcaide, por exemplo, que designa um chefe militar, prevaleceu face ao pretor, de origem latina.¹⁸⁰

No caso dos juízes ordinários, parece ter predominado a origem latina em lugar da influência árabe. Sua função era ampla, como a da maioria dos ofícios camarários; nas reuniões da Câmara Municipal, eram eles que coordenavam os trabalhos, e que respondiam, em última instância, por todos os aspectos do governo local. Não tinham poder de veto sobre as matérias votadas, apenas o direito de voto igual aos outros oficiais da cúpula camarária. Para além das vereações, que ocorriam, preferencialmente, às quartas-feiras e aos sábados, exerciam atividades nas esferas judicial e fiscal, tendo que fazer audiências às terças e sextas-feiras pela manhã.¹⁸¹ Tratavam das apelações de casos civis e da almotaçaria, faziam inquéritos judiciais, devassas de assassinatos, cuidavam das práticas de mercado, das atividades do mercado negro e da presença de estabelecimentos comerciais em áreas de atividade mineradora, elaborando inquéritos acerca da mineração ilícita, contrabando e não pagamento dos quintos reais.¹⁸²

Quanto às atividades fiscais, cabia aos juízes ordinários ficar a par da condição dos fiadores das rendas ligadas à Câmara Municipal e do cumprimento das arrematações das mesmas pelos seus arrematadores, além de estabelecer fiança aos presos por falta de licença comercial. Faziam fiscalização regular pelas ruas da cidade, acompanhados dos vereadores, para observar problemas relacionados a construções, estabelecimentos comerciais, irregularidades fiscais, reparos de caminhos e pontos de abastecimento de água.¹⁸³

Como pode-se observar, as incumbências dos juízes ordinários eram amplas, o que exigia, naturalmente, uma experiência que, no caso de Vila Rica, os oficiais em geral não tinham. Até o final da década de 1720, segundo A. J. R. Russell-Wood, a administração municipal estava muito aquém das expectativas régias, ocupava-se com a efetividade das medidas legais junto à população e com a administração das finanças públicas. Sob o pretexto de amparar as municipalidades, começou a ser implementado, em algumas câmaras municipais, o cargo de juiz de fora, que passou a presidir as câmaras municipais no lugar dos juízes ordinários. Era um magistrado letrado, com experiência em leis, elemento que faltava a grande parte dos magistrados locais. Vindo de fora, ao menos no início de suas atividades,

¹⁸⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder Concelhio...* p. 19.

¹⁸¹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa..." p. 39-40; VASCONCELOS, Diogo Ribeiro Pereira de. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico de Carla Maria Junho Anastasia. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. p. 97.

¹⁸² RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa..." p. 39-40.

¹⁸³ Ibidem.

seria um elemento estranho aos arranjos sociais locais, podendo contribuir para frear os abusos das oligarquias. Permanecendo longos períodos, tendia a se aproximar das facções.¹⁸⁴

Em 1726 o então governador da capitania de Minas Gerais, Dom Lourenço de Almeida, enviou ao rei Dom João V uma proposta para criação de dois juízes de fora em Vila Rica e em Vila do Carmo. Em 1730, o cargo é criado em Vila do Carmo, só ocorrendo o mesmo em Vila Rica no início do século XIX. É de se imaginar que tal quadro seria benéfico às elites de Vila Rica, que manteriam amplas as jurisdições dentro da câmara municipal. Contudo, também as elites de Vila Rica pleitearam a função, ainda que perdessem poder, um novo agente régio local poderia fazer frente ao ouvidor.¹⁸⁵

Explicado o papel do juiz ordinário e citado o juiz de fora, que não nos cabe analisar profundamente por não ter existido na Câmara Municipal de Vila Rica no período estudado, passaremos agora às atribuições do ofício de vereador. A origem do termo vereador é explicada por Joaquim Romero Magalhães:

“vereador vem de vere(i)a, forma popular do latim vereda, que deriva de veredus, cavalo de posta. O vereador seria, pois, o homem bom encarregado de zelar pelo estado dos caminhos [vere(i)a] da comunidade concelhia. Essas funções exigiriam, pela sua própria natureza, a posse de cavalo para os percursos. Cavalo que os mais abastados dos homens bons tinham de possuir, por razões de ordem político-militar. Esta hipótese obtém reforço no simultâneo e paralelo costume de reservar a possuidores de cavalo o governo das cidades castelhanas. Todavia, a mesma palavra originária vereda, vere(i)a, por uma outra via de evolução semântica, viria afinal, a confluir nos termos: verear, vereamento, vereação e vereador.”¹⁸⁶

No século XVIII, os vereadores exerciam uma função administrativa geral, zelando pela criação, adaptação e cumprimento das leis no termo que atuavam, sendo elas locais ou gerais. Participavam das vereações com direito a voz e voto, opondo-se, muitas vezes, às ideias dos juízes ordinários e do procurador da câmara. Participavam também da escolha dos outros ofícios municipais, e tinham, não só nesta indicação, mas na maioria das decisões tomadas pela instituição, poder considerável, na medida em que, juntos, os vereadores tinham três dos seis votos da cúpula camarária.¹⁸⁷ Contudo, o fato de exercerem o mesmo posto não criava vínculo suficiente para que tivessem posicionamentos necessariamente parecidos; ao longo do período estudado, divergiram muito.

¹⁸⁴ RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa..." p. 50.

¹⁸⁵ Ibidem. p. 51-52.

¹⁸⁶ COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder Concelhio...* p. 29.

¹⁸⁷ RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa..." p. 40.

Os cargos da cúpula eram considerados funções cívicas, não cabendo remuneração sob a forma de salário. A recompensa de se ocupar tais funções seria – além de participar de uma esfera de decisões, e ter capacidade de influir a favor dos interesses de seu grupo – o retorno social sob a forma de status, reconhecimento. Para além do campo social e político, estes oficiais da cúpula conseguiam obter benefícios financeiros a partir de atividades paralelas relacionadas ao exercício da função, como vistorias, participação em festividades, assistência em feiras, promoção de procissões, entre outras. Muitas vezes, a atribuição de compensações financeiras por essas participações dava-se dentro da própria câmara municipal, e era tomada pelos seus pares.¹⁸⁸ Os valores não eram altos o bastante para enriquecerem, mas veremos que, em conjunto, representavam um peso significativo para as finanças municipais.

O procurador da câmara ou do concelho, como também era chamado nos termos de vereação, era o indivíduo que investigava todas as ações em processo na municipalidade, com o objetivo de recolher informações importantes e, quando pertinente, incitar a ação dos Juízes e vereadores. Estavam profundamente envolvidos em todos os movimentos do governo local, mas tinham relativo poder efetivo. Deveriam dar atenção especial ao orçamento municipal e à necessidade de se criar novas leis para atender demandas da população local.¹⁸⁹ Atuavam pressionando os outros oficiais da cúpula para que se lançassem editais visando o combate aos atravessadores de mantimento, ao comércio ilegal ou a falta de carne, ao uso adequado das fontes de água; deveriam zelar pelos aforamentos de terras, auxiliar na formulação de causas contra devedores da municipalidade, examinar a condição física dos edifícios públicos e contribuir com a supervisão das obras públicas, além de exercer outras atividades, como organizar músicos e outros grupos ligados à procissão de Corpus Christi.¹⁹⁰

Em Vila Rica, a dificuldade enfrentada pelo procurador da câmara era, em grande medida, a mesma enfrentada pelos juízes ordinários e também pelos vereadores: a falta de experiência com as leis. Associada a esta dificuldade, estava, muitas vezes, a falta de conhecimento e prática na área contábil. Além destes fatores, a desordem das leis e registros fiscais a nível local (só reunidos sistematicamente no final da década de 1760), somada ao pouco tempo de mandato (apenas um ano), impediam a aquisição de experiência e domínio da legislação e dos dados financeiros institucionais por parte do procurador e também dos outros oficiais. Sem este domínio pleno, qualquer contribuição era limitada.¹⁹¹

¹⁸⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder Concelhio...* p. 71.

¹⁸⁹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa..." p. 40-41.

¹⁹⁰ Ibidem.

¹⁹¹ Ibidem.

Diferente dos juizes ordinários e vereadores, o procurador não gozava de tanto reconhecimento social, mas isto, evidentemente, variava de local para local. Durante o século XVII, por exemplo, em algumas câmaras municipais, o cargo costumava ser exercido pelo vereador mais jovem do ano imediatamente anterior.¹⁹² Em Vila Rica o cargo sempre esteve vinculado à eleição por pelouros, seja trienal até 1720, seja anual após este ano, e na maioria das vezes foi ocupado por pessoas sem passagens anteriores pela cúpula institucional.

2.2.2. Os funcionários da câmara

Expostas as principais atribuições dos oficiais ligados à cúpula das câmaras municipais, tomando como modelo a Câmara Municipal de Vila Rica, tratar-se-á agora dos oficiais subalternos, nomeados pelos oficiais da cúpula durante o exercício de suas funções, com o objetivo de auxiliar os trabalhos municipais. Como o grupo é muito amplo, difícil de ser delimitado em função do grande número de atribuições criadas, tomamos como base apenas os ofícios citados, de forma recorrente, nas atas das vereações. Significa que, consultando outras fontes, é possível que possa haver outros cargos não contemplados por este estudo. Optamos, ainda, por dividir estes oficiais de acordo com suas formas de atuação, e chegamos a uma das divisões possíveis, que expomos nas linhas que seguem. Procuramos citar, brevemente, as primeiras aparições do ofício nas atas da instituição.

Talvez a função mais importante, depois da dos oficiais da cúpula camarária, seja a do escrivão da câmara. O cargo sempre foi muito cobiçado, principalmente por reis e rainhas que desejavam inserir, nesses postos, indivíduos de confiança. As funções de um escrivão da câmara eram: assentar receitas e despesas do concelho; registrar mandatos, acordos, alvarás, termos de obrigação ou de fiança e outros do gênero; registrar movimento do gado e emitir certidão de requerimentos formulados junto à câmara municipal; registrar as atas e as eleições dos agentes do governo local; registrar os processos despachados pela instituição; além disso, cabia ao escrivão a leitura, no início do mandato de cada oficial, do seu respectivo regimento; cabia também ao escrivão a posse da chave da arca do concelho, onde ficavam guardados todos os documentos importantes para a municipalidade.¹⁹³

Os escrivães eram elementos de estabilidade, tinham domínio pleno de tudo que se passava na administração municipal, eram os depositários da memória institucional. Na

¹⁹² COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder Concelhio...* p. 63.

¹⁹³ FONSECA, Teresa. "O funcionalismo camarário no Antigo Regime. Sociologia e práticas administrativas". In: CUNHA, Mafalda Soares da; FONSECA, Teresa (ed.). *Os Municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*. Lisboa: Edições Colibri & CIDEHUS-UE, 2005. p. 75-77.

prática, era comum que o escrivão acumulasse outros cargos, tanto em concelhos pequenos como em grandes, mas o fato ocorria mais frequentemente nos primeiros, que alegavam falta de pessoas capazes ou pouca demanda nos ofícios destinados à referida função.¹⁹⁴

O provimento do ofício de escrivão da câmara variava de acordo com a prática local e a importância da câmara municipal para o Império português. Em alguns locais, eram eleitos pela cúpula camarária por triênios. Em outros, como em Vila Rica, não havia período certo, tendiam a ficar por mais de dois anos, e eram nomeados pelo monarca. Em outros locais, como em Salvador e Mariana no século XVIII, a nomeação do cargo era vitalícia e, na prática, também hereditária. O cargo era, normalmente, atribuído a pessoas nobres, com razoável erudição, mas recursos modestos.¹⁹⁵

Apesar de não integrar a cúpula camarária e, portanto, de estar formalmente excluído das decisões locais, o escrivão da câmara era uma peça fundamental para o bom desenvolvimento da administração municipal. Isto porque era o escrivão que detinha maior conhecimento sobre o cotidiano institucional, devido à natureza de sua função e também ao fato de, normalmente, se manter no cargo durante anos, funcionando como uma espécie de elo entre os grupos que se alternavam anualmente nas câmaras. Por tudo isso, era muito respeitado e requisitado.¹⁹⁶

“[...] a assistência cotidiana às reuniões e atividades camarárias e outros procedimentos administrativos conferiam àqueles oficiais um profundo conhecimento dos assuntos locais, tornando-os principais depositários da memórias do poder municipal. Isso lhes possibilitava estabelecer um elo de ligação entre as sucessivas vereações, transmitindo às subseqüentes os feitos das anteriores e os procedimentos usuais da instituição camarária.”¹⁹⁷

Se o escrivão não estava no topo da hierarquia política, estava no topo da hierarquia social. Seu valor era reconhecido nas cerimônias públicas e recebiam muito bem nos grandes e médios concelhos, às vezes até mais que o juiz de fora.¹⁹⁸ O exercício do ofício de escrivão da câmara e de tesoureiro da câmara, em função das próprias obrigações de cada serviço, propiciava um trabalho muito próximo e, às vezes, certa cumplicidade entre os oficiais em

¹⁹⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder Concelhio...* p. 32; CUNHA, FONSECA, Teresa. “O funcionalismo camarário...” p. 75-77.

¹⁹⁵ CUNHA, FONSECA, Teresa. “O funcionalismo camarário...” p. 75-77; SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII)*. Tese de Doutorado em História Econômica. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, 2003. p. 77.

¹⁹⁶ Ibidem. p. 78-79.

¹⁹⁷ SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas...* p. 79.

¹⁹⁸ CUNHA, FONSECA, Teresa. “O funcionalismo camarário...” p. 75-77.

relação às práticas dentro da instituição. Isto porque o tesoureiro gerenciava as contas públicas, e era o escrivão da câmara quem fazia, efetivamente, a contabilidade.¹⁹⁹

Em alguns municípios, principalmente nos do reino, tanto tesoureiro como escrivão da câmara eram ofícios que poderiam facilitar o acesso a cargos com maior poder de decisão, como os de vereador e procurador da câmara. Durante o século XVIII, na Câmara Municipal de Salvador, esta facilidade parece não ter se confirmado.²⁰⁰ Em Vila Rica, até meados da década de 1730, esta tendência também não se confirmou.

Durante a década de 1710, em Vila Rica, o ofício foi orientado por regimento próprio, estabelecido na quinta reunião da instituição, em 22 de julho de 1711. Trata-se de um texto curto, em que foram estabelecidas as principais funções do escrivão no local e a respectiva remuneração por cada uma das ações:

“[...] resolveram levaria o escrivão deste senado: de uma licença de vender, ou para algum oficial usar de seu ofício uma oitava; de uma provisão de qualquer ofício que este senado prover seis oitavas; e de registro dela ou de outra qualquer provisão ou papel que nos livros deste senado se registrar, duas oitavas; de um termo de posse e juramento que se der a qualquer oficial de justiça ou subordinado a este senado uma oitava; e que não arbitravam termos de arrematação fianças e outros papeis por não ser coisa que por ora fosse necessária [...]”²⁰¹

Esse regimento inicial sofreu transformações de acordo com a necessidade. A primeira delas ocorreu em 7 de janeiro de 1713, quando os oficiais da cúpula camarária acordaram atender a um requerimento do mesmo escrivão e decidiram que ele deveria cobrar, de cada licença, além de uma oitava já cobrada, mais meia pataca para cobrir os gastos com tinta e papel.²⁰² Mais tarde, na vereação de 25 de fevereiro de 1715, os oficiais da cúpula camarária decidiram que o escrivão passaria a ganhar, por cada carta dos juizes de ofício, não mais que seis oitavas. Em 15 de junho de 1718, o regimento sofreu mais uma alteração, ficando acertado que o escrivão receberia duas oitavas e meia por cada carta de aforamento que emitisse.²⁰³

Esses regimentos eram válidos apenas para a localidade, um outro mais amplo, que cobrisse todas as vilas das minas, só seria criado em 17 de setembro 1721, quando foi estabelecida uma regra geral de remuneração para vários cargos nas minas que, devido ao ouro, exigiam legislação específica. Os cargos contemplados foram: ouvidores gerais de

¹⁹⁹ CUNHA, FONSECA, Teresa. “O funcionalismo camarário...” p. 82-83.

²⁰⁰ SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas...* p. 76-77.

²⁰¹ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 209-210.

²⁰² Ibidem. p. 257-258.

²⁰³ Ibidem. p. 365-366; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 76.

comarca, tabeliães de nota, escrivães de ouvidorias, tabeliães do judicial, escrivães dos órfãos, distribuidor, inquiridor, contador, meirinhos, escrivães da vara, porteiro, partidor dos órfãos, escrivães da câmara, escrivães da almotaçaria, advogados, requerentes, guardas-mores e seus escrivães.²⁰⁴

* * *

Outra função importante foi a de tesoureiro da câmara. Cabia a este funcionário controlar todo o movimento financeiro da instituição, receber as rendas e efetuar os pagamentos necessários. Até o século XVI, na maioria das câmaras municipais, a função era exercida pelo procurador da câmara. Só a partir do século XVII os municípios de Portugal e seu Império começaram a designar um indivíduo para cuidar dessas questões em específico.²⁰⁵

A forma de provimento do cargo variava muito de município para município. Em alguns locais, a escolha era anual e abria a pauta do concelho; em outros, a escolha era trienal, podendo ser de nomeação régia em outros locais, ou ainda, ser vitalício, como ocorreu a partir do século XVIII em vários municípios espalhados pelo Império português.²⁰⁶ Em Vila Rica, em todo o período estudado, o ofício nunca foi de nomeação do rei, governador ou ouvidor, e não houve mandatos com duração fixa.

Na metrópole, o cargo era normalmente ocupado por indivíduos muito ricos, geralmente ligados à usura, exploração fundiária ou comércio. Era um ofício de muita responsabilidade; quando ocupado por um abonado, era possível que o tesoureiro cobrisse com o próprio patrimônio os déficits nas contas locais, prática muito comum em Vila Rica. O cargo dava muito prestígio e era uma forma de ascensão social da burguesia rica, além de, em alguns lugares, ter sido comum dar preferência ao tesoureiro nas arrematações dos contratos locais, prática inexistente em Vila Rica.²⁰⁷

Nas câmaras municipais do ouro, além destas características, segundo A. J. R. Russell-Wood, o tesoureiro da câmara ficava responsável também pelo recebimento dos quintos régios, quando estes eram cobrados por aquelas instituições.²⁰⁸ Contudo, identificamos, através das atas, a existência de outro ofício específico para essa cobrança: o tesoureiro dos quintos, eleito pelos oficiais da cúpula institucional em 1715 e 1716.

* * *

²⁰⁴ SOUZA, Maria Elisa de Campos. *Relações de poder, justiça e administração em Minas Gerais no setecentos – A Comarca de Vila Rica do Ouro Preto: 1711-1752*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2000. p. 65-66.

²⁰⁵ CUNHA, FONSECA, Teresa. “O funcionalismo camarário...” p. 81-83.

²⁰⁶ Ibidem. p. 81-83.

²⁰⁷ SOUSA, Avante Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas...* p. 80.

²⁰⁸ RUSSELL-WOOD, A. J. R. “O governo local na América portuguesa...” p. 60.

Ao contrário do escrivão e do tesoureiro da câmara, o ofício de porteiro contava com atribuições menos importantes. Ao ocupante desse posto cabia fixar em locais públicos todas as decisões camarárias dadas em vereações, anunciar aos moradores locais todas as arrematações em aberto e os demais editais municipais. Era responsável também pela elaboração de inventário dos patrimônios do município, além de cuidar da organização do local onde aconteciam as vereações e de auxiliar nos trabalhos durante as reuniões. Nas ocasiões festivas, era quem cuidava dos preparativos dos prédios públicos.²⁰⁹

Para o desempenho dessas funções, o porteiro da câmara deveria dominar a leitura e a escrita. Normalmente, os indivíduos que exerciam esse ofício nas câmaras municipais do Império português eram de origem modesta, viam no exercício do cargo uma oportunidade de renda e de aquisição de um pouco de prestígio pelo fato de se envolverem na administração municipal e estarem sempre próximos da cúpula camarária. Em vários locais, era comum o ofício passar de pai para filho; quando não ocorria, ficava restrito às famílias protegidas das oligarquias locais.²¹⁰

Em Vila Rica, logo na quinta reunião do concelho, em 22 de julho de 1711, elaborou-se um pequeno edital para regular o exercício e os ganhos do ofício de porteiro da câmara:

“[...] resolveram mais levaria o porteiro do conselho: de apregoar uma ocasião ou outro qualquer pregão que fizer em praça ou em leilão, quatro vinténs; de passar uma certidão para arrematação ou outra qualquer, meia oitava; e de citar qualquer pessoa dentro na Vila, meia oitava.”²¹¹

Esse edital foi modificado na vereação de 7 de janeiro de 1713, quando foi atribuído ao porteiro da câmara um ganho de meia pataca de ouro por cada licença que fosse emitida na vila por pessoas proprietárias de lojas. Na mesma data, encontramos o primeiro registro de eleição de um porteiro. É certo que havia um porteiro desde 1711, mas muitos oficiais subalternos, eleitos por ocasião da criação da Câmara Municipal, não constam nas atas.

No ano de 1713, coube ao porteiro a arrecadação dos foros que cabiam à Câmara Municipal, embora não constasse em seu regimento qualquer remuneração para a tarefa, que normalmente era executada pelos escrivães da almotaçaria ou da alcaidaria. É provável que tenha sido uma medida emergencial, ou seja, na falta de uma forma pronta para se executar a cobrança, improvisou-se com o porteiro.²¹² Quanto à eleição, além da que encontramos em janeiro de 1713, ocorreu uma em janeiro de 1714. Depois disto, encontramos, em vereação de

²⁰⁹ CUNHA, FONSECA, Teresa. “O funcionalismo camarário...” p. 83-85.

²¹⁰ Ibidem. p. 83-85.

²¹¹ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 209-210.

²¹² Ibidem. p. 267.

3 de outubro de 1718, ordem dos oficiais da cúpula camarária para fazer saber aos moradores que a Câmara Municipal estava à procura de indivíduo para servir no ofício de porteiro.²¹³

Foram muitos os indivíduos envolvidos com esse ofício em Vila Rica, alguns são citados durante um único ano, como Duarte Ferreira em 1719 e Manuel da Rocha em 1725. O mais comum era que o porteiro acumulasse outras funções como a de escrivão da almotaçaria ou escrivão do alcaide. Francisco Pinheiro da Cruz, por exemplo, foi porteiro em 1713 e ficou responsável pelos registros da almotaçaria de 1712 até 1714. José Mendes é citado como porteiro em 1714, 1721 e 1722, e foi o responsável pelos registros da alcaidaria de 1713 até 1717, e de 1721 até 1724. Jerônimo da Silva é mencionado como porteiro em 1728, 1729, 1735 e 1736, e havia exercido a função de partidor dos órfãos de 1722 até 1724, e em 1736. Portanto, até ao menos 1736, em Vila Rica, pode-se dizer que o ofício de porteiro era visto como complementar a outros subalternos.

* * *

Cabia aos oficiais da Câmara Municipal nomear procuradores para representarem a instituição nas juntas (convocadas pelos governadores) em que se discutiam questões de muita relevância para a capitania, como mudanças na forma de arrecadação dos quintos e implantação de tributos temporários como o donativo régio para casamento dos príncipes lusitanos.

Era comum a indicação de dois procuradores, escolhidos pelos próprios oficiais camarários, o que resultava, muitas vezes, na indicação dos próprios membros da cúpula, normalmente um juiz ordinário e o próprio procurador da câmara. O primeiro exemplo mais claro da dinâmica da nomeação está presente nas atas de 1715. No dia 16 de janeiro, uma quarta-feira, os oficiais registraram o recebimento de uma carta do governador solicitando a nomeação de procuradores para que fossem assistir à junta, e logo no dia 18, uma sexta-feira, os oficiais elegeram para as funções dois indivíduos experientes, antigos oficiais da instituição:

“[...] resolveram uniformemente elegerem procuradores pessoas idôneas e beneméritas e em quem concorressem os requisitos necessários acharam todos as ditas prerrogativas nas pessoas do mestre de campo Ventura Ferreira Vivas e na do tenente coronel Manuel Antunes de Azevedo juizes que tinham sido o ano próximo passado e com efeito lhes escreveram dando-lhe parte, os tinham elegido por procuradores para irem assistir a junta que senhor general determina fazer no fim deste mês juntos com os mais procuradores das vilas destas minas e que três dias antes de irem viriam a este senado para se lhe dar procuração bastante e as instruções

²¹³ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 82.

necessárias para o serviço de Sua Majestade e bem comum de que mandaram fazer este termo que todos assinaram [...]”²¹⁴

A nomeação de representantes para juntas continuaria a ocorrer da forma apresentada acima até, ao menos, o final do período estudado, sendo eleitos indivíduos diretamente ligados à cúpula camarária ou antigos oficiais afinados com os interesses dos oficiais que serviam naquele ano.

* * *

A função de procurador da câmara em Lisboa foi também um cargo esporádico, criado para dar conta de uma demanda e suprimido assim que a mesma fosse sanada. Em 20 de setembro de 1713, os oficiais da cúpula camarária decidiram, em vereação, nomear alguém que os representasse pessoalmente junto ao monarca. Escolheram o frade Francisco de Menezes, o mesmo que, após o termino do conflito entre paulistas e emboabas, seguiu para a Corte representando os emboabas.²¹⁵ Não resta dúvida de que o frade era capacitado para representar os interesses locais junto ao rei. Mas a trajetória deste indivíduo, que exerceu papel fundamental de intermediário entre o poder local e o poder central, tanto no contexto da Guerra dos Emboabas quanto nos primeiros anos da Câmara Municipal de Vila Rica, parece ser um mistério.

A historiografia indica que o frade Francisco de Menezes – apesar das proibições da presença de pessoas como ele na região minas – conseguiu retornar ao centro aurífero após as negociações relacionadas aos emboabas. Isaias Golgher informa que frade Francisco de Menezes morreu junto com Bento Amaral Coutinho, no Rio de Janeiro em 1711, auxiliando a resistência à invasão francesa. No entanto, como se lê nas atas, estava em Portugal dois anos depois representando os interesses camarários.²¹⁶

A última aparição de Francisco de Menezes como procurador da Câmara Municipal de Vila Rica em Lisboa ocorreu em 1714. O procurador seguinte seria nomeado em 1734 e ficaria nas funções até 1736; tratava-se de Teodoro Lopes Falcão Pereira, pai do escrivão da câmara Antônio Falcão Pereira (1732-1736). Em 1735, é citado como ocupante da mesma função um irmão do mesmo escrivão, Diogo Liberato Falcão, possivelmente em substituição temporária do pai.

* * *

²¹⁴ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 359-360.

²¹⁵ GOLGHER, Isaias. *Guerra dos Emboabas. A primeira guerra civil nas Américas*. 2ª edição. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1982. p. 185.

²¹⁶ GOLGHER, Isaias. *Guerra dos Emboabas. A primeira guerra civil nas Américas...* 191-192; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 279.

O ofício de síndico da câmara, muito comum nos concelhos do Império português, foi um dos poucos ofícios temporários bem registrados nas atas da Câmara Municipal de Vila Rica. É possível, a partir desses registros, ter certeza do momento de eleição, razão da eleição, e do momento de dispensa do cargo por falta de demanda. O primeiro síndico foi eleito em 27 de outubro de 1718, quando, em vereação, o procurador da câmara requereu aos outros oficiais da cúpula camarária que fosse eleito alguém para a dita função, com o propósito de defender a instituição contra causas abertas contra ela e manter as regalias que cabiam ao concelho de Vila Rica. Foi eleito naquela data o Dr. José Peixoto da Silva. Há referências nesta vereação à existência anterior de um síndico da câmara que teria se mudado para Sabará, e cujo nome não foi citado. Nessa ocasião, os oficiais da cúpula camarária fixaram os ganhos do mesmo Síndico em 100 oitavas de ouro por ano.²¹⁷

Em 18 de fevereiro de 1719, o então síndico da câmara foi dispensado por não haver mais causa aberta contra a instituição. Mas, na vereação do dia 2 de dezembro de 1719, quase dez meses após a dispensa, foi eleito um novo síndico para a câmara, em função de novas causas em aberto. Na ocasião, elegeram o Dr. José Ribeiro Dias. Em 10 de fevereiro de 1720, o referido oficial foi dispensado, pelo mesmo motivo da dispensa anterior.²¹⁸

Os síndicos eram especialistas em Direito, frequentemente advogados, por isso a alta remuneração e a dispensa por falta de demanda. Eram homens que serviam de referência para os oficiais da cúpula camarária, sendo chamados na década de 1720 com certa frequência para assessorar os juízes ordinários. Às vezes, aqueles que serviam temporariamente como síndicos, ocupavam outras funções, como as de juiz ordinário e dos órfãos, como ocorreu em 1718, quando o síndico Dr. José Peixoto da Silva chegou a ser nomeado pelo governador, Conde de Assumar, para o posto recém-criado de juiz dos órfãos, não exercendo a função por muito tempo por ter sido extinta logo em seguida.

Manuel da Costa Reis, juiz ordinário substituto, que colocou ordem na cúpula camarária logo após a Revolta de 1720 – e o afastamento de João da Silva Guimarães, filho de Pascoal da Silva Guimarães, ambos implicados no levante – ocuparia o posto de síndico em 1722, 1725, 1726 e 1727. Antes, dele, em 1721 e 1722 Francisco Rodrigues da Fonseca havia ocupado a mesma função, e chegaria a vereador em 1724. Luiz Henriques de Freitas também serviu como Síndico em 1732 e 1735, mesmo ano em que Francisco Xavier Ramos ocupou o posto.

²¹⁷ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 83-84.

²¹⁸ Ibidem. p. 99, 117 e 125.

2.2.3. Almotacaria

A função de almotacé é mais um dos legados administrativos árabes incorporados gradativamente ao modelo de organização municipal dos reinos da Península Ibérica. A princípio, estava vinculada à estrutura administrativa régia, mas com o tempo, transformou-se em um ofício fiscal ligado aos concelhos municipais.²¹⁹ O termo almotacé não possui paralelo em latim, pois não havia ofício equivalente na administração portuguesa. Isso pode atestar o grau de desenvolvimento da dinâmica urbana e das estruturas econômicas das cidades árabes e portuguesas em determinado momento e como, nestes aspectos, uma cultura parece predominar, ou se mesclar de forma predominante sobre outra.²²⁰

As funções de um almotacé eram: inspecionar pesos e medidas e licenças de estabelecimentos comerciais; acompanhar vereadores em correição; presidir a corte fiscal, também chamada de juízo da almotacaria, onde eram julgados e condenados os infratores dos editais municipais relacionados ao comércio. Além disso, mantinham listas do tipo e quantidade de produtos vendidos pelos comerciantes; fixavam os preços máximos dos produtos; fiscalizavam higiene e condições físicas das ruas e locais públicos da vila; zelavam pela limpeza, preço e comércio dos açougues; investigavam práticas de mercado negro, armazéns irregulares, indivíduos que abrigavam escravos fugidos, que vendiam armas de fogo a escravos; e qualquer outro tipo de ação que desrespeitasse as posturas municipais.²²¹

Na maioria das câmaras municipais do Império português, eram eleitos, ao longo de um ano, doze almotacés. Elegia-se um par para atuar dois meses, outro par para mais dois meses, e assim por diante, totalizando seis pares por ano. Mas havia variações. Em Salvador, por exemplo, o período e o número de indivíduos eram os mesmos, mas o processo de escolha ocorria através dos pelouros, em que os vereadores selecionavam os capazes.²²²

Em Vila Rica a escolha dos doze almotacés seguia certo padrão. A ideia era preencher os cargos do primeiro semestre com os oficiais da cúpula do ano anterior, assim: para janeiro e fevereiro, os dois juizes ordinários do ano anterior; para março e abril, os dois vereadores mais velhos do ano anterior; para maio e junho, o vereador mais novo e o procurador do ano anterior. Era uma forma de tentar garantir a ocupação da função, ao menos na primeira metade do ano, por pessoas que conhecessem um pouco da realidade administrativa local. Para os outros meses era feita uma eleição simples em que apenas os membros da cúpula camarária votavam.

²¹⁹ SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas...* p. 74.

²²⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder Concelhio...* p. 19-20.

²²¹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa..." p. 61-62.

²²² SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas...* p. 75.

Há quem defenda que o papel dos almotacés era tão ou mais relevante para o controle local do que o dos vereadores. Dependendo do empenho dos oficiais, eles passavam de simples policiais das práticas econômicas, para acabarem exercendo uma função mais próxima da de coordenadores das práticas econômicas locais. Apesar da importância do cargo, em Vila Rica, como em vários outros locais do Império português, muitos ex-oficiais da cúpula, quando nomeados para exercício do cargo de almotacé, apesar da curta duração, recusavam-se a servir.²²³

O cargo interessava mesmo aos indivíduos que estavam fora das câmaras municipais, que nunca tinham exercido cargo importante, e que queriam se inserir no reduzido grupo de aptos à prestação de serviços no poder local. Assim, no geral, o cargo de almotacé funcionava como uma espécie de porta de entrada para o exercício de cargos mais importantes. Contudo, havia restrições para servir na câmara municipal, como a proibição da escolha de indivíduos provenientes de famílias de ofício mecânico, algo que, na prática, poderia ser superado dependendo da conjuntura.²²⁴

* * *

Cabia ao ofício de escrivão da almotaçaria auxiliar o almotacé em seu serviço, ficando com a incumbência de fazer os registros relativos às atividades do juízo da almotaçaria, como registros de gêneros comercializados por estabelecimentos comerciais locais e auxiliar a elaboração de processos julgados na almotaçaria. Em Vila Rica, logo na quinta reunião da Câmara Municipal, em 22 de julho de 1711, foi registrado, em ata, o regimento relativo ao escrivão da almotaçaria:

“[...] resolveram mais levaria o escrivão de almotaçaria de registrar um escrito de almotaçaria ou seja de um gênero ou de muitos meia pataca; e que dos processos que fizer parte os almotacés levaram o que costumam levar os mais escrivães do judicial; e que das condenações que fizerem os almotacés na sua alçada levaria o escrivão a quarta parte e o meirinho ou alcaide outra quarta parte e a outra oitava parte para o alcaide ou meirinho.”²²⁵

Logo no primeiro mês do ano seguinte, o regimento foi modificado em função do tipo de remuneração antes definido que, aos olhos do ouvidor parecia inadequado. Foram definidas, em 1711, três formas pelas quais o escrivão da almotaçaria seria remunerado: pelo registro de gêneros a serem comercializados; pela participação em processos da almotaçaria; e pelas condenações feitas pelo almotacé, recebendo destas a quarta parte. O corregedor não

²²³ SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas...* p. 76, 107.

²²⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder Concelhio...* p. 60, 67.

²²⁵ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 209-210.

concordava com o último dos três itens, e recomendou que fossem readequados os valores do primeiro tipo de remuneração, equivalendo aos ganhos dos tabeliães, para que fossem compensadas as perdas da exclusão da terceira forma de remuneração, sugestão seguida pela Câmara Municipal.

“[...] por parte do escrivão da almotaçaria foi apresentada uma petição na qual representava que concedendo lhe este Senado, pelas posturas que se fizeram o ano passado parte nas condenações que os almotacés fizessem, o corregedor da comarca lhes proibia por lhe não pertencerem, e que se lhe pertenciam o registro das almotaçarias pedindo se lhe provesse em cada gênero o que parecesse conveniente em forma que se lhe pagasse o seu trabalho. O que visto pelos ditos oficiais da câmara atendendo a que o dito escrivão da almotaçaria não é lícito levar nada nas ditas condenações e que o salário que se lhe arbitrou o ano passado dos registros é tão tênue que com ele não pode viver, resolveram não tivesse nada nas ditas condenações e ficassem para o Senado, e que nos registros dos escritos da almotaçaria levasse de salário de cada gênero quanto vinténs de ouro e na escrita que fizesse em autos judiciais levasse o mesmo que os tabeliães, e que de cada registro não registrasse mais que um barril de cada gênero, e de como assim o resolveram mandaram fazer este termo em que todos assinaram [...]”²²⁶

A primeira eleição para o ofício de escrivão da almotaçaria aparece nas atas apenas em 13 de agosto de 1712. É evidente que o ofício era exercido desde o início das atividades da instituição, em julho de 1711, pois, desde então, o regimento havia sido aprovado e mudado por conta de uma opinião do ouvidor que divergia da prática que vinha sendo adotada.²²⁷ Vale ressaltar que muitos ofícios subalternos em 1711 foram preenchidos antes do início efetivo das atividades camarárias, por isso a dificuldade de se determinar, ao certo, quando determinado ofício subalterno foi ocupado pela primeira vez e quem o ocupou. Isso só ocorre para os ofícios subalternos que estão menos frequentes nas atas. Com os principais ofícios subalternos, como tesoureiro da câmara, escrivão da câmara e almotacés, não temos essa dificuldade, pois estão sempre presentes, e quaisquer mudanças que os envolvessem eram muito bem debatidas e registradas.

O escrivão da almotaçaria era frequentemente chamado a comparecer às reuniões camarárias, para prestar contas e informações sobre as condenações feitas pela almotaçaria e indicar qual a parcela destas condenações caberia ao concelho. Isto ocorreu, por exemplo, na reunião de 14 de setembro de 1714:

“[...] acordaram uniformemente se fizesse vir a este Senado o escrivão da Almotaçaria com o livro das condenações dos almotacés para por ele se vir em o conhecimento do que tinham rendido ao concelho para se mandar

²²⁶ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 222-227.

²²⁷ Ibidem. p. 245-246.

carregar em receita ao tesoureiro das rendas dele, e as condenações que o rendeiro não tivesse cobrado no termo que era pela lei permitido se pusessem por este Senado em arrecadação na forma do regimento dos vereadores [...]”²²⁸

Apesar de ser sempre requisitado, parece-nos que o ofício não foi dos que apresentaram grande demanda nesses primeiros anos. Isto porque, a partir de 1713, coube ao mesmo oficial o exercício de algumas outras funções. Na reunião de 7 de janeiro de 1713, por exemplo, os oficiais da cúpula camarária concluíram ser necessário um porteiro para a instituição, e nomearam para o exercício do novo cargo o então escrivão da almotaçaria, Francisco Pinheiro da Cruz, que acumulou os dois ofícios.²²⁹

Outra atribuição, esta sem dúvida muito trabalhosa, passada aos cuidados do escrivão da almotaçaria, escrivão do alcaide e alcaide em 1715, 1716, 1717 e 1719, foi a cobrança da renda do ver. Normalmente as cobranças das rendas eram arrematadas, ou seja, repassadas a um terceiro. O problema é que, em alguns anos, ninguém se interessava em arrematar determinadas rendas e, então, os oficiais de cúpula decidiram que a Câmara Municipal, através de alguns oficiais subalternos nomeados na ocasião, daria conta da arrecadação. Em recompensa, os oficiais escolhidos recebiam determinada quantia do total arrecadado, normalmente 25% do total.

Além dessas tarefas, cabia, eventualmente, ao escrivão da almotaçaria o acompanhamento de obras públicas, quando feitas pelo próprio concelho; algo pouco comum, pois a maior parte das obras públicas era arrematada. Em 18 de outubro de 1717, por exemplo, a Câmara Municipal direcionou o escrivão da almotaçaria para acompanhar as obras de alguns caminhos e calçadas da vila, que sofriam mudança por ocasião da entrada do Conde de Assumar.²³⁰

A partir da segunda metade da década de 1710, começaram a aparecer, nas atas, registros de movimentações relativas às festas anuais, entre elas, a mais significativa: a de Corpus Christi. Nestas ocasiões, era também o escrivão da almotaçaria nomeado para auxiliar nos preparativos, seja das pessoas envolvidas, seja da remuneração.

“[...] Acordaram mandar passar mandato para o escrivão da almotaçaria, Antônio Ferraz, dar quinze oitavas de ouro ao Padre Antônio Azevedo, de uma festa em que tangeu harpa na matriz de Ouro Preto. [...] Acordaram mandar passar mandato para o escrivão da almotaçaria pagar setenta e uma

²²⁸ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 337-338.

²²⁹ Ibidem. p. 257-8.

²³⁰ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 47.

oitavas de ouro a José Martins Lisboa pela armação da Igreja na festa do Corpo de Deus e de pintar duas varas para os juízes. [...]”²³¹

A maioria dos indivíduos que ficaram incumbidos dos registros da almotaçaria o fez por ao menos dois anos, como Francisco Pinheiro da Cruz (1712, 1713 e 1714), Frutuoso Barbosa Barreiros (1715 e 1716), Manuel Ferraz da Cruz (1721 e 1722), João Rodrigues de Souza (1726, 1727 e 1728) e José Gonçalves da Costa (1734 e 1735).

2.3.4. Alcaidaria

O posto de alcaide – nome também de origem árabe – era um misto de policial e fiscal, sua função era ampla e consistia, de maneira geral, em zelar pela ordem pública. Para tanto, contava com o auxílio de quadrilheiros nomeados pela Câmara Municipal. Dava proteção às autoridades locais, principalmente ao almotacé no exercício de suas atividades. Deveria comparecer às vereações e acompanhar o movimento na cadeia, substituindo o carcereiro quando necessário. Tinham poder de prender indivíduos envolvidos com mercado negro, escravos fugidos e que infringiam os editais locais.²³²

Quanto ao pagamento do alcaide, dava-se da mesma forma que o do escrivão do alcaide; recebia emolumentos, cujo valor, para o período, não é conhecido, e também parte das mercadorias confiscadas por conta de irregularidades.²³³ Em Vila Rica, como dito anteriormente, o alcaide, junto com seu escrivão e o escrivão da almotaçaria, eram normalmente designados para cobrar a renda do ver quando a Câmara Municipal não conseguia arrendá-la. O alcaide era utilizado, eventualmente, para cobrar foros, como em 1715, quando foi preciso cobrar foros atrasados referentes ao ano de 1714.²³⁴

Os momentos de eleição do alcaide, como de grande parte dos oficiais subalternos, nem sempre eram citados nas atas. É certo que havia alcaide antes de 1713, mas, a primeira eleição para a função que consta nas atas ocorre na vereação de 25 de março de 1713. Em 24 de janeiro de 1714 o alcaide eleito em 1713 desiste do cargo e, na mesma ocasião, foi nomeado outro indivíduo. Dois dias depois, o eleito também desiste do cargo e, no dia 29 de janeiro de 1714, foi escolhido um novo alcaide, Caetano de Castro Guimarães, que exerceu o cargo até 14 de julho de 1715, quando deixou o ofício alegando outras ocupações, sendo substituído por José Rodrigues Leal.²³⁵

²³¹ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 140-141, 155.

²³² FONSECA, Teresa. “O funcionalismo camarário...” p. 84-86; RUSSELL-WOOD, A. J. R. “O governo local na América portuguesa...” p. 60-61.

²³³ Ibidem.

²³⁴ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 15.

²³⁵ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 265-6, 300-301, 303.

O posto seria ocupado por outros indivíduos que, ao contrário dos escrivães, tendiam a ficar pouco tempo no cargo, em geral apenas um ano. Foi o caso de João Rodrigues da Silva (1713), José Rodrigues Leal (1715), Francisco de Souza Pacheco (1717), Antonio Monteiro da Silva (1723) e José Alves de Campos (1734).

* * *

Ao oficial que servia como escrivão do alcaide cabia auxiliar o alcaide em suas atividades, mais especificamente, na confecção de registros relativos ao confisco de bens, execução de prisões, entre outros. Participava também da arrecadação da renda do ver, quando não havia indivíduos interessados em arrematá-la.

Diferente do escrivão da câmara e do escrivão da almotaçaria, a nomeação do escrivão do alcaide em Vila Rica nunca coube a outra esfera de poder se não à própria Câmara Municipal. Não há dúvida de que, dos três escrivães citados, o escrivão do alcaide era o que estava mais distante da dinâmica administrativa e comercial da vila. Sua função era auxiliar, não o almotacé ou os oficiais da cúpula camarária, mas o alcaide; portanto, estava diretamente ligado à segurança da localidade.

Assim como ocorreu com o alcaide, não conseguimos identificar, nas atas, eleição para escrivão do alcaide nos anos de 1711, 1712 e 1713, embora não nos reste dúvida de que algum indivíduo exerceu esta função. Em 11 de janeiro de 1714 os oficiais da cúpula camarária exoneraram José Mendes da função, mas não há registros de outro eleito. Em 1715, 1716, 1717 e 1719, o cargo foi exercido por outros indivíduos, como foi possível perceber nas atas graças à arrecadação da renda do ver pelo dito oficial, mas não houve, durante esse período, nenhum registro de eleição e posse relativo ao mesmo ofício. Apenas em 1º de julho de 1719, em vereação, há pequena referência à assinatura de provisões para um novo alcaide e seu escrivão, cujos nomes não são apontados.²³⁶

De modo geral, e apesar das falhas na documentação, viu-se que tal posto foi ocupado por poucos indivíduos, que permaneceram na função por longos períodos. Os maiores exemplos disso foram José Mendes, que ocupou o cargo, de 1713 até 1717, e de 1720 até 1724, e José Martins Delgado que o substituiu em 1725, exercendo a função até 1729.

2.3.5. Juízo dos órfãos

A função de juiz dos órfãos, em grande parte das câmaras municipais do Império português, era atribuição do juiz ordinário. Na medida em que as atividades administrativas locais tornavam-se mais complexas, os postos eram separados, elegendo-se um indivíduo

²³⁶ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 296-297; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 110-111.

exclusivamente para cuidar dos assuntos relacionados aos órfãos, ou empossando indicados do governador ou do rei. Outro aspecto que pesava na separação destes cargos em Minas Gerais, conforme indicou A. J. R. Russell-Wood, era a falta de preparo dos juízes ordinários para cuidar de tais assuntos.²³⁷

Em Vila Rica, o primeiro juiz dos órfãos desvinculado dos juízes ordinários foi nomeado por Dom Pedro de Almeida Portugal, Conde de Assumar, em outubro de 1718. Vejamos parte da vereação de 20 de outubro de 1718:

“[...] apareceu o Doutor José Peixoto da Silva, e por ele foi dito que o Excelentíssimo Senhor Conde General Dom Pedro de Almeida e Portugal o havia eleito por juiz dos órfãos desta Vila e seu termo de que lhe mandaram provisão que apresentaria, e que em virtude desta, pedia lhe dessem posse e juramento na forma que ela ordena, pois tinha já dado fiança os novos direitos que era Cipriano de Souza (sic), como constava da certidão que oferecia e que para fiador da perda e dano que podiam te (sic) os órfãos por alguma remissão sua, na forma da lei, dava ao capitão-mor Henrique Lopes de Araújo. E visto por eles o seu requerimento cumpriram a dita provisão e mandaram se registrasse, e com observância dela lhe deram posse e juramento, aceitando a fiança deferida, mandando que tomada por escrivão público de notas [...]”²³⁸

O cargo seria extinto pouco depois, pois o governador não tinha autorização régia para desmembrá-lo do juízo ordinário. O posto voltou a existir, por ordem régia, em 1732, quando foi indicado Antônio Ramos dos Reis. Nesta ocasião, os oficiais da Câmara Municipal que controlavam o cofre dos órfãos, não querendo perder o controle sobre estas finanças, dificultaram ao máximo a posse, a ponto de o ouvidor afastar toda a cúpula camarária, empossar Antônio Ramos dos Reis e retornar, em seguida, com os oficiais camarários. Este episódio, revelador do grau de ingerência dos agentes régios sobre a instituição na década de 1730, será detalhado no quarto capítulo.

* * *

Cabia ao ocupante do ofício de tesoureiro dos órfãos administrar as finanças dos órfãos e zelar pelas mesmas, além de controlar o cofre e os bens resumidos a ouro pertencentes aos órfãos. A primeira ocasião em que se elegeu indivíduo para esse posto foi em 1715. Chamou-se, em vereação, o ouvidor Manuel da Costa Amorim, para que se fizesse eleição de pessoa capaz, escolhendo o nome de João Veloso. Ficou acertado que o ouvidor e o tesoureiro ficariam com as chaves do cofre, que deveria se criado um livro para controlar seu

²³⁷ RUSSELL-WOOD, A. J. R. “O governo local na América portuguesa...” p. 51.

²³⁸ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 83.

fluxo, e que tal livro deveria ficar guardado dentro do próprio cofre.²³⁹ Em 1718, em vereação bem mais curta, uma nova eleição foi feita, ao que parece, sem a presença do ouvidor. Foi eleito o então tesoureiro da Fazenda Real, Francisco de Almeida Brito, que passou a acumular as duas funções, se bem que em espaços administrativos diferentes.²⁴⁰ Só encontramos outro registro de nomeação para a função em questão em 1736, quando Pedro Clemente assumiu o posto.

* * *

A função de escrivão dos órfãos, como a de todo escrivão citado nas atas, era uma função complementar a outra maior, isto é, cabia a estes indivíduos auxiliar na confecção de todos os registros seja do alcaide, do almotacé, do alcaide ou mesmo da própria instituição. O escrivão dos órfãos agia neste mesmo sentido elaborando os documentos produzidos no juízo dos órfãos.

Em Vila Rica, o cargo só é citado a partir da década de 1730. Em 1732, quando Antônio Ramos dos Reis é escolhido para ocupar a função, até então exercida pelos próprios juízes ordinários, o cargo de escrivão era vinculado também a um oficial camarário, neste caso o vereador Tomé Ferreira Cruz. Dois anos depois, quando a função de juiz dos órfãos já estava desvinculada da cúpula camarária, achamos na função de escrivão Estevão de Souza Sandoval, que nesse mesmo ano exerceu, também, o cargo de almotacé.

2.5.6. Oficiais dos quintos

O grupo que denominamos oficiais dos quintos é composto por dois ofícios: os provedores ou cobradores dos quintos e o tesoureiro dos quintos. Passaram a ser eleitos em 1714, ano em que as câmaras municipais do ouro ficaram responsáveis pela arrecadação dos quintos em nome do rei. O ano de 1714 foi um marco na administração local, ao menos em Vila Rica, pois é quando, de fato, a presença régia começa a entrar em atrito com os poderosos locais, ou melhor, é quando este atrito passa a se intensificar. Desse ano até ao menos 1720, os conflitos seriam cada vez maiores.

Os provedores eram os indivíduos responsáveis pela execução da cobrança dos quintos. Eram dezenas de pessoas eleitas, divididas por freguesias. Dependendo do tamanho das freguesias, elegia-se até três cobradores. Encontramos, nas atas, registros de três eleições para esta função. Uma em 30 de dezembro de 1715, outra em 29 de maio de 1717 e outra em 10 de março de 1718. Segundo A. J. R. Russell Wood, a ocupação desses postos nestes

²³⁹ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 372.

²⁴⁰ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 86.

primeiros anos recaía sobre os indivíduos mais importantes da região que, muitas vezes, já exerciam outras funções e que, portanto, acumulavam cargos.²⁴¹

Analisando melhor a lista das três eleições de provedores dos quintos, registradas nas atas da Câmara Municipal de Vila Rica, e observando o histórico dos eleitos com base em nosso banco de dados, chegamos aos seguintes números:

Tabela 2 – Cobradores eleitos para arrecadar os quintos em Vila Rica, 1715, 1717 e 1718

Ano	Total de cobradores *	Cobradores novos	Cobradores que não voltam	Voltam ligados aos quintos	Voltam em outras funções **
1715	24	19	5	4	10
1717	38	24	18	4	2
1718	28	7	5	0	2

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927. p. 209-210; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. p. 76.

(*) Incluindo os substitutos e os que deixaram o ofício antes de concluir o serviço, sendo substituídos.

(**) Quando ofícios ligados à cúpula, só consideramos quando voltam em outra eleição trienal.

Na tabela 2 vê-se o total de cobradores dos quintos eleitos em cada ano, lembrando que, pelas atas, só há informações para estes três anos. Do total de cobradores, filtramos apenas os cobradores novos na Câmara Municipal, ou seja, os que não tinham exercido nenhum outro ofício antes, seja de cúpula, de subalterno ou temporário. Em seguida, tomando como referência o subgrupo dos cobradores novos, verificamos quantos não voltaram a exercer qualquer ofício na instituição nos anos seguintes, quantos voltaram apenas exercendo ofícios ligados aos quintos, e quantos voltaram exercendo outros ofícios. Para este último grupo, consideramos qualquer tipo de ofício, tomando o cuidado de, quando se tratasse de ofício da cúpula camarária, não contar caso tenha sido exercido no mesmo triênio de quando exerceu o cargo de cobrador pela primeira vez, para perceber apenas os exercícios de cobrador dos quintos que influenciariam na ascensão a outros cargos.

Em 1715, dos vinte e quatro cobradores eleitos, dezenove nunca tinham passado pela instituição, ou seja, quase 80% dos cobradores eleitos naquele momento eram novos nos quadros camarários. Destes dezenove, apenas cinco não voltaram a exercer cargo na instituição, apenas quatro voltaram a cargos ligados à cobrança dos quintos e dez (mais de 50%) voltaram à Câmara Municipal exercendo algum outro cargo.

²⁴¹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa..." p. 35.

Em 1717, o número de cobradores eleitos subiu para trinta e oito, e o número de novos cobradores que nunca tinham participado de nenhum cargo na instituição, manteve-se alto – vinte e quatro – pouco menos de 65% em relação ao todo. A surpresa é que, dos vinte e quatro novos cobradores, dezoito nunca mais retornaram à instituição, ou seja, 75%. Dos seis restantes, quatro voltaram exercendo ofícios ligados à arrecadação dos quintos, e apenas dois conseguiram exercer outro tipo de ofício na instituição.

Em 1718, foram vinte e oito os cobradores eleitos, destes sete eram novos, ou seja, 25%. Destes novos cobradores, cinco não retornaram à instituição, e apenas dois conseguiram voltar exercendo cargo não vinculado à arrecadação dos quintos. Conclui-se que o posto de cobrador dos quintos foi, em 1715, uma importante porta de entrada para outros ofícios camarários, inclusive para postos na cúpula da instituição. Contudo, a mesma característica não foi observada nas seleções de 1717 e 1718, quando menos de 10% dos novos oficiais conseguiram exercer outro tipo de ofício nos anos seguintes.

* * *

O ofício de tesoureiro dos quintos não apareceu nas atas com frequência, apenas duas vezes em todo o período estudado. Sua função era receber o ouro cobrado em Vila Rica e enviar para uma espécie de tesoureiro geral dos quintos, que era quem contabilizava o total dos quintos arrecadados nas vilas de Minas Gerais e enviava o metal para o Rio de Janeiro, onde era embarcado rumo à Lisboa. Em 9 de dezembro de 1715 o eleito foi João Veloso:

“[...] Determinaram fazer tesoureiro que recebesse o ouro dos quintos que esta vila e seu termo há de pagar. E fazendo eleição do dito saiu a voto de todos João Veloso morador no Ouro Preto ao qual mandaram chamar para assinar termo. E logo sendo presente o dito João Veloso de Carvalho o dito juiz e vereadores e procurador da câmara lhe encarregaram recebesse todo o ouro que lhe fosse entregue dos quintos de Sua Majestade por ordem deste Senado, assinando termo de seu recebimento ficando obrigado por si e seus bens a satisfação de todo o dito Ouro, e pelo dito João Veloso foi dito que ele se obrigava a dar conta de todo o ouro dos ditos quintos que lhe fosse entregue por termos assinados por ele no 1º de seu recebimento para o que obrigava sua pessoa e bens de que o dito juiz mandou fazer este termo que assinou o dito tesoureiro [...]”²⁴²

No ano seguinte, em 24 de julho de 1716, houve nova eleição para tesoureiro dos quintos. O eleito foi Francisco Viana Farto que, no mesmo dia, tomou posse e, na mesma vereação, recebeu orientações de como proceder:

“[...] Determinaram fazer tesoureiro que recebesse o ouro dos quintos que esta vila e seu termo há de pagar. E fazendo eleição do dito saiu a voto de

²⁴² ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 386-387.

todos Francisco Viana Farto morador no Ouro Preto ao qual mandaram chamar para assinar termo. E logo sendo presente Francisco Viana Farto o dito juiz e vereadores e procurador da câmara lhe encarregaram recebesse todo o ouro que lhe fosse entregue dos quintos de Sua Majestade, por ordem deste Senado assinando termo de seu recebimento como obrigação de cobrar todos os dias em casa do escrivão o que renderem as carregações, gados e negros, e assinando as verba do seu recebimento, ficando outro sim obrigado a dar conta todas as vezes que pelo Senado lhe for mandado e pelo dito tesoureiro Francisco Viana Farto foi dito que ele se obrigava a dar conta de todo o ouro dos quintos que lhe fosse entregue por termos assinados por ele no livro de seu recebimento para o que obrigava sua pessoa e bens de que o dito juiz mandou fazer este termo que o dito tesoureiro assinou [...]"²⁴³

Chama atenção o fato de os dois termos de posse, de 1715 e 1716, serem inicialmente idênticos, o que indica que os escrivães copiavam os registros anteriores. Embora só tenhamos flagrado dois momentos de eleição do tesoureiro dos quintos no decorrer das vereações, por citação, conseguimos identificar que o cargo foi exercido também em 1714 e em 1717. Em 1714, o tesoureiro dos quintos foi Francisco de Almeida Brito, que até o momento não havia exercido qualquer cargo na instituição. Um ano após servir como tesoureiro dos quintos, foi eleito tesoureiro da câmara. Ainda em 1714, por citação, identificamos o tesoureiro geral dos quintos, a quem era entregue o total arrecadado em todas as vilas; tratava-se de Torquato Teixeira de Carvalho.

O tesoureiro dos quintos de 1715, João Veloso de Carvalho, havia sido tesoureiro da câmara em 1713 e, ainda em 1715, acumulou a função de tesoureiro do cofre dos órfãos. Em geral, os postos ligados à tesouraria, seja da Câmara Municipal, dos órfãos ou dos quintos, ficaram restritos a um seleto grupo, seja por exigirem um domínio da escrita e das práticas contábeis, seja pela necessidade de os ocupantes terem posses suficientes para fazer empréstimos quando necessário.

2.2.7. Oficiais de vintena

A palavra vintena designa paróquias com poucos moradores, com ao menos vinte vizinhos. O juiz de vintena é uma autoridade municipal, nomeada para administrar uma destas paróquias. Cabia a este juiz responder por todos os aspectos do governo paroquial, deveria verificar o cumprimento dos editais municipais e cuidar da manutenção das estradas e pontes próximas. Não se sabe ao certo se o juiz de vintena e seu ajudante, o escrivão de vintena, eram

²⁴³ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 17.

remunerados em Vila Rica. Tudo indica que, como em outros locais, recebiam de acordo com a redação e participação como testemunha na feitura de documentos locais.²⁴⁴

Este tipo de nomeação contribuía para economia da Câmara Municipal, que deixava de gastar com viagens dos oficiais às vintenas; foi uma estratégia de controle muito utilizada em Vila Rica. Basta notar que as nomeações de juízes de vintena para paróquias ligadas à vila eram, quase sempre, acompanhadas de um argumento relacionado à segurança do local, que temia a ocorrência de levantes. Assim, nomear um juiz de vintena era estabelecer um controle mais efetivo em determinada paróquia.

A primeira citação de juízes de vintena nas atas da Câmara Municipal de Vila Rica ocorreu na vereação de 5 de janeiro de 1715, quando os oficiais da cúpula camarária mandaram publicar editais para que fossem eleitos Juízes e escrivães de vintena para as freguesias da vila. Nas vereações seguintes, não se retoma a iniciativa e, só na vereação de 21 de agosto de 1716, voltam a citar juízes de vintena. Na ocasião, convocam os moradores de Padre Faria para eleger os ditos magistrados por conta de inquietações que ocorriam na região:

“[...] Mandaram chamar as pessoas do povo do Padre Faria para fazerem a votos de todos eles dois juízes da vintena para assim evitar as bulhas e inquietações que naquele arraial se estão experimentando. E sendo presentes fizeram eleição aceitando votos a cada um de per si e finda saíram a mais votos Antônio Dias e João Álvares, aos quais mandaram passar suas cartas para com elas virem tomar juramento neste Senado. [...]”²⁴⁵

Em 29 de janeiro de 1718, novamente Padre Faria volta à pauta da instituição, mas, desta vez, o pedido para eleição de juízes de vintena partiu da população do local, e os mesmos eleitos em agosto de 1716 são reeleitos em 1718:

“[...] Mandaram vir perante si a todos os moradores do lugar do Padre Faria os quais sendo presentes, sendo-lhe, digo, presentes, declararam queriam fazer dois juízes para os reger e governar naquele lugar e que cada um deles fosse votando em segredo em pessoas capazes para a dita ocupação e tomando-se-lhe os votos a cada um por si em segredo, saíram a mais Antônio Dias e João Álvares, aos quais mandaram se passasse suas cartas e que com elas na Câmara seguinte viessem tornar tomar juramento para o que fossem avisados, e que na mesma Câmara se lhe daria regimento para com ele se haverem na dita ocupação [...]”²⁴⁶

Nesta ocasião, os oficiais da cúpula camarária acharam, por bem, elaborar um regimento para os juízes de vintena de Padre Faria, que deveria ser seguido por todos os

²⁴⁴ RUSSELL-WOOD, A. J. R. “O governo local na América portuguesa...” p. 62.

²⁴⁵ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 18.

²⁴⁶ Ibidem. p. 61-62.

outros juízes de vintena que viessem a ser eleitos em freguesias pertencentes a Vila Rica. O teor do regimento era o seguinte:

“[...] Terão muito cuidado no sossego do lugar de sua jurisdição, atalhando pendências e ruídos, prendendo os agressores na cadeia desta vila, de que nos darão parte regimento dos juízes dos lugares do termo desta Vila. Item nos casos de morte ou outras que pela lei forem de devassa, farão auto logo que remeterão ao juiz ordinário desta vila e farão diligência por prender os delinquentes. Conheceram por ação da alma até duas oitavas e meia de ouro que vocalmente condenaram ou absolverão ou absolverão e farão pagar sem apelação ou agravo. E tudo farão com descrição de seu cargo que para isso se fez neste Senado, o qual será pago de suas custas na forma do regimento dos mais escrivães porem não fará mais diligenciais que aquelas a que chegar a dita alçada do seus juízos ou as que por nos lhe foram mandadas fazer. Os ditos juízes darão execução às ordens que deste Senado ou pelo juiz ordinário lhe forem expedidas sem demora alguma. E outro sim terão cuidado em ser ‘aestra’ (sic) corrente e capaz de se pagar por ela para o que obrigaram os moradores de seu distrito [...]”²⁴⁷

No início de 1719, mais precisamente na vereação de 14 de janeiro, os juízes de vintena voltam à pauta da Câmara Municipal e, novamente, em função da freguesia de Padre Faria. Na ocasião, os oficiais da cúpula camarária decidiram fazer nova eleição.²⁴⁸ Uma nova eleição envolvendo os distritos Congonhas, Cachoeira, Ouro Branco, Santo Antônio da Casa Branca, Itabira, Itatiaia e São Bartolomeu ocorreria apenas em 1736.

* * *

O escrivão de vintena exercia todas as funções relacionadas a registros, como o escrivão da câmara, da almotaçaria e do alcaide, mas sua ação era restrita à freguesia na qual era nomeado, auxiliando o juiz de vintena. As exigências para servir como escrivão de vintena eram ter as habilidades intelectuais necessárias para o cargo, ter um bom histórico social, e residir na freguesia.²⁴⁹

A primeira aparição dos escrivães de vintena nas atas ocorreu em 25 de maio de 1712, quando José de Andrade Ximenes apareceu com provisão – cuja origem não foi citada – para exercer a dita função no distrito de Itatiaia. A Câmara Municipal o empossou após a apresentação de um fiador. A intenção dos oficiais, desde o início do funcionamento da instituição, parece ter sido a de eleger juízes e escrivães de vintena em conjunto. Apesar das tentativas, uma grande eleição conjunta para as funções em quase todos os distritos só ocorreria em 1736.

²⁴⁷ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 62-63.

²⁴⁸ Ibidem. p. 94-95.

²⁴⁹ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 289-290.

2.2.8. Juízo dos ofícios mecânicos

Os juízes dos ofícios mecânicos, conhecidos em algumas instituições como juízes dos grêmios, eram uma espécie de poder intermediário entre os oficiais mecânicos e o poder municipal, ora atuando como representantes dos trabalhadores, ora como fiscais da câmara municipal. Tínhamos em Vila Rica, na década de 1710, quatro juízes de ofício: de sapateiro, de ferreiro, de carpinteiro e de alfaiate. Ao longo das décadas de 1720 e 1730 surgem representações de outras especialidades como caldeireiro, ourives e barbeiro. Todas contavam com juízes, algumas com escrivães e tesoureiros.

Em tese, esses juízes deveriam examinar os aprendizes na teoria e prática de suas habilidades e, só então, recomendar à Câmara Municipal a emissão de licença aos aptos. Os juízes de cada ofício eram consultados no momento da redação dos regimentos e na definição dos ganhos dos oficiais por ele representados. Tanto os juízes quanto os escrivães recebiam gratificações quando faziam os exames e quando, por algum motivo, eram chamados para auxiliar o concelho.²⁵⁰

Em Vila Rica, a primeira eleição para juízes de ofício mecânico ocorreu em 14 de janeiro de 1713, quando foram eleitos representantes dos ofícios de alfaiate, ferreiro, sapateiro e carpinteiro. Encontramos registros de novas eleições para todos os anos seguintes, com exceção de 1714. Apesar de ser um cargo distante do centro de poder camarário, o processo de eleição era, de modo geral, bem registrado nas atas.

Parece claro que, ao menos nestes anos iniciais em Vila Rica, a presença dos juízes de ofício na Câmara Municipal cumpria muito mais uma função de legitimar a ação dos oficiais da cúpula institucional sobre os oficiais mecânicos, do que propriamente representar o interesse deste grupo na Câmara Municipal. Os conflitos entre oficiais mecânicos e oficiais camarários não eram raros, o que reforça a baixa representatividade dos juízes dos ofícios. Logo em 1714, por exemplo, ano em que não encontramos registros da eleição destes juízes nas atas, os oficiais da cúpula ordenaram a prisão de vários oficiais mecânicos que boicotaram a tentativa de eleição.²⁵¹ Na vereação seguinte, haveria um novo protesto, igualmente punido com prisão, registrado nas atas da seguinte forma:

“[...] acordaram com a mesma uniformidade se mandasse preso para a cadeia desta vila de onde tinha vindo a Lucas Fernandes oficial de ferreiro pelo desprezo soberba, e arrogância com que se tinha havido na presença dos ditos oficiais da câmara a quem o dito juiz mandou notificar para um auto e para ver jurar testemunhas, e a mim escrivão passar certidão de tudo o que tinha dito o dito Lucas Fernandes, em presença dos ditos oficiais da

²⁵⁰ RUSSELL-WOOD, A. J. R. “O governo local na América portuguesa...” p. 63-64.

²⁵¹ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 305-306.

câmara para prova do dito auto e para poder sentenciar pelo merecimento dele o que com efeito eu escrevão passei a dita certidão e a entreguei ao tabelião Francisco da Silva Neto a quem o dito juiz mandou autuar o dito auto e juntar a ele a dita certidão [...]”²⁵²

Em outras câmaras municipais do Império português, a representação dos trabalhadores nem sempre seguia a mesma forma dada em Vila Rica. É evidente que com o passar dos anos e o aumento da complexidade das relações sociais e econômicas em Vila Rica, esse modelo de representação tendeu também a se tornar mais complexo e abrangente, contemplando outros ofícios manuais e envolvendo um número maior de indivíduos.²⁵³

2.2.9. Contratadores

Toda renda destinada à Câmara Municipal de Vila Rica era cobrada pelos próprios funcionários da instituição ou era arrematada a terceiros. Normalmente as rendas menores (foros e ver) eram cobradas por funcionários da instituição, e as maiores rendas (aferição, carceragem e meia pataca) eram arrematadas.

Os arrematantes ou contratadores comprometiam-se a pagar, ao longo de um ano, o valor pelo qual arremataram o contrato. O pagamento era realizado sob a forma de quartéis, isto é, acertos graduais de 25% do total, ou a quarta parte. Apresentaremos, no terceiro capítulo deste trabalho, os arrematantes e a dinâmica dos contratos. Mas não era apenas o recolhimento das receitas que era passado a terceiros; muitas demandas da vila seguiam o mesmo caminho, como o caso das obras municipais, como a edificação de pontes, chafarizes, caminhos ou prédios públicos. Quando eram necessários apenas reparos, era comum que os próprios moradores, com ou sem a ajuda da Câmara Municipal, os fizessem.

²⁵² ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 306-309.

²⁵³ O brasilianista Charles Boxer descreveu a organização dos trabalhadores na Câmara Municipal de Lisboa em período semelhante ao que estudamos em Vila Rica. Havia um espaço conhecido como Casa dos Vinte e Quatro, organizado da seguinte forma: “Working-class representation on the Lisboa municipal council was based on the guild system. The leading trades and handicrafts (armourers, goldsmiths, masons, coopers, cobblers, tailors, etc.) elected annually from their guild members twenty-four representatives, known as the *Casa dos Vinte e Quatro*. These men in their turn nominated four from among their number, called the *procuradores dos mesteres*, to represent their interests on the municipal council. They had the right to attend all meetings and to vote in all matters which affected the workers’ guilds or corporations and the economic life of the city. They advised the Câmara as to what prices artisans and journeymen should charge for their respective services, and they also laid down the conditions for apprenticeship, guild membership, and so forth. [...] The guilds were organized in *bandeiras*, so called from the square banners which they carried in religious processions and on festive occasions. These banners were usually made of crimson damask or brocade, bordered with gold or silver tinsel, and bore the device of the patron saint or of the craft which they represented. A *bandeira* might consist of the practitioners of one craft only, or it might comprise several crafts, one of which was recognized as the *cabeça* or head.” Cf. BOXER, Charles R. *Portuguese Society in the Tropics*... p. 7-9.

As obras maiores acabavam sendo arrematadas pela instituição, e eram oferecidas em praça ao indivíduo que por menor valor as fizesse. Havia, grosso modo, um processo de contratação ou terceirização, em que um sujeito tomava a responsabilidade de realizar a obra nos moldes estabelecidos pelos oficiais da cúpula camarária.

2.2.10. Outras funções

Há, ainda, uma série de funções que não se enquadram nas categorias anteriores, mas que apareceram o suficiente na documentação para serem registradas aqui. A primeira delas era a de tabelião, cargo nomeado pelo monarca, dotado de fé pública; era responsável por registrar a posição dos indivíduos diante de determinadas questões, dar autenticidade e conservar os cartórios. Só costuma ser mencionado na documentação camarária nos momentos em que é empossado ou quando, diante da ausência do escrivão da câmara, é convocado para substituí-lo por compartilhar das competências básicas necessárias.

A primeira ocasião em que os tabeliães aparecem nas atas é na vereação de 4 de maio de 1712. Estavam presentes, além dos oficiais, os tabeliães José Duarte e João Peres Souto. Não foi possível identificar o momento em que foram eleitos. Outra referência à função aparece na reunião de 3 de janeiro de 1714, quando Manoel Vicente, então no exercício do cargo, pede exoneração ao governador Dom Brás Baltazar da Silveira, que a concede. No início do ano de 1720, na vereação de 8 de janeiro, encontramos, pela primeira vez, um registro de posse de um tabelião, João da Silva e Melo, nomeado por provisão régia.²⁵⁴ Nas décadas de 1720 e 1730, são citados, nos documentos da Câmara Municipal de Vila Rica, outros tabeliães, que normalmente permaneciam vários anos nos cargos, como Bernardo Alves da Neiva (1733 e 1734) e Bento de Araújo Pereira (1734, 1735 e 1736).

* * *

O cargo de meirinho do campo possuía atribuições semelhantes às do alcaide, mas sua atuação era nos distritos. A partir das atas, podemos observar alguns detalhes que apontam para restrições ou direcionamentos mais precisos da tarefa de meirinho do campo em Vila Rica. Na vereação de 11 de janeiro de 1714, os oficiais camarários reforçaram a determinação de que não era função do meirinho fazer diligências na vila, pois isto atrapalhava os ganhos do alcaide da vila e seu escrivão, e que o meirinho do campo deveria atuar apenas em seu distrito. Essa recomendação foi repassada a todos os meirinhos do campo ligados a Vila Rica, como um regimento, com pena de prisão e castigo aos meirinhos que a descumprissem.²⁵⁵

²⁵⁴ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 121-122; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 231-232, 289-290.

²⁵⁵ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 231-232, 297-298.

A primeira aparição deste ofício em Vila Rica deu-se na vereação de 6 de agosto de 1712. Na ocasião, os oficiais da cúpula camarária, alegando falta de oficiais de justiça para fazer diligências, resolveram eleger um meirinho do campo. Sua posse ocorreu em 13 de agosto e foi eleito José Corrêa Jaques, com a incumbência de também cobrar os foros e as rendas da instituição relativas àquele ano.²⁵⁶

O cargo voltou à pauta em 11 de janeiro de 1714, quando a cúpula camarária nomeou José de Azevedo Peixoto. Nesta ocasião, aparece na ata um agradecimento ao então governador Brás Baltazar da Silveira por ter autorizado a Câmara Municipal a possuir tal ofício e ser capaz de nomeá-lo.²⁵⁷ Dias depois, na vereação de 24 de janeiro de 1714, José de Azevedo Peixoto desiste do cargo e os oficiais da cúpula camarária elegem Francisco de Souza Pacheco para substituí-lo.²⁵⁸ A nomeação do cargo, bem como a dos juízes de vintena, poderia também estar vinculada a desordens em determinada região. Em julho de 1720, durante os distúrbios que culminaram no evento que ficou conhecido como Revolta de 1720, o Conde de Assumar recomendou que a Câmara Municipal elegeisse um meirinho do campo para auxiliar no controle do distritos sublevados, principalmente no Morro e Ouro Fino.²⁵⁹ O posto continuaria a ser ocupado nos anos seguintes por indivíduos que, na maioria dos casos, permaneciam por, no mínimo dois anos à frente do ofício.

* * *

A função de escrivão do meirinho era a de auxiliar a atuação do meirinho geral, acompanhando-o e confeccionando todos os registros inerentes à sua atividade, como faziam os outros escrivães, como o da Câmara Municipal, do alcaide, do almotacé, os de vintena e os dos juízos dos ofícios mecânicos. O escrivão do meirinho só é mencionado em duas ocasiões, uma em 1731, e outra em 1732. Nos dois casos, tratou-se da posse dos indivíduos nomeados pelo rei para ocupar as funções. No primeiro ano, assumiu Francisco de Albuquerque e, no segundo, Francisco Freire de Andrade, ambos sem passagem anterior pela instituição, o que pode sugerir que tenham chegado à região exclusivamente para exercer o posto.

* * *

A função do ofício de capitão do mato era perseguir escravos fugidos e combater a formação dos quilombos. Quando incorporamos esse ofício aos quadros da Câmara Municipal, nos referimos às atividades da década de 1720 e 1730, quando a instituição contratou o serviço desses indivíduos para cada paróquia, pagando um valor fixo, pago através de uma

²⁵⁶ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 244-246.

²⁵⁷ Ibidem. p. 296-297.

²⁵⁸ Ibidem. p. 300-301; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 31-32.

²⁵⁹ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 134-135.

finta lançada sobre alguns setores da população, como escravos, comerciantes e artesãos. Em 1738, a finta foi considerada ilegal por ordem régia, e os salários dos capitães do mato passaram a oscilar de acordo com as gratificações e auxílios municipais. Para além da captura dos escravos em fuga, segundo A. J. R. Russel-Wood, os capitães do mato atuavam no cumprimento da hora de recolher, na fiscalização dos escravos e, ainda, na denúncia de proprietários que não registravam escravos na contagem da capitação.²⁶⁰

* * *

Conforme indicado acima, as lideranças locais à frente da Câmara Municipal de Vila Rica, ora atendendo a demanda local, ora a demanda dos agentes régios ou, ainda, os próprios interesses, estabeleciam a função de capitão do mato para combater os quilombos, como explicado acima. Eles não atuavam gratuitamente, eram pagos pela instituição que, como veremos, embora arrecadasse muito, também gastava muito, vivia a maior parte do tempo em déficit ou muito próximo disso.

Para arcar com os gastos, a solução adotada, em alguns momentos, pelos oficiais camarários era lançar sobre a população uma finta, isto é, uma cobrança eventual sobre os moradores. Essas fintas, até onde foi possível identificar, foram lançadas ao menos duas vezes, uma em 1722, e outra, melhor documentada, feita entre 1735 e 1736. Nesse segundo momento, serviram como Capitães do Mato André Veloso e Francisco de Matos.²⁶¹

* * *

As Casas de Fundição começaram a funcionar, na capitania de Minas Gerais, no início de 1725 e contavam com um quadro de oficiais, em parte composto por sujeitos nomeados localmente, em parte por nomeados régios. Em dezembro de 1734, à pedido dos governadores, pôde a Câmara Municipal indicar listas tríplexes para ocupação da função de tesoureiro da Casa de Fundição. Tal indicação foi feita às pressas, nas duas últimas reuniões de 1734 – ocorridas em 27 e 28 de dezembro – logo após a realização da eleição para a direção institucional do ano seguinte, tendo sido eleito o polêmico Domingos de Abreu Lisboa, um dos articuladores da resistência local contra o projeto da Capitação.

No dia 27 de dezembro, os oficiais indicaram, a pedido do governador Conde das Galveias, a seguinte lista tríplex: Ventura Rodrigues Velho, Rafael Pereira Brandão e Lourenço

²⁶⁰ RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa..." p. 62-63.

²⁶¹ Arrecadaram a finta de 1735-1736: Antônio Teixeira Souto, Estevão de Souza Sandoval, João Rodrigues de Souza, José Corrêa Maia, José da Costa Rabelo, Manuel da Silva Couto, Manuel Palhares, Rodrigo da Rocha, Valentim Gomes Ribeiro, Manuel de Freitas Guimarães, Félix da Silva Costa, João Henriques da Fonseca, Domingos Francisco Couto, João Martins de Carvalho, José Dias de Sampaio, Serafim Gonçalves, Simião Soares Braga, Marcos de Souza Silva, Manuel Pinto Freitas, José Gonçalves, Manuel da Costa Pontes, Manuel de Souza, José Nobre dos Santos, Diogo Pereira e Bernardo Carvalho.

Dias Rosa. Justificaram a escolha por serem os “os homens mais suficientes e abonados por suas posses e bens” como, segundo os oficiais, recomendava o monarca. No dia seguinte o governador, sem justificar, solicitou uma segunda lista tríplice, e os oficiais, sem anular a primeira, indicaram: Gaspar Gonçalves, Pedro Clemente e Manuel Dias da Costa.²⁶² Apesar dessas nomeações, em 15 de janeiro de 1735 os novos oficiais propõem ao governador, sem ficar claro se a pedido dele ou não, uma nova lista tríplice composta pelos seguintes nomes: João de Mello Fernando, João Pinto da Mota e José de Almeida Machado.

* * *

Nos moldes da indicação da lista tríplice para tesoureiro da Casa de Fundição, descrita acima, coube aos oficiais camarários indicarem em 1722, à pedido do novo governador, Dom Lourenço de Almeida, três nomes aptos para servirem na função de tesoureiro da Fazenda Real. Os oficiais camarários recomendaram Manuel da Silva Fonseca, Francisco de Almeida Brito e Manuel Rodrigues Coelho, os dois últimos ex-tesoureiros da Câmara Municipal, respectivamente, em 1715 e 1720.

2.3. A classificação das rotinas administrativas da instituição

Vista a primeira faceta do cotidiano institucional, identificado, através das atas, falta uma segunda faceta, que é a da ocupação do tempo dos oficiais da cúpula institucional. Quais tipos de assuntos eram debatidos pelos oficiais da instituição? Com que frequência esses temas se repetiam? Quando eram mais ou menos discutidos? Como oscilaram ao longo dos anos? E a quais grupos estavam vinculadas essas oscilações?

Faremos uma aproximação em relação às reuniões da instituição para, em seguida, mostrar o plano de classificação dos assuntos da instituição e, então, detalhar as alterações, tentando identificar quais temas foram mais discutidos quando um determinado grupo predominou à frente da instituição, e quais mudanças ocorreram quando outro grupo assumiu a cúpula camarária.

2.3.1. Introdução às reuniões da Câmara Municipal de Vila Rica

De tempos em tempos – às vezes duas ou três vezes por semana, às vezes uma ou duas por mês, dependendo da demanda – os oficiais da cúpula camarária (dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador da câmara) se reuniam para deliberar sobre várias questões. No Gráfico 1, está representada a variação do número de reuniões e do número de assuntos discutidos ano após ano. Deve-se notar que, deste ponto em diante, todo o

²⁶² APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2. fls. 143v-144v.

levantamento feito, exclusivamente, a partir das atas apresentará uma lacuna de 1726 até 1731, em função da ausência dos registros deste período.

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927. p. 209-210; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. p.76; APM, CMOP 13. TERMOS de acórdãos, 1721-1726. Rolo 17, gav. E-2; APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2; APM, CMOP 36. TERMOS de acórdãos, 1735-1737. Rolo 21, gav. E-2. Obs.: Há alguns termos de vereação do início de 1726 e do final de 1731 que não foram incluídos no gráfico para não gerar a impressão de que nestes anos as reuniões tenham sido menos frequentes.

Foram contabilizados 2.331 assuntos discutidos em 1.121 reuniões. Pelo gráfico 1, vê-se que o número de reuniões não apresentou grande variação. Em média, foram pouco mais de 50 reuniões por ano, com mais encontros em 1714 e 1721, e menores de 1711 até 1713, em 1716 e em 1723. Quanto aos assuntos, predominariam as variações intensas e a falta de um padrão. Houve alguns “picos” de atividades em 1714, 1718 e 1721, cada qual relacionado a uma rotina específica.

Um argumento muito utilizado para combater ou depreciar este esforço inicial em quantificar as pautas da instituição defende que não faz sentido fazer tal análise, visto que um número maior de discussões sobre os quintos, por exemplo, não indicaria necessariamente que esse assunto tenha sido mais importante, sendo mais útil uma análise do conteúdo das discussões. O raciocínio não está errado, e uma análise qualitativa do cotidiano institucional será desenvolvida no quarto capítulo. Contudo, nossa proposta é utilizar a quantificação para

promover uma aproximação em relação à instituição e, em seguida, utilizar os dados para orientar uma análise qualitativa. Em síntese, o que tentamos fazer é somar estas duas possibilidades de análise, entendendo que contar e identificar variações entre assuntos enriquece a análise do conteúdo das discussões.

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927. p. 209-210; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. p.76; APM, CMOP 13. TERMOS de acórdãos, 1721-1726. Rolo 17, gav. E-2; APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2; APM, CMOP 36. TERMOS de acórdãos, 1735-1737. Rolo 21, gav. E-2.

Por enquanto, o que se aproveita do gráfico 1 é que houve momentos de maior atividade, 1714, 1718 e 1721, e momentos de atividade muito baixa, principalmente anterior a 1714 e posterior a 1721. É preciso, agora, decompor os assuntos para entender do que são compostos os momentos de alta e o que deixa de ser discutido e causa as baixas. O que, por exemplo, esteve presente em 1714 e 1721, e não está presente em 1723?

A partir do gráfico 2, vê-se a concentração das reuniões durante os dias da semana. Houve uma concentração das reuniões às quartas-feiras e aos sábados, em conformidade com as Ordenações Filipinas.²⁶³ Contudo, um número não desprezível de reuniões, 30,8%, ocorreu em outros dias que não os recomendados pela lei geral. Pelo gráfico 3, é possível visualizar a concentração das reuniões nos meses do ano. Nota-se que havia uma proporção aproximada

²⁶³ BOXER, Charles R. *Portuguese Society in the Tropics...* p. 8-9.

de dois assuntos por reunião. Os meses mais agitados foram janeiro, fevereiro, julho e dezembro e os de menor atividade, abril e novembro.

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927. p. 209-210; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. p.76; APM, CMOP 13. TERMOS de acórdãos, 1721-1726. Rolo 17, gav. E-2; APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2; APM, CMOP 36. TERMOS de acórdãos, 1735-1737. Rolo 21, gav. E-2.

Para compreender melhor o que essas variações básicas apresentadas, nos gráficos 1, 2 e 3, estão indicando, é necessário decompor as pautas, isto é, subdividir seus pontos e identificar quais assuntos responderam por cada uma das oscilações. Para realizar a decomposição das pautas, chegou-se à conclusão de que seria necessário um plano que auxiliasse a classificação dos assuntos. A elaboração deste plano começou a ser feita durante os primeiros contatos com a documentação, nas primeiras semanas da Iniciação Científica. A lógica da organização não é completamente estranha à documentação, embora também não seja perfeitamente harmônica com os dados apresentados nas atas.

A princípio, pretendia-se extrair todas as informações possíveis das atas. As mais simples foram os nomes, datas e cargos. Contudo, começou-se, também, a identificar o que se discutia, com o objetivo de acompanhar a evolução administrativa da instituição. Na medida em que se avançou nos anos, novos temas foram surgindo e a identificação dos temas tornou-se cada vez mais complexa. Para complicar ainda mais, com o passar dos anos, os escrivães da

câmara eram trocados, e determinados assuntos passavam a ser registrados de forma significativamente diferente.

Assim, para trabalhar as quase três décadas que compreendem o estudo, montou-se um plano provisório de organização dos assuntos, de tal forma que foi possível, com base nos anos anteriores, ter alguma referência para classificar assuntos novos ou formas novas de registros que surgiam, sem, no entanto, usar um referencial pronto e alheio ao objeto de análise que pudesse engessar ou limitar a percepção dos registros das atas. Em outros termos, à medida que se avançou, foi sendo estabelecida uma classificação dos assuntos, sempre incompleta e provisória, sólida o suficiente para orientar o trabalho diante de novas rotinas administrativas, mas flexível o suficiente para, frente às mesmas novidades, ser capaz de mudar sua própria estrutura e se adaptar às novidades postas pela documentação.

Esse *plano de classificação* é, claro, apenas uma possibilidade de organização das pautas. A maior dificuldade foi estabelecer um limite viável de categorias, que não fosse mínimo a ponto de simplificar excessivamente a realidade encontrada e limitar as conclusões, mas que também não fosse amplo a ponto de tornar exagerada uma explicação que se pretende ponto de partida na análise do cotidiano institucional.

2.3.2. Plano de classificação das rotinas administrativas

Vista a primeira faceta do cotidiano institucional, identificado através das atas, faltam-nos uma segunda faceta, a da ocupação do tempo dos oficiais da cúpula institucional. Que tipos de assuntos eram debatidos pelos oficiais da instituição? Com que frequência estes assuntos se repetiam? Quando eram mais ou menos discutidos?

Nosso objetivo passa a ser, agora, identificar as mudanças que ocorrem na direção da instituição. Neste primeiro momento, faremos uma aproximação em relação às reuniões, para, em seguida, mostrar o *plano de classificação* dos assuntos da instituição e, então, detalhar as alterações, identificando quais itens se destacam e respondem pelas mudanças que encontramos.

O *plano de classificação dos assuntos da Câmara Municipal de Vila Rica*, após o término da extração dos dados das atas da Câmara Municipal, ficou da forma representada no quadro 2. Trata-se de um formato mínimo que contempla subdivisões. Faremos uma descrição de cada um dos pontos que o compõe. A partir desta apresentação, será possível mostrar o resultado da decomposição dos assuntos da instituição.

Quadro 2 – Plano de classificação dos assuntos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1736

Rotinas internas (Atividades meio)

- a. Eleição
- b. Despacho de petições
- c. Cartas e outros documentos

Rotinas externas (Atividades fim)

- a. Receitas
 - i. Rendas da câmara
 - ii. Quintos
 - iii. Donativo régio
- b. Despesas
 - i. Obras públicas
 - ii. Festas
 - iii. Pagamentos e outros gastos
- c. Posturas
- d. Regimentos
- e. Correições e vistorias

Eventos

- a. Locais
- b. Exteriores

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927. p. 209-210; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. p.76; APM, CMOP 13. TERMOS de acórdãos, 1721-1726. Rolo 17, gav. E-2; APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2; APM, CMOP 36. TERMOS de acórdãos, 1735-1737. Rolo 21, gav. E-2.

2.3.2.1. Rotinas internas (atividades meio)

Definimos como “rotinas” todo assunto tratado em vereação que diz respeito a uma tarefa recorrente na administração local. Essas rotinas podem ser “internas”, quando estão diretamente ligadas à manutenção das atividades institucionais; ou “externas”, quando diretamente relacionadas a aspectos do cotidiano da vila. É claro que tudo que é discutido pela Câmara Municipal tem um impacto extra institucional. Tudo, em alguma medida, reflete externamente a instituição, mas a divisão tenta observar as relações diretas, onde algumas atividades são meio e outras são fim, ou seja, algumas afetam menos e outras mais a vila.

a. Eleição

Neste grupo foi incluída toda discussão rotineira relacionada à eleição, posse, provisão e exoneração de oficiais ligados à administração local. Aqui há tantas subdivisões quantos são os cargos apresentados no quadro 1. As eleições podem ser da cúpula camarária, de funcionários da instituição, dos almotacés, alcaides, oficiais ligados aos quintos, ao Juízo dos Órfãos, ou às Vintenas, entre outros. Segue exemplo dos assuntos inseridos neste grupo, no caso a eleição de dois almotacés:

“[...] E logo sendo presentes o Alferes Domingos Moreira e Alferes João Pires, os quais foram eleitos na vereação passada para servirem os lugares de almotacés o presente mês e o de abril, aos quais o juiz ordinário deu o juramento dos Santos Evangelhos para debaixo dele servirem os ditos cargos bem e verdadeiramente com boas e sãs consciências, guardando em tudo o serviço de Deus e Sua Majestade e as partes seu direito; e dando com todo cuidado a execução as ordens que deste Senado se lhe expedirem, e sendo por eles aceito o dito juramento, debaixo dele assim o prometeram fazer, de que o dito juiz mandou fazer este termo que com eles assinou.”²⁶⁴

b. Despacho de petições

Os despachos de petições e requerimentos são um dos itens que mais refletem a atuação da Câmara Municipal junto à sociedade local. Sua classificação foi a mais difícil de ser feita: é uma atividade que ocorre dentro da Câmara Municipal, mas que, ao mesmo tempo, reflete uma maior ou menor demanda da sociedade pelos serviços da administração local, por sua aceitação. Incluímos, neste grupo, toda rotina que indica algum pedido ou requisição documentada feita por qualquer morador da vila aos oficiais camarários. As possibilidades são inúmeras, desde a emissão de licenças para comércio, aforamentos, abate de gados, licença de ofícios, etc.

Aparecem, em sua quase totalidade, como textos curtos, sem detalhamento algum, no início ou no final dos termos de vereação. Geralmente, não há indicação dos indivíduos que fazem a petição ou requerimento. Não há subgrupos para o item em questão. Um exemplo típico: “[...] Acordaram despachar petições das partes [...]”²⁶⁵

Optamos por classificar como uma rotina interna – embora indique uma requisição externa – por ser tratada na documentação como atividade fundamentalmente burocrática; normalmente abrem a vereação e são deferidas em bloco, sem maiores detalhes. Assim, diferente da arrecadação de tributos, ou mesmo da elaboração de posturas sobre o

²⁶⁴ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 32.

²⁶⁵ Ibidem. p. 88.

comportamento dos moradores da vila, estes sim temas claramente externos, o despacho de petições não é entendido por nós como atividade externa, mas interna.

c. Correspondências

Nesta categoria foram incluídas as rotinas ligadas ao manejo, leitura, discussão e resposta relacionados às correspondências recebidas pela Câmara Municipal. Muitas vezes, nas atas, como veremos no exemplo abaixo, não há qualquer referência sobre o tema do qual trata a correspondência, sendo possível identificar apenas o remetente. Quando o tema é exposto, por exemplo, quando o documento trata dos quintos, então classificamos como uma rotina ligada aos quintos. Assim, este subgrupo reflete, em certa medida, o pouco detalhamento das atas, pois só é marcado quando os oficiais não citam o conteúdo das correspondências. Exemplo: “[...] Acordaram abrir uma carta do Excelentíssimo Senhor governador, vinda a Câmara em resposta da que o Senado lhe havia escrito. [...]”²⁶⁶

2.3.2.1. Rotinas externas (atividades fim)

Ao contrário das “rotinas internas”, as “rotinas externas” estão diretamente relacionadas ao cotidiano da Vila. A finalidade é, antes de qualquer outra, arrecadar tributos da sociedade, gastar com a manutenção da localidade, elaborar posturas ou regimentos que regulem o cotidiano da vila e ainda fiscalizar seu cumprimento. Abaixo estão os subgrupos destas rotinas externas:

a. Receitas

De todas as rotinas externas, as receitas são as que mais chamam atenção, devido à importância de sua execução, tanto para o rei, quanto para a consolidação dos poderes das elites locais. Consiste em toda discussão acerca da cobrança das rendas da instituição, problemas gerados a partir desta cobrança, nomeação de pessoas envolvidas, seja por arrematação ou por escolha camarária, conferência de contas e envio de valores, entre outros aspectos. Dividimos esta categoria em três subitens: rendas da câmara, quintos e donativos régios.

No período estudado, as principais rendas da Câmara Municipal de Vila Rica eram a renda da aferição, a renda da meia pataca e a renda da carceragem. Outras, quase nunca citadas, eram a renda dos foros e a renda do ver. Com exceção das duas últimas, normalmente as rendas da Câmara Municipal eram arrematadas, ou seja, outros indivíduos as cobravam e

²⁶⁶ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 70-71.

pagavam um valor fixo à instituição. Esse processo de arrematação envolvia algumas etapas: lançar as rendas em pregão, arrematá-las e cobrar os quartéis vencidos. No exemplo a seguir, a Renda do Ver passa, por falta de arrematante, à responsabilidade do alcaide, seu escrivão e o meirinho geral.

“[...] Mandaram que visto estarem arrematadas as rendas do Concelho, e não haver quem lançasse na do ver, fosse cobrada pelos oficiais de justiça como é estilo, para o que mandaram selado ao Doutor ouvidor geral, aviso em que assim se fizesse de que dou fé. E sendo presente o alcaide Francisco de Souza Pacheco, José Mendes, escrivão, e meirinho Manuel Ribeiro, lhe encarregaram fizessem arrecadação da renda do ver na forma que a haviam feito o ano passado em companhia do escrivão da almotaçaria e que este seria obrigado a por na mão do dito tesoureiro o precedido da renda, reservando a terça parte de cada uma das coimas que fizerem porque esta se lhe concede a todos por seu trabalho na forma costumada e assim se obrigaram de que fiz este temo que assinaram [...]”²⁶⁷

Apesar de estar relacionada como tributação, ao lado das rendas da câmara, a natureza dos quintos é absolutamente diversa e, em alguns sentidos, até oposta à das rendas da instituição. Cobrar um tributo não era algo bem recebido por ninguém, os oficiais camarários normalmente não cobravam nem mesmo as próprias rendas, e, a partir de 1714, tiveram que cobrar esta renda destinada ao rei. O lado positivo para os oficiais é que eles controlariam a arrecadação, ou seja, poderiam tirar proveito pessoal da situação, tornar mais leve o peso para si e seu grupo, em detrimento do restante da população. Outro ponto benéfico aos oficiais foi a criação de vários postos de trabalho em prol do monarca, o que abria uma margem para pedidos de gratificação futuros, por ter servido aos interesses régios na região das minas. No exemplo abaixo há um trecho de uma vereação que decide sobre a punição aos que não pagassem os quintos:

“[...] Mandaram passar ordens para se fazer diligência por algumas pessoas que estão devendo quintos assim do presente ano, como do passado, e que estes não pagando fossem presos e executados [...]”²⁶⁸

O último item desta categoria são os donativos régios. Não ocuparam grande espaço nas atas, até porque, até onde é possível saber, não chegaram aos dias de hoje as atas do auge de sua cobrança, o final da década de 1720. Todavia, pelos resquícios encontrados nas correspondências do período, é possível acreditar que ocuparam espaço similar ao dos quintos até 1724. Trata-se de uma espécie de imposto, cobrado pela instituição, destinado a cobrir os

²⁶⁷ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 31-32.

²⁶⁸ Ibidem. p. 44-45.

gastos com o casamento dos príncipes lusitanos. No trecho abaixo, um pagamento extra ao escrivão da câmara pelo auxílio no lançamento do real donativo:

“[...] Acordaram arbitrar ao escrivão do senado pelo grande trabalho que tem em fazer o lançamento do donativo para o capitão do mato André Velho que se ajusta na forma do despacho do Senhor Conde governador lhe arbitrou duzentos mil réis da sobra do mesmo donativo [...]” ²⁶⁹

b. Despesas

A categoria despesas contempla toda discussão que resulta em dispêndio de recursos da instituição. Tanto esta quanto a categoria anterior – receitas – são itens que, do ponto de vista dos valores, são mais bem analisados através dos livros de receita e despesa, melhor estudados no terceiro capítulo. Há subitens que auxiliam a classificação, são eles: obras públicas, festas, casas de fundição e outros pagamentos.

A subcategoria “obras públicas” contempla todas as discussões e decisões acerca da execução de obras públicas em Vila Rica e seu termo. Normalmente, as obras eram arrematadas, ou seja, contratava-se um indivíduo não ligado à Câmara Municipal que as fizesse por menor valor. Mas havia casos, embora pouco comuns, em que a própria instituição, geralmente por falta de arrematante, encarregava alguns funcionários de executar a empreitada ou supervisionar a contratação de carpinteiros, pedreiros e outros oficiais manuais. Um exemplo de arrematação segue abaixo:

“[...] Acordaram arrematar a fatura da casa da câmara a João Ferreira Diniz por quantia de nove mil oitavas de ouro, entrando na cadeia, com a forma de planta que no termo de arrematação se expressa, e por extenso se declara, que por não haver quem menos quisesse tomar a dita obra, e os lançadores que na dita fatura haviam lançado que foram Matias Henriques e Domingos Rodrigues Paris, e a mesa de vereação vieram desistir dos lanços que haviam dado de oito mil e oitocentas oitavas de ouro, que foi o menor lanço que na dita obra se deu depois de três meses que andou em praça, dando por razão não terem fiadores, nem os meios necessários para darem princípio a tal fatura, e que assim que os houvessem por absolvidos dos ditos lanços, o que ouvido pelos ditos oficiais da câmara assim o mandaram e aceitaram a resolução de se despedirem os ditos lançadores, e mandaram andar em praça e foi arrematada ao dito acima João Ferreira Diniz.” ²⁷⁰

Quanto às festas, contemplam todas as ocorrências que envolvem a preparação dos festejos municipais regulares (geralmente associados à Igreja) ou ainda extraordinários (ligados a comemorações de nascimento ou casamento de membros da Família Real). As festas

²⁶⁹ APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2. fls. 75-75v.

²⁷⁰ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 80.

só começam a aparecer nas atas da Câmara Municipal de Vila Rica a partir da vereação de 11 de maio de 1718.

A maioria das reuniões em que o assunto “festa” é citado está relacionada com a preparação, convocação dos oficiais e execução do festejo de Corpus Christi. As ocorrências surgem geralmente em abril e se estendem até os meses de julho e agosto. Outras festas também eram citadas – mas em número muito reduzido – como, por exemplo, a de São Sebastião. A seguir, um exemplo da preparação da festa de Corpus Christi:

“[...] Acordaram assinar uma carta para o reverendo vigário da matriz da praça do pilar em que lhe participavam tinham resoluto celebrar a festa Real de Corpus Christi. Acordaram mandar convocar por carta, a nobreza que havia servido em câmara por se fazer precisa a sua assistência na dita festa.”²⁷¹

Por fim, há os gastos com pagamentos, que contemplam toda discussão rotineira que envolva uma ordem para algum funcionário efetuar o pagamento a algum indivíduo por serviços prestados à instituição, ou alguma remuneração extra regimental efetuada a algum oficial por serviços prestados. As discussões aqui apreciadas não têm qualquer relação com regimentos. A definição de salários ou qualquer tipo de remuneração por serviços prestados por oficiais ligados à administração local é contemplada no item “regimentos”. Vejamos o exemplo do que é aqui contemplado:

“[...] Acordaram dar das rendas do conselho ao escrivão da câmara cem oitavas de ouro pelo trabalho que tem tido da escrita da dita câmara, justas que fez, ordens e editais e cartas e juntamente atenderem, entrar a servir em julho do presente ano, de cujo tempo a esta parte não ter tido lucro da ocupação do dito ofício nem ter da câmara salário algum, que por satisfação ao seu bom préstimo, expedição e assistência, lhe mandaram dar a dita quantia a este sujeito.”²⁷²

c. Posturas

A categoria “posturas” é composta por toda deliberação, de caráter obrigatório, derivada do legislativo municipal, ou seja, da Câmara Municipal. São decisões tomadas para definir padrões de conduta em vários setores da sociedade. São assinalados quando tratam da execução periódica de determinada postura, como a concessão de licenças para lojas – que devem ser renovadas periodicamente – ou, ainda, quando visam definir a forma de conduta dos cidadãos acerca de outros temas comuns como: as discussões e deliberações que

²⁷¹ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 75-76.

²⁷² Ibidem. p. 156.

envolvem o comércio de todos os tipos de bens e alimentos, incluindo carnes e reses; as discussões sobre a forma de se edificar caminhos e outras construções – não sendo discussões específicas de uma ponte ou caminho, neste caso, trata-se de execução de obras públicas, contemplado em outro item – ou ainda discussões em torno das normas a serem seguidas que dizem respeito à edificação e manutenção de caminhos. Há também as definições dos marcos de medidas da vila e de como deveria ocorrer a fiscalização das posturas. Um exemplo:

“[...] Acordaram mandar fixar um edital para que nenhuma pessoa possa atravessar porcos assim no campo como na vila para os revender nela a pena de 18 oitavas aplicadas para as calçadas desta vila por requerimentos que para esse efeito lhe fizeram os moradores dela e outro sim que cortadores de gado não desfalcassem os quartos de boi assim dianteiros, como traseiros, tirando de rabadas como até o presente costumavam debaixo da mesma pena [...]”²⁷³

d. Regimentos

Nesta categoria, foram incluídas todas as discussões relacionadas aos regimentos, ou seja, às normas para o exercício de um cargo e suas funções. Foram consideradas, como discussões de cunho regimental, todas aquelas que reorientaram o exercício de alguma função, adicionando ou removendo uma nova obrigação de um oficial. Incluiu-se, nesta categoria, qualquer debate ligado à remuneração dos oficiais.

Há uma razão para regimentos e remunerações terem sido colocados juntos. Obedecemos à dinâmica de funcionamento da instituição. Nas atas, os dois itens são citados quase sempre juntos. O regimento define as funções e, às vezes, os ganhos dos oficiais são incluídos ou definidos no mesmo momento. Seus subgrupos estão organizados por ofício, seguindo a divisão estabelecida no quadro 1, como foi feito na categoria “eleição”:

“[...] Acordaram que levaria o aferidor pelas aferições o seguinte: por um marco com sua balança, uma oitava o quarto de ouro, e de revista, três quartos de ouro; por fixar o olho a uma balança no decurso do ano, por cada vez, um quarto de ouro; por cada medida: vara, côvado, pesos de ferro, quatro vinténs de ouro; e de revista de cada peça, três vinténs de ouro; levará por cada peso de meia oitava que fizer novo, um quarto de ouro; e por cada peso de meia pataca que fizer novo, quatro vinténs de ouro, a este respeito todos os mais novos que fizer; por meio alqueire, um quarto de ouro, e de revista, quatro vinténs de ouro; por uma quarta, o mesmo; por uma balança com pesos de meia oitava, meia pataca quatro vinténs de aferir um quarto de ouro, e de revista quatro vinténs. Será obrigado a marcar todos os pesos miúdos do aferidor passado que estivessem certos, sem por isso levar salário algum, pois são anexos aos marcos, não obrigava pessoa

²⁷³ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 95.

alguma a que lhe compre balanças, marcos, medidas, varas, côvados, pesos de ferro. E aquelas pessoas que lhes quiserem comprar alguma coisa destas, não se ajustando no preço, as poderão comprar a quem quiserem e as trarão aferir, e toda balança que não for capaz de pesar ouro e a não poder por certa fazendo-lhe a diligência a entregava outra vez a seu dono sem a marcar, advertindo-lhe que não use dela para negócio público, com declaração, que quando lhe vier algum marco ou balança aferir ou a rever, ainda que a balança tenha olho, na levará salário algum de olho tirar, e só o levará no decurso do ano como dito fica. Acompanhará as correições dos almotacés e as gerais deste Senado, e nelas farão os requerimentos necessários, seguindo sempre as ordens que do dito Senado lhe forem dadas e condições concedidas com pena de ser castigado o arbítrio do mesmo Senado, e desta sorte houveram eles ditos oficiais da câmara este regimento por acabado e mandaram que daqui se tirasse e desse ao aferidor para guardar como nele se contém.”²⁷⁴

e. Correições e vistorias

Nesta categoria foram classificadas todas as atividades ligadas à fiscalização e averiguação do cumprimento das posturas municipais e editais da Câmara Municipal. As discussões estavam geralmente ligadas às multas e condenações – que, por motivo de apelação ou simplesmente para avisar aos oficiais de cúpula, eram citadas nas vereações – ou ainda relacionadas com a correição geral feita pelos oficiais camarários em presença do ouvidor (cumprindo sua função acumulada de corregedor) ou ainda, vistorias regulares ou não executadas por oficiais subalternos – que, por algum motivo, eram citadas nas atas, geralmente por complicações ou resistência do infrator – ou ainda relacionadas com o descumprimento dos acordos municipais com relação ao abate de reses e ao comércio de carne e alimentos. Estes foram assuntos muito debatidos na Câmara Municipal em função da existência de atravessadores que especulavam com a oferta para elevar os preços e aumentar o lucro, o que, na prática, levava à fome da maior parte da população.

“[...] E logo no dito dia, sendo presente o doutor Manuel Mosqueira da Rosa, ouvidor geral desta comarca, e fez correição a Câmara como melhor consta dos capítulos dela e respostas do Senado no livro que do tal ato serve de folhas 39v até folhas 50v [...]”²⁷⁵

2.3.2.3. Eventos

Os eventos definem-se em oposição às rotinas, ou seja, são ocorrências que não podem ser enquadradas no cotidiano camarário: acontecimentos excepcionais, como revoltas,

²⁷⁴ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 161-162.

²⁷⁵ Ibidem. p. 52.

reforços militares, notícias de paz com outras nações, entre outros. É possível uma divisão entre fatos não rotineiros em eventos com causas locais ou eventos com causas externas. Por exemplo, uma revolta é um evento com causas locais, já a notícia de uma guerra, paz ou nascimento de um membro da Família Real, estes são eventos com causas externas à região.

“[...] Acordaram abrir uma carta do Exmo. Senhor Conde General, que mandaram se registrasse que ordenava mandassem os oficiais da Câmara chamar os homens bons e principais desta Vila, e que lhe fizessem presente o que ela dizia. Acordaram mandar chamar todos os homens bons da vila e principais, e sendo presentes, pelo dito juiz e mais oficiais dela foi mandado a mim, escrivão, que lesse a todos os ditos homens bons e principais, a dita carta, sendo por mim escrivão lida, disse o dito juiz ordinário que o Exmo. Senhor General lhe dissera fizesse patente a seus moradores que Sua Majestade que Deus guarde, tinha mandado algumas coisas das que o povo pedia na proposta que em o levantamento de vinte e oito de junho do presente ano lhe fizeram. E que o dito Senhor General lhes mandava dizer, que seus moradores deviam como seus negros atalhar toda a ruína possível, tomando a voz do nome de El rei em a boca, e que os contratos que na dita proposta se lhe puseram não havia tal, que Sua Majestade tal não mandara. E por não, digo, acordaram mandar que o procurador da Câmara publicasse das janelas da Câmara ao povo que no terreiro desta estava, que não havia novidade alguma que seus moradores vivessem e estivessem desconfiados que se havia de fazer e atender a todo o bem comum.”²⁷⁶

Apresentou-se acima o modelo de classificação utilizado na organização das pautas da Câmara Municipal de Vila Rica e cada uma de suas categorias. Agora, cabe mostrar o quão útil e necessário foi classificar esses assuntos, que servirão de referência à análise qualitativa.

2.4. Padrões de oscilação dos cargos e rotinas administrativas

Percorrer-se-á, nesta última parte do capítulo, as variações das pautas, organizadas conforme o plano exposto anteriormente, tentando identificar quais rotinas administrativas foram responsáveis pelos momentos de maior atividade institucional e, inversamente, quais rotinas estiveram ausentes nos momentos de menor atividade. Retornando ao gráfico 1, observou-se três momentos de alta, 1714, 1718 e 1721, e dois momentos de baixa, antes de 1714 e principalmente após 1721.

Decompondo as pautas de acordo com o plano de classificação, vê-se três categorias: rotinas internas, rotinas externas e eventos. Os eventos são numericamente inexpressivos, embora suas consequências sejam relevantes. Normalmente ocupavam pouco tempo dos oficiais, com exceção dos anos 1720 e 1721, quando as consequências da Revolta de 1720 acabaram ocupando espaço considerável nas pautas das reuniões da instituição. Quanto à

²⁷⁶ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 132-133.

variação das rotinas internas e externas, notamos que, nos períodos de alta (1714, 1718 e 1721), ambas estiveram muito presentes, embora tenha havido tendência de diminuição das rotinas externas em relação às internas, visto que, em 1714, as rotinas externas foram maioria e, em 1721, foram bem menos debatidas que as atividades internas.

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927. p. 209-210; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. p. 76; APM, CMOP 13. TERMOS de acórdãos, 1721-1726. Rolo 17, gav. E-2; APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2; APM, CMOP 36. TERMOS de acórdãos, 1735-1737. Rolo 21, gav. E-2.

Esse movimento de aparente internalização das atividades institucionais tornou-se mais intenso nos períodos de menor atividade que, como já foi observado, ocorreram antes de 1714 e após 1721. No primeiro caso, era esperado um menor nível de atividade, pois tratavam-se dos anos iniciais da instituição. As reuniões em 1711 foram quase inexistentes e, nos dois anos seguintes, as pautas também não estiveram abarrotadas. Após 1721, a diminuição das atividades da instituição, principalmente a queda drástica no número de assuntos debatidos, foi sintomática, principalmente por ter ocorrido em um momento em que a Câmara Municipal já estava plenamente instalada.

Pelo gráfico 4 nota-se que o primeiro período de baixa, anterior a 1714, não apresenta, em sua composição, qualquer movimento divergente dos anos seguintes. Já no segundo período de baixa, após 1721, notamos uma queda drástica das rotinas externas,

acompanhando a redução geral dos assuntos discutidos. Entretanto, o mesmo movimento não ocorreu com as rotinas internas, que se mantiveram altas. Em outros termos, houve uma mudança significativa no perfil administrativo da instituição, principalmente após 1721, marcada pela redução de suas atividades, por um esvaziamento caracterizado pela diminuição das discussões em torno das rotinas externas e pela manutenção do volume de discussão das rotinas internas.

No quarto capítulo, retomaremos a explicação sobre essa baixa que, a nosso ver, só pode ser plenamente entendida quando estes dados forem cruzados com a oscilação dos grupos à frente da instituição. O que mudou nos anos iniciais da década de 1720 foi a composição da cúpula camarária. Foi um momento em que um novo grupo, mais próximo aos agentes régios locais, assumiu à frente instituição. Esse novo grupo, como estamos vendo, parece ter causado – seja por pressões externas, seja pelos próprios interesses – uma transformação das rotinas e do cotidiano institucional. Por enquanto, sabemos que, a partir da chegada desse novo grupo à cúpula institucional, o número de assuntos discutidos diminuiu significativamente, e que essa diminuição não afeta as rotinas internas da instituição, mas as externas. Não quer dizer que a manutenção do número das rotinas internas não tenha causado mudanças.

No gráfico 5, estão representadas as variações no número de discussões dos principais assuntos classificados como rotinas internas. A categoria correspondências, do ponto de vista do volume, é inexpressiva. Analisamos, então, a variação das discussões em torno das eleições e dos despachos de petições. Fica claro o peso que os despachos de petições assumem com o passar dos anos. Já ocupam maior espaço entre as rotinas internas a partir de 1715, embora seu volume em 1714 já fosse considerável. Ao contrário do pico administrativo de 1714, o de 1721 foi marcado, não tanto pelas eleições, mas pelos despachos de petição.

Quanto ao período de baixa a partir de 1722, não há grande variação das rotinas internas, mantendo-se as mesmas tendências para eleições, despachos de petições e correspondências. Conclui-se que as rotinas internas foram responsáveis pelos momentos de alta, 1714, 1718 e 1721, mas pouco contribuem para elucidar as ausências que causaram os momentos de baixa. Para tanto, é necessário olhar a variação detalhada das rotinas externas.

Gráfico 5 - Rotinas internas da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1736

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927. p. 209-210; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. p.76; APM, CMOP 13. TERMOS de acórdãos, 1721-1726. Rolo 17, gav. E-2; APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2; APM, CMOP 36. TERMOS de acórdãos, 1735-1737. Rolo 21, gav. E-2.

Gráfico 6 - Rotinas externas da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1736

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927. p. 209-210; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. p.76; APM, CMOP 13. TERMOS de acórdãos, 1721-1726. Rolo 17, gav. E-2; APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2; APM, CMOP 36. TERMOS de acórdãos, 1735-1737. Rolo 21, gav. E-2.

O gráfico 6 aponta-nos tendências muito importantes.²⁷⁷ Percebe-se certa simetria entre as discussões sobre posturas e despesas, ambas pouco expressivas do ponto de vista quantitativo. No momento posterior a 1722 as discussões em torno das receitas também são pouco expressivas, às vezes mais baixas que as despesas e posturas. O que nos chama atenção, no entanto, são as disparidades nos momentos de maior atividade, 1714, 1718 e 1721.

De modo geral, os anos de maior funcionamento foram marcados, internamente, pelos despachos de petição e, externamente, pelos debates em torno das receitas, mas há oscilações. Em 1714, primeiro ano de alta, as eleições e despachos (assuntos internos) foram menos expressivos, mas as receitas (assuntos externos) foram muito discutidas. Em 1717-1718 houve uma mudança: as eleições não ocuparam tanto tempo quanto antes, e as maiores atividades decorreram dos despachos de petições e das discussões em torno das receitas. Em 1721 este padrão observado em 1717-1718 se repetiu de modo ainda mais intenso.

O interessante é que, em meio aos anos em que se discutiram muito as receitas, 1719 fugiu à regra, nele gastou-se pouco tempo com as receitas e houve uma alta significativa nas discussões em torno das despesas. De fato, 1719 foi um ano em que houve uma renovação total dos membros da cúpula, e foi o ano em que a construção da casa da Câmara Municipal, obra muito cara e polêmica (que não chegou a ser concluída) foi arrematada a João Ferreira Diniz. Todos estes temas serão melhor explicados nas páginas seguintes deste trabalho, e abordados de modo qualitativo no quarto capítulo.

Quanto às variações das rotinas externas para o período de baixa, a partir de 1722, notou-se uma redução generalizada. Como as despesas e posturas nunca representaram, em volume, algo significativo, explica-se a baixa de atividades pela drástica diminuição dos debates em torno das receitas. Quando se olha para a variação das rotinas internas – que se mantém também nos períodos de baixa – vê-se que a redução dos debates em torno das receitas é a única explicação para a diminuição das atividades da instituição.

Se a diminuição das atividades da instituição é explicada pela redução das pautas voltadas para as receitas, é necessário decompô-las para avançar. No gráfico 7, temos representada a decomposição das receitas, conforme indicado no *plano de classificação*. Os donativos régios pouco aparecem e não influem na análise, talvez por terem sido arrecadados, em grande parte, durante os anos finais da década de 1720 e início da de 1730, para os quais

²⁷⁷ Não incluímos no gráfico 6 as variações dos regimentos e das correições e vistorias, categorias que, segundo o plano de classificação, compõem as rotinas externas. A razão de não o fazer foi a reduzida expressividade dos números e o excesso de variáveis no gráfico, que tornaria ainda mais confusa a visualização. O que importa é ressaltar a irrelevância da representação gráfica destas duas variáveis para a compreensão do que nos interessa, as mudanças passadas na instituição.

não dispomos das atas. Os quintos aparecem com alguma relevância até 1721. Já os debates em torno das rendas da Câmara Municipal estiveram presentes desde 1712. Estas duas últimas categorias são as que nos interessam.

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927. p. 209-210; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. p.76; APM, CMOP 13. TERMOS de acórdãos, 1721-1726. Rolo 17, gav. E-2; APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2; APM, CMOP 36. TERMOS de acórdãos, 1735-1737. Rolo 21, gav. E-2.

Pode-se notar que os três períodos de alta (1714, 1718 e 1821) foram causados por, pelo menos, uma das duas categorias. Em 1714, a alta foi causada pela discussão dos quintos e das rendas da instituição e, internamente, pelas eleições e despacho de petições. No ano de 1717, pelos despachos de petições e pelas discussões em torno da arrecadação dos quintos. Em 1718, foram altos os despachos de petições e discussões em torno das receitas da instituição, que não incluem os quintos. Em 1721, a alta é causada internamente pelas petições e, em parte, pelas discussões sobre a arrecadação dos quintos, último ano em que aparecem de forma significativa.

Portanto, este conjunto de gráficos nos mostra que, a princípio, o período de 1711 até 1736 foi radicalmente distinto, visto que as pautas apresentaram profundas oscilações. Estabelecer uma divisão deste período parece-nos essencial para compreender as mudanças vividas pela instituição ao longo dessas primeiras décadas. Cabe-nos tecer algumas

observações relativas ao cotidiano institucional que servirão de base para a elaboração do que estamos definindo como *períodos administrativos*.

A primeira observação que podemos fazer, com base na oscilação das pautas, é que nos três anos iniciais, 1711-1713, não houve grande atividade nem variação significativa em suas pautas, e que o primeiro momento relevante para a instituição foi em 1714. Neste ano, os quintos começam a ser arrecadados pela Câmara Municipal, as reuniões tornam-se mais frequentes e um número muito maior de assuntos passou a ser discutido. Nesse momento, as demandas internas da instituição já ocupavam grande parte da pauta, acompanhadas de perto pelas demandas externas.

Se, em 1714, a pauta das reuniões era dominada por eleições, petições, quintos e rendas da instituição, em 1717 e 1718, as eleições passam a ocupar tempo bem menor, ficando as petições responsáveis pela maior parte das atividades internas. Dos temas externos, os quintos e as rendas continuaram ocupando boa parte do tempo dos oficiais.

Em 1719 e 1720, período em que o grupo de Pascoal da Silva Guimarães chegou à cúpula da instituição, os quintos e as rendas da instituição passaram a ocupar espaço bem menor, dando lugar aos debates em torno das despesas e das posturas, juntamente com as petições, que não apresentaram grandes variações. Com o fracasso da Revolta de 1720, os expoentes mais radicais deste grupo foram afastados da região, e um novo grupo, aparentemente mais alinhado aos interesses do governador Conde de Assumar, assumiu a instituição e o controle das suas rotinas.

Com o fim da incumbência da arrecadação dos quintos sobre as câmaras municipais (tarefa, que desde seu surgimento, em 1714, passou a ocupar grande espaço nas pautas das reuniões), os oficiais da cúpula institucional ficaram com o tempo dedicado, em sua maioria absoluta, para atividades internas, burocráticas, com impacto reduzido sobre a vila. Essa tendência de internalização ou de burocratização da Câmara Municipal de Vila Rica se estendeu de 1722 até ao menos 1736. Embora não tenhamos informações do período de 1726 até 1730, notamos que, a partir de 1731, não há, na prática, mudança significativa nos padrões presentes desde 1722. As rotinas internas continuaram predominando em função do grande número de despacho de petições, e as rotinas externas mantiveram-se, quase sempre, diminutas, com exceção do ano de 1732 – quando receitas e despesas ajudaram a elevar, mas não muito, as atividades externas da instituição.

O que percebemos com base na análise das oscilações quantitativas das reuniões e das pautas, é que houve dois períodos na instituição, um de 1711 até 1720-1721, e outro de 1722 até 1736. O primeiro foi marcado por picos administrativos, isto é, anos em que os oficiais se reuniram muito e discutiram muitos assuntos relacionados, principalmente, aos quintos, às

receitas da instituição, às eleições e aos despachos de petição. O segundo momento foi marcado por uma drástica redução nas atividades da Câmara Municipal, ocasionada pela quase extinção dos debates externos, como quintos e rendas, e por um alargamento dos debates internos, como as eleições, mas, principalmente, pelos despachos de petição. Essa tendência, com alguns anos de exceção, manteve-se até ao menos 1736.

Parece-nos que essa drástica distinção entre a década de 1710 e as de 1720 e 1730 não se deu ao acaso, mas reflete a existência de dois padrões, duas formas peculiares de condução da Câmara Municipal de Vila Rica: uma marcada pela recorrência das reuniões e pelo equilíbrio dos debates internos e externos, e outra, a partir de 1722, marcada pela redução dos debates e sua internalização.

Seria prematuro indicar fatores responsáveis por estas oscilações antes da análise qualitativa. No quarto capítulo, a análise da oscilação das facções que compuseram as cúpulas camarárias evidenciará o que há por trás desses dois padrões. Deve-se pontuar que uma possível ruptura na composição das cúpulas institucionais de um período para o outro, embora possa ser um elemento central para entender as oscilações, não explica tudo, e deve ser vista como medida complementar às tentativas de esvaziamento das incumbências institucionais intensificadas pelo governo do Conde de Assumar (1717-1721), cujos frutos seriam colhidos ao longo das décadas de 1720 e 1730.

CAPÍTULO III - AS RECEITAS E AS DESPESAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA

A análise do cotidiano institucional, a partir das atas e correspondências, relevou-nos informações importantes, mas permaneceram lacunas difíceis de serem adequadamente solucionadas sem recorrer a outras fontes. Entender como funcionava o dia-a-dia administrativo da Câmara Municipal de Vila Rica, como foi feito, não revela muito sobre as pressões sofridas pelos grupos dirigentes locais, seja por parte dos agentes régios, seja por outros agentes regionais.

É com o objetivo de identificar as formas pelas quais os interesses econômicos, locais, regionais e metropolitanos agiam sobre os camaristas, que abrimos os livros de receitas e despesas. Foram revisadas todas as contas, desde 1721 até 1736 – com algumas lacunas devido à falta de dados para alguns anos – e, a partir do cruzamento com outras fontes, principalmente atas e correspondências, pudemos estimar gastos para os anos de 1711 até 1720, período em que não há documentação financeira disponível.

Este terceiro capítulo começa com uma apresentação das fontes e suas especificidades, seguida de uma análise inicial dos dados. Esta observação inicial será conduzida com o objetivo de complementar as oscilações de cargos e assuntos feita no capítulo anterior. Será que a maior ou menor ênfase nas discussões guardam relação com o aumento ou diminuição das receitas e despesas? Adiantamos que há relação e que há indícios levantados no segundo capítulo que se confirmam através da análise da oscilação financeira.

Feita esta análise inicial, avançaremos na descrição das receitas. Estas foram organizadas de acordo com seus rendimentos médios no período. As rendas provenientes da aferição, da carceragem e do abate das reses (meias patacas). Foram as principais receitas, responsáveis pela manutenção da instituição. As rendas do ver e dos foros contribuíram minimamente com o cofre institucional em meados da década de 1730. Havia ainda outras rendas, esporádicas, quase sempre pouco relevantes, que são analisadas no final da segunda parte deste capítulo.

Encerraremos o capítulo apresentando as conclusões relacionadas às despesas. A princípio, organizamos as despesas da mesma forma que fizemos com as receitas, partindo das que mais oneraram a instituição, até as menos significativas. Essa análise das despesas torna-se mais rica na medida em que revela, com uma clareza não encontrada nas atas e correspondências, a oscilação das limitações da autonomia institucional, impostas pelo poder régio, através dos seus agentes, na ação local dos dirigentes institucionais. Isso é feito, do ponto de vista fiscal, através da imposição de despesas extremamente pesadas sobre o frágil cofre institucional. A análise aponta para uma incapacidade crônica de obter grandes

superávits, seja em função da enorme demanda local, seja pela crescente imposição de tributos que sufoca a administração local.

3.1. Introdução às receitas e despesas da Câmara Municipal de Vila Rica

Entendemos que algumas páginas gastas com uma boa explicação dos métodos usados e, principalmente, da razão em utilizar determinadas categorias, podem ajudar a mostrar que, o caminho definido, por nós julgado como o mais adequado, tem em conta o alcance de alguns objetivos e que outros trabalhos, com olhares e objetivos distintos, não seguirão necessariamente o mesmo caminho. Portanto, a intenção, ao mostrar categorias e métodos, não é alcançar uma fórmula, um manual que poderá ser utilizado de forma indiscriminada para outras instituições e em outros períodos, e sim, o de apresentar os impasses, vantagens e desvantagens da adoção de um caminho de pesquisa.

3.1.1. A organização das fontes

Os livros de receitas e despesas da Câmara Municipal de Vila Rica estão disponíveis no Arquivo Público Mineiro. Para o período de 1711 até 1736, chegaram aos nossos dias três livros que, segundo a descrição do próprio arquivo, estão divididos da seguinte forma: o primeiro deles, “CMOP 12”, começa em 1721 e termina em 1724. O segundo, “CMOP 21”, começa em 1724 e segue até 1735”, e o último, “CMOP 34”, começa em 1734 e segue até 1743. Na prática, o que encontramos, ao transcrever os referidos livros, não foi bem isto.

Deve-se notar que os livros de receita e despesa que encontramos não cobrem a primeira década de funcionamento da instituição. Essa é uma grande lacuna que, sem dúvida, limita as conclusões da pesquisa, por impedir que consigamos levantar, de forma sistemática, as oscilações financeiras durante o período em que a instituição estava sob controle de um outro grupo, notavelmente mais combativo. Os livros de receitas e despesas da primeira década, se existiram, desapareceram antes de 1730, pois não são incluídos na lista elaborada pelo escrivão da câmara em 1736, apresentada no início do segundo capítulo.

No primeiro livro de que dispomos, há dados detalhados, tanto de receitas quanto de despesas relativas aos anos de 1721, 1722 e 1723; mas há, para 1724, apenas a previsão das receitas, que normalmente era elaborada no final do ano anterior. Nesse caso, foi elaborada no final de 1723 para orientar os oficiais que iniciariam as atividades em janeiro de 1724. Segundo a descrição feita pelo Arquivo Público Mineiro, o segundo livro de receitas e despesas da Câmara Municipal de Vila Rica começa no ano de 1724. Na realidade, as primeiras informações nele contidas referem-se ao ano de 1725, e seguem até 1730 – e não 1735 como indicado na descrição do próprio documento. Os dados de 1725 até 1729 estão completos,

mas, para 1730, são listadas apenas as primeiras receitas. Portanto, além da lacuna de 1711 até 1720, há também a lacuna para os anos de 1731, 1732 e 1733, e uma lacuna parcial para os anos de 1724 e 1730. Estes períodos lacunares, certamente, limitam o alcance da análise, mas não invalidam as conclusões. Através das atas e correspondências, foi possível extrair dados pontuais, porém preciosos, que, apesar de não fornecerem uma visão sistematizada sobre os períodos lacunares, como os livros de receita e despesa, ajudam a preencher o vazio dos períodos para os quais não temos informações e fornecem parâmetros para comparações com os períodos completos. Além disso, estas fontes auxiliares ajudaram a confirmar os dados dos livros, acrescentando, ora um nome de um arrematante – não citado nos livros de receita e despesa – ora um valor, ou mesmo outros detalhes sobre os contratos.

O último livro apresenta informações detalhadas para os anos de 1734, 1735 e 1736. O livro continua com informações dos anos posteriores, conforme a descrição feita pelo arquivo, mas estes estão além do nosso recorte temporal. O que muda nesse terceiro livro em relação aos outros é que esse é um livro exclusivo de despesas, os outros eram também de receitas. A partir deste novo livro, iniciado em 1734, os camaristas mudaram a forma de registro, separando as receitas e despesas. Essa mudança não afeta em nada a relação das despesas, mas dificulta um pouco o entendimento das receitas. Embora estas não sejam mais listadas no início de cada ano, como foi feito até 1730, é possível ter uma ideia delas no final do ano, através das tomadas de contas anuais, feitas pelo ouvidor, a partir de 1726.

Durante a revisão das contas destes três últimos anos (1734, 1735 e 1736), o ouvidor listou, rapidamente e com poucos detalhes, o montante arrecadado visto no livro de receitas que não foi conservado. Para 1734 as quantias da renda da aferição, meia pataca e carceragem, as principais, aparecem somadas, mas para os dois anos seguintes, 1735 e 1736, tudo é citado separadamente. Essas situações dificultam, mas não inviabilizam a análise.

No primeiro livro que chegou até nós, relativo ao período de 1721 até 1724, todas as quantias lançadas eram representadas em oitavas de ouro e foram aqui convertidas para réis (na proporção de 1\$500 a oitava, o valor do período), para facilitar os cálculos e a apresentação dos dados. Nestes anos, o registro dos livros de receitas e despesas era misto, isto é, na frente de uma página lançavam-se, por exemplo, algumas receitas e, em seu verso, uma lista de despesas, lançando na frente da página seguinte outras receitas e, em seu verso, outras despesas. Nesta forma de registro, quando não havia mais receita, lançava-se apenas o total da soma das receitas até então listadas, e pulava-se a página para continuar o lançamento das despesas no verso.

A partir de 1725, com o início do funcionamento das Casas de Fundição, limita-se a circulação do ouro em pó, e todos os registros financeiros da Câmara Municipal passam a ser

lançados em réis. A forma do registro também mudou, lançando-se, primeiro, todas as receitas, para, em seguida, lançarem-se todas as despesas, feitas normalmente nos últimos dias do mês de dezembro. Em seguida, o ano era encerrado e esperava-se, em média, seis meses até que as contas fossem conferidas pelo ouvidor da comarca – cumprindo sua função acumulada de corregedor. Os livros eram levados pelo então escrivão da câmara até a residência do ouvidor, que conferia todos os lançamentos, refazia as somas e, normalmente, aprovava as contas sem maiores questionamentos (como aconteceu em 1726 e 1727), ou então as mandava corrigir, cortando gastos e ordenando que determinadas despesas fossem restituídas aos cofres (como ocorreu em 1728, 1729 e 1735 e 1736).

O lançamento das receitas era mais detalhado que o das despesas, era uma espécie de termo de receita, apresentava um padrão. Iniciava com data, informação de quem trazia a receita à instituição (quase sempre o escrivão da câmara), a quem era entregue (quase sempre ao tesoureiro da instituição), seguido do valor, em número e por extenso. Essa era a primeira parte do termo de receita. A segunda parte detalhava a qual atividade se referia o valor arrecadado, indicando que se passava recibo ao pagador, terminando com a assinatura do escrivão e do tesoureiro da câmara.

Já o lançamento das despesas era bem mais simples. Listavam-se apenas os mandados de pagamentos emitidos pelos oficiais da instituição, com pequeno resumo, de uma ou duas linhas, referente ao gasto, às vezes indicando o sujeito que recebeu e o valor do mandado. Diferente das receitas, em que cada registro ocupava meia ou até uma página, as despesas eram muito mais numerosas, e ao mesmo tempo, com nível de detalhamento bem menor, sendo lançadas, quase sempre, mais de dez por página. Todas as páginas, sejam de receita ou despesa, traziam, em seu final, a soma de todos os itens até então lançados e, no início de cada página, recuperava-se a soma alcançada e lançada no final da página anterior, o que torna a revisão dos dados pelo leitor muito mais fácil, sendo possível identificar com precisão a página em que o escrivão da câmara errava na soma, o que não foi muito incomum.

Os balanços feitos pelos oficiais eram simples: logo após o término do lançamento das despesas, recuperavam a soma final das receitas, subtraíam dela o total das despesas, e, sendo o saldo positivo, o direcionavam aos oficiais do ano seguinte ou utilizavam para quitar empréstimos. Sendo negativo, o cobriam através de empréstimos, normalmente feitos pelo próprio tesoureiro da câmara. Quando o valor emprestado era pequeno, registravam que deveria ser pago assim que os primeiros quartéis das rendas do ano seguinte fossem recebidos. Quando o valor era maior, esperava-se o término do ano seguinte para realizar o pagamento, caso houvesse balanço favorável.

Nosso trabalho não é o primeiro que analisa as receitas e despesas da Câmara Municipal de Vila Rica nas primeiras décadas de seu funcionamento. Em 2008, foi defendida, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a dissertação da pesquisadora Fernanda Fioravante e, em 2012, a mesma autora defendeu uma tese, em que os dados levantados na dissertação são novamente citados.²⁷⁸ Embora tenha tratado da mesma instituição e, em um dos capítulos da dissertação tenha levantado as suas receitas e despesas, o objetivo desse trabalho anterior era o estudo da trajetória e as formas de enriquecimento de alguns dos oficiais da Câmara Municipal, e é com este olhar que a autora trabalha com a documentação financeira. O objetivo daquele estudo, entre outros, era o de responder se os pagamentos recebidos pelos oficiais da instituição contribuíam ou não para o enriquecimento dos mesmos.

Nosso objetivo é outro, queremos sistematizar as receitas e despesas da Câmara Municipal de Vila Rica para visualizar, através da análise anual das contas, padrões ao longo dos anos. Assim, cruzando o que se nota nas atas com o que se nota nos livros de receita e despesa, foi possível identificar algumas transformações muito relevantes que ocorreram na instituição. Nosso foco são a instituição e seus grupos; o que queremos identificar são as mudanças ocorridas e suas causas.²⁷⁹

²⁷⁸ FIORAVANTE, Fernanda. *Às custas do sangue, fazenda e escravos: formas de enriquecimento e padrão de ocupação dos ofícios da Câmara de Vila Rica, c. 1711 – c. 1736*. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008; FIORAVANTE, Fernanda. *Os bons homens das minas: os oficiais das câmaras mineiras no processo de implantação do poder régio nas terras do ouro, c. 1711 – c. 1750*. Tese de Doutorado em História Social. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

²⁷⁹ Apesar de já haver trabalho anterior que lidasse com as finanças da Câmara Municipal de Vila Rica, foi necessário ir novamente à fonte visto que constatamos incompatibilidades entre o levantamento existente e o nosso. No que se refere às receitas de anos completos, encontramos nos livros CMOP 12, 21 e 34, informações para o período de 1721 até 1729 e de 1734 até 1736. O estudo anterior apresentou dados para os anos de 1721, 1722, 1725 até 1729 e 1734. Além disso, os dados que levantamos levam em conta a soma dos oficiais, a revisão do ouvidor quando ocorre, e nossa revisão, muitas vezes nenhum dos três dados que encontramos coincide com os apresentados pelo estudo anterior (que não levou em conta a revisão do ouvidor). Veremos mais à frente que para as receitas, os únicos valores que coincidem com os dos oficiais e de nossa revisão são os de 1726 e 1734. Também em relação às despesas houve pouca convergência entre os valores encontrados. Outro ponto importante, não contemplado pelo estudo anterior, foi a recuperação de dados pontuais anteriores a 1721, relativos a preços de contrato da câmara e seus contratadores, feito através das atas, fonte não consultada pelo estudo anterior. São informações pontuais, mas que somadas às fontes contábeis existentes a partir de 1720, ampliam o potencial da análise.

3.1.2. Análise inicial dos dados

O primeiro problema que enfrentamos, ao lidar com as contas da instituição, foi a variedade de informações e a definição de quais dados iríamos usar. Retomando a composição da fonte, temos, para cada ano, o valor da soma das receitas e despesas feita pelos oficiais e o saldo final, que é a diferença entre receita e despesa. Essas contas eram feitas pelos oficiais camarários ou, como era mais comum, pelo escrivão da câmara, responsável pelos registros.

Além de usar as somas feitas pelos oficiais da câmara, decidimos revisá-las, lançando todos os dados em uma planilha. Nossas somas, em parte considerável dos anos, diferiu da soma dos oficiais, embora em pequenas quantias. A revisão, neste caso, tanto para receitas quanto para despesas, é tarefa trabalhosa, mas não complexa, pois, no final de cada página, os próprios oficiais somam os lançamentos da página com o saldo anterior e, no início de cada página, recuperam a soma da página anterior. Assim, é possível identificar, com precisão, a página em que os oficiais erraram a soma, propositalmente ou não.

Além dos números dos oficiais e dos nossos números, para alguns anos, temos também os números da revisão feita pelo ouvidor – cumprindo suas atribuições acumuladas de corregedor – que, às vezes, confirmava as somas dos oficiais, ficando ambas diferindo das nossas; outras vezes confirmavam as nossas, diferindo dos números dos oficiais; outras vezes, nenhuma das três somas coincidia. As disparidades, em quase todos os anos, não alcançavam grandes quantias.

As diferenças com relação à revisão do ouvidor são difíceis de explicar, pois o processo de revisão inclui a comparação entre os lançamentos feitos nos livros pelos oficiais com as notas das despesas, também chamadas de mandados, que autorizavam as despesas e que, até onde foi possível buscar, não foram preservados. Há momentos em que os oficiais e o ouvidor concordaram com somas que, segundo nossos cálculos, não estavam corretas, o que sugere um alinhamento entre os camaristas e o agente régio, ou a consideração de mandados não incluídos no livro, o que nos parece pouco provável.

Os cálculos dos oficiais, certos ou errados, corresponderam à forma precisa pela qual as contas foram fechadas. A correção feita pelo ouvidor, feita normalmente em meados do ano seguinte, poderia forçar a redução dos gastos do exercício passado, mas esta decisão não alterava o fechamento do ano anterior, gerava uma receita no ano seguinte, uma restituição de um gasto indevido. Assim, pode-se dizer que todo ajuste feito pelo ouvidor gerava impactos presentes ou futuros, não tinham efeito retroativo. Ainda assim, afetavam o bolso dos oficiais do ano revisado que, em alguns casos, tiveram que devolver quantias que, aos olhos do ouvidor, haviam sido gastas de forma irregular. Usaremos, para efeito de cálculo, os dados da

nossa revisão, comparando, sempre que possível, com o que efetivamente se realizou, ou seja, as contas dos oficiais, e o que foi corrigido posteriormente pelo ouvidor.

Apresentamos, na tabela 3, as somas anuais para receitas, despesas e os balanços. Há três valores anuais para cada grupo (receitas, despesas e balanço), um valor é a soma apresentada ao final do livro pelos oficiais, outro valor é a nossa revisão dos livros, ou seja, a soma final de acordo com a soma de cada um dos lançamentos dos oficiais, e por fim a revisão feita pelo ouvidor. Quando nossa revisão ou a revisão do ouvidor diverge do lançamento dos oficiais, os dados são inseridos em *itálico*.

Observa-se que não houve grandes variações entre nossa revisão e as contas dos oficiais, exceto para 1729 e 1735. Pode-se afirmar que os ouvidores interferiram pouco na revisão das receitas, tendo ocorrido apenas uma interferência relevante em 1735. Quanto às despesas, não há grandes incoerências, apenas uma intervenção relevante do ouvidor referente aos gastos de 1729. No caso dos balanços, apesar da variação do lançamento dos oficiais se comparadas à nossa revisão e do ouvidor, as inconsistências foram pequenas e não mudaram a tendência para a quase totalidade dos anos, ou seja, anos que fecharam em superávit segundo os oficiais, quase sempre fecharam com saldo positivo nos cálculos do ouvidor e também nos nossos.

Fontes: APM, CMOP 12. RECEITAS e despesas, 1721-1724. Rolo 17, gav. E-2; APM, CMOP 21. RECEITAS e despesas, 1725-1733. Rolo 18, gav. E-2; APM, CMOP 34. LIVRO das despesas do Senado, 1734-1743. Rolo 20/21, gav. E-2.

Tabela 3 – Detalhamento das receitas e despesas da Câmara Municipal de Vila Rica, 1721-1736

Ano	Receitas			Despesas			Balanco		
	Oficiais	Revisão	Ouvidor	Oficiais	Revisão	Ouvidor	Oficiais	Revisão	Ouvidor
1721	6.350.812,5	6.350.812,5		5.979.562,5	5.979.562,5		371.250,0	371.250,0	
1722	7.179.000,0	7.294.312,5		6.958.500,0	6.958.500,0		220.500,0	335.812,5	
1723	8.027.062,0	8.025.375,0		7.479.750,0	7.479.750,0		547.312,0	545.625,0	
1724	8.508.000,0	8.508.000,0							
1725	9.340.062,0	9.340.372,0		10.449.275,0	10.093.275,0		-1.109.213,0	-752.903,0	
1726	8.105.150,0	8.105.150,0	8.105.150,0	8.572.739,0	8.472.739,0	8.572.739,0	-467.589,0	-367.589,0	-467.589,0
1727	6.127.200,0	6.157.200,0	6.157.200,0	8.992.889,0	9.042.889,0	8.992.889,0	-2.865.689,0	-2.885.689,0	-2.835.689,0
1728	7.995.825,0	7.995.825,0	7.995.725,0	7.567.550,0	7.567.850,0	7.566.825,0	428.275,0	427.975,0	428.900,0
1729	5.274.905,0	5.613.305,0	5.613.305,0	5.468.760,0	5.468.760,0	4.235.772,0	-193.855,0	144.545,0	1.377.533,0
1730							0,0	0,0	
1731							0,0	0,0	
1732							0,0	0,0	
1733							0,0	0,0	
1734	8.273.050,0	8.273.050,0	8.273.050,0	8.350.427,0	8.350.427,0	8.350.427,0	-77.377,0	-77.377,0	-77.377,0
1735	10.353.450,0	9.431.850,0	9.431.850,0	10.397.575,0	10.397.430,0	10.397.325,0	-44.125,0	-965.580,0	-965.475,0
1736	11.564.825,0	11.564.825,0	11.564.825,0	10.221.261,0	10.493.241,0	10.221.261,0	1.343.564,0	1.071.584,0	1.343.564,0
Total	97.099.341,5	96.660.077,0		90.438.288,5	90.304.423,5	58.337.238,0			

Fontes: Arquivo Público Mineiro: Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, livros 12, 21 e 34.

(*) A pesquisa anterior apresenta dados muito diferentes destes, as diferenças mais significativas são: receitas - 1721 (12:056\$980), 1725 (16:759\$660), 1727 (7:602\$200) e 1728 (6:550\$825); despesas - 1721 (4:936\$714), 1722 (5:688\$900), 1729 (6:030\$560) e 1734 (7:473\$440); balanço – 1721 (+7:070\$266), 1725 (+589\$339), 1727 (-1:393\$489, 1728 (-700\$027) e 1729 (- 321\$255).

(**) Os valores marcos em itálico diferem da soma dos oficiais. Para todos os cálculos neste trabalho, adotamos os valores de nossa revisão presentes acima.

Para os anos de 1730 até 1733 há uma ausência de informações completas. Existem, nos livros, apenas algumas receitas de 1730 que incluem devoluções de vários pagamentos feitos em 1726 – não incluídas no gráfico 8 para não sugerir uma drástica redução de receitas, visto que falta a relação completa dos gastos. Apesar da lacuna, vê-se nos registros que houve, em meados de 1730, uma profunda revisão das contas da instituição pelo ouvidor. O agente régio anulou uma série de gastos feitos pelos oficiais de 1729, ligados principalmente às obras públicas e ao pagamentos dos próprios camaristas, gerando uma economia de 1:232\$988 – segundo os cálculos do ouvidor.

Uma outra revisão foi feita em 1735, relativa ao exercício de 1734, envolvendo, não as despesas, mas as receitas. Pelos cálculos dos oficiais, havia sido arrecadado 10:353\$450, mas segundo o ouvidor, os cofres da instituição receberam quase um conto de réis a menos, 9:431\$850. Ao contrário da revisão relativa à 1729, esta última parece ser a correção de um simples erro na soma dos oficiais, pois em nossos cálculos, foi obtido o mesmo resultado do ouvidor. Não se quer dizer, com isso, que esses erros não foram propositais, mas não há, a princípio, razão alguma para que os oficiais alegassem ter recebido mais do que efetivamente receberam. O esperado, em caso de fraude – que, aliás, ocorreu com bastante frequência – é que alegassem receber menos do que efetivamente receberam.

A partir de 1734, as contas da Câmara Municipal voltaram a crescer, tanto em receita quanto em despesa, embora o balanço só volte a ser positivo em 1736. Boa parte dos gastos realizados em 1734, 1735 e 1736 e que, de certo modo, contribuíram para o saldo negativo nos dois primeiros anos, tem ligação com pagamentos feitos originalmente em 1726 aos oficiais camarários, pela participação em festas. Tais gastos foram considerados irregulares pelo ouvidor João Pacheco Pereira, e foram devolvidos à instituição em 1730, mas, por ordem régia, foram novamente pagos aos oficiais a partir de 1734.

Estes e outros acontecimentos importantes serão analisados ano após ano, em detalhe, no quarto capítulo, e servirão de base para a elaboração dos *períodos administrativos*. Por ora, detalhar-se-á como foi feita a organização das receitas e as despesas da Câmara Municipal para, em seguida, explicar a dinâmica de arrecadação de cada uma das receitas e dos gastos, indicando sempre que possível, os valores e indivíduos envolvidos.

3.2. As receitas da Câmara Municipal de Vila Rica

As receitas da Câmara Municipal de Vila Rica são, ao contrário das despesas, bem menores em quantidade (não em valor), são melhor definidas e registradas pelos escrivães da câmara e, por estas características, tornam-se relativamente mais fáceis de serem analisadas se comparadas às despesas – mais numerosas e com registros quase sempre mais vagos.

Tabela 4 – Detalhamento do valor de arrematação ou arrecadação das rendas da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1736

Ano	Aferição	%	Meia Pataca	%	Carceração	%	Ver	%	Foros	%	Outros	%	Total
1711													
1712													
1713													
1714	* 862\$500		* 3:450\$000		* 480\$000								
1715													
1716	* 765\$000		* 727\$500		* 765\$000								
1717													
1718	* 825\$000		* 825\$000		* 525\$000								
1719	* 1:399\$500												
1720	-		* 1:365\$000		* 585\$000								
1721	1:065\$000	13,9	1:140\$000	14,9	2:253\$000	29,4	412\$875	5,4	390\$000	5,1	2:392\$313	31,3	7:653\$188
1722	1:746\$000	24,4	1:215\$000	17,0	1:965\$000	27,4	594\$375	8,3	501\$750	7,0	1:140\$000	15,9	7:162\$125
1723	1:951\$500	28,0	1:410\$000	20,2	2:266\$500	32,5	433\$500	6,2	718\$500	10,3	193\$125	2,8	6:973\$125
1724	3:000\$000	35,8	1:515\$000	18,1	2:550\$000	30,4	105\$000	1,3	91\$500	1,1	1:116\$375	13,3	8:377\$875
1725	4:110\$000	44,0	1:700\$000	18,2	2:550\$000	27,3	298\$950	3,2	526\$950	5,6	154\$425	1,7	9:340\$325
1726	3:210\$000	39,6	1:700\$000	21,0	2:550\$000	31,5	247\$500	3,1	397\$650	4,9		0,0	8:105\$150
1727	2:400\$000	39,0	1:336\$000	21,7	1:700\$000	27,6	366\$000	5,9	337\$200	5,5	18\$000	0,3	6:157\$200
1728	2:810\$000	35,1	1:570\$000	19,6	1:445\$000	18,1	324\$825	4,1	246\$000	3,1	1:600\$000	20,0	7:995\$825
1729	2:402\$000	42,8	1:037\$000	18,5	1:510\$000	26,9	301\$905	5,4	338\$400	6,0	24\$000	0,4	5:613\$305
1730			1:255\$000								2:704\$950		
1731			-										
1732	* 6:060\$000		* 4:015\$000										
1733													
1734	** 7:625\$000	92,2			277\$400	3,4	370\$650	4,5					
1735	4:800\$000	50,8	1:600\$000	16,9	1:795\$000	19,0	600\$000	6,4	373\$193	4,0	272\$000	2,9	9:440\$193
1736	5:450\$000	47,2	1:770\$000	15,3	2:010\$000	17,4	220\$000	1,9	900\$000	7,8	1:206\$482	10,4	11:556\$482
Total	32:944\$500		17:248\$000		22:594\$500		4:182\$330		5:191\$793		10:821\$670		96:647\$843

Fontes: Arquivo Público Mineiro: Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, livros 4, 12, 13, 21, 28, 34 e 36.

(*) Itens extraídos das Atas da Câmara, não há confirmação que valores tenham, de fato, entrado como receita, por isso não entram são considerados na soma.

(**) Números relativos a soma das rendas da aferição, meia pataca e carceragem, cujo valor em 1734 é citado somado.

Tabela 5 – Valor, contratadores e fiadores das grandes rendas (aferição, meia pataca e carceragem) da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1736

Anos	Renda da Aferição			Renda da Meia Pataca			Renda da Carceragem		
	Valor	Contratador	Fiador	Valor	Contratador	Fiador	Valor	Contratador	Fiador
1711									
1712					José R. da Costa	Antônio B. Bezerra		Damaso Francisco	
1713		Alexandre P. de Miranda						Domingos Monteiro	
1714	* 862\$500	Alexandre P. de Miranda		* 3:450\$000	Manoel da C. Ferreira		* 480\$000	João Ferreira Diniz	
1715									Arcanjo da Silva
1716	* 765\$000	Alexandre P. de Miranda		* 727\$500	Pantaleão das Neves		* 765\$000		
1717									
1718	* 825\$000	Alexandre P. de Miranda		* 825\$000	Furtoso Barbosa		* 525\$000	João Ferreira Diniz	
1719	* 1:399\$500	João Lana							
1720				* 1:365\$000	Luiz Ribeiro		* 585\$000	João Ferreira Diniz	
1721	1:065\$000	Alexandre P. de Miranda		1:140\$000	André da Costa	João R. Murteira	2:253\$000	João dos Reis Coutinho	
1722	1:746\$000	Alexandre P. de Miranda		1:215\$000	Manoel R. Filgueiras		1:965\$000	Manoel Franco	Antonio Leal
1723	1:951\$500	Alexandre P. de Miranda		1:410\$000	Manoel R. Filgueiras		2:266\$500	João Ribeiro Neves	
1724	3:000\$000	Alexandre P. de Miranda		1:515\$000	Manoel R. Filgueiras		2:550\$000	Manoel de Oliveira Maia	
1725	4:110\$000	Alexandre P. de Miranda		1:700\$000	Manoel R. Filgueiras		2:550\$000	Antonio José Rodrigues	
1726	3:210\$000	Alexandre P. de Miranda		1:700\$000	Manoel A. Ferreira		2:550\$000	Manoel Rodrigues Lisboa	
1727	2:400\$000	Alexandre P. de Miranda		1:336\$000	Manoel Corrêa		1:700\$000		Francisco Nunes
1728	2:810\$000	Alexandre P. de Miranda		1:570\$000	Manoel R. Filgueiras		1:445\$000	Antonio de M. Miranda	Lourenço Dias Rosa
1729	2:402\$000	Alexandre P. de Miranda		1:037\$000	Antonio Martins		1:510\$000	Manoel Pinto	
1730				1:255\$000	Antonio Martins	Lourenço M. Coelho			
1731				-					
1732	* 6:060\$000	Alexandre P. de Miranda		* 4:015\$000					
1733									
1734		José Ribeiro Gomes							
1735	4:800\$000			1:600\$000			1:795\$000		
1736	5:450\$000			1:770\$000			2:010\$000		
Total	32:944\$500			17:248\$000			22:594\$500		

Fontes: Arquivo Público Mineiro: Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, livros 4, 12, 13, 21, 28, 34 e 36.

(*) Itens extraídos das Atas da Câmara, não há confirmação que valores tenham, de fato, entrado como receita, por isso não são considerados na soma.

Tabela 6 – Valor, cobradores e funções das pequenas rendas (ver e foros) da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1736

Anos	Renda do Ver			Renda dos Foros		
	Valor	Cobrador	Função	Valor	Cobrador	Função
1711						
1712	Manoel de Almeida		Contratador *			
1713	Estevão da Cunha		Contratador *		Francisco Pinheiro da Cruz	Porteiro da Câmara
1714	Estevão da Cunha		Contratador *			
1715	Furtuoso Barbosa, Caetano Guimarães e José Mendes		Almotagaaria e Alcaidemoria			
1716	Furtuoso Barbosa, Matias Álvares e José Mendes		Almotagaaria e Alcaidemoria			
1717	Francisco Pacheco, José Mendes e Manoel Ribeiro		Almotagaaria e Alcaidemoria			
1718						
1719						
1720						
1721	412\$875	Manoel Ferraz de Souza	Escrivão da Almotagaaria	390\$000	José Mendes	Porteiro da Câmara
1722	594\$375	Antonio Coelho de Barros	Escrivão da Almotagaaria	501\$750	José Mendes	Porteiro da Câmara
1723	433\$500	Antonio Coelho de Barros	Escrivão da Almotagaaria	718\$500	José Mendes	Porteiro da Câmara
1724	105\$000	Antonio Coelho de Barros	Escrivão da Almotagaaria	91\$500	José Mendes	Porteiro da Câmara
1725	298\$950			526\$950	José Martins Delgado	Escrivão do Alcaide
1726	247\$500	Tomás da Silveira	Escrivão da Almotagaaria	397\$650	José Martins Delgado	Escrivão do Alcaide
1727	366\$000	João Rodrigues de Souza	Escrivão da Almotagaaria	337\$200	José Martins Delgado	Escrivão do Alcaide
1728	324\$825	João Rodrigues de Souza	Escrivão da Almotagaaria	246\$000	José Martins Delgado	Escrivão do Alcaide
1729	301\$905	Antonio Coelho de Barros	Escrivão da Almotagaaria	338\$400	José Martins Delgado	Escrivão do Alcaide
1730						
1731						
1732					Custódio Soares Pereira	Meirinho
1733						
1734	277\$400	Francisco Marques de Carvalho		370\$650		
1735	600\$000			373\$193		
1736	220\$000			900\$000	Manoel de Brito	Contratador *
Total	4:182\$330			5:191\$793		

Fontes: Arquivo Público Mineiro: Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, livros 4, 12, 13, 21, 28, 34 e 36.

(*) Itens extraídos das Atas da Câmara, não há confirmação que valores tenham, de fato, entrado como receita, por isso não são considerados na soma.

As fontes de receita mais comuns eram: a renda da aferição, a renda da carceragem, a renda da meia pataca, a renda do ver e a renda dos foros. O processo de arrecadação desses tributos não é dos mais complexos. Havia duas possibilidades: os oficiais lançavam a renda em praça, isto é, arrendavam a terceiros interessados em fazer a arrecadação, ou delegavam a tarefa de arrecadá-la a um funcionário da própria instituição, que recebia um valor ao final do trabalho, uma fração do montante arrecadado – em alguns casos chegava a 25%. O processo de arrematação dos contratos era utilizado pela Câmara Municipal para aliviar o reduzido número de funcionários da incumbência de recolher tais tributos. Para os contratos mais lucrativos, como o da aferição, da carceragem e da meia pataca, sempre havia interessados em arrematar, não sendo arrecadados por funcionários com frequência. As outras rendas, do ver e dos foros, de menor valor, foram cobradas por funcionários durante quase todo o período, por falta de interessados em arrecadá-las.

Como se vê na tabelas 4 e 5, até 1736 a quase totalidade dos contratos foram arrematados por período de um ano. Algumas observações devem ser feitas: a primeira delas diz respeito aos valores e nomes de arrematantes para os contratos anteriores à 1721, período para o qual não há livros de receitas e despesas. Tais valores foram inseridos nas tabelas, acrescidos de um asterisco e não integram as somas pois foram extraídos das atas e correspondências, sendo apenas estimativas, não confirmadas pela ausência de fontes financeiras em série para o período.

A segunda observação diz respeito aos valores para os anos de 1721 até 1736, extraídos dos livros de receita e despesa. Na tabela 5, há o detalhamento de cada receita, podendo-se observar que a soma de todas as receitas de um ano nem sempre coincide com o valor mostrado na tabela 3, onde os balanços foram apresentados. A explicação para a aparente contradição é muito simples: na tabela 3, tem-se o que foi efetivamente arrecadado, e na tabela 4, estão os valores de arrematação dos contratos, portanto, a expectativa do que deveria entrar nos cofres da instituição. Há casos em que as parcelas da arrematação, os quartéis, não são pagos pontualmente, entrando em receitas posteriores ao ano do contrato em questão; há outros casos em que o arrematante desiste do contrato ou é afastado pelos oficiais, o que atrasa seu recebimento. Após 1725 problemas deste tipo são menos frequentes, o que explica a redução das disparidades entre a expectativa de arrecadação (tabela 4) e o que efetivamente se arrecadou (tabela 3).

A organização que adotamos, em grande medida, é uma consequência da forma como os oficiais registraram as receitas, exceto pela última categoria que agrupa todas as receitas restantes, de menor expressão. Explicaremos, nas linhas que seguem, como eram arrecadadas cada uma das rendas e suas variações em Vila Rica.

Quadro 3 - Organização das rendas da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1736

1. Renda da aferição
2. Renda da meia pataca
3. Renda da carceragem
4. Renda do ver
5. Renda dos foros
6. Outras receitas

A maioria das rendas, durante quase todo o período estudado, foram arrecadadas não diretamente pelos integrantes da Câmara Municipal, mas por terceiros. No final de cada ano, era comum que todos os contratos fossem para a praça, para serem arrematados para o ano seguinte. Os novos oficiais confirmavam as arrematações, quando já feitas, ou as concluíam, quando ainda estavam em aberto. Há ainda casos em que os oficiais ingressantes suspendiam a arrematação, mandando novamente o contrato para a praça, seja por constatarem irregularidades no processo de arrematação, seja por interesses próprios.

Todos os contratos, quando arrematados, deveriam superar o valor da arrematação anterior – o que nem sempre ocorria – e serem arrematados a quem desse a maior oferta. Este sujeito deveria apresentar à Câmara Municipal fiadores para seu contrato, submetiam-se à forma de cobrança estabelecida pela instituição, e os pagamentos eram feitos em quartéis, ou seja, em quatro parcelas pagas trimestralmente.²⁸⁰ Contudo, na maior parte dos registros das receitas, as quantias parecem ter entrado de uma só vez nos cofres da instituição, principalmente a partir de 1725.

As rendas da aferição, meia pataca e carceragem eram as principais de Vila Rica, ao longo de todo o período somaram respectivamente 32:994\$500, 17:248\$000 e 22:594\$500, e por isso serão chamadas de “grandes rendas”. A renda do ver, embora tenha alcançado valores relevantes em alguns momentos, rendia em média muito menos que as primeiras, durante todo o período somou apenas 4:182\$330. A renda dos foros apresentou uma variação menor ainda – em função da própria natureza da cobrança, como será visto – mas seu valor nunca foi alto, em nenhum ano superou um conto de réis, durante todo o período somou 5:191\$793, por isso as duas últimas serão chamadas de “pequenas rendas”.

3.2.1. Grandes rendas: aferição, meias patacas e carceragem

O mais lucrativo contrato da Câmara Municipal de Vila Rica, a renda da aferição, era um ajuste de natureza fiscal, ligado à inspeção dos pesos e medidas usados no âmbito da vila.

²⁸⁰ RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural". In: *Revista de História*, Ano XXVIII, Volume LV. São Paulo, 1977. p. 54.

Cabia ao arrematador do contrato conferir todos os pesos e medidas utilizadas por todos os comerciantes da localidade, dos maiores aos menores. Os negociantes se submetiam à análise semestral, que após a conferência, marcavam cada peso. Pesos sem a marca eram considerados ilegais.

Fontes: APM. CMOP 12. RECEITAS e despesas, 1721-1724. Rolo 17, gav. E-2; APM, CMOP 21. RECEITAS e despesas, 1725-1733. Rolo 18, gav. E-2; APM, CMOP 34. LIVRO das despesas do Senado, 1734-1743. Rolo 20/21, gav. E-2.

Diante de quaisquer irregularidades, o contratador poderia aplicar multas por conta própria, ou poderia remeter os irregulares à Câmara Municipal, que julgaria o caso. Segundo A. J. R. Russell-Wood, o contratador nomeava um caixa, pago por ele próprio. O lucro do contratador vinha da taxa de inspeção cobrada, da taxa de confecção de novos pesos e medidas, das multas e, ainda, de um terço do valor dos produtos apreendidos em armazéns considerados irregulares, quando denunciados pelo próprio aferidor.²⁸¹

Em Vila Rica, durante todo o período estudado, e, diferente do que ocorreu com os outros contratos, o da aferição foi quase totalmente controlado por Alexandre Pinto de Miranda. Apenas em alguns momentos críticos a arrematação foi feita por outros. A partir da variação do rendimento da renda da aferição, demonstrada no gráfico 9, e a partir, também, dos números apontados na tabela 4, nota-se que, para quase toda a década de 1710, seu valor

²⁸¹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa..." p. 53-55.

manteve-se abaixo de um conto de réis. Apenas na arrematação de 1719, feita quando Pascoal da Silva Guimarães assumiu a função de juiz ordinário na instituição, é que o valor ultrapassou a referida marca, mantendo-se assim até 1736.²⁸²

É notório que os dados que dispomos para o período anterior a 1720 são fragmentados, mas ainda assim são possíveis algumas observações. Embora o primeiro valor disponível seja para 1714, em 1713 o contrato foi arrematado por Alexandre Pinto de Miranda. Em 1714, o contrato foi arrematado pelo mesmo sujeito, por quinze e não doze meses, se estendendo para o ano de 1715. Em 1716 e 1718 Alexandre Pinto de Miranda a arrematou novamente, provavelmente o fez também em 1717, embora não se tenha nem o nome do arrematante nem o valor do contrato.²⁸³

Em 1719 o contrato é arrematado por João Lana, e supera, como foi dito, a marca de um conto de réis. Em 1720, não há informações; possivelmente, o contrato continuou com João Lana, pois é citado como aferidor nas atas. De 1721 até 1725, o contrato retornou às mãos de Alexandre Pinto de Miranda, aumentando substancialmente ano após ano, alcançando, em 1725, a soma de 4:110\$000. De 1726 até 1729 o valor do contrato sofre redução, com leve recuperação em 1728. Nota-se que a tendência deste que é o principal contrato da instituição, acompanhou a tendência de variação das receitas e despesas da instituição no mesmo período, de alta na primeira metade da década, e redução na segunda metade.

Não há dados para os anos de 1730, 1731 e 1733. Em 1732 o contrato voltou a ser arrematado por Alexandre Pinto de Miranda e alcançou seu maior rendimento no período pesquisado, ultrapassando seis contos de réis. Em 1734 o contrato foi arrematado por José Ribeiro Gomes, por valor não identificado. Nos dois últimos anos de nosso estudo, apesar de não se saber os arrematantes, vê-se que os valores sofreram pequena redução, mantendo-se em torno de cinco contos de réis.²⁸⁴

* * *

A renda dos direitos dos gados que entram na área municipal ficou conhecida como meia pataca (equivalente a $\frac{1}{4}$ de oitava de ouro ou 375 réis, quando 1 oitava = 1.500 réis), por ser o valor cobrado por cada cabeça de gado abatida na vila ou seu termo para venda de carne. Os sujeitos que adentrassem com gados neste espaço deveriam registrar o número de

²⁸² ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. p. 115-116.

²⁸³ Ibidem. p. 26-7, 58-9; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927.

²⁸⁴ APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2. fls. 106v-108v.

cabeças, caso contrário, estariam sujeitos a multa. O arrematante do contrato ficava com 2/3 das multas e outras receitas provenientes da venda dos gados confiscados. Essa renda não era cobrada sobre gados que não iriam ser abatidos, como vacas leiteiras, bois de tração ou bezerros. Segundo A. J. R. Russell-Wood, a taxa de meia pataca foi elevada, em 1795, para uma pataca inteira, ou seja, meia oitava de ouro.²⁸⁵

No gráfico 9 vê-se a variação do valor da renda da meia pataca ao longo do período estudado e, na tabela 5, há, além de todos os valores da arrematação para os anos completos, informações estimadas para a década de 1710, extraídos das atas. No ano de 1712 encontramos a primeira referência à renda, arrematada por José Rodrigues da Costa, sendo fiador Antônio Barbalho Bezerra, sem valor declarado. No ano seguinte, não há referência à arrematação. Em 1714, como é possível notar no gráfico, a renda alcança o segundo maior valor de arrematação de todo o período estudado, 3:450\$000, oferecido por Manoel Ferreira da Cruz. Mas esta arrematação foi invalidada, abrindo nas vereações uma longa série de debates em torno da melhor forma de se taxar o abate dos gados.²⁸⁶

Em 1716, temos notícia de uma outra arrematação com valor bem menor que a anulada em 1714, alcançou 727\$500 e foi feita por Pantaleão das Neves. No ano seguinte, nova arrematação foi realizada, mas não há referência ao arrematante nem ao valor pelo qual foi arrematada nas fontes consultadas. Em 1718, um novo contrato é firmado com Frutuoso Barbosa, por 825\$000. Em 1719, não encontramos qualquer informação relacionada a esta renda e, em 1720, pela primeira vez, a arrematação ultrapassou um conto de réis – haja vista que o contrato de 1714 não teve efeito – somando 1:365\$000, arrematada por Luiz Ribeiro. O mesmo ocorreu com a renda anterior; em outras palavras, as duas principais rendas da instituição só alcançaram valores maiores que um conto de réis durante o período mais crítico da Câmara Municipal, quando foi controlada diretamente por Pascoal da Silva Guimarães e seu filho, João da Silva Guimarães.²⁸⁷

Ao longo da década de 1720, o valor do contrato subiria consideravelmente, chegando ao ponto mais alto do decênio, justamente em 1725 e 1726, como a renda da aferição, sofrendo, em seguida, pequena redução no início da década seguinte, acompanhando a tendência geral de oscilação das contas da instituição. Em 1721, o contrato foi arrematado por André da Costa pela quantia de 1:140\$000, tendo como fiador João Rodrigues Murteira. No ano seguinte, Manoel Ribeiro Filgueiras passa a controlar o contrato, arrematando-o até 1725,

²⁸⁵ RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa..." p. 56.

²⁸⁶ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 227, 230-1, 243-6, 250, 302, 304-5, 314-6, 347, 351-2, 371.

²⁸⁷ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 12, 59, 122-123.

sempre por um valor maior, iniciando em 1:215\$000 em 1722 e chegando a 1:700\$000 em 1725. No ano seguinte, foi arrematado pelo mesmo valor a Manoel Antunes Ferreira. Em 1727, o valor foi reduzido para 1:336\$000 e arrematado por Manoel Corrêa. No ano seguinte, a quantia voltou a crescer, sendo arrematada novamente por Manoel Ribeiro Filgueiras. Em 1729 o valor caiu para o mais baixo desde 1718, 1:037\$000, sendo arrematado por Antônio Martins, que também o arrematou em 1730, por valor não citado. Neste último contrato, Lourenço Mendes Coelho foi o fiador.

Para o período que se estendeu de 1731 até 1736, as referências foram escassas. Pelas atas teria sido arrematado, em 1732, pela exorbitante quantia de 4:015\$000. Não se sabe se a arrematação se confirmou, o contratador não foi citado e não foi possível obter outras informações. Todavia, nos dois últimos anos estudados, 1735 e 1736, há informações precisas extraídas da documentação fiscal e, apesar de não mencionarem os arrematantes, é possível perceber que os valores mantiveram-se próximos aos índices da década anterior, respectivamente 1:600\$000 e 1:770\$000.²⁸⁸

* * *

A renda da carceragem foi a segunda maior da Câmara Municipal de Vila Rica no período estudado. Diferente das outras duas grandes rendas, aferição e meia pataca, esta não tinha relação com a fiscalização, tratava-se de uma renda relacionada à manutenção da cadeia e coleta de taxas relacionadas à prisão, funções que ficavam a cargo do contratador.²⁸⁹ Cabia a ele assegurar o pagamento das multas e dos custos da alimentação dos escravos presos, repassados em seguida aos seus senhores. Aos outros presos era cobrada uma taxa. Cabia ainda ao contratador zelar pela cadeia, isto é, manter limpa e provida dos recursos necessários, como lenha, candeias e água. Não era permitido o comércio dentro da prisão nem o fornecimento de escravos presos, pertencentes à terceiros, para exercício de outras atividades fora da cadeia.

No que diz respeito à arrematação e exercício da função de carcereiro, havia duas possibilidades. Em alguns contratos, o próprio arrematante desempenhava a referida função, em outros casos mais comuns, o contratante nomeava um carcereiro, que deveria ser aprovado pela Câmara Municipal. Em Vila Rica o contrato era motivo de muitos problemas, a falta de fiadores e a negligência dos oficiais da instituição contribuíam para isso:

“Uma superlotação crônica e a segurança inadequada (por muitos anos a cadeia foi feita de bambu recoberto por uma camada ordinária de taipa, de forma que os prisioneiros só tinham o trabalho de recortar a sua saída)

²⁸⁸ APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2. fls. 11-11v.

²⁸⁹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa..." p. 53-54.

resultavam em arrombamentos regulares da cadeia. Era menos fácil de se encontrar fiadores para esse contrato. A despeito da pressão governamental, sucessivos Senados fizeram vistas grossas para as qualidades duvidosas dos fiadores, do contratador e do carcereiro por ele indicado. Processos de fiadores por falta de pagamento, prisão de contratadores e exoneração ou fuga de carcereiros nomeados eram fatos endêmicos.”²⁹⁰

Pode-se observar, a partir da tabela 5, que, para a década de 1710, embora só disponhamos das informações disponíveis nas atas – por isso mesmo fragmentadas – o valor do contrato manteve-se abaixo de um conto de réis, esteve quase todo o tempo nas mãos de João Ferreira Diniz que, em 1719, arrematou, por valor muito alto, a construção da Casa da Câmara Municipal, cujo contrato foi suspenso durante a Revolta de 1720. João Ferreira Diniz nunca mais arrematou nenhum contrato, talvez pelo envolvimento no levante.

O contrato foi citado pela primeira vez nas atas em 1712, sendo arrematado a Damasco Francisco, sem informações de duração e valor. No ano seguinte, sem as mesmas informações, foi arrematado a João Ferreira Diniz, que o controlou também em 1714, por 480\$000, indicando para fiador o capitão Arcanjo da Silva. Em 1716 o contrato é arrematado por 765\$000, mas não é citado o arrematante. Em 1718 e 1720 o contrato foi novamente arrematado por João Ferreira Diniz, respectivamente por 525\$000 e 585\$000.²⁹¹ A partir de 1721 o valor da renda da carceragem aumentaria quase quatro vezes em relação ao ano anterior, não sabemos a razão, mas a alta ocorreu logo após o afastamento de João Ferreira Diniz, implicado na Revolta de Vila Rica. Sua variação é semelhante a dos contratos anteriores, apresentou uma tendência de alta na primeira metade da década de 1720 e de redução a partir de 1726 até ao menos 1730.

A partir da década de 1720, houve uma grande rotatividade de arrematantes, tendência não observada nos contratos da aferição e da meia pataca. Em 1721 a renda da carceragem foi arrematada pela quantia de 2:253\$000 por João dos Reis Coutinho, que indicou como fiadores João Serra e Antônio Leal. Em 1722, houve pequena redução no valor da arrematação, 1:965\$000, feita por Manoel Franco. No ano seguinte, o contrato foi arrematado por João Ribeiro Neves por um valor maior, 2:266\$500. Em 1724, 1725 e 1726, o valor foi igual e o mais alto de todos os anos em estudo, 2:550\$000, mas foram três novos arrematantes, respectivamente Manoel de Oliveira Maia, Antônio José Rodrigues e Manoel Rodrigues Lisboa. Este último indicou Francisco Nunes para fiador. Em 1727, o contrato começou sua

²⁹⁰ RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa..." p. 56-57.

²⁹¹ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 259, 277-8; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 12, 57-8, 129.

desvalorização, arrematado por 1:700\$000, não sendo citado o arrematante, apenas o fiador Lourenço Dias Rosa. Em 1728 e 1729, o valor do contrato continuou a diminuir, respectivamente 1:445\$000 e 1:510\$000, arrematado por Antônio de Magalhães Miranda e por Manuel Pinto.

No período de 1730 até 1736, dispomos apenas dos valores da arrematação dos dois últimos anos, que apresentaram sinais de recuperação se comparados aos valores de 1728 e 1729, alcançando, respectivamente, 1:795\$000 e 2:010\$000. Em 1734, como dito anteriormente, as três principais rendas foram apresentadas somadas. Por comparação com as somas das três rendas nos anos anteriores, é provável que também a carceragem não tenha sofrido grandes alterações, se comparada aos anos de 1735 e 1736.

O destaque desse contrato é, a princípio, a grande variedade de arrematantes. Pela leitura da documentação, não fica claro se os arrematantes exerceram a função de carcereiros ou se repassaram a terceiros ou, ainda, se os nomes citados seriam, na verdade, dos carcereiros e não dos arrematantes.

Estabelecendo uma comparação com as outras duas grandes rendas da instituição, tem-se três arrematantes para a renda da aferição, dez arrematantes para a renda da meia pataca e também dez arrematantes para a renda da carceragem. Portanto, a primeira apresentou, durante todo os anos, uma forte tendência de monopolização, visto que Alexandre Pinto de Miranda só não a arrematou nos anos de 1719 e 1734. No que se refere à meia pataca, houve uma tendência à concentração do contrato entre 1722 e 1725, quando a renda ficou nas mãos de Manoel Ribeiro Filgueiras. Ao contrário, a carceragem apresentou essa mesma tendência apenas na década de 1710, quando João Ferreira Diniz a arrematou ao menos em 1714, 1718 e 1720.

3.2.2. Pequenas rendas: ver e foros

A renda do ver, embora tenha função fiscal, como a renda da aferição e da meia pataca, possuía valores e formas de cobrança bem diferentes em relação às duas primeiras. A renda da aferição alcançou o valor total de 32:944\$500, a renda da meia pataca somou 17:248\$000, já a renda do ver alcançou um valor muito menor, apenas 4:182\$330. Tal renda contribuiu menos para a receita da instituição que os Foros – apresentados a seguir – que renderam 5:191\$793. Para se ter ideia dos baixos rendimentos em comparação às outras rendas, basta dizer que, enquanto as duas primeiras passavam a render mais de um conto de réis no início da década de 1720, a renda do ver nunca alcançou esse valor, conseguindo superar a marca de meio conto de réis apenas em 1722 e 1735, quando somou respectivamente 594\$375 e 600\$000.

A renda do ver provinha da inspeção de vários setores da vila, que deveriam cumprir as posturas municipais. Abarcava os assuntos mais diversos, cabendo ao seu contratador as seguintes funções:

“O contratador da inspeção era basicamente responsável por fazer cumprir os decretos municipais sobre saúde pública, e pelos aspectos mais físicos do comércio, por exemplo, realizar acusações legais contra negociantes de gado por não providenciarem água ou gamelas de alimentos em seus currais; contra produtores agrícolas que ofereciam milho verde para venda pública; contra as pessoas da cidade por permitirem a seus porcos andarem livremente pelas ruas; também era sua atribuição expedir uma ordem legal para o conserto obrigatório de um cano de água prejudicial à segurança pública. As funções do contratador estendiam-se para além da própria cidade, envolvendo despesas com cavalos e suprimentos a fim de verificar acusações contra moinho produzindo farinha de milho sem licença, vendas clandestinas operando nas áreas mineradoras, ou para restringir atividades de mercado-negro e a estocagem de produtos pelos fazendeiros. O contratador recebia a terceira parte das transações de produtos confiscados nos casos em que sua denúncia resultava em condenação.”²⁹²

Obtemos informações sobre os sujeitos que cobraram o contrato em dezesseis anos. Para os outros três anos, temos apenas o valor da arrecadação, mas não há informações sobre quem arrecadou. Dos dezesseis anos em que foi possível identificar os cobradores, em apenas quatro anos o contrato foi arrecadado por terceiros, provavelmente via arrematação. Em todos os outros anos, foi cobrado por funcionários da instituição, normalmente pelo escrivão da almotaçaria, mas em alguns anos foi cobrado também pelo alcaide e por seu escrivão. Fica evidente, pelo baixo valor, pelas muitas tarefas e por ser tão pouco arrematado, que os interessados não eram muitos. A. J. R. Russell-Wood, em seu estudo sobre a mesma Câmara Municipal, apontou esta mesma tendência em meados na década de 1730:

“Apesar das reclamações de perseguição por parte do contratador de inspeção, terem levado o governador Gomes Freire de Andrade em 1735 a ordenar a abolição deste contrato, o Senado continuou a operar o contrato, embora sob uma forma modificada, como veremos adiante. As pesadas tarefas envolvidas, e a falta de um lucro seguro, fizeram deste o menos disputado de todos os contratos municipais e frequentemente o Senado foi obrigado a administrar o contrato de inspeção ele próprio ou cedê-lo por uma ninharia.”²⁹³

Para a década de 1710, não obtivemos quaisquer valores relativos ao contrato, mas os cobradores e arrematadores foram citados em alguns momentos nas atas. A primeira vez que a renda apareceu foi em 1712, sob responsabilidade de Manoel de Almeida; nos dois anos

²⁹² RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa..." p. 55-56.

²⁹³ Ibidem. p. 56.

seguintes, apareceu sob responsabilidade de Estevão da Cunha. Quanto ao primeiro, não se sabe se era o vereador que serviu no mesmo ano, Manoel de Almeida Costa, que também serviu como procurador da câmara em 1711, ou – como parece mais provável – se tratava-se de outro indivíduo que teria arrematado a renda. Quanto a Estevão da Cunha, não possuiu no período qualquer vínculo com a instituição, sendo por isso mais provável que tenha arrematado tal renda em 1713 e 1714, e não a cobrado como funcionário da Câmara Municipal.²⁹⁴

Nos três anos seguintes, 1715, 1716 e 1717, o contrato foi arrecadado por funcionários da própria instituição. Em 1715, ficaram responsáveis pela renda Frutuoso Barbosa, escrivão da almotaçaria; Caetano de Castro Guimarães, alcaide; e seu escrivão, José Mendes. No ano seguinte, o mesmo escrivão da almotaçaria, o mesmo escrivão do alcaide e o novo alcaide Matias Álvares. Em 1717, ficou a cargo do novo escrivão da almotaçaria, Francisco de Souza Pacheco, do novo alcaide Manoel Ribeiro e do mesmo escrivão do alcaide dos anos anteriores, José Mendes. Para os anos de 1718, 1719 e 1720 não há nenhuma informação.²⁹⁵

Durante a década de 1720, em todos os anos, a renda foi arrecadada pelos escrivães da almotaçaria, com exceção de 1725, ano para o qual não foi possível identificar os cobradores. Em 1721, a arrecadação ficou sob responsabilidade do escrivão da almotaçaria Manoel Ferraz de Souza, que cobrou 412\$875. Nos três anos seguintes, a renda foi arrecadada por Antônio Coelho de Barros, alcançando respectivamente os valores de 594\$375, 433\$500 e 105\$000. Repare que, este ano de 1724 foi marcado pela drástica redução em relação à média estabelecida. Em 1725, o valor alcançado ficou ainda abaixo da média dos anos anteriores, mas bem maior que em 1724, 298\$950.

Na segunda metade da década de 1720, os valores subiram para a casa das três centenas, mas não recuperaram a média dos três primeiros anos da década. Foram todos arrecadados pelos escrivães da almotaçaria de cada ano, da seguinte forma: em 1726, por Tomás da Silveira, alcançando 247\$500; em 1727 e 1728, por João Rodrigues de Souza, somando respectivamente 366\$000 e 324\$825; em 1729, por Antônio Coelho de Barros, que arrecadou a quantia de 301\$905.

A partir de 1730, até 1736, temos, ao contrário de todas as rendas anteriores, dados para o ano de 1734, especificados pelo ouvidor no momento de sua revisão. É estranho, pois o agente régio apresentou as três principais rendas somadas, e a do ver à parte, talvez pelo seu ínfimo valor. Tudo indica que foi arrematada nesse ano, pois o responsável foi Francisco Marques de Carvalho, sem qualquer passagem anterior nem posterior pela instituição até

²⁹⁴ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 218-9, 257-8, 291-2, 299-301, 351-3.

²⁹⁵ Ibidem. p. 364; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 12-3, 31-2, 60-6, 75-6.

1736; o valor foi de 277\$400, embora nas atas apareça 255\$000.²⁹⁶ Nos dois últimos anos, não houve qualquer referência além dos valores arrecadados, 600\$000 em 1735 e 220\$000 em 1736. Tudo indica que a renda foi arrematada neste anos, em função dos valores redondos e pelo alto valor relativo que alcançou em 1735.

* * *

Outra renda que não representou grandes receitas para a Câmara Municipal de Vila Rica foi a proveniente dos foros. Tratava-se de uma quantia a ser paga por cada morador que usasse terras que ficassem dentro da sesmaria da Câmara Municipal. Há muito debate sobre essa renda no início da década de 1710, não sendo nosso objetivo estudar especificamente este assunto. Apontaremos, nas linhas que seguem, apenas algumas informações superficiais, que podem ampliar o entendimento dos problemas ligados às rendas.

A renda dos foros, como a renda do ver, envolveu baixos valores, alcançando, na soma de todos os anos para os quais encontramos informações, 5:191\$793, pouco mais de um conto de réis em relação ao rendimento total da renda do ver. Os foros não chegaram, como a renda do ver, a alcançar a marca de um conto de réis em nenhum dos anos, o mais próximo disso foi o ano de 1736, quando rendeu 900\$000.

Assim como a renda do ver, a dos foros não foi arrematada por terceiros em quase nenhum dos anos, sendo normalmente cobrada por funcionários da Câmara Municipal, geralmente o porteiro ou o escrivão do alcaide. O primeiro registro que encontramos desta renda, o único anterior à 1720, foi em 1713, quando foi arrecadada por Francisco Pinheiro da Cruz, então porteiro da câmara, sem indicação de valor.²⁹⁷

Para a década de 1720, foram encontradas informações completas sobre a renda dos foros nos livros de receita e despesa. De 1721 até 1724, o responsável pela arrecadação foi o porteiro da Câmara Municipal José Mendes.²⁹⁸ O valor da arrecadação dos foros entre 1721 e 1724 oscilou muito, de 390\$000 em 1721, para 501\$750 em 1722, subindo a 718\$500 em 1723 e caindo drasticamente para 91\$500 em 1724. Tais variações mantiveram-se grandes na segunda metade da década de 1720, quando a arrecadação passou a ser feita pelo então escrivão do alcaide, José Martins Delgado. Em 1725, somou 526\$950; em 1726 caiu para 397\$650; em 1727, houve uma redução, 337\$200; em 1728, continuou a cair (246\$000) para apresentar uma pequena alta em 1729, somando 338\$400.

²⁹⁶ Para efeitos de conta, consideramos o valor do livro de despesa, copiado pelo ouvidor do livro de receitas para efeito de balanço anual.

²⁹⁷ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 267.

²⁹⁸ Este sujeito foi um dos responsáveis pela arrecadação da renda do ver entre os anos de 1715 e 1717, quando exercia a função de escrivão do alcaide.

O estranho é que, de todas as rendas, esta, em teoria, deveria apresentar menor variação, quando muito para mais, por se tratar de cobrança em relação a moradias, bens imóveis, que, por mais dinâmica que fosse a localidade nas décadas iniciais, apresentava uma capacidade de variação bem menor que gados e outras movimentações sujeitas a tarifação. Este argumento foi utilizado pelo ouvidor em 1730 para questionar as contas da instituição, e será melhor explicado no quarto capítulo deste trabalho.

Para o período que vai de 1730 até 1736, foi encontrada uma referência de arrecadação dos foros em 1732, não há valor citado, mas foi cobrado por Custódio Soares Pereira, então meirinho. Em 1734 e 1735, os valores foram semelhantes, respectivamente 370\$650 e 373\$193. No último ano, o valor subiu significativamente, alcançou 900\$000, e ficou sob responsabilidade de Manoel de Brito. Não encontramos nenhuma outra referência a este sujeito, nem nos livros de receita e despesa, nem nas atas. Tudo leva a crer que, diferente de todos os outros anos, em 1736 os Foros foram arrematados. A soma, bem mais alta, e o valor redondo, reforçam essa hipótese.

3.2.3. Outras rendas

Esta última categoria é a única que podemos considerar artificial em relação à lógica de registro das receitas e despesas da instituição. Nela, foram incluídas todas as outras receitas não rotineiras. Em muitos anos, simplesmente não aparecem outras rendas; em outros, aparecem e são numericamente relevantes. Vamos apresentar, a seguir, a variação dessas rendas e fornecer uma breve explicação que justificará cada um dos casos.

Não há lógica na variação dos rendimentos desta categoria, justo por não ser uma série e apresentar receitas esporádicas de várias origens. Essas receitas foram mínimas em anos como 1723, 1725, 1727, 1729 e 1735, mas alcançaram somas consideráveis nos anos de 1722, 1724 e 1728, quando ficaram entre um e dois contos de réis. Contudo, nenhum dos anos alcançou os valores desta categoria em 1721 e 1730, os maiores de todo o período.

Mas o que são exatamente estas receitas? Quais tipos de renda podem apresentar tanta variação? Ao contrario das outras receitas, acompanhar estas “outras rendas” pelas atas é tarefa muito complicada, em função da enorme imprecisão que estes registros apresentam. Vamos nos limitar, nesta categoria em específico, às informações dos livros de receita e despesa, por apresentar uma quantidade mínima de elementos que permitem classificar, inclusive, as receitas nesta e não em outras categorias.

Em 1721, além das receitas já apresentadas nos outros itens, houve um grande número de rendas diversas. Como o alto valor chama atenção, cabe uma apresentação detalhada dos itens que o compõem. Dos 2:392\$312 registrados, 2:166\$562, portanto, mais de

90%, foram provenientes de parte da restituição que o fiador doutor Ernesto Lamberto pagou, relativo à construção da casa da Câmara Municipal, arrematada por João Ferreira Diniz em janeiro de 1719, e pelo que tudo indica com o apoio de Pascoal da Silva Guimarães, então juiz ordinário. Esta restituição, segundo os registros do livro de receita e despesa, só terminou de ser paga em 1724, devido ao alto valor. As outras duas receitas complementares, somaram 84\$000 e 141\$750, e estão relacionadas a condenações feitas pela Câmara Municipal, não havendo maiores informações que permitam a classificação em outras categorias.

A mesma situação ocorreu em 1722, quando essas outras receitas somaram 1:140\$000, dos quais 975\$000, pagos em duas parcelas de 570\$000 e 405\$000, eram provenientes da restituição feita pelo citado fiador. Os 165\$000 restantes corresponderam também a diversas condenações feitas pela Câmara Municipal, as quais não foi possível classificar, com precisão, em outras categorias. Em 1723, as receitas incluídas nesta categoria somam 193\$125, provenientes exclusivamente das mesmas condenações dos anos anteriores. Em 1724, o fiador doutor Ernesto Lamberto aparece pela última vez nos registros por quitar sua dívida junto à instituição. Neste ano, o total dessas outras receitas foi de 1:116\$375, dos quais 569\$250 são provenientes do referido fiador, e o restante, 547\$125, veio de saldo do ano anterior.

Em 1725, as receitas desta categoria foram também pequenas, provenientes exclusivamente de condenações como as que foram acima descritas, e somaram 154\$425. No ano seguinte, não houve qualquer receita para além das categorias anteriores. Em 1727, os valores estiveram também exclusivamente relacionados a outras condenações, e somaram apenas 18\$000. Em 1728, as “outras rendas” somam 1:600\$000, dos quais 1:200\$000 eram provenientes da vizinha Câmara Municipal de Vila do Carmo (Mariana), destinados aos gastos com o quartel que estava sendo construído em Vila Rica. Os outros 400\$000 eram parte do reembolso de propinas pagas ao ouvidor, em 1726, pela participação em festas realizadas durante o ano. Tanto o ouvidor quanto outros oficiais da câmara do referido ano foram obrigados a devolver as propinas, por ordem do próprio ouvidor. Todavia, nos anos seguintes, o rei mandaria restituir aos oficiais as propinas, que começam a ser pagas a partir de 1734.

Em 1729, os gastos da categoria “outras rendas” somaram apenas 24\$000, provenientes de diversas condenações. Em 1730, houve o maior registro da categoria, 2:704\$950. A menor parte, 600\$000, era proveniente de uma doação da Câmara Municipal vizinha de Vila do Carmo para término da construção do quartel em Vila Rica. O restante, 2:104\$950, eram restituições que os oficiais de 1726 tiveram que fazer das propinas do mesmo ano. Nesta ocasião, devolveram os juízes ordinários de 1726, João Gonçalves Batista e Francisco da Costa de Oliveira, 200\$000 cada; e os vereadores do mesmo exercício Manoel

Coelho Neto e Francisco da Silva Machado, 852\$475 cada. Com exceção de Manoel Coelho Neto, todos os outros oficiais devolveram as quantias por meio de um procurador, Tomé Ferreira da Cruz.

Para os quatro anos seguintes, não há qualquer informação. Em 1735, estas receitas renderam 272\$000, dos quais 164\$000 foram provenientes de restituições dos oficiais de 1734, determinadas pelo ouvidor sobre as quais não há maiores detalhes, e os 108\$000 complementares provinham de diversas condenações. No último ano, houve novamente um rendimento que superou a casa de um conto de réis, somando 1:206\$482, provenientes 108\$000 de restituição do ouvidor por ganhos indevidos com os pelouros, 182\$455 das sobras do ano anterior, 470\$757 de condenações diversas, valor bem alto se comparado aos registros anteriores e, por fim, 445\$270 provenientes das receitas geradas pelo legado de Henrique Lopes.

3.3. As despesas da Câmara Municipal de Vila Rica

Pode-se dizer que a tarefa de organizar as receitas da Câmara Municipal de Vila Rica foi desempenhada seguindo de perto a organização encontrada nos documentos, na medida em que eram poucos os registros, bem detalhados e com altos valores. Com as despesas, ocorreu o contrário; eram dezenas de registros, que normalmente ultrapassavam a casa de 50 mandados anuais, com valores os mais díspares possíveis. Tais registros eram, às vezes, bem especificados, outras vezes registrados da forma mais genérica possível.

Todavia, encontramos um documento produzido pelos camaristas, em finais de 1736, que forneceu-nos uma orientação para organização das despesas. Trata-se de uma lista feita pelo escrivão da câmara, por ordem dos oficiais camarários – a partir dos livros de receita e despesa – em que constam todos os gastos que a instituição fez com o “Real Serviço”, ou seja, com o monarca, desde 1721 até o momento em que a lista foi feita, em dezembro de 1736.²⁹⁹

²⁹⁹ APM, CMOP 32. REGISTRO de cartas do Senado para o governador e diversas autoridades, ordens, editais, provisão, petição e despachos, 1733-1741. Rolo 20, gav. E-2. fls. 72v-80v.

Tabela 7 – Despesas com o Rei, contabilizadas a partir dos livros de Receitas e despesas da Câmara Municipal de Vila Rica, 1721-1736

Ano	Casa da Moeda	%	Aluguéis	%	Quartéis	%	Agentes régios	%	Total	%	Total Geral
1721	3:297\$000,0	88,0			450\$000,0	12,0	3:747\$000,0	62,7	5:979\$562,5		
1722	3:590\$250,0	82,2	775\$500,0	17,8			4:365\$750,0	62,7	6:958\$500,0		
1723			472\$500,0	16,2	2:447\$250,0	83,8	2:919\$750,0	39,0	7:479\$750,0		
1724											
1725			333\$000,0	91,2			32\$250,0	8,8	365\$250,0	3,6	10:093\$275,0
1726											8:472\$739,0
1727	966\$600,0	62,1	590\$400,0	37,9				0,0	1:557\$000,0	17,4	8:972\$889,0
1728			612\$000,0	33,8	1:200\$000,0	66,2		0,0	1:812\$000,0	23,9	7:567\$850,0
1729			770\$400,0					0,0	770\$400,0	14,1	5:468\$760,0
1730											
1731											
1732											
1733											
1734					247\$725,0	90,4	26\$400,0	9,6	274\$125,0	3,3	8:350\$427,0
1735					421\$125,0				421\$125,0	4,1	10:397\$430,0
1736					284\$437,0	80,6	68\$300,0	19,4	352\$737,0	3,4	10:493\$241,0
Total	7:853\$850,0	47,4	3:553\$800,0	21,4	4:600\$537,0	27,7	576\$950,0	3,5	16:585\$137,0	18,4	90:234\$423,5

Fontes: Arquivo Público Mineiro. Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, livros 12, 21 e 34.

Tabela 8 – Despesas da Câmara Municipal de Vila Rica com o Rei, contabilizadas a partir de lista confeccionada em 1736, 1721-1736

Ano	Casa da Moeda	%	Aluguéis	%	Quartéis	%	Agentes régios	%	Total
1721	3:237\$000,0	98,4					52\$500,0	1,6	3:289\$500,0
1722	3:590\$250,0	41,3	775\$500,0	8,9	4:326\$010,0	49,8			8:691\$760,0
1723			322\$500,0	5,1	5:991\$750,0	94,9			6:314\$250,0
1724									0,0
1725			55\$000,0	100,0					55\$000,0
1726									0,0
1727			273\$000,0	100,0					273\$000,0
1728			305\$200,0	100,0					305\$200,0
1729			626\$400,0	100,0					626\$400,0
1730			360\$400,0	16,7	1:800\$000,0	83,3			2:160\$400,0
1731			438\$980,0	30,1	1:020\$000,0	69,9			1:458\$980,0
1732									0,0
1733					760\$000,0	100,0			760\$000,0
1734			26\$400,0	100,0					26\$400,0
1735			150\$000,0	37,5			250\$000,0	62,5	400\$000,0
1736									0,0
Total	6:827\$250,0	28,0	3:333\$380,0	13,7	13:897\$760,0	57,0	302\$500,0	1,2	24:360\$890,0

Fontes: Arquivo Público Mineiro: Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, livro 32, p. 771-785, f. 73v-80v.

Tabela 9 – Despesas da Câmara Municipal de Vila Rica com a vila, 1721-1736

Ano	Pagamentos	%	Obras Públicas	%	Festas	%	Serviços	%	Outros	%	Total	%	Total Geral
1721	732\$000,0	32,8	120\$562,5	5,4	562\$500,0	25,2	639\$000,0	28,6	178\$500,0	8,0	2.232\$562,5	37,3	5:979\$562,5
1722	756\$000,0	29,2	1:215\$000,0	46,9	415\$125,0	16,0	170\$625,0	6,6	36\$000,0	1,4	2:592\$750,0	37,3	6:958\$500,0
1723	1:412\$625,0	31,0	1:978\$875,0	43,4	748\$500,0	16,4	219\$750,0	4,8	200\$250,0	4,4	4:560\$000,0	61,0	7:479\$750,0
1724													
1725	2:298\$325,0	23,6	6:256\$175,0	64,3	951\$250,0	9,8	177\$000,0	1,8	45\$275,0	0,5	9:728\$025,0	96,4	10:093\$275,0
1726	4:443\$950,0	52,4	2:545\$364,0	30,0	382\$200,0	4,5	217\$000	2,6	884\$225,0	10,4	8:472\$739,0	100,0	8:472\$739,0
1727	2:275\$000,0	30,7	2:749\$789,0	37,1	701\$800,0	9,5	1:038\$750	14,0	650\$550,0	8,8	7:415\$889,0	82,6	8:972\$889,0
1728	2:575\$600,0	44,7	1:348\$750,0	23,4	487\$600,0	8,5	1:187\$300	20,6	156\$600,0	2,7	5:755\$850,0	76,1	7:567\$850,0
1729	2:258\$910,0	48,1	876\$775,0	18,7	728\$700,0	15,5	433\$775	9,2	400\$200,0	8,5	4:698\$360,0	85,9	5:468\$760,0
1730													
1731													
1732													
1733													
1734	3:672\$997,0	45,5	2:698\$715,0	33,4	541\$700,0	6,7	411\$030,0	5,1	751\$860,0	9,3	8:076\$302,0	96,7	8:350\$427,0
1735	5:128\$882,0	51,4	1:786\$015,0	17,9	1:125\$228,0	11,3	1:019\$520,0	10,2	916\$660,0	9,2	9:976\$305,0	95,9	10:397\$430,0
1736	3:946\$045,0	38,9	3:454\$385,0	34,1	900\$787,0	8,9	1:047\$967,0	10,3	791\$320,0	7,8	10:140\$504,0	96,6	10:493\$741,0
Total	29:500\$334,0	40,1	25:030\$405,5	34,0	7:545\$390,0	10,2	6:561\$717,0	8,9	5:011\$440,0	6,8	73:649\$286,5	81,6	90:234\$423,5

Fontes: Arquivo Público Mineiro: Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, livros 12, 21 e 34.

O documento foi anexado à uma correspondência enviada ao ouvidor e ao monarca, em resposta a uma demanda régia, do início de 1736, que orientava o ouvidor a impor à Câmara Municipal o pagamento das terças régias (envio de um terço das receitas anuais da instituição para o rei), como era feito em outras câmaras municipais coloniais. Observando os balanços da instituição no gráfico 10, nota-se que o ano de 1736, ao contrário do anterior, fechou com significativo superávit, explicado, em parte, pela organização da renda dos foros, que então passou a ser arrematada, rendendo mais. Portanto, pode-se afirmar que a demanda régia chega em momento favorável do ponto de vista financeiro, depois de um longo período de dificuldade, a instituição encontrava-se financeiramente restaurada.

Fontes: APM, CMOP 12. RECEITAS e despesas, 1721-1724. Rolo 17, gav. E-2; APM, CMOP 21. RECEITAS e despesas, 1725-1733. Rolo 18, gav. E-2; APM, CMOP 34. LIVRO das despesas do Senado, 1734-1743. Rolo 20/21, gav. E-2.

Quadro 4 - Organização das Despesas da Câmara Municipal de Vila Rica

1. Gastos com o rei

- a. Casa da Moeda
- b. Aluguel de casas para as tropas
- c. Construção dos quartéis
- d. Gastos com agentes régios

2. Gastos com a vila

- a. Pagamentos
- b. Obras públicas
- c. Festas
- d. Serviços
- e. Outros gastos

Neste momento, interessa expor a maneira como foram organizadas as despesas da instituição. O documento anteriormente referido fornece uma orientação, isto é, quando os oficiais elaboram uma lista dos gastos com causas régias, significa que fazem uma distinção do que era e do que não era gasto com o rei. A partir dessa ideia, formulamos as categorias que compõem o “quadro 4” na página anterior.

Se há gastos com o rei, há também gastos que não pertenciam à causa régia, que entendemos, genericamente, como gastos com a vila, naturalmente superiores aos gastos com o monarca. Serão analisados, primeiramente, os gastos da instituição com o rei para, em seguida, tratar dos gastos feitos com a vila.

3.3.1. Gastos com o rei

Em dezembro de 1736, diante das pressões do ouvidor pela implementação da terça régia, os oficiais argumentavam que, apesar da aparente recuperação financeira, os cofres da instituição não suportariam o dispêndio, pois a Câmara Municipal tinha suas rendas completamente comprometidas com suas despesas. O levantamento feito pelo escrivão da câmara, a pedido dos oficiais de 1736, tinha o objetivo de demonstrar o quanto a instituição já havia gasto com o “real serviço”, sustentando que, na realidade, já vinham pagando valor próximo da terça régia. Essa lista, composta de quinze páginas, foi feita a partir dos mesmos livros de receita e despesa que consultamos. Apresenta sessenta e quatro gastos, destacando-se, nos anos iniciais, o pagamento dos oficiais da Casa da Moeda, os aluguéis das casas onde ficavam, provisoriamente, os soldados dragões, e as obras de construção do quartel para as mesmas tropas. A distribuição desses gastos pode ser visualizada nas tabelas 7 e 8.

Na soma feita pelo escrivão da câmara, os sessenta e quatro gastos alcançaram 22:930\$654 e, em nossa revisão, alcançaram 24:360\$890. Para criar as tabelas 10 e 11, nos baseamos em nossa revisão. Foi feito um esforço para compreender se há lógica nessas inconsistências, ou seja, se as diferenças nas contas foram efetivamente erros do escrivão, e se estes erros foram ou não propositais. No caso das receitas e despesas, parecem propositais, pois, na maioria das vezes, houve erro nas somas das receitas para menos, e para mais, no caso das despesas. Neste caso, como a soma foi feita visando sustentar argumentos junto ao rei, esperava-se um erro para mais, ou seja, um argumento que aumentasse os gastos com a causa régia. Contudo, ocorreu justamente o contrário, errou-se em 1:430\$236 para menos, pouco mais de 5% de todo o montante envolvido, valor nada desprezível.

Uma hipótese plausível seria a de que a manipulação para menos, ou melhor, a não manipulação para mais, teria sido feita propositalmente pelo escrivão da câmara – nomeado pelo rei e aliado dos agentes régios locais – que teria agido contra os interesses dos oficiais

locais. A lista, conforme foi enviada ao monarca, parece que contradizia a argumentação elaborada pelos oficiais, pois demonstrava que os gastos mais pesados haviam sido feitos no início da década de 1720, evidenciando que, em meados da década de 1730, quase não se gastava com as causas do rei.

Com base nas tabelas 7 e 8, vê-se que os gastos com o rei foram, em sua maioria, destinados às tropas, somando 17:231\$140 (70,7% do total gasto com o monarca), sendo que 3:333\$380 (13,68%) foram gastos com alugueis de casas para servirem de quartel provisório, para abrigar as tropas; e a maior parte, 13:897\$760 (57,05%), foram gastos com a edificação dos quartéis. O pagamento dos salários dos oficiais da Casa de Fundição somaram 6:827\$250 (28,03% dos gastos com o rei), e os gastos com os agentes régios somaram 302\$500 (1,24%).

Tabela 9 - Gastos da Câmara Municipal com o Real Serviço de acordo com a lista elaborada pelo escrivão da câmara em 1736, 1721-1736

Tipo	Valor	%
Salários dos oficiais da Casa de Fundição	6:827\$250	28,03
Aluguel de casas para soldados dragões	3:333\$380	13,68
Obras para o quartel	13:897\$760	57,05
Gastos com agentes régios	302\$500	1,24
Total	24:360\$890	100,00

Fontes: APM, CMOP 32. REGISTRO de cartas do Senado para o governador e diversas autoridades, ordens, editais, provisão, petição e despachos, 1733-1741. Rolo 20, gav. E-2. fls. 73v-80v.

Tabela 10 - Gastos da Câmara Municipal com o Real Serviço em comparação com o total gasto e arrecadado, 1721-1736

Tipo	Valor	%	%
Soma dos gastos com Real Serviço	24:360\$890,0	27,6	27,0
Total arrecadado	88:152\$030,0	100,0	-
Total gasto	90:234\$423,5	-	100,0

Fontes: APM, CMOP 32. REGISTRO de cartas do Senado para o governador e diversas autoridades, ordens, editais, provisão, petição e despachos, 1733-1741. Rolo 20, gav. E-2. fls. 73v-80v.

(*) Considerando 12 anos para as receitas (não havendo informações completas para 1730-1733) e 11 anos para os gastos (não havendo informações completas para 1724, 1730-1733).

Deve-se considerar que, ao elaborar esta lista, o escrivão da câmara levou em conta apenas os gastos extraídos diretamente das contas da instituição e, por esta razão, não entram os quintos, donativos régios, entre outras arrecadações feitas pela Câmara Municipal, mas

destinadas ao monarca. A partir da nossa revisão dos livros de receita e despesa, chegamos a um total arrecadado pela instituição de 88:152\$030 e um gasto 90:234\$423,5, fechando o período em déficit – lembrando que não temos dados de receita para 1731-1733, não consideramos os dados incompletos de 1730 e para as despesas não temos os dados de 1724, 1730-1733. De qualquer maneira, o peso dos gastos com o rei alcançou um total de 27,6% em relação ao que se arrecadou, pouco abaixo de um terço da renda da instituição. Se considerarmos que fizemos as contas a partir da lista elaborada em 1736, que consultou os registros do período de 1730 até 1733 (que não chegou aos nossos dias), então o peso dos gastos com o rei tenderia a ser um pouco menor.

Façamos uma rápida estimativa: se considerarmos apenas os anos para os quais temos informações de receitas completas, portanto doze anos, temos uma renda média anual de 7:346\$002,5. Acrescentando esta renda média anual para os quatro anos em que não se dispõe de informações completas, chega-se uma renda total estimada em 117:536\$040. Tomando este valor como referência, os gastos com o rei, em proporção, seriam 20,7% do total arrecadado para o período, pouco mais de 1/5, bem distante do 1/3 defendido na argumentação dos oficiais camarários.

Fontes: APM, CMOP 12. RECEITAS e despesas, 1721-1724. Rolo 17, gav. E-2; APM, CMOP 21. RECEITAS e despesas, 1725-1733. Rolo 18, gav. E-2; APM, CMOP 34. LIVRO das despesas do Senado, 1734-1743. Rolo 20/21, gav. E-2.

Embora haja dificuldade em precisar o valor relativo dos gastos, através do gráfico 11 pode-se afirmar que os gastos diretos com o rei, isto é, extraídos do cofre da instituição,

foram, sem dúvida, muito pesados, mas não chegaram a comprometer um terço do total arrecadado. Com isso, não queremos suavizar o caráter exploratório do poder régio; ao contrário, ao levantar estes dados, a partir de um documento produzido pelos próprios oficiais, confirmamos o peso régio sobre as elites locais, e destas sobre toda a população. Indo além, as breves considerações acima descortinam uma estratégia das elites locais no sentido de limitar os gastos com o monarca. Ora, limitar o gasto com o rei significa reservar maior montante para gastos locais, não necessariamente em prol da população, veremos isso a fundo quando definirmos as prioridades nos gastos camarários.

Observando o gráfico 11, vê-se as oscilações entre as despesas com a vila em relação às despesas com o rei. Estas se dividem em duas linhas: a pontilhada refere-se à revisão dos dados extraídos da lista confeccionada em 1736; já a linha normal, mostra as despesas com o monarca a partir do nosso levantamento feito diretamente nos livros disponíveis de receitas e despesas da instituição, por isso mesmo com maiores lacunas.

A primeira conclusão é a de que os gastos com o rei concentraram-se no início da década de 1720. Esta concentração é muito maior se observada a lista de 1736, mas também é significativa e a maior de todo o período se observados os dados extraídos dos livros de receita. A maior diferença entre as duas séries (livros de receita e lista de 1736) está nestes primeiros anos da década de 1720, e ocorre em função de um lançamento complementar, feito ao longo da própria lista, com gastos exclusivos com a obra dos quartéis, cuja data refere-se a 1722 e 1723. Tais lançamentos complementares somam 4:326\$010 para o ano de 1722 e 5:991\$750 para o ano de 1723 (totalizando 10:317\$760). É possível que esses gastos tenham ocorrido no início da década de 1730, mas que guardem algum vínculo com os anos de 1722 e 1723, em função do início da construção dos quartéis. Esta hipótese explicaria a ausência do montante nos livros de receitas e despesas que temos em mãos, e justificaria a notável diferença entre as duas séries.

Há outras diferenças menores, mas ainda assim significativas, entre a lista de 1736 e o que verificamos nos livros de receitas e despesas. Nestes percebe-se uma alta em 1727 e 1728, e na lista uma alta em 1730 e 1731. Não há, para estes dois últimos anos, informações nos livros, portanto não é possível afirmar se a lista está ou não correta. Mas para os anos de 1727 e 1728, há uma clara imprecisão, valores significativos nos livros que não aparecem na lista.

Por outro lado, em alguns aspectos, as duas séries convergem: 1) a maior parte dos gastos com o rei ocorreu nos anos imediatamente posteriores à Revolta de 1720; 2) os anos finais da década de 1720 apresentam gastos inferiores a dois contos de réis, mas ainda assim relevantes; 3) a partir de 1732, não há gastos diretos significativos com o monarca, nada que pudesse, nem de perto, comprometer as finanças da instituição, como diziam os camaristas.

Portanto, se por um lado o total gasto com o rei ficava abaixo da terça parte arrecadada pela instituição, por outro lado, tais gastos concentraram-se em maior grau no momento posterior à Revolta de 1720 – veremos no quarto capítulo que isso aconteceu em função dos acordos firmados com o Conde de Assumar, após o fracasso do levante – e em menor grau na segunda metade da década de 1720. Ou seja, além dos gastos com o monarca serem menores do que o argumentado, não pesavam sobre a instituição de forma significativa na década de 1730, momento em que é imposta, pelo rei, a terça régia.

Viu-se, no início deste capítulo, quando tratou-se das receitas da instituição, que o período mais crítico do ponto de vista financeiro foi a segunda metade da década de 1720. Agora, analisando as despesas, observa-se que os gastos com o rei, que em teoria seriam estranhos à Câmara Municipal, concentraram-se na primeira metade da década de 1720, pesando pouco (embora com alguma relevância) na segunda metade da década, quando as finanças locais saem do controle. Aparentemente, não foram os gastos régios diretamente responsáveis pelo endividamento da instituição. Resta direcionar a análise para as despesas com a vila, para verificar se essa conclusão preliminar se sustenta, ou se há outras explicações.

3.3.2. Despesas com a vila

Neste item incluímos todos os gastos que não são classificados, pelos oficiais, como gastos com o serviço régio. A rigor, expandimos a diferenciação feita pelos camaristas ao confeccionar a listagem de serviços ao rei de 1736, também para os livros de receitas e despesas. Podemos dividir estas despesas com a vila em cinco categorias: obras públicas, pagamentos, festas, serviços e outros gastos. As duas primeiras foram as maiores despesas.

A partir do gráfico 11 e da tabela 9, nota-se que os gastos com a vila foram absolutamente maiores se comparados com os gastos com o monarca, ficando, a partir de 1725, com proporção de ao menos quatro para um, ou seja, a cada quatro réis gastos com a vila, um era gasto com o rei, com exceção para 1728, em que esta proporção foi um pouco menor.³⁰⁰ Para os anos iniciais da década de 1720, no entanto, encontramos um quadro diferente. Em 1721 e 1722, a taxa se inverte, ficando próxima de um para dois (ou seja, dois réis gastos com o rei, para um com a vila), e em 1723, embora já se gaste mais com a vila do que com o monarca (2 para 1), ainda é uma taxa muito distante se comparada aos anos posteriores.

³⁰⁰ Deve-se levar em conta que estamos tratando dos gastos retirados diretamente dos cofres da instituição. O fato de gastarem muito mais com a vila do que com o rei não reduz a exploração financeira da metrópole sobre a vila colonial, pois ficam de fora da conta a maior parte dos tributos como os quintos, donativos régios, direitos de entrada, entre outros.

Gráfico 12 - Comparação entre principais gastos com a vila da Câmara Municipal de Vila Rica, 1721-1736

Fontes: APM, CMOP 12. RECEITAS e despesas, 1721-1724. Rolo 17, gav. E-2; APM, CMOP 21. RECEITAS e despesas, 1725-1733. Rolo 18, gav. E-2; APM, CMOP 34. LIVRO das despesas do Senado, 1734-1743. Rolo 20/21, gav. E-2.

Nos anos finais deste estudo, quando é confeccionada a lista com as despesas com o rei, estas são absolutamente insignificantes, apresentam uma taxa de vinte para um (vinte réis para a vila, um para o rei), ou seja, representam menos de 5% do total dos gastos. A partir dos gráficos 10 e 12, observa-se que o momento mais crítico para a instituição, no que diz respeito às finanças, foi a segunda metade da década de 1720, quando houve um sério endividamento causado, à princípio, pelo declínio das receitas.³⁰¹ Este declínio, ao contrário do que se possa pensar, não foi causado pela redução da cotação da oitava de ouro (de 1\$500 para 1\$200) quando da implantação das Casas de Fundição em 1725. Isto causaria sim uma redução generalizada nas contas de 1724 para 1725, mas mantida a cotação reduzida nos anos seguintes, deveria se manter ou ainda continuar a tendência de crescimento. Em suma, mudaria o patamar, não a tendência.

É certo que a redução das receitas foi real e causada por fatores alheios à redução da cotação da oitava de ouro (até porque os lançamentos, a partir de 1725, passaram a ser feitos todos em réis). Era de se esperar que as despesas se adequassem à redução gradativa das

³⁰¹ Deve-se lembrar que a suposta recuperação vista nos gráficos em 1728 é falsa, ocorre em virtude de uma receita de 1:200\$000 que a Câmara Municipal vizinha, de Mariana, encaminhou à Vila Rica, para que fosse gasto no quartel. Desta forma, o valor entra como receita e sai, em seguida, como despesa.

receitas, o que ocorreu, mas não em um ritmo adequado. Para entender as razões que não permitiram uma contenção das despesas na medida necessária, é preciso buscar os sentidos ou a lógica por trás dos gastos e, para tanto, deve-se decompor as despesas.

* * *

Os dois gastos mais significativos foram as obras públicas e os pagamentos. Compreende-se como despesas em obras públicas os recursos gastos na construção ou reparo de pontes, calçadas, prédios, chafarizes, entre outros. As obras em prédios da Câmara Municipal e da cadeia também foram incluídas nessa categoria. Despesa que foi alta em quase todos os anos, sendo o segundo maior gasto em todo o período. Na maioria das vezes, a execução das obras era colocada em praça para ser arrematada, como era feito com as receitas, todavia estas eram arrematadas pelo maior valor, enquanto as obras eram, evidentemente, pelo menor valor.

Ao primeiro olhar para a oscilação dos gastos com obras públicas (ver tabela 9), nota-se certa semelhança com a tendência que vimos nas principais receitas. Crescimento na primeira metade da década de 1720, alcançando o ponto máximo na metade da década, e consequente queda na segunda metade da década, com recuperação nos últimos anos do estudo. A diferença é que, no caso das despesas, tem-se os valores detalhados também para o ano de 1734.

Havia uma diferença fundamental entre as despesas, algumas podiam ser adiadas, outras não. As obras públicas, ao contrário dos pagamentos, podiam, de modo geral, ser adiadas (ao menos as mais caras, como a construção de uma nova Câmara Municipal). Havia, evidentemente, obras emergenciais (como construção e reparo de chafarizes, reparos de pontes e caminhos), mas, de maneira geral, estes gastos não eram exorbitantes a ponto de comprometerem as receitas. Não é nossa intenção relativizar o peso das obras públicas, apenas afirmar que os maiores gastos desse tipo eram flexíveis, podiam ser adiados – como foram – para momentos onde as receitas fossem mais favoráveis. O mesmo não ocorria com as principais despesas relacionadas a pagamentos, como será visto a seguir.

Ainda sobre os gastos com obras, a partir das atas foi possível identificar três previsões de gastos, que não sabemos se foram efetivamente realizadas. A primeira delas ocorreu em 1716 e foi uma obra para levar água para um praça da vila, arrematada por João Pinto da Silva Rebelo, no valor de 1:500\$000. Em 1719, encontramos várias referências de obras arrematadas que, se fossem realizadas, deveriam causar um rombo nas contas da instituição, pois somaram 19:440\$000. Tratam-se da edificação de uma ponte por B. da Costa Ribeiro, por 560 oitavas ou 840\$000; da construção de caminhos feita por Domingos Gonçalves da Cunha, por 1.100 oitavas ou 1:650\$000; e a principal, a edificação da casa da Câmara Municipal,

arrematada depois de alguma confusão a João Ferreira Diniz pelo preço final de 11.300 oitavas ou 16:950\$000. Esta última sabemos que não foi construída, visto ter sido suspenso o contrato em meio à Revolta de 1720. Ainda sobre as obras, encontramos, no ano de 1732, uma referência nas atas que mencionam a arrematação das obras da cadeia pelo valor de 8:300\$000. Observa-se que o valor é também muito alto e, sem dúvida, se efetivado, comprometeria as rendas da instituição.³⁰²

* * *

Na categoria “pagamentos” foram incluídas as remunerações exclusivas aos oficiais da Câmara Municipal, funcionários e outros representantes régios, como governador e ouvidor, por participação em festas, atuação junto à instituição, assistência na fatura dos pelouros e em correições, entre outras tarefas. A remuneração a prestadores de serviço à instituição, como pintores, carpinteiros, alfaiates, ferreiros, e outros trabalhadores, foram classificadas na categoria “serviços”. Os gastos feitos por escrivães e tesoureiros da câmara, relacionados a gastos com materiais específicos para o desempenho de suas funções (papel, tinta, livros, etc), também não foram registrados na categoria de “pagamentos”, mas na categoria de “serviços”.

Optamos por classificar as propinas pagas aos oficiais da instituição por participarem das festas, não na categoria “festas”, mas na categoria “pagamentos”, por três razões: a primeira delas diz respeito à dificuldade de definir, em alguns anos, se o pagamento era feito por alguma outra atividade realizada pelo oficial, ou realmente por participação em festas, e ainda, se tais festas eram reais ou religiosas; em segundo lugar por se entender que estes gastos, pelo próprio volume, deveriam ficar em categoria específica, e não ligados aos outros gastos com materiais para realização dos festejos, normalmente pequenos; a terceira razão, e talvez a mais importante, é o caráter do pagamento de propinas, muito mais próximo das remunerações por funções cumpridas a nível local, do que as outras despesas relativas às festas, como por exemplo, a compra de cera, enfeites, entre outras.³⁰³

Percebe-se, a partir do gráfico 12, que o gasto com pagamentos apresentou oscilação significativa, estando baixo na primeira metade da década de 1720, subindo repentinamente em meados da década, para iniciar uma queda, que acompanha a diminuição geral das

³⁰² APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2. fls. 22-23; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 14-5, 93-4, 95-6, 102, 106-7.

³⁰³ Assim, da mesma forma que o pagamento do ouvidor, seja por participar das festas, seja por supervisionar as eleições, entra na categoria pagamentos, os pagamentos aos oficiais também são assim classificados. Trata-se, contudo, de uma decisão para este trabalho, podendo outros autores classificar de outra forma. O importante, mais do que a forma de classificação, é o esclarecimento do sentido que a orientou e os objetivos pretendidos.

receitas e despesas, voltando a aparecer em meados da década de 1730 em nível similar ao de meados da década anterior.

O ano em que os pagamentos estiveram mais altos foi 1726, marcado por festas reais e gastos excessivos com propinas. Foram gastos com pagamentos, aproximadamente, 4,5 contos de réis, consumindo mais da metade de toda a receita anual. Uma parte dos gastos voltou aos cofres da instituição no final da década de 1720, a mando do ouvidor, que julgou irregulares tais pagamentos. Todavia, por mandado régio, as quantias foram novamente pagas aos oficiais de 1726 nos anos de 1734, 1735 e 1736, o que explica o último momento de alta.

* * *

Na categoria “festas” foram incluídos todos os gastos feitos com qualquer tipo de festa, desde despesas com organização e vestuário, até a remuneração de religiosos e músicos. Não foram incluídos, neste item, gastos com propinas de oficiais da Câmara Municipal, funcionários e agentes régios, como o ouvidor e governador, pelas razões explicitadas no item anterior. As variações apresentadas para as festas (ver tabela 9) ficaram, na maior parte das vezes, entre 400\$000 e 800\$000. Apenas em 1735 tais gastos alcançaram pouco mais de um conto de réis. Portanto, em nenhum dos anos, foram gastos altos que pudessem comprometer parte significativa das receitas da instituição.³⁰⁴

Os nomes mais frequentes envolvidos com a organização das festas, além de todos os religiosos das proximidades, foram: José Martins Delgado por preparativos em 1736; Bernardo Antônio por música em 1721, Fernando Antônio por música em 1722, Antônio de Souza Lobo em 1724, 1727, 1728, 1734, 1735 e 1736, por música e outros preparativos.

* * *

Na categoria “serviços” foram incluídas as despesas feitas com serviços técnicos prestados para a instituição por profissionais externos a ela, desde que não vinculados a uma obra ou reforma de edificações, neste caso sendo classificados como obras públicas. Aqui incluímos também materiais adquiridos para funcionamento interno da instituição, como aquisição de papéis, tinta, correntes para a cadeia, entre outros.

* * *

Neste último item foram incluídas todas as despesas que, ou por terem aparecido com pouca frequência na documentação e com baixo valor, ou por serem citadas com poucas

³⁰⁴ O curioso é que, como se viu, o ano de 1726 foi marcado por gastos muito elevados com as propinas dos oficiais, grande parte em decorrência da participação em festas ocorridas naquele ano, entre elas uma festa real. Vimos que tais propinas causaram problemas que se estenderam por uma década. Todavia, os gastos efetivos com a preparação das festas, naquele ano específico, foram os mais baixos de todo o período estudado.

informações, não se enquadraram nas categorias anteriores. Assim como a última categoria das receitas, esta última categoria das despesas não segue qualquer padrão no que diz respeito a sua variação. Considerando apenas os dados para os anos completos, extraídos dos livros de despesa, nenhum dos anos alcançou um conto de réis. Os gastos normalmente eram empregados em esmolas para locais santos e outras doações de menor vulto.

3.4. As prioridades nos gastos, o estímulo às receitas

Todo o esforço feito até aqui no sentido de classificar e descrever as receitas e despesas da Câmara Municipal de Vila Rica, ajudará a embasar os *períodos administrativos* da instituição, o que será feito no capítulo seguinte, quando essas informações, cruzadas às oscilações nas rotinas administrativas e à composição das cúpulas camarárias, fornecerão dados mais precisos para o período estudado.

A partir da análise das oscilações entre as receitas e despesas, podemos chegar a outras conclusões importantes. O início da década de 1720 foi marcado por uma renovação na cúpula institucional, com a ascensão de um novo grupo no lugar dos poderosos envolvidos com a Revolta de 1720. Foi possível identificar, a partir dos dados levantados, algumas prioridades dos grupos à frente da instituição.

Em primeiro lugar, podemos afirmar que, durante todo o período estudado, as receitas da instituição condicionaram as despesas. Essa regra foi válida, principalmente, para as despesas com a administração da vila. Se observarmos os gráficos 9, 10, 11 e 12, concluímos que, apesar de, na maior parte do tempo as despesas terem excedido as receitas, quando houve uma tendência a diminuição das receitas ao longo de alguns anos, as despesas tenderam a se retrair, no sentido de reduzir as perdas, buscando a médio prazo um reequilíbrio das contas. O maior exemplo desta tendência ocorreu, claramente, na segunda metade da década de 1720. Poderia ocorrer de as despesas superarem em muito as receitas, como ocorreu em 1727, mas isso não era desejável, pois abria espaço para uma intervenção dos agentes régios, como ocorreu em meados de 1730, implicando em drástica redução da autonomia dos grupos que dirigiam a instituição.

As receitas, a princípio, eram mais simples que as despesas. O maior montante procedia dos contratos arrematados anualmente: aferição, carceragem e meias patacas. Em teoria, o valor da arrematação teria sempre que superar a arrematação do ano anterior. Se isso ocorresse, não haveria problema, as receitas tenderiam a aumentar constantemente, facilitando a adequação das despesas. O problema é que, sendo arrematados os principais contratos, a instituição ficava à mercê dos contratadores. Se estes conseguissem se organizar, manipulariam o valor das arrematações, forçando um aumento insignificante no valor dos

contratos, quando não a redução do valor em relação aos anos anteriores, como ocorreu na segunda metade da década de 1720, como vê-se no gráfico 10.

Adaptar as despesas não devia ser tarefa fácil para os oficiais, pois as despesas da instituição tinham características distintas, cada corte feria interesses individuais e coletivos. Parece que a questão central era definir quais despesas eram mais rígidas, e quais eram mais flexíveis, ou ainda, quais interesses estavam por trás de cada uma das despesas, e qual seria o poder de cada um dos interessados, como oscilaram ao longo do período estudado.

Parece-nos claro que os cortes de gastos obedeceram uma sequência. Em primeiro lugar, gastava-se com as demandas régias, o que explica as finanças da primeira metade da década de 1720, quando a maior parte das receitas foi gasta com o real serviço, principalmente com o pagamento dos oficiais da Casa da Moeda (1721 e 1722) e com o início da construção dos quartéis (1722 e 1723). Nestes anos ficou clara a prioridade dada à causa régia, em detrimento de gastos internos essenciais à população, como as obras públicas.

Viu-se que o peso fiscal do monarca afetava mais a população como um todo do que propriamente a Câmara Municipal, que só viu comprometidas suas finanças com a causa régia nessa primeira metade da década de 1720. Com a diminuição dos gastos com o real serviço, nítida a partir de 1725, os pagamentos e as obras públicas, que eram os gastos mais relevantes com a vila – até então sufocados – apareceram como as principais despesas. Nesse momento, as obras públicas responderam por mais de 60% de todo o gasto anual, em função da construção da nova Câmara Municipal e cadeia. Tal edificação foi arrematada em 1719, mas não chegou a ser construída. Parece-nos que não a foi nos primeiros anos da década de 1720 em função do arrocho financeiro que vivia a instituição, pressionada com a imposição de despesas feita pelo rei através do Conde de Assumar.

Em 1726, não ocorreram gastos com o real serviço, e houve uma inversão nos gastos internos, agora concentrados nos pagamentos (52,4%), e com menor incidência sobre as obras públicas, (30%). Nesse ano, ocorreram muitas festas, o que abriu espaço para um espantoso aumento das propinas, embora os gastos efetivos com materiais para a festa, como compra de panos e cera, não tenham sido maiores que os anos anteriores.

Neste período, as receitas estavam em queda brusca. Em 1727, os gastos diretos com o rei foram irrelevantes, o que permitiu que as obras públicas e os pagamentos fossem realizados, mantendo certo equilíbrio: as primeiras somaram 2:749\$789 (37,1%); e os segundos, 2:275\$000 (30,7%). Nos anos seguintes, até o final da década, as receitas oscilaram, mas mantiveram a tendência de queda. Nota-se, aqui, o essencial: os pagamentos mantiveram-se na casa dos dois contos de réis, aumentando em relação aos gastos internos para 44,7% em 1728 e 48,1% em 1729. Já as obras públicas sofreram drástica redução, caindo

para pouco mais de um conto de réis em 1728 e alcançando 876\$775 réis em 1729, em valores relativos às despesas internas, 23,4% para 1728 e 18,7% para 1729.

Volta-se a ter dados completos para 1734, 1735 e 1736. Nestes anos, as receitas voltaram a subir, alcançando, no último ano, o maior valor de todo o período estudado, cerca de 11,5 contos de réis. Aumentando as receitas, criou-se novo espaço para crescimento das despesas. Como as despesas com o rei, nesse período, foram insignificantes, não alcançando 5% do total de gastos anuais, concentrou-se em analisar os gastos internos. Os pagamentos seguiram sendo a prioridade, somando 3,6 contos de réis (45,5%) em 1734; 5,1 contos de réis (51,4%) em 1735 e 3,9 contos de réis (38,9%) em 1736. As obras públicas também apresentaram aumento, ficam em 2,6 contos de réis em 1734 (33,4%); 1,7 contos de réis (17,9%) em 1735 e 3,4 contos de réis em 1736 (34,1%).

De todo esse movimento, conclui-se que as receitas orientavam as despesas, e que havia prioridades e graus de flexibilidade entre as despesas. O gasto com o real serviço foi a prioridade do grupo à frente da instituição, era a despesa mais rígida e instantânea, não permitia atraso. Sendo assim, quando surgia, muitas vezes como imposição, forçava os gastos internos ou locais, normalmente mais flexíveis, a serem adiados. Quando diminuía a imposição do real serviço, os excedentes eram direcionados às despesas locais contidas.

Destes gastos com a vila, os pagamentos eram a prioridade do grupo dirigente a nível local, isto é, após saciadas as principais demandas régias. E não é difícil entender a razão de os pagamentos ocuparem este lugar na fila de prioridades dos camaristas. Uma parte considerável dos pagamentos incluía a remuneração dos próprios oficiais camarários e seus funcionários.³⁰⁵ Estes pagamentos, chamados de propinas, eram valores recebidos pelos oficiais da cúpula camarária por participação em festas. Além disso, havia os pagamentos aos funcionários da instituição, e aos oficiais da ouvidoria pela participação nos processos eleitorais e nas aberturas anuais de pelouro.

Como é possível concluir, os próprios oficiais, que tinham poder para orientar os gastos da instituição, eram os favorecidos por estes gastos. Isso explica a constância da despesa, que de 1726 até 1736, oscilou entre 38,9 e 51,4% (exceto 1727, ano de grande déficit, quando representou 30,7%). Em outras palavras, esse gasto só sofria grande alteração em função dos gastos com o rei, ou, excepcionalmente, em função de uma baixíssima arrecadação.

Se, por um lado, esses pagamentos eram quase sempre altos, por outro não podiam extrapolar um determinado patamar, sob o risco de provocar impacto sobre as contas da

³⁰⁵ Os oficiais, ou seja, a cúpula camarária, não recebia “salário”, mas obtinha propinas por participarem das festas oficiais. Já os funcionários recebiam salário.

instituição, gerando déficits significativos, que abririam margem à uma intervenção régia, como ocorreu em: 1) 1726, quando os altos gastos com propinas, elevaram os pagamentos a 4:443\$950 (52,4% de todos os gastos locais), gerando pequena intervenção do corregedor, anulando algumas propinas, que mais tarde, já na década de 1730, seriam devolvidas aos oficiais por ordem régia; 2) 1729, quando os gastos com pagamentos alcançaram 2:258\$910 (48,1%), limitando as obras públicas para 876\$775 (18,7%), abrindo espaço para, na revisão das contas em meados de 1730, o corregedor anular vários pagamentos, economizando à instituição mais de um conto de réis; 3) em 1735, quando os pagamentos alcançam o maior valor do período, 5:128\$882 (51,4%), limitando as obras públicas a 1:786\$015 (17,9%), abrindo espaço para a pressão régia sobre o ouvidor no ano seguinte, impondo à instituição o início do pagamento da terça régia.

Diferente dos pagamentos, as obras públicas eram mais flexíveis, tinham chance maior de serem adiadas. De forma geral, interessam à população, que tinha pouca ou nenhuma voz dentro da instituição. Pontes, chafarizes, calçadas e outras pequenas obras, quando não interessavam diretamente aos camaristas, acabavam sendo adiadas, dentro de certos limites, dando lugar aos pagamentos ou, ainda, ao serviço régio. A própria construção do prédio da Câmara Municipal, arrematado em 1719, enfrentou diversos problemas e só foi efetivamente construído em meados da década de 1720, como será mostrado no quarto capítulo.

As exceções que poderiam tornar a obra uma necessidade inadiável eram as emergências em função de curvas, desastres ou ataques de inimigos (como os quilombolas), ou outros elementos naturais ou não, ou ainda a pressão dos grupos mais influentes da localidade, como os contratadores de obras públicas, que as arrematavam e pressionavam a instituição pelos pagamentos.

O certo é que, ao longo de todo o período, sem exceção, a demanda por obras públicas foi enorme. Prova disso foram os principais argumentos dos oficiais camarários ao rejeitarem o pagamento das terças régias em meados da década de 1730: o primeiro foi a defesa de que já haviam gasto com o rei, ao longo dos anos, 1/3 das rendas da instituição; o segundo foi o de que, nas circunstâncias em que viviam, faltava dinheiro para os gastos necessários com obras públicas. Este mesmo argumento sustentou a revisão dos foros no mesmo período, feita com a finalidade de aumentar a arrecadação da instituição, e com isto ter mais dinheiro para gastar com obras públicas. Ora, é certo que faltavam recursos em 1736, mas menos em função do rei, e mais em função dos gastos feitos com o pagamento dos próprios oficiais.³⁰⁶

* * *

³⁰⁶ APM, CMOP 32. REGISTRO de cartas do Senado para o governador e diversas autoridades, ordens, editais, provisão, petição e despachos, 1733-1741. Rolo 20, gav. E-2. fls. 73v-80v.

Neste capítulo procurou-se expor a dinâmica financeira da Câmara Municipal de Vila Rica durante o período estudado, estimando dados para a primeira década com base nas referências pontuais presentes nas atas, e sistematizando as finanças de 1721 até 1736, com base nos livros de receita e despesa. A revisão de todas as contas permitiu a identificação de todas as fontes de receita e despesa e o peso de cada uma, ao longo do tempo, em relação aos balanços da instituição.

Mostrou-se que as principais receitas eram, em ordem de importância, o contrato da aferição, o da carceragem e o do abate de gado – meia pataca. Já as principais despesas internas foram os gastos com os pagamentos dos oficiais e com as obras públicas. Viu-se que as receitas condicionavam as despesas, embora tenha havido muita dificuldade em se fazer este ajuste, gerando, em vários anos, despesas maiores que receitas.

Ficou claro que a instituição dispunha, na primeira metade da década de 1720, de boas condições financeiras e de uma tendência de alta nas receitas, o que permitia um aumento das despesas. A partir da segunda metade da década em questão, a lógica se inverteu, passou-se a arrecadar cada vez menos ano após ano, e as despesas, mesmo em queda, não diminuíram o necessário, gerando um endividamento de quase três contos de réis. Tal quadro culminaria na intervenção do ouvidor sobre as contas da instituição em meados da década de 1730.

A partir de 1734, ao que tudo indica, as contas da instituição começaram uma lenta recuperação. Tentou-se demonstrar que o endividamento do final da década de 1720, que abriu espaço para a intervenção do agente régio e da consequente redução da autonomia da instituição local, foi provocado pela diminuição geral das receitas, mas também pela dificuldade em se diminuir as despesas, principalmente com pagamentos e obras públicas.

Logo, havia uma prioridade nos gastos: 1) gastava-se com o real serviço, isto é, atendia-se às imposições feitas pelos agentes régios sobre a instituição; 2) sobrando recursos, eram destinados ao pagamento dos próprios oficiais, as chamadas propinas; 3) os recursos restantes cobriam, na medida do possível, as obras públicas. Entende-se que, a explicação para a dificuldade em se reduzir tais gastos está vinculada a dois fatores: 1) a falta de interesse dos oficiais em limitar os gastos com os próprios pagamentos, principalmente os realizados em 1726; 2) a impossibilidade de se adiar as obras públicas – incluindo gastos com a obra da casa da Câmara Municipal e cadeia – suspensas desde o início da década de 1720 em função da imposição dos gastos com o serviço régio, isto porque, apesar de flexíveis, as obras não poderiam aguardar eternamente, arrematadas e iniciadas, geravam gastos que deveriam ser pagos, e mobilizavam indivíduos – os contratadores – que tinham poder e influência, e que pressionavam para receber, mesmo que isso colocasse as contas locais em déficit, fragilizando, a longo prazo, a instituição face às forças régias a nível local.

Em outros termos, parece-nos que foram dois os golpes que diminuíram a autonomia das elites locais face ao poder soberano, o primeiro deu-se após o fracasso da Revolta de Vila Rica e os acordos subsequentes impostos pelo governador Conde de Assumar aos novos camaristas que, em sua maioria, se opuseram ao levante. Tais acordos geraram uma série de encargos à instituição e, por terem prioridade absoluta, limitaram as despesas com a vila, principalmente com as obras públicas, afinal de contas, os oficiais não cortariam os próprios pagamentos. Quando diminuem os encargos com o monarca, na segunda metade da década de 1720, as obras são retomadas, mas as receitas iniciam uma tendência de queda. A necessidade das obras públicas e a diminuição das receitas gera o endividamento, e este permite uma nova intervenção, que reduz ainda mais a autonomia da instituição e seus dirigentes face ao poder soberano.

CAPÍTULO IV - OS PERÍODOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA

Nos dois últimos capítulos, foi apresentado o funcionamento interno da Câmara Municipal de Vila Rica e as oscilações financeiras ano após ano. Esses dados, vistos de maneira isolada até então, revelaram algumas tendências. A partir deste momento, cruzar-se-á essas informações, sobre a organização, cotidiano institucional, variações financeiras e oscilação na composição da cúpula camarária, com os dados extraídos das correspondências, para perceber, de maneira ampla, quais transformações ocorrem na Câmara Municipal de Vila Rica de 1711 até 1736, e qual a razão de ter funcionado de modo distinto antes e depois de 1720.

Esta confluência de diversas visões sobre a instituição, que se estende do cotidiano às finanças, dos quadros internos às relações com os agentes régios locais, servirão de base para o desenvolvimento dos *períodos administrativos*, nada mais que um conjunto de anos em que houve uma considerável homogeneidade na condução das atividades políticas e administrativas da instituição. Essa postura homogênea não ocorreu ao acaso, mas em virtude de um domínio da instituição por parte de uma facção local, que faz prevalecer seus interesses sobre os demais setores da sociedade mineira.

Começa-se este capítulo com uma breve consideração sobre a relação peculiar estabelecida entre facções dos poderes locais com os agentes régios (principalmente governador e ouvidor) para, em seguida, analisar a variação das cúpulas camarárias anuais e entender como os mesmos agentes régios foram capazes de manipular a instituição, a partir de mecanismos inerentes à estrutura das câmaras municipais coloniais. Em seguida, passa-se à análise das transformações mais relevantes vividas pelos camaristas divididas, tanto pelos *períodos administrativos*, quanto pelos governos da capitania, pois considera-se que a cada mudança de governador, um novo pacto entre agentes régios e elites locais era realizado.

Será tratado, primeiramente, do processo de instalação da máquina administrativa local, entre 1711 até 1713, enfatizando o aumento das incumbências da instituição e os primeiros atritos com os agentes régios, ocorridos entre 1714 e 1717, para terminar com o governo do Conde de Assumar e os acontecimentos que antecederam à Revolta de Vila Rica, de 1718 até 1720. Dentro do *segundo período administrativo*, a análise partirá do início do governo de Dom Lourenço de Almeida (em 1721), passando pelo momento em que se instalam as Casas de Fundação (em 1725), pelo declínio da Câmara Municipal de Vila Rica a partir de 1726, em decorrência de endividamentos e da intervenção dos agentes régios (de 1726 até 1730), terminando com a desarticulação das últimas resistências locais e com a implementação da capitação (em meados da década de 1730). Entre os dois *períodos*

administrativos, reserva-se espaço para tratar das articulações e consequências locais da Revolta de Vila Rica, um verdadeiro marco divisório da política e da administração na vila.³⁰⁷

Pretende-se demonstrar, a partir dos impactos dos acontecimentos de meados de 1720, a viabilidade de se utilizar a concepção de *períodos administrativos* para se entender a alternância de duas formas distintas de administração local, dois modos diversos de interação com agentes régios, vinculados, como era de se esperar, a dois grupos diferentes que se alternaram à frente da instituição, um antes e outro depois de 1720. Ver-se-á que este episódio distingue-se de todos os outros levantes do período, pois sua repressão tem impacto definitivo na composição da instituição, afastando parte significativa dos envolvidos da cúpula camarária nas décadas seguintes.

4.1. Os Períodos administrativos

Em Vila Rica, entre a fundação da Câmara Municipal em 1711 até o aniquilamento das resistências ao avanço régio ocorridas no sertão em 1736, existiram dois *períodos administrativos*. Um que, iniciado em 1711, finalizou-se em 1720; e outro que se estendeu de 1721 até ao menos 1736. Cada um destes períodos foi marcado por três fatores: 1) pela hegemonia de uma facção da elite local sobre a instituição; 2) por um padrão administrativo específico, que correspondeu aos interesses desta mesma facção; 3) por um padrão político específico, que implicou uma determinada postura em relação aos agentes régios, principalmente governadores e ouvidores.³⁰⁸

4.1.1. Relações entre facções locais e agentes régios

As relações políticas entre agentes locais e agentes régios foram, por sua própria natureza, inconstantes. O principal fator de instabilidade foi a precariedade do vínculo em função do curto mandato dos oficiais camarários e do mandato pouco maior dos governadores

³⁰⁷ Embora o estudo trate da Câmara Municipal de Vila Rica, utiliza-se como referência elementos externos a ela, como a duração do mandato dos governadores. Os ouvidores da comarca de Vila Rica também servirão de referência, embora em menor grau. Não há, até onde foi possível pesquisar, uma lista destes agentes régios para a comarca em que está a Câmara Municipal de Vila Rica. Com base na documentação da instituição, encontramos como ouvidores dez indivíduos listados nos anexos deste trabalho. A dificuldade em definir as datas de posse destes sujeitos, a partir da documentação que consultamos, é enorme. No entanto, cremos que o referencial que alcançamos, embora deixe lacunas, oferece um importante apoio. Pesquisas futuras que tratem especificamente dos ouvidores certamente refinarão esta lista anexa.

³⁰⁸ O termo hegemonia não é usado ao acaso, mas porque se entende que, mesmo sendo uma instituição muito fechada, era difícil para qualquer facção local controlar completamente a cúpula da Câmara Municipal por um longo período. Havia uma hegemonia, ou seja, a supremacia de uma facção sobre as outras, mas não um controle exclusivo e absoluto de um grupo em detrimento dos demais.

e ouvidores. Os camaristas ficavam por um ano no cargo, os agentes régios deveriam ficar três anos – embora tenha havido exceções, como Dom Lourenço de Almeida, que permaneceu onze anos no governo da capitania.

Deve-se fazer uma distinção na relação entre o poder local e os agentes régios. Os primeiros não tinham influência sobre a escolha dos segundos, já estes tinham influência direta na escolha dos primeiros, pois, na prática, filtravam as eleições e intervinham nas câmaras municipais quando os interesses considerados vitais para o rei eram contrariados. Conclui-se que, para entender as câmaras municipais, é preciso levar em conta o mandato dos governadores e ouvidores, pela influência que exerceram sobre a instituição, chegando a exercer “reordenamentos de poder”, dissolvendo ou tutelando articulações locais.³⁰⁹

Havia também dissonâncias entre os governadores e ouvidores, como havia discordâncias entre as facções das elites locais. Os agentes régios tinham interesses pessoais; muitos, aliás, enriqueceram utilizando a influência dos cargos para minerar e comerciar. A Coroa compactuava com estas atividades, desde que não contrariassem seus interesses fundamentais. Em última instância, os agentes régios deveriam garantir uma correlação de forças favorável ao projeto régio e, para tanto, aliavam-se a um setor local mais cooptável, e o fortalecia, em detrimento de outros grupos mais hostis aos interesses régios.³¹⁰

Tomando posse um governador ou ouvidor, ambos nomeados pelo monarca, a cúpula camarária anual deveria se ajustar com os novos agentes régios. Terminado um ano, uma nova cúpula camarária era eleita sob a supervisão direta do ouvidor e influência indireta do governador. No final do ano seguinte, ocorria, novamente, o mesmo processo. Portanto, cada ano implicava em um novo arranjo, sempre mais instável para as elites locais do que para os agentes régios. Essa dinâmica é válida para o momento posterior à Revolta de Vila Rica (em meados de 1720), pois, a partir deste episódio, a pressão aumenta sobre a Câmara Municipal e

³⁰⁹ CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros. “De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”, 1693-1737*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 1999. p. 385. Há inúmeros exemplos de manipulações dos agentes régios sobre as câmaras municipais coloniais, Rodrigo Bentes Monteiro apontou episódios deste tipo em São Paulo e Rio de Janeiro em meados do século XVII. Em Minas Gerais estas intervenções sobre as instituições locais eram recorrentes. Cf. MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América, 1640-1720*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2002. p. 62.

³¹⁰ SOUZA, Laura de Mello e. *Opulência e miséria das Minas Gerais*. 4ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 52. A partir de setembro de 1720, portanto logo após a Revolta de Vila Rica, o rei D. João V proibiu todos os funcionários da Coroa, incluindo vice-reis e governadores, de se envolverem com comércio mesmo que indiretamente. Em contrapartida os salários foram aumentados. Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 270-271.

as eleições passam a ser feitas anualmente – e não mais por triênio – e com baixa influência do ouvidor, como o fui durante a década de 1710.

A elaboração da concepção de *períodos administrativos*, embora inicialmente restrita à Câmara Municipal de Vila Rica, combina com outras tentativas de periodização da história colonial de Minas Gerais. Francisco Iglesias, por exemplo, propôs a seguinte divisão: 1) dos primeiros tempos até 1693, quando foram descobertas as primeiras reservas auríferas; 2) de 1693 até 1720, quando, segundo o autor, imperou a instabilidade; 3) de 1720 até 1822, quando se consolidou a máquina administrativa e viveu-se o auge e o declínio da mineração.³¹¹

Corroborando a divisão de Francisco Iglesias, viu-se, a partir dos documentos camarários, que até 1720 foi possível controlar a Câmara Municipal de Vila Rica assumindo, sistematicamente, posturas contrárias aos agentes régios. A partir de 1720, a própria permanência na cúpula da instituição passou a depender, em última instância, da concordância dos agentes régios. Ver-se-á que raras foram as ocasiões em que opositores conseguiram exercer funções na cúpula, como Domingos de Abreu Lisboa, principal nome da resistência local à capitação em meados da década de 1730.

Convém frisar que a concepção de *Períodos Administrativos* não dissolve ou coloca em segundo plano a capacidade de articulação e resistência das facções locais, ao contrário, reconhece que as elites estiveram mobilizadas e resistiram com relativo sucesso às investidas dos agentes régios até o fracasso da Revolta de Vila Rica em 1720. Depois disso, portanto durante o *segundo período administrativo*, permaneceu a capacidade de resistência local, mas em grau muito menor em função da baixa articulação da classe dominante local. A mobilização das elites locais passou a ser feita, não mais em torno dos potentados, mas em torno dos agentes régios, principalmente do governador e, por isso é necessário vincular a análise da Câmara Municipal aos governos locais.

4.1.2. Variações das cúpulas camarárias

A partir do gráfico 13, pode-se observar o número de indivíduos que compuseram as cúpulas camarárias anuais – compostas, normalmente, por dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador – e a soma dos anos de experiência de seus componentes na mesma cúpula. Excetuando os anos de 1717 até 1720, percebe-se um padrão na ocupação das funções: as cúpulas camarárias contavam, em média, com dois indivíduos com passagens

³¹¹ Desta divisão deriva outra com base na economia: 1) de 1693 até 1770, quando viveu-se o surgimento, esplendor e declínio da atividade mineradora; 2) de 1770 até 1830, quando migrou-se para outras atividades como a produção agrícola. Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p. 30.

anteriores e quatro novatos, com algumas variações – para um experiente e cinco novatos, e três experientes e três novatos. Quando se analisa a variação do total de anos de experiência por cúpula camarária, ignorando-se os anos de 1717 até 1720, havia também um certo padrão: uma média de dois a três anos até 1716, e de três a sete anos após 1721.

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927. p. 209-210; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. p. 76; APM, CMOP 13. TERMOS de acórdãos, 1721-1726. Rolo 17, gav. E-2; APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2; APM, CMOP 36. TERMOS de acórdãos, 1735-1737. Rolo 21, gav. E-2.

Conclui-se que havia uma clara divergência entre o que estamos definindo como *primeiro período administrativo* (1711-1720) e *segundo período administrativo* (1721-1736), causada pela existência de dois modelos distintos de ocupação da instituição, um que predominou na década de 1710, principalmente entre 1717-1720, período marcado pelo entrincheiramento seguido pela renovação total do quadro dirigente a partir de 1721, caracterizado pelo controle da cúpula camarária mesclado com um certo rodízio dentro de um pequeno grupo – que será estudado no último capítulo deste trabalho – como se vê pela tendência de aumento dos anos de experiência dos indivíduos ao longo das décadas de 1720 e 1730, ainda que inconstante.

Aprofundando a explicação, percebe-se, a partir do gráfico 13, que, ao longo do *primeiro período administrativo*, predominou a tendência de baixa rotatividade no quadro dirigente da instituição, o que se agravou nos anos de 1717 e 1718, com o

entrincheiramento³¹² dos mesmos indivíduos que serviram em 1716. Tal padrão é rompido em 1719 e 1720, quando nenhum dos eleitos para a cúpula camarária tinha experiência, sendo os únicos anos, além de 1711, em que houve uma renovação total. Este grupo era liderado por Pascoal da Silva Guimarães e seu filho João da Silva Guimarães, ambos articuladores da Revolta de 1720.

A partir da década de 1720, com a ascensão de um novo grupo e com as eleições anuais, que aproximavam o ouvidor da instituição e, ao mesmo tempo, permitiam aos membros da elite local alinhados aos agentes régios um controle mais frequente da Câmara Municipal, uma nova prática político-administrativa começou a vigorar; inventou-se, com o passar dos anos, uma cúpula dentro da cúpula camarária. Em outros termos, predominou, a partir de 1720, uma grande renovação nos quadros dirigentes da instituição; na maioria dos anos, mais da metade dos sujeitos era composta por novatos, sem passagem anterior pela cúpula da Câmara Municipal. Contudo, os nomes experientes, normalmente dois em cada ano, integravam um pequeno grupo que se alternava à frente da instituição.

Quanto olhamos para o histórico daqueles indivíduos eleitos, ano após ano, para ocupar os cargos da cúpula camarária em Vila Rica, vê-se que apenas em três anos todos os indivíduos eram completamente novos na administração local, isto é, não tinham qualquer passagem anterior pela cúpula da instituição: em 1711, por ser o primeiro ano da instituição, e 1719 e 1720, momentos atípicos já referidos. O ápice do movimento contrário, também já explicado, deu-se em 1717 e 1718, quando todos os indivíduos já tinham exercido postos centrais nos anos anteriores.

A média da taxa de renovação calculada para todo o período é de 67,1%, o que indica que, dos seis membros da cúpula, em média, quatro eram inexperientes. A média é praticamente a mesma antes e depois de 1720, respectivamente 68,3% e 66,4%. Conclui-se que a mesma tendência de renovação observada para o *segundo período administrativo* também predominou de 1711 até 1716.

O fato de predominar a renovação na cúpula institucional não significa que o poder era mais distribuído, ou que um grupo não exercesse controle sobre a cúpula. Parece uma afirmação contraditória, mas ser mais distribuído não impede um controle, justamente por ter havido uma cúpula dentro da cúpula camarária. Em média, quatro dos seis oficiais camarários eram novatos e não voltavam a ocupar funções, exercendo muita influência, mas durante um

³¹² O termo “entrincheiramento” é utilizado para descrever a dinâmica das cúpulas camarárias em Salvador ao longo do século XVIII por Avanete Pereira Sousa. Cf. SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII)*. Tese de Doutorado em História Econômica. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, 2003. p. 98.

só ano. Os dois membros restantes, ao contrário, faziam parte de um seletos grupo que se alternava no poder: era a cúpula dentro da cúpula. Com maior experiência, acabavam polarizando as reuniões, eram os que controlavam efetivamente a instituição por longos períodos. Desta forma, havia muita renovação, mas, ao mesmo tempo, poucos polarizavam os debates e, com mais experiência, conduziam a instituição.

O que mudou do *primeiro* para o *segundo período administrativo* foi a maneira como se deu esse domínio de poucos sobre muitos. Até 1716, operou de modo similar ao período de 1721 até 1736. De 1717 até 1720 houve o entrincheiramento seguido da renovação total, resultado da conjuntura de crise que culminou na Revolta de Vila Rica em meados de 1720. Apesar da estratégia semelhante, a cúpula da cúpula camarária que controlou a instituição até 1716 não foi a mesma que exerceu o domínio a partir de 1721, também por isso constituem dois períodos administrativos distintos.³¹³

4.1.3. O controle das câmaras municipais, os quintos e a consolidação das elites

Há, entre os pesquisadores, quem veja as funções da cúpula camarária como uma oportunidade para que os *homens bons* obtivessem ganhos materiais e imateriais, como honrarias e distinções.³¹⁴ Não se negam, aqui, as possibilidades de ascensão financeira e social nas minas – que diferem muito da sociedade metropolitana – também a partir do exercício de funções na Câmara Municipal, mas entende-se que havia outras questões em jogo que iam além do ganho de prestígio. Parece que o controle da instituição era a chave para a própria consolidação e reprodução do poder de uma facção da elite local sobre as outras facções rivais. Mas estar na cúpula não era o suficiente para controlar a instituição; era preciso ganhar a instituição dentro da própria instituição. Este domínio sobre a máquina era feito pelos sujeitos que a conheciam, indivíduos estes que integravam o pequeno grupo que estamos chamando de cúpula da cúpula institucional.

Havia, ao menos, duas formas de ação propiciadas pela Câmara Municipal que eram usadas para consolidar e reproduzir o poder do grupo à frente da instituição: a primeira era a ação dos oficiais camarários sobre o cotidiano da vila; a segunda era o acesso que os oficiais tinham aos ambientes de negociação com os agentes do poder central, negociação esta, convém lembrar, profundamente desigual em favor do centro.

³¹³ O último capítulo deste trabalho dedica-se a estudar os indivíduos que controlavam a instituição tanto no *primeiro* quanto no *segundo período administrativo*, e por isso, neste momento, não se enfatizará a descrição destes indivíduos que compuseram a cúpula da cúpula da instituição.

³¹⁴ MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Jogos de interesses e estratégias de ação na revolta mineira de Vila Rica (c. 1709 – c. 1736)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. p. 69.

Sendo assim, controlar a instituição era, de um lado, controlar o cotidiano da vila a partir da produção de normas para regular, restringir, proibir e, por fim, moldar a vida social. Maria Aparecida de Menezes Borrego ressaltou, em suas pesquisas, que o uso do termo “bem comum”, tão presente na documentação, refletia não necessariamente a ação dos oficiais camarários como representantes de toda a população, mas o sentido no qual estes camaristas queriam moldar a população, refletia um processo civilizador em curso.³¹⁵ De outro lado, controlar a instituição era garantir alguma voz junto aos agentes régios, principalmente nas juntas. Na prática, a ação nesses espaços era muito mais a de tentar adequar localmente as demandas régias – para que incidissem mais sobre facções locais rivais à representada na Câmara Municipal – do que uma ação contra o rei, principalmente a partir de 1720.

Essas juntas, muito comuns até ao menos a década de 1730 em Minas Gerais, ocorreram nesses primeiros tempos por não haver, ainda, como na metrópole, um equilíbrio funcional entre poder local e central. Figuravam, nesses espaços, representantes nomeados pelas câmaras municipais da capitania, além dos ouvidores e do governador. Nas juntas discutiam-se questões a serem implementadas na região, na maioria dos casos ligadas à tributação e à arrecadação dos quintos. Como ressaltava Joaquim Romero Magalhães, buscava-se, nestes espaços, gerar o consentimento dos povos para implementar medidas convenientes ao poder régio, as colocações eram feitas como se os povos pedissem as resoluções adotadas.³¹⁶ Sendo as câmaras municipais controladas de perto pelos agentes régios, principalmente a partir de 1720, era de se esperar que o perfil dos procuradores eleitos para as juntas fosse, na maior parte dos casos, composto por pessoas devidamente alinhadas ao projeto régio e que lutariam, quando muito, para adequar localmente as demandas externas, de acordo com sua conveniência, sem provocar muitos atritos com os agentes régios.³¹⁷

Nota-se, portanto, que o controle da instituição nessas primeiras décadas de profundas transformações sociais e de consolidação de uma elite político-econômica era vital em dois sentidos: o primeiro, de curto e médio prazo, implicava em dominar os debates em torno dos quintos, privando facções opositoras de opinar e, em última instância, impor a elas o ônus do tributo; o segundo, de longo prazo, exigia o controle da instituição por um longo

³¹⁵ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica Colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume & FAPESP, 2004. p. 158.

³¹⁶ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011. p. 122.

³¹⁷ Claro que isto nem sempre ocorria, mas a exceção reforça a regra, como em uma Junta ocorrida em 1734 quando Domingos de Abreu Lisboa, então juiz ordinário, foi eleito procurador de Vila Rica e polarizou a reunião, resistindo com êxito ao projeto de Capitação. Não é por acaso que na Junta seguinte este indivíduo não figurou entre os procuradores, mas devido à ação dos agentes régios locais.

período, pois, controlando suas prerrogativas, a facção consolidava-se enquanto elite político-econômica e deteriorava as facções rivais sem acesso à esfera local de decisão.

Mas como as câmaras municipais podiam redirecionar o ônus dos quintos? Para responder a esta questão é necessário entender, em linhas gerais, as oscilações no formato de arrecadação dos quintos na primeira metade do século XVIII na capitania de Minas Gerais. Não cabe, no âmbito deste trabalho, reproduzir em detalhes cada um dos métodos utilizados e as razões que levaram ao seu abandono ou aperfeiçoamento.³¹⁸ O importante é precisar como as oscilações nos métodos de cobrança aumentaram ou diminuíram o papel da Câmara Municipal no processo de arrecadação do tributo, e como as facções locais mudaram suas estratégias em função das oscilações. Cada mudança nas regras da arrecadação direcionava o peso dos quintos sobre um grupo específico e aliviava outras facções. Controlar as prerrogativas da Câmara Municipal, ou ter seus interesses representados nela, foi essencial para tentar influenciar nos momentos de mudança das regras e, ainda, tentar aliviar seus aliados do peso do tributo durante a cobrança.

Os ajustes no formato de cobrança dos quintos oscilaram, ao longo da primeira metade do século XVIII, entre duas tendências: uma em que se cobrava antecipadamente por escravo (seja exclusivo dos mineradores, como nas bateias, ou sobre todos os escravos), permitindo assim uma circulação maior do ouro em pó; e outra que limitava a circulação do ouro em pó, obrigando a passagem pelas Casas de Fundição, que, ao fundir o ouro em barras, o quintavam.

Viu-se que, de 1711 até o início de 1725, a cobrança foi feita da primeira forma. Até 1713, vigoraram as bateias que oneraram consideravelmente os mineradores; de 1714 até o início de 1718, uma variação das bateias estendidas a todos os escravos e acrescidas dos Direitos de Entradas, ambos cobrados pelas câmaras municipais. De meados de 1718 até 1721, retomaram-se as bateias com taxa de 25 arrobas anuais acrescidas dos direitos de entrada, agora cobrados pela Fazenda Real, foi retirado dos oficiais camarários o controle direto sobre a arrecadação, seja no ato da listagem dos escravos, seja na nomeação dos cobradores. De 1721 até 1725, a quota foi renegociada e chegou a 52 arrobas anuais, distribuídas entre mineradores e comerciantes.

De 1725 até meados de 1735, mudou-se radicalmente a arrecadação dos quintos com o funcionamento das Casas de Fundição, muito prejudiciais aos comerciantes. Nessa forma de cobrança, a Câmara Municipal exercia uma influência mínima, portanto, contrariavam-se,

³¹⁸ Para tanto, deve-se consultar: VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. 3ª edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999; VASCONCELOS, Diogo de. *História Média das Minas Gerais*. 3ª edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999.

também, os interesses da facção local que controlava a instituição. A partir do segundo semestre de 1736, voltou a vigorar a cobrança por pessoa, aos moldes dos métodos das décadas de 1710 e 1720, porém com aperfeiçoamentos que aprofundavam e dividiam o peso do tributo entre a atividade de extração e quaisquer outras que utilizavam escravos ou forros e o comércio, desde o pequeno até o grande, onerando praticamente toda a atividade econômica da capitania, estimulando, em poucos anos, a resistência de quase todos os setores. Em 1750, voltam as Casas de Fundição aos moldes do período de 1725 até 1735, com o acréscimo da derrama, mecanismo que garantia, a todo custo, o fluxo mínimo de 100 arrobas de ouro anuais para os cofres do soberano.

Vê-se que o controle das prerrogativas da Câmara Municipal de Vila Rica foi importante em relação à influência sobre os quintos, mas a capacidade dos camaristas em exercer influências decisivas nesses espaços tornaram-se muito limitadas ao longo do período estudado, na medida em que o poder régio avançava sobre a região. De qualquer maneira, permanecer no controle da Câmara Municipal era vital para, em um nível mais alto, tentar influir na forma da arrecadação e, em outro, mais baixo, controlar a arrecadação em si, neste último caso até ao menos o início das Casas de Fundição.

4.2. O primeiro período administrativo

Apresentada sumariamente a proposta dos *períodos administrativos* e suas bases, tanto externas – como no mandato dos governadores e ouvidores da comarca de Vila Rica – quanto internas – baseadas na variação das cúpulas camarárias, na oscilação das pautas das reuniões e correspondências e, ainda, na composição das receitas e despesas da instituição – é chegado o momento de avançar na apresentação detalhada e anual dos períodos, separados pelo episódio divisor de águas, a Revolta de Vila Rica em 1720.

O *primeiro período administrativo* começa com a criação da Câmara Municipal de Vila Rica em meados de 1711. Há, contudo, subdivisões possíveis em cada um dos períodos administrativos. É certo que de 1711 até 1713, tem-se uma primeira etapa da instituição, o período que podemos definir como de criação das bases institucionais e que corresponde, externamente, ao governo de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. De 1714 até 1718, tem-se o período em que um primeiro grupo fixou-se à frente da instituição, período em que ocorreram muitos conflitos e em que predominou a instabilidade institucional, principalmente em 1717 e 1718. Corresponde, externamente, a todo o governo de D. Brás Baltasar da Silveira e o início do governo do Conde de Assumar. Os dois últimos anos, 1719 e 1720, marcaram a terceira subdivisão deste *primeiro período administrativo*, quando um novo grupo passou pela cúpula da instituição, adotando uma postura aparentemente mais radical que o anterior, cuja

ação culminaria com a eclosão da Revolta de Vila Rica, em meados de 1720. Corresponde, externamente, ao período mais radical do governo do Conde de Assumar.

4.2.1. Os primeiros anos da instituição e o governo de Antônio de Albuquerque

O perfil dos governadores de Minas Gerais no século XVIII reflete a importância da região para o rei, pois esses agentes pertenciam aos melhores quadros do Império.³¹⁹ O primeiro deles foi Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que havia assumido o governo da área que reunia Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, em 11 de junho de 1709. Pouco tempo depois, em 9 de novembro do mesmo ano, realizou, por ordem régia, a separação da região, criando uma nova capitania, abrangendo a área de São Paulo e das Minas do Ouro. Em 22 de novembro de 1709, deixou o governo do Rio de Janeiro nas mãos do mestre de campo Francisco de Castro Morais, seguindo primeiro para a região das minas para solucionar o conflito entre paulistas e emboabas e realizar a destituição do governador aclamado pelos emboabas, Manuel Nunes Viana. Em seguida, foi para São Paulo tomar posse no governo da nova capitania, realizada em 18 de julho de 1710.³²⁰

Durante o seu governo, foram criadas as primeiras vilas e câmaras municipais: primeiro Vila do Carmo (atual Mariana) em 8 de abril de 1711; depois a vizinha Vila Rica (atual Ouro Preto), em 8 de julho de 1711; e, por fim, Sabará em 17 de julho de 1711. Organizou, no mesmo ano, um apoio militar para combater a segunda invasão francesa ao Rio de Janeiro. Deixou o governo com seu sucessor em 23 de agosto de 1713. Dom Brás Baltazar tomou posse em São Paulo uma semana depois, em 30 de agosto, seguindo viagem para a região das minas.³²¹

A historiografia parece concordar com a delicada condição política e administrativa vivida na região nos primeiros anos da década de 1710. Das medidas tomadas por Antônio de Albuquerque, a criação das câmaras municipais foi uma das mais profundas. Junto com essas instituições veio a institucionalização das elites e estímulo à ascensão social e criação das bases para uma estabilidade e continuidade administrativa nunca vista na área.³²² Com o passar do tempo, as medidas adotadas pelo primeiro governador nomeado pelo rei surtiram

³¹⁹ SOUZA, Laura de Mello e. *Opulência e miséria...* p. 50.

³²⁰ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga...* p. 275-276.

³²¹ VASCONCELOS, Diogo Ribeiro Pereira de. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico de Carla Maria Junho Anastasia. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. p. 90-96; GOLGHER, Isaías. *Guerra dos Emboabas. A primeira guerra civil nas Américas*. 2ª edição. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1982. p. 210.

³²² RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural". In: *Revista de História*, Ano XXVIII, Volume LV. São Paulo, 1977. p. 36; CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros...* p. 130-133.

feito. Deu-se, num primeiro momento, maior poder à elite local, abrindo-lhe um espaço para que se manifestasse politicamente, criando uma via de reivindicação institucionalizada. Foram concedidas a esta elite, nos primeiros anos, amplos poderes, inclusive sobre assuntos muito relevantes para o monarca, como a cobrança dos quintos. Nos governos seguintes, esvaziou-se o poder da instituição, fragilizando, por consequência, as mesmas elites, então reunidas em torno da Câmara Municipal.

A primeira eleição municipal em Vila Rica foi realizada em meados de julho de 1711, no momento de ereção da Vila. O processo foi marcado pela manipulação do governador, como descrito no início do segundo capítulo. Os eleitos foram: para juízes ordinários, Fernando da Fonseca e Sá e o Coronel José Gomes de Mello; vereadores, Antônio de Faria Pimentel, Felix de Gusmão Mendonça Bueno e o capitão Manoel de Figueiredo Mascarenhas; procurador, capitão Manuel de Almeida Costa.³²³

A análise da composição desta primeira cúpula camarária mostra que os eleitos exerceram pouca influência direta sobre a instituição em momentos posteriores. Apenas dois indivíduos retornam à cúpula da instituição: o capitão Manoel de Figueiredo Mascarenhas (juiz ordinário em 1712) e o capitão Manoel de Almeida Costa (vereador em 1712). De qualquer maneira, parecem não ter exercido grande influência a partir de 1714.³²⁴

A composição da cúpula camarária nos dois anos seguintes parece ter aproveitado os pelouros feitos em 1711, tratando-se, a princípio, de uma eleição trienal. Na primeira vereação de 1712, abriu-se o pelouro, registrando que estava “lacrado e cozido com cinco pingos” e que havia sido remetido desta forma à Câmara Municipal pelo corregedor Manuel da Costa Amorim.³²⁵ Foram eleitos para juízes ordinários, o capitão José de Lemos e Moraes e o capitão Manoel de Figueiredo Mascarenhas; para vereadores, o capitão Manoel de Almeida Costa, capitão Domingos Rodrigues Raposo e Manoel Fernandes de Azevedo; para procurador, o capitão Ventura Ferreira Vivaz.

³²³ Os dados apresentados deste ponto em diante são partes extraídos do anexo 1 deste trabalho. Aqui, contemplamos apenas os cargos da cúpula camarária, isto é: dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador da câmara. No referido anexo encontram-se além destes cargos, todos os outros. Quanto ao título que acompanha os indivíduos nestes quadros simplificados, colocamos apenas o maior deles, mas deve-se considerar que em alguns casos não foi o único título do indivíduo. Há ainda uma divisão entre juiz mais velho e juiz mais moço, e vereador mais velho, do meio, e mais moço. Estas divisões nem sempre constam nas atas, assim, não as evidenciamos na tabela, mas procuramos apresentar juízes e vereadores em ordem de idade, portanto primeiro o juiz mais velho, depois mais moço, igualmente para os vereadores.

³²⁴ Só citaremos o histórico dos oficiais camarários eleitos quando for imprescindível para a análise. As informações completas podem ser consultadas nos anexos.

³²⁵ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga...* p. 217-218.

Foram eleitos no último pelouro do triênio, para servirem em 1713: para juízes ordinários, o capitão Francisco Leme da Silva e Paulo Martins da Gama; para vereadores, o capitão Francisco Álvares Corrêa, Pedro da Rocha Gândavo e o capitão Manuel Corrêa Pereira; para procurador, Estevão de Almeida. Ao menos metade dos eleitos nos pelouros voltaram a exercer funções, tanto na cúpula camarária quanto em atividades secundárias, até 1718. Depois deste ano, não apareceram mais nos registros, o que permite pensar que, durante este período, parte significativa da cúpula camarária formava um só grupo.

Em 20 de junho de 1713, tem lugar na pauta da instituição o assunto mais relevante do triênio: a resolução de uma revolta em andamento na vizinha Vila do Carmo. Para agir, os camaristas de Vila Rica entenderam que era necessário que toda a cúpula se reunisse, o que não foi possível pela ausência do vereador capitão Francisco Álvares Corrêa e do procurador Estevão de Almeida. Nomearam, para ocupar os lugares vagos, dois oficiais que serviram em anos anteriores, o capitão Manuel de Almeida Costa e Ventura Ferreira Vivaz. Segundo o registro contido nas atas, os moradores estavam se armando contra o ouvidor Manuel da Costa Amorim, defendido pelos camaristas de Vila Rica.³²⁶

Reunidos os eleitos por pelouro e os substitutos, no mesmo dia 20 de junho de 1713, foi explicado que o levante ocorria em virtude da não aceitação da intromissão do ouvidor em vistoriar terras minerais. Temia-se que os levantados em Vila do Carmo viessem até Vila Rica com o propósito de libertar alguns escravos presos nesta vila. Os camaristas de Vila Rica, com apoio do mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães, elegeram dois procuradores para irem até a localidade vizinha e, em nome da Câmara Municipal de Vila Rica, tentarem, junto aos oficiais de Vila do Carmo, dissolver o movimento. Foram eleitos o capitão Manuel de Figueiredo Mascarenhas e o doutor José Rodrigues de Abreu.³²⁷

Dois dias depois, em uma quinta-feira, 22 de junho de 1713, alguns oficiais da Câmara Municipal de Vila do Carmo compareceram a uma vereação em Vila Rica, quando explicaram o levante. Disseram, nesta ocasião, que os sublevados pediam o perdão do ouvidor como

³²⁶ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927. p. 270-272. Manuel da Costa Amorim foi o primeiro ouvidor da comarca de Vila Rica, servindo de 1711 até parte de 1716, quando substituído por Manuel Mosqueira da Rosa. Pela documentação consultada não foi possível identificar, com precisão, o momento em que ocorre a troca, mas em dezembro de 1716 Manuel Mosqueira já havia assumido a função. Cf. APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fls. 10v-11v.

³²⁷ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 270-272. O capitão Manuel de Figueiredo Mascarenhas era homem muito influente em Vila Rica no início da década de 1710, foi o vereador mais velho em 1711 e o juiz ordinário mais velho em 1712. Não há outros registros do doutor José Rodrigues de Abreu na documentação consultada.

garantia para terminarem o levante. Convocaram Pascoal da Silva Guimarães e Sebastião Leitão para intercederem junto ao ouvidor, que concordou com o pedido e mandou entregar aos réus os escravos presos em Vila Rica, revogando as intervenções que fez nas áreas de mineração de Vila do Carmo.³²⁸

Outros acontecimentos relevantes para compreensão da história da instituição e dos grupos que a conduziram marcaram o triênio. O exercício administrativo de 1711 começou, efetivamente, em 21 de julho; foi o mais curto do período, apenas onze reuniões, não só pelos cinco meses até a conclusão do ano, mas também pelo único tema relevante que encontramos na documentação: o envio de mantimentos para as tropas enviadas ao Rio de Janeiro a fim de combater as tropas francesas que conquistaram a cidade.³²⁹ No final do mesmo ano, o governador Antônio de Albuquerque, segundo Diogo de Vasconcelos, escreveu ao rei contando, em detalhes, o esforço feito pelas elites locais da região aurífera na defesa do Rio de Janeiro, e recomendando ao monarca que enviasse carta de agradecimento às novas câmaras municipais e suas elites pelo envio de mantimentos e carruagens ao Rio de Janeiro.³³⁰

Foi durante este primeiro triênio, marcado pelo final do governo de Antônio de Albuquerque e pelos primeiros anos do mandato do ouvidor Manuel da Costa Amorim, que as rotinas administrativas mais importantes da Câmara Municipal de Vila Rica foram normatizadas. As atividades financeiras são o melhor exemplo, começaram a ser padronizadas e arrecadadas em 1712. O primeiro tema financeiro polêmico foi a definição da forma de se cobrar as meias patacas. No final de janeiro de 1712, os oficiais definiram como se daria o abate do gado na vila, taxado em meia oitava por cabeça abatida.³³¹ Mais tarde, em 3 de

³²⁸ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 272-274. Os oficiais de Vila do Carmo que assinaram a ata da vereação de 22 de junho de 1713 em Vila Rica foram: o juiz ordinário Capitão Bento Pires Ribeiro, os vereadores Fernando de Moraes de Madureira e Inácio de Sampaio e Almeida e o procurador Manuel da Cruz de Vasconcelos.

³²⁹ Ibidem. p. 212.

³³⁰ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga...* p. 303.

³³¹ Há, na reunião de 18 de janeiro, lista de interessados na criação e abate dos gados, convocados para definir os procedimentos dos abates na vila. Assinaram: Manuel de Figueiredo Mascarenhas [juiz ordinário], Domingos Rodrigues Raposo [vereador], Manoel de Almeida Costa [vereador], Manoel Fernandes de Azevedo [vereador], Ventura Ferreira Vivaz [procurador da câmara], Manoel Correa Pereira, Domingos de Araújo Antas, Jerônimo de Araújo Tinoco, Manoel de Melo e Horta, Inácio Ribeiro Machado, Domingos Almeida de Brito, Manoel Martins Lopes, [sinal] de Silvestre Coutinho, [sinal] de Estevão da Silva, Paulo Duarte Coelho, Manoel Tavares, João de Barros, Bento Pereira Lima, Antônio Gonçalves Guerra, Miguel dos Santos de Oliveira, Antônio de Almeida Ferreira, Manoel Rodrigues Leão, Diogo Fagundes, Domingos Monteiro, Francisco da Costa Rios, Manoel Farias Castelo Branco, Francisco Álvares Coelho, Bento Martins Marques, Matias Ferreira, Custodio do Couto Raposo, Manoel Barbosa Maciel, Domingos Machado, Domingos Álvares, Antônio Teles de Menezes, Manoel de Souza Pinto, Luciano Nunes Teixeira, Lucas Ferreira Guimarães, Manoel Mendes Pimenta, Domingos Gouvêa Neto,

agosto do mesmo ano, uma quarta-feira, a renda voltou à pauta quando o fiador, Antônio Barbalho Bezerra, pediu autorização para arrecadar, por ele mesmo, o contrato, por ausência do contratador José Rodrigues da Costa, o que foi deferido.³³² O contrato só ganharia forma definitiva na vereação de 27 de abril de 1713, quando, em presença do ouvidor Manuel da Costa Amorim e do mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães (uma das lideranças da Revolta de Vila Rica em 1720), os oficiais firmaram um novo acordo taxando os cortes em um quarto de oitava de ouro, também chamado de meia pataca, e definindo que, em virtude da dificuldade da arrecadação, a renda deveria ser arrematada anualmente. De fato, esta seria a dinâmica adotada nos anos seguintes, mas não em 1713, quando a renda ficou em praça mas ninguém a arrematou, tendo sido repassada a funcionários da própria instituição.³³³

Outros contratos também foram normatizados nesse triênio inicial. O contrato da aferição foi organizado e arrematado por Alexandre Pinto de Miranda em 1713, indivíduo que o arremataria durante quase todos os anos até 1736.³³⁴ Outro contratador importante chega à instituição no mesmo ano: trata-se de João Ferreira Diniz, indivíduo que controlou vários contratos até 1720, quando foi preso e enviado ao Rio de Janeiro junto com outros indivíduos envolvidos na Revolta de Vila Rica.³³⁵

Ainda no mesmo triênio, nos chamou a atenção a nomeação de um procurador da câmara em Lisboa, para facilitar as comunicações com o poder central. Foi eleito, na vereação de 20 de setembro de 1713, o Frade Francisco de Menezes. Este indivíduo esteve envolvido na Guerra dos Emboabas e auxiliou na resistência contra os franceses que invadiram o Rio de Janeiro em 1711. Segundo a historiografia, teria o dito frade morrido na resistência, mas o encontramos vivo e assumindo a representação da instituição em Lisboa em 1713.³³⁶

* * *

Algumas conclusões parciais podem ser feitas a partir da análise do primeiro triênio de atividades da Câmara Municipal de Vila Rica: em primeiro lugar, confirma-se uma tendência de aumento na quantidade e complexidade das atividades da instituição ao longo dos primeiros anos; em seguida, nota-se que a preocupação dos camaristas estava relacionada à estruturação e normatização de diversos setores locais, seja das funções criadas a partir dos

José Rodrigues da Costa, Manoel Ribeiro da Costa, Manoel Nogueira Passos, Francisco de Souza Costa, José Sala de Lemos, João Correa Dias, Manoel Rodrigues, Antônio Nunes, José de Abreu Fialho, Sebastião de Freitas Moreira. Cf. ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 218-9.

³³² Ibidem. p. 243-244.

³³³ Ibidem. p. 267-70.

³³⁴ Ibidem. p. 280-4.

³³⁵ Ibidem. p. 258-9, 263, 277-8.

³³⁶ GOLGHER, Isaias. *Guerra dos Emboabas*.... p. 191-192.

regimentos, seja da criação de estradas e edifícios (ou seja, obras públicas), ou pela preocupação em definir normas mais rígidas sobre o cotidiano local (ou seja, posturas).

Olhando para os quadros de oficiais, vemos que houve um aumento na participação dos oficiais camarários à medida que avançavam os anos, ou seja, em 1711, só dois indivíduos voltariam a exercer algum ofício na administração local, em 1712 esse número aumenta para quatro e em 1713 para seis em oito; com base nas oscilações na composição das cúpulas da instituição, vê-se também que os oficiais de 1711 reaparecem até 1713, os de 1712 até 1715, e os de 1713 até 1718. Este quadro indica que esses oficiais faziam parte de um mesmo grupo, ou representavam interesses que estiveram representados até 1718, não mais que isso.

Observando a trajetória dos capitães Manuel de Figueiredo Mascarenhas e Manuel de Almeida Costa, percebemos que uma mesma tendência política estava fortemente representada na cúpula camarária durante todo o primeiro período, devido ao livre acesso destes indivíduos em todos os três anos. Olhando para as trajetórias dos capitães Manuel Corrêa Pereira e Ventura Ferreira Vivaz, percebemos que esta mesma tendência política continuou forte na condução da instituição até 1715 e, para ir além, observando as trajetórias do coronel Pedro da Rocha Gândavo e principalmente do capitão Paulo Martins da Gama, percebemos que esta mesma tendência seguiu com alguma força influenciando a instituição até 1718.

4.2.2. Resistências durante o governo de Dom Brás Baltasar da Silveira

Em 23 de agosto de 1713, chegou ao fim o governo de Antônio de Albuquerque. Assume, em seu lugar, D. Brás Baltasar da Silveira, por nomeação régia, tomando posse em 30 de agosto em São Paulo, seguindo para a região aurífera em outubro do mesmo ano. O novo governador criou a Câmara Municipal de São João del Rei, em 8 de dezembro de 1713; elevou o arraial de Caeté à Vila Nova da Rainha em 29 de janeiro de 1714 e, na mesma data, criou a Vila do Príncipe no Serro do Frio, ambas instaladas pelo ouvidor Luís Botelho de Queirós. Em 6 de fevereiro de 1715, autorizou a criação da vila de Pitangui, instalada apenas em 9 de junho do mesmo ano pelo mestre de campo Antônio Pires de Ávila.³³⁷

O governo de D. Brás Baltasar da Silveira, de certa forma, aprofundou as mudanças iniciadas pelo governo anterior, mas de modo diferente. Enquanto no governo de Antônio de Albuquerque predominou uma política de cooptação das elites, o avanço do poder régio sobre as elites locais no governo de D. Brás Baltasar contribuiu para aumentar a articulação de determinada facção local representada nas câmaras municipais, resultando em agitações que

³³⁷ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga...* p. 309-310.

fizeram o agente régio recuar. Seu governo foi marcado, não pela cooptação mas pela neutralização e pelo recuo estratégico diante das resistências locais.³³⁸

Em outros termos, pode-se dizer que as articulações locais (que estão na base dos movimentos de resistência) aumentam à medida em que avança o poder local. Há, a partir de 1714, um aumento das funções das câmaras municipais, um avanço do poder das elites locais. Mas, em contrapartida, outras mudanças começaram a ocorrer no sentido de esvaziar o poder dessas instituições, como o estabelecimento de regimentos para controle dos emolumentos de justiça e dos ofícios camarários e as nomeações de cargos-chave feitas pelo Conselho Ultramarino. Este é o pano de fundo que gera o entrincheiramento de uma facção local na Câmara Municipal no final de 1716.³³⁹

O governo de Dom Brás Baltasar da Silveira se estendeu até setembro de 1717 e foi marcado pelo início efetivo dos atritos com os poderes locais.³⁴⁰ Logo no início, coube a ele negociar com os oficiais camarários a implementação da cobrança dos quintos via Câmara Municipal, assunto que permaneceu mal resolvido ao longo do seu mandato. Ainda em seu governo, ocorreram outros enfrentamentos com os camaristas de Vila Rica, o maior deles no final de 1716, envolvendo o ouvidor, Manuel Mosqueira da Rosa, e as eleições para cúpula camarária em Vila Rica. Pode-se dizer que foi no governo de Dom Brás Baltasar da Silveira que as câmaras municipais de Minas Gerais começaram a destoar em relação aos agentes régios.

O ano de 1714 inaugurou um novo momento para as câmaras municipais na região das minas. Embora não tenha apresentado uma mudança quanto à facção que controlava a cúpula institucional, esse período intermediário foi marcado por grandes transformações de outra ordem, causadas por fatores externos, mudanças impostas pelo novo governo de D. Brás Baltasar da Silveira, de fora para dentro da instituição.

A cúpula camarária de 1714, primeira eleita nos pelouros trienais feitos no final de 1713, foi composta por indivíduos que, antes ou depois, passaram pela cúpula. Foram escolhidos, para juízes ordinários, o capitão-mor Manuel Nunes de Azevedo e o já citado capitão Ventura Ferreira Vivaz. Para vereadores, ganharam o capitão Francisco Maciel da Costa, o sargento-mor Manuel Gomes da Silva e o capitão Domingos Francisco de Oliveira. Para procurador, o sargento-mor Antônio Martins Lessa. Todos os eleitos exerceram, antes ou depois, funções na cúpula camarária – com exceção do vereador, o capitão Francisco Maciel da Costa, que só apareceu novamente em 1715 ocupando a função de almotacé. O que mudou em relação ao triênio anterior foi a presença de alguns indivíduos que, veremos, foram

³³⁸ CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros...* p. 385.

³³⁹ Ibidem. p. 165.

³⁴⁰ VASCONCELOS, Diogo Ribeiro Pereira de. *Breve descrição geográfica...* p. 90-96.

exceção, pois transitaram entre as cúpulas do *primeiro* e do *segundo período administrativo*. É o caso do sargento-mor Manuel Gomes da Silva e Antônio Martins Lessa, que só apareceram até 1722; e o maior exemplo, o capitão Domingos Francisco de Oliveira, que retornou à instituição até ao menos 1734, quando serviu como juiz ordinário.

Em 1715, integraram a cúpula camarária os eleitos no segundo pelouro do triênio 1714-1716. Os juízes ordinários eram o capitão Paulo Martins da Gama e Pedro da Rocha Gândavo. Os vereadores foram Francisco Viegas Barbosa, o sargento-mor Manuel Dias de Menezes e o capitão Francisco da Costa de Oliveira. O procurador era o capitão Manuel Martins Lopes. Com exceção do procurador, que não exerce outras funções na cúpula camarária, e também do vereador capitão Francisco da Costa de Oliveira, um dos poucos que consegue retornar à instituição após 1720, todos os outros eleitos para este ano exercem mais de uma função na cúpula, contudo ficam restritos a até 1718.

O processo eleitoral de 1716 foi atípico, tanto a abertura do último dos pelouros do triênio, contendo o nome dos oficiais que deveriam servir em 1716, quanto a feitura de um novo pelouro trienal que deveria ser feita no final de 1716. Passamos à análise do primeiro episódio, os eleitos foram: os juízes ordinários, sargento-mor João Carvalho da Silva e capitão Leonel da Gama; os vereadores, Antônio Álvares de Magalhães, o tenente-coronel João Pinto da Silva e o capitão Domingos de Araújo Dantas; para procurador, sargento-mor José Luiz Sol.

Destes seis, quatro pediram, de imediato, *deixação*³⁴¹ do cargo, isto é, solicitaram, junto ao ouvidor (cumprindo suas funções de corregedor), que fossem dispensados do exercício da função. Tal atitude, como indicou A. J. R. Russell-Wood no final da década de 1970, teria sido muito comum em Vila Rica e em outras câmaras municipais do Império português.³⁴² O que espanta é que, nesse ano, quatro dos seis eleitos fizeram o pedido, três deles sendo deferidos.

Os dois juízes ordinários que solicitaram abandono das funções, sargento-mor João Carvalho da Silva e o capitão Leonel da Gama, bem como o vereador Antônio Álvares de Magalhães, todos sem qualquer passagem anterior ou posterior pela instituição, foram liberados do cargo sem problemas. O mesmo não aconteceu com o procurador, o sargento-mor José Luiz Sol, que teve o pedido negado e foi obrigado a exercer o cargo. Para as três vagas em aberto, foram eleitos sujeitos com bastante experiência: para juízes ordinários, dois

³⁴¹ Deixação (ou Deixaçam): segundo Raphael Bluteau significa: “renúncia, abdicação, cessão. A ação de me desfazer do que é ou pode ser meu. Deixação do cargo.” Cf. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino: áulico, anatômico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. Volume 3, p. 42.

³⁴² RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa..." p. 39.

vereadores do ano anterior, o sargento-mor Francisco Viegas Barbosa e o sargento-mor Manuel Dias de Menezes; para a vaga de vereador, foi eleito o sargento-mor Manuel Gomes da Silva. Todos os três representavam a continuidade, vinham ocupando postos na cúpula camarária desde 1713 e, através de manobras, prolongaram-se à frente da instituição até meados de 1718.

Visto isoladamente, tal episódio revela muito pouco. Visto em conjunto com os episódios que analisaremos a seguir, parece pouco provável que os quatro pedidos de deitação do início de 1716 tenham sido ao acaso. Ao contrário, tendo em vista os eleitos, não seria absurda a hipótese de que houvesse pressões para que os eleitos pedissem deitação, forçando eleições por barrete, mais fáceis de manipular.³⁴³

O segundo episódio, protagonizado pelos mesmos indivíduos eleitos por barrete no início de 1716, ocorreu no momento da confecção dos novos pelouros para o triênio de 1717-1719, que deveriam ser feitos sob a supervisão do novo ouvidor, Manuel Mosqueira da Rosa, em dezembro de 1716. No momento da eleição, no entanto, estourou um conflito entre este agente régio e os oficiais camaristas. Não foi possível identificar, a partir da documentação consultada, a data precisa em que o ouvidor Manuel da Costa Amorim, na função desde 1711, passou o cargo para Manuel Mosqueira da Rosa. Em janeiro de 1716, aquele ainda estava no ofício e, em dezembro, este já havia assumido o posto.³⁴⁴

Viu-se que os pelouros de 1711-1713 foram feitos sob a interferência direta do governador Antônio de Albuquerque. O pelouro de 1714-1716 foi confeccionado sem a supervisão do ouvidor. No final de 1716, o novo ouvidor, Manuel Mosqueira da Rosa, tentou mediar a feitura do pelouro, impedindo que os oficiais de então participassem da eleição. A facção de mineradores que vinha controlando a instituição resistiu. O ouvidor era aliado de outro grupo que queria chegar ao poder, formado, em sua maioria, por comerciantes liderados por Pascoal da Silva Guimarães (que era também minerador).³⁴⁵

O conflito começou na reunião de 21 de dezembro de 1716, quando o ouvidor mandou avisar aos camaristas que realizaria eleições sem a presença deles. Os oficiais convocaram os homens bons para dar parecer. Não encontraram as Ordenações Filipinas, que tratavam do assunto e, capitaneados pelo capitão-mor Manuel Antunes de Azevedo e pelo vereador o

³⁴³ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. p. 10. Pelo registro das atas, vê-se que os dois juizes ordinários foram eleitos com 30 votos, e o vereador com 27 votos.

³⁴⁴ APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fls. 10v-11v.

³⁴⁵ CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros...* p. 160-1.

tenente-coronel João Pinto da Silva, não aceitaram o procedimento do ouvidor alegando que, assim, seriam afetadas “as regalias do Senado” e agia-se contra os costumes.³⁴⁶

Analisando as assinaturas dos *homens bons* que compareceram à reunião e que, na prática, apoiaram, neste momento, a posição dos oficiais camarários de 1716, opondo-se ao ouvidor Manuel Mosqueira da Rosa, observa-se que, com exceção do sargento-mor Manuel Gomes da Silva, que foi juiz ordinário em 1721, nenhum outro indivíduo exerceu qualquer outra função após 1718. Tal fato indica uma ruptura, um reordenamento de grupos políticos à frente da instituição. Outro dado importante é a presença da assinatura do escrivão Miguel de Andrade Ferreira, que normalmente não assinava as vereações. Este indivíduo havia sido eleito pelo rei, mas aparentemente apoiou a causa dos oficiais camarários em oposição a outro agente régio.³⁴⁷ Dos treze indivíduos que assinaram a ata – número reduzido visto que foram chamados os *homens bons* da localidade – nove tinham patentes militares, o que reforça a militarização da instituição neste *primeiro período administrativo*.

Na vereação seguinte, de 27 de dezembro de 1716, o tema retornou em pauta única. Os oficiais pediram ao ouvidor que abrisse os pelouros perante eles como, segundo os oficiais, era costume em Vila Rica, o que não é feito pelo agente régio.³⁴⁸ O conflito se estendeu e, no dia 29 de dezembro, o governador interveio, ordenando que a questão fosse enviada ao Tribunal da Relação na Bahia e que, enquanto isso, continuassem servindo na Câmara Municipal os oficiais do ano de 1716.³⁴⁹ Tratou-se de uma decisão estratégica do governador, uma decisão cômoda, pois atendia, momentaneamente, aos interesses da facção local que permanecia no controle da Câmara Municipal, adiando-se um conflito.

Não satisfeito, o ouvidor Manuel Mosqueira da Rosa tentou nova intervenção em julho de 1717, realizando eleições em sua residência sem a presença da facção mineradora entrincheirada na instituição, o que favoreceria inevitavelmente a facção ligada ao comércio. A eleição foi realizada, mas desconsiderada. Por trás das manipulações estava a disputa pela instituição e, por consequência, a possibilidade de influenciar sobre quem recairia o ônus dos quintos, até então dividido entre boa parte dos setores da economia mineira. D. Brás Baltasar

³⁴⁶ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 24-25.

³⁴⁷ Assinaram a ata na reunião de 21 de dezembro de 1716: capitão-mor Manuel Antunes de Azevedo, tenente-coronel João Pinto da Silva, sargento-mor Francisco Viegas Barbosa, sargento-mor Manuel Gomes da Silva, capitão Paulo Martins da Gama, sargento-mor Antônio Martins Lessa, sargento-mor Manuel Dias de Menezes, capitão Francisco Maciel da Costa, capitão Manuel Corrêa Pereira, Miguel de Andrade Ferreira (escrivão da câmara), Francisco da Costa de Guimarães, João Batista da Silva e Manuel da Rocha Andrade. De todos, apenas os três últimos não exerceram qualquer função na cúpula da instituição. Cf. ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 24-25.

³⁴⁸ Ibidem. p. 25-26.

³⁴⁹ Ibidem. p. 26-27.

da Silveira buscava a neutralidade, mas o outro agente régio, o ouvidor Manuel Mosqueira da Rosa, estava claramente alinhado à facção dos comerciantes.³⁵⁰

O ano de 1717 inicia sem abertura de novos pelouros, com o prolongamento indeterminado dos mandados dos oficiais de 1716. Seguiram como juízes ordinários, o sargento-mor Francisco Viegas Barbosa e o sargento-mor Manuel Dias de Menezes; como vereadores, o sargento-mor Manuel Gomes da Silva e o tenente-coronel João Pinto da Silva. O vereador do ano anterior, capitão Domingos de Araújo Dantas, pediu deixação, que foi aceita. Para o seu lugar, foi eleito, com apenas nove votos em eleição de barrete, o capitão Manuel de Matos Fragoso, que até então não tinha exercido nenhuma função de cúpula na instituição.³⁵¹ O procurador do ano anterior, sargento-mor José Luiz Sol, que, no início de 1716, teve seu pedido de deixação negado, abandonou a instituição em 1717, sendo substituído pelo experiente sargento-mor Antônio Martins Lessa, que havia sido procurador em 1714.

Assim, consolidava-se o entrincheiramento de uma facção da elite política local à frente da Câmara Municipal de Vila Rica. Era a estratégia encontrada por essa facção – que, até onde foi possível observar, estava mais vinculada à defesa de interesses ligados à atividade mineradora do que ao comércio – para manter o controle sobre a instituição local e, em consequência, direcionar o ônus dos quintos na região aurífera. Esta tendência oligárquica³⁵² não limitou-se apenas a Vila Rica, mas, segundo Michelle Brandão, ocorreu também na vizinha Vila do Carmo com alguma clareza até ao menos 1718. A mesma autora identificou duas tendências que analisam a formação de oligarquias nas câmaras municipais coloniais: uma que enfatiza a repetição de certos nomes na cúpula institucional ao longo dos anos; outra que leva em conta a sucessão familiar, mais especificamente patrilinear.³⁵³

Entendemos que essas duas tendências são, na verdade, duas faces de uma característica da organização política das elites coloniais. Se observarmos um pequeno recorte temporal, duas ou três décadas, como estamos fazendo, veremos a constituição de oligarquias em sua primeira faceta, isto é, a repetição de poucos nomes várias vezes, às vezes assumindo a forma de entrincheiramento, como em 1716, 1717 e 1718. Ao contrário, se o estudo mantiver a profundidade, analisando, ano a ano, as cúpulas institucionais, mas puder optar por um

³⁵⁰ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 160-1.

³⁵¹ Ibidem. p. 28-29.

³⁵² O termo “oligarquia” significa “governo de poucas pessoas”, normalmente da mesma família, partido ou representante dos mesmos interesses econômicos. Cf. CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p. 539.

³⁵³ BRANDÃO, Michelle Cardoso. *Forjando status e construindo autoridade: perfil dos homens bons e formação da primeira elite social em Vila do Carmo (1711-1736)*. Dissertação de Mestrado em História. Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009. p. 69, 72, 83.

recorte temporal mais amplo que abranja ao menos duas ou três gerações, possivelmente verificaremos uma oligarquia também em sua segunda faceta, ou seja, a sucessão familiar. Independente do recorte e da faceta que estará em evidência, é importante frisar que ambas resultam em uma oligarquia, ou seja, em um controle político local por parte de poucos indivíduos que constituem um grupo, uma facção da classe dominante local. Quanto ao processo de reprodução desta oligarquia, não depende apenas de si mesmo, haja vista as influências enormes dos agentes régios no processo eleitoral.

O triênio 1714-1716, estendido até 1717, não foi atípico apenas pela tendência de entrincheiramento de uma facção local à frente da Câmara Municipal de Vila Rica. As pautas das vereações também oscilaram significativamente em função da implementação de uma nova rotina administrativa em 1714, a arrecadação dos quintos. Foram realizadas setenta e oito vereações, quase a mesma quantidade que nos dois anos anteriores somados ($44 + 35 = 79$). Foram 170 pontos de pauta debatidos, número maior que a soma de todos os anos anteriores ($14 + 75 + 73 = 162$). Para se ter uma ideia do que ocorreu neste ano, que denominamos “pico administrativo”, só no primeiro mês foram vinte e duas vereações, quase uma por dia, e foram discutidos cinquenta assuntos, mais de três vezes o que se discutiu durante todo o exercício de 1711 (quatorze assuntos), e mais de $2/3$ do que se discutiu ao longo de todo o ano anterior (setenta e três assuntos).

A implementação da nova rotina de arrecadação dos quintos foi deliberada em junta, realizada no primeiro sábado do ano, 6 de janeiro de 1714, cujo termo foi reproduzido nas atas da Câmara Municipal de Vila Rica.³⁵⁴ O novo formato de cobrança definido gerou outras demandas. A principal delas foi a necessidade de se delimitar as comarcas, visto serem elas as balizas utilizadas para repartição das 30 arrobas pelas câmaras municipais, tendo ficado para a de Vila Rica a quinta parte do montante, isto é, seis arrobas.³⁵⁵

³⁵⁴ Além dos oficiais de Vila Rica, os juizes ordinários Ventura Ferreira Vivaz e o capitão Manoel Antunes de Azevedo, os vereadores Manoel Gomes da Silva, Francisco Maciel da Costa e Domingos Francisco de Oliveira e o procurador da câmara Antônio Martins Lessa, representaram as outras vilas e cidades os seguintes procuradores: Vila do Carmo, Pedro Frazão de Brito e Antônio Faria Pimentel; São Paulo, Francisco Ferreira de Sá e Jacinto Barbosa Lopes; vila de São João del Rei, José de Serqueira Vila Forte, doutor Manoel de Almeida; Vila Real do Sabará, Sebastião Corrêa de Miranda e Francisco Duarte de Meireles. Além destes, estiveram também presentes o mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães, o vigário de Vila Rica José de Figueiredo Mascarenhas, o capitão-mor da Vila do Ribeirão do Carmo, Rafael Vaz da Silva e o capitão Manoel de Matos Fragozo, além de outras pessoas cujos nomes não são citados. Cf. ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 293-294.

³⁵⁵ Ibidem. p. 312-314, 318-319 e 320. A divisão das comarcas ficou da seguinte forma: a comarca de Vila Rica, a do Rio das Velhas e a do Rio das Mortes, correspondentes respectivamente às bacias hidrográficas dos rios: Rio Doce, São Francisco e Rio Grande e Paraná. Em 1720, criou-se uma quarta comarca, a do Serro do Frio, ligada ao Rio Jequitinhonha. Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e*

Nas reuniões seguintes, os cobradores foram escolhidos por freguesia, e as listas de desobrigas foram utilizadas como referência para a cobrança dos quintos. Ao final do processo, haviam sido arrecadadas apenas 4,5 arrobas, enviadas a 23 de junho pelo capitão Francisco da Costa de Oliveira ao tesoureiro geral Torquato Teixeira de Carvalho, em Vila do Carmo, conforme instrução do governador Dom Brás Baltasar da Silveira, ficando a promessa de se enviar a 1,5 arroba restante o mais breve possível, o que só seria feito, após longas discussões envolvendo inclusive ordens de prisão, em 6 de outubro de 1714.³⁵⁶

Passado o turbulento ano de 1714, marcado pelo pico administrativo em função do início da arrecadação dos quintos, volta-se à normalidade em 1715. O número de reuniões e assuntos discutidos retoma o padrão de 1713, embora tenha começado uma tendência que se intensificou nos anos seguintes: a internalização das atividades camarárias. A explicação do descompasso entre debates internos e externos deu-se pela drástica redução dos debates em torno dos quintos, que ficaram em suspensão devido à discordância do rei que não aprovava o modelo adotado, ordenando a volta das bateias, contrárias aos interesses dos camaristas.

O ano de 1716, ao contrário do anterior, escapou à normalidade, mas em sentido inverso ao de 1714. Ocorreram apenas trinta e quatro reuniões, em que foram discutidos apenas sessenta e seis assuntos, os números mais baixos de todos os anos para os quais se tem informações, com exceção do ano inicial, 1711. Isso pode ser justificado pela ausência dos termos de vereação correspondentes aos meses de abril, maio e junho. Apesar desse desfalque, vimos, no segundo capítulo deste trabalho, que esses meses tinham, segundo os outros anos, uma baixa concentração de reuniões, portanto, é de se esperar que tenham sido poucas as reuniões cujos termos não constam no livro e, portanto, a falta dos dados tende a afetar pouco a análise.

Na decomposição dos assuntos de 1717 – que foram quase o dobro em relação ao ano anterior – nota-se que mantiveram, em proporção, a mesma tendência de concentração das atividades internas, embora os debates externos continuassem relevantes, algo que mudaria a partir de 1722. Internamente, os despachos de petição ocuparam mais tempo e, externamente, os debates em torno dos quintos, adormecidos em 1715 e 1716, retornariam e, pela primeira vez, superariam os debates do conjunto de todas as outras rendas da instituição.

O novo crescimento dos debates em torno dos quintos está diretamente relacionado à mudança de governo, ocorrida no segundo semestre de 1717. Em 19 de julho de 1717, é registrada, em ata, a preocupação dos oficiais da instituição com a ausência do então

vilas del rei. Espaço urbano e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 143.

³⁵⁶ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 328-329, 338-338 e 341-342.

governador Dom Brás Baltazar da Silveira, que havia deixado o cargo. Seu mandato estava chegando ao fim, seu sucessor, Dom Pedro de Almeida Portugal, o Conde de Assumar, já estava a caminho de São Paulo, onde tomou posse no início de setembro de 1717 – visto que na ocasião São Paulo e Minas do Ouro eram uma só capitania. Na reunião de 20 de setembro do mesmo ano, registrou-se, em ata, que o novo governante estava a caminho da região das minas. Os oficiais mandaram, então, preparar a vila e construir um palio para ser usado na entrada do governador na vila. Em 18 de outubro do mesmo ano, os oficiais mandaram, ainda, ajustar os caminhos e calçadas para a entrada do governador. A posse em Vila Rica ocorreria em 1º de dezembro de 1717.³⁵⁷

Nos onze primeiros meses de 1717, isto é, antes da posse do Conde de Assumar, os quintos fizeram parte da pauta da instituição em dez ocasiões, em que se discutiram formas de se arrecadar os valores atrasados relativos ao ano de 1716.³⁵⁸ Apenas em dezembro de 1717, foram doze os registros relacionados aos quintos nas pautas da instituição, todos indicando um maior rigor do novo governante em relação à cobrança e aos repasses do ouro.³⁵⁹

Apesar da pauta da instituição ter sido, a partir de 1714, marcada pela presença da nova rotina administrativa relativa a arrecadação dos quintos, não significa que os temas que causaram maior polêmica no ano anterior, como a arrecadação das receitas e a realização de

³⁵⁷ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 42-43, 45-50.

³⁵⁸ Ibidem. p. 34-35, 37-38, 39-40, 43-45. Na reunião de 29 de maio de 1717, encontramos a lista de cobradores dos quintos de 1717: freguesia de Ouro Preto, que na vila cobrasse o Capitão Manuel Vicente Neves e o Alferes José Pires Viana; que no campinho cobrasse Manuel Esteves pelo dito Manuel de Sá Casado; que José Rodrigues e João Cardoso Moreira e Manuel Nunes Carneiro cobrem a lista desde o mestre de campo Manuel da Silva Rosa até o Tripuí; que Francisco da Rocha Barbosa e João Monteiro Thiago cobre no Rodrigo e Capão do Forno; freguesia de Antônio Dias, que o capitão Manuel de Souza Serqueira e o alferes Antônio de Miranda cobre o arraial; que o capitão Antônio Ramos e João da Silva cobrem no Morro e Córrego Seco; que Raphael Vaz e Francisco Nunes cobrem no Bom Sucesso e Padre Faria; que o sargento-mor Antônio Martins Lessa cobre no Ouro Bueno; freguesia de São Bartolomeu, que o capitão Manuel de Matos Fragoso cobre a lista que fez Santos Martins; que Antônio Ribeiro Franco e o capitão Francisco Rodrigues Graça e Alexandre de Matos cobrem do Sítio do capitão-mor Manuel Antunes até o engenho de Francisco Coelho e Ponte dos Tabões; que o Alferes Domingos Corrêa cobre a lista que fez Baltazar Ferreira Sarzedas; que Antônio Barbosa Lobo cobre no Caraça e Capanema e Santa Bárbara; freguesia da Cachoeira, que cobre o Capitão José Simões Rosa e o furriel Lourenço de Meireles e o capitão Caetano Álvares de Araújo a lista que fez o dito capitão José Simões Rosa; que a lista que fez o capitão Antônio Antunes dos Reis a cobre o dito com Domingos Lourenço; que a lista que fez o sargento-mor Domingos Rodrigues Neves a cobre o mesmo e o ajudante André Rodrigues Serra; freguesia das Congonhas, que o capitão P. da Silva Teixeira e Mateus Rodrigues Gularte cobrem esta freguesia; freguesia do Ouro Branco, que Nicolau de Carvalho e Azevedo e Antônio dos Santos cobrem esta freguesia; freguesia da Itatiaia, que Constantino João Pereira e Belchior dos Reis cobrem esta freguesia; freguesia de Itabira, que o capitão João Álvares da Rocha com Manuel Afonso cobrem esta freguesia.

³⁵⁹ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 54-55.

obras, tenham desaparecido. Estiveram presentes, mas ofuscados pelas agitações inerentes aos ajustes dos quintos. Houve de 1714 em diante, no que diz respeito às rendas, aprimoramentos dos contratos. O abate dos gados, por exemplo, passou a ser feito apenas as terças-feiras e aos sábados, para facilitar a cobrança das taxas pelo rendeiro.³⁶⁰

Em 1715 e 1716 os contratos foram arrematados sem grandes surpresas ou modificações. O único problema digno de nota pelos nomes envolvidos ocorreu com o contrato da carceragem. Em 14 de julho 1715, o contratador João Ferreira Diniz foi apontado pelo fiador do contrato, capitão Arcanjo da Silva, como criminoso e fugitivo; este solicitava que a renda fosse novamente arrematada, sendo prontamente atendido pelos camaristas.³⁶¹ Apesar das acusações, o mesmo contratador aparece nos anos seguintes arrematando o mesmo contrato e a obra da casa da Câmara Municipal no início de 1719, contrato este que foi suspenso durante a Revolta de 1720, em função da prisão do contratador que foi enviado ao Rio de Janeiro junto com os outros revoltosos.

As rendas da instituição só voltariam a ocupar o centro das atenções dos camaristas em dezembro de 1717, após o início do governo do Conde de Assumar. Em quase todas as reuniões do mês foi registrado em ata que todas as rendas estavam em praça mas que nenhuma delas estava recebendo lances. Os registros, atípicos, continuaram reunião após reunião até meados de janeiro, quando finalmente foram arrematadas a renda da aferição, da carceragem e das meias patacas. A renda do ver, como de costume, foi arrecadada pela própria instituição por faltarem interessados.³⁶²

Normalmente as rendas eram arrematadas em dezembro, sendo confirmadas pelos oficiais de janeiro do ano seguinte, quando começavam a ser cobradas. É plausível pensar que, a situação dos camaristas que se prolongavam desde 1716 à frente da instituição, diante de um novo governador, que em seu discurso de posse havia deixado claro que não toleraria os abusos cometidos pelas elites locais até então, tenha criado um ar de incertezas que afastou os contratadores da instituição em dezembro e início de janeiro. Afinal de contas, não seria absurdo pensar que, no final de dezembro, o novo governador poderia empreender uma nova eleição, e se assim fosse feito, a nova cúpula camarária poderia ser ocupada por outros sujeitos que poderiam não confirmar os contratos. Apesar disso, nada mudou nos meses iniciais de 1718, os lances começaram a surgir a partir de 10 de janeiro e os contratos foram arrematados.

³⁶⁰ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 296-7, 302-3, 309-10.

³⁶¹ Ibidem. p. 377-8.

³⁶² ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 50-57.

Houve também, a partir de 1714, um certo desgaste dos oficiais em relação à realização de uma obra pública que permaneceu na pauta da instituição até ao menos a metade da década de 1720, trata-se da edificação da casa de Câmara Municipal e Cadeia. A primeira referência a obra data de 27 de outubro de 1714, quando foi colocada em praça com descrições detalhadas do material que deveria ser utilizado.³⁶³ No caso das obras, eram entregues a quem desse o lance mais barato. Alcançou-se na reunião de 28 de novembro o lance de 2.820 oitavas de ouro (4:230\$000), considerado alto pelos camaristas. Passaram ordem ao porteiro para que “afrontasse” os lançadores, com o propósito de diminuir os preços, procedimento feito em 5 de dezembro em praça pública, chegando-se ao valor de 2.600 oitavas de ouro (3:900\$000), oferecido por Domingos de Abreu. A redução não foi o bastante os oficiais adiaram a arrematação.³⁶⁴

* * *

Apresentado em detalhes o cotidiano institucional e os atritos presentes desde a fundação da Câmara Municipal até o início do governo do Conde de Assumar, em dezembro de 1717, é possível traçar algumas conclusões parciais sobre este *primeiro período administrativo*. O momento apresentado retrata o auge da resistência de um primeiro grupo ligado, até onde as evidências permitiram entender, majoritariamente, mas não exclusivamente à atividade mineradora. É evidente que não se espera uma visão tão simples, associando indivíduos ou à extração aurífera, ou ao comércio, já se sabe que as duas atividades poderiam ser complementares e exercidas pelos mesmos indivíduos.³⁶⁵ Contudo, entendemos que havia diferenças de gradação e certa especialização; em outros termos, os indivíduos investiam mais em um ou outro setor, que conheciam melhor, no qual tinham mais experiência ou achavam mais promissor.

De 1711 até o final de 1717, observou-se uma tendência de aumento na quantidade e complexidade das atividades da instituição. Predominou, principalmente no primeiro triênio, incumbências ligadas à estruturação e normatização das atividades cotidianas da vila, portanto, discutiu-se muito os regimentos, as posturas, o formato de arrecadação das receitas e das despesas, principalmente com obras públicas. A partir de 1714, os debates em torno dos quintos ocupam o tempo dos oficiais camarários e, ao mesmo tempo, torna ainda mais importante o espaço institucional, que passava a organizar todo o processo de arrecadação dos quintos. Talvez por isso a cúpula camarária tenha sido, no final deste triênio, controlada

³⁶³ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715... p. 344-345.

³⁶⁴ Ibidem. p. 345-6, 348-9.

³⁶⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. p. 159-160.

por alguns oficiais, que se prolongaram até 1718 à frente da instituição e, por consequência, mantiveram o controle sobre a arrecadação dos quintos.

Apenas com as primeiras ações do Conde de Assumar em meados de 1718 este grupo seria deslocado da cúpula institucional. Isto não significa que eram os mais importantes da localidade, provavelmente ocupavam os postos camarários representando interesses de indivíduos mais influentes. Para citar como exemplo, Pascoal da Silva Guimarães, um dos sujeitos mais influentes do período, não exerceu nenhuma função na cúpula até 1718. Passou pela instituição em 1719, como juiz ordinário, em um conjuntura atípica, de radicalização das resistências à política do Conde de Assumar.

Os principais expoentes deste primeiro grupo serão alvo de nosso estudo no último capítulo deste trabalho, o fundamental neste momento é reforçar que eles controlavam a Câmara Municipal, mas que estavam submetidos e representavam, em certa medida, os interesses de uma elite econômica que, até onde foi possível observar, só passava pela instituição nos momentos em que seus interesses eram ameaçados, como o fez Pascoal da Silva Guimarães e seu filho João da Silva Guimarães, juízes ordinários em 1719 e 1720, ambos articuladores da Revolta de Vila Rica em 1720.

Observando a trajetória destes indivíduos que controlaram por mais tempo a instituição até 1718, conclui-se que a quase totalidade não retornou à cúpula camarária no *segundo período administrativo*, o que confirma a ruptura ocorrida em 1720 e corrobora a concepção dos *períodos administrativos*. A partir de 1718, como veremos na próxima parte deste capítulo, a resistência destes indivíduos aumentou na mesma proporção em que cresceu as ingerências do Conde de Assumar sobre a Câmara Municipal. Em 1719 e 1720 outro grupo tomou a instituição via eleição – manipulada, como parece ter sido a regra no período – mudando o grau da resistência, que assumiu um tom mais exaltado, embora as relações entre Câmara Municipal e governador continuassem, oficialmente, marcadas por uma dissimulação de parte a parte.

Ao afirmar a capacidade de resistência de um grupo não se pretende enfatizar o caráter insubmisso da região a partir das resistências articuladas pelas diversas facções da classe dominante local. Ao contrário, o que se pretende é afirmar que estas resistências que, sem dúvida, eram fortes e ocorriam dentro e fora das câmaras municipais, devem ser vistas como sintomas de um movimento maior que atingiu em cheio os interesses destas elites, não simbolizam o fortalecimento do poder local, mas são sintomas da crise vivida por estes grupos que, cada vez mais sufocados, divididos e enfraquecidos pelo poder régio, tentavam, em desespero, articular-se; uma facção opta pela resistência, e para tanto busca o controle das

prerrogativas da Câmara Municipal, outra decide se alinhar ao projeto régio, combate a primeira e termina por ocupar a instituição local com apoio dos agentes régios.

4.3. A Revolta de Vila Rica em 1720, um divisor de águas

O cenário na região das minas não era dos melhores para os agentes régios quando o novo governador, Conde de Assumar, iniciou suas atividades em dezembro de 1717. Seu antecessor, D. Brás Baltasar da Silveira, passou acuado os últimos anos na região. Já em 1715, escreveu ao monarca relatando as dificuldades de se controlar a classe dominante local, solicitando substituto. Isso ajuda a entender o porquê, diante da nomeação do substituto em 1717, abandonou o cargo sem esperar que sucessor chegasse à região.³⁶⁶

O Conde de Assumar se envolveu, logo no primeiro mês, nas discussões dos quintos junto à Câmara Municipal de Vila Rica, centro nevrálgico das relações entre agentes régios e elites locais. Em 19 de janeiro de 1718 criou, sem ter autorização do monarca, a vila e Câmara Municipal de São José del-Rei, atual Tiradentes, ao lado de São João del-Rei, dividindo os interesses dos poderosos da localidade. Segundo Diogo de Vasconcelos, o ato não foi desaprovado pelo monarca para não desprestigiar o novo governador, mas junto à aprovação posterior veio a ordem proibindo-o de criar novas vilas, salvo em caráter de urgência.³⁶⁷

O Conde de Assumar era, quando da sua nomeação, indivíduo jovem, com formação militar e pouca experiência administrativa. João Henrique Ferreira de Castro, que estudou mais detalhadamente o contexto da Revolta de 1720, afirma que a nomeação fazia parte de um projeto maior, que pretendia alterar o equilíbrio entre agentes régios e potentados na região das minas.³⁶⁸ Portanto, sua nomeação pode ser entendida como uma inflexão explicada por fatores mais amplos que as características pessoais do líder.³⁶⁹

De todos os governadores até 1736, o Conde de Assumar foi o que mais atacou as câmaras municipais, agindo no sentido de esvaziar-lhes as prerrogativas, intervindo, diminuindo a autonomia institucional e, conseqüentemente, a autonomia das facções locais articuladas, cada vez mais em torno da instituição. Além da tentativa de criar um juiz dos

³⁶⁶ APM, SC 4. REGISTRO de alvarás, ordens, cartas régias e ofícios dos governadores ao rei, 1709-1722. Rolo 1. fl. 396v.

³⁶⁷ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga...* p. 328; Cf. AHU MG, cx. 1, doc. 73.

³⁶⁸ CASTRO, João Henrique Ferreira de. *A repressão a Revolta de Vila Rica de 1720. Perdão e Punição sob ótica da justiça no Império Ultramarino Português*. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. p. 199-200.

³⁶⁹ Em carta de 8 de janeiro de 1719 direcionada ao monarca, portanto pouco mais de um ano após a chegada na região, o Conde de Assumar reclamava do caráter da população mineira, e alegava ter um gênio inadequado para o governo da região. Cf. VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga...* p. 328.

órfãos, que, na prática, tirava dos juizes ordinários o controle do cofre dos órfãos – importante fonte de liquidez monetária das economias locais – retirou das câmaras municipais o controle direto sobre a arrecadação dos quintos, as esvaziou tanto a ponto dos oficiais de Vila Nova da Rainha chegarem a reclamar que só estavam ali para despachar licenças de tabernas.³⁷⁰ Trata-se de uma indicação de que o movimento de internalização das pautas visto em Vila Rica foi generalizado na capitania, e provocado pelos agentes régios. Esses e outros pontos importantes da sua administração serão analisados nas linhas que seguem, levando em conta o cotidiano da Câmara Municipal de Vila Rica.

4.3.1. O início do governo do Conde de Assumar

O ano de 1718 começou com poucas mudanças na cúpula institucional, repetindo-se a maioria dos nomes que serviram em 1716 e 1717. No entanto, em meados do ano ocorreu uma série de substituições na cúpula camarária, provocadas pelo então governador Dom Pedro de Almeida Portugal, o Conde de Assumar. Foi um ano de muita instabilidade, passaram pela cúpula da instituição não seis, mas oito indivíduos. Os únicos que começaram e terminaram o ano de 1718 em seus respectivos ofícios foram o juiz ordinário sargento-mor Francisco Viegas Barbosa, que estava na cúpula camarária desde 1715, e o procurador da Câmara sargento-mor Antônio Martins Lessa, que ocupou a mesma função em 1717. Os restantes ou foram afastados ao longo do ano, ou substituíram os afastados.

Manuel Dias de Menezes, o outro juiz ordinário de 1718, foi almotacé em 1714, vereador em 1715, juiz ordinário em 1716 e 1717. Foi o primeiro a ser afastado pelo governador Conde de Assumar, após receber denúncia do ouvidor do Rio das Mortes de que estaria organizando, junto com outros oficiais da cúpula camarária, uma manobra para desfazer todos os acertos das juntas de 1718, que retiravam das câmaras municipais o controle direto sobre a arrecadação dos quintos.³⁷¹

As mudanças promovidas nestas juntas afetavam os interesses da facção mineradora à frente da Câmara Municipal. A cobrança dos quintos continuaria recaindo sobre os escravos em geral, não apenas os dos mineradores, o que não era um problema para os camaristas. Contudo, de acordo com o regimento dos provedores de freguesia, de 4 de março de 1718, as câmaras municipais deixariam de fazer a confecção da lista de escravos que orientava a cobrança e não escolheria mais os cobradores dos quintos, como fazia até então, perdendo

³⁷⁰ GOLGHER, Isaias. *Guerra dos Emboabas...* p. 217.

³⁷¹ FIORAVANTE, Fernanda. *Os bons homens das minas: os oficiais das câmaras mineiras no processo de implantação do poder régio nas terras do ouro*, c. 1711 – c. 1750. Tese de Doutorado em História Social. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. p. 198.

também o controle do tributo sobre as importações (direitos de entrada), que passaria à Fazenda Real. Assim, o Conde de Assumar esvaziava o poder das câmaras municipais, reduzidas cada vez mais a um papel burocrático, um órgão para despacho de requerimentos.³⁷²

Quanto aos vereadores, as transições ocorreram da seguinte forma: começaram no exercício destes ofícios o sargento-mor Manuel Gomes da Silva, o tenente-coronel João Pinto da Silva e o capitão Manuel de Matos Fragoso, todos provenientes do exercício anterior. No meio do ano, conforme explicou Maria Verônica Campos ³⁷³, o governador, com o objetivo de afastar este grupo que vinha se entrenchando à frente da instituição, e querendo promover as eleições trienais suspensas havia dois anos, começou a usar de seus meios para deslocar estes indivíduos para outras regiões, dando a eles determinadas demandas que precisavam ser satisfeitas. Este artifício criou lacunas na instituição, e, de certa forma, promoveu uma desestabilização do grupo local, abrindo espaço para um reordenamento. Manuel Dias de Menezes, então juiz ordinário, por pedido do governador, seguiu para o Rio de Janeiro acompanhando o preso José do Amaral Gurgel, lá chegando foi detido até segunda ordem. O outro juiz ordinário, Francisco Viegas Barbosa, recebeu do Conde de Assumar a incumbência de levar uma carta sua a São João del-Rei, com ordem de não voltar até nova autorização. Outra mudança a prisão do escrivão da câmara, Miguel de Andrade Ferreira, que embora nomeado pelo rei, havia se alinhado ao grupo local e ocupava a função desde 1715, tendo servido como almotacé em 1718, pouco antes da prisão. As ações contra a cúpula camarária foram justificadas ao rei, com a alegação de que os oficiais afastados dificultavam seu governo.³⁷⁴

Ao longo das atas, não há qualquer referência ou explicação que justifique a troca dos oficiais. Ao acompanhar os nomes, estes oficiais simplesmente começam a desaparecer, e outros começam a aparecer no lugar. Apenas um acompanhamento das assinaturas e citações de nomes nas atas pode esclarecer a situação. Em todo o período a instituição foi guiada apenas por um juiz ordinário, pois o juiz ordinário Francisco Viegas Barbosa não frequentou nenhuma reunião no ano. Na primeira vereação, em 3 de janeiro de 1718, estavam presentes Manoel Dias de Menezes (juiz ordinário) João Pinto da Silva e Manoel de Matos Fragoso (vereadores) e Antônio Martins Lessa (procurador da câmara). Estes quatro sujeitos assinam

³⁷² CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros...* p. 172-173.

³⁷³ Este reordenamento que ocorre na cúpula da instituição em 1718 é tratado em detalhes em CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros...* p. 172-173.

³⁷⁴ Ibidem. p. 172-173.

todas as reuniões até 23 de abril de 1718, quando o juiz ordinário Manoel Dias de Menezes é afastado, assumindo o posto de juiz ordinário o vereador Manoel Gomes da Silva.³⁷⁵

Assim, passam a estar presentes, nas reuniões, Manoel Gomes da Silva, agora como juiz ordinário e presidente da Câmara Municipal, os vereadores, Manoel de Matos Fragoso e João Pinto da Silva, além do procurador Antônio Martins Lessa, que era citado nas atas como substituto de José Luiz Sol afastado desde 1717 em virtude de doença. A partir da reunião de 15 de junho de 1718, o vereador João Pinto da Silva – cuja assinatura já não aparecia desde a reunião de 30 de abril, mas continuava sendo citado como presente na abertura dos termos de vereação – passa a não ser mais citado. Na reunião seguinte, de 22 de junho de 1718, aparecem dois novos vereadores sem qualquer explicação, Francisco da Costa de Oliveira e Domingos Francisco de Oliveira.³⁷⁶

Embora estes dois indivíduos tivessem participado ativamente da Câmara Municipal de Vila Rica até 1715, se afastaram neste momento, e só retornaram neste segundo semestre de 1718 graças às intervenções do Conde de Assumar. Olhando para a trajetória dos dois, vê-se que fizeram parte do pequeno grupo que conseguiu retornar à instituição no *segundo período administrativo*, o primeiro servindo como juiz ordinário em 1723, 1725 e 1734, almotacé em 1724, e o segundo como vereador em 1723 e juiz ordinário em 1726. Este grupo, após a chegada do Conde de Assumar, se alinhou a seu projeto, contrapondo-se ao grupo que controlava a instituição e, graças a isso, conseguiram voltar à cúpula camarária após a eclosão da Revolta de Vila Rica em 1720.

Na abertura da reunião de 1º de setembro de 1718, há a confirmação de que Domingos Francisco de Oliveira (que desde o final de junho já vinha, junto com Francisco da Costa de Oliveira, servindo e assinando como vereador) estava substituindo João Pinto da Silva. Na vereação de 2 de novembro, Manoel Gomes da Silva, que iniciou o ano como vereador e ascendeu a juiz ordinário, seria substituído pelo vereador Manoel de Matos Fragoso, agora juiz ordinário e presidente. Este, mesmo conseguindo terminar o ano como presidente da instituição, encerra aqui seu envolvimento, não aparecendo mais nas atas, como a maioria dos sujeitos que serviram neste *primeiro período administrativo*.³⁷⁷

Considerando os cinco que efetivamente estavam participando das reuniões no início de 1718 (Menezes, Gomes Silva, Fragoso, Pinto Silva e Lessa), terminaram apenas Fragoso, como presidente da Câmara Municipal, e Lessa, que prosseguiu como procurador. Todos os outros foram afastados sem maiores explicações nas atas.

³⁷⁵ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 54-55, 69-70.

³⁷⁶ Ibidem. p. 76-77.

³⁷⁷ Ibidem. p. 79-80, 85.

O segundo semestre de 1718 foi, depois dos meses de Junho e Julho de 1720, o momento mais difícil para o Governo do Conde de Assumar. Em carta de 15 de outubro de 1718 o governante deixa claro que a existência de dois grupos, um que defende a “razão e a justiça” e o “outro partido”.³⁷⁸ Diante de dois projetos, um das elites locais resistentes, outro do monarca, dos seus agentes e de outros setores das elites locais, era preciso cooptar as lideranças locais mais flexíveis, e neutralizar a influência dos mais resistentes, seja afastando-os temporariamente dos cargos, como inicialmente fez o governador, seja os afastando da região pela força, como feito no momento da repressão ao levante.

Esse movimento de cooptação das lideranças locais, primeira etapa do processo de neutralização das influências resistentes ao projeto régio, pode ser flagrado a partir de alguns exemplos. Manuel Dias de Menezes, juiz ordinário, afastado de Vila Rica nos primeiros meses de 1718 em função das manobras de Assumar, recebeu, em 19 de agosto do mesmo ano, uma licença do governador para, junto com Belchior dos Reis (juiz ordinário em Vila Rica em 1721), edificar fornos para fabricação de cal, obtendo também a exclusividade da atividade durante três anos, sob pena de 100 oitavas de ouro, metade para o denunciante, metade para obras pias. Belchior dos Reis seria ainda beneficiado, recebendo, em 9 de dezembro de 1719, das mãos do governador, o posto de capitão das Ordenanças do Ouro Branco e, em 4 de março de 1720, o posto de sargento-mor do terço das ordenanças de Vila Rica, antes ocupado por Manuel Dias de Menezes. A contrapartida foi o apoio dado por Belchior ao governador quando da repressão ao levante de 1720.³⁷⁹

No entanto, nem todas as lideranças estavam dispostas à cooptação. Pascoal da Silva Guimarães, principal líder da Revolta de Vila Rica em 1720, aliado do antigo governador emboaba, Manuel Nunes Viana, resistiu. No início de 1718 o Conde de Assumar corroborou o pedido de um Hábito de Cristo para Manuel Rodrigues Soares primo de Manuel Nunes Viana, aliado de Pascoal. Em seguida, diante das resistências, mudou a estratégia e solicita ao ouvidor do Rio das Velhas que use de sua influência para impedir que os primos tivessem êxito na arrematação das passagens do Rio das Velhas.³⁸⁰

Até meados de 1718, o Conde de Assumar investiu muito na cooptação das lideranças, obtendo algum sucesso. No entanto, a partir do segundo semestre de 1718, as limitações desta estratégia começam a se manifestar com maior contundência, e os conflitos se multiplicaram. Ainda neste primeiro ano do novo governo estoura, em Catas Altas, um destes

³⁷⁸ APM, SC 11. CARTAS, ordens, despachos, bandos ou editais do governador das Minas Gerais – D. Pedro de Almeida e Portugal (Conde de Assumar), 1713-1721. Rolo 3. fl. 63.

³⁷⁹ MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Jogos de interesses e estratégias...* p. 110.

³⁸⁰ Ibidem. p. 110.

motins, que se estendeu por Caeté, Morro Vermelho e Santa Bárbara. O estopim do conflito foi a disputa de uma lavra entre Tomé Fernandes e Bento Ferraz e os primos Manuel Rodrigues Soares e Manuel Nunes Viana, o antigo governador emboaba.

Marcado pela violência sintetizada pela ocorrência de “conflitos armados e assuadas nos diversos locais abrangidos pelo movimento”, tal motim radicalizaria a oposição entre Assumar e Manuel Nunes Viana e mostraria ao governador que o ouvidor Manuel Mosqueira da Rosa era, na verdade, um homem com o qual ele não podia contar. O governador tentou intermediar o conflito e se deparou com omissões por parte de Manuel Mosqueira da Rosa, aliado de Manuel Nunes Viana e Pascoal da Silva Guimarães.³⁸¹

Com tantas mudanças na cúpula da instituição o conteúdo das reuniões assumiu um segundo plano. Foram 61 vereações, número quase igual aos 60 do ano anterior, porém contou-se 173 pontos de pauta contra 124 do exercício anterior. Como 1714 e 1721, houve em 1718 um pico administrativo, embora em menor escala. Decompondo os debates de 1718, vê-se um novo equilíbrio entre o espaço ocupado nas pautas pelos assuntos predominantemente internos e externos. Os primeiros dominados pelos despachos de petição, como vinha ocorrendo desde 1714, e as atividades externas marcadas pelas receitas, embora as despesas tenham ocupado tempo relevante.

As eleições para o triênio de 1719-1721 seriam realizadas sem grande oposição, já que o Conde de Assumar havia desmobilizado o entrincheiramento que impediu o processo eleitoral no final de 1716. Nos últimos dias do ano de 1718, no entanto, o governador enviou documento à Câmara Municipal de Vila Rica informando que o ouvidor Manuel Mosqueira da Rosa havia lhe dito que não poderia supervisionar o processo eleitoral em função de uma enfermidade. Neste mesmo documento o governador solicitou aos oficiais que coordenassem o processo eleitoral, atentando para que ocorresse com toda a legalidade e sossego.³⁸² Três dias depois o governador mudou sua estratégia, avisando à Câmara Municipal que enviaria o tenente general João Ferreira Tavares, possivelmente seu aliado, para supervisionar as eleições, usando como justificativa a tentativa de se evitar os embaraços ocorridos nos últimos processos eleitorais trienais.³⁸³ Tratava-se não de uma doença do ouvidor, mas de mais uma manobra do governador, que ordenou o afastamento do ouvidor Manuel Mosqueira Rosa – já havia mandado o filho do ouvidor para São João del-Rei – justamente para proceder a nova

³⁸¹ CASTRO, João Henrique Ferreira de. *A repressão a Revolta de Vila Rica...* p. 222-227.

³⁸² APM, CMOP 6, fls. 965-967.

³⁸³ Ibidem.

eleição, a enfermidade era uma desculpa, tanto que, passada a eleição, em janeiro de 1719, ouvidor retornou ao seu posto.³⁸⁴

Dos seis oficiais da cúpula eleitos para este ano nenhum havia exercido função na cúpula, ou por não terem expressão local, ou por não terem interesse ou necessidade, caso seus interesses já estivessem representados pelas cúpulas anteriores. Os juízes ordinários foram o coronel João Antunes Colaço, que participou da instituição ocupando funções modestas em 1718, como almotacé e cobrador dos quintos; e o mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães, famoso pela participação na Guerra dos Emboabas, um dos antigos potentados dos primórdios da região das minas. Este cargo de juiz ordinário em 1719 foi o primeiro que ocupou na instituição, sendo escolhido procurador para a Junta no mesmo ano.

Dois vereadores também não contavam com um histórico interno de peso: o sargento-mor Bento Felix da Cunha serviu apenas como almotacé em 1715. O sargento-mor Manuel de Souza Serqueira foi também almotacé em 1715 e atuou como cobrador dos quintos em 1715, 1717 e 1718. O procurador da câmara, capitão Antônio da Costa Gouvêa, também ficou restrito à atuação nestes cargos, foi almotacé em 1718 e cobrador dos quintos em 1715 e 1718. A atuação dos cinco oficiais acima citados ficou restrita a este primeiro período administrativo, aliás, este ano de 1719 é o último em que aparecem nas atas exercendo alguma função, seja de grande ou pequena importância. A única exceção é a de um vereador, o capitão Antônio Ramos dos Reis, que já havia servido como almotacé em 1713, como cobrador dos quintos em 1715 e 1717, voltou à instituição como almotacé em 1724, chegou a ser eleito juiz ordinário em 1725 mas não assumiu, e em 1732 foi nomeado para a função de juiz dos órfãos.

Apesar do esforço feito pelo governador para controlar o processo eleitoral, foi eleito como primeiro juiz ordinário Pascoal da Silva Guimarães, aliado do ouvidor. Conseguiu-se, sem sombra de dúvida, uma renovação completa nos quadros, nenhum dos eleitos, tanto em 1719 quanto em 1720, tinha qualquer passagem anterior pela cúpula da instituição. No entanto, a renovação provocada pelos esforços do Conde de Assumar não era a que desejava, os que assumem logo voltar-se-iam contra os interesses do governador.

Esse esforço do Conde de Assumar em manipular as eleições locais, no sentido de eleger representantes alinhados aos interesses régios, deve ser visto de modo mais amplo. Ao que parece, seu receio era de que aliados do antigo governador emboaba, Manuel Nunes Viana (incluindo Pascoal da Silva Guimarães), desestabilizassem seu governo. Tanto é que os perseguiu no sertão e solicitou, por diversas vezes, auxílio do governador-geral Sancho de Faro

³⁸⁴ CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros...* p. 189-190.

e Sousa, entre dezembro de 1718 e abril de 1719. O governador-geral recomendou, por duas vezes (uma em março, outra em abril de 1719), que o Conde de Assumar procedesse com cautela na neutralização de Nunes Viana no Sertão, desaconselhando que se efetivasse a intenção de Assumar em criar vila no sítio do Papagaio, o que realmente não foi feito.³⁸⁵

Se houve renovação na composição da cúpula camarária, do ponto de vista das pautas, a princípio, não houve grandes diferenças em comparação com os anos anteriores. O que diferenciou este momento dos anteriores foi mais a composição da cúpula camarária do que propriamente os debates em seu interior. Processo oposto ocorreu a partir de 1721, por isso a relevância de se analisar, também do ponto de vista quantitativo, a variação dos assuntos.

As rendas de 1719, como nos anos anteriores, estiveram profundamente ligadas às oscilações da cúpula camarária. Foram arrematadas no final de 1718, às vésperas da eleição trienal, pelos camaristas aliados ao Conde de Assumar. A Câmara Municipal passava ao campo de influência de Pascoal da Silva Guimarães, agora de forma direta, pois ele mesmo foi eleito juiz ordinário em 1719.³⁸⁶

Em meados do ano, foi dada posse ao novo ouvidor, Martinho Vieira, que veio substituir Manoel Mosqueira da Rosa, uma figura central na primeira década de funcionamento da instituição. O novo ouvidor, como de costume, foi nomeado pelo rei, e tomou posse em 1º de julho de 1719 junto à Câmara Municipal, sem maiores complicações. Para o Conde de Assumar era uma vitória, para Pascoal da Silva Guimarães, que seguia no controle da instituição, uma baixa, que só não foi maior porque seu aliado Manuel Mosqueira da Rosa permaneceu na região, mantendo a esperança de retornar ao cargo.³⁸⁷

Mas o que diferenciou o exercício administrativo de 1719 dos anteriores, portanto a gestão do grupo de Pascoal da Silva Guimarães em relação aos anteriores, foram os debates recorrentes em torno do combate ao comércio nas regiões de mineração, algumas controladas pelo grupo de Pascoal da Silva Guimarães. As primeiras ocorrências tentando limitar a existência das vendas na região do Córrego Seco, Ouro Podre, Morro e do Ouro Fino apareceram em 7 de janeiro de 1719, quando os oficiais enviaram carta ao governador, repassando um requerimento (dos moradores da vila e do bairro de Antônio Dias) pedindo que assim fosse procedido, o que obteve a aprovação do Conde de Assumar. Em 23 de janeiro de 1719, as medidas foram postas em prática, definindo-se uma multa de 200 oitavas de ouro para os que não retirassem as vendas da região em prazo de quinze dias. A intenção, ao que parece, era limitar uma espécie de despovoamento, que começava a ocorrer no centro da vila

³⁸⁵ CASTRO, João Henrique Ferreira de. *A repressão a Revolta de Vila Rica...* p. 239, 256.

³⁸⁶ Ibidem. p. 88-90.

³⁸⁷ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 110-111.

em sentido aos locais onde se proibia o comércio. O tema voltaria à pauta em várias ocasiões ao longo dos anos, reiterando as proibições e aumentando, gradativamente, as punições para negros de tabuleiro e outros comerciantes. A circulação de negros também foi limitada após a hora da Ave Maria (18 horas), ficando suspensa também a guarita, em casas ou vendas, de negros pertencentes a terceiros, com pena de 20 oitavas de ouro e prisão.³⁸⁸

Havia muitos interesses por trás da proibição do comércio em algumas áreas de mineração. Embora o tema tenha ocupado espaço significativo na Câmara Municipal, pois tal controle tinha relação com as posturas locais reguladas pela instituição, as pressões não surgiram dos oficiais, e sim do governador, que via nas limitações um meio de enfraquecer a facção de Pascoal da Silva Guimarães, presidente da Câmara Municipal, que controlava estes espaços, exercendo, na região do Morro, uma espécie de controle paralelo ao do poder régio, chegando a impedir, inclusive, a entrada de oficiais de justiça. Desde ao menos o êxito na Guerra dos Emboabas, não se costumava agir contra o potentado. O Conde de Assumar foi o primeiro a enfrentá-lo.³⁸⁹

Há, neste caso, um elemento contraditório, pergunta-se: 1) Pascoal da Silva Guimarães seria prejudicado com a retirada do comércio na região? 2) Se sim, por qual motivo eles apoiariam tal ação? A partir do discurso de Assumar, feito no final de seu governo para legitimar a repressão ao levante de 1720, indica-se que a limitação do comércio na dita região era do interesse de Pascoal da Silva Guimarães, pois eliminava os concorrentes e não o comércio dele, que, por exercer grande influência, os manteria funcionando.³⁹⁰ Muitas cartas foram trocadas entre os oficiais da Câmara Municipal de Vila Rica e o Conde de Assumar sobre este assunto, chegando-se à resolução, ainda em 1719, de se transferir as vendas do Córrego Seco e Ouro Fino para o centro da vila.³⁹¹

Uma das primeira medidas da cúpula camarária, liderada por Pascoal da Silva Guimarães, em 1719, foi atacar com veemência a criação, no ano anterior, do juízo dos órfãos pelo Conde de Assumar. Os camaristas trataram de questionar, junto ao monarca, a nomeação do letrado José Peixoto para a função. Alegavam que o governador agia motivado por “alguns desgostos do passado”, defendendo que “os erros de uns não podem prejudicar a outros”, sem, contudo, especificar quem teria cometido qual erro. Terminaram reivindicando a

³⁸⁸ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 92-93, 95, 96, 101 e 111.

³⁸⁹ CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros...* p. 220, 234.

³⁹⁰ SOUZA, Laura de Mello e (Estudo Crítico). *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 73.

³⁹¹ APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fls. 11v-12.

reintegração do juízo dos órfãos ao juízo ordinário, controlado por Pascoal da Silva Guimarães, o que acabou sendo feito. A vitória do grupo local, resistente, viria, mas devido à demora nas comunicações, a curto prazo houve uma redução das funções do juízo ordinário e um fortalecimento do Conde de Assumar.³⁹²

Além da proibição do comércio nas áreas de mineração e da polêmica em torno do juízo dos órfãos, as obras da casa da Câmara Municipal e cadeia, suspensas desde 1714, voltam a compor a pauta e, em 15 de março de 1719, foram arrematadas a João Ferreira Diniz, conhecido da Câmara Municipal por arrematar nos anos de 1713, 1714 e 1718, o contrato da carceragem, que voltaria a arrematar em 1720. O contrato das obras ficou por mais de três meses em praça, houve um lance menor que o de João Ferreira Diniz, de 9.800 oitavas de ouro (14:700\$000)³⁹³, como o de Matias Henriques e Domingos Rodrigues Paes, de 8.800 oitavas (13:200\$000), que retiraram a proposta em 15 de março, dia da arrematação do contrato, alegando falta de fiadores e meios necessários para execução da obra.³⁹⁴

Em 10 maio de 1719, não se sabe por qual motivo, o contrato foi colocado novamente em praça, ignorando-se a arrematação de março e, em 20 de maio, foi arrematado novamente por João Ferreira Diniz, agora por preço mais alto, de 11.300 oitavas de ouro (16:950\$000), valor equivalente a mais de dois anos de orçamento médio da instituição na década de 1720. A partir desse processo de arrematação foi possível entender como o controle da instituição poderia ser usado para favorecer e, em última análise, consolidar o poder de um grupo em detrimento de outros que não conseguiam acesso à instituição.³⁹⁵

Os novos oficiais, eleitos em 5 de janeiro de 1720, entre os quais João da Silva Guimarães, filho de Pascoal da Silva Guimarães, repassam a João Ferreira Diniz o contrato da carceragem, da mesma forma que os oficiais de 1718, o que demonstra que o contratador estava bem alinhado com todos os grupos que passaram pela instituição, desde ao menos 1713. Ao arrematar a obra da casa da Câmara Municipal, que incluía, como de costume, um primeiro andar onde ficariam os presos, agia em sentido complementar ao contrato da carceragem, que normalmente arrematava.³⁹⁶

³⁹² APM, CMOP 9. REGISTRO de cartas da Câmara a Sua Majestade, 1719-1738. Rolo 17, gav. E-2. fl. 2v.

³⁹³ O valor médio anual das receitas e despesas da instituição foi de aproximadamente 7,5 contos de réis na década de 1720 e de 9,5 contos de réis na primeira metade da década de 1730.

³⁹⁴ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 102.

³⁹⁵ APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fls. 9v- 10.

³⁹⁶ Ibidem. fls. 19v-20.

Tudo leva a crer que João Ferreira Diniz atuou como um “testa de ferro” de Pascoal da Silva Guimarães.³⁹⁷ Tal era o envolvimento que o arrematante tinha com a cúpula de 1719 e 1720, em especial com a parte da cúpula diretamente vinculada ao levante de 1720, que esteve relacionado entre os presos que seguiam para o Rio de Janeiro, como se vê em carta do monarca ao governador do Rio de Janeiro, Aires de Saldanha e Albuquerque, datada de 27 de abril de 1722, em que solicita o envio dos presos de Minas Gerais ao reino.³⁹⁸ A Câmara Municipal já havia gasto cerca de 5 mil réis com a obra, com a prisão do contratador, cabia a devolução do valor por parte do fiador.³⁹⁹

Outro questionamento, enviado ao rei pelos oficiais camarários de 1719, envolveu a matéria dos quintos. Ao contrário do que se esperava diante dos múltiplos ataques que o governador empreendia sobre a Câmara Municipal, o tom geral da carta dos oficiais camarários ao monarca foi de contentamento com a nova forma de arrecadação dos quintos, louvavam o governador e solicitavam a renovação de seu mandato por mais um triênio.⁴⁰⁰ Não nos cabe especular sobre a personalidade de Pascoal da Silva Guimarães, mas é no mínimo curioso o teor das mensagens enviadas ao rei pela gestão que ele presidia de 1719. Com base em todos os outros pontos de divergência já listados, parece-nos evidente que, já em 1719, os interesses entre a facção de Pascoal e o governador eram divergentes; então, como explicar o teor do documento em questão?

³⁹⁷ Um fato fundamental que explica todo o processo é o vínculo que este sujeito estabelece com Pascoal da Silva Guimarães. Maria Verônica Campos indica Pascoal (e não João Diniz) como o arrematador da obra, tendo proposto, a princípio, fazê-la de pau-a-pique por 9 mil oitavas, perdendo para Agostinho Guido e Bartolomeu Biz, que fariam em pedra por 8 mil oitavas. O juiz ordinário teria conseguido anular a arrematação para ganhar outra por 11 mil oitavas. O Conde de Assumar interveio solicitando ao rei o cancelamento do contrato, mas quando este foi feito já haviam sido pagas 5 mil oitavas. Cf. CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros...* p. 220, 234.

³⁹⁸ AHU RJ, cx. 13, doc. 59. PROVISÃO do rei [D. João V] ordenando ao governador do Rio de Janeiro, Aires de Saldanha de Albuquerque, que remeta para o reino os presos que se encontram naquela praça, Pascoal da Silva Guimarães, Manoel Mosqueira da Rosa, Sebastião da Veiga Cabral, Antônio Antunes Reis, José Peixoto da Silva, José Ribeiro Dias, João Ferreira Diniz, Antônio de Figueiredo Botelho, Manoel Moreira da Silva e o padre frei Francisco do Monte Alberne, conforme o pedido feito pelo governador de Minas, Conde de Assumar, [D. Pedro de Almeida Portugal]. Lisboa, 27 de abril de 1722. Os presos listados são: Pascoal da Silva Guimarães, Manuel Mosqueira da Rosa, Sebastião da Veiga Cabral, Antônio Antunes Reis, José Peixoto da Silva, José Ribeiro Dias, João Ferreira Diniz, Antônio de Figueiredo Botelho, Manuel Moreira da Silva e o padre frei Francisco do Monte Alverne.

³⁹⁹ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 149-50. Consultando os livros de receita e despesa, constatamos que o reembolso foi dividido e pago em parcelas pelo fiador Dr. Ernesto Lamberto, entrando a última parcela em 1724, somando 4.542,875 oitavas, pouco mais do que as 4.535 oitavas (6:802\$500) da primeira cobrança feita na reunião de 27 de agosto de 1720.

⁴⁰⁰ APM, CMOP 9. REGISTRO de cartas da Câmara a Sua Majestade, 1719-1738. Rolo 17, gav. E-2. fls. 2-2v.

Pelo discurso de Assumar, elaborado no final do seu governo para justificar a repressão ao levante de 1720, explica-se esta estratégia de Pascoal da Silva Guimarães. Como era a principal liderança do movimento de resistência ao governo, fingia estar favorável ao governo pelas vias oficiais, frente ao monarca, articulando contra o mesmo nos bastidores. Assim, ganharia com o sucesso da conspiração, e não perderia se o movimento fracassasse. Em 1719, ele mesmo era juiz ordinário em Vila Rica; em 1720, ano do levante, ele tinha seu filho como juiz nesta localidade, um cunhado deste em Sabará e um sogro em Caeté, contando com outros aliados na Vila do Carmo e nas câmaras municipais do Rio das Mortes.⁴⁰¹

Voltando à carta, seu teor pode ser amenizado se levarmos em conta dois fatores: o primeiro é o envio, na mesma frota, de outra carta dos oficiais da Câmara Municipal solicitando ao rei privilégios para a instituição, entre os quais a capacidade de nomear oficiais para as tropas de ordenanças – pedidos que seriam fartos e insistentes ao longo de todo o século XVIII, sem nunca alcançar êxito;⁴⁰² o segundo fator liga-se diretamente ao formato dos quintos estabelecido por Assumar. Não era o ideal, tanto para comerciantes quanto para mineradores, mas, para os primeiros, seria ainda pior a existência das Casas de Fundição. Assim sendo, é possível que o projeto das fundições tenha influído nos elogios à ação do governador.

Os fatores citados amenizam mas, nem de longe, resolvem as contradições existentes entre os interesses que se manifestavam no cotidiano institucional (seja nas atas, seja nas correspondências internas) e os que eram manifestados pelos oficiais nas outras cartas ao rei. Há um outro documento, ainda mais curioso, que reforça essas contradições. Trata-se de uma carta enviada pelos mesmos oficiais, em que manifestavam preocupação com a falta de ordens claras sobre quem deveria assumir, de forma interina, o governo da capitania de Minas do Ouro e São Paulo se, por acaso, o governador (convém lembrar, jovem) falecesse.

“As contínuas dúvidas e argumentos que se oferecem a respeito de falência de algum governador, quem há de substituir o lugar olhando-se para a distância que há desta terra para a da Bahia [capital], porque não haveria mais que dois oficiais pagos, tenente general e ajudante tenente. Há o mestre de campo dos auxiliares por Vossa Majestade e com patente de regente pelo governador. E há as câmaras, e com elas os ministros e cada um diz lhe toca e por obviar os desacertos que em semelhante caso se pode originar danos a Vossa Majestade para sendo servido lhe dê providência a real pessoa de Vossa Majestade, que Deus Guarde.”⁴⁰³

⁴⁰¹ SOUZA, Laura de Mello e (Estudo Crítico). *Discurso histórico e político...* p. 127.

⁴⁰² APM, CMOP 9. REGISTRO de cartas da Câmara a Sua Majestade, 1719-1738. Rolo 17, gav. E-2. fl. 1.

⁴⁰³ Ibidem. fls. 1v-2.

O conteúdo da pequena carta, reproduzida acima, não chamaria tanta atenção não fosse o fato de o sujeito que presidia a Câmara Municipal e que a redigiu, Pascoal da Silva Guimarães, ter liderado, um ano depois, um levante que poderia, sem exagero, executar o governador. No documento, a dúvida central é a de quem ficaria no poder, provisoriamente, caso falecesse o governador, cogitando-se 1) o tenente general e o ajudante tenente; 2) O mestre de campo; 3) as câmaras municipais. Quanto ao mestre de campo, era o próprio Pascoal da Silva Guimarães; quanto às câmaras municipais, era ele o presidente da principal na região das Minas, a de Vila Rica, e deveria saber que as chances de manter sua influência eram grandes, como de fato fez no ano seguinte com a eleição, via barrete, de seu filho João da Silva Guimarães.

A mudança nos quintos, retirando dos camaristas o poder de arrecadação; a proibição do comércio nas áreas mineradoras; o deslocamento da facção que, desde 1716, se entrincheirava na Câmara Municipal; a criação do cargo de juiz dos órfãos e o projeto das Casas de Fundição foram alguns dos principais pontos em que avançou o poder régio e mobilizou a resistência de um grupo local. Levando em conta este contexto, o documento acima transcrito, que trata da hipótese do falecimento do governador, joga luz sobre o ano tumultuado de 1719. Não nos parece exagerado pensar que ali estavam, em linhas gerais, o sentido das ações transpassadas em junho e julho do ano seguinte. Deve-se levar em conta, ainda, a proximidade com a Guerra dos Emboabas, em que o mesmo grupo de 1720 aclamou Manuel Nunes Viana governador da região das minas. Nomear um governador interino, talvez Pascoal da Silva Guimarães, em caso de falecimento do nomeado régio (supostamente por uma fatalidade), não seria um absurdo.⁴⁰⁴

4.3.2. Os bastidores do levante de 1720

O ano de 1720 iniciou com a continuação dos atritos entre oficiais camarários e o Conde de Assumar. Saíram, no segundo pelouro feito no final de 1718, indivíduos alinhados com o grupo que serviu em 1719, sob liderança de Pascoal da Silva Guimarães. Este potentado não seguiu à frente da instituição em 1720, mas colocou na cúpula, em posição de destaque, embora não de liderança, seu filho, João da Silva Guimarães. Os eleitos, como no ano anterior, não tinham qualquer passagem pela cúpula da instituição, algo raríssimo em todo o período. Haviam participado da instituição, mas ocupando postos muito modestos, a maioria como

⁴⁰⁴ É importante ressaltar que estas medidas, expressão do avanço régio na região, acompanharam uma outra mudança, um certo endurecimento no que tange o aumento do uso da força na colônia, ou seja, o aumento dos castigos em detrimento dos perdões, principalmente quando se tratava de sufocar sublevações. Cf. CASTRO, João Henrique Ferreira de. *A repressão a Revolta de Vila Rica...* p. 247.

almotacés e cobradores dos quintos. O procurador da Câmara Municipal que saiu nos pelouros foi Manuel Coelho Neto, que seria nomeado, neste mesmo ano, procurador para junta. Depois disso, retornou à instituição em 1726 como vereador, fazendo parte do reduzido grupo que circulou na cúpula camarária entre as décadas de 1710 e 1720.

Com os vereadores, ocorreu o mesmo. O capitão Gaspar Gonçalves só serviu à instituição neste exercício (embora tenha sido um dos indicados pelos oficiais em 1734 para tesoureiro da Casa de Fundição), já o capitão Francisco Peixoto Pinto havia servido, em 1718, como almotacé, foi eleito procurador para a Junta neste ano de 1720, e retornou, devido ao posto de vereador exercido em 1720, para exercer o ofício de almotacé em 1721. O outro vereador, capitão Domingos de Souza Braga, começou na Câmara Municipal como almotacé em 1719, chegou a vereador em 1720, retornou como almotacé em 1721 e, em 1724 e 1728 como juiz ordinário. Este caso, melhor que o do procurador da câmara, é um exemplo perfeito deste novo grupo que começou a se desenvolver e galgar postos na cúpula institucional.

Quanto à eleição dos juizes ordinários, houve algumas complicações. Os eleitos pelo pelouro foram João Domingos de Carvalho e Santos Martins, o primeiro sem passagem pela instituição, o segundo almotacé em 1712. O primeiro cumpriu o mandato até o final do ano, já o segundo não chegou a assumir o cargo, tendo o seu pedido de deixação aceito. Para o seu lugar foi eleito, por barrete, João da Silva Guimarães, filho de Pascoal da Silva Guimarães, que, até então, só havia aparecido nas atas como um dos cobradores das fintas para construção de caminhos em 1712, e como almotacé em 1716. Após o levante, em meados do ano, em que João da Silva Guimarães esteve envolvido, foi afastado da instituição e, para seu lugar, nomeou-se o advogado Manuel da Costa Reis, até então sem passagem pela instituição. Ainda em 1720, foi nomeado pelos oficiais como procurador em junta, e exerceu a mesma função no ano seguinte. Manteve vínculos estreitos com o novo grupo que começou a se instalar na instituição após o levante, sendo contratado para exercer a função de síndico da câmara durante quase toda a década de 1720.

As indicações dos motivos que levaram o juiz ordinário eleito, Santos Martins, a pedir deixação, são pouco precisas, apontam apenas que ele estava em viagem para a Bahia,⁴⁰⁵ não se descartando a hipótese de pressão por parte do grupo liderado por Pascoal da Silva Guimarães, visto ter sido seu filho o eleito substituto. A chamada para a eleição deu-se em 2 de janeiro de 1720 e o processo de votação em um sábado, 6 de janeiro de 1720.⁴⁰⁶

⁴⁰⁵ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 119-121.

⁴⁰⁶ A chamada é digna de destaque, pois revela o procedimento nestes casos. Convoca-se as pessoas que normalmente votavam, ou seja, os homens bons, e se tirava a mais votos um nome que não poderia ter servido nos últimos três anos. O resultado era enviado ao ouvidor, que o apurava aprovando ou não a

A manutenção dos interesses de Pascoal da Silva Guimarães na cúpula camarária estendia e intensificava os atritos com o governador. Ver-se-á que as hostilidades seguiram cada vez mais abertas, até se estourar o levante, em meados do ano. Entretanto, desde o motim de Catas Altas em 1718, uma série de movimentos de menor impacto ocorreu, como que prenunciando uma resistência maior que resultou no levante de 1720.⁴⁰⁷

A análise das pautas de 1720, conduzirá, inevitavelmente, para o centro do levante que por mais de um mês assolou as noites na vila. Em termos quantitativos, manteve-se a tendência observada nos anos anteriores. O ponto mais relevante e polêmico das pautas continuou a ser a limitação do comércio nas áreas de mineração, principalmente Ouro Fino, Córrego Seco e no Morro, definindo-se, de tempos em tempos, penas cada vez mais duras, o que demonstrava a ineficácia das medidas. A prioridade dos camaristas foi executar as parcelas do pagamento das obras da casa da Câmara Municipal e cadeia, arrematada em 1719 a João Ferreira Diniz. Todas as parcelas dos contratos de receita passam a ser pagos diretamente ao contratador da obra, que em 1720 era também o responsável pelo contrato da carceragem.⁴⁰⁸

Os conflitos entre a nova cúpula camarária e o governador tornam-se ainda mais intensos que os do ano anterior. No dia 29 de fevereiro de 1720, o então governador envia uma carta à Câmara Municipal, demonstrando profunda insatisfação com o procedimento dos juízes ordinários, pois alegava estar recebendo notícias de muitos acontecimentos que eram punidos sem rigor e castigo dos mesmos oficiais. Pedia que cumprissem as Ordenações Filipinas, citando vários casos de assassinato que seguiam sem providência e, ainda, reclamava da falta de providências em relação aos quilombos. Termina o documento usando um tom forte de repreensão:

“[...] contudo de vossas mercês espero haja neste particular uma verdadeira emenda, e que daqui em diante seja tal a sua conduta que vossas mercês só usam das leis para as alterarem; faltando a sua observância em detrimento

certidão. Em caso positivo dava-lhe carta de usança, isto é, permitia que o escolhido exerça a função, em caso negativo, novo processo era realizado. Cf. APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fl. 19.

⁴⁰⁷ Estas primeiras décadas na região das minas foram repletas de levantes, seja entre os grupos locais, seja entre um grupo local e os agentes régios. Não é nossa intenção fazer um estudo destes eventos que, de certa forma, eram sinais do aumento da insatisfação local, cujo ápice foi o levante de 1720 em Vila Rica. Um análise pormenorizada destes do contexto em que ocorrem estes levantes pode ser encontrada em CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros. “De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”, 1693-1737*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 1999.

⁴⁰⁸ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 122-124.

da república e também espero me escusem para outra vez de ter motivo de lhe estranhar com mais severidade.”⁴⁰⁹

A carta foi encaminhada, originalmente, aos juízes ordinários da Câmara Municipal, sobre quem pesavam as incumbências judiciais; era deles que se cobrava explicação e uma mudança de conduta. Contudo, a resposta é dada no dia seguinte, assinada por todos os oficiais, menos pelo juiz ordinário, João da Silva Guimarães. Justificavam alegando que a demora nos julgamentos não ocorria por motivos pessoais, mas para que se assegurasse a boa execução da justiça, o que nos parece pouco provável. Eis a comprovação de outra benesse em controlar a Câmara Municipal: tinha-se um poder importante sobre causas judiciais em primeira instância.⁴¹⁰

Como explicou Joaquim Romero Magalhães, foi ao redor da Câmara Municipal de Vila Rica que o grupo insurgente se organizou, foi com a instituição que o governador manteve comunicação, era nela que os amotinados queriam receber o governador.⁴¹¹ A Revolta⁴¹² foi uma ação de resistência ao aumento do poder régio na região, representado pelo Conde de Assumar. Portanto, não foi uma ação pontual, mas o estopim de um processo apoiado na insatisfação crescente de determinados setores das elites locais. Chegou-se a um ponto em que, para que se restaurassem as competências perdidas por esses grupos, só derrubando o governo. As razões principais do levante, na opinião do governador, eram: 1) os danos nos sistemas de crédito; 2) a elevação dos custos da atividade mineradora; 3) a possibilidade de

⁴⁰⁹ APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fls. 21v-22.

⁴¹⁰ Ibidem. fls. 22v-23.

⁴¹¹ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos brasileiros...* p. 129-130.

⁴¹² Uma observação importante é a da terminologia utilizada para cada movimento de resistência. *Assuada* era tumulto envolvendo dez ou mais pessoas. *Motim* era uma alteração, sem planejamento prévio, feita pelo povo ou por militares. Ambos geravam devassas, prisões com penas de degredo e confisco dos bens, sem pena capital. *Levante* era uma ocorrência planejada por determinadas lideranças, mas de curta duração. *Cabala* era uma conspiração mais extensa, envolvendo mais pessoas, e feita de forma oculta. *Sedição*, *rebelião* ou *revolta* eram movimentos armados, organizados por vassalos que promoviam um confronto aberto contra os soberanos ou autoridades que os representavam. *Conjuração* ou *Inconfidência* eram conspirações com muitas pessoas envolvidas e promovidas contra um poder soberano, mas que não envolviam armas. *Traição* ocorria quando algum indivíduo conspirava visando entregar ao inimigo uma praça sitiada. A partir da *Sedição*, os crimes eram punidos com a vida e destruição do patrimônio. O restante, com atos que simbolizavam a morte civil e política, como degredo e bens. Interessante é que, na prática, a definição dos movimentos era mudada de acordo com a conveniência do momento. O mais correto, portanto, é definir os acontecimentos de meados de 1720 como *Revolta*, *Sedição* ou *rebelião*, embora o alvo não fosse o rei e sim um determinado agente régio, portanto, não sendo um atentado contra a soberania régia nas minas. Cf. CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros...* p. 404-405.

dupla taxação com as casas de fundição.⁴¹³ De modo mais amplo, o governador atribuía a série de contestações ao processo de ocupação recente e ainda turbulento em função do ouro. As pretensões, segundo o Conde de Assumar, eram a impugnação das ordens régias, expulsão do governador e outros ministros e, por fim, criação de uma república. Temia-se, ainda, que o movimento chegasse ao Rio de Janeiro, onde, possivelmente, teria apoio.⁴¹⁴

O início do motim ocorreu na noite do dia de São Pedro, de 28 para 29 de junho. No dia 25, começaram efetivamente as ações de bastidores, quando João da Silva Guimarães tentou, em vão, amedrontar o Conde de Assumar, dizendo que havia recebido convite para participar de um levante que pretendia matar o ouvidor e expulsar o governador da região. Na noite prevista, os revoltosos desceram ao centro da vila, invadindo a casa do ouvidor, que não estava, matando um criado e violentando sua concubina. A partir destes episódios, desenvolveu-se a revolta e espalhou-se o clima de instabilidade no centro político da região aurífera. Não é nossa intenção narrar os episódios do motim, algo realizado com êxito pela historiografia; nos deteremos apenas no papel que a cúpula camarária exerceu.⁴¹⁵

As exigências dos revoltosos, no auge do levantamento, eram as seguintes: 1) que não se fizessem Casas de Fundição e Moeda, nem outros contratos que não os já aprovados; 2) que não se cobrassem à vista os direitos de entrada da borda do campo; e que ficasse para o rei 30 arrobas anuais, 8,5 por escravo, não inteirando tudo, se lançasse 5 oitavas em cada loja; 3) que se fizesse regimento para ministros e oficiais de justiça; 4) que se fizesse novo regimento para aferidor; 5) que o escrivão da câmara não exigisse mais de meia oitava por licença e registro de aferição; 6) que a Câmara Municipal moderasse condenações e calçasse ruas à sua custa; 7) que os dragões vivessem de seus soldos, sem forçar o povo a sustentá-los; 8) que os

⁴¹³ CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros...* p. 218; SOUZA, Maria Elisa de Campos. *Relações de poder, justiça e administração em Minas Gerais no setecentos – A Comarca de Vila Rica do Ouro Preto: 1711-1752*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2000. p. 120.

⁴¹⁴ SOUZA, Laura de Mello e (Estudo Crítico). *Discurso histórico e político...* p. 66, 72, 140.

⁴¹⁵ Um bom relato da Revolta de 1720, elaborado para defender as ações do então governador Conde de Assumar, é: SOUZA, Laura de Mello e (Estudo Crítico). *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. Outros trabalhos mais recentes trataram do mesmo episódio, partindo de outras perspectivas, cf. MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Jogos de interesses e estratégias de ação na revolta mineira de Vila Rica (c. 1709 – c. 1736)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005; CASTRO, João Henrique Ferreira de. *A repressão a Revolta de Vila Rica de 1720. Perdão e Punição sob ótica da justiça no Império ultramarino português*. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. A referência obrigatória para se entender o movimento é VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. 3ª edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999.

contratadores não cobrassem dízimos executivamente, findo o tempo dos contratos; 9) que os ministros não oprimissem povos com injustiças; 10) que o governador perdoasse a todos no real nome, registrando na secretaria e na Câmara Municipal. Na defensiva, o Conde de Assumar viu-se obrigado a concordar com tudo.⁴¹⁶

Em meio às agitações, logo após a apresentação das reivindicações ao Conde de Assumar, este enviaria carta à Câmara Municipal de Vila Rica, estranhando a inação dos oficiais diante dos acontecimentos. A estratégia adotada na redação do documento foi, inicialmente, reduzir os acontecimentos a Vila Rica, querendo, com isto, indicar que as retaliações régias viriam especificamente às elites daquela localidade, ao mesmo tempo mostrando-se surpreso de ter surgido logo ali, na vila, “que era entre todas de mim a mais estimada”, e continuou:

“[...] uma vila cabeça desta comarca, onde cá resido, e finalmente uma Vila cujos moradores mostraram sempre o seu zelo no serviço de Sua Majestade, querendo com esta ação borrar toda aquela fidelidade que de nenhum se devia esperar tanto como deles, nem menos se devia supor uma nodoa tão negra na lealdade da sua fidelidade e na lealdade que devia como vassalos; mas mais que tudo é de admirar que havendo tantas pessoas principais nessa vila, de que não pode haver receio nenhum, não houve quem tomando a voz de el rei sempre pondera nestes casos; quisesse com os seus negros refrear a insolência do povo, o que suposto vossas mercês mandaram logo chamar todos os homens principais e bons do povo para que com a sua gente procurem ter em sossego, e que se façam esse povo, distinguindo-se em tudo o que for do serviço de Sua Majestade e espero, que vossas mercês da sua parte contribuam para este fim como se deve esperar do seu zelo [...]”⁴¹⁷

A reunião seguinte ocorreu mais de uma semana depois, em 8 de julho de 1720, com pauta única que tratava da ausência e substituição do ouvidor Martinho Vieira pelo então juiz ordinário João Domingues de Carvalho, que presidia os trabalhos da instituição. Neste momento, ainda esteve presente o outro juiz ordinário, João da Silva Guimarães, diretamente envolvido na elaboração da Revolta de Vila Rica.⁴¹⁸

O ouvidor Martinho Vieira foi afastado pelo Conde de Assumar, visto que se encontrava em situação muito difícil, correndo risco de morte. As informações do discurso, feito para justificar a repressão ao levante que resultou na execução de Filipe dos Santos, nos dizem muito sobre os motivos que levaram o ouvidor a esta situação. O autor, hoje se sabe, o Conde de Assumar, descreveu Martinho Vieira de Freitas como portador de uma “ligeireza e

⁴¹⁶ VASCONCELOS, Diogo Ribeiro Pereira de. *Breve descrição geográfica...* p. 117.

⁴¹⁷ APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fls. 23-23v.

⁴¹⁸ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 132-133.

leviandade, descomposto nas ações, solto na língua, e que de todos falava com desprezo, sem exceção de pessoa, e particularmente deste homem [Pascoal da Silva Guimarães] e de sua casa”. No mesmo texto, consta, ainda, que vinha perseguindo o filho João da Silva Guimarães, então juiz ordinário, e que o ouvidor, mesmo no tribunal, zombava dos implicados.⁴¹⁹

Para Carlos Mathias, a sublevação teve, como divisor de águas, o dia 2 de julho. Antes, os sublevados avançaram sobre o governador; depois, fortaleceu-se o Conde de Assumar, consolidando seus vínculos com parte da elite local, que o auxiliou durante a repressão aos levantados.⁴²⁰ Estes apoiadores seriam os mesmos que, nos anos seguintes, passariam a controlar as câmaras municipais, embora não mais as utilizando abertamente contra os interesses régios.

Após as primeiras prisões e, direcionados os presos para Vila do Carmo⁴²¹, uma nova resistência continuou a ser articulada pelas outras lideranças em Vila Rica e, na noite seguinte às prisões, promoveram-se novas agitações no local. Encabeçados por João da Silva Guimarães, tinham por objetivo libertar o pai, Pascoal da Silva Guimarães. Com base no discurso, que pode ter exagerado, contavam com mais de duzentos homens armados espalhados pelos caminhos, e o número tendia a aumentar na medida em que lideranças como Filipe dos Santos, José Carlos, Teodósio da Silva e o capitão Tranquilha cooptavam moradores para a causa nas regiões de São Bartolomeu, Cachoeira, Itabira e Congonhas.⁴²² Encontra-se ainda, no discurso, passagem em que o Conde de Assumar avisa a Pascoal da Silva Guimarães, já preso, que mandara mais tropas para destruir as resistências e que, se encontrasse gente sua, haveria mais consequências. Diante do fato, Pascoal teria enviado carta pedindo a desmobilização de seus escravos e armas, primeiro ao filho João da Silva Guimarães, depois ao primo, Francisco Xavier e, por fim, a Pedro de Barros.⁴²³

Esta segunda articulação também não logrou êxito e foi nesse contexto que se deu a repressão mais radical do período. O grupo comandado por Luís Soares, apoiando o Conde de

⁴¹⁹ SOUZA, Laura de Mello e (Estudo Crítico). *Discurso histórico e político...* p. 75.

⁴²⁰ MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Jogos de interesses e estratégias...* p. 93.

⁴²¹ Na noite deste dia 13 de julho, sob o comando do alferes Manuel de Barros Guedes Madureira, do capitão Manuel da Costa Fragoso e do ajudante de tenente Manuel da Costa Pinheiro, o Conde de Assumar enviou a Vila Rica trinta dragões com ordens para prender os líderes da revolta, Manoel Mosqueira da Rosa, Pascoal da Silva Guimarães, Vicente Botelho e o frei Bento. O sargento-mor Sebastião da Veiga Cabral seria mandado também ao Rio de Janeiro.⁴²¹ No dia 16 de julho, às onze horas da manhã, queimou-se a região do Morro e, no dia seguinte, o Conde de Assumar lançou edital obrigando que moradores e proprietários de venda no morro do Ouro Podre fossem viver em Vila Rica ou em outro local. Dias depois, ainda em julho, Filipe dos Santos seria enforcado e esquartejado. Cf. SOUZA, Laura de Mello e (Estudo Crítico). *Discurso histórico e político...* p. 90.

⁴²² Ibidem. p. 131, 143-144.

⁴²³ Ibidem. p. 132.

Assumar, entrou em Vila Rica para prender Filipe dos Santos que, no mesmo dia, foi enforcado e esquartejado.⁴²⁴ Em 13 de julho de 1720, novas mudanças ocorreram no comando da Câmara Municipal, tendo sido nomeado escrivão da câmara, pelo Conde de Assumar, José Corrêa Lima, que havia servido no mesmo posto de 23 de abril de 1718 até 11 de outubro de 1719. O afastamento do então escrivão Hilário Franco de Araújo, em meio à Revolta, sugere algum envolvimento. De fato, se parte dos oficiais camarários participaram da conspiração, é provável que o escrivão soubesse, ou mesmo estivesse envolvido, devido à amplitude de suas funções, melhor descritas no segundo capítulo deste trabalho. Nesse mesmo dia, os oficiais escreveram dando conta das novas agitações ao Conde de Assumar.⁴²⁵

Na reunião de 20 de julho se discute um requerimento do procurador da câmara de 1719, capitão Antônio da Costa Gouvêa, no qual pedia o embargo das obras da casa da Câmara Municipal e o sequestro dos bens de todos os envolvidos na arrematação, desde o arrematante João Ferreira Diniz, até seus fiadores. A quantia devida foi calculada, neste momento, em 5.115 oitavas de ouro, e o requerimento foi deferido. O dito arrematante, que também era o responsável pelo contrato da carceragem, foi afastado na mesma reunião, sendo nomeado Carcereiro, em seu lugar, João dos Reis Coutinho.

Em carta de 23 de julho enviada pelo governador à Câmara Municipal, tentava-se ainda acalmar as regiões revoltosas, recomendando manter nelas um mínimo de moradores brancos e afastando da área os comerciantes, mantendo apenas a atividade da mineração. Temia-se que, nestas áreas, se formasse um quilombo. Neste momento já havia sido executado Filipe dos Santos, o auge dos conflitos havia passado, voltava-se à normalidade, atribuindo-se as turbulências a uma minoria já desarticulada. No mesmo documento, o governador solicitava à Câmara Municipal que escolhesse trinta e seis pessoas, doze de Ouro Preto, doze de Antonio Dias e doze de Padre Faria, preferivelmente as mais anciãs e de maior prudência e zelo, para que fosse discutido o problema das regiões revoltosas e da alta concentração de negros nestas áreas.⁴²⁶

No mesmo documento, recomenda que fosse feita, com urgência, eleição de barrete para substituir o juiz ordinário rebelde, João da Silva Guimarães. Recomendou, ainda, que fosse escolhida pessoa sobre a qual não pairasse qualquer sombra de infidelidade, que não tivesse, também, qualquer parentesco ou afinidade com os oficiais atuais, salientando que

⁴²⁴ SOUZA, Laura de Mello e (Estudo Crítico). *Discurso histórico e político...* p. 137-138.

⁴²⁵ Ibidem. p. 133-134.

⁴²⁶ APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fls. 26-27.

disto dependia o sossego da localidade.⁴²⁷ Era juiz ordinário provisório, nesse momento, o vereador capitão Francisco Peixoto Pinto. João da Silva Guimarães assinou e foi citado como presente nas vereações até o dia 8 de julho, data em que o ouvidor Martinho Vieira foi substituído pelo outro juiz ordinário, João Domingos de Carvalho, conforme já citamos. Assim, a postura contrária às recomendações do governador, em defesa da permanência na região do Morro, onde o pai, Pascoal da Silva Guimarães, exercia forte influência, exposta como acordo alcançado entre os oficiais da cúpula camarária, não poderia ter sofrido influência direta do filho, João da Silva Guimarães.

A eleição para o posto vago, deixado por João da Silva Guimarães, foi realizada em 27 de julho, ganhando o doutor Manoel da Costa Reis.⁴²⁸ No mesmo dia, os oficiais concordaram que seria melhor que se mantivesse a ordem para que as regiões de mineração fossem ocupadas com alguns brancos, limitados a apenas minerar.⁴²⁹ Em 8 de agosto de 1720, chega-se a uma decisão sobre a ocupação das regiões em conflito, baseada nas ordens do governador que agora corriam sem grandes oposições por parte dos camaristas. Foram convocados os principais moradores das regiões afetadas: Córrego Seco, Ouro Fino e Morro. No geral, as limitações eram as mesmas que vinham aparecendo de forma recorrente nas vereações, ou seja, deveriam ficar as regiões exclusivas para mineração sem qualquer tipo de comércio, ambulante ou não, ficando também proibida a presença de oficiais mecânicos nas áreas. A diferença passava a ser a punição: além das multas, previa-se a pena de confisco dos bens e quatro anos de degredo para Benguela, no continente africano.⁴³⁰

⁴²⁷ APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fls. 26-27. Na mesma reunião os oficiais receberam correspondência do governador que advertia para a necessidade de se desocupar o Morro e Ouro Fino, principalmente pelo envolvimento na conspiração. No mesmo documento, pediu o governador indicação de seis nomes, para que, entre eles, escolhesse um que serviria como Meirinho do Campo específico para as áreas citadas. Cf. ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 134-135.

⁴²⁸ Ibidem. p. 135-136.

⁴²⁹ Ibidem. p. 137-139.

⁴³⁰ Ibidem. p. 139-140. Assinaram, além dos oficiais da câmara, também os possíveis moradores da região e outros interessados: assinaturas: Antônio da Costa Gouvêa; Tomás da Costa Soares; João Fernandes de Carvalho; João Gomes Ribeiro; Antônio Dias Bicalho; Antônio José Passos; Cristiano Martins Rodrigues; José de Oliveira; Manuel de Macedo; João Ferreira Gomes; André Pereira Carvalho; Bento de Macedo; Francisco de Souza Leal; Ernesto Lamberto; João Simões Prata; Domingos João de Carvalho; Manuel de Souza Lima; Sebastião Leite; André Gonçalves; Leandro Mora; Antônio Tavares; Gonçalo Lopes; Francisco Melo; Manuel Gaspar; Antônio Ribeiro; Serafim Gonçalves; Francisco Rodrigues Gondim; José Alves de Campos; Francisco José da Silva; Lourenço de Almeida Costa; Inácio Alves Diniz; Joaquim dos Reis Castro; José da Silva Oliveira; Caetano da Silva; Tomé de Souza Pereira; Manuel Gonçalves da Cunha; Francisco Martins; Antônio Gonçalves Martins; Diogo de Souza de Azevedo; Antônio da Silva; Manuel Lourenço; Domingos Vieira; Joaquim de Menezes; Domingos

Passado o auge dos conflitos, afastados os principais opositores da cúpula camarária, passava-se, a partir da segunda quinzena do mês de agosto, a uma espécie de contra-ataque fiscal promovido pelo governador. Nas reuniões de 16 e 17 de agosto, os oficiais camarários receberam duas correspondências do Conde de Assumar sobre as agitações ocorridas em Vila Rica entre 29 de junho e 16 de julho de 1720. Argumentava ser necessário que os principais moradores retificassem sua condição de fiel vassalo, até mesmo para desmentir suspeitas que pudessem ser levantadas contra eles.⁴³¹ No dia seguinte, 17 de agosto de 1720, os oficiais camarários recebem outra correspondência do governador agradecendo as assinaturas do dia anterior e justificando suas ações. Trata-se de um documento muito importante direcionado aos oficiais da instituição, em que o governador, em tom forte, discorre oscilando trechos de ameaça aos oficiais, outros de justificativa à repressão; e ainda sugere, mantendo o mesmo tom – jogando com a ameaça – o financiamento e implantação da Casa da Moeda. O governador continua na mesma linha de argumentação, usando o exemplo da punição a outra Câmara Municipal, e apontando possibilidades de perda para Vila Rica e sua elite política decorrentes do episódio. De ameaça, passa o governador a propor uma solução que “suavizaria o rigor de Sua Majestade”, relativizando o papel dos termos que reforçavam a submissão ao rei assinados no dia anterior.⁴³² Os oficiais e demais moradores cedem diante das ameaças do Conde de Assumar e concordam em custear a Casa da Moeda.⁴³³

Em 31 de agosto de 1720, os novos oficiais se negam a dar posse ao novo escrivão da câmara, Jerônimo de Castro e Souza, nomeado pelo monarca. Mas em 7 de setembro, por ordem do Conde de Assumar, o dito oficial é empossado, demonstrando-se a fragilidade dos

Rodrigues Chaves; Manuel Duarte; Manuel Pinheiro; Miguel Martinho; Baltazar de S. Pais Couto; João Garcia; Domingos de Souza Oliveira; Lourenço Pereira Neves; João Antônio Porto José Pereira; João Teixeira e Silva; Antônio Gomes; Antônio Martins de Carvalhais; Manuel Martins Machado; Antônio Gonçalves Beça.

⁴³¹ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 143-144. Assinaram: João Domingos de Carvalho; Manuel da Costa Reis; Domingos de Souza Braga; Manuel Coelho Neto; Domingos Francisco de Oliveira; Henrique Lopes de Sá; Bento Felix da Cunha; Francisco da Costa de Oliveira; Agostinho Guido; Custódio da Silveira; Antônio Martins Lessa; José da Silva Gomes; João Pires Duarte; Francisco Rodrigues da Mata; Antônio de Andrada Góis; Luís Peixoto de Senra; Francisco de Araújo Moreira; Manuel Antunes Ferreira e Guerra; José de Souza; Domingos Borges Valadares; Francisco da Costa Faria; Manuel Ferreira Agrelos; Antônio Mendes Dias; José Simões Rosa; Luiz de Figueiredo Leite; João Rodrigues Murteira; Francisco Peixoto Pinto; Gaspar Gonçalves Ribeiro; Manuel da Costa Monteiro; Francisco Almeida de Brito; Manuel Gomes da Silva; João Carvalho de Oliveira; Belchior dos Reis de Melo; Antônio da Costa Gouvêa; Sebastião Barbosa Prado; Baltazar Fernandes Sarzedas; Vicente de Souza; Manuel de Melo Horta; João de Souza Lobo; Simão Soares Braga; Manuel Álvares de Oliveira; Domingos Coelho Pereira; Antônio G. Machado; Manuel Pinto Ferreira; Manuel Rodrigues Coelho.

⁴³² Ibidem. p. 144-149.

⁴³³ APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fl. 26.

oficiais em relação ao governador. Conclui-se que José Corrêa Lima, substituído em 1719, foi chamado às pressas pelo governador para substituir o novo escrivão, em meio à revolta, possivelmente por ele ter se envolvido com os conspiradores. Tão logo chegou o novo enviado régio para ocupar a função, esta foi repassada e, no final das contas, o nomeado do rei tomou posse, mesmo em oposição aos camaristas. Fossem os tempos de Pascoal da Silva Guimarães, possivelmente, o conflito se estenderia.⁴³⁴

Ao fim do Governo do Conde de Assumar, os camaristas concordaram, ao menos em documento, com a necessidade da repressão empreendida pelo agente régio aos cabeças da sublevação;⁴³⁵ concordaram, também, com a edificação da Casa da Moeda, custeada pela Câmara Municipal, comprometendo-se a gastar o mesmo que havia sido prometido com os gastos na obra da casa da Câmara Municipal, arrematada no início de 1719. Já foi visto, no terceiro capítulo, que os gastos com a edificação e pagamento dos funcionários da Casa da Moeda foram os elementos causadores de um rombo nas contas da instituição que veio a aparecer apenas no final da década de 1720 e que comprometeu as finanças locais e abriu espaço para uma intervenção direta do ouvidor nas contas da Câmara Municipal de Vila Rica, o que significou, na prática, uma perda de autonomia da instituição.

Entre os últimos acontecimentos do *primeiro período administrativo* está o desmembramento da região das minas da região de São Paulo, criando-se uma capitania própria de Minas Gerais, em 2 de dezembro de 1720. Trata-se, não de um movimento emancipatório ou de maior liberdade das elites locais, mas, ao contrário, de um entendimento, por parte do rei, de que era preciso estar mais presente e controlar melhor a região. A proximidade com o levante parece ter sido decisiva na criação desta nova unidade administrativa na colônia.⁴³⁶

* * *

⁴³⁴ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721... p. 150-152.

⁴³⁵ Ibidem. p. 144-149. Assinam concordando o governador: Antônio de Andrade Góis; Domingos Francisco de Oliveira; Manuel Gomes da Silva; Antônio da Costa Gouvêa; Francisco Nunes da Mata; Francisco de Araújo Moreira; Manuel de Melo e Horta; Antônio de Araújo Guimarães; Alexandre Pinto de Miranda; Manuel Antônio Ferreira e Guerra; Francisco da Costa Chaves; Paulo Ribeiro; Manuel da Silva de Fonseca; Antônio de Araújo Guimarães; Pedro de Araújo Pereira; Belchior dos Reis de Melo; Domingos Borges Valadares; Vitoriano da Silva Guimarães; Luiz Teixeira de Lima; Manuel Rodrigues Coelho; Henrique Lopes Araújo; Bento Felix da Cunha; Antônio Martins Lessa; Sebastião Barbosa Prado; Custodio da Silveira; João Carvalho de Oliveira; Baltazar Fernandes Sarzedas; Vicente de Souza; Tomé Ferreira Silva; José Simão Pereira; Simão Soares Braga; Pedro do Couto; Luiz de Figueiredo Leite; Luiz da Silva.

⁴³⁶ LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978. p. 40.

Com base no exposto, pode-se afirmar que, após os conflitos de 1718 e da eleição dos pelouros de 1719, ocorreu um reordenamento de poder na instituição, o primeiro deles. Um grupo, que predominava na cúpula camarária desde 1711, foi afastado em 1719, e outro grupo, que já vinha ocupando cargos secundários na instituição desde o primeiro momento, mas nunca havia chegado aos cargos de cúpula – por falta de interesse ou necessidade – passou a ter acesso a este espaço privilegiado. Mas vimos, até 1718, que, além desses dois grupos, havia um terceiro que, apesar de ter ocupado de forma menos sistemática cargos da cúpula institucional antes de 1718, começou a se afastar dela a partir de 1716, e este grupo, intermediário podemos dizer, conseguiu, a partir de 1720, achar novamente seu espaço na instituição, muito em função do vazio gerado pelos desdobramentos da Revolta de 1720 e pelos reordenamentos articulados pelo Conde de Assumar em 1718.

Não resta dúvida que, a partir da repressão ao levante, os aliados do Conde de Assumar assumiram a instituição, restabelecendo alguns dos vínculos existentes antes da chegada do grupo de Pascoal da Silva Guimarães à cúpula camarária. Quando se olham os livros de receita e despesa, normalmente confeccionados no final de cada exercício administrativo (portanto em dezembro), encontra-se uma lista de arrematantes muito diversa do que apontado nos meses iniciais de 1719, quando as arrematações foram realizadas. Isto sugere uma mudança na arrecadação em função da Revolta de Vila Rica. A aferição, arrematada por João Lana, voltou a Alexandre Pinto de Miranda, que pagou por ela 720 oitavas (1:080\$000). As meias patacas passaram a André da Costa, que pagou 760 oitavas (1:114\$000), contra as 910 oitavas (1:365\$000) da arrematação de Luiz Ribeiro. A carceragem, última que foi arrematada, estava com João Ferreira Diniz e terminou o ano com João dos Reis Coutinho.⁴³⁷

Esses sujeitos que assumem os contratos durante 1720, em boa medida, os arrematam no exercício posterior, o que reforça a tendência de continuidade do grupo que adere à instituição após o levante e que a assume em 1721. A análise das rendas, apesar de todas as limitações e lacunas, indica que as mudanças nas cúpulas camarárias, isto é, a ascensão de uma nova facção local sobre a instituição, impactava sobre a arrematação dos contratos, isto porque não só os arrematantes manobravam entre si, mas também os oficiais tinham interesses individuais e de classe, ou seja, uma facção no controle tendia a favorecer um grupo de arrematantes, enquanto outra facção favorecia outros contratantes. Isto é nítido quando se

⁴³⁷ SOUZA, Laura de Mello e (Estudo Crítico). *Discurso histórico e político...* p. 129, 134-5.

veem as dificuldades de Alexandre Pinto de Miranda arrecadar as rendas a partir de 1719, e a facilidade com que volta em 1721.⁴³⁸

Recentemente, tem-se tentado relativizar muitos aspectos dos primeiros tempos em Minas Gerais. Questionou-se, por exemplo, a capacidade de intervenção e punição do Conde de Assumar, que teria ficado restrita à ação repressiva ao levante.⁴³⁹ Contudo, não se pode ignorar a ação manipuladora que, em diferentes níveis, foi empreendida pelos governadores e ouvidores sobre as câmaras municipais ao longo de todo o século XVIII em Minas Gerais.

A Revolta de Vila Rica em 1720, e isto parece ser consenso, marcou o fim das influências de uma facção local ligada ao comércio, que pairava sobre as regiões auríferas desde ao menos 1705, representada, principalmente, por Pascoal da Silva Guimarães e pelo governador emboaba Manuel Nunes Viana.⁴⁴⁰ Os potentados levantados estavam, quase todos, endividados. Diogo de Vasconcelos, ao analisar a situação, não descartou as divergências pessoais das lideranças com o ouvidor Martinho Vieira de Freitas.⁴⁴¹ Tratou-se, portanto, de uma série de fatores que levaram à eclosão da resistência que, de início, alcançou algum sucesso, mas já no início de julho enfrentou uma correlação de forças cada vez mais desfavorável.

Tentou-se mostrar que, se de um lado as articulações das facções locais foram importantes, de outro a ação dos agentes régios, a partir de 1711 (principalmente sobre as câmaras municipais, instituições que, pela própria forma, permitem as interferências dos agentes régios) acabaram por polarizar os grupos locais que, ou se opunham ao projeto régio em avanço, ou se alinhavam a ele. O argumento central, que será evidenciado na análise do *segundo período administrativo*, é que a consolidação do poder régio na região ocorreu em paralelo com a consolidação de uma das facções da elite local. Um processo se apoiou no outro, foram complementares e indissociáveis.

Apesar de reconhecer a importância das elites locais, não parece-nos que estes sujeitos comandaram o processo de consolidação régio na região, mas, ao contrário, beneficiaram-se desse movimento apoiando, quando conveniente, os agentes régios que o conduziam. Vejamos: só havia um rei, só havia um governador, só havia um ouvidor que exercia poder na vila, todos dispunham de um poder concentrado. De outro lado, havia alguns potentados, com poderes efetivos, mas fragmentados, que precisaram, a partir de 1711, lutar para controlar o canal de comunicação oficial criado por ordem do rei: as câmaras municipais,

⁴³⁸ SOUZA, Laura de Mello e (Estudo Crítico). *Discurso histórico e político...* p. 158-9.

⁴³⁹ CASTRO, João Henrique Ferreira de. *A repressão a Revolta de Vila Rica...* p. 249.

⁴⁴⁰ CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros...* p. 27.

⁴⁴¹ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga...* p. 354-356.

sobre as quais os agentes régios exerciam forte influência. Concordamos que, de início, qualquer agente régio dependia muito dos potentados. Contudo, à medida em que se avançava na década de 1710, a correlação de forças tendia, cada vez mais a se inverter; os agentes régios funcionaram como polos que atraíam alguns potentados e tentavam neutralizar outros que, claro, resistiam.

Assim sendo, o *primeiro período administrativo* evidenciou a articulação das facções locais descontentes em torno da Câmara Municipal de Vila Rica. Esses indivíduos tentaram utilizar a instituição para resistir às ações dos agentes régios. Estas facções – uma mineradora até 1718, outra, mais radical, ligada principalmente ao comércio em 1719 e 1720 – se articularam melhor, e só o fizeram em resposta ao avanço do poder régio representado pelos governadores e ouvidores. Portanto, a Revolta de 1720, que simboliza o ápice desta articulação, é, na verdade, o símbolo da radicalidade da resistência de parte da elite local, articulada justamente por estar cada vez mais fragilizada e enfraquecida. Articulam-se porque estão perdendo poder, diga-se de passagem, a um ritmo cada vez mais acelerado.

Não trata-se aqui, de conduzir a análise de modo engessado, a partir de uma relação entendida equivocadamente como dicotômica entre metrópole e colônia, que entende-se aqui como uma relação dialética. Assim sendo, tentou-se expor as contradições que, ainda que timidamente, surgiram na região das minas, entre um grupo local com interesses distintos dos interesses régios. Estes interesses, aos poucos, encontraram forma política e institucional e, até o final do século XVIII, protagonizaram novos atritos. Não se trata de inventar, mas constatar a conformação de interesses divergentes entre habitantes da colônia e habitantes da metrópole, que são naturais, se aprofundam e contribuem para a crise do modelo de interação entre colônia e metrópole.

4.4. O segundo período administrativo

O *segundo período administrativo* começou em 1721, logo após a criação da capitania de Minas Gerais, separada da região de São Paulo. Superada a Revolta de Vila Rica no ano anterior, o governo do Conde de Assumar ganhou novo fôlego. As câmaras municipais passaram ao controle de um novo grupo local, o mesmo que se aliou ao governador para derrotar os sublevados em 1720.

Se, durante o *primeiro período administrativo*, houve muita atividade, decorrente dos constantes atritos entre oficiais e representantes do poder central, o que tornou volumosa a análise, este padrão não se repetirá nos dois períodos seguintes em função de dois fatores: o primeiro foi a drástica redução das atividades da instituição após 1721; o segundo foi a ausência de um dos livros de verificação, causando uma lacuna nas atas que se estende do início

de 1726 até o final de 1731. Em parte, a análise das receitas e despesas ajuda a diminuir os prejuízos causados pela ausência das atas.

4.4.1. As consequências da repressão ao levante

O ano de 1721 inaugura um período de renovação para a Câmara Municipal de Vila Rica, perceptível na composição de sua cúpula e, conseqüentemente, nas pautas das vereações. Enquanto no período anterior houve uma estabilidade dos assuntos e uma certa instabilidade na composição da instituição, a partir de 1721 ocorre o contrário, tende-se à estabilização da composição camarária, com um novo grupo ocupando os cargos de cúpula, mas a uma instabilidade em relação aos assuntos.

Esse ano de 1721 foi marcado por um novo pico administrativo na Câmara Municipal de Vila Rica; o primeiro tendo ocorrido em 1714 em função do início da arrecadação dos quintos. Em 1721 foram setenta e sete reuniões, uma a menos que 1714; em compensação, foram discutidos 222 assuntos, o que faz com que as reuniões do ano, em média, tenham sido as mais concentradas de todo o período estudado. Manteve-se – pela última vez até 1736 – certo equilíbrio entre assuntos internos e externos. As rotinas internas seguiram concentradas nos despachos de petição e requerimentos, enquanto as externas foram marcadas pelos debates em torno das receitas, fundamentalmente em torno dos quintos, que voltaram ao centro dos debates.⁴⁴²

A partir de 1721, as eleições passaram a ser feitas anualmente. Na prática, a mudança possibilitou uma maior ingerência dos agentes régios sobre a composição da cúpula da instituição, e interessava também ao novo grupo que assumia a cúpula camarária, mas que, a rigor, já ensaiava o controle da instituição desde meados de 1718, quando foram favorecidos pela intervenção do Conde de Assumar sobre a Câmara Municipal.

Outro grupo – o de Pascoal da Silva Guimarães – parece ter freado as intenções do setor local que se aliou ao governador, mas com o fracasso da Revolta de 1720 e a dissolução dessa facção, e já afastado o grupo que predominou à frente da instituição até 1718, ficou aberto o caminho, a partir de 1721, para a implementação de uma política ao encontro dos interesses de Assumar, ou ao menos de menor atrito com os agentes régios. Tal política seria implementada por um novo grupo, com alguns componentes intermediários.

⁴⁴² O que diferencia 1721 de 1714 é que, no primeiro momento, as discussões sobre as rendas da Câmara Municipal também ocuparam grande espaço e contribuíram, junto com o debate dos quintos, para o aumento das reuniões e assuntos. Já no segundo momento, as rendas não foram tão citadas, tendo sido os quintos responsáveis por boa parte do aumento das atividades, junto com os despachos de petição que, dos assuntos internos, sempre estiveram muito presentes.

Quando observamos os juízes ordinários, encontramos um nome novo, o sargento-mor Belchior dos Reis de Melo. Ele atuou como almotacé, em 1718, e como cobrador dos quintos em 1717 e 1718. O outro juiz ordinário, ao contrário, era bem conhecido, participou ativamente da cúpula camarária até 1718. Sua trajetória foi exceção, um dos poucos que participou da direção da instituição antes e depois de 1720, apesar de não retornar após 1721.

Quanto aos vereadores, pouca novidade. Os eleitos, João Gonçalves Batista e o capitão Manuel da Silva Fonseca, não tiveram qualquer vínculo com a instituição, mesmo que secundário, antes de 1720; o mesmo ocorreu com o eleito procurador, Manuel Rodrigues Coelho. Apenas o eleito vereador, Domingos Moreira Fernandes, teve algumas passagens em funções como almotacé e cobrador dos quintos.

Há, a partir desse ano, informações completas das finanças da instituição, o que amplia as possibilidades de análise. A intenção aqui não é retomar a análise feita, em detalhes, no terceiro capítulo, apenas recuperar a situação financeira da instituição no ano em questão. Arrecadou-se, em 1721, 6:350\$812,5, e gastou-se 5:979\$562,5. A princípio, fecha-se o ano sem maiores problemas, com saldo de 371\$250. Contudo, mais de 60% dos gastos desse ano foram feitos com a causa régia; foram 3:297\$000 só com o salário dos oficiais da Casa da Moeda, graças aos acordos firmados com o Conde de Assumar logo após a repressão ao levante em 1720. As consequências deste pacto foram desastrosas, os gastos com obras públicas foram quase nulos e os pagamentos não alcançaram um conto de réis.

No dia 2 de julho de 1721, a Câmara Municipal recebeu carta do novo governador, Dom Lourenço de Almeida, ainda no Rio de Janeiro, confirmando que o monarca queria Vila Rica como cabeça da nova capitania e solicitando aos oficiais camarários que providenciassem moradia para ele. No mesmo dia, recebem carta do novo ouvidor, João Lopes Loureiro, também a caminho, com pedido de igual teor. No dia 15 do mesmo mês, o governador Conde de Assumar se despedia dos oficiais, mostrando certa preocupação com o ocorrido em 1720, tentando novamente resumir a necessidade de sua postura, tentando manter alguma simpatia junto aos oficiais.⁴⁴³

Em 16 de agosto chega a Vila Rica Dom Lourenço de Almeida, empossado dois dias depois na matriz de Ouro Preto, sendo o primeiro a recebê-la na nova capitania.⁴⁴⁴ Foi nomeado pelo rei em 12 de outubro de 1720, portanto, três meses após o término da

⁴⁴³ APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fls. 27-28v.

⁴⁴⁴ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga...* p. 59-60.

sublevação em Vila Rica.⁴⁴⁵ Sua principal missão era pôr para funcionar as Casas de Fundição; não obstante a fragilidade das novas elites institucionalizadas, só o conseguiu fazer em 1725, embora o projeto já existisse, para a região das minas, desde o tempo de D. Antônio de Albuquerque, sempre adiado por falta de condições materiais e políticas para sua implementação.⁴⁴⁶

O novo ouvidor, João Lopes Loureiro, seria empossado em 21 de agosto de 1721, mas por carta de 12 de fevereiro 1722, vê-se que faleceu antes de assumir a função, sendo colocado em seu lugar um dos juizes ordinários da instituição, Belchior dos Reis de Melo.⁴⁴⁷ Os habitantes da vila, reunidos, enviaram carta ao governador para que nomeasse pessoa competente para ocupar a função. Alegavam que o oficial provisório não era letrado, que seus atos estavam prejudicando a população, e que havia na região ex-ouvidores dispostos a ocupar a função. Apesar disso, o novo governador decidiu colocar no cargo, também em caráter provisório – até que o monarca fizesse outra nomeação – o provedor da Fazenda Real, seu aliado, Antonio Berquo del Rio.⁴⁴⁸

Tendo em vista as relações entre as câmaras municipais e também a relação com o governador e ouvidor, 1721 foi um ano importante. Muda-se o teor, antes predominava o conflito entre agentes régios e oficiais camarários, a partir deste ano predominou a disputa entre oficiais de diferentes câmaras municipais pela prioridade no serviço ao monarca. Vila Rica e Vila do Carmo trocaram acusações sobre qual das duas era a primeira da região das minas, e qual deveria abrigar o governador e o ouvidor. A questão só foi decidida em 1724 já no governo de Dom Lourenço de Almeida, ficando Vila Rica como a principal, por ser mais populosa, abrigando os dois agentes régios, embora fosse Vila do Carmo a mais antiga.⁴⁴⁹

Em 27 de outubro de 1721, os oficiais insistiram com o monarca sobre os problemas que a implementação das Casas de Fundição causaria, reforçando que preferiam o aumento da quota dos quintos, se cobrados pela forma de costume. Explicam que, na Junta feita dois dias antes, aceitaram, como humildes vassalos, a proposta régia, mas que tinham ponderado sobre possíveis prejuízos que poderia causar ao bem público e à Real Fazenda. Propunham mais 12 arrobas anuais, totalizando 37, e ainda que fossem cobradas nas Casas de Moeda da América e

⁴⁴⁵ SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais em Minas Gerais setecentista: a representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808)*. Tese de Doutorado em História. Campinas: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, 2003. p. 51.

⁴⁴⁶ CASTRO, João Henrique Ferreira de. *A repressão a Revolta de Vila Rica...* p. 255.

⁴⁴⁷ APM, CMOP 9. REGISTRO de cartas da Câmara a Sua Majestade, 1719-1738. Rolo 17, gav. E-2. fl. 4.

⁴⁴⁸ Ibidem.

⁴⁴⁹ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas del rei...* p. 339, 342.

em Lisboa, não 20% mas 10% sobre o ouro.⁴⁵⁰ Vê-se que, mesmo não havendo resistência, os oficiais discordavam das Casas de Fundição, não com o mesmo rigor visto em 1720, mas resistiam dentro das possibilidades, pelas vias institucionais que, claro, eram muito limitadas.

A partir de 1722 o que se vê é uma tendência de esvaziamento camarário, isto é, as pautas concentram-se cada vez mais em rotinas internas, com menor impacto sobre a vila, rompendo o equilíbrio entre rotinas externas e internas que, até então, predominara. As atividades internas, neste ano, ocuparam cerca de 80% da pauta, o que significa dizer que, para além dos despachos de petições e requerimentos, nenhum outro assunto se destacou. Isto ilustra o novo papel que a instituição começou a exercer: de um órgão com funções cada vez mais limitadas, destinado cada vez mais a servir como uma espécie de estrutura burocrática para confirmação de licenças de comerciantes, cuja segunda função mais importante tornara-se a reposição do próprio quadro funcional. Os poucos debates relevantes que ocorreram até 1725 giraram em torno dos problemas decorrentes da implementação das Casas de Fundição.

As cúpulas camarárias, agora eleitas anualmente, passavam a adotar um certo padrão no que se refere ao nível de experiência dos eleitos. Normalmente, eram dois ou três, com passagens anteriores, que assumiam a função de juiz ordinário. Integravam um grupo que aqui chamamos de “cúpula da cúpula camarária”, que dominou a instituição até ao menos 1736, melhor estudado no último capítulo deste trabalho. Ao lado destes, apareciam nomes sem qualquer experiência, e que não retornavam nos anos seguintes. Assim foi em 1722, quando foi eleito, como juiz ordinário, o sargento-mor Antônio Martins Lessa, muito experiente, um dos poucos que transitaram entre o *primeiro e segundo período administrativo*. Ao lado dele, o estreante na cúpula camarária, João Monteiro Santiago. Como vereadores, também sem experiência no comando da instituição, Baltasar Fernandes de Castro, João de Souza Lobo e Manuel Ferreira Agrelos. O procurador, Nicolau de Freitas Pacheco, também era estreante, mas tornar-se-ia um dos mais eleitos até 1736.

Em 1723, os estreantes eram o juiz ordinário, Manuel de Andrade, e o vereador, Pedro Souza de Abreu. Com experiências secundárias o vereador Manuel de Melo e Horta, que havia sido tesoureiro e almotacé em 1712. Com pouca experiência, o alferes Domingos de Abreu foi eleito procurador. Os experientes deste exercício foram o capitão Francisco da Costa de Oliveira, eleito vereador, e o juiz ordinário Domingos Francisco de Oliveira, ambos substitutos, que chegaram à cúpula camarária em 1718 graças às manobras do Conde de Assumar.

⁴⁵⁰ APM, CMOP 9. REGISTRO de cartas da Câmara a Sua Majestade, 1719-1738. Rolo 17, gav. E-2. fls. 7-7v.

Os eleitos em 1724 não tiveram qualquer tipo de participação anterior na instituição antes de 1719, mesmo considerando as funções secundárias. Os juízes ordinários eleitos, o capitão Domingos de Souza Braga e Pedro Souza de Abreu, haviam sido vereadores a partir de 1720. Todos os vereadores eram estreantes nos cargos da cúpula camarária, dois deles com passagens anteriores em ofícios secundários, Domingos Coelho Pereira e Francisco Rodrigues da Fonseca. Ambos muito importantes para a instituição: o primeiro por assumir, em 1735, a cobiçada função de juiz dos órfãos; o segundo, advogado, foi síndico da Câmara Municipal em 1721, 1722 e 1724. O último vereador, também estreante, Lourenço Pereira da Silva, voltaria em 1729, como vereador, e 1736, como juiz ordinário. O procurador também não tinha longo histórico, servindo apenas como almotacé em 1723.

Em 1725, a fórmula se repete: apenas dois indivíduos com alguma experiência, os juízes ordinários o capitão Domingos Francisco de Oliveira e o capitão Antônio Ramos dos Reis. Este, eleito, não assumiu a função,⁴⁵¹ sendo eleito para seu lugar o capitão Sebastião Barbosa Prado. Um terceiro sujeito merece destaque, trata-se do vereador capitão Domingos da Rocha Ferreira que, pela primeira vez, assumiu um posto na cúpula camarária, voltaria em 1733 como juiz ordinário, e ainda seria eleito procurador substituto para uma junta em 1735. Os outros indivíduos (além de Sebastião Barbosa Prado, os vereadores José de Almeida Cardoso, João Teixeira de Souza e o procurador Caetano da Rocha) não fizeram parte do grupo que passa a predominar na instituição a partir deste *segundo período administrativo*. Embora eleitos para a cúpula, não tiveram experiência anterior e não retornaram; parecem servir para dar legitimidade aos integrantes deste núcleo, como já nos referimos, os membros da cúpula dentro da cúpula. Há, portanto, dois níveis de participação: um em que há muita rotatividade e nenhuma experiência; e outro que controla, de fato, a instituição, formado por poucos indivíduos, com muita experiência, que se revezam à frente da instituição, controlando as decisões do restante da cúpula.

Até ao menos 1725, mesmo com o peso excessivo dos gastos impostos à instituição pelo Conde de Assumar no contexto da punição às agitações de 1720, fecharam-se os balanços anuais da instituição com pequeno superávit e com uma tendência de aumento das receitas. O custo da manutenção do superávit em meio à imposição de gastos régios recaiu sobre as demandas locais – seja da população (como as obras públicas), seja dos próprios oficiais (como

⁴⁵¹ Na reunião de 30 de dezembro de 1724, após divulgação dos pelouros, os oficiais justificam a necessidade da eleição de barrete, visto estar Antônio Ramos dos Reis no Rio de Janeiro. Cf. APM, CMOP 13. TERMOS de acórdãos, 1721-1726. Rolo 17, gav. E-2; APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2; APM, CMOP 36. TERMOS de acórdãos, 1735-1737. Rolo 21, gav. E-2. fls. 107v-108v.

o pagamentos de propinas) – que permaneceram sufocadas em prol dos gastos com a Casa da Moeda e com o aluguel dos soldados ainda sem quartel.

Os camaristas tentaram, até 1725, livrar a localidade das pesadas amarras financeiras impostas pelo monarca. Em 21 de outubro de 1722, os camaristas solicitaram ao rei a suspensão dos pagamentos, pois causavam um rombo nas contas da instituição que não podia mais cumprir as ordens do governador e não conseguia recursos para garantir o sossego público.⁴⁵² Contudo, no mesmo dia, lembravam, em outra correspondência ao monarca, os detalhes dos acordos com o Conde de Assumar, fixados em 24 de outubro de 1720, relembrando cada valor e reafirmando o compromisso de efetuar novos pagamentos em 1723.⁴⁵³ Com isto, solicitavam, de um lado, a suspensão dos pagamentos, explicando as consequências internas das despesas, mas, de outro, reforçavam sua submissão ao poder central, comprometendo-se em manter o acordo.

Os pedidos de revogação das despesas impostas à Câmara Municipal não surtiram efeitos imediatos, e a resistência local deu-se sob a forma de atraso de pagamentos, a ponto de o governador, Dom Lourenço de Almeida, ordenar os pagamentos atrasados pelos oficiais por carta de 10 de dezembro de 1722.⁴⁵⁴ De modo geral, o pagamento de aluguéis era uma preocupação, não só para os oficiais camarários, que pagavam a conta, mas também para o governador, que queria, como se nota em portaria de sua autoria, agilizar a construção de prédio próprio para abrigar as tropas, o que evitaria atritos desnecessários junto à população, que vivia os abusos cotidianos dos militares em suas casas.⁴⁵⁵

Nestes anos, os oficiais fizeram outros pedidos ao rei para que se concedesse os privilégios da Câmara Municipal do Porto à instituição congênere em Vila Rica, sem êxito. Em 29 de dezembro de 1725, outro pedido seria feito, desta vez solicitando ao rei que elevasse Vila Rica à condição de cidade e ainda os mesmos privilégios da cidade do Rio de Janeiro, também sem êxito.⁴⁵⁶ Os conflitos, antes concentrados entre agentes régios e oficiais camarários, centralizam-se agora entre câmaras municipais. Em outubro de 1722, por exemplo, os camaristas de Vila Rica requereram, primeiro ao governador, depois ao próprio rei

⁴⁵² APM, CMOP 9. REGISTRO de cartas da Câmara a Sua Majestade, 1719-1738. Rolo 17, gav. E-2. fl. 5v.

⁴⁵³ Ibidem. fls. 6-6v.

⁴⁵⁴ APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fl. 38.

⁴⁵⁵ Ibidem. fls. 30-30v.

⁴⁵⁶ Ibidem. fls. 10v-11. Na colônia obtiveram estes privilégios: a cidade de São Paulo, no início do século XVIII, Salvador em 1646, Belém e São Luiz em 1655, e Paraíba em 1676. Os oficiais de Vila Rica, ao longo do século XVIII, insistiram no pedido, que não foi atendido, mesmo em 1772 quando contava com o apoio do governador. Cf. SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais em Minas Gerais setecentista...* p. 234-236.

(com apoio de Dom Lourenço de Almeida), que se restabelecesse o posto de primeira Câmara Municipal nas juntas, como ocorria na década de 1710, costume alterado pelo Conde de Assumar, que priorizou os oficiais de Vila do Carmo.⁴⁵⁷ A nosso ver, o debate simboliza a fragmentação dos interesses locais e o fortalecimento do poder central.

Os primeiros anos do governo de Dom Lourenço de Almeida foram marcados, não só por avanços régios no campo tributário, mas também pelo aumento das prerrogativas de nomeação sobre as câmaras municipais. Em Vila Rica, o monarca já nomeava algumas funções de relevância, sendo a principal a de escrivão da câmara. No âmbito da capitania, em 1723, nomeava, além do governador e de um ouvidor para cada uma das quatro comarcas, um provedor-geral, um tesoureiro da Fazenda Real, um secretário de governo e um superintendente-geral das minas.⁴⁵⁸ As prerrogativas régias aumentariam com o desenrolar do século XVIII, tanto no nível da capitania, quanto no nível da Câmara Municipal.

As relações entre oficiais e agentes régios foram marcadas, a partir de 1724, pelas últimas negociações em torno das Casas de Fundição. Estas não interessavam aos comerciantes, pois, postas em funcionamento, limitariam a circulação do ouro em pó, dificultando o contrabando. Os camaristas, ao menos a partir de 1720, de maneira geral, defenderam o desenvolvimento do comércio e da agricultura, mas priorizavam a atividade mineradora, tida como principal ramo da economia das Minas Gerais, o ramo que estimulava o desenvolvimento do restante, ao menos na primeira metade do século XVIII.⁴⁵⁹

Se, por um lado, limitar o ouro em pó auxiliava a fiscalização e a diminuição do contrabando, por outro, gerava muitos problemas cotidianos para toda a população, que usava o ouro em pó como moeda corrente. De imediato, o anúncio das Casas de Fundição gerou uma crise de liquidez, todos os credores passaram a cobrar suas dívidas, já que se previa também uma mudança na cotação da oitava de ouro em pó, que cairia de 1\$500 para 1\$200 réis. Muitos devedores fugiram para o sertão com seus escravos, desorganizando o sistema produtivo e paralisando a entrada de escravos.⁴⁶⁰

A metrópole via nas Casas de Fundição uma forma de taxar uma proporção exata do que efetivamente se extraía, diferente das bateias ou taxações fixas em que se cobrava igualmente por escravo e, portanto, taxava-se uma expectativa de extração aurífera. Estabelecia-se uma quota mínima de arrecadação que recaía sobre os mineradores; contudo,

⁴⁵⁷ APM, CMOP 9. REGISTRO de cartas da Câmara a Sua Majestade, 1719-1738. Rolo 17, gav. E-2. fls. 6v-7; APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fls. 36-36v.

⁴⁵⁸ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos brasileiros...* p. 123.

⁴⁵⁹ SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais em Minas Gerais setecentista...* p. 170.

⁴⁶⁰ MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Jogos de interesses e estratégias...* p. 92.

se não alcançassem, o restante seria lançado como uma finta sobre toda a população através das câmaras municipais, controladas pelos mineradores.⁴⁶¹ Assim, parece-nos que o sistema prejudicava duplamente os comerciantes, que viam limitadas as possibilidades de contrabando em virtude das limitações de circulação do ouro em pó e, ao mesmo tempo, com pouco acesso à Câmara Municipal, corriam o risco de ter de pagar a conta em anos deficitários.

Pelo acompanhamento das correspondências, percebe-se, desde o início do ano, ações preparando a capitania para o início do funcionamento das Casas de Fundição. Em 16 de março de 1724, por exemplo, há um bando do governador, cumprindo ordem régia, obrigando que se retirasse da capitania em, no máximo, três meses, todos os ourives ou pessoas que já haviam exercido tal função, sob pena de confisco dos bens e degredo para a Índia.⁴⁶²

Em Vila Rica, centro político da capitania, não houve nenhum movimento articulado de resistência às Casas de Fundição e, em 30 de outubro de 1724, o governador fazia os últimos ajustes para arrecadar os últimos meses dos quintos no formato antigo.⁴⁶³ No entanto, houve alguma resistência no sertão, envolvendo o mesmo grupo desarticulado em 1720 no centro político da capitania, o mesmo grupo que em 1736 e 1737 se oporia à capitação.⁴⁶⁴

As Casas de Fundição começaram a funcionar em 1º de fevereiro de 1725 e evidenciaram o quanto havia perdido o monarca. Segundo Diogo de Vasconcelos, em 1724 foram arrecadadas 36 arrobas dos quintos. Em 1725, com a Casa de Fundição, 133 arrobas. A média anual antes da Casa de Fundição foi de 12 arrobas, depois até 1735 alcançou 97 arrobas. O sucesso do método nos primeiros anos foi tão grande que, em 8 de fevereiro de 1730, o monarca emitia ordem para se criar outras Casas de Fundição em São João del-Rei, Sabará e Serro.⁴⁶⁵

* * *

Em 1725, se encerra a primeira parte do Governo de D. Lourenço de Almeida, pois finalmente são colocadas em funcionamento as Casas de Fundição. Dentro da Câmara Municipal, é também um ano limite, em que se encerra a fase de grandes receitas e, por contensão, encerram-se os grandes gastos, visto que, de maneira geral, a receita determinava a despesa. Pode-se argumentar que não houve diminuição na arrecadação nos anos seguintes e sim uma redução nominal em função da diminuição do valor da oitava de ouro em réis. Se assim fosse, deveria ocorrer uma queda drástica no valor da arrecadação, seguida de uma

⁴⁶¹ VASCONCELOS, Diogo de. *História Média...* p. 62.

⁴⁶² APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fls. 47v-48v.

⁴⁶³ Ibidem. fls. 51v-52.

⁴⁶⁴ CASTRO, João Henrique Ferreira de. *A repressão a Revolta de Vila Rica...* p. 295-296.

⁴⁶⁵ VASCONCELOS, Diogo de. *História Média...* p. 58, 62.

estabilidade ou, como era desejável, um aumento crescente do valor dos contratos. Contudo, observa-se o contrário: até o final da década de 1720, o valor das receitas diminuiu e as despesas tenderam a acompanhar, com muita dificuldade e atraso, o que resultou em um endividamento sem fim e a consequente intervenção do ouvidor.

O período compreendido entre 1721 e 1725 foi muito difícil para as facções que ascenderam à cúpula camarária por alguns motivos: 1) para alcançar a cúpula institucional, aliaram-se aos agentes régios locais contra os grupos que controlavam a instituição anteriormente, no contexto da revolta de 1720; 2) controlando a instituição, foram forçados pelas circunstâncias pós-revolta a assumir compromissos financeiros muito pesados, como o pagamento dos aluguéis das tropas e os salários dos oficiais da Casa de Fundição; 3) viviam sob um difícil equilíbrio, precisavam permanecer à frente da Câmara Municipal para consolidar seu poder a nível local, mas, para permanecer no comando da instituição, precisavam do apoio dos agentes régios e, portanto, faziam concessões e permaneciam alinhados ao projeto régio.

O indicativo que será confirmado com a análise dos anos subsequentes é o de que a consolidação de uma elite local, portanto, seu fortalecimento conjuntural, depende, contraditoriamente, do seu alinhamento com o poder régio, o que implica em uma fragilidade estrutural. A consequência é simples: ao longo da economia aurífera, diante de um poder central cada vez mais presente, atraído pelo potencial fiscal da região, as elites locais só se consolidaram quando se submeteram a poderes que limitavam sua capacidade de intervenção no meio, ou seja, a mecanismos de redução das prerrogativas locais. Portanto, consolidam-se perdendo autonomia, consolidam-se quando reforçam o poder régio.

Com o declínio da economia aurífera – que não significa declínio da economia da capitania de Minas Gerais – muda-se todo o quadro. A partir de 1760 (período estudado por Marilda Santana da Silva), quando os primeiros sinais do declínio aurífero aparecem, de fato começa-se a perceber um aumento da autonomia das instituições locais e das facções que as controlam. Em parte pelo contexto de crise, que no centro político da capitania significa, de fato, declínio econômico e uma inflexão generalizada simbolizada pelo declínio demográfico, que aflora os ânimos; em parte pela irremediável baixa tributária e pelas mudanças passadas no centro e nas semiperiferias da economia-mundo europeia, que atingiriam em cheio a colônia nas décadas finais do século XVIII.

4.4.2. O início das Casas de Fundição e as intervenções do ouvidor

Há, para a segunda metade da década de 1720, um desfalque nas atas, o que compromete o acompanhamento de todas as reuniões dos anos de 1727 até 1730 e da maioria das reuniões de 1726 e 1731, anos em que se termina um livro e se começa outro.

Trata-se, no caso de 1726, do final do Livro 13 da Câmara Municipal de Vila Rica, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. O livro termina em 30 de janeiro, mês que, apesar de ter sido, historicamente, aquele em que ocorreram mais reuniões e se discutiram mais assuntos, fugiu à regra em 1726, tendo ocorrido apenas sete reuniões em que foram debatidos quatorze pontos de pauta.

A princípio, mantém-se, para o período de 1726 até 1730, a mesma tendência observada nos anos anteriores no que se refere à composição da cúpula camarária: poucos indivíduos com experiência local anterior, polarizando os debates; e a maioria sem passagem alguma pela instituição, orbitando ao redor dos experientes. Dos eleitos oficiais em 1726, apenas os dois juízes ordinários, o capitão Francisco da Costa de Oliveira e João Gonçalves Batista, tinham alguma experiência anterior na direção da instituição. Em 1727, apenas os juízes ordinários, o capitão João de Souza Lobo e Manuel Ferreira Agrelos, e o vereador Nicolau de Freitas Pacheco, tinham alguma experiência; todos só assumiram funções na direção após a Revolta de Vila Rica em 1720.

A análise da cúpula em 1728 é ainda mais nítida em relação à discrepância entre oficiais recorrentes e oficiais passageiros. São oficiais recorrentes na cúpula camarária os dois juízes ordinários, o coronel Caetano Álvares de Araújo, o capitão Domingos de Souza Braga. Os vereadores, sargento-mor Nicolau Carvalho de Azevedo, capitão Antônio Pimenta da Costa e Custódio Machado de Lima, bem como Francisco Rodrigues Gondim, não dirigiram a instituição em momentos anteriores, e os três últimos não tiveram qualquer relevância, nem mesmo no exercício de funções secundárias durante todo o período.

Em 1729 mais da metade da cúpula camarária dirigiu, anteriormente, a instituição; todos iniciaram no *segundo período administrativo*, como os dois juízes ordinários, capitão-mor Domingos Moreira Fernandes e capitão-mor Nicolau Carvalho de Azevedo. Ambos não concluíram o mandato: Fernandes por ter contraído uma doença; Azevedo por ter ido em viagem até o registro da borda do campo em meados de 1729. O governador Dom Lourenço de Almeida, diante das ausências, ordena, por carta de 11 de agosto, que o vereador mais velho, sargento-mor Lourenço Pereira da Silva, exerça a vara de juiz até que os afastados retornem.⁴⁶⁶ O juiz provisório foi eleito vereador mais velho via barrete em substituição ao eleito por pelouro, Antônio de Araújo Guimarães, que havia servido como vereador em 1727. Lourenço Pereira da Silva já havia sido vereador em 1724 e retornaria como juiz ordinário em 1736. Os outros dois vereadores, Luiz Soares de Meireles e o sargento-mor Manoel da Rocha Braga, e o procurador Manoel Mateus Tinoco, não tinham passagem pela instituição.

⁴⁶⁶ APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fl. 80.

O movimento financeiro deste período foi peculiar. As receitas caíram mais de um conto de réis em 1726, ficando em 8:105\$150; as despesas neste ano, como no anterior, superaram as receitas, fechando, segundo as contas dos oficiais, em 8:472\$739. A instituição aprofundava a tendência de déficit iniciada em 1725, fechando com um saldo negativo de 367\$589 segundo nossa revisão. O ano foi peculiar por ter sido o primeiro em que houve uma revisão das contas por parte do ouvidor. Esta revisão não causava impacto imediato nas contas, pois era feita, sempre, em meados do ano posterior. A revisão feita pelo ouvidor, João Pacheco Pereira, confirmou as contas dos oficiais e o fechamento da instituição em déficit de 467\$589, corroborando as contas dos oficiais que, pela nossa revisão, estavam equivocadas.

Ao contrário dos anos anteriores, não houve, em 1726, qualquer gasto com as demandas régias, o que, em teoria, dava oportunidade para um equilíbrio das despesas frente ao movimento de declínio das receitas iniciado no ano anterior. Contudo, os gastos com pagamentos, entre eles as propinas dos próprios oficiais régios, responderam por mais de 50% de todas as despesas, contribuindo para a continuidade do endividamento da instituição.

As contas da instituição alcançaram seu pior momento em 1727. As receitas alcançaram o menor rendimento até então, 6:157\$200 em nossa revisão. As despesas continuaram subindo, 8:972\$889. O ouvidor João Pacheco Pereira, em sua revisão feita em meados de 1728, confirmou todas as contas de acordo com as informações fornecidas pelos oficiais, como havia feito em 1726. Surpreende o fato de o ouvidor não intervir diante do quadro crítico, visto que a Câmara Municipal encerrou este ano com déficit de 2:815\$689, de acordo com nossa revisão. Surpreende também corroborar, pelo segundo ano consecutivo, contas que, segundo nossa revisão, estavam equivocadas.

Entende-se que todo o desequilíbrio das despesas da instituição foi alimentado, em 1725, pelo descontrole com as obras, principalmente as obras na casa da Câmara Municipal e, em 1726, com as altas taxas de propina pagas principalmente aos oficiais camarários. Contudo, o início do desequilíbrio, parece-nos, está em 1721 e 1722, quando os grandes gastos impostos à Câmara Municipal pelos agentes régios estancaram gastos com obras públicas e pagamentos dos oficiais camarários. Tais demandas são retomadas a partir de 1723 e, com atraso, são executadas, e geram as despesas excessivas a partir de 1725.

Para suprir o déficit crescente, era comum que o tesoureiro da Câmara Municipal fizesse alguns empréstimos aos cofres da instituição. O primeiro que identificamos no período crítico foi pequeno, 614\$400, feito em 1724 por Domingos da Rocha Ferreira, então vereador,

para cobrir um eventual déficit, e quitado em 1725.⁴⁶⁷ Com o grave endividamento da instituição, consolidado no final de 1727 em quase três contos de réis, um grande empréstimo é feito por Manoel Ferreira de Macedo no valor de 3:313\$478, que quitaria também o acumulado de 1726, pouco menos de meio conto de réis.

Os oficiais continuavam empenhados em suspender os gastos com o rei: solicitaram a ele, em 20 de abril de 1727, o fim da obrigação de pagamento dos aluguéis aos soldados que ainda não possuíam quartéis. A edificação dos quartéis era, sem dúvida, a solução mais inteligente e de longo prazo, nisto os oficiais acertavam, contudo, os gastos com os aluguéis (que somaram neste ano 590\$400) não impediam a instituição de destinar parte razoável de suas receitas para as obras públicas; ao contrário, eram os gastos com pagamentos das próprias propinas que estavam limitando o orçamento na segunda metade da década de 1720. Os aluguéis e outros gastos com o rei pesavam, inviabilizaram a administração em anos específicos, mas o que limitou os investimentos em quase todos os anos foram as propinas pagas aos próprios oficiais.⁴⁶⁸

Em 1728, após os empréstimos, a Câmara Municipal voltou a ter um ano aparentemente normal, arrecadando 7:995\$825 e gastando 7:566\$850, um superávit de 427\$975. A revisão do ouvidor, feita em meados de 1729, fez pequenas correções fechando o balanço positivo em 429\$000. Os gastos com as causas régias voltaram a pesar, alcançando quase 25% das despesas. As obras públicas foram modestas, mas os pagamentos, principalmente as propinas, mantiveram-se altos, na casa de dois contos e meio de réis.

No mesmo ano, o alto valor dos pagamentos esteve ligado à realização de uma festa extraordinária para comemoração do matrimônio dos príncipes de Portugal e Espanha.⁴⁶⁹ Trata-se de uma nova demanda elevada e inadiável representada pelos pagamentos, que forçou um adiamento dos gastos que apresentavam certa flexibilidade e que podiam ser adiados. No final do ano, com o encolhimento dos gastos com obras públicas, todos muito pequenos – com exceção de um reparo feito na cadeia por Carlos José, no valor de 542\$400 – a instituição fechou com superávit de quase meio conto de réis. O valor foi imediatamente

⁴⁶⁷ Eventual déficit de 1724 por não ser possível confirmá-lo em função da falta das paginas relativas às despesas deste exercício no livro de receitas e despesas.

⁴⁶⁸ APM, CMOP 9. REGISTRO de cartas da Câmara a Sua Majestade, 1719-1738. Rolo 17, gav. E-2. fl. 15.

⁴⁶⁹ APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fl. 63v. Trata-se do casamento de Dom José, futuro rei de Portugal, com Dona Mariana Vitória de Bourbon, e de Dom Fernando, futuro rei Dom Fernando VI da Espanha com Dona Maria Bárbara de Bragança, única filha do rei D. João V. A cerimônia foi realizada em 27 de dezembro de 1727 na cidade de Madrid. A notícia chegou à Câmara Municipal por carta do governador Dom Lourenço de Almeida em 14 de maio de 1728, e como era o costume, a instituição deveria promover os festejos.

repassado ao tesoureiro Manoel Ferreira de Macedo, para quitar parte dos 3:313\$478 emprestados à Câmara Municipal no final do ano anterior.

Em 1728, começou a ser arrecadado pelas câmaras municipais o donativo para o casamento dos príncipes, definido em junta de 22 de outubro de 1727. O valor a ser pago seria de 125 arrobas de ouro, dividido em seis anos, cobrado da mesma forma que se arrecadavam os quintos régios em anos anteriores, por cada negro.⁴⁷⁰ Depois do ensaio de recuperação realizado em 1728, as contas da Câmara Municipal voltaram a fechar em déficit, embora bem menor. Arrecadou-se em 1729 apenas 5:613\$305, gastando-se 5:458\$760, mantendo-se um saldo positivo de 144\$545, segundo nossa revisão. Contudo, os oficiais esqueceram, propositadamente ou não, de lançar o rendimento dos foros (338\$400) e, por isso, as contas fecham com falso déficit de 193\$855. Chegou-se ao limite do endividamento. Na revisão do ouvidor, feita em meados de 1730, as receitas foram conferidas e o erro foi corrigido.

A situação de endividamento institucional já durava anos e a solução adotada pelo ouvidor foi inspecionar detalhadamente cada um dos gastos, revogando os que não fossem bem identificados e justificados. Até então, as despesas ocorriam sem muito controle, sem uma identificação precisa do destino de cada gasto. A primeira ação do ouvidor foi ordenar ao escrivão da câmara, Valentim Nunes de Souza, nomeado pelo monarca, que identificasse todos gastos que lembrasse do ano anterior e, em seguida, o fez mudar a forma de lançamento nos anos seguintes. Fez-se uma longa revisão, bem descrita no terceiro capítulo deste trabalho, que fez retornar aos cofres da instituição 1:232\$988.

Sem dúvida, esse avanço do ouvidor sobre a instituição, previsto nas Ordenações Filipinas, mas feito pela primeira vez em Vila Rica apenas em 1730, marcou mais um declínio em suas prerrogativas. Contudo, o encolhimento das prerrogativas municipais deu-se, em outras áreas, com maior intensidade, desde meados da década de 1720. Em 1726, por exemplo, os oficiais lutaram pela manutenção da prerrogativa de nomearem o alcaide da vila, que passava, por ordem régia de 23 de outubro do mesmo ano, a ser indicado pelo governador

⁴⁷⁰ APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fls. 54-66. A divisão entre as câmaras municipais, por ano, foi a seguinte: Vila do Carmo, 25.835 oitavas e 54 grãos; Vila Rica, 22.029 oitavas e 18 grãos; Sabará, 12.200 oitavas e 36 grãos; Vila do Príncipe, 3.762 oitavas e 18 grãos; São João del Rei, 5.284 oitavas e 50 grãos; Vila Nova da Rainha, 9.751 oitavas e 10 grãos; Pitangui, 1.154 oitavas e 54 grãos. Pagariam as lojas de fazenda de mercadores, de 12 até 60 oitavas, de acordo com sua grandeza, que seria arbitrada pelas câmaras municipais; oficiais mecânicos pagariam 4 oitavas anuais, mas oficiais de justiça não, pois já pagavam terças partes de suas rendas ao rei. Oficiais da Casa da Moeda também não pagariam; negros e mulatos forros foram incluídos no lançamento, pagando o mesmo que os escravos.

Dom Lourenço de Almeida.⁴⁷¹ Em 16 de maio de 1727 seria a vez do escrivão do alcaide, que também passou a ser nomeado por Dom Lourenço de Almeida.⁴⁷²

* * *

As duas fases, inicial e intermediária, do *segundo período administrativo* que se estendeu de 1721 até 1729, apesar de iniciarem com o maior pico nas atividades administrativas de todos os anos pesquisados, foram marcadas por uma tendência de internalização da instituição e pelo domínio da cúpula camarária por parte do núcleo de um novo grupo minerador, alinhado ao projeto régio.

A posição política das lideranças da instituição após a Revolta de 1720, portanto, as lideranças deste *segundo período administrativa*, tem como característica outra estratégia em relação aos agentes régios: evitaram os embates e tentaram um certo alinhamento com o projeto régio, ainda que não tenha sido completo. Houve, em outras palavras, uma espécie de nova acomodação entre os agentes régios e este novo grupo que, se comparada ao período anterior, foi muito mais vantajosa para o poder central, cada vez mais forte na região. Mas foi vantajosa, em termos relativos, também para este novo grupo, que alcançou, de forma hegemônica, o controle da instituição local.

Para todos os anos iniciais do *segundo período administrativo*, pode-se dizer que as receitas e despesas seguiram um padrão, uma ordem. Em primeiro lugar, a maioria esmagadora dos recursos vinha das três grandes rendas: aferição, carceragem e meia pataca, nesta ordem. Estas três receitas responderam por cerca de 4/5 das receitas anuais, em alguns anos até mais. Tais receitas foram arrematadas, na maioria das vezes, em janeiro do ano referente ao contrato, ou, em alguns casos, até mesmo em dezembro do ano anterior. Portanto, sabia-se, com significativa precisão, quanto dinheiro os oficiais poderiam gastar.

O movimento inversamente proporcional entre pagamentos e obras públicas ocorreu, em primeiro lugar, pela necessidade de adequar uma receita limitada a uma demanda quase ilimitada de gastos necessários em um local carente de estruturas físicas adequadas. Assim, quando houve maior dificuldade em adequar a limitada receita às despesas, eram atendidos os pagamentos, inadiáveis, e adiado o necessário no outro grande gasto, as obras públicas. Ao contrário, quando os pagamentos eram poucos, era possível gastar mais com obras, e assim era feito. Portanto, pode-se afirmar que o curioso movimento inversamente proporcional entre pagamentos e obras públicas foi controlado pela demanda dos pagamentos, principalmente pelas propinas. Estas, quando altas, forçaram o adiamento das obras públicas.

⁴⁷¹ APM, CMOP 9. REGISTRO de cartas da Câmara a Sua Majestade, 1719-1738. Rolo 17, gav. E-2. fl. 13.

⁴⁷² APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fl. 60.

Estes pagamentos foram os responsáveis pelo comprometimento das contas, aparentemente saudáveis até 1723, graças à elasticidade das obras públicas.

Em síntese, ocorreram grandes gastos com pagamentos dos oficiais da Casa da Moeda em 1721 e 1722, que responderam por mais de 50% das despesas dos dois anos. Estes gastos forçaram os oficiais a adiarem demandas por obras públicas para os anos seguintes, que puderam ser realizadas em 1725, ano em que os pagamentos foram muito pequenos. Em 1726, os pagamentos voltam a subir por conta das remunerações relativas às festas reais e, novamente, as obras públicas sofreram, e esta tendência se manteve até 1729.

A intervenção do novo ouvidor, tímida em relação às contas de 1728, mas drástica em relação às contas de 1729, tentou, entre outras coisas, colocar em ordem as contas da instituição. A princípio, a ação foi bem sucedida, pois nos anos de 1734, 1735 e 1736, os balanços foram um pouco melhores. Mas a intervenção, iniciada em 1729, marcou uma segunda onda de redução da jurisdição da Câmara Municipal de Vila Rica, que passou, então, a sujeitar suas contas a uma severa revisão de um agente régio, que, como vimos, passou a desautorizar gastos já realizados, relacionados fundamentalmente à remuneração de oficiais da instituição, e começou a impor, ano após ano, sobre os oficiais camaristas, através destas revisões, uma forma desejável de se fechar as contas e se fazer os gastos.

4.4.3. Fim do governo de Dom Lourenço de Almeida e a capitação

O início da década de 1730 teve, de similar ao início da década de 1720, apenas o aumento da pressão dos representantes régios sobre a localidade. Entretanto, não parece que este avanço e quase domínio sobre as contas da Câmara Municipal por parte do ouvidor tenha causado mudanças tão profundas na instituição, como as que ocorreram na passagem do *Primeiro* para o *segundo período administrativo*. Ao contrário daquele momento, neste houve mudanças no conteúdo das pautas, mas não houve grandes mudanças na composição do quadro dirigente da instituição.

Os registros de 1730 são muito vagos, pois faltam as atas e também parte dos livros de receita e despesa, chegando até nós apenas as primeiras folhas que registraram parte das receitas. Restou-nos buscar, em meio às informações fragmentadas das correspondências, algumas certezas. Chegamos a uma cúpula composta pelos juizes ordinários, Domingos da Rocha Ferreira e Manuel Ferreira Agrelos; pelos vereadores, João de Melo Fernando, Miguel Dias de Souza e José da Silva Araújo; pelo procurador da câmara, Manuel de Freitas Ferreira.⁴⁷³

⁴⁷³ Para se chegar a esta composição foi necessário cruzar as assinaturas de várias correspondências. Cf. APM, CMOP 9. REGISTRO de cartas da Câmara a Sua Majestade, 1719-1738. Rolo 17, gav. E-2. fls. 24-25v; APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos,

Os juízes ordinários eram experientes, o primeiro foi vereador em 1725; o segundo, vereador em 1722 e juiz ordinário em 1727. Os vereadores e o procurador, ao contrário, não tinham qualquer passagem anterior pela direção da instituição.

Dentre os eleitos em 1731, apenas dois experientes: o juiz ordinário Manuel Rodrigues Coelho, procurador em 1721; e o vereador Nicolau de Freitas Pacheco, procurador em 1722. O outro juiz ordinário, Luiz de Figueiredo Leitão, e o procurador, Mateus Pereira Lima, não tinham qualquer passagem e não voltariam a ter até 1736. O vereador, Coronel Luiz José Ferreira, sem experiência, voltaria no ano seguinte como tabelião; e o último vereador, Tomé Ferreira Cruz, voltaria no ano seguinte ocupando o mesmo posto.

No final de 1731, quando da eleição para a cúpula do ano seguinte, parece ter havido uma tentativa de reordenamento de poder, como houve no final de 1718, contudo agora sem sucesso, graças à intervenção do ouvidor. A primeira eleição ocorreu no dia 29 de dezembro; no dia seguinte, os oficiais pediram ao ouvidor que supervisionasse uma nova eleição, haja vista terem sido excluídos oficiais do pelouro e outros do barrete, por não serem pessoas beneméritas. A eleição de 29 de dezembro foi, então, desconsiderada e uma nova, conduzida pelo ouvidor, foi realizada em 31 de dezembro, sendo eleitos, para juízes ordinários o coronel Manuel Ferreira Agrelos e o sargento-mor Manuel de Freitas Ferreira, ambos experientes; para vereadores, foram eleitos o experiente Tomé Ferreira da Cruz, que ocupou a mesma função no exercício anterior, e os estreantes, Manuel Moreira de Meireles e Antônio Dias da Costa, junto com o procurador, João Francisco do Couto.⁴⁷⁴

Metade dos oficiais eleitos em 1733 não tinha qualquer experiência em cargos de direção na instituição, era o caso do procurador, Francisco Ferreira Velho, e dos vereadores, Francisco Marques da Silva Rebelo e Gregório de Matos Lobo. Os indivíduos restantes eram, ao contrário, bem experientes. Os dois juízes ordinários foram Manoel Rodrigues Coelho,

ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fls. 92-103; APM, CMOP 21. RECEITAS e despesas, 1725-1733. Rolo 18, gav. E-2. fls. 51-54. Há uma lista, feita em 2004, que integra o “Memorial Histórico-Político da Câmara Municipal de Ouro Preto”, em que é relacionado o nome de todos os membros da direção da instituição, desde 1711 até 2004. Tamanho esforço é ainda mais admirável quando se leva em conta as profundas transformações sofridas pelas câmaras municipais, desde o período colonial até o início do século XXI. No entanto, a obra apresenta algumas imprecisões, que cremos, são inevitáveis pela amplitude do período e pelos objetivos pretendidos. Para o ano de 1730, por exemplo, a lista sugere um entrincheiramento semelhante ao ocorrido em 1716-1718, pois os nomes de 1729 se repetem. Contudo, com base nas correspondências, vê-se que não houve qualquer anormalidade, visto que a cúpula foi ocupada por outros integrantes, que não os de 1729. Cf. MEMORIAL HISTÓRICO-POLÍTICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Ouro Preto: 2004.

⁴⁷⁴ APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2. fls. 9v-10v.

procurador em 1721, e o capitão Domingos da Rocha Ferreira, menos experiente, vereador em 1725. Por fim, Domingos Coelho Pereira, vereador pela primeira vez em 1724.

Dos oficiais de 1734, apenas os juízes ordinários, Nicolau de Freitas Pacheco e capitão Domingos Francisco de Oliveira, tinham experiência na cúpula da instituição. O primeiro faleceu no exercício da função, em 17 de julho, não sendo eleito substituto. O procurador, Nicolau de Siqueira Lapa, e o vereador, Antônio da Silva Porto, não exerceram, antes de 1734, nenhuma função, mesmo que secundária. Já os vereadores, capitão Martinho Ribeiro Dias e Domingos Francisco dos Reis, estreantes na cúpula camarária, serviram no ano anterior como almotacés.

Um dos acontecimentos mais polêmicos da década de 1730 envolveu a composição da cúpula camarária de 1735, e merece atenção por revelar a capacidade de intervenção dos agentes régios na Câmara Municipal. Neste ano, ocorreu uma renovação quase completa na direção da instituição: dos seis eleitos, apenas o juiz ordinário, sargento-mor Domingos de Abreu Lisboa, tinha alguma experiência anterior na cúpula camarária, ainda assim como procurador em 1723. O outro juiz ordinário foi o capitão Fernandes da Mato; os vereadores eleitos foram Luiz de Souza Castro, Manuel de Souza Pereira e João Antunes Pereira; o procurador foi o Estevão de Souza Sandoval. Chama atenção o fato de apenas dois oficiais camarários terem, neste momento, patentes militares.⁴⁷⁵

Logo após a posse, os juízes ordinários foram presos pelo governador André de Melo e Castro, acusados de não terem cumprido as cerimônias de posse, faltando à tradicional visita dos oficiais ao governador. Em sua defesa, os oficiais alegaram que não foram por estarem na Igreja em missa, mas a visita ocorreu após a missa, contando com a presença do vereador eleito, Manuel de Souza Pereira, e do procurador da câmara, Estevão de Souza Sandoval, além do escrivão da câmara, Antônio Falcão Pereira, aliado dos agentes régios locais.⁴⁷⁶

O governador Martinho de Mendonça de Pina e Proença, em 20 de janeiro de 1736, emitiu seu parecer a pedido do monarca sobre a prisão dos dois juízes, em 1735. Nele, negou que as eleições eram feitas com interferência do governador e reforçou que era, sim, possível comparecer após a missa em presença do governador, como havia feito o vereador Manuel de

⁴⁷⁵ Em 1736 o procurador Sandoval reapareceria como almotacé e com a patente de capitão.

⁴⁷⁶ FIORAVANTE, Fernanda. *Os bons homens das minas: os oficiais das câmaras mineiras no processo de implantação do poder régio nas terras do ouro*, c. 1711 – c. 1750. Tese de Doutorado em História Social. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. p. 256-258.

Souza Pereira, Cavaleiro do Hábito de Cristo e segundo o governante, “homem muito honrado, prudente e abastado de bens”.⁴⁷⁷

A eleição dos dois juízes ordinários, em 1735, estremeceu o alinhamento com os agentes régios. Em 17 de maio, três dos seis oficiais camarários, justamente os juízes ordinários, Domingos de Abreu Lisboa e Fernando da Mota, que não visitaram o governador, junto com o vereador mais velho Luiz de Souza Castro, acusaram, em representação ao Conselho Ultramarino, o escrivão da câmara Antônio Falcão Pereira, de ter pouca idoneidade no exercício de sua função, excedendo-se na cobrança dos seus honorários.⁴⁷⁸

O dito escrivão era nomeado direto do monarca – como os antecessores. Desde os primeiros momentos no cargo, foi elogiado pelos oficiais que, em certo momento, chegaram a solicitar ao monarca que doasse o posto ao dito indivíduo, sem sucesso. Era, até então, indivíduo acima de qualquer suspeita. Diante da acusação, Antônio Falcão Pereira tratou de se defender, usando de toda a sua influência no reino. Em carta ao monarca, de 9 de dezembro de 1735, apresentou sua defesa. Era Cavaleiro da Ordem de Cristo, servia há mais de quatro anos como escrivão da câmara Municipal de Vila Rica por nomeação régia, e enviara pareceres anuais sobre as contas da instituição.⁴⁷⁹ Era filho de Teodoro Lopes Falcão Pereira, que servia há mais de 28 anos ao monarca como escrivão da Real Fazenda. Dizia ainda que seus serviços eram aprovados pelo governador Martinho de Mendonça de Pina e Proença.⁴⁸⁰

O documento é revelador, pois, após uma defesa inicial, Antônio Falcão Pereira passa a atacar seus opositores e, com isto, revela as articulações de uma facção que ensaiava uma nova resistência, possivelmente nos moldes da ocorrida em 1720. Domingos de Abreu Lisboa seria, segundo o nomeado régio, o principal articulador da resistência local à capitação. Tinha como aliado, além do outro juiz ordinário, Fernando da Mota e o vereador mais velho, Luiz de Souza Castro, também o rendeiro mais influente de todo o período, Alexandre Pinto de

⁴⁷⁷ AHU MG, cx. 31, doc. 58. CARTA de Martinho de Mendonça de Pina e Proença, para D. João V, dando o seu parecer sobre a razão que houve para a prisão de Domingos de Abreu Lisboa e Fernando da Mota. [s. l.], post. 20 e janeiro de 1736.

⁴⁷⁸ AHU MG, cx. 29, doc. 66. CARTA dos oficiais da câmara de Vila Rica, sobre a queixa que fazem do escrivão da dita câmara, Antônio Falcão Pereira, de ser pouco idôneo para exercitar o seu ofício, excedendo-se na cobrança dos salários. Vila Rica, 17 de maio de 1735.

⁴⁷⁹ Percebe-se que o Escrivão atuava como um fornecedor de informações detalhadas sobre a Câmara Municipal, enviava ao monarca detalhes da situação financeira da instituição.

⁴⁸⁰ AHU MG, cx. 30, doc. 38. REQUERIMENTO de Antônio Falcão Pereira, escrivão da câmara de Vila Rica, filho de Teodoro Lopes Falcão Pereira, queixando-se das injustiças praticadas no Senado e pedindo para que se junte este requerimento aos mais papéis e contas que se encontram no Conselho. [s. l.], ant. 9 de dezembro de 1735.

Miranda. Acusava Domingos de ter conspirado contra o governador Conde de Assumar em 1720, usando de sua influência para fazer com que, na devassa, não fosse culpado.⁴⁸¹

Relata, em seguida, a eleição de Domingos de Abreu Lisboa como procurador da câmara em Junta para discussão da capitação, em que fez oposição ao governador Martinho de Mendonça, conseguindo adiar as discussões relativas à capitação. Diz que só foi eleito por conseguir reunir seus associados, que apoiavam sua causa. Coube ao escrivão Antônio Falcão Pereira, junto do juiz ordinário de 1734, historicamente alinhado aos governantes locais, o capitão Domingos Francisco de Oliveira, visitar por muitas vezes Domingos de Abreu Lisboa para, com muito custo, convencê-lo de que “não inquietasse os povos contra as reais ordens de Vossa Majestade”.⁴⁸²

O escrivão prosseguiu, argumentando que o caráter revoltoso e inquieto de Domingos de Abreu Lisboa era conhecido há muito tempo pelos governadores Dom Lourenço de Almeida, pelo Conde de Assumar e pelo Conde das Galveias, que o conhecendo:

“[...] não quiseram consentir que ele e os referidos parciais entrassem em cargo algum daquele Senado; o que se não pôde evadir o ano presente por prevalecerem as suas máquinas a este acento; e como não puderam mudar de gênio, principiaram a mover discórdias e inobediências, sendo a primeira ao conde governador, que os mandou prender [...]”⁴⁸³

O documento termina com a explicação do escrivão da câmara de que os juízes ordinários, seus inimigos, negaram-se a emitir parecer favorável de sua atuação – como solicitava, de costume, todos os anos aos oficiais e agentes régios – e então tramaram questionar sua capacidade, supõe-se em retaliação ao apoio dado pelo escrivão ao governador quando do incidente da posse destes oficiais.

O trecho mais revelador do documento é o que reproduziu-se acima. Nele, o autor confessa que os governadores tinham influência suficiente para manter afastados da Câmara Municipal indivíduos indesejáveis, resistentes ao projeto régio, e contavam, para isso, com a ajuda de outros oficiais camarários e do escrivão da câmara, homem do rei na instituição. No entanto, nem sempre se conseguia êxito nas manobras, como em 1735, quando este grupo resistente assumiu o controle da instituição, mas de imediato foi atacado e desarticulado pelos

⁴⁸¹ AHU MG, cx. 30, doc. 38. REQUERIMENTO de Antônio Falcão Pereira, escrivão da câmara de Vila Rica, filho de Teodoro Lopes Falcão Pereira, queixando-se das injustiças praticadas no Senado e pedindo para que se junte este requerimento aos mais papéis e contas que se encontram no Conselho. [s. l.], ant. 9 de dezembro de 1735.

⁴⁸² Ibidem.

⁴⁸³ Ibidem.

agentes régios. A correlação de forças era outra, bem mais favorável ao monarca que aquela do final da década de 1710.

Após a realização de muitas juntas e de muitas manobras para afastar delas e das câmaras municipais indivíduos como Domingos de Abreu Lisboa, contrários à capitação, firmou-se o novo acordo de recolhimento dos quintos. Em 30 de junho de 1735, o governador cedeu à pressão dos procuradores das câmaras municipais e perdoou as fundições falsas feitas até então, desde que não continuassem a ocorrer.⁴⁸⁴ No dia seguinte, estabeleceu a capitação.⁴⁸⁵ As resistências ocorreriam não mais no centro político da capitania, como em 1719 e 1720, mas nos sertões.

As eleições para o último ano analisado, 1736, transcorreram sem as agitações do exercício anterior, e retomaram o padrão predominante no *segundo período administrativo*. Dois dos vereadores eleitos, André Álvares Rainho e o capitão José Teixeira da Silva, não tiveram nenhuma passagem pela instituição, mesmo em funções secundárias. O procurador, capitão Francisco da Silva Neto, era também um estreante na cúpula camarária, contudo, exerceu a função de almotacé, em 1713, 1714 e 1722, e a de tabelião, em 1713 e 1714, e manteve-se afastado da instituição de 1714 até 1721 e de 1723 até 1735. Um dos vereadores, o tenente-coronel José da Silva Araújo, bem como os juizes ordinários, sargento-mor Lourenço Pereira da Silva e o capitão-mor Nicolau Carvalho de Azevedo, tiveram passagens anteriores.

Como se nota, apesar dos problemas no processo eleitoral de 1735, manteve-se, no restante do *segundo período administrativo*, um padrão de ocupação das funções da cúpula camarária: em média, dois oficiais experientes, preferencialmente servindo como juizes ordinários, ao lado de três ou quatro indivíduos sem qualquer passagem anterior na cúpula. Tal tendência indica renovação no sentido de grande circulação de funções da cúpula institucional nas mãos de pessoas sem grande experiência, mas também indica manutenção de um núcleo sólido que conduziu, em todos os anos, a instituição em um mesmo sentido. Desta forma, os agentes régios mantinham cooptado um pequeno grupo, que se alternava ocupando

⁴⁸⁴ APM, CMOP 35. REGISTRO de editais, cartas, provisões e informações do Senado de petições e despachos, 1735-1736. Rolo 21, gav. E-2. fls. 43-45.

⁴⁸⁵ Estavam presentes os procuradores da Vila do Ribeirão do Carmo, o coronel Caetano Álvares Rodrigues e Nicolau da Fonseca de Araújo, os procuradores de Vila Rica, o capitão-mor Domingos da Rocha Ferreira e Manoel Mateus Tinoco, os procuradores de Vila Real do Sabará, o coronel José Correa de Miranda, e Antonio Velho Cabral, os procuradores da Vila de São João del Rei, André Álvares Rainho e o capitão-mor Manoel da Costa de Gouvêa, o procurador da Vila do Caeté, o capitão João Nunes Ferreira, os procuradores da Vila do Príncipe, o capitão-mor João Fernandes Ferreira e o capitão Francisco Moreira Carneiro, e os procuradores da Vila de São José, o doutor Paulo da Mata Duque Estrada e o Antonio Coelho de Barros, e os procuradores de Vila do Pitangui, o mestre de campo Pedro de Fonseca Neves. Cf. APM, CMOP 35. REGISTRO de editais, cartas, provisões e informações do Senado de petições e despachos, 1735-1736. Rolo 21, gav. E-2. fls. 45-46v.

as principais funções da cúpula, ao lado de um grande contingente de estreantes, que raramente voltavam à cúpula, a não ser quando incorporados ao restrito grupo dirigente.

Além das eleições do período final do *segundo período administrativo*, outros temas marcaram o cotidiano da instituição e são vitais para compreensão das transformações ocorridas nas câmaras municipais. A principal mudança, em curso desde ao menos o governo do Conde de Assumar, foi a redução das prerrogativas da instituição em prol dos interesses do poder soberano e seus agentes. Em 15 de maio de 1730, os oficiais camarários solicitaram ao rei a nomeação de um juiz de fora, ou seja, de um magistrado escolhido pelo monarca, normalmente vindo da metrópole, que exercia a presidência da instituição no lugar dos juízes ordinários. Os camaristas justificaram a solicitação argumentando que, sendo Vila Rica a localidade mais importante da capitania, recaíam sobre os juízes ordinários muitas tarefas, sobre as quais não estavam preparados para agir.⁴⁸⁶

À primeira vista, parece-nos absurdo o pedido assinado pelos próprios oficiais – inclusive um dos juízes ordinários, Domingos da Rocha Ferreira – solicitando a criação de um posto local que tirava dos grupos locais o pleno domínio da instituição. Duas explicações para o pedido são plausíveis: a primeira é a concorrência, isto é, os oficiais de Vila Rica queriam tal oficial em função de a instituição vizinha, de Vila do Carmo, ter pleiteado a mesma função ao monarca, neste caso com êxito; outra possibilidade é a de que o nomeado régio poderia representar em alto nível os interesses das facções locais à frente da Câmara Municipal, contrapondo-se ao ouvidor que, a partir de 1730, avançava sobre as finanças da instituição, limitando, cada vez mais, a autonomia do poder local.⁴⁸⁷

Não era apenas o ouvidor que avançava sobre as elites locais, também o fazia Dom Lourenço de Almeida, que tentava diminuir o contrabando do ouro. Convocou, no início de 1730, os principais homens de negócio da região, para avisar do edital que lançaria em 20 de fevereiro, confiscando todo o ouro em pó, portanto não quintado, que encontrasse fora das vilas.⁴⁸⁸ Em 28 de abril do mesmo ano, emitiu outro bando, reproduzindo ordem régia, limitando o acúmulo de 500 oitavas de ouro em pó para se levar à Casa de Fundição,

⁴⁸⁶ APM, CMOP 9. REGISTRO de cartas da Câmara a Sua Majestade, 1719-1738. Rolo 17, gav. E-2. fl. 24.

⁴⁸⁷ Esta alternativa parece-nos a mais provável. Há ainda outras, como uma forma de compensação a uma possível concessão de privilégios que os camaristas pediam em outra carta, no mesmo dia 15 de maio. Tratava-se dos mesmos privilégios solicitados desde ao menos os últimos anos da década de 1710. Os privilégios não foram concedidos e o posto de Juiz de Fora só seria criado em Vila Rica na primeira década do século XIX.

⁴⁸⁸ APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fls. 92-93v.

anunciando que o objetivo régio é despejar moedas na região.⁴⁸⁹ A preocupação era, sobretudo, minimizar as possibilidades dos descaminhos do metal. Em 25 de maio, Dom Lourenço de Almeida lançou novo bando, diminuindo significativamente a taxa dos quintos, de 20% para 12%, com o objetivo de estimular o depósito do metal nas Casas de Fundição.⁴⁹⁰

Apesar dos limites de circulação aurífera serem altos – 500 oitavas, cerca de 1,5 kg – os oficiais camarários colocaram-se contra a ação argumentando que faltavam moedas para substituir o ouro em pó, e que a medida dificultaria muito o comércio.⁴⁹¹ Em 23 de junho de 1730, um novo bando do governador autorizou que barras auríferas sem marcação, ou seja, fundidas fora das Casas de Fundição, fossem enviadas para a Casa da Moeda sem punição dos proprietários, pela urgência que se tinha em fabricar moedas para substituir o ouro em pó.⁴⁹²

A sistematização das atas, novamente disponíveis a partir de 1732, indicou uma certa mudança, tanto no volume dos assuntos discutidos, quanto no equilíbrio entre as atividades internas e externas. Contudo, esta tendência (não sabemos se iniciada nos anos para os quais não temos informações) não se manteve até 1736. Ao contrário, as atividades internas tenderam a aumentar ainda mais, e as externas a ocupar espaço, relativo e absoluto, cada vez menor nas pautas. Tudo indica que em 1732 houve mais um pico em atividades administrativas, e não um último ano de recuperação. A alta de 1732 foi causada por nova onda de debates em torno das receitas e despesas, incluindo os donativos régios, ainda em arrecadação.

Outros assuntos, presentes desde ao menos o início da década de 1720, continuaram sendo discutidos. A edificação dos quartéis e o pagamento dos aluguéis, por exemplo, prosseguiram causando discórdia entre governador e oficiais camarários. Em 9 de julho de 1730, os soldados de dragões, reunidos, fizeram petição a Dom Lourenço de Almeida, solicitando que providenciasse, junto à Câmara Municipal, o cumprimento do acordo e pagamento dos aluguéis até que ficasse pronta a obra dos quartéis, o que foi atendido, mas demonstrou a resistência dos oficiais em manterem em dia os pagamentos.⁴⁹³

Em 1º de setembro de 1732, Dom Lourenço de Almeida passou o governo para o novo governador André de Melo e Castro, o Conde de Galveias, que tomou posse na Igreja de Nossa

⁴⁸⁹ APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fls. 97-98v.

⁴⁹⁰ Ibidem. fls. 98v-99v.

⁴⁹¹ APM, CMOP 9. REGISTRO de cartas da Câmara a Sua Majestade, 1719-1738. Rolo 17, gav. E-2. fl. 25v.

⁴⁹² APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fls. 100v-101v. O projeto de limitar o ouro em pó em favor das moedas, tornar-se-ia inviável e o ouro em pó continuaria a circular.

⁴⁹³ Ibidem. fls. 102-103.

Senhora da Conceição de Antônio Dias, por estar em reforma a matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.⁴⁹⁴ O novo governo foi marcado pelas negociações em torno do novo projeto da arrecadação dos quintos, a capitação. A relação com as câmaras municipais não foi a melhor; uma das primeiras ações de André de Melo e Castro à frente do governo da capitania, três dias após a posse, foi desautorizar as mudanças empreendidas nas Casas de Fundação pelo seu antecessor, Dom Lourenço de Almeida. Cumprindo ordem régia de 24 de abril de 1732, o novo governador reajustava os quintos para 20%, como eram.⁴⁹⁵

Em 8 de outubro, um segundo atrito ocorreu entre o novo governo e os oficiais camarários. Trata-se da criação, por ordem régia, da função de juiz dos órfãos, até então exercida pelos juízes ordinários. O nomeado para a função foi Antônio Ramos dos Reis, minerador muito influente na localidade, que havia exercido a função de vereador em 1719 ao lado do juiz ordinário Pascoal da Silva Guimarães. Apesar da nomeação, os oficiais camarários se recusaram a empossá-lo. Na reunião seguinte, em 11 de outubro, o tema voltou à pauta da instituição, pois o procurador de Antônio Ramos dos Reis, Bartolomeu Gomes Pombo, levou a situação até ao conhecimento do ouvidor, Sebastião de Souza Machado, que ordenou aos camaristas que empossassem o suplicante.⁴⁹⁶

Diante da ordem, uma nova manobra foi empreendida pelos camaristas: recusaram as fianças dadas por Antônio Ramos dos Reis, alegando que não conheciam as leis e precisavam de tempo para recorrer a um Síndico para orientá-los. Apesar dos protestos do procurador de Antônio Ramos dos Reis, não foi dada a posse. O problema foi solucionado na reunião seguinte, de um modo tão peculiar que não deixou dúvidas quanto à mudança na correlação de forças entre elites locais e agentes régios. Apareceram presentes Juízes, vereadores e procurador da câmara de anos anteriores, que assumiram o controle da instituição, fizeram reunião com pauta única, criando a função de juiz dos órfãos e empossando o nomeado Antônio Ramos dos Reis, tudo em cumprimento a uma ordem dada pelo ouvidor.⁴⁹⁷

Dois dias depois, em 15 de outubro de 1732, uma nova vereação ocorreu, tendo de volta os oficiais legítimos, suspensos pelo ouvidor, que não revogaram a posse dada pelos outros oficiais nem voltaram ao assunto. Essa manobra do ouvidor, bem sucedida, é o símbolo da diminuição da autonomia institucional. Não bastassem as interferências do ouvidor nas

⁴⁹⁴ A Câmara Municipal de Vila Rica foi avisada da troca por carta régia de 9 de março de 1732, cf. APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fls. 38-38v, 132v-133.

⁴⁹⁵ Ibidem. fls. 131v-132v.

⁴⁹⁶ Ibidem.

⁴⁹⁷ APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2. fls. 43v-44.

contas, em meados de 1730, chegou-se à situação limite de afastar toda a cúpula camarária para empossar um nomeado régio em uma função, contrariando a decisão dos camaristas.⁴⁹⁸

Esses oficiais que, de todas as formas, tentaram evitar a posse de Antônio Ramos dos Reis, agindo em oposição aos interesses régios na região, foram alvo, no ano seguinte, de uma investigação do juiz de fora da vila vizinha de Ribeirão do Carmo, seguindo ordem do Conselho Ultramarino, devido às queixas dos moradores de Vila Rica em relação aos mesmos oficiais, acusados de agir com rigor excessivo contra a população, pervertendo as leis em favor de vinganças particulares.⁴⁹⁹ O juiz, Manuel Ferreira Agrelos, e o vereador, Antônio Dias da Costa, foram poupados pela população, sendo acusados apenas de omissão, pois não impugnaram a ação dos companheiros. Este último ainda havia resistido; porém, ameaçado pelos demais, fugiu para o Rio de Janeiro.⁵⁰⁰ Segundo o despacho do Conselho Ultramarino, o vereador Tomé Ferreira da Cruz era, até 1732, o escrivão dos órfãos, e o juiz ordinário, Manuel de Freitas Ferreira, era quem exercia também o juízo dos órfãos e, em função de irregularidades na gestão financeira do cofre dos órfãos, é que tentaram impedir a posse de Antônio Ramos dos Reis e a consequente separação do juízo dos órfãos e do juízo ordinário.⁵⁰¹ Nenhum dos oficiais envolvidos retornaria à cúpula institucional até, ao menos, 1736.

Embora não tenhamos, para os anos de 1730 até 1733, séries sobre as finanças da instituição – por faltarem os livros de receita e despesa do período – pelas correspondências nota-se que, ainda em 1733, a instituição encontrava-se endividada. Para além das dívidas, iniciadas em 1724 ou 1725, o que impressionou nas correspondências de 1733 foi a falta de controle sobre as contas da instituição. Em edital, publicado no dia 5 de janeiro, os oficiais perguntavam ao povo quais eram os credores da Câmara Municipal. Solicitavam que estes fossem à instituição nos próximos três dias com papéis comprobatórios das dívidas, ou se apresentassem direto na casa do escrivão, para confirmarem o montante a ser recebido.⁵⁰²

Em 4 de fevereiro, houve novo edital feito pelos oficiais, em que tentaram justificar a situação financeira da instituição. Explicaram que muitas obras necessárias como pontes, calçadas e caminhos não estavam sendo feitas em função da situação de endividamento.

⁴⁹⁸ APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2. fls. 44v-46.

⁴⁹⁹ AHU MG, cx. 23, doc. 18. DESPACHO do Conselho Ultramarino, para que o juiz de fora da Vila do Ribeirão do Carmo averigue da veracidade das graves queixas dos povos de Vila Rica, contra os juízes ordinários e vereadores da câmara, em exercício. Lisboa, 27 de maio de 1733. Embora tenha sido registrado no Arquivo Histórico Ultramarino em 1733, o documento foi redigido em 20/10/1732, portanto trata-se dos oficiais que serviram em 1732. O material é rico em detalhes, apresenta uma série de exemplos de atitudes questionáveis dos oficiais camarários.

⁵⁰⁰ Ibidem.

⁵⁰¹ Ibidem.

⁵⁰² Ibidem.

Segundo a argumentação dos camaristas, a culpa do endividamento era: 1) outras obras realizadas; 2) as contribuições feitas às causa régia no local, como os quartéis e aluguéis de casas provisórias para as tropas; 3) a baixa nos valores das arrematações dos contratos.

A solução proposta pelo ouvidor em 1730 e seguida pelos oficiais em meados da década de 1730 foi melhorar o sistema dos foros, para tornar o contrato atrativo para arrematantes e, com isto, aumentar seu valor. Contrariando os interesses de alguns moradores, que se recusavam a pagar foros, fizeram uma revisão de todas as propriedades, ordenaram que os proprietários, dentro de quinze dias, apresentassem os títulos à Câmara Municipal. Os que não tivessem teriam que registrar a propriedade e começar a pagar os Foros. Aqueles que provassem que o imóvel era anterior à criação da Câmara Municipal ficava isento dos foros.⁵⁰³

Nos três últimos anos do estudo as despesas continuaram concentradas nas duas principais categorias: pagamentos e obras públicas. Os primeiros aumentaram, enquanto as segundas apresentaram uma moderada redução. As propinas pagas aos oficiais de 1726 – que retornaram aos cofres da instituição em 1729 – foram pagas novamente aos oficiais em cumprimento a uma ordem régia, sendo pagas, gradativamente, entre 1734 e 1736. Vê-se que, diante de demandas externas inadiáveis, as obras públicas novamente foram afetadas, embora em menor grau se comparado à primeira metade da década de 1720.

Nesse momento, a principal obra executada pela Câmara Municipal era a reforma do palácio, deixado à instituição pelo falecido Henrique Lopes de Araújo. É certo que, diferente das outras obras, esta era vista como um investimento que daria retorno. O próprio mandado de pagamento, extraído do livro de despesas, dizia isto:

“Por mandado corrente de um conto e seiscentos mil réis pagos por conta dele a Bernardo dos Santos, oito centos mil réis, procedida a referida importância dos consertos e obras do palácio, cuja parcela paga o Senado por empréstimo dos bens do conselho para se restituir aos mesmos bens cobrado que seja o preço da arrematação da lavra que ficou do defunto Henrique Lopes [...] 800\$000.”⁵⁰⁴

De fato, as lavras doadas por Henrique Lopes de Araújo tornaram-se, a partir de 1734, uma nova renda para a instituição, sendo colocadas em praça na vereação de 13 de março do dito ano. No ano de 1735, ao revisar as contas de 1734, o ouvidor achou, por bem,

⁵⁰³ APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fls. 152-153v. A partir de meados da década de 1730 encontra-se vários registros de foros nos livros de correspondência da instituição.

⁵⁰⁴ APM, CMOP 34. LIVRO das despesas do Senado, 1734-1743. Rolo 20/21, gav. E-2. fl. 5v.

desconsiderar algumas despesas e ordenou que, dentro de vinte dias, os oficiais do dito ano repusessem os gastos considerados excessivos, sob pena de pagarem com os próprios bens, repondo-se 435\$217.⁵⁰⁵

Apesar da relação permeada de atritos entre os camaristas e o ouvidor Sebastião de Souza Machado, no cargo desde 10 de agosto de 1731, foi solicitada ao monarca, pelos mesmos oficiais camarários, em 20 de março de 1734, a prorrogação do mandato do agente régio, possivelmente para amenizar outros pedidos que seguiram na mesma frota para Lisboa: a concessão dos privilégios da Câmara Municipal do Porto e a doação de nova sesmaria para ajustar a renda dos foros. Oito dias depois, Fernando Leite Lobo assumiria o posto.⁵⁰⁶

Tão logo assumiu, o ouvidor entrou em atrito com os oficiais camarários, que reclamaram ao rei, em carta de 24 de outubro de 1734, que o agente régio era incapaz de atuar como superintendente nas terras minerais e solicitaram que a tarefa ficasse a cargo da própria instituição, ocupada, segundo os oficiais, em sua maioria, por mineradores que entendiam melhor do assunto.⁵⁰⁷ Outros pedidos foram feitos na mesma ocasião, o principal deles foi a solicitação de manutenção do escrivão da câmara, Antônio Falcão Pereira, que, segundo os camaristas, iria ser afastado pelo governador que queria nomear substituto.⁵⁰⁸

Em menos de três anos de mandato, o Conde de Galveias deixou o governo ao sucessor Gomes Freire de Andrade, empossado pela Câmara Municipal em 26 de março de 1735. Este indivíduo foi uma das principais figuras da administração colonial portuguesa no século XVIII. Sua primeira passagem pelo governo das Minas Gerais durou pouco mais de um ano, pois, em 15 de maio de 1736, deixou a função com o interino Martinho de Mendonça de Pina e Proença seguindo para o Rio de Janeiro, terminando por Governar as três capitanias: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. No curto governo interino de Martinho de Mendonça de Pina e Proença, pouco mais de um ano e meio, eclodiram as revoltas no sertão, em resposta à implementação da capitação e, em seu mandato, definiu-se a demarcação diamantina.⁵⁰⁹

Esses motins no sertão, assim como a Revolta de Vila Rica em 1720, eram formas de resistência de setores locais às mudanças promovidas pelo poder régio, contrárias aos seus

⁵⁰⁵ APM, CMOP 34. LIVRO das despesas do Senado, 1734-1743. Rolo 20/21, gav. E-2. fls. 118-118v.

⁵⁰⁶ APM, CMOP 9. REGISTRO de cartas da Câmara a Sua Majestade, 1719-1738. Rolo 17, gav. E-2. fls. 34v-37v.

⁵⁰⁷ Ibidem. fls. 41v-42.

⁵⁰⁸ Ibidem. fls. 38v-40, 45-45v. Os oficiais pediam ainda que o cargo fosse dado a Falcão Pereira, se não em propriedade ao menos até o fim de sua vida. Em documento posterior, de 4 de setembro de 1734, os oficiais fizeram referência a um pedido no mesmo teor, realizado em 1732, não atendido pelo monarca. Diante da situação, solicitaram que, ao menos, nomeasse outra pessoa tão inteligente e capaz como Antônio Falcão Pereira.

⁵⁰⁹ LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais...* p. 64-65.

interesses. Embora as agitações no sertão tenham sido relevantes para a história da capitania, ocupam espaço secundário em nosso estudo, pois não chegaram a ameaçar o centro político da região, tampouco envolveram diretamente a Câmara Municipal de Vila Rica.⁵¹⁰ Ainda assim, tiveram sua importância quando se leva em conta que o grupo levantado em 1736 guardava relação com o grupo levantado em 1720 em Vila Rica. O fracasso de 1736 terminou o que o de 1720 começou, aprofundou a desarticulação de parte das elites locais ligadas ao comércio.⁵¹¹

Portanto, a escolha do ano de 1736 como momento terminal deste estudo, não é tanto pelos bastidores dos motins ocorridos no sertão, que não ameaçam o poder central da capitania (como em 1720), mas pelas consequências desses levantes, ou seja, a desarticulação das resistências ligadas à 1720 e a consolidação de um grupo local mais alinhado ao governador; consolida-se porque desarticula-se de vez as ameaças ao seu domínio. Para o poder régio, a vitória sobre os motins encerra o processo de centralização monárquica, definindo-se a única via para se fortalecer localmente: a aliança com agentes régios.⁵¹²

Enquanto as resistências à capitação agitavam o sertão, em Vila Rica as preocupações giravam, cada vez mais, em torno de questões cotidianas, como o combate aos “calhambolas”, ou quilombolas. No final de janeiro de 1735, os oficiais camarários reuniram-se com os principais moradores para deliberar sobre os meios de combater os quilombos e chegaram a alguns encaminhamentos: 1) deveriam os negros trazer escritos dos seus senhores que deveriam ser renovados mensalmente, sendo as pessoas que dessem escritos falsos castigadas com rigor; 2) em toda freguesia, o oficial mais alto deveria convocar os moradores e eleger, anualmente, um capitão do mato com soldados para a segurança do local, sendo o dito capitão do mato pago pelos próprios moradores de acordo com o número de escravos de cada um; 3) o castigo – apresentado como o principal dos encaminhamentos – para os negros achados em quilombos seria o corte da mão pela munheca, isto para quilombos de sete ou mais negros; 4) seriam passados anúncios para, quando descobrissem quilombos, as pessoas das freguesias se juntassem para os extinguirem; 5) proibiam a venda de chumbo e pólvora a desconhecidos e a

⁵¹⁰ Para uma descrição detalhada dos motins, que foge aos objetivos deste trabalho, ver RODRIGUES, Gefferson Ramos. *No sertão, a revolta: grupos sociais e formas de contestação na América portuguesa, Minas Gerais – 1736*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2009.

⁵¹¹ Muitos autores reforçam os laços entre as lideranças dos motins de 1720 e 1736, nomes como Faustino Rebelo Barbosa, o sargento-mor Antonio Pinto de Magalhães, o padre Lucas Soares Ribeiro, José Ferreira da Fonseca, João e Lima Curado; em Caeté, João Barreiros, padre Antonio Rodrigues, o sargento-mor Frutuoso Nunes, Antonio Carvalho de Almeida, o licenciado Bartolomeu Gonçalves Bahia e Manuel de Araújo Cruz, tinham relações próximas com o grupo de Manuel Nunes Viana e Pascoal da Silva Guimarães, Há ainda o envolvimento de Miguel Nunes de Souza, filho de Manuel Nunes Viana. Cf. CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros...* p. 347, 351.

⁵¹² Ibidem. p. 370, 375-377.

negros, mulatos ou mestiços, e também proibiam o porte de armas por negros, salvo quando junto de seus senhores; 6) haveria apenas uma pessoa vendendo pólvora por freguesia, e esta só o poderia fazer em acordo com o oficial maior da região e com licença da Câmara Municipal e, no âmbito da vila, precisaria da autorização do capitão-mor; 7) os negros forros de cada distrito deveriam ser observados para ver se tinham bom comportamento e não guardavam comunicação com os quilombos, sob pena de prisão na cadeia da vila. O combate aos quilombos volta a ocupar a pauta da instituição até 1736, envolvendo sempre o pagamento do capitão do mato.⁵¹³

Depois de um longo período de desajustes econômicos na Câmara Municipal de Vila Rica, ao menos uma década, as contas voltam a fechar com significativo superávit de 1:071\$584 no último ano de nosso estudo, quando foram arrecadadas e gastas as maiores quantias de todo o período, respectivamente 11:564825 e 10:493\$241. Todos os cálculos foram confirmados pelo ouvidor em meados de 1737, como de costume. Tal ajuste ocorreu, não por acaso, mas devido aos impactos da ação dos ouvidores que, a partir de 1730, passaram a acompanhar com maior atenção as finanças da instituição, anulando despesas inadequadas.

Outros ajustes foram feitos, como: a organização dos foros, que gerou aumento das receitas; o corte de gastos indevidos pagos, não só aos oficiais camarários, mas também aos agentes régios, como as propinas que o ouvidor recebia quando fiscalizava as eleições – como fez em 30 de abril de 1736 o ouvidor Fernando Leite Lobo, fazendo ingressar nos cofres da instituição 72 oitavas de ouro (108\$000) referentes aos pelouros de 1734 e 1735.⁵¹⁴

* * *

Desenvolveu-se, neste quarto capítulo, a análise do cotidiano administrativo da Câmara Municipal de Vila Rica, desde sua criação, em 1711, até 1736, quando o poder de um grupo consolidou-se na região, em detrimento de outros, que se levantaram, sem sucesso, no centro político, em 1720, e depois no sertão da capitania, em 1736.

⁵¹³ APM, CMOP 35. REGISTRO de editais, cartas, provisões e informações do Senado de petições e despachos, 1735-1736. Rolo 21, gav. E-2. fls. 64v-68v. Outros assuntos preencheram as atas e correspondências nos dois últimos anos de nosso estudo. Em carta de 19 de maio de 1735, os oficiais pediram ao monarca resposta sobre o pedido de criação de um hospital e casa de Misericórdia para atender aos pobres, como existia no reino e em outros locais da colônia. A edificação seria autorizada e feita com o legado do Capitão-mor Henrique Lopes de Araújo deixado à Câmara Municipal. Cf. APM, CMOP 9. REGISTRO de cartas da Câmara a Sua Majestade, 1719-1738. Rolo 17, gav. E-2. fls. 47-48.

⁵¹⁴ Em ação complementar, a 15 de maio de 1736, o governador Gomes Freire de Andrade mandava os oficiais registrarem nos livros da Câmara Municipal a ordem régia em que se proibia as propinas aos ouvidores pela organização das eleições. Cf. APM, CMOP 32. REGISTRO de cartas do Senado para o governador e diversas autoridades, ordens, editais, provisões, petição e despachos, 1733-1741. Rolo 20, gav. E-2. fls. 19v-21v.

Foram identificados dois *períodos administrativos* na Câmara Municipal de Vila Rica, um que se estendeu até 1720, outro que, iniciado em 1721, se estendeu até 1736. Cada um destes períodos foi marcado por três elementos: 1) pela hegemonia de uma facção da elite local sobre a instituição; 2) por um padrão administrativo específico, que corresponde aos interesses desta mesma facção; 3) por um padrão político específico, que implica em uma determinada postura em relação aos agentes régios, principalmente governadores e ouvidores.

Durante o *primeiro período administrativo*, houve três fases: a de instalação da estrutura administrativa local, 1711-1713; a de aumento da autonomia das elites e dos conflitos, 1714-1717; e a das limitações e dos levantes, 1718-1720. Durante as duas primeiras etapas, a instituição foi controlada por um grupo, ao que tudo indica, majoritariamente – mas não exclusivamente – ligado à mineração, que manteve controle direto, a partir de 1714, sobre o processo de arrecadação dos quintos, até a chegada do Conde de Assumar, no final de 1717.

Esse grupo, cujos principais expoentes estudaremos no próximo capítulo, tentou utilizar a instituição criada pelo rei, contra os interesses dos agentes régios na região que, em última instância, representavam os interesses do monarca. Em função deste uso e, também, da conjuntura em que viviam, as atividades cotidianas da instituição foram agitadas, marcadas por debates em torno da arrecadação de tributos, pelos quintos e por conflitos com agentes régios, como procurou-se demonstrar ao longo dos três últimos capítulos.

O afastamento desse primeiro grupo pelo governador Conde de Assumar, em meados de 1718, evidenciou um enfraquecimento dessa facção. Contudo, a influência do agente régio não foi suficiente para garantir que seus aliados, que assumiram a instituição provisoriamente, se mantivessem nos dois anos seguintes. Outro grupo, liderado por Pascoal da Silva Guimarães, passa a controlar a instituição, mas, como o grupo anterior, não conseguiu consolidar seu poder, isto é, exercer uma hegemonia e minimizar as chances dos opositores controlarem novamente a Câmara Municipal. Tão logo se envolveram na fracassada Revolta de Vila Rica, suas lideranças foram presas e afastadas da região.

O fracasso da sublevação acelerou o avanço régio na região, facilitando a desarticulação das resistências, atraindo para o raio de ação dos agentes régios um grupo maior de potentados cooptados. No início da década de 1720, era outra a correlação de forças na região das minas, agora capitania de Minas Gerais. Ao contrário dos primeiros tempos, quando tudo girava em torno dos potentados, agora eram eles que, para manter seu poder, orbitavam, cada vez mais, em torno das instituições e dos agentes régios.

Para manter o patrimônio conquistado na região, via mineração ou comércio, era necessário, quando não essencial, ter seus vínculos com a Câmara Municipal ou, ao menos, ter

seus interesses nela representados. Para controlar a instituição por longos anos, a partir de 1720, foi imprescindível o vínculo com os agentes régios locais, principalmente com o governador. Na prática, não localizamos, após a Revolta de Vila Rica em 1720, nenhuma oposição duradoura ao governador na cúpula camarária; não porque não tenham existido posições contrárias, mas porque estas não conseguiam fixar-se por um longo período à frente da instituição sem que fossem perseguidas e desarticuladas pelos agentes régios locais.

Parece-nos claro que a consolidação dos poderes de determinada facção das elites locais em Minas Gerais, deu-se em paralelo à consolidação do poder régio na região. Mais que isso, as elites locais só consolidaram seu poder, após 1720, fazendo concessões aos interesses régios, pois a própria estrutura de poder, as próprias instituições, impediam que um projeto local discrepante dos interesses régios conseguisse se prolongar nos espaços políticos existentes, sem que se aliasse aos agentes régios locais, que exerciam forte influência sobre as instituições locais, em especial sobre a Câmara Municipal.

A partir de 1721, afastadas das câmaras municipais e da vila as principais lideranças da Revolta de Vila Rica e seus aliados, a instituição passou a ser gerida, em grande medida, pelos membros da elite local que apoiaram o Conde de Assumar durante a repressão ao levante. Durante a primeira parte do Governo de Dom Lourenço de Almeida até a implementação das Casas de Fundição, alguns sujeitos com alguma ligações com os grupos que controlaram a instituição durante o *primeiro período administrativo* chegaram à cúpula camarária, mas dificilmente retornaram após 1725, quando foram inauguradas as Casas de Fundição e, em certa medida, se afirmou a vontade do rei na capitania, em detrimento das resistências fragilizadas, mas ainda existentes, ligadas aos movimentos da década de 1710, e distantes da cúpula camarária a partir da década de 1720.

De 1725 até o final do Governo de Dom Lourenço de Almeida, em setembro de 1732, manteve-se um certo pacto entre essa facção – que também será melhor estudada no próximo capítulo. A partir de 1722, esse grupo, cada vez mais forte na cúpula camarária, fez outro uso da instituição, não mais contra os interesses dos agentes régios, mas agora a esvaziaram, seguindo uma tendência implementada ainda no governo do Conde de Assumar. A pauta conflituosa da década de 1710 cedeu lugar a uma pauta burocratizada, concentrada nas eleições internas e nos despachos de petições e requerimentos.

Este grupo permaneceu controlando a instituição, com alguns sobressaltos, ao longo da década de 1730, cada vez mais sólidos em relação aos interesses distintos das outras facções locais e, ao mesmo tempo, menos autônomos em relação ao poder central, representado pelos agentes régios. Usaram as contas da instituição em proveito próprio,

embora tenham priorizado, sempre que exigidos, os gastos com a causa régia, até mesmo sobre os próprios interesses, ainda que momentaneamente.

Além de uma postura política distinta da facção que passou pela instituição na década de 1710 e de um uso diferenciado que fez da instituição, esse último grupo adotou uma forma organizacional peculiar, como demonstrou-se. Havia um seletivo grupo, cujos principais expoentes serão estudados no último capítulo, que compuseram a “cúpula da cúpula”, eram aliados dos agentes régios e contavam com a conivência destes para manter o controle sobre a instituição. Orbitando em torno destes, havia um outro grupo, de indivíduos que serviam apenas uma vez na direção da instituição, desconheciam a máquina administrativa e os procedimentos, agiam, até onde foi possível identificar, no sentido de legitimar a ação dos mais experientes. Assim, era possível compatibilizar duas características aparentemente contraditórias: uma alta rotatividade com um controle da instituição concentrado nas mãos de poucos, em sua maioria compactuados com os agentes régios.

CAPÍTULO V - OS GRUPOS LOCAIS E O CONTROLE INSTITUCIONAL

Nos capítulos anteriores, tratou-se do cotidiano da instituição, da oscilação das suas finanças e dos diferentes padrões administrativos existentes antes e depois da Revolta de Vila Rica em meados 1720. Todas as constatações em cada uma das frentes de análise – seja referente às rotinas administrativas, às finanças ou ao direcionamento político da cúpula institucional – apontaram para uma tendência de redução das prerrogativas da Câmara Municipal e, conseqüentemente, do poder dos grupos dirigentes locais ao longo do período estudado.

Esta tendência de redução das prerrogativas parece ter ocorrido em decorrência de dois fatores: a necessidade da Coroa em fortalecer seu poder na região em virtude dos achados auríferos; e a necessidade paralela de um setor local consolidar seu poder na região. Estas duas tendências ocorreram simultaneamente, integraram um mesmo processo conduzido pelos agentes régios através da cooptação dos setores mais abertos das elites locais que, por sua vez, viam na aliança com os representantes régios uma forma de garantir o controle sobre a Câmara Municipal por um longo período e, com isto, garantir privilégios para manter e consolidar seu poder, ainda que esta manutenção estivesse submetida aos interesses régios e tenha se tornado cada vez mais frágil à medida que o poder régio avançou sobre a região.

Tratou-se, até o momento, mais da instituição do que dos grupos e indivíduos que eram os agentes políticos que a controlavam, efetivamente, suas prerrogativas. Neste capítulo, se estudará uma parcela dos indivíduos que exerceram funções muito influentes na instituição, não qualquer parcela, mas aquela que permaneceu mais tempo à frente da Câmara Municipal, a parcela aqui definida como integrante da elite política institucionalizada da localidade. De pronto, dois objetivos estão postos: o primeiro é identificar quais interesses econômicos os membros dessa elite política defendiam; o segundo é verificar que tipo de relação estabeleceram com os agentes régios locais, em especial os governadores e os ouvidores.

Avançaremos neste capítulo atentando para estes fatores (vínculos econômicos e relação com agentes régios) e passando por três pontos. Num primeiro momento, serão feitas algumas considerações sobre a relação dos indivíduos com os grupos para, a partir daí, explorar as características dos grupos que controlaram a instituição até 1736 e justificar a escolha dos cargos que consideramos como mais influentes. Em seguida, será definido o perfil desta elite política que, como veremos, contrasta com os homens mais ricos da localidade; e, ainda, será abordada a relação destas lideranças com as atividades econômicas, os interesses que cada setor tinha em controlar a Câmara Municipal, e como cada um se relacionou, antes e

depois de 1720, com os agentes régios. Por fim, apresentaremos a trajetória de cada um dos componentes dos dois grupos locais: o primeiro, influente antes e, o segundo, depois de 1720.

5.1. Indivíduos e grupos

Os estudos sobre as elites coloniais, muito frequentes desde, ao menos, a década de 1990, têm se dividido em dois polos: os que enfatizam os grupos e os que enfatizam os indivíduos. De um lado, trabalhos que, sem negar as possibilidades de cada indivíduo, reconhecem que suas ações eram permeadas por fatores externos que, em maior ou menor grau, limitavam a ação destes mesmos sujeitos; de outro, trabalhos que enfatizam as possibilidades de realização do indivíduo, diminuindo ou – em versão talvez mais conservadora e pós-moderna – negando o papel dos elementos limitadores.

Algumas obras, que trataram das elites mineiras do século XVIII, ressaltaram as dificuldades e a necessidade de se realizar uma análise equilibrada entre a ação dos indivíduos e grupos e as circunstâncias limitadoras; tentaram unir a macro e a micro-história; tentaram solucionar o difícil dilema entre a liberdade e a necessidade humana.⁵¹⁵ Há esforços recentes que, mesmo enfatizando as características individuais, não negam a constituição de grupos que, entendemos, são mais do que a soma das qualidades individuais dos seus membros.⁵¹⁶

Todos os trabalhos enfrentam, implícita ou explicitamente, o dilema supracitado, cada qual a seu modo. Há alguns que o resolvem de maneira satisfatória, buscando um equilíbrio, e outros que, parece-nos, superestimam o papel dos indivíduos em detrimento das circunstâncias que os rodeiam. De modo geral, as obras que privilegiam os indivíduos e, em versão mais radical e pós-moderna, chegam a negar outras articulações para além da ideia de rede, como grupos ou classes sociais, o fazem com o propósito de combater certos modelos explicativos de sociedades, que supostamente desprezariam as noções de estratégia e racionalidade por parte dos indivíduos.⁵¹⁷

⁵¹⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2010. p. 24, 27. Para nós, diante do dilema, permanece válida a lição: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.” Cf. MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 25.

⁵¹⁶ Para Roberta Giannubilo Stumpf, por exemplo, “[...] os grupos possuem características que pairam acima das qualidades individuais dos seus membros [...]”. Cf. STUMPF, Roberta Giannubilo. *Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de hábitos das ordens militares nas minas setecentistas*. Tese de Doutorado em História. Brasília: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, 2009. p. 6.

⁵¹⁷ MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Jogos de interesses e estratégias de ação na revolta mineira de Vila Rica (c. 1709 – c. 1736)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: Programa de

Não se trata, evidentemente, de negar aos indivíduos a capacidade de se articularem com seus pares, de constituírem estratégias marcadas por uma dose de racionalidade e outra de emotividade – se é que algum trabalho chegou a negar estas capacidades. Trata-se de se buscar uma visão equilibrada entre as ideias individuais, os projetos coletivos e as condições materiais a que estes mesmos coletivos estavam submetidos, independente de sua vontade. Um minerador camarista em Vila Rica, no início da década de 1710, tinha liberdade para se articular e o fazia, provavelmente, buscando maneiras de diminuir sua parte nos quintos. Contudo, precisava lidar com outros poderes a nível local, como os do ouvidor, do governador ou mesmo de outros potentados – mineradores ou não – muitas vezes contrários aos seus interesses. Estes fatores, em grande parte, fugiam ao controle do indivíduo.

O dilema entre liberdade e necessidade humana, entre a ação dos indivíduos e a força das circunstâncias, é ponto central para nosso estudo, porque as câmaras municipais, nosso objeto, eram e são instituições marcadas pela força do coletivo, dos grupos e articulações locais. O equívoco, parece-nos, está na percepção de que as câmaras municipais coloniais eram moldadas, exclusivamente, pelos seus oficiais, como se fossem a soma simples dos seus componentes, como se refletissem a vontade de seus dirigentes, sem a interferência decisiva de outras forças, como a do governador e do ouvidor.⁵¹⁸

Parece-nos que a ênfase excessiva nos indivíduos, tal qual a ênfase excessiva nas circunstâncias, distorce profundamente a análise. Se, ao se enfatizar o que há de estrutural, corre-se o risco de se desconsiderar ou minimizar as liberdades do indivíduo, quando são desprezadas as circunstâncias e a infraestrutura, corre-se o risco de se tomar como única e verdadeira uma determinada construção da realidade, um conjunto de sentimentos e ilusões, um modo de pensar elaborado por uma classe da época ou posterior, como a própria realidade. Corre-se o risco de tomar como verdade a posição particular dos indivíduos.⁵¹⁹

Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. p. 178. A noção de “redes”, parece-nos, é adequada, e sem bem utilizada contempla também a coletividade, o equívoco é usá-la em detrimento de outras categorias como “grupos” e “classes sociais”.

⁵¹⁸ FIORAVANTE, Fernanda. *Os bons homens das minas: os oficiais das câmaras mineiras no processo de implantação do poder régio nas terras do ouro, c. 1711 – c. 1750*. Tese de Doutorado em História Social. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. p. 32.

⁵¹⁹ Há em Karl Marx um trecho muito adequado: “Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais da existência se eleva toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de modo peculiar. Toda a classe os cria e molda a partir do seu fundamento material e a partir das relações sociais correspondentes. O indivíduo isolado, para o qual eles fluem mediante a tradição e a educação, pode até imaginar que eles constituem as razões que propriamente o determinam e o ponto de partida da sua atuação. [...]. E, assim como na vida privada se costuma diferenciar entre o que uma pessoa pensa e diz de si mesma e o que ela realmente é e faz, nas

Não pretende-se negar o papel dos indivíduos como agentes, ao contrário, este estudo tem como principal base a ideia de que a mudança ocorrida nas cúpulas camarárias da década de 1710 para as cúpulas das décadas de 1720 e 1730 resultou em uma reconfiguração significativa da própria instituição e da maneira com a qual interagiu e regulava aquela sociedade.⁵²⁰ Contudo, temos tentado demonstrar que havia uma série de elementos, dos mais secundários aos mais centrais, que se mantiveram apesar da oscilação dos indivíduos e grupos à frente da instituição. Não se trata, portanto, de uma nova instituição após 1720, tratam-se de outros agentes, de outra postura e modo de administrar, mas também de um conjunto de rotinas e prerrogativas que se mantiveram, alheias à vontade dos dirigentes da instituição, que persistiram ainda que contrárias aos interesses destes indivíduos.

Uma parcela da historiografia tem edificado sua análise sobre a ideia das “redes”. De fato, pode-se dizer que toda a interação social se dá sob a forma de rede, mas se isto é um fator comum a toda a interação continuada entre indivíduos, para avançar torna-se necessário negá-las, isto é, ver nas interações o que há para além das redes, buscar nas relações elementos que as diferenciam. As redes deveriam ser o ponto de partida, não de chegada. Em alguns trabalhos, a concepção de “redes” vem sendo usada como alternativa a “grupos” e “classes”. Dentre os argumentos para o uso daquela concepção em detrimento destas está o risco de reunir, em um grupo ou classe, atores que não tenham, na prática, nenhuma relação.⁵²¹

A nosso ver, cada concepção tem, em si, vantagens e desvantagens e, deveriam ser utilizadas de modo complementar e não excludente. O uso da ideia de “redes” também pode apresentar imprecisões, não é por haver interação entre dois indivíduos, como a venda de um imóvel, a troca de correspondências, ou outros laços possíveis, que há, necessariamente, uma aliança, ou o compartilhamento dos mesmos interesses por um longo período. Em nossa análise, há as redes marcadas pelas interações continuadas entre os indivíduos; há a constituição de grupos, que não apresentam homogeneidade entre seus componentes, portanto não defendem necessariamente os mesmos interesses, mas unem-se em função de

lutas históricas deve-se diferenciar tanto mais as fraseológicas e ilusões nutridas pelos partidos do seu verdadeiro organismo e dos seus reais interesses, deve-se diferenciar as suas concepções da sua realidade.”. Cf. MARX, Karl. *O 18 de Brumário...* p. 60-61.

⁵²⁰ Mesmo hoje, levando em conta as profundas transformações sofridas pelas câmaras municipais desde o século XVIII, uma mudança drástica nos quadros dirigentes certamente resultará em alterações significativas, contudo, há uma série de elementos que permanecerão os mesmos, isto porque a instituição é mais que a soma dos agentes que a compõem.

⁵²¹ FIORAVANTE, Fernanda. *Os bons homens das minas...* p. 31.

determinadas circunstâncias; e há, ainda, as classes, embora não se tenha identificado – talvez pela própria característica das fontes consultadas – a gênese de uma consciência de classe.

5.2. A dinâmica local dos poderes político e econômico

Viu-se, nos capítulos anteriores, que a instituição mudou profundamente seu comportamento a partir de 1721 em virtude das transformações ocorridas na composição de seu quadro dirigente. Os indivíduos que controlaram a instituição durante o *primeiro período administrativo* representavam interesses econômicos distintos daqueles que comandaram a instituição durante o *segundo período administrativo*? Ou as mudanças ocorridas na instituição foram causadas por uma mudança de estratégia de um mesmo setor econômico local diante do avanço do poder régio, cada vez mais contundente, sobre a região?

É necessário definir, primeiramente, quem eram os homens aptos a ocupar os postos da instituição, isto é, os indivíduos nobres do termo – por mais fluida que a ideia de nobreza possa parecer em uma sociedade tão peculiar como a formada na região das minas. A partir da lista de homens ricos de 1756, enviada pelos ouvidores ao monarca, para planejar o envio do donativo régio para reconstrução de Lisboa (destruída por um grande terremoto em 1755), foi possível extrair um rápido perfil dos homens mais ricos de Vila Rica.⁵²²

Tabela 11 - Ocupação dos homens ricos do termo de Vila Rica em 1756

Ocupação	Indivíduos	%
Mineradores	81	51,6
Negociantes	45	28,7
Roceiros	10	6,4
Outros	9	5,7
Não informado	12	7,6
Total	157	100

Fontes: AHU MG, cx. 70, doc. 41; Transcrito em ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. p. 221-250.

⁵²² A lista é reproduzida por Carla Almeida, e trabalhada pela autora com outros objetivos, que não a análise da Câmara Municipal e seus componentes. Cf. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais...* p. 221-250. Apesar dos 20 anos que separam o ano limite de nossa pesquisa do momento em que as listas dos ouvidores foram confeccionadas, a análise parece-nos pertinente por se tratar, ainda, de um período marcado por significativa produção aurífera, e por não termos encontrado indícios contundentes de que houve grandes transformações no âmbito da Câmara Municipal.

O termo de Vila Rica, em 1756, período mais próximo ao início da decadência aurífera do que nosso recorte temporal – marcado pela ascensão e desenvolvimento da mineração – apresentava 157 homens ricos indicados na lista supracitada. A partir da tabela 12, é possível notar que mais da metade destes homens ricos do termo de Vila Rica estava ligada à mineração. Isso não significa que investissem seu capital exclusivamente na extração do ouro, mas que eram reconhecidos, à primeira vista, como mineradores, o que pode sugerir que a maioria dos seus recursos advinham da exploração desta atividade. Pouco mais de um em cada quatro homens ricos do termo de Vila Rica ocupavam-se prioritariamente do comércio.

Tabela 12 - Localização da moradia dos homens ricos do termo de Vila Rica em 1756

Ocupação	Indivíduos	%
Antonio Dias	54	34,4
Ouro Preto	37	23,6
Cachoeira do Campo	9	5,7
Carijós	11	7,0
Congonhas	10	6,4
Itaberava	7	4,5
Itatiaia	8	5,1
Itaubira	4	2,5
Ouro Branco	8	5,1
Santo Antonio da Casa Branca	5	3,2
São Bartolomeu	4	2,5
Total	157	100

Fontes: AHU MG, Cx. 70, Doc. 41; Transcrito em ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. p. 221-250.

* Dos 54 homens ricos residentes em Antonio Dias, 13 moram no centro, 15 no Morro, 6 no Taquaral e 20 no Padre Faria. Dos 37 homens ricos residentes em Ouro Preto, 33 residem no centro, e 4 no Morro dos Ramos.

A historiadora Carla Maria Carvalho de Almeida pesquisou a lista supracitada e os inventários de alguns dos homens mais ricos da capitania e constatou que o desenvolvimento de uma única atividade era mais comum entre os menos ricos, enquanto entre os mais ricos predominava o desenvolvimento de várias atividades. Para a autora, os ricos da capitania tendiam a diversificar seus investimentos com o objetivo de reduzir a dependência do

mercado e aumentar seus rendimentos.⁵²³ A autora definiu o perfil destes homens ricos da capitania como sendo, em sua maioria, reinóis, oriundos do norte de Portugal, proprietários de terras e escravos, casados e com filhos, vinculados em grande parte aos primeiros povoadores da região, e que ostentavam patentes militares e ocupavam cargos na administração local.⁵²⁴

Tabela 13 - Residência dos homens ricos mineradores do termo de Vila Rica em 1756

Ocupação	Indivíduos	%
Cachoeira do Campo	3	3,7
Congonhas *	10	12,3
Itaberavas *	7	8,6
Itatiaia	4	4,9
Itaubira *	4	4,9
Ouro Branco **	7	8,6
Santo Antonio da Casa Branca **	4	4,9
São Bartolomeu *	4	4,9
Antonio Dias	30	37,0
Ouro Preto	8	9,9
Total	81	100

Fontes: AHU MG, cx. 70, doc. 41; Transcrito em ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. p. 221-250.

* Local onde todos eram mineradores / ** Local onde apenas um não era minerador.

Obs.: Em Antonio Dias, havia apenas um minerador no centro, oito no Padre Faria, seis no Taquaral e 15 no Morro. Nestas duas áreas, todos os homens ricos eram mineradores. Em Ouro Preto, quatro residiam no centro, e quatro no Morro dos Ramos, localidade em que todos os homens ricos eram mineradores.

Apesar de os mineradores predominarem entre os homens ricos de toda a capitania – um em cada dois – e de serem o dobro em relação aos comerciantes ricos – um em cada quatro – é necessário ressaltar que havia muita oscilação em cada uma das comarcas, que tinham, de certo modo, cada qual uma vocação.⁵²⁵ Na comarca de Vila Rica, diferente do que ocorria na do Rio das Mortes, predominavam os mineradores, e no termo de Vila Rica, igualmente.

⁵²³ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais...* p. 159-160.

⁵²⁴ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. “Homens ricos em Minas colonial”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e praticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2005. p. 384.

⁵²⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais...* p. 170-171, 179.

Dentro do próprio termo de Vila Rica havia, também, grande diversidade; em algumas áreas, a concentração de mineradores ricos era grande, em outras, eram quase inexistentes. Pela tabela 13, nota-se que mais da metade dos homens ricos do termo de Vila Rica morava em Ouro Preto ou Antonio Dias. Pela Tabela 14, vê-se que os mineradores ricos residiam, principalmente, em Antonio Dias, no Morro, em Taquaral ⁵²⁶ e Padre Faria, e em Ouro Preto, no Morro dos Ramos. Já os comerciantes preferiam o Ouro Preto e Padre Faria. Todos os três contratadores citados na lista de 1756 residiam em Ouro Preto.

Tabela 14 - Residência dos homens ricos negociantes do termo de Vila Rica em 1756

Ocupação	Indivíduos	%
Cachoeira do Campo	5	2,2
Carijós	1	11,1
Antonio Dias	18	46,7
Ouro Preto	21	40,0
Total	45	100

Fontes: AHU MG, cx. 70, doc. 41; Transcrito por ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2010. p. 221-250.

Obs.: Em Ouro Preto, todos os negociantes concentram-se no centro. Em Antonio Dias, 10 dos 18 residem em Padre Faria.

Conclui-se que a maior parte da riqueza gerada em Ouro Preto ficava a cargo dos mineradores, embora, a médio prazo, estes não detivessem essa riqueza, que escapava através do comércio. Com o advento das câmaras municipais, era de se esperar que essa elite local buscasse controlar – direta ou indiretamente – estas instituições para garantir que os rumos da localidade pudessem continuar garantindo seu domínio econômico. Logo, a expectativa inicial seria encontrar, no controle da Câmara Municipal de Vila Rica, uma composição formada, majoritariamente, por mineradores, que eram maioria entre os mais ricos e que, a princípio, dispunham de melhor condição para dominar os espaços políticos locais.

Direcionando o foco da análise para a composição camarária de Vila Rica, contam-se, de 1711 até 1736, indivíduos que foram eleitos para exercer, por ao menos um ano, alguma das funções que consideramos de influência direta (juízes ordinários, vereadores e procurador) ou indireta (tesoureiro, escrivão e juiz dos órfãos).⁵²⁷ Na impossibilidade de trabalhar com

⁵²⁶ Nessas áreas todos os homens considerados ricos pelo ouvidor em 1756 eram mineradores.

⁵²⁷ Todos os critérios para criação destes grupos estão descritos em detalhes no item 5.4 deste capítulo.

todos os nomes, foi feita uma filtragem, concentrando a análise naqueles que exerceram as funções supracitadas por três ou mais anos – considerando o período abrangido por esta pesquisa. Chega-se, assim, a vinte e seis indivíduos que serão designados, deste ponto em diante, por *elite política institucionalizada*.

Definido o grupo dos mais influentes, resta saber qual a relação destes com a riqueza local. Eram os mais ricos que exerciam o poder? Ou os membros da cúpula camarária estavam a serviço dos mais abastados? Comparando os nomes dos vinte e seis indivíduos mais influentes na Câmara Municipal com a lista dos mais ricos elaborada em 1756, vê-se que há apenas três nomes em comum: o capitão Domingos da Rocha Ferreira, Gregório Matos Lobo – citado como sargento-mor em 1756 – e o capitão-mor Antônio Ramos dos Reis. Todos foram mineradores, o primeiro residente no Morro, em Antônio Dias, os outros em Ouro Preto. Os dois primeiros vincularam-se, exclusivamente, ao grupo que controlou a instituição após 1720; já Antônio Ramos dos Reis atuou na instituição também na década de 1710, como almotacé, procurador para juntas, e em 1719, como vereador, ao lado de Pascoal da Silva Guimarães.

Quando ampliamos a comparação com a lista de 1756 para todos os 133 indivíduos que exerceram alguma função influente na Câmara Municipal no período estudado, os resultados mantêm-se abaixo do esperado. Além dos três que integram também o grupo dos vinte e seis mais influentes, encontramos apenas mais seis indivíduos: os comerciantes João da Mota Lima e João de Souza Lobo⁵²⁸; e os mineradores Domingos Moreira Fernandes, Domingos Francisco dos Reis, Luiz de Figueiredo Leitão e Manuel de Souza Pereira.

Os comerciantes residiam em Ouro Preto e o primeiro se aproximou da Câmara Municipal em 1732, quando exerceu a função de almotacé, retornando à instituição em 1735 como tesoureiro, ocasião em que arrecadou a renda do ver por designação dos oficiais da cúpula camarária. Já o capitão João de Souza Lobo fez contato pela primeira vez com a instituição durante o *primeiro período administrativo*, em 1717, quando ocupou por dois meses o posto de almotacé. Retornaria em funções de maior prestígio apenas no *segundo período administrativo*, ocupando, durante todo o ano de 1722, o posto de vereador e, em 1727, o posto máximo da instituição, o de juiz ordinário.

Dentre os mineradores que passaram por postos influentes da Câmara Municipal e foram citados na lista dos mais ricos em 1736, predominou a diversidade esperada de um grupo majoritário na comarca de Vila Rica. O capitão Domingos Moreira Fernandes, por

⁵²⁸ Este indivíduo foi apontado na lista como quem teve um negócio, cf. AHU MG, cx. 70, doc. 41. CARTA do professor da Fazenda Real de Minas Gerais, Domingos Pinheiro, informando o secretário de Estado sobre a remessa da relação na qual se discrimina o número de homens de negócio, mineiros e roceiros que vivem na capitania de Minas. Vila Rica, 25 de julho de 1756.

exemplo, residia em Ouro Branco e se aproximou da Câmara Municipal durante o *primeiro período administrativo*, ocupando, por duas vezes – 1715 e 1718 – o posto secundário de cobrador dos quintos. Só exerceu postos de influência direta na instituição a partir da década de 1720, tendo sido eleito vereador em 1721 e juiz ordinário em 1729, afastando-se da função em agosto do mesmo ano por motivo de doença.⁵²⁹

Os outros três mineradores nessa mesma situação eram o capitão Domingos Francisco dos Reis, residente no Morro, em Antônio Dias; o capitão Luiz de Figueiredo Leitão, morador em Santo Antônio da Casa Branca; e o tenente-coronel Manuel de Souza Pereira, que residia no Padre Faria, em Antônio Dias. Tinham em comum, além do ofício, o fato de terem se aproximado da Câmara Municipal no início da década de 1730: o primeiro como almotacé em 1733, retornando, no ano seguinte, como vereador; o segundo assumindo, de imediato a função máxima da instituição, a cadeira de juiz ordinário, em 1731; e o terceiro, também de imediato, exerceu o posto de vereador em 1735.

Conclui-se que a quase totalidade dos camaristas, que serviram até 1736, não estava listada entre os mais ricos da comarca em 1756. São duas as explicações possíveis: a primeira vincula-se à distância temporal entre a data final de nosso estudo e o momento de confecção da lista, vinte anos; a segunda sugere que a maioria dos camaristas não pertencia à elite econômica local, mas à elite política, que poderia atuar à frente da Câmara Municipal defendendo, em grande parte, os interesses da elite econômica, mas sem necessariamente pertencer a ela.

A primeira possibilidade, ainda que correta, não tornaria nulos os resultados alcançados, ainda que muitos dos 133 indivíduos tivessem falecido ou simplesmente se ausentado da região entre 1736 e 1756, surpreenderia o fato de apenas nove terem sido listados como mais ricos em 1756 – 6,7%. Quando restringimos nosso olhar para os vinte e seis mais influentes, mesmo considerando os possíveis falecimentos, é ainda mais surpreendente: apenas três são encontrados na lista de meados do século XVIII – 10,7%.

Apesar de julgar improvável que parte significativa dos indivíduos que exerceram influência sobre a Câmara Municipal de Vila Rica até 1736 já houvesse falecido quando da confecção da lista de homens ricos em 1756, consultamos os inventários e testamentos – sob a guarda do Arquivo do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana e da Casa Setecentista de Mariana – em busca dos 133 indivíduos

⁵²⁹ APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fl. 80. Domingos Moreira Fernandes exerceu também o posto de almotacé em 1722, posto ocupado normalmente por oficiais da cúpula camarária do ano anterior.

que foram listados. Encontramos apenas quatro registros conclusivos: o inventário de Manuel de Matos Fragoso, datado de 1730; o inventário de Gregório de Matos Lobo – listado entre os mais ricos em 1756 – datado de 1785, feito pelo padre Luiz Caetano de Oliveira Lobo; o inventário de Domingos Francisco de Oliveira, feito em 1753 por Manuel de Souza Oliveira, portanto pouco antes da feitura da lista dos homens ricos; e por fim, Lourenço Pereira da Silva, que aparece como testador em 1771, portanto estava vivo quando da elaboração da lista.⁵³⁰

Se, por um lado, a presença de poucos registros de falecimento abarcando os indivíduos mais influentes da Câmara Municipal nos arquivos supracitados – vê-se que dos quatro encontrados, três faleceram após a confecção das listas – não possibilita avançar, também não afasta a hipótese de que havia poucos camaristas na lista de 1756 porque a maioria dos oficiais não pertencia ao grupo mais rico da localidade. Há outro dado relevante que contribuiu para a resolução da questão. Dos nove nomes citados na lista de 1756, a quase totalidade exerceu funções, exclusivamente, no *segundo período administrativo*. Isto, a princípio, reforça o argumento cronológico, porém três desses sujeitos – Antônio Ramos dos Reis, Domingos Moreira Fernandes e João de Souza Lobo – exerceram funções de menor importância antes de 1720, o que demonstra que estavam presentes na localidade na década de 1710, o que permite afirmar que não foi rara a permanência desses sujeitos na localidade até meados da década de 1750.

Projetando a trajetória de todos os 133 indivíduos que exerceram funções influentes até 1736 até o final do século XVIII, junto à Câmara Municipal, usando como base as informações presentes no “Memorial Histórico-Político da Câmara Municipal de Ouro Preto”, elaborado em 2004,⁵³¹ vê-se que vinte e dois indivíduos voltaram a exercer funções influentes na instituição de 1737 até 1772. No gráfico abaixo, observa-se a intensidade desta influência

⁵³⁰ AHMI, Inventários, cód. 60, auto 682. Inventariado: Manuel de Matos Fragoso; Inventariante: Manuel de Matos Fragoso. 2º ofício. 1730; AHCSM, Inventários, cx. 140, auto 2911. Inventariado: Tenente-coronel Gregório de Matos Lobo; Inventariante: Padre Luiz Caetano de Oliveira Lobo. 1785; AHMI, Testamentos, cód. 328, auto 6919. Testador: Lourenço Pereira da Silva; Testamenteiro: Lucrécia Bento Gonçalves. 1771; AHMI, Inventários, cód. 42, auto 491. Inventariado: Domingos Francisco de Oliveira; Inventariante: Manuel de Souza Oliveira. 1º ofício. 1753; Há ainda Manuel Gomes da Silva, inventariado em 1795 por José Gomes da Silva (Cf. AHMI, Inventários, cód. 101, auto 1269. Inventariado: Manuel Gomes da Silva; Inventariante: José Gomes da Silva. 1º ofício. 1795). Sem dúvida trata-se de um homônimo, o Manuel Gomes da Silva do nosso período assumiu como almotacé em 1713, e apareceu pela última vez nos documentos em 1721 como juiz ordinário. Se tivesse 25 anos em 1713, novo para um ofício camarário, teria falecido com 107 anos, pouco provável tanto hoje quanto no século XVIII.

⁵³¹ Este documento foi citado no capítulo anterior, onde fizemos uma ressalva por conter algumas imprecisões para o período de 1711 até 1736. Ressaltamos que continua sendo a principal referência por fornecer um levantamento das ocupantes dos cargos eletivos da instituição por mais de três séculos. Cf. MEMORIAL HISTÓRICO-POLÍTICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Ouro Preto: 2004.

ano após ano, de 1737 até 1780. Embora o último indivíduo que serviu até 1736 tenha exercido posto até 1772, a maioria dos que permaneceram o fizeram até meados da década de 1750, momento em que a lista dos homens ricos foi confeccionada.

O conjunto de argumentos supracitados sugere que, do ponto de vista cronológico, não só era viável, mas provável que dezenas de oficiais, que serviram nos postos mais influentes da Câmara Municipal de Vila Rica até 1736, estivessem vivos e habitando a região no momento em que a lista dos homens ricos fora elaborada – visto que mais de duas dezenas permaneceram na instituição até ao menos a década de 1750.

Elaborado com base nas informações contidas em: MEMORIAL HISTÓRICO-POLÍTICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Ouro Preto: 2004.

Tudo leva a crer que os mais ricos, de modo geral, optavam por não se envolver diretamente com a administração municipal, colocando terceiros – que, por falta de definição melhor, chama-se aqui de elite política – para representar seus interesses, reservando seu tempo para tarefas mais rentáveis, como a mineração, a agricultura ou mesmo o comércio. Deve-se ressaltar que os poucos listados entre os mais ricos, que assumiram funções na cúpula institucional, o fizeram, em sua quase totalidade, por tempo inferior a três anos ou, ainda, atuaram mais tempo em funções ligadas ao controle financeiro local, como tesoureiro da câmara e juiz dos órfãos, como foi o caso de Antônio Ramos dos Reis e João da Mota Lima.

Portanto, havia uma elite econômica que optava por fazer representar seus interesses na instituição local, na maior parte do tempo, através de terceiros. Estes mantinham o

controle da instituição e da política local, repetindo-se no poder por vários anos e polarizando as vereações. Para permanecer na função era necessário ser eleito e, para tanto, era recomendável estar alinhado com o poder econômico local, mas principalmente, estar alinhado com agentes régios da localidade que, como vimos no segundo capítulo, controlaram as eleições para a cúpula camarária com certa facilidade durante o *segundo período administrativo*. Foi justamente a partir da década de 1720 que a elite política de Vila Rica afinou sua posição com estes agentes régios, qualquer oposição aos seus interesses que, por ventura, surgisse na cúpula camarária, após a Revolta de Vila Rica, não conseguia retornar aos postos de influência na instituição.

Foi colocando-se como representante dos interesses da elite econômica local e, ao mesmo tempo, mantendo-se subordinada aos agentes régios nos assuntos de interesse do monarca, que determinada facção local conseguiu, a partir da década de 1720, consolidar seu poder na região. Paralelas a esta consolidação subordinada e frágil da elite política, ocorriam duas outras, mais profundas, a do poder régio e a da elite econômica ligada à mineração.

5.3. A disputa pela Câmara Municipal e os agentes régios

Era, de um lado, a busca pela riqueza e poder local e, de outro, a busca pelas mercês e hábitos das ordens militares que estavam no horizonte da elite mineira que florescia nas primeiras décadas do século XVIII, em meio às datas auríferas. Espanta-nos o total de pedidos rastreados por Roberta Stumpf no Arquivo Histórico Ultramarino, apenas 134 solicitações entre 1700 e 1808 em toda a capitania. Segundo a autora, dois em cada três pedidos foram feitos até 1773, e seis em cada dez foram feitos por homens que enriqueceram através do comércio, tendo sido pouco comum o envolvimento com a mineração, mesmo depois de terem conseguido os hábitos das ordens militares.⁵³²

A análise dos pedidos de hábitos militares feitos na capitania revela que oito em cada dez indivíduos, que solicitaram as ditas mercês, ocuparam algum cargo administrativo antes do pedido, seja civil, fazendário ou judiciário. Segundo Roberta Stumpf, as câmaras municipais não constituíram espaço privilegiado para alcançar tais distinções, visto que pouco menos da metade das solicitações indicavam o exercício de algum posto na instituição.⁵³³ Apesar de considerarmos que o valor não é desprezível, concordamos que fica aquém das expectativas,

⁵³² STUMPF, Roberta Giannubilo. *Cavaleiros do ouro...* p. 142-145, 258, 263-264. A informação surpreende ainda mais quando se leva em conta que, em 1756, apenas um em cada quatro homens ricos da capitania eram comerciantes, e que metade era minerador.

⁵³³ Ibidem. p. 275-6.

haja vista o papel desempenhado por estas instituições na consolidação das elites política e econômica local, e também do poder régio nas vilas do ouro.

Portanto, as câmaras municipais mineiras não foram controladas diretamente pelos moradores mais ricos, nem pela maioria daqueles que solicitaram hábitos militares, em grande parte comerciantes, grupos que poderiam, eventualmente, até exercer alguns postos nestas instituições, mas que, de modo geral, não parecem tê-los monopolizado. No caso dos mais ricos – em sua maioria mineradores – não exerciam o controle direto sobre a instituição, até onde foi possível observar, por falta de interesse, embora tenham sido eleitos nos momentos críticos, quando seus interesses estavam sob forte ameaça – como durante os primeiros anos do governo do Conde de Assumar (1717 até 1720), e, ao que parece, também a partir da década de 1750, quando os primeiros sinais da decadência aurífera começaram a ser percebidos. Quanto aos indivíduos que estavam interessados nos hábitos das ordens militares, viam na ocupação dos postos da Câmara Municipal uma oportunidade para adornar sua trajetória; de modo geral, parecem ter permanecido neles apenas o tempo suficiente para agregar mais um item no histórico de serviços prestados ao monarca, parte essencial do processo de habilitação das ordens militares e no pedido de outras mercês.⁵³⁴

Parece ter havido ao menos quatro objetivos que levavam as elites locais a ocupar os principais postos da Câmara Municipal: 1) o controle efetivo e prolongado da instituição, como meio de consolidar patrimônio e poder político a nível local; 2) passagem pontual dos homens mais ricos em momentos decisivos, quando viam ameaçados seus interesses na localidade; 3) passagem pontual dos homens mais ricos para enriquecimento de suas trajetórias, para posterior pedido de hábitos e mercês; 4) passagem pontual de indivíduos sem grande poder político e econômico para completar quadros, atuando como “laranjas” dos mais influentes. É necessário dividir os dois primeiros interesses – ligados ao poder, às causas decisivas, à luta pela instituição e pelo controle de suas prerrogativas – dos dois últimos interesses, que são muito mais individuais que coletivos, ligavam-se mais à faceta enobrecedora da instituição, do que ao controle das suas competências.⁵³⁵

Interessa-nos observar, no âmbito deste trabalho, aqueles indivíduos que se aproximaram da instituição para cumprir o primeiro objetivo – isto é, ter controle efetivo e

⁵³⁴ STUMPF, Roberta Giannubilo. *Cavaleiros do ouro...* p. 235. Era comum que estes homens aguardassem o melhor momento para se fazer o pedido, visto a demora do trâmite, eles buscavam elementos para enriquecer sua trajetória e os cargos da Câmara Municipal, principalmente o posto de juiz ordinário, eram um item a mais a favor do candidato.

⁵³⁵ Exercer postos camarários era visto, principalmente no reino, como sinal de distinção social. Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder Concelhio: das origens às cortes constituintes. Notas de História Social*. 2ª edição revista. Coimbra: CEFA, 2008. p. 12.

prolongado da instituição, como meio de consolidar patrimônio e poder político a nível local – e, em alguma medida, o segundo objetivo – passagem pontual dos homens mais ricos em momentos decisivos, quando viam ameaçados seus interesses na localidade. Pode-se dizer que a lista dos vinte e seis indivíduos mais influentes atende ao primeiro objetivo, mas não exclusivamente, haja vista que tais objetivos eram, como no caso de Antônio Ramos dos Reis, sobrepostos.

Até onde foi possível identificar, a Câmara Municipal de Vila Rica permaneceu a maior parte do tempo controlada por mineradores ou sujeitos que investiam parte significativa de sua riqueza na mineração e, mais que isso, representavam os interesses dos mineradores mais ricos. Tanto mineradores quanto comerciantes e proprietários de terra buscavam controlar a Câmara Municipal, não apenas pelas pretensões de enobrecimento, mas principalmente em função das demandas locais imediatas, como controle político e econômico da região.⁵³⁶

Para os mineradores de Vila Rica, controlar a Câmara Municipal era garantir participação nas juntas e, conseqüentemente, influenciar, ainda que de maneira limitada, as definições em torno da arrecadação dos quintos. Da mesma forma, era importante, para os comerciantes, controlar a instituição por um motivo especial: evitar que este grupo não pagasse a maior parte do ônus dos quintos. Para além da possibilidade de influir nas regras de tributação, até o início do Governo do Conde de Assumar, controlar a Câmara Municipal significava escolher quem cobraria tal tributo.

Para além dos quintos, controlar a Câmara Municipal era influir, também, sobre o cotidiano local, seja comandando os julgamentos em primeira instância – no caso dos juízes ordinários – seja participando da normatização do comércio local, inclusive definindo preços e emitindo licenças para lojas e ofícios mecânicos. Era comum, em outras regiões da colônia, que grupos econômicos se entrincheirassem na Câmara Municipal, como ocorreu em Olinda na transição do século XVII para o século XVIII, quando a instituição local era controlada pela elite açucareira, que impedia que os homens de negócio consolidassem sua influência naquele espaço. O conflito terminou com a articulação dos comerciantes e com a emancipação da localidade vizinha de Recife e, a partir deste novo espaço, passaram a controlar decisões vitais para eles, como o fluxo e o preço dos produtos, e a fiscalização local.⁵³⁷

⁵³⁶ SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais em Minas Gerais setecentista: a representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808)*. Tese de Doutorado em História. Campinas: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, 2003. p. 75, nota 136.

⁵³⁷ SOUZA, George F. Cabral de. *Tratos e Mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654 – c. 1759)*. Recife: Editora UFPE, 2012. p. 60-61.

O que parece ter ocorrido na Câmara Municipal de Vila Rica foi a baixa presença de comerciantes em relação aos mineradores, o que não significou ausência dos interesses mercantis na instituição, mas a redução em sua representação. Esta baixa presença dos homens de negócio não ocorreu apenas em Vila Rica, foi uma tendência em outras câmaras municipais importantes da colônia. Além de Olinda, esse setor foi pouco representado, até meados do século XVIII, também em Salvador e no Rio de Janeiro.⁵³⁸ Não estavam representados porque outro grupo, ligado à terra, mais articulado, monopolizava aqueles espaços. A vocação do termo de Vila Rica, como foi mostrado no início deste capítulo, não era a produção rural, mas a mineração, o que explica o predomínio deste sobre os outros setores.⁵³⁹

Parece-nos que perderam todos, menos o monarca: perderam tanto os mineradores, que controlaram a instituição até 1717-1718, pois em sua maioria não retornaram à Câmara Municipal nas décadas de 1720 e 1730; perderam os comerciantes que, direta ou indiretamente, tentaram controlar a instituição até 1720. Mesmo os mineradores, que chegaram ao poder após 1720, em sua maioria aliados oportunamente ao Conde de Assumar no contexto da Revolta de Vila Rica, perderam, pois herdaram uma instituição bem diferente daquela do período 1711-1717 – que arrecadava como queria os quintos, fazia eleições sem tolerar a presença do ouvidor e mantinha uma correlação de forças favorável em relação aos agentes régios. O contraste político na região não era tão claro, isto é, não se tratava de uma simples oposição entre mineradores e comerciantes, mas de alguns mineradores, comerciantes e agricultores, opondo-se a outros mineradores, comerciantes e agricultores.

Este segundo grupo que assumiu o controle da instituição no início da década de 1720, em sua maioria mineradores submetidos aos interesses dos agentes régios, dispunha de uma instituição esvaziada, burocratizada, limitada às rotinas de arrecadação das próprias rendas – em boa medida comprometidas com gastos impostos pelos agentes régios – à execução de obras públicas e aos despachos de petição e requerimentos. Como bem ressaltou Maria Verônica Campos, as cadeiras da Câmara Municipal continuavam garantindo prestígio social aos seus ocupantes após os acontecimentos de 1720, mas não garantiam os mesmos

⁵³⁸ SOUZA, George F. Cabral de. *Tratos e Mofatras...* p. 218-219.

⁵³⁹ O predomínio dos interesses dos mineradores em Vila Rica não impedia que os comerciantes se articulassem, e estes o fizeram com força significativa até ao menos a Revolta de 1720. Por de trás das lideranças deste movimento, que contava com mineradores, estavam também interesses mercantis, desarticulados do centro político das minas após o fracasso do levante. Cf. CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros. De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado, 1693-1737*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 1999. p. 325.

privilégios econômicos obtidos anteriormente.⁵⁴⁰ A instituição era a mesma, mas a conjuntura era outra.

Como observou Avanete Pereira Sousa no caso da Câmara Municipal de Salvador, também em Vila Rica formou-se uma oligarquia que manteve o domínio sobre a instituição.⁵⁴¹ Contudo, na localidade mineira houve uma ruptura em 1720, existiram ao menos duas oligarquias: uma que tentou se consolidar à frente da instituição e fracassou; e outra que ascendeu ao poder no início da década de 1720, no vácuo criado pela repressão ao levante de 1720. A primeira, muito resistente aos agentes régios, enfrentou muitas dificuldades e não resistiu às investidas do Conde de Assumar, a partir do início do seu governo, em dezembro de 1717. A segunda não se alinhou ao governador e ao ouvidor por acaso, mas por ser esta a maneira mais segura de prolongar seu controle sobre a instituição e consolidar seu poder.⁵⁴²

Estas tentativas de formação e consolidação de oligarquias em torno da Câmara Municipal foram o movimento que esteve por trás dos dois grupos analisados deste ponto em diante. Deve-se ressaltar que havia, em cada um dos coletivos, interesses diversos: o que unia esses indivíduos era, essencialmente, a instituição e a necessidade de controlar suas prerrogativas. Quando as pressões dos agentes régios sobre esses grupos aumentaram, os interesses locais se fragmentavam ainda mais, possibilitando que alguns indivíduos, vinculados ao grupo hegemônico no *primeiro período administrativo*, conseguissem se associar ao segundo grupo, que ascendeu a partir de 1721, sendo eleitos nos primeiros anos do *segundo período administrativo* para a cúpula da instituição.

5.4. Os grupos, as trajetórias e os períodos de influência

Ao longo da pesquisa, graças à opção por um tratamento sistemático das informações presentes nas atas e correspondências da Câmara Municipal de Vila Rica, foi possível listar mais de quinhentos indivíduos que exerceram algumas das dezenas de funções existentes na localidade, direta ou indiretamente relacionadas à Câmara Municipal. Evidentemente não trataremos de todos estes indivíduos, seja pelas limitações das informações extraídas da fonte, seja pelas limitações inerentes a este trabalho.

⁵⁴⁰ CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros...* p. 325.

⁵⁴¹ SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII)*. Tese de Doutorado em História Econômica. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, 2003. p. 111.

⁵⁴² Ao utilizar o termo oligarquia, nos referimos à permanência e reprodução de um grupo, algumas famílias com interesses heterogêneos, reunidas em torno do espaço político que era a Câmara Municipal e de alguns interesses em comum, mantendo uma articulação frágil e instável, que assim o era pelas pressões sofridas por parte dos agentes régios e, em última instância, pelo monarca, que agia no sentido de dividir e com isso enfraquecer as elites locais.

Interessa-nos tratar dos indivíduos que ocuparam três ou mais vezes os postos que consideramos mais influentes sobre a instituição. Além das funções da cúpula camarária, isto é, dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador, com mandatos anuais, consideramos funções capazes de influenciar significativamente os rumos da Câmara Municipal a de escrivão da câmara, a de tesoureiro da câmara e a de juiz dos órfãos.⁵⁴³ Ficaram de fora desta análise funções que exerceram uma influência não desprezível, como os alcaides e seus escrivães, os almotacés e seus escrivães, os oficiais ligados à arrecadação dos quintos, os síndicos ou advogados contratados temporariamente pela Câmara Municipal, os porteiros, os tabeliães, os capitães do mato, os procuradores em Lisboa, entre outros. Pretende-se voltar com mais atenção a estes ofícios em pesquisa futura.

Contabilizamos cento e oito indivíduos que exerceram funções na cúpula camarária de 1711 até 1736, portanto, influenciaram diretamente os rumos da instituição. Outros vinte e cinco exerceram cargos de influência indireta apontados acima. Outros dez ocuparam funções de influência direta e indireta, o que totaliza 133 indivíduos influentes. Interessam-nos os indivíduos que exerceram ao menos três anos em funções de influência significativa, seja direta (cúpula camarária) ou indireta (como escrivão, tesoureiro ou juiz dos órfãos). Portanto, nossa análise limitar-se-á ao estudo de vinte e seis sujeitos.

Esse critério de seleção, como qualquer outro, apresenta certo grau de arbitrariedade, e seria inocente achar que, filtrando os dados dessa forma, estaríamos trabalhando com os homens mais importantes da localidade no período. O que estamos selecionando, ao proceder assim, são os homens que mantiveram domínio direto sobre a instituição ao longo dos anos estudados, que poderiam ser chamados, por falta de melhor definição, de *elite política institucionalizada*, em contraste com os homens mais ricos, elite econômica, que controlavam a instituição à distância, de forma indireta, agindo sobre a elite política local.⁵⁴⁴

⁵⁴³ Deve-se lembrar que a função de escrivão era tão importante que em Vila Rica era de nomeação régia, e que o posto de juiz dos órfãos só apareceu em definitivo na localidade, e separado do juízo ordinário, nos últimos meses de 1732. Desconsideramos o nomeado para essa função pelo Conde de Assumar em 1718, por não ter sido autorizado pelo monarca, e ter deixado a função que voltou a ser incorporada ao Juízo Ordinário.

⁵⁴⁴ Adicionamos o termo “institucionalizada” à elite política, por entender que uma série de potentados locais, poderosos desde os primeiros tempos, quando não havia Câmara Municipal, continuaram a exercer significativa influência até ao menos 1720, ainda que fora das câmaras municipais criadas a partir de 1711.

Tabela 15 - Concentração de indivíduos em funções influentes na Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1736

Anos de serviço	Oficiais e funcionários influentes *	%
1 ano	80	60,1
2 anos	27	18,9
3 ou mais anos	26	21,0
Total	133	100,0

* Consideramos funções influentes as de: juiz ordinário, vereador, procurador da câmara, escrivão da câmara, tesoureiro da câmara e juiz dos órfãos.

É evidente que ficavam de fora dessa elite política figuras de grande destaque que, momentaneamente, assumiram funções na instituição, como Antônio Ramos dos Reis, Pascoal da Silva Guimarães, Domingos de Abreu Lisboa e Henrique Lopes de Araújo – que não assumiu funções na cúpula camarária. Estes tentaram, alguns com mais sucesso que outros, dominar a instituição, mas parece-nos que não viam vantagem em exercer diretamente o poder; preferiam, na maior parte do tempo, utilizar seu poder econômico para colocar na instituição aliados que garantissem seus interesses, exercendo, através deles, um domínio indireto. Estas figuras de maior expressão na localidade parecem ter assumido diretamente o controle da instituição apenas durante os períodos em que seus interesses estavam mais ameaçados, como em 1719, quando Pascoal da Silva Guimarães assumiu o juízo ordinário, trabalhando ao lado do então vereador Antônio Ramos dos Reis.

Embora os comerciantes mais ricos do termo de Vila Rica, em 1756, estivessem concentrados na região do Ouro Preto – como foi possível perceber a partir da lista e das tabelas anteriores – parece que a Câmara Municipal, ao menos até 1736, foi controlada por mineradores. Tal afirmação não se baseia, exclusivamente, na definição das funções dos sete oficiais encontrados na lista de 1756, mas também no conteúdo dos documentos que, de forma geral, defenderam até 1717, e de 1721 em diante, posturas mais favoráveis aos mineradores; e pelos próprios oficiais que, em carta datada de 24 de outubro de 1734, definem a instituição como sendo composta majoritariamente por mineradores.⁵⁴⁵

Dizer que a instituição era controlada por mineradores permite avançar, mas não muito, pois havia divergências internas entre os mineradores. O mesmo Antônio Ramos dos Reis, minerador e vereador em 1719 na Câmara Municipal liderada por Pascoal da Silva Guimarães, por exemplo, foi escolhido juiz dos órfãos em 1732, mas houve muita resistência

⁵⁴⁵ APM, CMOP 9. REGISTRO de cartas da Câmara a Sua Majestade, 1719-1738. Rolo 17, gav. E-2. fls. 41v-42.

para empossá-lo na função por parte de alguns oficiais da instituição, também mineradores. Nesta ocasião, foi necessário apontar fiadores: os indicados foram Gregório de Matos Lobo, um dos mineradores citados na lista dos homens ricos de 1756, que serviu em 1732 como tesoureiro da câmara; e o polêmico Domingos de Abreu Lisboa que, em 1735, serviria como juiz ordinário e articulava as resistências locais à capitação, rapidamente neutralizadas pelos agentes régios.⁵⁴⁶ Vê-se, com isto, que todos estes indivíduos, mineradores, estiveram vinculados.

A ideia de que poucos indivíduos possam ter controlado a Câmara Municipal de Vila Rica contrasta com o argumento de que houve uma alta rotatividade nos postos centrais da Câmara Municipal de Vila Rica, ao menos até 1736, e que, por consequência, houve uma dificuldade de se enriquecer a partir da ocupação dessas funções.⁵⁴⁷ O que não tem sido levado em conta é que o fato de uma grande rotatividade – que havia na Câmara Municipal de Vila Rica – não elimina o fato de poucos terem controlado diretamente a instituição, isto porque os que se repetiam eram poucos, e o faziam muitas vezes. Nosso estudo demonstrou que cada cúpula camarária teve, na maioria das vezes, ao menos dois indivíduos com passagens anteriores, e que havia dois grupos, um muito grande, que serviu uma, no máximo duas vezes nos postos centrais, e um grupo reduzido, formado por vinte e seis pessoas, que servia por três ou mais anos nos postos de grande influência. Este último é nosso objeto, pois controlou a política local, com suas subdivisões, de 1711 até 1736.

Observa-se que, tanto no *primeiro período administrativo*, quanto no *segundo período administrativo*, os oficiais camarários contaram com funcionários de confiança, que normalmente permaneciam durante longos anos nos cargos, imprimindo certa continuidade entre as cúpulas anuais. Por isso, nas Tabelas 16 e 17 inseriu-se uma lista com funcionários secundários, também chamados de subalternos influentes. O tesoureiro é o maior exemplo de aliado dos oficiais da instituição, visto que era nomeado pelos próprios. Já o escrivão da câmara, nomeado régio, permanecia por vários anos na função, auxiliava muito os oficiais, mas atuava guardando certa fidelidade ao monarca. Dependendo do perfil da cúpula camarária anual, poderia passar de aliado à inimigo dos camaristas.

⁵⁴⁶ APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2. fls. 44v-46.

⁵⁴⁷ FIORAVANTE, Fernanda. *Às custas do sangue, fazenda e escravos: formas de enriquecimento e padrão de ocupação dos ofícios da Câmara de Vila Rica, c. 1711 – c. 1736*. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. p. 54.

Tabela 16 - Homens com maiores mandatos na Câmara Municipal de Vila Rica exercidos exclusivamente antes da Revolta de 1720

Cúpula		Subalternos influentes	
<i>Nome</i>	<i>Anos</i>	<i>Nome</i>	<i>Anos</i>
Manuel Dias de Meneses	4	Miguel de Andrade Ferreira	4
Francisco Viegas Barbosa	4	João Sales da Silva	3
João Pinto da Silva	3	Jorge da Fonseca Freire	3
Manuel de Matos Fragoso	3		

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937; APM, CMOP 13. TERMOS de acórdãos, 1721-1726. Rolo 17, gav. E-2; APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2; APM, CMOP 36. TERMOS de acórdãos, 1735-1737. Rolo 21, gav. E-2.

Tabela 17 - Homens com maiores mandatos na Câmara Municipal de Vila Rica exercidos exclusivamente após a Revolta de 1720

Cúpula		Subalternos influentes	
<i>Nome</i>	<i>Anos</i>	<i>Nome</i>	<i>Anos</i>
Manuel Ferreira Agrelos	4	José da Silveira Miranda	7
Nicolau de Freitas Pacheco	4	Antônio Falcão Pereira	5
Lourenço Pereira da Silva	4	Manuel Ferreira de Macedo	5
Domingos Coelho Pereira	4	Valentim Nunes de Souza	4
Domingos da Rocha Ferreira	3	Gregório de Matos Lobo	3
Nicolau Carvalho de Azevedo	3	Salvador de Seixas Serqueira	3

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937; APM, CMOP 13. TERMOS de acórdãos, 1721-1726. Rolo 17, gav. E-2; APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2; APM, CMOP 36. TERMOS de acórdãos, 1735-1737. Rolo 21, gav. E-2.

É preciso levar em conta que a simples ocupação de uma função potencialmente influente não fazia do indivíduo um sujeito chave para compreender a instituição no período recortado. É necessário que o indivíduo tenha se destacado nesta função, e os meios que apontam para um destaque são: a frequência com que exerceu estas funções e/ou a intensidade com que a exerceu, que poderia ou não ser perceptível através das atas e correspondências.

Cada um dos grupos tinha suas peculiaridades. O que controlou a instituição após 1720, por exemplo, embora numeroso, apresentava um baixo índice de retorno aos cargos influentes; havia, portanto, uma grande rotatividade nas funções ao longo do *segundo período administrativo*, mas os que se repetiam, apesar de serem poucos, o fariam com muita frequência, o que sugere que estes indivíduos controlavam de fato a instituição, pois quase sempre polarizavam as cúpulas, compostas, em sua maioria, por novatos. Já o primeiro grupo, no controle da instituição até 1718, caracterizou-se pelo entrincheiramento, isto é, pela repetição dos mesmos nomes nos postos ao longo de um período, com baixa rotatividade.⁵⁴⁸

O fato de os camaristas dos dois grupos, em grande parte, serem citados como detentores de patentes militares, não significa que não tivessem experiência administrativa. A rigor, os mais experientes da Câmara Municipal de Vila Rica até 1736 possuíam patentes militares, e subiam na hierarquia militar também a partir do exercício das funções administrativas locais: as atividades parecem ter sido complementares na trajetória dos indivíduos, não excludentes. Os chamados “doutores” foram raros nos principais postos da Câmara Municipal de Vila Rica até ao menos a década de 1740. Só com as mudanças ocorridas no início da década de 1750 é que se nota um aumento dos oficiais doutores, e uma consequente redução, ainda que sutil, dos militares.

Antes de descrever a trajetória de cada indivíduo pertencente aos grupos que controlaram a instituição até 1736, é fundamental observar que tipo de relação tiveram com os governadores nos momentos mais críticos. De acordo com Carlos Leonardo Kelmer Mathias, ao menos oitenta e nove indivíduos auxiliaram o Conde de Assumar no combate aos revoltosos em 1720.⁵⁴⁹ Dentre eles, apenas três controlaram diretamente a Câmara Municipal de Vila Rica: Francisco Viegas Barbosa, que teve vínculos com a instituição apenas no *primeiro período administrativo*; Antônio Ramos dos Reis e Manuel Gomes da Silva, que exerceram funções antes e depois da Revolta de 1720. Pode-se dizer que, desses seis indivíduos que controlaram a instituição durante os dois *períodos administrativos*, ao menos dois participaram ativamente da repressão ao levante ocorrido no mesmo ano.

⁵⁴⁸ Falamos em grupo não por acaso, e não para desprezar os indivíduos, mas por reconhecer que, em uma sociedade de Antigo Regime – ainda que profundamente afetada pela distância em relação ao centro político do Império e, ao mesmo tempo, pelas fragilidades inerentes à uma sociedade nova, cuja formação, desde o primeiro momento, esteve permeada pelo ouro – eram os grupos e não os indivíduos que detinham o poder. SOUSA, Avante Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas...* p. 113.

⁵⁴⁹ MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Jogos de interesses e estratégias...* p. 188-192.

Tabela 18 - Homens com maiores mandatos na Câmara Municipal de Vila Rica exercidos antes e depois da Revolta de 1720

Cúpula			
<i>Nome</i>	<i>Anos</i>	<i>Nome</i>	<i>Anos</i>
Domingos Francisco de Oliveira	5	Francisco da Costa de Oliveira	4
Manuel Gomes da Silva	5	Domingos de Souza Braga	3
Antônio Martins Lessa	4	Manuel Rodrigues Coelho	3

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937; APM, CMOP 13. TERMOS de acórdãos, 1721-1726. Rolo 17, gav. E-2; APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2; APM, CMOP 36. TERMOS de acórdãos, 1735-1737. Rolo 21, gav. E-2.

Tabela 19 - Padrão de ocupação dos cargos da cúpula camarária de Vila Rica, 1711-1736

Iniciou como	Chegou a exercer, até 1736, a função de:		
	juiz ordinário	vereador	procurador
juiz ordinário	14	-	-
vereador	6	29	-
procurador	3	2	8
almotacé *	13	12	6
cobrador dos quintos	7	1	1
tesoureiro	2	2	-
síndico	-	1	-
escrivão da almotacaria	-	-	1
Total	45	47	16
	108		

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937; APM, CMOP 13. TERMOS de acórdãos, 1721-1726. Rolo 17, gav. E-2; APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2; APM, CMOP 36. TERMOS de acórdãos, 1735-1737. Rolo 21, gav. E-2.

* Com relação aos almotacés, só o consideramos como função inicial quando exercida em triênio diferente do primeiro exercício em uma função da cúpula camarária. Por exemplo: Manuel Corrêa Pereira serviu como almotacé em 1712 e como vereador em 1713, considerando que a eleição trienal ocorreu em 1711, foi eleito antes vereador e depois almotacé, apesar de servir primeiro neste posto e depois naquele. A partir da década de 1720, com a suspensão das eleições trienais, a exposto acima deixa de ser válido. Consideramos, para efeito de cálculo, também oficiais eleitos que não assumiram ou que foram afastados dos postos antes do final do mandato.

No grupo oposto, segundo Carlos Leonardo Kelmer Mathias, estavam os cinquenta e seis aliados de Pascoal da Silva Guimarães, principal articulador do levante em 1720.⁵⁵⁰ Há apenas dois camaristas influentes no grupo, ambos com experiência exclusiva até 1722: Manuel Dias de Menezes, revoltoso indireto que não retornou à instituição após o levante; e Antonio Martins Lessa, que conseguiu voltar à cúpula após o levante, mas apenas como juiz ordinário em 1722. A partir da década de 1721, com a chegada do novo governador, Dom Lourenço de Almeida, as relações se alteram, e a Câmara Municipal torna-se cada vez mais submissa aos agentes régios locais. Prova disso é que, dos treze indivíduos que teriam entrado em atrito com o novo governador, nenhum teve qualquer passagem pela instituição, o que reforça o poder do governador sobre a composição da cúpula camarária.⁵⁵¹

Parece-nos que o posicionamento em relação ao conflito de 1720 determinou qual grupo continuou controlando a instituição. Venceu o Conde de Assumar, a Câmara Municipal ficou nas mãos dos seus aliados locais e os que não estavam afinados com seus interesses e com os interesses dos governadores seguintes perderam espaço na política local. É isto que se vê pela lista de assinaturas da Junta de 22 de outubro de 1727, realizada na Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Antonio Dias, em que se definiram os termos de implementação do donativo régio para casamento dos príncipes. Dos setenta e seis nomes listados – incluindo o do secretário de governo Manuel de Fonseca de Azevedo, do governador Dom Lourenço de Almeida, do provedor da Real Fazenda Antonio Berquo Del Rio e do ouvidor João Pacheco Pereira – só estavam presentes cinco dos vinte e seis indivíduos mais influentes na Câmara Municipal de Vila Rica, três com experiência exclusiva durante o *segundo período administrativo* – Lourenço Pereira da Silva, Nicolau de Freitas Pacheco e Salvador de Seixas Serqueira – e outros dois – Domingos Francisco de Oliveira e Domingos de Souza Braga – que até exerceram funções durante a década de 1710, mas que conseguiram continuar na instituição e se destacaram mais a partir da década de 1720, por terem se aliado, desde 1718, ao Conde de Assumar.⁵⁵²

Outro elemento importante que deve ser ressaltado, antes de serem descritas as trajetórias, é a hierarquia existente entre os postos de influência direta, isto é, as funções da

⁵⁵⁰ MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Jogos de interesses e estratégias...* p. 193-195.

⁵⁵¹ Ibidem. p. 198.

⁵⁵² Comparando os 105 indivíduos restantes, que assumiram funções influentes na instituição por dois ou menos anos até 1736, 13 assinaram a junta, quase todos vinculados exclusivamente ao segundo período administrativo, com exceção de João da Silva Guimarães e José Luiz Sol. Foram poucos mas o suficiente para mostrar que sujeitos influentes no *primeiro período administrativo* não conseguiram se aproximar da Câmara Municipal após 1720. Cf. APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fls. 64-66.

cúpula camarária (juizes ordinários, vereadores e procurador). A função de juiz ordinário, com dois acentos em Vila Rica, era a mais importante da localidade. Eram eles que presidiam a instituição. Apesar de serem dois indivíduos servindo o posto ao longo de um ano, era comum que revezassem, comparecendo cada qual em um mês.

Na prática, era a partir da função de juiz ordinário que se polarizavam as reuniões, principalmente a partir da década de 1720, quando a maioria das outras funções (vereadores e procurador) passaria a ser ocupada, ano após ano, por novatos. Dos quarenta e cinco indivíduos que chegaram a ocupar o posto máximo da instituição de 1711 até 1736, seis o fizeram por duas vezes, e quatro por três vezes. Quatorze já ingressaram no posto máximo, sem ter qualquer passagem anterior, mesmo considerando funções secundárias.⁵⁵³ Dentre os que não conseguiram exercer, de primeira, o posto de juiz ordinário, a função de almotacé foi a forma de aproximação mais eficaz para os indivíduos que chegaram ao posto máximo, sendo utilizada por treze indivíduos, seguida pelo posto de cobrador dos quintos, caminho utilizado por sete sujeitos.⁵⁵⁴

Difícilmente um procurador chegava a juiz ordinário, era mais comum que o indivíduo já ingressasse na cúpula exercendo o cargo máximo ou, quando muito, iniciasse como vereador para, logo em seguida, ser eleito juiz ordinário. Dos vinte e quatro indivíduos eleitos procuradores, oito alcançaram quadros maiores, como de juiz ordinário e vereador, outros dezesseis tiveram, na função de procurador, sua maior participação. Destes dezesseis, metade já ingressou como procurador, seis passaram primeiro pelo ofício de almotacé e apenas três ocuparam o posto por mais de uma vez. Definitivamente era a função menos prestigiada na cúpula camarária nas primeiras décadas de funcionamento da Câmara Municipal de Vila Rica. Quanto às três cadeiras de vereador, foram ocupadas no período estudado por sessenta e quatro indivíduos, dentre os quais quarenta e sete o fizeram como posto máximo em sua trajetória. Destes, vinte e nove já ingressaram no referido posto, outros doze se aproximaram antes como almotacé.

De todos estes dados, tiram-se algumas conclusões relevantes. A primeira delas é a de que havia uma certa aproximação entre os padrões de ocupação do posto de vereador e

⁵⁵³ Quando se analisa o padrão de ocupação dos postos entre aqueles 28 indivíduos que controlaram a instituição até 1736, a importância da função de juiz ordinário torna-se ainda mais evidente. Destes, considerando apenas os indivíduos que exerceram por ao menos um ano funções na cúpula camarária, chega-se a 20 nomes, dos quais 16 exerceram ao menos uma vez o cargo de juiz ordinário.

⁵⁵⁴ Consideramos, para efeito de cálculo, apenas as trajetórias em que o posto de almotacé foi ocupado em triênio anterior à primeira ocupação do posto na cúpula camarária, seja o de juiz ordinário, o de vereador ou de procurador. Desta forma, tem-se a certeza de que a ocupação da função foi anterior à eleição para a função na cúpula. A partir de 1721, com eleições anuais, este problema não se coloca.

procurador. Levando em conta apenas os indivíduos que terminaram suas trajetórias nestes cargos, ao menos a metade ingressou também neles. No caso dos vereadores o número é ainda maior, superando os 60%. Comparando com o padrão de ocupação do posto máximo da instituição, a mesma taxa é pouco maior que 30% – quatorze indivíduos em um total de quarenta e cinco.

Apesar de próxima, na vizinha Vila do Carmo, segundo os dados levantados por Michelle Cardoso Brandão,⁵⁵⁵ o padrão era significativamente distinto, houve uma concentração bem menor de indivíduos, em um total de cento e dois sujeitos, setenta exerceram funções por apenas um ano, vinte e dois por dois anos e apenas dez por três ou mais anos. A autora considerou apenas os ofícios da cúpula camarária (juízes ordinários, vereadores e procurador da câmara), mas mesmo com estes parâmetros a concentração em Vila Rica seria maior; setenta e quatro indivíduos por apenas um ano, dezessete por dois anos e dezessete por três ou mais, totalizando cento e oito sujeitos. Havia ainda, em Vila do Carmo, poucos indivíduos que ingressaram diretamente como juízes ordinários.

Outro dado relevante é o de que o posto de almotacé teria funcionado como porta de entrada para postos na cúpula camarária de Vila Rica, inclusive para o posto mais alto, de juiz ordinário, como diversos autores já haviam apontado em outras regiões, e mesmo para as câmaras municipais coloniais, contudo sem realizar o cálculo.⁵⁵⁶ Todavia, não se deve exagerar a possibilidade de se chegar ao topo da hierarquia camarária a partir da Almotacaria. Embora trinta e um deles tenham alcançado postos na cúpula – descontando os poucos eleitos em anos anteriores, mas dentro do mesmo triênio dos postos de cúpula (para a primeira década de exercício da instituição, quando as eleições eram trienais) – a grande maioria dos almotacés não exerceu qualquer outra função na instituição, o que indica que a porta de entrada, na verdade, só se abria para uma minoria que, provavelmente, dispunha de outros atributos que a diferenciava da maior parte dos almotacés. Seria mais adequado ver o posto de almotacé como uma oportunidade para aqueles, que tinham perfil para integrar a cúpula camarária, se

⁵⁵⁵ BRANDÃO, Michelle Cardoso. *Forjando status e construindo autoridade: perfil dos homens bons e formação da primeira elite social em Vila do Carmo (1711-1736)*. Dissertação de Mestrado em História. Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009. p. 88.

⁵⁵⁶ Durante o andamento desta pesquisa, antes da constatação de que nem todas as eleições até 1736 foram trienais, apresentamos resultados parciais que contrariam este resultado final. Tendo em conta eleições trienais de 1711 até 1736, relativiza-se o exercício da função de almotacé como porta de entrada, pois na maioria dos casos os oficiais eram eleitos antes de exercerem a função de almotacé. Como demonstramos no início do capítulo 2, há indícios contundentes que apontam para o fim das eleições trienais em 1720, e com isso a função de almotacé, de fato, teria funcionado como porta de entrada para postos superiores.

aproximarem do grupo que controlava diretamente a instituição e não como uma porta de entrada, haja vista que, para a maioria dos casos, não funcionava.

Semelhante ao posto de almotacé, outra função apresentou um potencial real de aproximação e abertura de espaço na cúpula camarária: a de provedor ou cobrador dos quintos. Até onde foi possível pesquisar, foram nove os indivíduos que chegaram a exercer algum posto na cúpula camarária e que se aproximaram da instituição participando da arrecadação dos quintos. O número é pouco se comparado aos almotacés que conseguiram traçar a mesma trajetória, contudo é relativamente maior se levarmos em conta que existiram muito menos cobradores dos quintos que almotacés, portanto proporcionalmente era uma possibilidade mais eficaz. Outro ponto relevante é que sete, dos nove que se utilizaram desta possibilidade, chegaram ao posto máximo da instituição. É provável que o posto de cobrador do donativo régio, arrecadado entre 1728 e 1733 pela Câmara Municipal, tenha oferecido possibilidade semelhante. Pesquisas futuras poderão confirmar esta hipótese.

5.4.1. Primeiro grupo e o entrincheiramento camarário

Passaremos, deste ponto em diante, a analisar a trajetória dos homens que controlaram diretamente a Câmara Municipal de Vila Rica de 1711 até 1736. Durante o *primeiro período administrativo* (1711 até 1720), passaram pelas funções de grande influência na instituição cinquenta e um indivíduos, dos quais nove as exerceram por ao menos três anos – seis em postos da cúpula camarária, outros três como tesoureiro ou escrivão.⁵⁵⁷ Tanto este como o grupo que controlou a instituição nas décadas de 1720 e 1730 contaram com um quadro funcional de confiança – escrivães e tesoureiros – que ficava mais tempo na instituição e funcionava como elo entre as cúpulas camarárias que mudavam anualmente.⁵⁵⁸

Apesar de terem estado profundamente envolvidos com a administração local, a tarefa de acompanhar esta elite política institucionalizada não é das mais fáceis, pois nem todos os indivíduos deixaram muitos rastros. Dois documentos foram importantes para acompanhar a trajetória dos principais na primeira década: o termo de fundação da Câmara Municipal de Vila Rica; e o termo de oposição à intromissão do ouvidor de Vila Rica na eleição de 1716.

Quanto ao primeiro documento, foi assinado por vinte e quatro pessoas que compareceram ao ato de fundação da Câmara Municipal de Vila Rica – incluindo o governador

⁵⁵⁷ Nesta década não levamos em conta o juiz dos órfãos escolhido pelo Conde de Assumar em 1718, pois esta ação tornou-se nula. O posto só seria criado com aprovação régia em 1732, quando foi escolhido Antonio Ramos dos Reis para a função.

⁵⁵⁸ Deve-se reforçar que, dentre estes indivíduos, nenhum exerceu funções, ainda que secundárias, nos anos de 1719 e 1720, quando os aliados de Pascoal da Silva Guimarães controlaram a instituição, movimento que culminou na Revolta de Vila Rica em meados de 1720.

Antônio de Albuquerque.⁵⁵⁹ Apenas três integraram o grupo dos mais influentes no *primeiro período administrativo*: Francisco Viegas Barbosa, Jorge da Fonseca Freire e Manuel de Almeida Costa. Todos estes exerceram funções exclusivamente antes da Revolta de 1720. Outros oito exerceram funções influentes por ao menos um ano. Nenhum destes onze sujeitos exerceu função, mesmo que secundária, após a Revolta de 1720.

Quanto ao segundo documento, foi confeccionado na vereação de 21 de dezembro de 1716 na Câmara Municipal de Vila Rica e reuniu a assinatura de treze indivíduos dos que se opunham à pretensão do ouvidor de supervisionar as eleições trienais. Seis destas assinaturas pertenciam a sujeitos que integraram o grupo dos vinte e seis mais influentes até 1736 – outros quatro exerceram funções na cúpula camarária por ao menos um ano. Dentre os seis, quatro não retornariam à instituição após 1720: Francisco Viegas Barbosa, Manuel Dias de Menezes, João Pinto da Silva e Miguel de Andrade Ferreira; dois retornariam apenas uma vez, Manuel Gomes da Silva, como juiz ordinário em 1721 e, em 1722, no mesmo posto, Antonio Martins Lessa.

Os documentos permitem apontar que o grupo que se consolida a partir de 1721, em parte, não integrava a elite local em 1711, visto que certamente os principais da vila compareceriam ao ato de fundação. É provável que o segundo grupo tenha chegado à região ao longo da década de 1710 e tenha enfrentado resistência dos potentados já instalados, impedindo que tivessem acesso à direção da instituição. Também é possível verificar que os poderosos da década de 1710 só conseguiram voltar à Câmara Municipal na década de 1720, quando trocaram de lado, abandonando os embates com os agentes régios – como o ocorrido em 1716 – e se posicionando ao lado deles a partir da Revolta de Vila Rica em 1720.

* * *

O primeiro indivíduo que se enquadra em nosso recorte é Francisco Viegas Barbosa, um dos sujeitos mais influentes de Vila Rica até o final da década de 1710. Chegou à região aurífera por volta de 1705, junto com outros homens vindos da Colônia do Sacramento, onde lutou como soldado contra os espanhóis que conquistaram aquela praça em 1704. Estes homens vieram à terra do ouro acompanhando o ex-governador da Colônia do Sacramento, Sebastião da Veiga Cabral, que se fixaria em Vila Rica e teria envolvimento direto com o levante ocorrido no local em 1720.⁵⁶⁰

⁵⁵⁹ CRIAÇÃO DE VILAS NO PERÍODO COLONIAL: VILA RICA. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897. Ano 2, vol. 1. jan./mar. p. 84-86.

⁵⁶⁰ RIO-BRANCO, Miguel Paranhos de. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953. p. 10; MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Jogos de interesses e estratégias...* p. 79-80.

Francisco Viegas Barbosa esteve presente no ato de fundação de Vila Rica realizado em meados de 1711, apoiando, logo em seguida, o governador Antonio de Albuquerque, junto com outros poderosos locais, no combate à invasão francesa ao Rio de Janeiro.⁵⁶¹ Participou da Câmara Municipal de Vila Rica no triênio iniciado em 1714 – que se estendeu até 1718 devido ao conflito com o ouvidor no final de 1716 – e assinou o termo de 21 de dezembro de 1716 opondo-se à interferência do ouvidor na eleição local. Serviu como vereador em 1715 e como juiz ordinário em 1716, 1717 e 1718, representando a instituição nas juntas de 1715 e 1716.

Embora não tenha voltado à instituição após 1718 e, apesar de ter tido vínculos passados com um dos cabeças da Revolta de 1720 – Sebastião da Veiga Cabral – Francisco Viegas parece ter mantido bom relacionamento com os governadores locais. Além dos vínculos com Antônio de Albuquerque, nos últimos meses do governo de D. Brás Baltasar da Silveira, deixou o posto de capitão da companhia de auxiliares do distrito de Itatiaia por receber a patente de sargento-mor do regimento da cavalaria da ordenança do distrito de Vila Rica. Três meses depois, em abril de 1717, foi nomeado capitão-mor das ordenanças dos caminhos novo e velho.⁵⁶²

Não encontramos referências ao indivíduo nos documentos locais a partir de 1718, por ter se mudado para São João del Rei, onde solicitou uma sesmaria para edificar uma roça para sustentar seus escravos.⁵⁶³ Foi um dos indivíduos que, no momento do levante de 1720 e, apesar dos vínculos passados com Sebastião da Veiga Cabral, aliou-se ao Conde de Assumar.⁵⁶⁴

Assim como Francisco Viegas Barbosa, Manuel Dias de Menezes já residia na região aurífera bem antes da fundação de Vila Rica e criação da Câmara Municipal, em meados de 1711. Envolveu-se diretamente na série de conflitos que ficaram conhecidos como Guerra dos Emboabas, ocorridos nos anos finais da primeira década do século XVIII. No segundo semestre de 1711, auxiliaria, a exemplo de Francisco Viegas Barbosa, o governador Antonio de Albuquerque no combate à segunda invasão francesa ao Rio de Janeiro.⁵⁶⁵

A primeira menção que se faz a Manuel Dias de Menezes na documentação camarária é em 1714, quando foi eleito pelos oficiais da cúpula camarária para exercer, por dois meses, a função de almotacé. No ano seguinte seria eleito vereador e, em 1716, assumiria o posto de juiz ordinário, que continuou a ocupar em 1717 e 1718 – em função do prolongamento dos mandatos ocorrido por conta do conflito com o ouvidor, em dezembro de 1716 – como o fez

⁵⁶¹ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. 3ª edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999. p. 216-221; MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Jogos de interesses e estratégias...* p. 52.

⁵⁶² MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Jogos de interesses e estratégias...* p. 52.

⁵⁶³ FIORAVANTE, Fernanda. *Às custas do sangue, fazenda e escravos...* p. 63.

⁵⁶⁴ MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Jogos de interesses e estratégias...* p. 97-100.

⁵⁶⁵ FIORAVANTE, Fernanda. *Às custas do sangue, fazenda e escravos...* p. 111-113.

Francisco Viegas Barbosa. Representou a Câmara Municipal de Vila Rica nas juntas realizadas de 1714 até 1718, fato que reforça sua influência deste indivíduo sobre a instituição ao longo do *primeiro período administrativo*.

No início de 1717, bem como Francisco Viegas Barbosa, recebeu patente de D. Brás Baltasar, assumiu o posto de sargento-mor do terço dos auxiliares, em que era mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães.⁵⁶⁶ No diário em que se registrou a viagem do Conde de Assumar até Vila Rica, são mencionadas três visitas realizadas na localidade logo após sua chegada: a primeira foi feita a Henrique Lopes de Araújo, grande minerador; a segunda a Manuel Dias – provavelmente Manuel Dias de Menezes, que na época era juiz ordinário – com quem o governador jantou no dia 15 de dezembro de 1717, passando na mesma data a visitar a mulher de outro minerador, Pascoal da Silva Guimarães, que residia no Morro.⁵⁶⁷

Apesar dessa visita, que atestava a influência de Manuel Dias de Menezes, Henrique Lopes de Araújo e Pascoal da Silva Guimarães sobre a região, a relação com o novo governador não tardou a piorar. Tão logo iniciou seu mandato, em dezembro de 1717, o agente régio agiu no sentido de transformar o modelo de cobrança dos quintos, retirando-o das câmaras municipais – sendo a de Vila Rica controlada por Manuel Dias de Menezes.

Segundo o ouvidor do Rio das Mortes, os oficiais de Vila Rica, capitaneados por Manuel Dias de Menezes, articulavam uma forma de dissolver as decisões das juntas, nas quais havia participado representante da Câmara Municipal de Vila Rica e se colocado abertamente contrário às mudanças.⁵⁶⁸ Nosso personagem era aliado de Pascoal da Silva Guimarães, provavelmente seria um dos apoiadores do levante de 1720, não fosse a ação preventiva do Conde de Assumar que, ainda em 1718, ordenou que conduzisse o preso José Gurgel do Amaral para o Rio de Janeiro, requisitado pelo Santo Ofício. O Conde de Assumar enviou, em paralelo, pedido para que o governador do Rio de Janeiro detivesse Manuel Dias de Menezes por qualquer motivo, e que aguardasse outra ordem para que o deixasse retornar à região.⁵⁶⁹

Em 19 de agosto de 1718, o governador Conde de Assumar – há nove meses no cargo – logo após afastar Manuel Dias de Menezes da região aurífera, concedeu a ele e a seu sócio, Belchior dos Reis, a exclusividade da fabricação de cal na região por três anos, permitindo a construção de fornos para tal atividade. Em 9 de dezembro de 1719, seu sócio seria provido no

⁵⁶⁶ MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Jogos de interesses e estratégias...* p. 47.

⁵⁶⁷ “DIÁRIO DA JORNADA QUE FEZ o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo, e desta até as Minas ano de 1717”. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, número 3, p. 283-316.

⁵⁶⁸ FIORAVANTE, Fernanda. *Os bons homens das minas...* p. 198.

⁵⁶⁹ VASCONCELOS, Diogo de. *História Média das Minas Gerais*. 3ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999. p. 58-59.

posto de capitão da companhia das ordenanças de Ouro Branco e, em 4 de março do ano seguinte, ocuparia o posto de sargento-mor do terço das ordenanças de Vila Rica no lugar do próprio Manuel Dias de Menezes.⁵⁷⁰ Isto demonstra que, se de um lado foram afastados da região, de outro receberam alguma compensação. Ainda assim, seu afastamento da Câmara Municipal em meados de 1718 parece ter sido um elemento central, se não o estopim para o início das articulações que culminariam na Revolta de Vila Rica em meados de 1719, visto que Manuel Dias de Menezes, ao que tudo indica, era um dos principais representantes de Pascoal da Silva Guimarães na Câmara Municipal.

Consultando o acervo do Arquivo Histórico Ultramarino relativo à capitania do Rio de Janeiro, foi encontrada uma solicitação de Manuel Dias de Menezes ao governador daquela capitania, datado de 10 de setembro de 1718, pedindo que lhe fosse concedida uma sesmaria de uma légua em quadra nas margens do Rio Bacaxá, na região de Cabo Frio, o que foi confirmado em 1720.⁵⁷¹

Em 9 de abril de 1722, Manuel Dias de Menezes seria nomeado coronel de infantaria da ordenança de Angra dos Reis, no lugar de Lourenço Carvalho da Cunha, falecido.⁵⁷² Em 1725 seria confirmado no mesmo posto e, em 1729, ainda residente em Angra dos Reis, solicitaria o ofício de provedor da casa de registro em Parati.⁵⁷³ No início do ano seguinte, envolveu-se em

⁵⁷⁰ MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Jogos de interesses e estratégias...* p. 110.

⁵⁷¹ AHU RJ, cx. 18, doc. 3882. REQUERIMENTO do sargento-mor Manuel Dias de Menezes, morador na capitania do Rio de Janeiro, no qual pede a confirmação régia da sesmaria a que se refere a seguinte carta. [s. l.], 1720; AHU RJ, cx. 18, doc. 3883. CARTA pela qual o governador do Rio de Janeiro concedeu e deu de sesmaria ao sargento-mor Manuel Dias de Menezes uma légua de terra, em quadra, nas margens do rio bacaxa, termo da cidade de Cabo Frio, com as confrontações descritas na mesma carta. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1718.

⁵⁷² AHU RJ, cx. 23, doc. 5091. REQUERIMENTO do coronel de infantaria Manuel Dias de Menezes, no qual pede a confirmação régia da sua patente. [s. l.], 1725; AHU RJ, cx. 23, doc. 5092. CARTA patente pela qual o governador do Rio de Janeiro houve, por bem, fazer mercê a Manuel Dias de Menezes de o prover no posto de coronel de infantaria da ordenança da Vila de Angra dos Reis, vago por falecimento de Lourenço Carvalho da Cunha. Rio de Janeiro, 9 de abril de 1722.

⁵⁷³ AHU RJ, cx. 30, doc. 7051. REQUERIMENTO de Manoel Dias de Menezes, coronel da vila de Angra dos Reis, da Ilha Grande, no qual pede a serventia do ofício de provedor da Casa do Registro da Vila de Parati. [s. l.], 1731; AHU RJ, cx. 30, doc. 7052. PROVISÃO pela qual o governador de São Paulo fez mercê ao coronel Manoel Dias de Menezes de o prover na serventia do cargo de provedor da Casa do Registro, criada de novo na Vila de Parati, por um ano. São Paulo, 31 de maio de 1722; AHU RJ, cx. 30, doc. 7053. PROVISÃO pela qual o Governador do Rio de Janeiro Luiz Vahia Monteiro, fez mercê a Manoel Dias de Menezes da serventia do ofício de provedor do registro da Vila de Parati. Rio de Janeiro, 9 de março de 1729.

conflito com outro morador de Parati, Jorge Pedroso de Souza, como detalhara ao monarca o governador do Rio de Janeiro, Luiz Vaia Monteiro.⁵⁷⁴

É provável que após esse incidente, Manuel Dias de Menezes tenha retornado à capitania de Minas Gerais. No final da década de 1730, volta a aparecer na documentação da capitania do ouro, tendo recebido do governador Martinho de Mendonça de Pina e Proença, em 8 de abril de 1737, uma sesmaria de três léguas em quadra no caminho novo de Goiás, onde construiria um sítio de nome “cristais”, em homenagem à serra dos cristais que ficava nas proximidades.⁵⁷⁵ Em meados do ano seguinte, solicitaria ao Conselho Ultramarino a confirmação do posto de coronel do regimento da cavalaria da comarca do Rio das Mortes.⁵⁷⁶

O terceiro indivíduo que controlou a instituição até 1720 foi Manuel de Matos Fragoço. Diferente de Francisco Viegas Barbosa e Manuel Dias de Menezes, ele não esteve presente no ato de fundação da vila e não assinou o termo contra o ouvidor em 21 de dezembro de 1716, tampouco os termos de agosto de 1720, feitos pelo governador Conde de Assumar para reafirmar a lealdade dos potentados locais ao soberano, apesar de ter estado presente na região em todas as ocasiões. Seu primeiro contato com a Câmara Municipal de Vila Rica deu-se em 1715, quando exerceu a função de cobrador dos quintos, tarefa que lhe caberia novamente em 1717. Ainda em 1715 representaria a instituição nas juntas e, em 1717, assumiria, como substituto, uma das cadeiras de vereador, mantendo-se no posto até meados de 1718, quando, também por substituição, e com aparente apoio do Conde de Assumar, chegaria ao posto máximo da instituição.

A proximidade com os agentes régios o distingue de Francisco Viegas Barbosa e Manuel Dias de Menezes; foi, dentre os componentes que controlaram a instituição durante o

⁵⁷⁴ AHU RJ, cx. 22, doc. 16. CARTA do [governador do Rio de Janeiro], Luís Vaia Monteiro, ao rei [D. João V], sobre o conflito existente entre os coronéis Jorge Pedroso de Sousa e Manoel Dias de Menezes, moradores na vila de Parati, com grandes prejuízos para a ordem daquela capitania. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1730.

⁵⁷⁵ CARTAS DE SESMARIAS. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1898. Ano 3. pp. 832-834.

⁵⁷⁶ AHU MG, cx. 35, doc. 71. REQUERIMENTO de Manuel Dias de Menezes, pedindo sua confirmação no posto de coronel do regimento da cavalaria da comarca do Rio das Mortes. [s. l.], ant. 2 de junho de 1738; Manuel Dias de Menezes continuaria no referido posto por mais de uma década, haja vista ter sido citado em outros requerimentos de 1741 e 1748, como coronel do mesmo regimento. Cf. AHU RJ, cx. 38, doc. 96. REQUERIMENTO do capitão de cavalaria de uma das companhias do regimento da comarca do Rio das Mortes, José Rodrigues Cruz, de que é coronel Manuel Dias de Menezes, ao rei [D. João V], solicitando confirmação da patente. [s. l.], ant. 7 novembro de 1741; AHU RJ, cx. 48, doc. 28. REQUERIMENTO do ajudante do sargento-mor do regimento de cavalaria das ordenanças da comarca do Rio das Mortes, Manuel Pacheco da Cunha, de que é coronel Manuel Dias de Menezes, ao rei [D. João V], solicitando confirmação no posto que vagou por ausência de João de Sousa Lisboa. [s. l.], ant. 21 de maio de 1748.

primeiro período administrativo, um dos poucos que estiveram aliados ao Conde de Assumar e que não retornaram à Câmara Municipal após o levante de 1720, apesar de seu envolvimento direto na repressão, como capitão, liderando os trinta dragões que entraram em Vila Rica na noite de 13 de julho de 1720 e prenderam as principais lideranças do motim, entre elas Manuel Mosqueira da Rosa e Pascoal da Silva Guimarães.⁵⁷⁷

Apesar de não retornar à instituição após a revolta, não estava alinhado com os outros membros da cúpula camarária citados anteriormente; pendeu para o lado do Conde de Assumar diante do levante e tornou-se um dos homens fortes do governador. Segundo Diogo de Vasconcelos, este sujeito era visto como claro aliado de Assumar, tanto que, ao transitar pela região da Passagem, onde a maioria era aliada aos revoltosos, quase foi morto por tentar fixar um edital do governador.⁵⁷⁸ Seu inventário foi aberto em 1734: era proprietário de quarenta e quatro escravos e tinha um patrimônio total de quase dez contos de réis, equivalente, em média, a um ano de receita da Câmara Municipal de Vila Rica.⁵⁷⁹

Foram poucas as informações levantadas sobre os outros indivíduos que controlaram a cúpula camarária durante o *primeiro período administrativo*. Sobre João Pinto da Silva, por exemplo, sabe-se que não participou do ato de fundação da vila, em meados de 1711, apesar de ter se aproximado da Câmara Municipal no ano seguinte, exercendo a função de almotacé durante dois meses. Retornou à instituição no final do segundo triênio, como vereador, e envolveu-se diretamente no conflito contra o ouvidor em torno das eleições, tendo sido beneficiado com a prorrogação de mandato, mantendo-se como vereador em 1717 e 1718.

Apesar das informações limitadas, pode-se concluir que João Pinto da Silva se posicionou ao lado de Francisco Viegas Barbosa e Manuel Dias de Menezes – próximos à Pascoal da Silva Guimarães – contrariando os interesses do Conde de Assumar, representados na Câmara Municipal, até 1718, por Manuel de Matos Fragoso. Talvez tenha sido mais um dos perseguidos pelo governador, o que explicaria sua ausência na documentação posterior, não tendo assinado nenhuma das listas confeccionadas pela cúpula camarária em agosto de 1720, no contexto da repressão à revolta ocorrida na localidade, quando os principais moradores da região foram obrigados a assinar um termo de fidelidade ao monarca.

Dentre os dez indivíduos que exerceram funções secundárias importantes ao longo do *primeiro período administrativo*, apenas três permaneceram por ao menos três anos. O primeiro, João Sales da Silva, atuou como tesoureiro nos anos críticos de 1716, 1717 e 1718, quando alguns dos oficiais listados acima entrincheiraram-se na cúpula camarária, resistindo

⁵⁷⁷ MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Jogos de interesses e estratégias...* p. 88.

⁵⁷⁸ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga...* p. 363.

⁵⁷⁹ FIORAVANTE, Fernanda. *Às custas do sangue, fazenda e escravos...* p. 57.

tanto quanto possível às investidas dos agentes régios. Eleito pelos próprios camaristas, parece ter sido, junto com o escrivão Miguel de Andrade Ferreira, um dos funcionários de maior confiança desse primeiro grupo, e certamente contribuiu para a resistência desse grupo.

Há poucas informações disponíveis também sobre Jorge da Fonseca Freire e Miguel de Andrade Ferreira. Ambos foram escrivães da câmara, nomeados pelo monarca: o primeiro serviu de 1711 até 1713; e o segundo, de 1715 até 1718. O primeiro esteve presente na região quando da criação da vila em julho de 1711, conforme apontou Diogo de Vasconcelos,⁵⁸⁰ e foi um dos indivíduos mais importantes no estabelecimento das rotinas administrativas da instituição, não se envolvendo nos embates da segunda metade da década de 1710.

Já Miguel de Andrade Ferreira, também nomeado régio, chegou à localidade em um momento mais crítico, acabou vinculando-se aos oficiais locais, em atrito crescente com os agentes régios, em especial com os ouvidores, tendo se vinculado ao tesoureiro supracitado, João Sales da Silva. Talvez por esta afinidade, tenha sido o único escrivão a assumir outras funções na instituição, tendo sido nomeado para almotacé em 1718. Por conta do seu envolvimento e apoio à facção local entrincheirada na Câmara Municipal – e que vinha utilizando as prerrogativas da instituição contra o Conde de Assumar – terminou sua ligação com a região aurífera da pior maneira possível, sendo perseguido e preso pelo governador.⁵⁸¹ Tal ação confirma a importância das atribuições do escrivão, fosse um posto de segunda ordem, não receberia tal reprimenda do representante régio.⁵⁸²

5.4.2. Segundo grupo e o alinhamento estratégico

Após o término de 1720, ano marcado pela Revolta de Vila Rica, engendrada por parte significativa da cúpula camarária local, muitas mudanças foram feitas na instituição. A mais significativa foi o afastamento dos simpáticos ao levante, seja físico, via prisão ou expulsão da região, seja político, permanecendo o indivíduo na vila mas não sendo eleito ou não tomando posse graças às manipulações feitas pelos agentes régios com apoio de funcionários nomeados pelo monarca, como os escrivães da câmara, e ainda com o apoio de um outro grupo.

Este outro grupo é o que estudaremos agora. Tratam-se de indivíduos que ganharam espaço político na localidade a partir do fracasso do levante, apoiaram abertamente o Conde de Assumar na ocasião, ou permaneceram neutros, conseguindo chegar várias vezes aos

⁵⁸⁰ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga...* p. 216-221.

⁵⁸¹ GOLGHER, Isaías. *Guerra dos Emboabas. A primeira guerra civil nas Américas*. 2ª edição. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1982. p. 216-217.

⁵⁸² Neste caso, embora tenha sido nomeado pelo monarca, o escrivão agira contra os interesses do monarca na localidade, aliando-se aos opositores do governador, também nomeado régio. Tal postura foi exceção dentre os escrivães que o sucederam.

postos camarários mais importantes graças a estas posturas em relação ao ouvidores e aos governadores. Foram ao todo setenta e dois indivíduos que exerceram funções direta ou indiretamente influentes exclusivamente entre 1721 e 1736.

Como ocorreu com o grupo dominante no *primeiro período administrativo*, este segundo agrupamento foi composto por indivíduos que controlaram diretamente a instituição, isto é, que exerceram, por três ou mais mandatos, funções na cúpula camarária; e por um segundo subgrupo, formado por funcionários da instituição, que também exerceram funções por vários anos. Alguns documentos ajudaram a flagrar o posicionamento de alguns indivíduos deste segundo grupo. O primeiro documento relevante é composto por três termos, muito semelhantes, assinados em 14, 16 e 17 de agosto de 1720 na Câmara Municipal de Vila Rica, reunindo várias das principais personagens da localidade naquele momento. O procedimento atendia às exigências do Conde de Assumar, que ordenava que os principais da vila jurassem lealdade ao soberano em virtude do levante há pouco reprimido.

As cartas do governador foram abertas, registradas em ata com a assinatura de todos os presentes. A primeira delas foi lida na reunião de 14 de agosto de 1720, em cuja ata leem-se cinquenta e oito assinaturas. Nenhum dos presentes fazia ou fez parte dos vinte e seis indivíduos mais influentes até 1736, e apenas três exerceram funções de influência pelo menos por um ano: Antonio da Costa Gouvêa, Francisco Rodrigues Gondim e João Teixeira da Silva. O primeiro cobrou os quintos em 1715 e 1718, foi almotacé neste ano e procurador da câmara em 1719. O segundo seria eleito procurador em 1728, e o terceiro seria almotacé em 1725 e vereador em 1736.

Na reunião do dia 16 de agosto de 1720, abriu-se outra carta com teor semelhante. Nela, vem-se quarenta e cinco assinaturas, vinte e uma delas de indivíduos que exerceriam, até 1736, alguma função de influência na Câmara Municipal de Vila Rica. Dos vinte e seis mais influentes, sete assinaram o termo – Antonio Martins Lessa, Domingos de Souza Braga, Domingos Francisco de Oliveira, Francisco da Costa de Oliveira, Manuel Gomes da Silva, Manuel Rodrigues Coelho e Domingos Coelho Pereira. Todos, com exceção de Domingos Coelho Pereira, pertenciam ao que se poderia chamar de grupo intermediário, que exerceu muitas funções importantes antes e depois da Revolta de 1720. Vejamos a última carta para, em seguida, traçar algumas conclusões.

Na vereação seguinte, de 17 de agosto de 1720, abria-se a última carta do governador, de teor similar ao das duas anteriores. Nela, constavam trinta e três assinaturas, quatro pertencentes ao grupo de maior influência, todos eles pertencentes ao grupo intermediário e que já tinham assinado o documento do dia anterior: Antonio Martins Lessa, Domingos Francisco de Oliveira, Manuel Gomes da Silva e Manuel Rodrigues Coelho. Outros oito

indivíduos presentes assumiram funções de influência por menos de três anos, a maioria após 1720.

Conclui-se que as três cartas foram direcionadas, não para todos os moradores da vila, mas principalmente para aqueles que permaneceram neutros ou se envolveram pouco, tanto no levante, quanto em sua repressão, portanto a camada duvidosa. Estavam nesta faixa quase todos os indivíduos que, pertencentes ao grupo dos vinte e seis mais influentes, haviam exercido funções relevantes na instituição antes do levante de 1720, e voltariam a fazê-lo nas décadas seguintes. Pode-se afirmar, com algum fundamento, que a assinatura do termo reforçou o compromisso com a causa régia, tornando estes sujeitos aptos, na visão dos agentes régios, para controlar a Câmara Municipal.

Outra série de documentos ajudou-nos a acompanhar a trajetória dos indivíduos que exerceram maior influência na instituição durante o *segundo período administrativo*. Em dezembro de 1735, os oficiais camarários convocaram moradores para votarem nas eleições para oficiais camarários do ano seguinte, e repetiram o procedimento em dezembro de 1736, confirmando que já não havia eleições trienais como na década de 1710. Foi possível mapear parte dos votantes a partir da lista de destinatários anotada pelo escrivão da câmara no final dos documentos.

Foram dezoito os convocados em dezembro de 1735,⁵⁸³ e trinta e um os convocados em dezembro de 1736.⁵⁸⁴ Quase todos já tinham integrado a cúpula camarária nos anos anteriores e quase todos tinham títulos militares. Pela diferença na quantidade de indivíduos convocados de um ano para o outro, é provável que outras convocações tenham sido feitas. De qualquer forma, a partir destas listas, ainda que possam estar incompletas, é possível

⁵⁸³ Na lista de 1735, os cinco que integraram o segundo grupo, influente de 1721 em diante, foram: Domingos Coelho Pereira, Domingos Francisco de Oliveira, Manuel Ferreira Agrelos, Lourenço Pereira da Silva e Gregório de Matos Lobo. Os dois que integraram o grupo intermediário foram: Domingos Francisco de Oliveira e Domingos de Souza Braga. Os cinco que tinham passagens pelas funções importantes da instituição eram: Manuel Mateus Tinoco, Domingos Francisco dos Reis, Martinho Ribeiro Dias, Francisco da Silva Machado e André Álvares Rainho. Os outros 6 que foram convocados eram: Antonio Ferreira Souto, João de Sá e Couto, José da Costa Rebelo, Pedro Clemente, Pedro Neves e Valentim Gomes Ribeiro. Cf. APM, CMOP 35. REGISTRO de editais, cartas, provisões e informações do Senado de petições e despachos, 1735-1736. Rolo 21, gav. E-2. fls. 61v-62.

⁵⁸⁴ Na lista de 1736, os dois sujeitos que pertenciam ao grupo intermediário eram: Domingos Francisco de Oliveira e Francisco da Costa de Oliveira; os outros dois que pertenciam ao grupo mais influente a partir de 1721 eram: Manuel Ferreira Agrelos e Domingos Coelho Pereira. Os outros 11 com passagem pelos cargos importantes da instituição, todos após 1720, foram: Fernando da Mata, Manuel de Souza Pereira, Manuel Fernandes, Francisco Ferreira Velho, Martinho Ribeiro Dias, Domingos de Abreu Lisboa, Domingos Francisco dos Reis, João Gonçalves Batista, Estevão de Souza Sandoval, João Mota Lima e Manuel da Costa Reis. Cf. APM, CMOP 32. REGISTRO de cartas do Senado para o governador e diversas autoridades, ordens, editais, provisão, petição e despachos, 1733-1741. Rolo 20, gav. E-2. fls. 71-72.

verificar quem eram os indivíduos influentes naqueles anos, e nota-se que nenhum sujeito listado pertencia ao primeiro grupo cuja influência foi exclusiva durante o *primeiro período administrativo*. Por outro lado, boa parte dos que integraram o segundo grupo e a camada intermediária, que controlaram juntos a instituição a partir de 1721, estavam listados.

Portanto, conclui-se que, não só a Câmara Municipal de Vila Rica ficou sob a hegemonia dos setores da elite local aliados aos governadores e ouvidores a partir da década de 1720, como a própria composição do processo eleitoral parece ter afastado, pouco a pouco, os membros mais radicais que controlaram a instituição exclusivamente durante a primeira década de seu funcionamento. Cabe, agora, aprofundar a análise da trajetória dos principais expoentes deste segundo grupo que controlou diretamente a Câmara Municipal de Vila Rica a partir da repressão ao levante de 1720.

O primeiro deles foi Domingos Coelho Pereira, que não se envolveu com a instituição até 1719, quando foi escolhido pela cúpula camarária, então coordenada pelo juiz ordinário Pascoal da Silva Guimarães, para exercer o posto de almotacé durante dois meses. Ficaria afastado durante os anos que sucederam à repressão ao levante de 1720, reaparecendo em 1724, quando assumiu a cadeira de vereador, e, no ano seguinte, o posto de almotacé. Na década de 1730 retornaria à instituição, primeiro como vereador em 1733, e depois ocupando o posto de juiz dos órfãos de 1735 até 1737, função exercida por Antônio Ramos dos Reis.⁵⁸⁵

Tal posto, depois de desmembrado do de juiz ordinário, só seria ocupado por indivíduos de claro destaque local. Pelo requerimento e posse, indicou como fiadores o capitão Martinho Ribeiro Dias, vereador em 1734, e Domingos Francisco de Oliveira, figura central na instituição, antes e depois de 1720, cuja trajetória será detalhada nas páginas seguintes.⁵⁸⁶ A indicação de um fiador não é um vínculo qualquer, atesta que, ao menos naquele momento, os envolvidos compartilhavam uma confiança mútua.

Domingos da Rocha Ferreira, segundo indivíduo deste segundo grupo, só exerceu funções na cúpula camarária e nas juntas da capitania. Começou como vereador em 1725, retornou à instituição em 1730 e 1733 como juiz ordinário, e participou em 1735 das juntas que deliberaram sobre a implantação da capitação. Participou da arrecadação dos quintos em 1714 e 1715, quando executada pela Câmara Municipal, e retornou às mesmas funções em

⁵⁸⁵ O primeiro foi Antônio Ramos dos Reis, de 1732 até 1735. O Conde de Assumar, em 1718, nomeou também um juiz dos órfãos, com objetivo de esvaziar a Câmara Municipal, visto que a função de juiz dos órfãos era exercida pelos juízes ordinários que presidiam a instituição. Contudo, a ação do governador não foi respaldada pelo rei, e o posto manteve-se agregado ao de juiz ordinário até 1732.

⁵⁸⁶ APM, CMOP, cx. 8, doc. 1. REQUERIMENTO de Domingos Coelho Pereira, eleito juiz de órfãos, apresenta seus fiadores para tomar posse no cargo. Vila Rica, 7 de janeiro de 1736.

1723 e 1724, quando não eram mais providas pelos oficiais camarários.⁵⁸⁷ Além dos quintos, este indivíduo participou também da arrecadação do real donativo, feita pelas câmaras municipais entre 1728 e 1733. Tal renda foi arrecadada de maneira muito similar aos quintos de 1714 até 1718, com participação direta dos oficiais camarários locais.⁵⁸⁸

Domingos da Rocha Ferreira foi um dos poucos, dentre os indivíduos que controlaram a instituição até 1736, a integrar a lista dos mais ricos da capitania, feita em 1756 pelos ouvidores de cada comarca. Nela, foi citado como minerador, detentor da patente de capitão-mor, residente em Antonio Dias, na região do Morro.⁵⁸⁹ Outro documento confirma que este indivíduo e outro, o capitão-mor Luiz de Figueiredo Leitão, juiz ordinário em 1731, eram mineradores; no final de 1744, ano em que serviram como juizes ordinários, fizeram requerimento solicitando dispensa da obrigação de servirem, como de costume, na função de almotacé, alegando estarem muito ocupados com a mineração.⁵⁹⁰

Ao contrário do grupo que controlou a instituição local até 1720, Domingos da Rocha Ferreira manteve-se, sempre que possível, ao lado dos agentes régios. Apesar de não ter estado presente no ato de fundação de Vila Rica, em meados de 1711, defendeu o ouvidor Manuel da Costa Amorim em 1712, quando contra ele foi promovido um motim na região. Da mesma forma, posicionou-se ao lado do Conde de Assumar durante a Revolta de 1720.⁵⁹¹ Manteve bom relacionamento também com o governador Dom Lourenço de Almeida, visto que, em 1726, foi indicado pelo agente régio para participar da cobrança dos quintos, agora no distrito de São Bartolomeu, onde exercia o posto de capitão-mor das ordenanças, recomendado pelo próprio governador.⁵⁹²

⁵⁸⁷ APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fls. 48v, 49. Em 1724, arrecadou os quintos relativos à localidade de Padre Faria.

⁵⁸⁸ APM, CMOP, cx. 1, doc. 10. INFORMAÇÃO sobre o lançamento de escravos pela Câmara. Itabira do Campo, 9 de fevereiro de 1722; APM, CMOP, cx. 4, doc. 10. DECLARAÇÃO de recebimento da lista de cobrança do Real Donativo do ano de 1733, dos distritos de Padre Faria, Taquaral e Bom Sucesso. Córrego Seco de Vila Rica, 15 de janeiro de 1733.

⁵⁸⁹ AHU MG, cx. 70, doc. 41. CARTA do professor da Fazenda Real de Minas Gerais, Domingos Pinheiro, informando o secretário de Estado sobre a remessa da relação na qual se discrimina o número de homens de negócio, mineiros e roceiros que vivem na capitania de Minas. Vila Rica, 25 de julho de 1756.

⁵⁹⁰ APM, CMOP, cx. 88, doc. 76. SOLICITAÇÃO de dispensa da função de almotacés em janeiro e fevereiro, por terem muitas obrigações particulares. Vila Rica, [s. d.].

⁵⁹¹ FIORAVANTE, Fernanda. *Às custas do sangue, fazenda e escravos...* p. 78-85.

⁵⁹² AHU MG, cx. 8, doc. 71. CERTIDÃO passada por D. Lourenço de Almeida, governador das Minas Gerais, acerca da habilidade de Domingos da Rocha Ferreira, para o cargo de oficial de Ordenança, para cobrança dos quintos reais, no distrito e freguesia de São Bartolomeu. Vila Rica, 26 de maio de 1726; AHU MG, cx. 36, doc. 82. CARTA de Gomes Freire de Andrade, para D. João V, sobre o registro dos documentos do serviço de Domingos da Rocha Ferreira, capitão-mor das Ordenanças do distrito de São

Lourenço Pereira da Silva, ao contrário de Domingos Coelho Pereira e Domingos da Rocha Ferreira, não teve qualquer vínculo com a Câmara Municipal, ainda que secundário, durante o *primeiro período administrativo*. Aproximou-se pela primeira vez da instituição em 1724, quando foi eleito vereador, retornando ao mesmo posto no exercício de 1729, quando, por substituição, assumiu o cargo de juiz ordinário. Retornou ao mesmo posto em 1736.

Como os outros indivíduos que controlaram a instituição a partir de 1721, Lourenço Pereira da Silva também parece ter mantido bom relacionamento com os agentes régios locais. Em 13 de maio de 1722 foi recomendado pelo provedor da Fazenda Real de Minas Gerais, Antônio Berquo Del Rio, para ocupar o posto de tesoureiro da Fazenda Real,⁵⁹³ função que já vinha exercendo desde abril de 1722, e que exerceu até dezembro de 1733, durante quase todo o governo de Dom Lourenço de Almeida. Recebeu, do mesmo governante, sesmarias em Itacolomi e Lavras Novas, em 1724 e, em 29 de abril de 1725, outra área de uma légua em quadra, destinada a agricultura, em Ouro Branco, no caminho para o distrito da Noruega.⁵⁹⁴

Tal alinhamento com os agentes régios locais, principalmente com Dom Lourenço de Almeida, fica nítido quando este governante concede a Lourenço Pereira da Silva, em 21 de julho de 1729, um atestado de bom desempenho na função de tesoureiro da Fazenda Real.⁵⁹⁵ Confirma-se a boa relação pelo requerimento conjunto de 30 de julho de 1731, feito por Lourenço Pereira da Silva, Manuel da Rocha Braga (juiz ordinário em 1729) e Luís Soares de Meireles (vereador em 1729), em que solicitavam ao governador Dom Lourenço de Almeida, que informasse ao monarca sobre o bom exercício nas funções que vinham ocupando.⁵⁹⁶

Se Lourenço Pereira da Silva se aproxima dos demais indivíduos que controlaram a Câmara Municipal a partir da década de 1720 por estar aliado aos agentes régios locais, se distancia deles por assumir outros postos mais importantes na Fazenda Real. Certamente

Bartolomeu, comarca do Ouro Preto. [s. l.], 27 de novembro de 1738; AHU MG, cx. 31, doc. 87. REQUERIMENTO de Domingos da Rocha Ferreira, pedindo sua confirmação no posto de capitão-mor das Ordenanças do distrito de São Bartolomeu, comarca do Ouro Preto. [s. l.], ant. 16 de março de 1736.

⁵⁹³ AHU MG, cx. 4, doc. 4. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre a nomeação de Lourenço Pereira da Silva, no posto de tesoureiro-geral da Fazenda Real. Lisboa, 18 de fevereiro de 1723.

⁵⁹⁴ CARRARA, Angelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais - Séculos XVIII-XIX*. Mariana: UFOP, 1999. p. 29-32.

⁵⁹⁵ AHU MG, cx. 14, doc. 62. CARTA de D. Lourenço de Almeida, governador das Minas Gerais, dando seu parecer sobre o bom desempenho de Lourenço Pereira da Silva, no cargo de tesoureiro da Fazenda Real. Vila Rica, 21 de julho de 1729.

⁵⁹⁶ AHU MG, cx. 19, doc. 33. REQUERIMENTO de Lourenço Pereira da Silva, Manuel da Rocha Braga, sargentos-mores e de Luís Soares de Meireles, solicitando a D. Lourenço de Almeida, governador de Minas, que este se digne informar a D. João V sobre os irrepreensíveis procedimentos dos suplicantes no exercício dos seus ofícios. [s. l.], ant. 30 de julho de 1731.

contava com significativa riqueza, pertencia à elite econômica local e estaria listado entre os mais ricos do termo de Vila Rica em 1756, se não tivesse falecido antes, em 1744.⁵⁹⁷

Nicolau Carvalho de Azevedo, apesar de ter frequentado algumas juntas, em 1717 e 1718, como procurador da Câmara Municipal de Vila Rica, só exerceu funções de grande influência a partir da década de 1720. Começou em 1724 como almotacé, chegando a vereador em 1728, e ao posto máximo de juiz ordinário em 1729 e 1736.⁵⁹⁸ Sua participação na Câmara Municipal de Vila Rica não se restringiu à cúpula camarária. Embora não tenhamos percebido qualquer vínculo com a cobrança dos quintos, participara como cobrador do real donativo no distrito de Ouro Branco de 1728 até 1733.⁵⁹⁹

Sua trajetória parece-nos similar à de Domingos Coelho Pereira, apesar de ter se envolvido com o primeiro grupo, hegemônico ao longo da década de 1710, acabou se alinhando aos agentes régios, embora não haja indícios de participação nem no levante de 1720 nem em sua repressão. Foi beneficiado pela concessão de terras na região, feitas pelos agentes régios: em 22 de maio de 1726, ganhou uma sesmaria de meia légua em quadra em Ouro Branco – onde possuía roça onde fabricava aguardente – vizinha às de Domingos Moreira Fernandes (vereador em 1721 e juiz ordinário em 1729) e José Gonçalves de Almeida.⁶⁰⁰

Nicolau Carvalho de Azevedo assumiu a última função em Vila Rica em 1736, mudando-se, em seguida, para Congonhas, na comarca do Rio das Mortes, conforme atesta a carta de sesmaria de 14 de novembro de 1738, em que se concede terreno de meia légua em quadra vizinho às sesmarias do doutor Felix Simões de Paiva e Teodósio Duarte, próximo ao rio do peixe.⁶⁰¹ Não há indícios de que tenha retornado à Vila Rica, ao contrário, parece ter fixado

⁵⁹⁷ O ano de falecimento é citado no requerimento de 19 de julho de 1767, feito pelas filhas Josefa Rosa de Santa Maria e Antônia da Conceição, e pela cunhada de Lourenço Pereira da Silva, Margarida Francisca), que havia ficado viúva de Gonçalo Pereira da Silva, filho de Lourenço, também morador em São Bartolomeu, distrito de Ouro Preto, solicitando o envio de possíveis bens do falecido na localidade. Cf. AHU MG, cx. 90, doc. 80. REQUERIMENTO de Josefa Rosa de Santa Maria, religiosa do Convento de Nossa Senhora Madre de Deus de Monchique, da cidade do Porto e outras, pedindo a entrega dos bens do falecido Lourenço Pereira da Silva, tesoureiro em Vila Rica. [s. l.], ant. 19 de julho de 1767.

⁵⁹⁸ Nicolau Carvalho de Azevedo não exerceu qualquer função na instituição em 1730, como apontado em: FIORAVANTE, Fernanda. *Às custas do sangue, fazenda e escravos...* p. 63-64.

⁵⁹⁹ APM, CMOP, cx. 2, doc. 23. CERTIDÃO da eleição do capitão-mor Nicolau Carvalho de Azevedo para o cargo de provedor do Real Donativo do distrito de Ouro Branco. Vila Rica, 27 de maio de 1730; APM, CC, cx. 117, doc. 20.796. LISTA de escravos da freguesia de Santo Antônio do Ouro Branco entre 1728 e 1729, elaborada pelo provedor e sargento-mor Nico[lau] Carvalho de Azevedo. [s. l.], [s. d.]. Rolo 536.

⁶⁰⁰ CARTAS DE SESMARIAS. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ano 9, vol. 1, jan/jun, 1904. pp. 462-463; CARRARA, Angelo Alves. *Contribuição para a História Agrária...* p. 29-32.

⁶⁰¹ CARTAS DE SESMARIAS. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ano 5, vol. 1, jan/jun, 1900. pp. 233-286.

residência em Congonhas, pois é citado em outro requerimento de 1740 como morador daquela localidade.⁶⁰²

Ao contrário de Lourenço Pereira da Silva – que, apesar de se afastar da Câmara Municipal de Vila Rica, permaneceu na região até 1744, quando faleceu – Nicolau Carvalho de Azevedo abandonou rapidamente a região, ao que tudo indica por outros motivos. Surgiu, a partir de 1730, um conjunto de ações movidas por Francisco da Silva, residente no Rio de Janeiro, em que acusava Nicolau Carvalho de Azevedo de cometer uma série de crimes.⁶⁰³ Em seguida, envolveu-se em atritos com Domingos de Almeida Vieira, tendo sido aberto outro processo, em Vila Rica, pelo advogado Antônio de Almeida Vieira (irmão de Domingos).⁶⁰⁴

Os dois últimos indivíduos que controlaram diretamente a instituição durante o *segundo período administrativo* foram Nicolau de Freitas Pacheco e Manuel Ferreira Agrelos e sabe-se pouco sobre suas trajetórias. O primeiro teve passagem curta pela instituição, só assumiu funções na cúpula camarária. Seu primeiro contato com a instituição deu-se em 1722 quando foi eleito procurador. Retornou à cúpula camarária em 1727 e 1731 como vereador e, em 1734, como juiz ordinário. Já Manuel Ferreira Agrelos, chegou à instituição exercendo o posto de almotacé no conturbado ano de 1719, retornando à cúpula em 1722 como vereador. Manter-se-ia em contato com a cúpula, assumindo, em 1727, 1730 e 1732, o posto máximo da instituição – juiz ordinário. Ao menos no exercício de 1730, acumulou o posto de juiz dos órfãos, como evidencia uma ordem de execução de cobrança emitida por ele naquele ano.⁶⁰⁵

A trajetória de Manuel Ferreira Agrelos foi muito similar a de Nicolau Carvalho de Azevedo e Domingos Coelho Pereira, ambos envolveram-se inicialmente em cargos

⁶⁰² AHU MG, cx. 39, doc. 70. REQUERIMENTO de Nicolau Carvalho de Azevedo, capitão-mor, morador nas Congonhas, distrito das Minas Gerais, solicitando confirmação da carta de sesmaria de uns matos que se acham devolutos nos Campos Gerais, comarca do Rio das Mortes. [s. l.], ant. 24 de setembro de 1740.

⁶⁰³ AHU MG, cx. 17, doc. 46. REQUERIMENTO de Francisco da Silva, morador no Rio de Janeiro, solicitando a D. João V a mercê de mandar devassar a Nicolau Carvalho de Azevedo, capitão-mor de Ibituruna, termo da vila de São João do Rio das Mortes, devido aos numerosos crimes que tem cometido. [s. l.], ant. 17 de novembro de 1730.

⁶⁰⁴ AHU MG, cx. 25, doc. 9. REQUERIMENTO de Antônio de Almeida Vieira, advogado dos auditórios de Vila Rica, solicitando a D. João V a mercê de mandar passar provisão, com particular recomendação ao juiz de fora ou a outro qualquer ministro que esteja servindo em Vila Rica, para se proceder a uma exata devassa contra Nicolau Carvalho de Azevedo, devido ao contencioso que tinha com Domingos de Almeida Vieira, irmão do requerente. [s. l.], ant. 17 de setembro de 1733; AHU MG, cx. 26, doc. 1. REQUERIMENTO de Antônio de Almeida Vieira, advogado nos auditórios de Vila Rica, pedindo provisão dirigida ao juiz de fora de Ribeirão do Carmo para que proceda a uma exata devassa contra Nicolau Carvalho de Azevedo, de diversos delitos por este cometidos. [s. l.], ant. 8 de janeiro de 1734.

⁶⁰⁵ APM, CMOP, cx. 2, doc. 36. ORDEM aos oficiais de justiça para executarem a cobrança de 648.000 réis de Gregório Ribeiro de Carvalho, fiador de André Freitas. Vila Rica, 20 de outubro de 1730.

secundários durante o *primeiro período administrativo*, não há indícios de alinhamento com a facção que controlou a instituição até 1720, contrária aos interesses dos agentes régios; tais indivíduos acabaram se alinhando aos governadores e, nas décadas de 1720 e 1730, controlaram diretamente os rumos da Câmara Municipal de Vila Rica. Já Nicolau de Freitas Pacheco, parece ter seguido caminho parecido com o de Lourenço Pereira da Silva e Domingos da Rocha Ferreira, que, até onde foi possível identificar, não tiveram qualquer envolvimento com a facção hegemônica durante o *primeiro período administrativo*, e, ao que tudo indica, não representaram, em nenhum momento, ameaça aos interesses dos agentes régios locais.

* * *

Fez-se, nas páginas anteriores, a síntese das trajetórias dos indivíduos que controlaram a cúpula da instituição de 1721 até 1736. Da mesma maneira que o grupo que a controlou até a Revolta de Vila Rica em 1720, este também contava com um quadro funcional de confiança, que atuava como elo entre os mandatos de apenas um ano. Para a década de 1710, as informações sobre o quadro funcional foram muito limitadas, mas a partir da década de 1720, como se verificará, as informações foram mais abundantes, talvez em função da própria importância que alguns desses indivíduos tiveram na metrópole.

Ao todo, foram vinte e um os indivíduos que exerceram as funções que consideramos capazes de influenciar – ainda que em menor escala, se comparadas às da cúpula camarária – os destinos da instituição, de 1711 até 1736: o escrivão da câmara; o tesoureiro da câmara; e o juiz dos órfãos.⁶⁰⁶ Seleccionamos, a partir do critério de exercício mínimo de três anos, seis indivíduos cuja trajetória será descrita a seguir.

O primeiro indivíduo do quadro funcional foi o sargento-mor Gregório de Matos Lobo. Seu primeiro contato com a instituição deu-se em 1732, quando assumiu, por escolha dos próprios oficiais, o posto de tesoureiro, que voltaria a exercer em 1735. Em 1732, exerceu a função de almotacé e, no ano seguinte, seria eleito vereador. O posto de tesoureiro exigia que o indivíduo tivesse alguma riqueza, pois era comum que se fizesse empréstimos em caráter emergencial à instituição. Era este o caso de Gregório de Matos Lobo, tanto que foi um dos poucos indivíduos influentes na instituição citado na lista de homens ricos da capitania feita em 1756, à época mencionado como minerador residente em Ouro Preto.⁶⁰⁷

⁶⁰⁶ O único juiz dos órfãos que se enquadra nos critério de exercício de ofícios influentes por ao menos três anos foi Antônio Ramos dos Reis, cuja trajetória será descrita no terceiro grupo.

⁶⁰⁷ De fato era minerador, pois em 22 de julho de 1750 faz requerimento conjunto com Manuel de Abreu Guimarães para compra de uma mina no Morro de Antônio Dias. Cf. APM, CC, cx. 142, doc. 21.287. REQUERIMENTO do sargento-mor Gregório de Matos Lobo e Manuel de Abreu Guimarães sobre a emissão de ordem de compra da mina e água no Morro de Antônio Dias. [s. l.], 22 de julho de 1750. Rolo 543; AHU MG, cx. 70, doc. 41. CARTA do professor da Fazenda Real de Minas Gerais, Domingos

Sua influência sobre a instituição não terminou em 1736, se estendeu até o final da década de 1760, e este é outro ponto que distingue sua trajetória das demais analisadas. Retornaria à instituição como vereador em 1746, 1752 e 1764, e exerceria seu último cargo em 1770, o de juiz ordinário.⁶⁰⁸ Ao longo de sua vida, esteve vinculado a outros mineradores, tendo sido fiador de Antônio Ramos dos Reis, quando este assumiu o ofício de juiz dos órfãos em Vila Rica, no ano de 1732 e, em 1734, foi procurador de Manuel Dias Corrêa – tesoureiro da câmara em 1733 –, quando recebeu, em seu lugar, o pagamento de empréstimos que seu representado havia feito à instituição. Servira também em postos militares na região, já no final da década de 1740. Em 21 de março de 1748, por exemplo, ocupava o posto de sargento-mor do regimento de cavalaria das ordenanças de Vila Rica, e requeria ao monarca que o confirmasse na função, pois sucedia André Álvares Rainho.⁶⁰⁹

Outro tesoureiro cuja influência foi significativa no *segundo período administrativo* foi Manuel Ferreira de Macedo, que assumiu tal posto em 1726, permanecendo nele até 1730. Administrou as receitas e despesas da instituição justo nos anos mais críticos do período estudado, tanto que emprestou mais de três contos de réis aos cofres da Câmara Municipal, em caráter emergencial. Após deixar o comando da tesouraria em 1730, foi preso, como atesta um requerimento de 30 de janeiro de 1731. O alvará de soltura só foi concedido em 8 de dezembro de 1732, tendo ficado detido por quase dois anos.⁶¹⁰ O ex-tesoureiro retornaria à

Pinheiro, informando o secretário de estado sobre a remessa da relação na qual se discrimina o número de homens de negócio, mineiros e roceiros que vivem na capitania de Minas. Vila Rica, 25 de julho de 1756. Sua trajetória se distingue das dos demais funcionários influentes porque conseguiu exercer, durante um mandato, um posto na cúpula camarária, e ainda serviu como almotacé. O único dos funcionários que chegou a fazê-lo foi o escrivão Miguel de Andrade Ferreira, melhor descrito no primeiro grupo, que terminou preso pelo governador Conde de Assumar.

⁶⁰⁸ APM, CMOP, cx. 42, doc. 63. CARTA de usança nomeando Gregório de Matos Lobo para o cargo de juiz ordinário. Vila Rica, 30 de dezembro de 1769; APM, CMOP, cx. 26, doc. 49. SOLICITAÇÃO do pagamento de 60.000 réis pelo sermão realizado na aclamação do rei. Vila Rica, 30 de dezembro de 1751.

⁶⁰⁹ AHU RJ, cx. 48, doc. 13. REQUERIMENTO do sargento-mor do Regimento de Cavalaria das Ordenanças de Vila Rica e seu termo e Campos da Cachoeira, Gregório de Matos Lobo, ao rei [D. João V], solicitando confirmação no posto que vagou por ausência de André Álvares Rainho. [s. l.], ant. 21 de maio de 1748; ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 38, fl. 200v. CARTA de confirmação do Sargento-mor da cavalaria de Vila Rica e seu termo, 20 de junho de 1748. Em meados de 1748, Gregório de Matos Lobo solicitara ao monarca licença para viajar, com toda sua família, para a metrópole. Ao que tudo indica, não obteve êxito, pois exerceu a função de vereador em Vila Rica poucos anos depois, em 1752. Cf. AHU MG, cx. 52, doc. 51. REQUERIMENTO de Gregório de Matos Lobo, morador em Vila Rica, solicitando a D. João V a mercê de lhe conceder licença para se deslocar para o reino, com toda a sua família. [s. l.], ant. 27 de julho de 1748.

⁶¹⁰ APM, CC, cx. 140, doc. 21.259. REQUERIMENTO de Tomé Ferreira da Cruz sobre o assentamento da prisão de Manuel Ferreira de Macedo. [s. l.], 30 de janeiro de 1731. Rolo 542; APM, CC, cx. 143, doc.

instituição após pouco mais de trinta anos, em 1765, exercendo, e pela última vez, um cargo em Vila Rica, o de procurador.⁶¹¹ É importante destacar que, apesar ter tido, no final da década de 1720, muitos recursos, a ponto de assumir a tesouraria da instituição por tanto tempo, e emprestando tanto dinheiro, não foi incluído na lista dos mais ricos da capitania em 1756.⁶¹²

Se, de um lado, Gregório de Matos Lobo e Manuel Ferreira de Macedo controlaram as finanças da instituição ao longo do *segundo período administrativo*, do outro lado do quadro quatro escrivães controlaram o cotidiano da Câmara Municipal, todos nomeados régios: José da Silveira Miranda, Salvador de Seixas Serqueira, Valentim Nunes de Souza e Antônio Falcão Pereira. O primeiro deles iniciou suas atividades na Câmara Municipal de Vila Rica em 1721, solicitou ao monarca a ocupação do cargo em 2 de dezembro de 1720, poucos meses após o levante de Vila Rica. De todos os indivíduos que exerceram funções influentes na instituição durante o período pesquisado, foi quem permaneceu mais tempo, até 1726.⁶¹³

Após ser substituído, em meio à maior crise financeira vivida pela instituição até ao menos 1736, José da Silveira Miranda optou por não permanecer no centro político da capitania, solicitando a nomeação para meirinho do campo em Vila Nova da Rainha, no que foi atendido em 27 de Outubro de 1733.⁶¹⁴ No final do ano seguinte, em 16 de dezembro, fez

21.319. REQUERIMENTO de Manuel Ferreira de Macedo sobre a concessão de alvará de soltura. [s. l.], 8 de dezembro de 1732. Rolo 543.

⁶¹¹ APM, CC, cx. 159, doc. 21.633. REQUERIMENTO de Manuel Ferreira de Macedo sobre a emissão de mandado de pagamento. [s. l.], 23 de dezembro de 1765. Rolo 548.

⁶¹² Conforme havia feito Nicolau Carvalho de Azevedo, Manuel Ferreira de Macedo pediu em 22 de julho de 1745, uma sesmaria para plantação na freguesia de Congonhas, Comarca do Rio das Mortes, no termo da Vila de São José del Rei (atual Tiradentes). O terreno de meia légua em quadra ficava próximo à cachoeira do Ribeirão de São Mateus, ao lado das terras de José Alves e Francisco Dutra. Cf. CARTAS DE SESMARIAS. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ano 10, vol. 1, jan/jun, 1905. pp. 315-316. Há, no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino relativo à capitania do Rio de Janeiro, requerimento feito em 1729 por Manuel de Macedo Pereira, solicitando ao rei, como recompensa dos serviços prestados, a concessão de uma mercê do hábito da Ordem de Cristo, com renda anuais de 30 mil réis, a seu neto Manuel Ferreira de Macedo. Cf. AHU RJ, cx. 27, doc. 6302. REQUERIMENTO de Manuel de Macedo Pereira, no qual pede, em recompensa de seus serviços, a mercê do hábito de Cristo, com 30\$000 de tença, para seu neto Manuel Ferreira de Macedo. Rio de Janeiro, [s. l.], 1729.

⁶¹³ AHU MG, cx. 2, doc. 88. REQUERIMENTO de José da Silveira Miranda, solicitando à Sua Majestade lhe faça a mercê de o prover no cargo de escrivão da câmara de Vila Rica. [s. l.], ant. 2 de dezembro de 1720.

⁶¹⁴ AHU MG, cx. 25, doc. 47. REQUERIMENTO de José da Silveira Miranda, solicitando a mercê de o prover, por um ano, na serventia do ofício de meirinho de campo de Vila Nova da Rainha. [s. l.], ant. 27 de outubro de 1733.

novo requerimento solicitando nomeação para as funções de tabelião do público judicial e notas e escrivão da almotaçaria na Vila do Bom Sucesso, na comarca do Serro do Frio.⁶¹⁵

Contrasta com a trajetória de José da Silveira Miranda a do escrivão que o sucedeu, Salvador de Seixas Serqueira, nomeado pelo monarca para a função em 21 de fevereiro de 1726.⁶¹⁶ Distinguiu-se dos antecessores por vivenciar, dentro da instituição, durante todo o seu mandato, o momento mais crítico do ponto de vista financeiro. Distinguiu-se também por ter sido o primeiro dentre os escrivães da Câmara Municipal de Vila Rica por ser o primeiro a receber o título de cavaleiro professo na Ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real, muito cobiçado e jamais alcançado pela quase totalidade dos oficiais da instituição.⁶¹⁷ Embora tenha sido nomeado pelo monarca, relacionou-se bem com os oficiais camarários ao longo do triênio em que exerceu suas funções, tanto que, em meados de 1727, solicitaram ao monarca a renovação de seu mandato, pedido este que foi reforçado no início do ano seguinte pelo próprio escrivão, sem lograr êxito, haja vista que foi substituído em 1729, quando chegou ao fim seu triênio.⁶¹⁸

Assumira o posto outro escrivão que seria muito influente, Valentim Nunes de Souza, também nomeado régio. Salvador de Seixas Serqueira continuaria na capitania, da mesma forma que muitos escrivães anteriores fizeram. De modo geral, os que ficavam seguiam o caminho de outros indivíduos influentes na instituição, que, a partir do início da década de 1730, deixaram Vila Rica em busca de melhores possibilidades, indo para a comarca do Rio das Mortes em busca de terras mais apropriadas para desenvolver suas fazendas, ou permaneciam na região aurífera vinculando-se à mineração, como fez Salvador de Seixas Serqueira. No início de 1732, encontramos um requerimento de sua autoria em conjunto com Antônio Caetano Ruas, ambos residentes na comarca do Serro do Frio, solicitando a intervenção direta do

⁶¹⁵ AHU MG, cx. 28, doc. 56. REQUERIMENTO de José da Silveira Miranda, pedindo provisão para servir, por um ano, como tabelião do Público Judicial e Notas e escrivão da almotaçaria, da Vila do Bom Sucesso e arraial dos Fanados das Minas de Araçuaí, comarca do Serro do Frio. [s. l.], ant. 16 de dezembro de 1734.

⁶¹⁶ ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 87, fl. 195v. CARTA de serventia de escrivão da câmara em Vila Rica, 21 de fevereiro de 1726.

⁶¹⁷ ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 10, fl. 388v. ALVARÁ de Salvador de Seixas Serqueira, cavaleiro fidalgo com pensão em dinheiro e cevada. Filiação: João de Seixas de Serqueira, 27 de fevereiro de 1719.

⁶¹⁸ AHU MG, cx. 11, doc. 7. CARTA dos oficiais da câmara de Vila Rica sobre a falta de prática dos novos juizes e outros funcionários, relativa aos negócios civis, pedindo a prorrogação do exercício do ofício de Salvador de Seixas Serqueira, juiz da câmara. Vila Rica, 5 de julho de 1727; AHU MG, cx. 12, doc. 4. REQUERIMENTO de Salvador de Seixas Serqueira, cavaleiro, escrivão da câmara de Vila Rica, solicitando a mercê de prorrogar seu exercício no posto por mais tempo. [s. l.], ant. 17 de janeiro de 1728; AHU MG, cx. 13, doc. 43. REQUERIMENTO de Salvador de Seixas Serqueira, escrivão da câmara de Vila Rica, solicitando a mercê de prorrogar seu exercício no referido posto. [s. l.], ant. 22 de dezembro de 1728.

monarca em um caso de perda de áreas em que mineravam, por terem sido vítimas de uma espoliação. Apesar do incidente, continuou gerenciado lavras na região, conforme apontou Angelo Alves Carrara: entre julho e dezembro de 1733, o ex-escrivão possuía, em suas propriedades, mais de 120 escravos extraíndo ouro.⁶¹⁹

O novo escrivão da câmara, Valentim Nunes de Souza, assumiu o posto em 1729 e nele permaneceu até 1732. No final do seu primeiro ano de mandato, adiantou-se requerendo ao monarca a prorrogação de seu mandato.⁶²⁰ Dentre os camaristas, foi quem mais trabalhou na organização dos registros da arrecadação do donativo régio, recolhido pela instituição de 1728 até 1733. Tão logo terminou o exercício do ofício, requereu, com sucesso, o hábito da Ordem de Cristo, em abril de 1734, com tença anual de 12 mil réis.⁶²¹ Permaneceria em Vila Rica nos anos seguintes, visto que requereu licença para construção de casas na localidade, em dezembro de 1736, sendo provável que tenha se ligado à atividade mineradora, como fez seu antecessor.⁶²²

O último escrivão da câmara em Vila Rica, no período estudado, foi Antônio Falcão Pereira; é também o último funcionário influente no *segundo período administrativo* a ser apresentado. Nomeado pelo rei, iniciou seu mandato em 1732, permanecendo no posto até 1736. Como seus antecessores, possuía o hábito da Ordem de Cristo, recebido em 16 de junho de 1728,⁶²³ mas, ao contrário dos seus companheiros, não se deslocou para a região aurífera com o propósito de assumir a cadeira de escrivão da câmara; ao solicitar tal posto, já havia exercido, em 1731, o posto de tabelião em Vila Nova da Rainha, também através de nomeação régia.⁶²⁴

Atuou junto à instituição em um outro momento crítico, participando do encerramento da cobrança do donativo régio, da implementação da capitação e das agitações

⁶¹⁹ CARRARA, Angelo Alves. “Desvendando a riqueza na terra dos diamantes.” In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ano 41, jul/dez, 2005. pp. 36.

⁶²⁰ AHU MG, cx. 15, doc. 45. REQUERIMENTO de Valentim Nunes de Souza, escrivão da câmara de Vila Rica, solicitando a mercê de prorrogar seu exercício no referido posto por mais um ano. [s. l.], ant. 17 de dezembro de 1729. Tais pedidos, como se pode notar pelos exemplos, tornaram-se muito comuns entre os nomeados régios que atuavam na região. Essas solicitações eram feitas com significativa antecedência em virtude do longo prazo de tramitação dos documentos no período.

⁶²¹ ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 25, fl. 150v. CARTA de padrão de Valentim Nunes de Souza, tença de 12\$000 e Hábito, 3 de abril de 1734.

⁶²² APM, CC, cx. 137, doc. 21.191. REQUERIMENTO de Valentim Nunes de Souza sobre a licença para construção de casas. [s. l.], 12 de dezembro de 1736. Rolo 541.

⁶²³ ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 19, fl. 361. CARTA de Antônio Falcão Pereira, para ser provido de Hábito da Ordem de Cristo no Convento de Tomar, filiação: Teodoro Lopes Falcão Pereira, 16 de junho de 1728.

⁶²⁴ AHU MG, cx. 18, doc. 31. DECRETO de D. João V, nomeando Antônio Falcão Pereira no cargo de tabelião da Vila Nova da Rainha. Lisboa, 19 de abril de 1731.

no sertão, um resquício do que havia sido a Revolta de Vila Rica em 1720.⁶²⁵ Pode-se dizer que correspondeu às expectativas do monarca ao nomeá-lo, visto que cumpriu suas obrigações rotineiras como escrivão da câmara e ainda atuou em sintonia com outros agentes régios locais, principalmente com os ouvidores e com os governadores que sucederam Dom Lourenço de Almeida, ajudando-os a desarticular as resistências dentro da Câmara Municipal, contrárias à capitação, lideradas por Domingos de Abreu Lisboa, juiz ordinário em 1735.

Apesar de ter se preocupado em manter, desde o início, boas relações com os indivíduos mais influentes de Vila Rica, e mais que isso, de ter se preocupado em enviar, ano após ano, certidões para o monarca assinadas pelos agentes régios locais, pelos oficiais camarários e moradores que o apoiavam na vila, atestando sua atuação competente e exemplar à frente do cargo, acompanhadas do pedido de prorrogação de seu mandato, não conseguiu evitar que alguns oficiais camarários, que assumiram a instituição em 1735, capitaneados por Domingos de Abreu Lisboa, contrários à capitação, o denunciassem por má conduta à frente do cargo.⁶²⁶

Os primeiros sinais de atrito com a cúpula camarária de 1735 evidenciaram-se no final de fevereiro do mesmo ano, quando o escrivão da câmara foi escolhido pelos oficiais para exercer, durante dois meses, o posto de almotacé, algo incomum entre os escrivães locais. Antônio Falcão Pereira, que já vinha se ausentando de algumas reuniões, respondeu aos oficiais no início de março negando-se a exercer tal posto por encontrar-se doente.⁶²⁷

A denúncia formal dos camaristas de 1735 ao escrivão da câmara surgiria apenas em meados de maio do mesmo ano. Segundo eles, o nomeado régio era pouco idôneo e vinha

⁶²⁵ APM, CC, cx. 121, doc. 20.863. LISTA de moradores de [Ouro Preto] que efetuaram o pagamento do donativo em 1733, elaborada pelo escrivão da câmara Antônio Falcão Pereira. Vila Rica, 12 de janeiro de 1733. Rolo 536 A.

⁶²⁶ Vê-se atestado de bom serviço de 1733 com assinatura de dezenas de moradores de Vila Rica, que aprovam a conduta do funcionário que “[...] não só tem conciliado por estima a obrigação mas também o animo e agrado dos moradores desta Vila, por acharem nele supridos os defeitos que experimentaram em seus antecessores [...]”. Ao fim do documento, os moradores solicitavam a prorrogação do mandato, Cf. APM, CMOP 9. REGISTRO de cartas da Câmara a Sua Majestade, 1719-1738. Rolo 17, gav. E-2. fls. 31-32v; AHU MG, cx. 24, doc. 66. CARTA dos oficiais da câmara de Vila Rica, dando conta a D. João V sobre os relevantes serviços prestados por Antônio Falcão Pereira, escrivão da referida câmara e solicitando também que faça a mercê de permitir que o mesmo continue na serventia do dito ofício. Vila Rica, 19 de agosto de 1733. Vê-se também atestados de bom serviço em 1734 e 1735, com pareceres do governador André de Melo e Castro (Conde das Galveias), do provedor da Real Fazenda Antonio Berquo del Rio, dos oficiais camarários de 1734 e de 1735. Cf. APM, CMOP 35. REGISTRO de editais, cartas, provisões e informações do Senado de petições e despachos, 1735-1736. Rolo 21, gav. E-2. fls. 25-28.

⁶²⁷ APM, CMOP, cx. 7, doc. 53. INFORMAÇÃO de Antônio Falcão Pereira sobre a impossibilidade de ocupar o cargo de almotacé, por estar doente. Vila Rica, 4 de março de 1735; APM, CC, cx. 73, doc. 30.802. CARTA de Martinho Ribeiro Dias e Domingos Francisco dos Reis a Antônio Falcão Pereira sobre o pedido de licença do cargo de almotacé. Vila Rica, 13 de fevereiro de 1735. Rolo 523.

cobrando valores excessivos pela emissão de certidões.⁶²⁸ Para se defender, Antônio Falcão Pereira movimentou toda sua influência local e também na metrópole, pois era filho de um importante funcionário ligado diretamente ao monarca, Teodoro Lopes Falcão Pereira, que tinha enviado seus filhos à capitania de Minas Gerais para trabalharem a serviço do rei.⁶²⁹

Antônio Falcão Pereira permaneceu na localidade após 1736, atuando na Câmara Municipal de Vila Rica. Em 25 de julho de 1737 – quando ainda era escrivão da câmara – requereu, junto à instituição, o aproveitamento de uma pena de água que passava por suas terras, o que foi concedido. A propriedade em questão, segundo a descrição do documento, ficava em uma ladeira que dava acesso a Ouro Preto, e as ditas águas corriam no sentido da Câmara Municipal. No requerimento há a menção de que a água seria usada para lavagem de roupas, e não para mineração.⁶³⁰

Há ainda requerimentos, que integram o fundo da Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro, em que Antônio Falcão Pereira solicita provisões, aforamentos e isenções de foros em Antônio Dias, em julho de 1736, abril de 1742 e dezembro de 1743, o que comprova que este indivíduo manteve-se na região por um longo período após o término de seu mandato, sendo provável seu envolvimento com a mineração.⁶³¹

Em 1743, ainda residente em Vila Rica, Antônio Falcão Pereira enviara uma solicitação ao Conselho Ultramarino pedindo a nomeação para o ofício de secretário de estado na capitania, fazendo-o como remuneração dos serviços prestados por ele e pelo seu pai, Teodoro Lopes Falcão Pereira, que havia servido ao monarca por vinte e nove anos como oficial da secretaria de estado, escrivão do registro geral das obras do Paço Real, oficial maior da secretaria de estado e como escrivão da Fazenda Real. O suplicante, Antônio Falcão Pereira,

⁶²⁸ AHU MG, cx. 29, doc. 66. CARTA dos oficiais da câmara de Vila Rica, sobre a queixa que fazem do escrivão da dita câmara, Antônio Falcão Pereira, de ser pouco idôneo para exercer o seu ofício, excedendo-se na cobrança dos salários. Vila Rica, 17 de maio de 1735.

⁶²⁹ AHU MG, cx. 30, doc. 38. REQUERIMENTO de Antônio Falcão Pereira, escrivão da câmara de Vila Rica, filho de Teodoro Lopes Falcão Pereira, queixando-se das injustiças praticadas no Senado e pedindo para que se junte este requerimento aos mais papéis e contas que se encontram no Conselho. [s. l.], ant. 9 de dezembro de 1735.

⁶³⁰ APM, CMOP, cx. 10, doc. 14. REQUERIMENTO de Antônio Falcão Pereira solicitando uma pena de água das bicas que passam por suas terras. Vila Rica, 25 de maio de 1737; AHU MG, cx. 43, doc. 57. REQUERIMENTO de Antônio Falcão Pereira, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, solicitando a serventia do ofício de secretário de Estado, do governo de Minas Gerais. [s. l.], ant. 29 de março de 1743.

⁶³¹ APM, CC, cx. 22, doc. 10.446. REQUERIMENTO de Antônio Falcão Pereira sobre a concessão de provisão. [s. l.], 12 de abril de 1742. Rolo 507; APM, CC, cx. 138, doc. 21.213. REQUERIMENTO de Antônio Falcão Pereira sobre a isenção de foros. [s. l.], 11 de julho de 1736. Rolo 541; APM, CC, cx. 33, doc. 30.020. REQUERIMENTO do cavaleiro professo na ordem de Cristo, Antônio Falcão Pereira, sobre o aforamento de terras em Antônio Dias. [s. l.], 2 de outubro de 1743. Rolo 511.

já havia servido como na mesma secretaria de estado por quatro anos, na condição de praticante, isto é, de um aprendiz, antes de ser nomeado, pelo monarca, para servir como escrivão da câmara de Vila Rica.⁶³²

O suplicante usava como principal argumento para pleitear o cargo os mais de dez anos que servira em outras funções por nomeação régia, tanto na corte quanto no ultramar, e ainda os quase trinta anos que seu pai, Teodoro Lopes Falcão Pereira, havia servido ao monarca. Pretendia retornar ao reino em virtude do falecimento de seu pai, e por estarem sua mãe e suas irmãs em dificuldades. Argumentava que não estava exercendo postos em Vila Rica havia mais de quatro anos. O Conselho Ultramarino, analisando sua proposta, solicitou, em março de 1743, parecer do então governador da capitania, Gomes Freire de Andrada.⁶³³

O conteúdo do parecer revela muito sobre as articulações desta figura que, parecidos, é central para compreender o funcionamento da instituição, pois, além de conduzir o cotidiano institucional durante um longo período, seus contatos no reino favoreceram as elites de Vila Rica que controlaram direta e indiretamente a instituição. Seu pai, por exemplo, serviu como procurador da Câmara Municipal de Vila Rica em Lisboa entre 1734 e 1736. Em seu parecer, Gomes Freire de Andrada afirmava que a capacidade do antigo escrivão era a mesma que a de seu irmão Diogo Liberato – bacharel pela Universidade de Coimbra e cavaleiro fidalgo da Casa de Sua Majestade – e do pai de ambos, Teodoro Lopes Falcão Pereira, e que, por isso, era muito justo o requerimento. Contudo, não o confirma, alegando que:

“[...] as provas que Antonio Falcão Pereira tem dado do seu ambicioso espírito no tempo que serviu de escrivão da câmara de Vila Rica, sobre que os oficiais dela lhe fizeram repetidos requerimentos e algum fundado na pouca pureza da sua escrita e as que depois se seguiram de que procederam demandas, citações e contendas em que se exercita, e ultimamente o que ali se lhe afirmava de que até chegou a fraudar as reais rendas de Sua Majestade pelo que se lhe confiscaram quatorze escravos, o fazia entender com a larga experiência que tinha da conduta e gênio deste homem, que a

⁶³² AHU MG, cx. 43, doc. 57. REQUERIMENTO de Antônio Falcão Pereira, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, solicitando a serventia do ofício de secretário de Estado, do governo de Minas Gerais. [s. l.], ant. 29 de março de 1743. Segundo Raphael Bluteau, o termo “praticante” designa aquele que frequenta determinado local em que se executava um ofício para aprendê-lo na prática. Reproduzindo: “praticante dos contos é o que frequente este tribunal para aprender os estilos e prática dele. Praticante de médico é o que acompanha o médico nas visitas dos doentes, e está ouvindo as suas ordens, consultas e aprendendo com este exercício a conformar a teoria com a prática.” BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. Volume 6. p. 673.

⁶³³ AHU MG, cx. 43, doc. 57. REQUERIMENTO de Antônio Falcão Pereira, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, solicitando a serventia do ofício de secretário de Estado, do governo de Minas Gerais. [s. l.], ant. 29 de março de 1743.

graça que ele pretende seria com maior acerto conferida ao dito seu irmão Diogo Liberato Falcão Pereira.”⁶³⁴

Apesar da opinião do governador, a questão continuou sendo analisada pelo Conselho Ultramarino, onde consta um novo pedido feito pelo irmão, Diogo Liberato, em que solicitava que se desse prioridade a seu irmão, Antônio Falcão, visto que este tinha mais posses e condições de amparar a família. O Conselho deliberou de acordo com o parecer do governador, nomeando Diogo Liberato, em abril de 1744.⁶³⁵ Antônio Falcão Pereira jamais voltaria à metrópole, falecendo, em 1753, nas terras auríferas.⁶³⁶

De todo o exposto, conclui-se que os membros deste segundo grupo que controlou a instituição a partir de 1721, tanto os oficiais camarários quanto seu quadro funcional, apresentaram, em suas trajetórias, um traço mais próximo aos agentes régios, que contrasta com o padrão das trajetórias do grupo de oficiais que controlou a instituição durante a década de 1710, em geral muito mais resistentes aos governadores e ouvidores – com exceção de Manuel de Matos Fragoso, que parece ter estado sempre ao lado do Conde de Assumar.

5.4.3. O setor intermediário e o controle das prerrogativas da instituição

Diante dos dois agrupamentos que deram rumos distintos à Câmara Municipal de Vila Rica – um de 1711 até 1720, outro de 1721 até 1736 – uma terceira vertente se desenhou. Composta por apenas seis indivíduos, esta tendência caracteriza-se pelo exercício dos postos centrais da instituição, tanto antes quanto depois da Revolta de 1720, evento que funcionou como um divisor de águas na política local. As trajetórias desta terceira tendência podem ser divididas em dois blocos: de um lado, aqueles que exerceram maior influência durante o *primeiro período administrativo*; de outro, aqueles que participaram mais da instituição a partir da década de 1720.⁶³⁷

⁶³⁴ AHU MG, cx. 43, doc. 57. REQUERIMENTO de Antônio Falcão Pereira, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, solicitando a serventia do ofício de secretário de Estado, do governo de Minas Gerais. [s. l.], ant. 29 de março de 1743.

⁶³⁵ Ibidem; AHU MG, cx. 44, doc. 6. REQUERIMENTO de Antônio Falcão Pereira, cavaleiro, solicitando a serventia do ofício de secretário do governo de Minas Gerais, em remuneração dos serviços por ele prestados e por seu pai, Teodoro Lopes Falcão Pereira. [s. l.], ant. 10 de janeiro de 1744.

⁶³⁶ ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, Brasil, mç. 307, n. 5. EXECUÇÃO de sentença de habilitação do bacharel José do Couto contra os bens da herança de Antônio Falcão Pereira, 1753.

⁶³⁷ Vale ressaltar que, para composição desta terceira possibilidade, só consideramos o exercício em postos de grande influência. Desta forma, indivíduos que por ventura exerceram, em 1719, o posto de almotacé, mas só passaram a ocupar funções de grande influência a partir da década de 1720, foram classificados como membros do segundo grupo.

Manuel Gomes da Silva e Antônio Martins Lessa, apesar de exercerem controle sobre a instituição, em sua quase totalidade, durante a década de 1710, conseguiram retornar a postos centrais nos primeiros anos da década de 1720. O primeiro deles, apesar de não participar do ato de criação de Vila Rica em meados de 1711, esteve presente nos primeiros anos da instituição, servindo primeiro em 1713 como almotacé, retornando no ano seguinte como vereador, posto que ocupou também em 1716, 1717 e 1718. Neste ano, assumiu como substituto a função de juiz ordinário, devido às interferências estratégicas feitas pelo Conde de Assumar, que afastou os antigos juízes ordinários.⁶³⁸ Após a Revolta de Vila Rica conseguiu retornar ao posto máximo da instituição – juiz ordinário – em 1721, último cargo exercido na região.

Embora Manuel Gomes da Silva tenha assinado o termo de 21 de dezembro de 1716, condenando a interferência do ouvidor nas eleições locais, parece ter mantido bom relacionamento com os outros agentes régios locais, sendo ele, junto com Antonio Martins Lessa, os únicos que assinaram o documento e conseguiram assumir funções na localidade após 1720. Após o levante, assina, na Câmara Municipal, os termos de 16 e 17 de agosto, reafirmando a fidelidade local para com o soberano. Atesta esta possível proximidade com os agentes régios a provisão de janeiro de 1714, feita pelo governador Dom Brás Baltasar da Silveira, o nomeando para o posto de capitão de uma companhia de auxiliares em Ouro Preto. O governador seguinte, Conde de Assumar, também o nomearia, em 1717, sargento-mor do regimento da cavalaria da ordenança em Vila Rica e, em 1718, o nomearia para a provedoria dos quintos em Ouro Preto.⁶³⁹

Similar à trajetória de Manuel Gomes da Silva, Antônio Martins Lessa não participou da criação da vila em meados de 1711, embora já estivesse presente na região pois, em agosto do mesmo ano, recebeu sesmaria de meia légua em quadra em São Bartolomeu, onde possuía uma roça com sessenta e dois escravos.⁶⁴⁰ Pouco tempo depois, chegou até a Câmara Municipal de Vila Rica, primeiro como almotacé em 1713, depois como procurador em 1714, 1717 e 1718.

⁶³⁸ Além destas funções, participou de várias juntas como procurador da Câmara Municipal de Vila Rica entre 1713 e 1718, e foi um dos escolhidos pelos oficiais em 1715 para arrecadar os quintos.

⁶³⁹ MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Jogos de interesses e estratégias...* p. 63; FIORAVANTE, Fernanda. *Às custas do sangue, fazenda e escravos...* p. 90-93.

⁶⁴⁰ CARRARA, Angelo Alves. *Contribuição para a História Agrária...* p. 29-32; MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Jogos de interesses e estratégias...* p. 62. Manuel Gomes da Silva participou também, como representante da instituição, das juntas de 1713 até 1720, tendo cobrado os quintos em 1715, 1717, 1718 e 1719.

Assim como Manuel Gomes da Silva, Antônio Martins Lessa conseguiu retornar à instituição após o levante de 1720, servindo, pela última vez, em 1722 como juiz ordinário. Após isso, da mesma forma que o supracitado, não reapareceu na instituição. Segundo Maria Aparecida de Meneses Borrego, Antônio Martins Lessa foi duramente combatido pelo Conde de Assumar, que o tentou impedir de acessar à instituição por ter sido sapateiro.⁶⁴¹ De fato, só conseguiu retornar em eleição realizada em dezembro de 1721, durante os primeiros meses do novo governo de Dom Lourenço de Almeida, sucessor do Conde de Assumar.

A relação de Antônio Martins Lessa com os agentes régios não parece ter sido das melhores, apesar das nomeações para funções militares e de ter participado, a pedido do próprio Conde de Assumar, da prisão de um antigo membro da Câmara Municipal de São João del Rei, Antônio de Oliveira Leitão, por fraude nos quintos, que terminaria degolado em junho de 1721 na Bahia.⁶⁴² Tudo indica que a relação de Antônio Martins Lessa com Dom Lourenço de Almeida não tenha sido melhor que com os governadores anteriores, o que explicaria a dificuldade em assumir postos na instituição, cada vez mais tutelada pelos agentes régios a partir da década de 1720.

Ao contrário de Manuel Gomes da Silva e Antônio Martins Lessa – que atuaram na instituição na década de 1710, e voltaram por apenas uma vez, logo após a Revolta de Vila Rica, eleitos talvez em um último esforço local de oposição aos agentes régios – os cinco próximos indivíduos desenvolveram trajetórias opostas a esses primeiros. No geral, aproximaram-se da instituição em 1718, apoiados pelo Conde de Assumar, e reapareceram a partir de 1721, quando fortaleceram sua influência, consolidando-a nas décadas seguintes.

Antônio Ramos dos Reis, o primeiro deles, foi homem dos mais abastados em Vila Rica. Apesar de não estar presente no ato de fundação da vila, em 1711, foi eleito almotacé pouco tempo depois, em 1713, tendo atuado como procurador local em juntas de 1715 e 1717. Em 1719, fez parte da Câmara Municipal como vereador, ao lado do juiz ordinário Pascoal da Silva Guimarães que, no ano seguinte, articulava o levante na localidade. Ao contrário dos indivíduos que se tornariam mais influentes nas décadas de 1720 e 1730, Antônio Ramos dos Reis não assinou os termos de fidelidade ao monarca, feitos pelo Conde de Assumar e pela Câmara Municipal em agosto de 1720. Era minerador, residia em Ouro Preto em 1756 quando foi citado na lista dos homens mais ricos da capitania.⁶⁴³ Foi eleito para o cargo máximo da

⁶⁴¹ BORREGO, Maria Aparecida de Meneses. *Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica Colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume & FAPESP, 2004. p. 112.

⁶⁴² FIORAVANTE, Fernanda. *Os bons homens das minas...* p. 141-142, 225-226, 256.

⁶⁴³ AHU MG, cx. 70, doc. 41. CARTA do professor da Fazenda Real de Minas Gerais, Domingos Pinheiro, informando o secretário de Estado sobre a remessa da relação na qual se discrimina o número de homens de negócio, mineiros e roceiros que vivem na capitania de Minas. Vila Rica, 25 de julho de 1756.

instituição, juiz ordinário, em 1725, mas não assumiu, alegando compromissos no Rio de Janeiro, onde havia recebido uma sesmaria.⁶⁴⁴

Em fevereiro de 1732, ocupava a função de Mestre de Campo do Terço das Ordenanças de Vila Rica e solicitava confirmação régia do posto.⁶⁴⁵ Neste mesmo ano, havia sido escolhido para exercer a função de juiz dos órfãos de Vila Rica, cargo até então exercido por um dos juízes ordinários. A função era das mais importantes, pois controlava o cofre dos órfãos, importante fonte de empréstimo na localidade. Contudo, pedira ao monarca, em outubro de 1732, isenção de servir na função, explicando que tinha muitos afazeres nas lavras de ouro.⁶⁴⁶

Apesar das resistências dos oficiais da Câmara Municipal em empossá-lo – em virtude de irregularidades que ocorriam em tal juízo – e da pouca vontade em assumir o ofício, seu pedido de deixação não foi aceito e Antônio Ramos dos Reis exerceu a função por três anos, promovendo melhorias importantes no Juízo, como a construção de um novo cofre, seguro, de três chaves, para armazenagem do ouro dos órfãos.⁶⁴⁷ Após deixar a função de juiz dos órfãos ao novo eleito, Domingos Coelho Pereira, Antônio Ramos dos Reis solicitou ao rei licença de seu posto de mestre de campo dos Auxiliares de Vila Rica, em 1736, para ir até o reino curar-se de uma doença.⁶⁴⁸ A licença não foi concedida, visto que foi eleito em 1739 juiz ordinário, e em setembro de 1740 pedia confirmação da patente de capitão-mor das ordenanças de Vila Rica, que havia assumido há pouco.⁶⁴⁹

⁶⁴⁴ ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 17, fl. 162. CARTA de Antônio Ramos dos Reis, confirmação de terras no Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1725. De fato, em 1724 e 1725 há termos de concessão de sesmarias em seu nome, onde consta como residente no Rio de Janeiro. A sesmaria recebida situava-se à margem do Rio Iguaçu. Em 1731, contudo, já havia retornado a Vila Rica, pois em 11 de julho foi autorizado a construir uma casa na localidade. Cf. AHU RJ, cx. 21, docs. 4787, 4788, 4789; APM, CC, cx. 144, doc. 21.323.

⁶⁴⁵ AHU MG, cx. 20, doc. 48. REQUERIMENTO de Antônio Ramos dos Reis, mestre de campo do Terço das Ordenanças de Vila Rica, solicitando a mercê de o confirmar na serventia do referido posto. [s. l.], ant. 6 de fevereiro de 1732.

⁶⁴⁶ AHU MG, cx. 22, doc. 52. REQUERIMENTO de Antônio Ramos dos Reis, solicitando a D. João V a mercê de o isentar do exercício do ofício de juiz dos órfãos de Vila Rica, em virtude dos afazeres que tem na sua lavra. [s. l.], ant. 17 de outubro de 1732.

⁶⁴⁷ AHU MG, cx. 26, doc. 43. CERTIDÃO de Estevão de Sousa Sandoval, escrivão dos órfãos de Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto e seu termo, a confirmar a existência de um cofre com três chaves diferentes para arrecadação do dinheiro ou ouro que pertence aos órfãos, mandado fazer por Antônio Ramos dos Reis, mestre de campo das Ordenanças e juiz dos órfãos. Vila Rica, 12 de abril de 1734.

⁶⁴⁸ AHU MG, cx. 31, doc. 1. REQUERIMENTO de Antônio Ramos dos Reis, mestre de campo dos Auxiliares de Vila Rica de Ouro Preto, pedindo licença para passar ao reino, a fim de se curar. [s. l.], ant. 1736.

⁶⁴⁹ Em 1751 foi confirmado no posto, cf. CARTAS PATENTES. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ano 4, 1899. pp. 119-120; APM, CC, cx. 74, doc. 20.019. CARTA do ouvidor geral e corregedor da comarca de Ouro Preto, Fernando Leite Lobo, ao capitão-mor

Embora não possuísse a mesma riqueza que Antônio Ramos dos Reis, os indivíduos descritos a seguir compartilharam de trajetórias semelhantes. Domingos de Souza Braga, por exemplo, também não assistiu à fundação de Vila Rica em 1711, nem foi citado nos primeiros anos de funcionamento da instituição. Apareceu, pela primeira vez, em 1719, quando eleito para o posto de almotacé pela cúpula camarária composta, entre outros, por Antônio Ramos dos Reis e Pascoal da Silva Guimarães. Retornou no ano seguinte como vereador, ao lado do juiz ordinário João da Silva Guimarães, um dos articuladores da Revolta de Vila Rica ocorrida no mesmo ano. Ainda em 1720, participou de juntas representando a instituição, e assinou os termos de fidelidade ao monarca, em agosto de 1720.

Apesar de passar pela cúpula camarária nos anos finais do *primeiro período administrativo*, Domingos de Souza Braga, como Antônio Ramos dos Reis, só controlou de fato a instituição a partir da década de 1720. Além do posto de almotacé que exerceu em 1721, ocupou o cargo máximo da instituição em 1724 e 1728. Manteve sua influência sobre a Câmara Municipal pela afinidade que tinha com os agentes régios, desde ao menos os tempos do Conde de Assumar que, em 1718, lhe concedeu a patente de capitão da companhia dos terços dos auxiliares.⁶⁵⁰ Sua atuação na cúpula camarária de 1720 foi radicalmente contrária às ações de João da Silva Guimarães, como parece ter sido a atuação de Antônio Ramos dos Reis na cúpula do ano anterior, liderada por Pascoal da Silva Guimarães.

Domingos de Souza Braga, além de possuir uma propriedade rural com roça e engenho em Lavras Novas, Vila Rica – adquirida de Manuel Vicente em 1722 – era também minerador, como se pode constatar graças ao processo movido por Francisco da Cunha de Macedo, testamenteiro de Custódio Rebelo Vieira, em que cobrava de Domingos de Souza Braga uma dívida de quase três contos de réis, listando, para quitação do valor, parte de uma propriedade com lavras auríferas.⁶⁵¹

A terceira trajetória digna de nota foi a de Domingos Francisco de Oliveira. Como Antônio Ramos dos Reis e Domingos de Souza Braga, não acompanhou a fundação da vila em

Antônio Ramos dos Reis que confirma a sua eleição para exercer o ofício de juiz ordinário. Vila Rica, 30 de dezembro de 1738. Rolo 523; AHU MG, cx. 39, doc. 67. REQUERIMENTO de Antônio Ramos dos Reis, solicitando confirmação da patente de capitão-mor das Ordenanças de Vila Rica e seu termo. [s. l.], ant. 23 de setembro de 1740.

⁶⁵⁰ FIORAVANTE, Fernanda. *Às custas do sangue, fazenda e escravos...* p. 111-113.

⁶⁵¹ Cf. CARRARA, Angelo Alves. *Contribuição para a História Agrária...* p. 29-32; ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 13, fl. 450. CARTA patente de Domingos de Sousa Braga, posto de capitão de ordenanças, 3 de maio de 1722; APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2. fls. 48v-49; FIORAVANTE, Fernanda. *Às custas do sangue, fazenda e escravos...* p. 66-69.

meados de 1711. Difere dos supracitados por ter assumido, logo nos primeiros anos, algumas funções como a de almotacé em 1712 e a de vereador em 1714. Não se envolveu no processo de entrincheiramento da cúpula camarária ocorrido entre 1716 e 1718, assumindo, neste ano, o posto de vereador na instituição, como substituto, graças às manobras feitas pelo governador Conde de Assumar, que afastou alguns camaristas. Retornou à instituição em 1723, 1725 e 1734, sempre como juiz ordinário, representando a instituição nas juntas deste último ano.

Embora tenha continuado a residir em Vila Rica após 1734, este foi o último ano em que exerceu funções na Câmara Municipal. Era minerador e residia na região do Morro em Vila Rica, como se verifica em requerimento de 1744, quando solicitou ao monarca a anulação de uma ordem do ouvidor impedindo a mineração em sua propriedade, devido aos danos que as águas que manipulava para tal atividade causavam aos vizinhos.⁶⁵² Pelos registros presentes na Torre do Tombo, vê-se que o minerador manteve vínculos significativos com a metrópole. Em documento de 1741, constata-se que seu filho, doutor Manuel de Souza de Oliveira, e seu irmão, Matias Lopes da Silveira, residiam em Lisboa.⁶⁵³

Na região aurífera, Domingos Francisco de Oliveira parece ter mantido uma relação amistosa com os agentes régios, além de ter integrado a cúpula camarária local em meados de 1718, com apoio do Conde de Assumar, foi nomeado, pelo mesmo, no início de 1720, guardamor substituto em Vila Rica, haja vista que Garcia Rodrigues Paes – responsável pela abertura do caminho novo ligando Vila Rica ao Rio de Janeiro, filho do bandeirante Fernão Dias Paes

⁶⁵² AHU MG, cx. 44, doc. 15. REQUERIMENTO de Domingos Francisco de Oliveira, capitão, morador no morro de Vila Rica, solicitando a anulação da ordem do ouvidor da comarca, que o proibia de minerar nas suas terras. [s. l.], ant. 29 de janeiro de 1744. Domingos Francisco de Oliveira possuía lavras em outras regiões, pois teria vendido, em 1732, um engenho com lavras em Itacolomi, com 22 escravos, por 12:470\$000. Cf. FIORAVANTE, Fernanda. *Às custas do sangue, fazenda e escravos...* p. 66-69.

⁶⁵³ ANTT, Feitos Findos, Juízo da Provedoria dos Resíduos e Cativos, mç. 1, cx, 1, n. 16. CARTA de Domingos Francisco de Oliveira a Francisco Ferreira da Silva, em que pretende que lhe dê notícias da Corte e entregue uma carta, inclusa, a seu filho Manuel de Souza Oliveira que se encontra em Lisboa na casa de Matias Lopes da Silveira, seu irmão, ou a Custódio da Silva Vieira, 5 de junho de 1741. Em outras cartas, de 1749 e 1750, vê-se que possuía dívidas junto a seu filho, e que estava se desfazendo de outras lavras e escravos para quitá-las. Cf. ANTT, Feitos Findos, Juízo da Provedoria dos Resíduos e Cativos, mç. 1, cx, 1, 17. CARTA de Domingos Francisco de Oliveira a Francisco Ferreira da Silva, em que informa que enviará na próxima frota o dinheiro que lhe deve, 18 de março de 1750; ANTT, Feitos Findos, Juízo da Provedoria dos Resíduos e Cativos, mç. 1, cx, 1, 18. CARTA de Domingos Francisco de Oliveira a Francisco Ferreira da Silva, em que informa que não pode mandar os 400\$000 réis e juros, que lhe emprestou em abono do filho, porque também ainda não foi pago da lavra e negros que vendeu, 5 de março de 1749; ANTT, Feitos Findos, Juízo da Provedoria dos Resíduos e Cativos, mç. 1, cx, 1, 20. CARTA de Domingos Francisco de Oliveira a Francisco Ferreira da Silva, em que informa da chegada do filho Manuel de Souza e Oliveira e que lhe mandará na próxima frota os 400\$000 réis que lhe emprestou, 15 de setembro de 1749.

Leme – nomeado régio para o posto, estava residindo na época em Paraíba do Sul, às margens do caminho novo, onde havia edificado uma casa. O Conde de Assumar nomeou para as outras regiões das minas, outros indivíduos de sua confiança, até que Garcia Rodrigues retomassem ou renunciasses à função.⁶⁵⁴

Outro indivíduo muito influente, classificado neste setor intermediário, foi Manuel Rodrigues Coelho, que se aproximou da Câmara Municipal de Vila Rica nos anos de 1719 e 1720, representando-a nas juntas locais. Teve grande influência nos anos imediatamente posteriores ao levante, sendo eleito, no final de 1720, procurador da câmara para o exercício de 1721. Em função disso, exerceu o posto de almotacé em 1722, ano em que foi indicado pelos oficiais camarários, a pedido do novo governador Dom Lourenço de Almeida, para ocupar o posto de tesoureiro da Fazenda Real. No início da década de 1730, retornou à cúpula institucional, exercendo a função de juiz ordinário em 1731 e, pela última vez, em 1733.

Apesar de não assumir funções na instituição após 1733, Manuel Rodrigues Coelho continuaria a residir em Vila Rica nas décadas seguintes. Em 1744, receberia do governador Gomes Freire de Andrada, uma sesmaria de meia légua em quadra na freguesia de Inficionado, em Ribeirão do Carmo, próximo à área em que fora proprietário o falecido sargento-mor José de Queiroz Monteiro, então pertencente a João Teixeira de Carvalho.⁶⁵⁵ Em 1761, receberia do mesmo governador outra sesmaria de meia légua em quadra na Cachoeira, em Vila Rica.⁶⁵⁶ Não há evidências que apontem para um afastamento por atrito com oficiais régios, ao contrário, toda a sua trajetória parece ter sido percorrida em alinhamento com os interesses dos governadores e ouvidores locais. Embora faltem elementos para que se aprofunde a análise, tudo indica que tenha se afastado da instituição para assumir postos mais relevantes.

A última trajetória em destaque foi a de Francisco da Costa de Oliveira. Residia em Vila Rica quando de sua fundação, em meados de 1711, apesar de não ter comparecido à cerimônia. Foi escolhido pelos oficiais camarários, neste mesmo ano e no seguinte, para exercer a função de almotacé. Ao contrário dos nomes supracitados, obteve também influência razoável durante o *primeiro período administrativo*, representando a Câmara Municipal nas juntas de 1714, 1715 – ano em que foi vereador – e 1716. Com o entrincheiramento do grupo mais radical na cúpula camarária a partir de dezembro de 1716, não se envolveu com a instituição até que retornou, em meados de 1718 – junto com

⁶⁵⁴ TERRAS MINERAIS. Relação das ordens sobre terras mineraes, que por cópia, foi enviada ao Conselho Geral da Província de Minas Geraes. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano 1, fascículo 4, out/dez, 1896.

⁶⁵⁵ CARTAS DE SESMARIAS. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ano 10, jan/jun, 1905. pp. 213-214.

⁶⁵⁶ AHU MG, cx. 78, doc. 10.

Domingos Francisco de Oliveira – à cúpula camarária, graças às manobras do Conde de Assumar. Com o apoio de Dom Lourenço de Almeida, retornaria à instituição em 1723 como vereador e, em 1726, como juiz ordinário. Francisco da Costa de Oliveira, até onde foi possível observar – e seguindo a tendência das trajetórias desta vertente intermediária – manteve boa relação com os agentes régios locais.⁶⁵⁷

* * *

Após acompanhar os dados sobre a trajetória desta elite política local institucionalizada, é possível afirmar que havia uma distância, como ainda há, entre riqueza e exercício direto do poder político. Os mais ricos, em sua maioria, parecem ter passado ocasionalmente pela instituição, mas não se interessavam pelo controle direto daquele espaço, isto é, parecem não ter visto grandes vantagens em participar da administração do cotidiano da vila, contentando-se com o controle indireto da instituição, através de terceiros, limitando-se à investidas sobre a Câmara Municipal em momentos pontuais, quando se tratava de assuntos diretamente relacionados aos seus interesses, como os quintos.

Não quer dizer que este grupo dos vinte e seis que controlaram diretamente a instituição não tivessem um nível considerado de riqueza, só que, em sua maioria, parecem não ter pertencido ao grupo dos mais ricos. Estes, mais abonados, precisavam controlar a instituição para garantir condições locais favoráveis à reprodução de sua riqueza, e a elite política, que também tinha seus interesses, via no controle da instituição um meio de consolidar seu poder a nível local.

Ficou evidente, ao longo do acompanhamento das trajetórias, que alguns destes vinte e seis indivíduos mais influentes pertenceram à elite econômica – como Antônio Ramos dos Reis, Gregório de Matos Lobo e Lourenço Pereira da Silva – mas também parece ter ficado evidente que vincularam-se mais a alguns postos estratégicos do ponto de vista financeiro, como aqueles ligados à tesouraria ou ao cofre dos órfãos, do que as funções da própria cúpula camarária.

Tentou-se mostrar que os indivíduos que compuseram o primeiro grupo, isto é, aqueles que permaneceram mais tempo à frente da instituição até a Revolta de Vila Rica em 1720, o fizeram exclusivamente até esta data – com exceção de Manuel Gomes da Silva e Antônio Martins Lessa, que assumiram funções até, no máximo, 1722 – desaparecendo do cenário político local e, pelo que se pode verificar, na maioria dos casos, deixando fisicamente a própria localidade em busca de outros locais prósperos, muitas vezes na própria capitania.

⁶⁵⁷ Em 1714, recebeu as patentes de capitão da companhia de auxiliares do Córrego, Ouro Podre e Rio das Pedras, e capitão da companhia de cavalos na ordenança de Vila Rica. Cf. FIORAVANTE, Fernanda. *Às custas do sangue, fazenda e escravos...* p. 111-113.

O segundo grupo, que ganhou espaço aproximando-se do governador Conde de Assumar (1717-1721), assumiu o controle da instituição a partir do vácuo criado com a perseguição política aos simpáticos ao levante ocorrido em meados de 1720. A este segundo grupo pode-se somar a maioria dos membros do setor intermediário, formado por poucos indivíduos que, atuando na década de 1710, acabaram aliando-se aos governadores e foram aceitos na instituição a partir da década de 1720.

Embora os interesses dos mineradores tenham predominado na instituição, viu-se, a partir da análise dos grupos e indivíduos, que havia divergências entre estes coletivos e que o principal fator de polarização política no local não foi propriamente a atividade econômica, mas o vínculo estabelecido com os agentes régios que, pouco a pouco, souberam fragmentar o poder das lideranças locais, fortalecendo e, em seguida, retirando das câmaras municipais parte significativa dos poderes dessas elites locais.

Tanto nos dois grupos, quanto na terceira tendência e suas vertentes, viu-se que predominou certa heterogeneidade. No primeiro grupo, por exemplo, destacaram-se de um lado aqueles que, pouco a pouco, entrincheiraram-se à frente da cúpula camarária e a utilizaram, tanto quanto possível, contra os interesses dos agentes régios. De outro lado, houve aqueles que, como Manuel de Matos Frágoso, posicionaram-se ao lado dos agentes régios. Apesar de representarem interesses opostos, fizeram parte de um mesmo grupo, pois dividiram o controle do espaço camarário durante o *primeiro período administrativo*.

Ao se analisar a composição do segundo grupo, constata-se também essa heterogeneidade, embora em menor grau se comparada às características do primeiro grupo. Se o primeiro se dividia entre aliados e opositores dos agentes régios, o segundo polarizou-se entre os que sempre apoiaram os governadores e aqueles que tiveram algum contato com o primeiro grupo, mas que terminaram se alinhando ao projeto régio, como parece ter sido o caso de Domingos Coelho Pereira, Nicolau Carvalho de Azevedo e Manuel Ferreira Agrelos.

Tal contraste foi percebido também na terceira tendência, em que se reuniram as trajetórias que conseguiram – considerando apenas os postos de maior influência – extrapolar a barreira representada pela Revolta de Vila Rica em 1720, exercendo postos nos dois *períodos administrativos*. O que se notou foi que, mesmo nestes casos, a influência concentrou-se ou antes de 1720, como foi o caso de Manuel Gomes da Silva e Antônio Martins Lessa, ou depois de 1720, como fizeram Antônio Ramos dos Reis, Domingos de Souza Braga, Domingos Francisco de Oliveira, Manuel Rodrigues Coelho e Francisco da Costa de Oliveira.

Para qualquer dos grupos, bem como para os homens ricos, o controle da instituição, seja direto, seja por representação, pode ter sido uma opção nos anos iniciais, mas, a partir de 1714, passou a ser, cada vez mais, uma condição fundamental para a reprodução e

consolidação do poder destes indivíduos a nível local. Ficar de fora da Câmara Municipal e ser preterido por atritos com os agentes régios, não foi comum até o final de 1717, mas passaria a ser após a chegada do Conde de Assumar e, mais ainda, após o fracasso da Revolta de 1720, quando as principais resistências aos agentes régios na região foram desarticuladas.

A consolidação das elites locais, em Vila Rica, deu-se por meio da representação, direta ou indireta, dos seus interesses na Câmara Municipal, espaço político criado pelo rei. A partir do *segundo período administrativo*, só foi possível controlar este espaço, isto é, fazer valer nele seus interesses por vários anos, com a subserviência dos agentes régios. Portanto, foi o segundo grupo e parte do intermediário, e não o primeiro grupo, que conseguiu consolidar seu poder na região, à custa de um alinhamento de parte significativa de seus interesses ao projeto régio cada vez mais sólido nas vilas do ouro, que eram também vilas do rei.⁶⁵⁸

⁶⁵⁸ Cláudia Damasceno chama assim as vilas mineiras do século XVIII, por entender que a condição colonial do território, isto é, a submissão ao poder central, sobrepujou o processo de extração aurífera. Para uma análise completa do argumento, cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas del rei. Espaço urbano e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 20.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viu-se que as primeiras câmaras municipais foram criadas na região das minas em locais estratégicos e em um momento adequado, caracterizado, de um lado, pelo afastamento dos paulistas, derrotados nos conflitos com os emboabas e, de outro lado, pelo desgaste cada vez maior do governo provisório emboaba liderado por Manuel Nunes Viana. As câmaras municipais surgiram e se tornaram rapidamente um espaço privilegiado para o exercício do poder das elites locais em formação. Houve um processo de institucionalização do poder das classes dominantes locais, antes organizadas na lógica dos potentados, agora cada vez mais organizadas na lógica da representação institucional.

Inicialmente, as câmaras municipais e as elites que a controlavam gozavam de muitas atribuições e ampla autonomia. Estas condições facilitaram e estimularam o movimento de institucionalização das camadas dirigentes locais, esvaziando o poder dos potentados – aqui entendido como poder exercido à margem da estrutura jurídica e institucional do Império português. Aos poucos, os polos de poder mudaram: antes os potentados, pouco influenciáveis pelo rei; agora as câmaras municipais, instituições que, pelo próprio conjunto de normas às quais estavam inevitavelmente submetidas, tornavam-se fortemente influenciáveis pelos agentes régios locais, como governadores, ouvidores, juízes de fora, entre outros.

Polarizados em torno da Câmara Municipal que, cada vez mais, tornava-se um espaço vital para consolidação e reprodução dos poderes políticos e econômicos das facções locais; foi muito mais difícil para os potentados articularem resistências quando os agentes régios começaram a agir no sentido de esvaziar as atribuições e o poder destas instituições locais. Houve resistências coletivas, sem dúvida, mas, quanto mais um grupo resistia, mais outro grupo se apresentava aos agentes régios com disposição maior à cooptação e ao alinhamento ao novo polo de poder que se fortalecia na região.

Pode-se entender os interesses desenhados na Câmara Municipal em 1714 como os mesmos representados na instituição até 1717 e meados de 1718, interesses ligados a uma determinada facção da classe dominante vinculada, majoritariamente, à mineração, e não ao comércio. Uma outra facção, que dialogava com esta, forte até meados de 1718, estava mais aberta à defesa dos interesses mercantis, era liderada por Pascoal da Silva Guimarães, vinculado a Manuel Nunes Viana, e controlaria a instituição através de manobras eleitorais em

1719, com o objetivo de usar as atribuições da instituição a seu favor e em resposta à política agressiva do Conde de Assumar.⁶⁵⁹

Em linhas gerais, as conclusões obtidas pela análise aqui empreendida corroboram a afirmativa de que a administração colonial, nos locais considerados vitais para a metrópole, serviu primeiro aos interesses do monarca e, depois, aos colonos, quando estes estavam minimamente alinhados aos interesses do centro.⁶⁶⁰ Desta forma, as prerrogativas amplas que os poderes locais recém-criados possuíam – como no caso daqueles implantados no coração da região das minas – serviu como isca aos poderosos locais, que rapidamente se apossaram das prerrogativas da nova instituição, usando-as em proveito próprio e contra os outros moradores e, em pontos específicos, contra os interesses régios.

Tendo em vista esse processo, parece que as câmaras municipais mineiras cumpriram sua função rapidamente: já em 1716 os mineradores locais pareciam estar plenamente adaptados às novas regras da política e da administração local. Mas, a partir deste momento, uma nova face da estrutura administrativa local implantada se revelou, os instrumentos que permitiam uma forte interferência dos agentes locais sobre a nova instituição entraram em ação, sufocando, ano após ano, toda aquela autonomia dos anos iniciais da década de 1710 – que atraiu as elites para seu âmbito – e esvaziando, pouco a pouco, o poder dos potentados.

Foi nesse contexto que ocorreram, em Vila Rica, os primeiros movimentos de resistência institucionalizados, vistos também em outras localidades durante o século XVIII, como em Salvador conforme indicou o estudo de Avanete Pereira Sousa. Tais ações, definidas pela autora como “entrincheiramentos”, consistiram, em Salvador e em Vila Rica, na concentração de uma oligarquia em torno da Câmara Municipal, resistente ao Estado absolutista, disposta a tudo para manter seus privilégios e regalias.⁶⁶¹

Apesar de poderosos, os potentados de Vila Rica, quando institucionalizados, tenderam à fragmentação, aos poucos foram cooptados ou afastados das esferas de poder através das manobras dos ouvidores e governadores. O levante ocorrido na localidade, em meados de 1720, foi um ato de resistência levada às últimas consequências, uma reação que buscava restaurar a autonomia perdida ao longo da década de 1710 por um setor da elite local, não colocou em risco, em nenhum momento, a soberania do monarca na região;

⁶⁵⁹ CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros. De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado, 1693-1737*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1999. p. 142, 148.

⁶⁶⁰ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p. 201.

⁶⁶¹ SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII)*. Tese de Doutorado em História Econômica. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003. p. 98.

questionavam a ação de um governador que, de certo modo, havia tomado as atitudes mais agressivas no que tange à redução da autonomia das elites locais, não questionavam o domínio do rei sobre aquelas terras, como parece ter ocorrido no final do século XVIII, quando das articulações que ficaram conhecidas como Inconfidência Mineira.

Conforme definido por Laura de Mello e Souza, os potentados locais só foram tolerados pelos poderes centrais quando puderam ou se dispuseram a ser absorvidos pelo poder central. No momento de crise, isto é, quando se desenhou a incompatibilidade de interesses que resultou no movimento de 1720, foi que as posições se cristalizaram: ou cairiam os potentados radicais, ou o governador Conde de Assumar, restaurando-se a autonomia do grupo local à frente da Câmara Municipal.⁶⁶²

Com a vitória do governador, os líderes do movimento de 1720 foram eliminados fisicamente da região; uma parte dos simpáticos ao levante, aos poucos, parece ter deixado Vila Rica; e os poucos que continuaram não conseguiram retornar à Câmara Municipal, nem mesmo em funções secundárias. Na contramão deste processo, outro grupo local se fortaleceu: suas lideranças eram apoiadas pelo Conde de Assumar desde ao menos o início de 1718, e ocuparam funções na Câmara Municipal na segunda metade do mesmo ano através da influência do governador. Participariam da repressão ao movimento de 1720 e controlariam a administração local durante todo o *segundo período administrativo*.

Sendo novas as elites locais de Vila Rica, possuindo, em sua maioria, passado pouco nobre e incompatível com os valores do Antigo Regime, só alcançaram destaque, seja político, seja econômico, nas terras auríferas, na sociedade do ouro, movediça, cujas tradições eram inventadas e tão novas quanto tudo ao redor. Era necessário, a essas novas elites, consolidar seu poder, e as instituições político-administrativas locais tiveram, tanto nas terras do ouro quanto nos outros locais da colônia, papel essencial neste processo.

Conforme apontou Edmundo Zenha, foi normal, durante os dois primeiros séculos da colônia, que os homens bons se formassem de forma gradativa, ao redor da instituição, até que se fechassem em torno dela; em pouco tempo, apenas aqueles com alguma ligação anterior poderiam controlar a Câmara Municipal.⁶⁶³ Embora as primeiras câmaras municipais na região das minas tenham surgido já no século XVIII, por ser sociedade nova, em construção, o processo de ocupação da instituição e o papel dela na consolidação destas elites foi muito similar ao verificado por Edmundo Zenha até o século XVII na colônia.

⁶⁶² SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro...* p. 197-200.

⁶⁶³ ZENHA, Edmundo. *O Município no Brasil, 1532-1700*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948. p. 92.

A participação no governo local, isto é, na Câmara Municipal, permitia às novas elites, controlar toda a política da localidade, portanto, a médio prazo se privilegiavam do controle das prerrogativas da instituição, o que permitia a consolidação e, em alguns casos, a ampliação do patrimônio, frequentemente atendendo ao projeto colonizador. Consolidadas estas elites, segundo Rodrigo Ricupero, ocorria a inversão apontada por Edmundo Zenha, as mesmas elites passavam a controlar a Câmara Municipal e a determinar quem estava apto a ocupar os postos da instituição e definir os rumos da localidade.⁶⁶⁴ Em Vila Rica, constatamos todas as etapas deste processo, mas a consolidação das elites deu-se em paralelo à consolidação do poder régio na região, aliás, este segundo processo, de certo modo, guiou o primeiro, principalmente a partir do levante de 1720, quando o poder dos agentes régios se tornou hegemônico em relação ao poder dos potentados locais.

Pode-se concluir que, até 1720, a instituição foi controlada por um grupo que a utilizou para contrariar os interesses régios na região, portanto, resistiram ao aumento da presença do poder do monarca na região. Com o fracasso da Revolta de 1720, este grupo não consegue consolidar seu poder nas terras auríferas, perde este poder e também o controle sobre a instituição local. Outro grupo, simpático ou envolvido na repressão ao movimento de 1720, passa a controlar a instituição, executando uma política não mais contrária, mas complementar aos interesses régios. Houve, portanto, uma inversão na correlação de forças entre elites locais e agentes régios, as tentativas de resistência que partiram da Câmara Municipal, nas décadas de 1720 e 1730, foram rapidamente dissolvidas pelos agentes régios e pela maioria à frente da instituição, aliada aos mesmos agentes. Portanto, a situação especial que ocorre em Vila Rica, a partir da década de 1720, não foi a consolidação do poder das elites locais através da Câmara Municipal, mas o fato de que, para controlar este espaço – isto é, permanecer em seu comando por vários anos – era imprescindível defender interesses locais que não fossem de encontro ao projeto colonizador.

Isso ocorreu em Vila Rica devido à importância da capitania das Minas Gerais para o Império português e pela consequente pressão que o centro exercia sobre a região. Como consequência desse processo peculiar de consolidação das elites e do poder régio, está a diminuição da autonomia local. Pode-se dizer que a consolidação da elite mineradora local foi inversamente proporcional a amplitude das prerrogativas da Câmara Municipal, porque a elite estava mais consolidada quanto mais atendia aos interesses dos agentes régios. Em outros termos, sua consolidação dependia do controle das prerrogativas Câmara Municipal e, para controlar a instituição, precisava se alinhar aos agentes régios e, fazendo isto, sofria, sempre

⁶⁶⁴ RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial, Brasil, c. 1530 - c. 1630*. São Paulo: Alameda, 2008. p. 23.

que necessário, a intervenção desses – nas vereações, nas finanças, e em muitos outros aspectos do cotidiano administrativo local – tendo, como consequência, uma diminuição significativa da sua autonomia. Portanto, por mais paradoxal que pareça, a elite local mineradora – tanto os mais ricos por trás da Câmara Municipal quanto aqueles que a controlavam diretamente – alcançou uma consolidação debilitante, porque era forte em relação a outros setores das elites locais aliados da Câmara Municipal, mas também porque, para manter esta posição, precisava fazer concessões significativas aos agentes régios que representavam os interesses do monarca na região.

Este processo de consolidação com fragilidade estrutural pôde ser acompanhado, nem sempre de forma nítida, pelo cotidiano administrativo, pelas atas e correspondências. No entanto, ficou mais claro quando se revisou, por completo, as receitas e despesas da instituição. Foi possível constatar que, a partir de 1720 – portanto, durante o período em que a instituição estava sobre o domínio do setor local mais alinhado aos interesses régios – as receitas limitaram as despesas e estas eram feitas seguindo uma prioridade, que não era regulada pelas necessidades da vila nem de seus habitantes, mas pelos interesses da elite dirigente local: gastava-se, primeiro, com as causas do monarca – como o salário para os oficiais da Casa da Moeda, as doações para edificação dos quartéis, os aluguéis das residências que abrigavam, provisoriamente, as tropas, os emolumentos pagos aos agentes régios, entre outros – não por acaso, mas porque, se não fosse feito assim, esta elite cooptada colocava em risco seu controle sobre a Câmara Municipal e, conseqüentemente, a consolidação do seu poder sobre a localidade; o gasto seguinte era a remuneração do próprio quadro dirigente, as chamadas propinas, remunerações pagas pela participação dos oficiais camarários nas festas que eles mesmos organizavam na localidade; por fim, e apenas quando sobravam recursos, eram realizadas as obras públicas, quase sempre arrematadas à própria elite econômica local, e que, indiretamente, beneficiavam uma parcela maior da população local, não deixando de gerar lucro à elite local.

Se de fato houvesse, no Império português, muitas localidades que gozassem de um grau muito elevado de autonomia municipal e que o mantivessem por um longo período, que extrapolasse o nível da conjuntura, faria sentido entendê-lo como descentralizado, não só administrativamente, mas politicamente. Além de Macau, mais exceção que regra, não parece haver muitos casos exemplares deste auto grau de autonomia. Embora tenha havido uma certa descentralização administrativa e, embora tenhamos trabalhado com uma Câmara Municipal na região mais relevante para o centro do Império português durante o século XVIII, não parece ter havido uma descentralização política, ou seja, o centro controlou, mais e mais, os pontos que considerava fundamentais, o que não resultou em liberdade exagerada de

outros espaços, apenas autonomia com grau de limitação que, de um lado, poupasse o poder régio de gastos e atenções desnecessárias a pontos de menor importância para a continuidade do Império e, de outro, não colocasse em questão o domínio do monarca sobre a região.

A constituição do Império português, um Império oceânico, ampliava os custos de sua manutenção, baseava-se na “economia de meios”, portanto uma forma peculiar de administração. A autonomia era concedida pelo poder soberano – no caso do Império português, o rei – aos poderes locais, em específico às câmaras municipais. O fato de haver esta concessão pode ser encarado como uma fragilidade do poder régio, que de fato não tinha como fazer-se presente em todas as questões locais e, por isso, permitia esta autonomia; mas pode ser entendida, e de forma complementar ao primeiro entendimento, como uma estratégia régia diante dos grandes custos (não apenas econômicos, mas também políticos) que uma intervenção direta e constante geraria, deixando de agir em assuntos de importância local, concentrando as intervenções em pautas estratégicas. Entendemos que a autonomia concedida pelo rei faz parte da própria lógica do Estado absolutista, que se exime, assim, de uma série de assuntos que não considera relevantes.

A soberania régia era exercida, em todo o Império português, de modo muito peculiar, e Minas Gerais é o exemplo maior disso. Concordamos que, para garantir sua soberania, era necessário ao poder régio e seus agentes fazer um “cálculo político” ao lidar com as facções locais, seguindo os passos de Maquiavel, evitando ao máximo declarar apoio ostensivo a um grupo local em detrimento de outros, medindo sempre as palavras e ações. Conforme apontou Rodrigo Bentes Monteiro, o contexto turbulento entre 1708 e 1711 demonstrou bem isto, principalmente a Guerra dos Emboabas, em Minas Gerais, e a Guerra dos Mascates em Pernambuco.⁶⁶⁵

O mesmo autor nos lembra que, desde ao menos o século XI, já se tinha consciência, em Portugal, da prevalência do poder régio sobre o poder senhorial, sabia-se que, ao rei, cabia reinar sobre um território onde os vários senhores não reinavam, mas que dominavam. Havia, no reino, territórios que estavam diretamente subordinados ao rei e terras que foram doadas pelo rei, onde ele deixava de exercer direitos régios nas áreas judiciais, fiscais e militares em favor de uma espécie de donatário que mantinha um vínculo com a Coroa. Nas outras terras, o rei exercia controle a partir da nomeação de representantes.⁶⁶⁶

No caso da colônia lusitana na América, houve também espaços iniciais em que o rei tinha um controle menor: eram as capitanias Hereditárias, doadas pelo rei aos donatários.

⁶⁶⁵ MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América, 1640-1720*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2002. p. 183-185.

⁶⁶⁶ Ibidem. p. 183-185.

Mas, nas regiões onde esta política levou a uma ocupação efetiva, ao longo dos séculos XVI e XVII, houve grande autonomia, ao contrário do século XVIII, em que aumentou o controle régio na colônia. Ora, se a autonomia foi reduzida no século XVIII, por qual motivo não teria sido antes? Se admitimos que era porque não havia interesse grande do rei nestas áreas, até o século XVII, isso nos leva à compreensão de que uma jurisdição maior aos poderes locais era uma estratégia régia para diminuir os custos políticos e econômicos de uma administração mais presente. Alguma autonomia era inevitável, a variação do grau dependia da estratégia régia e da correlação de forças local.

Assim, no início da colonização, era conveniente, para o próprio monarca, que os poderes locais gozassem de maior autonomia, com menor centralização. Era, talvez mais que isso, uma necessidade em uma etapa inicial de desenvolvimento a concessão de uma maior autonomia. Bem sucedida a etapa inicial da colonização e, tão logo as regiões comesçassem a se desenvolver e se tornassem atraentes, mudaria a estratégia régia, que passaria a lançar mão dos mecanismos existentes para limitar o poder das câmaras municipais e, por consequência, das próprias elites locais.⁶⁶⁷ Por isso a importância de criarem-se as câmaras municipais, para facilitar um controle futuro, quando fosse conveniente ao rei controlá-las.

Portanto, parece-nos que uma jurisdição ampla aos poderes locais era permitida pelo rei, fundamentalmente, por necessidades inerentes à própria especificidade do Império português, oceânico, potencialmente caro. Então, exercia-se um controle muito forte apenas nas áreas mais relevantes, áreas essenciais à sobrevivência do próprio Império, delegando a outras a gestão em assuntos de menor interesse régio. Estes locais menos interessantes ao rei tinham um grau maior de autonomia para deliberar sobre assuntos internos, mas é exagero sugerir que esta liberdade limitada questionava a soberania régia ou que esta liberdade, predominantemente administrativa e local, fizesse do Império português uma estrutura descentralizada. Os assuntos de relevância continuavam sob o controle do poder régio. Houve, portanto, centralidade política imposta pela Coroa, mas não administrativa, que não existiu e nem era desejo da Coroa que existisse.⁶⁶⁸

⁶⁶⁷ ZENHA, Edmundo. *O Município no Brasil...* p. 168-169.

⁶⁶⁸ Era, guardadas as devidas proporções, a mesma estratégia da expansão romana. Segundo Edmundo Zenha, deixava-se a administração local, sempre que convinha ao centro, nas mãos dos próprios grupos locais, por comodidade política do mesmo centro, sendo a autonomia inicialmente “mais um conjunto de obrigações do que de privilégios”. A autonomia no caso romano, como parece-nos no caso lusitano, vigorava sem comprometer a dominação do centro, pois, sempre que esta fosse ameaçada, agia-se. A manutenção dos costumes era também mantida sempre que possível, e por conveniência do próprio centro, desde que não contrariassem a política geral do Estado. Cf. ZENHA, Edmundo. *O Município no Brasil, 1532-1700*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948. p. 7, 10.

Dentro desta lógica, os municípios no Império português e, por consequência, a criação das câmaras municipais e institucionalização das elites locais, eram uma forma muito barata para o monarca garantir a posse sobre o território e, ao mesmo tempo, cooptar as elites locais para dentro da máquina administrativa, estimulando o sentimento de “pertencimento ao Império”. Há algo por trás deste “pertencimento” e é o controle das elites, a garantia de alinhamento dos seus interesses locais com os interesses régios. A jurisdição ampla dos poderes locais era concedida e permitida, desde que não agisse no sentido oposto; portanto, não excluía a exploração da periferia pelo centro, mas a corroborava.

Portanto, a elite local à frente da Câmara Municipal de Vila Rica, de 1721 até 1736, apesar de heterogênea – impulsionada por interesses diversos, em grande parte ligados à mineração – trabalhou, na maior parte do tempo, em sentido complementar aos interesses régios na região, usando a instituição local para obter benefícios próprios dentro da política do centro político do Império, não mais lutando contra ele, como havia predominado até a Revolta de 1720 em Vila Rica.

Ao que parece, esta elite mineradora que se consolida reforçando o poder régio na região, permanecerá acomodada, controlando a instituição e se contentando com uma autonomia muito limitada até sentir os primeiros sinais da decadência da economia mineradora (e não da economia da capitania de Minas Gerais). Somente um estudo futuro, com foco na ascensão e queda dessa elite mineradora, cooptada, poderá revelar os detalhes da decadência da elite do ouro em Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII.

FONTES

Fontes primárias impressas:

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927. p. 285.

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937.

CARTAS DE SESMARIAS. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1898. Ano 3. pp. 832-834.

CARTAS DE SESMARIAS. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ano 5, vol. 1, jan/jun, 1900. pp. 233-286.

CARTAS DE SESMARIAS. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ano 9, vol. 1, jan/jun, 1904. pp. 462-463.

CARTAS DE SESMARIAS. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ano 10, vol. 1, jan/jun, 1905. pp. 213-214, 315-316.

CARTAS PATENTES. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ano 4, 1899. pp. 119-120.

CRIAÇÃO DE VILAS NO PERÍODO COLONIAL: VILA RICA. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897. Ano 2, vol. 1. jan./mar. p. 84-86.

DIÁRIO DA JORNADA QUE FEZ o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo, e desta até as Minas ano de 1717. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, número 3, p. 283-316.

TERRAS MINERAIS. Relação das Ordens sobre terras minerais, que por cópia, foi enviada ao Conselho Geral da Província de Minas Gerais. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano 1, fascículo 4, out/dez, 1896.

Fontes primárias manuscritas:

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

AHCSM, Inventários, cx. 140, auto 2911. Inventariado: Tenente-coronel Gregório de Matos Lobo; Inventariante: Padre Luiz Caetano de Oliveira Lobo. 1785.

Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência

AHMI, Inventários, cód. 42, auto 491. Inventariado: Domingos Francisco de Oliveira; Inventariante: Manuel de Souza Oliveira. 1º ofício. 1753.

AHMI, Inventários, cód. 60, auto 682. Inventariado: Manuel de Matos Fragoso; Inventariante: Manuel de Matos Fragoso. 2º ofício. 1730.

AHMI, Inventários, cód. 101, auto 1269. Inventariado: Manuel Gomes da Silva; Inventariante: José Gomes da Silva. 1º ofício. 1795.

AHMI, Testamentos, cód. 328, auto 6919. Testador: Lourenço Pereira da Silva; Testamenteiro: Lucrecia Bento Gonçalves. 1771.

Arquivo Histórico Ultramarino - Avulsos da capitania de Minas Gerais

AHU MG, cx. 1, doc. 33. DESPACHO do Conselho Ultramarino para o procurador da Fazenda solicitando o seu parecer sobre a carta do ouvidor-geral de Ouro Preto, onde dá conta de ser conveniente que as eleições das câmaras daquela comarca sejam anuais e que na falta do escrivão da câmara sirva o da Ouvidoria, dando-lhes propinas e aposentadoria. Lisboa, 7 de novembro de 1712.

AHU MG, cx. 2, doc. 88. REQUERIMENTO de José da Silveira Miranda, solicitando à Sua Majestade lhe faça a mercê de o prover no cargo de escrivão da câmara de Vila Rica. [s. l.], ant. 2 de dezembro de 1720.

AHU MG, cx. 4, doc. 4. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre a nomeação de Lourenço Pereira da Silva, no posto de tesoureiro-geral da Fazenda Real. Lisboa, 18 de fevereiro de 1723.

AHU MG, cx. 8, doc. 71. CERTIDÃO passada por D. Lourenço de Almeida, governador das Minas Gerais, acerca da habilidade de Domingos da Rocha Ferreira, para o cargo de oficial de Ordenança, para cobrança dos quintos reais, no distrito e freguesia de São Bartolomeu. Vila Rica, 26 de maio de 1726.

AHU MG, cx. 11, doc. 7. CARTA dos oficiais da câmara de Vila Rica sobre a falta de prática dos novos juizes e outros funcionários, relativa aos negócios civis, pedindo a prorrogação do exercício do ofício de Salvador de Seixas Serqueira, juiz da câmara. Vila Rica, 5 de julho de 1727.

AHU MG, cx. 12, doc. 4. REQUERIMENTO de Salvador de Seixas Serqueira, cavaleiro, escrivão da câmara de Vila Rica, solicitando a mercê de prorrogar seu exercício no posto por mais tempo. [s. l.], ant. 17 de janeiro de 1728.

AHU MG, cx. 13, doc. 43. REQUERIMENTO de Salvador de Seixas Serqueira, escrivão da câmara de Vila Rica, solicitando a mercê de prorrogar seu exercício no referido posto. [s. l.], ant. 22 de dezembro de 1728.

AHU MG, cx. 14, doc. 62. CARTA de D. Lourenço de Almeida, governador das Minas Gerais, dando seu parecer sobre o bom desempenho de Lourenço Pereira da Silva, no cargo de tesoureiro da Fazenda Real. Vila Rica, 21 de julho de 1729.

AHU MG, cx. 15, doc. 45. REQUERIMENTO de Valentim Nunes de Souza, escrivão da câmara de Vila Rica, solicitando a mercê de prorrogar seu exercício no referido posto por mais um ano. [s. l.], ant. 17 de dezembro de 1729.

AHU MG, cx. 17, doc. 46. REQUERIMENTO de Francisco da Silva, morador no Rio de Janeiro, solicitando a D. João V a mercê de mandar devassar a Nicolau Carvalho de Azevedo, capitão-mor de Ibituruna, termo da vila de São João do Rio das Mortes, devido aos numerosos crimes que tem cometido. [s. l.], ant. 17 de novembro de 1730.

AHU MG, cx. 18, doc. 31. DECRETO de D. João V, nomeando Antônio Falcão Pereira no cargo de tabelião da Vila Nova da Rainha. Lisboa, 19 de abril de 1731.

AHU MG, cx. 19, doc. 33. REQUERIMENTO de Lourenço Pereira da Silva, Manuel da Rocha Braga, sargentos-mores e de Luís Soares de Meireles, solicitando a D. Lourenço de Almeida, governador de Minas, que este se digne informar a D. João V sobre os irrepreensíveis procedimentos dos suplicantes no exercício dos seus ofícios. [s. l.], ant. 30 de julho de 1731.

AHU MG, cx. 20, doc. 48. REQUERIMENTO de Antônio Ramos dos Reis, mestre de campo do Terço das Ordenanças de Vila Rica, solicitando a mercê de o confirmar na serventia do referido posto. [s. l.], ant. 6 de fevereiro de 1732.

AHU MG, cx. 22, doc. 52. REQUERIMENTO de Antônio Ramos dos Reis, solicitando a D. João V a mercê de o isentar do exercício do ofício de juiz dos órfãos de Vila Rica, em virtude dos afazeres que tem na sua lavra. [s. l.], ant. 17 de outubro de 1732.

AHU MG, cx. 23, doc. 18. DESPACHO do Conselho Ultramarino, para que o juiz de fora da Vila do Ribeirão do Carmo averigue da veracidade das graves queixas dos povos de Vila Rica, contra os juízes ordinários e vereadores da câmara, em exercício. Lisboa, 27 de maio de 1733.

AHU MG, cx. 24, doc. 66. CARTA dos oficiais da câmara de Vila Rica, dando conta a D. João V sobre os relevantes serviços prestados por Antônio Falcão Pereira, escrivão da referida câmara e solicitando também que faça a mercê de permitir que o mesmo continue na serventia do dito ofício. Vila Rica, 19 de agosto de 1733.

AHU MG, cx. 25, doc. 9. REQUERIMENTO de Antônio de Almeida Vieira, advogado dos auditórios de Vila Rica, solicitando a D. João V a mercê de mandar passar provisão, com particular recomendação ao juiz de fora ou a outro qualquer ministro que esteja servindo em Vila Rica, para se proceder a uma exata devassa contra Nicolau Carvalho de Azevedo, devido ao contencioso que tinha com Domingos de Almeida Vieira, irmão do requerente. [s. l.], ant. 17 de setembro de 1733.

AHU MG, cx. 25, doc. 47. REQUERIMENTO de José da Silveira Miranda, solicitando a mercê de o prover, por um ano, na serventia do ofício de meirinho de campo de Vila Nova da Rainha. [s. l.], ant. 27 de outubro de 1733.

AHU MG, cx. 26, doc. 1. REQUERIMENTO de Antônio de Almeida Vieira, advogado nos auditórios de Vila Rica, pedindo provisão dirigida ao juiz de fora de Ribeirão do Carmo para que proceda a uma exata devassa contra Nicolau Carvalho de Azevedo, de diversos delitos por este cometidos. [s. l.], ant. 8 de janeiro de 1734.

AHU MG, cx. 26, doc. 43. CERTIDÃO de Estevão de Sousa Sandoval, escrivão dos órfãos de Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto e seu termo, a confirmar a existência de um cofre com três chaves diferentes para arrecadação do dinheiro ou ouro que pertence aos órfãos, mandado fazer por Antônio Ramos dos Reis, mestre de campo das Ordenanças e juiz dos órfãos. Vila Rica, 12 de abril de 1734.

AHU MG, cx. 28, doc. 56. REQUERIMENTO de José da Silveira Miranda, pedindo provisão para servir, por um ano, como tabelião do Público Judicial e Notas e escrivão da almotaçaria, da Vila do Bom Sucesso e arraial dos Fanados das Minas de Araçuaí, comarca do Serro do Frio. [s. l.], ant. 16 de dezembro de 1734.

AHU MG, cx. 29, doc. 66. CARTA dos oficiais da câmara de Vila Rica, sobre a queixa que fazem do escrivão da dita câmara, Antônio Falcão Pereira, de ser pouco idôneo para exercitar o seu ofício, excedendo-se na cobrança dos salários. Vila Rica, 17 de maio de 1735.

AHU MG, cx. 30, doc. 38. REQUERIMENTO de Antônio Falcão Pereira, escrivão da câmara de Vila Rica, filho de Teodoro Lopes Falcão Pereira, queixando-se das injustiças praticadas no Senado e pedindo para que se junte este requerimento aos mais papéis e contas que se encontram no Conselho. [s. l.], ant. 9 de dezembro de 1735.

AHU MG, cx. 31, doc. 1. REQUERIMENTO de Antônio Ramos dos Reis, mestre de campo dos Auxiliares de Vila Rica de Ouro Preto, pedindo licença para passar ao reino, a fim de se curar. [s. l.], ant. 1736.

AHU MG, cx. 31, doc. 58. CARTA de Martinho de Mendonça de Pina e Proença, para D. João V, dando o seu parecer sobre a razão que houve para a prisão de Domingos de Abreu Lisboa e Fernando da Mota. [s. l.], post. 20 e janeiro de 1736.

AHU MG, cx. 31, doc. 87. REQUERIMENTO de Domingos da Rocha Ferreira, pedindo sua confirmação no posto de capitão-mor das Ordenanças do distrito de São Bartolomeu, comarca do Ouro Preto. [s. l.], ant. 16 de março de 1736.

AHU MG, cx. 32, doc. 35. CARTA de Cipriano José da Rocha, ouvidor de São João del Rei, para D. João V, pedindo provisão para que se lhe pague pelas rendas da câmara da eleição que fez

dos juízes, vereadores e procurador na dita vila, para os anos de 1737, 1738 e 1739. São João del Rei, 4 de agosto de 1736.

AHU MG, cx. 35, doc. 71. REQUERIMENTO de Manuel Dias de Menezes, pedindo sua confirmação no posto de coronel do Regimento da Cavalaria da comarca do Rio das Mortes. [s. l.], ant. 2 de junho de 1738.

AHU MG, cx. 36, doc. 82. CARTA de Gomes Freire de Andrade, para D. João V, sobre o registro dos documentos do serviço de Domingos da Rocha Ferreira, capitão-mor das Ordenanças do distrito de São Bartolomeu, comarca do Ouro Preto. [s. l.], 27 de novembro de 1738.

AHU MG, cx. 39, doc. 67. REQUERIMENTO de Antônio Ramos dos Reis, solicitando confirmação da patente de capitão-mor das Ordenanças de Vila Rica e seu termo. [s. l.], ant. 23 de setembro de 1740.

AHU MG, cx. 39, doc. 70. REQUERIMENTO de Nicolau Carvalho de Azevedo, capitão-mor, morador nas Congonhas, distrito das Minas Gerais, solicitando confirmação da carta de sesmaria de uns matos que se acham devolutos nos Campos Gerais, comarca do Rio das Mortes. [s. l.], ant. 24 de setembro de 1740.

AHU MG, cx. 43, doc. 57. REQUERIMENTO de Antônio Falcão Pereira, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, solicitando a serventia do ofício de secretário de Estado, do governo de Minas Gerais. [s. l.], ant. 29 de março de 1743.

AHU MG, cx. 44, doc. 6. REQUERIMENTO de Antônio Falcão Pereira, cavaleiro, solicitando a serventia do ofício de secretário do governo de Minas Gerais, em remuneração dos serviços por ele prestados e por seu pai, Teodoro Lopes Falcão Pereira. [s. l.], ant. 10 de janeiro de 1744.

AHU MG, cx. 44, doc. 15. REQUERIMENTO de Domingos Francisco de Oliveira, capitão, morador no morro de Vila Rica, solicitando a anulação da ordem do ouvidor da comarca, que o proibia de minerar nas suas terras. [s. l.], ant. 29 de janeiro de 1744.

AHU MG, cx. 46, doc. 4. REQUERIMENTO dos moradores de Vila Rica e do Ribeirão do Carmo, hoje cidade de Mariana, solicitando a D. João V, ordenasse a observância da lei sobre as eleições dos juízes ordinários, vereadores e juízes dos órfãos. [s. l.], ant. 31 de janeiro de 1746.

AHU MG, cx. 47, doc. 35. CARTA dos oficiais da câmara da cidade de Mariana, dando o seu parecer sobre a petição dos moradores de Vila Rica e da referida cidade, em que pedem pelouros de 3 anos para as eleições de juízes ordinários, vereadores e juízes dos órfãos e que, para estas, se prefiram os casados e, só na sua falta, se considerem os solteiros. Mariana, 3 de setembro de 1746.

AHU MG, cx. 47, doc. 39. CARTA de José Antônio de Oliveira Machado, ouvidor-geral da comarca de Vila Rica, a D. João V, dando o seu parecer sobre o pedido dos Senados de Vila Rica

e da cidade de Mariana, para que as eleições dos oficiais da câmara se façam de 3 em 3 anos e que, para elas, se prefiram os casados. Vila Rica, 6 de setembro de 1746.

AHU MG, cx. 50, doc. 57. CARTA de José Antônio de Oliveira Machado, ouvidor-geral de Vila Rica, para D. João V, informando ter efetuado o registro da ordem régia relativa as eleições dos oficiais da câmara. Vila Rica, 12 de setembro de 1747.

AHU MG, cx. 52, doc. 51. REQUERIMENTO de Gregório de Matos Lobo, morador em Vila Rica, solicitando a D. João V a mercê de lhe conceder licença para se deslocar para o reino, com toda a sua família. [s. l.], ant. 27 de julho de 1748.

AHU MG, cx. 64, doc. 9. CARTA DE Francisco Ângelo Leitão, ouvidor de Vila Rica, informando D. José I sobre a eleição dos juízes e mais oficiais da câmara da referida vila. Vila Rica, 8 de fevereiro de 1754.

AHU MG, cx. 70, doc. 41. CARTA do professor da Fazenda Real de Minas Gerais, Domingos Pinheiro, informando o secretário de Estado sobre a remessa da relação na qual se discrimina o número de homens de negócio, mineiros e roceiros que vivem na capitania de Minas. Vila Rica, 25 de julho de 1756.

AHU MG, cx. 78, doc. 10. REQUERIMENTO de Manuel Rodrigues Coelho, solicitando a confirmação de sesmaria de meia légua de terra em quadra, na freguesia de Cachoeira, no termo de Vila Rica. [s. l.], ant. 7 de julho de 1761.

AHU MG, cx. 90, doc. 80. REQUERIMENTO de Josefa Rosa de Santa Maria, religiosa do Convento de Nossa Senhora Madre de Deus de Monchique, da cidade do Porto e outras, pedindo a entrega dos bens do falecido Lourenço Pereira da Silva, tesoureiro em Vila Rica. [s. l.], ant. 19 de julho de 1767.

Arquivo Histórico Ultramarino - Avulsos da capitania do Rio de Janeiro

AHU RJ, cx. 13, doc. 59. PROVISÃO do rei [D. João V] ordenando ao governador do Rio de Janeiro, Aires de Saldanha de Albuquerque, que remeta para o reino os presos que se encontram naquela praça, Pascoal da Silva Guimarães, Manoel Mosqueira da Rosa, Sebastião da Veiga Cabral, Antônio Antunes Reis, José Peixoto da Silva, José Ribeiro Dias, João Ferreira Diniz, Antônio de Figueiredo Botelho, Manoel Moreira da Silva e o padre frei Francisco do Monte Alberne, conforme o pedido feito pelo governador de Minas, Conde de Assumar, [D. Pedro de Almeida Portugal]. Lisboa, 27 de abril de 1722.

AHU RJ, cx. 18, doc. 3882. REQUERIMENTO do sargento-mor Manuel Dias de Menezes, morador na capitania do Rio de Janeiro, no qual pede a confirmação régia da sesmaria a que se refere a seguinte carta. [s. l.], 1720.

AHU RJ, cx. 18, doc. 3883. CARTA pela qual o governador do Rio de Janeiro concedeu e deu de sesmaria ao sargento-mor Manuel Dias de Menezes uma légua de terra, em quadra, nas margens do rio bacaxa, termo da cidade de Cabo Frio, com as confrontações descritas na mesma carta. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1718.

AHU RJ, cx. 21, doc. 4787. REQUERIMENTO de Antonio Ramos dos Reis, residente no Rio de Janeiro, no qual pede confirmação régia da sesmaria, de que se lhe fizera mercê pela carta seguinte. [s. l.], 1725.

AHU RJ, cx. 21, doc. 4788. CARTA pela qual o governador do Rio de Janeiro, concedeu e deu de sesmaria a Antonio Ramos dos Reis umas terras na margem do rio aguassu. Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1724.

AHU RJ, cx. 21, doc. 4789. PORTARIA pela qual se mandou passar ao capitão Antonio Ramos dos Reis carta de confirmação da referida sesmaria. Lisboa, 19 de outubro de 1725.

AHU RJ, cx. 22, doc. 16. CARTA do [governador do Rio de Janeiro], Luís Vaia Monteiro, ao rei [D. João V], sobre o conflito existente entre os coronéis Jorge Pedroso de Sousa e Manoel Dias de Meneses, moradores na vila de Parati, com grandes prejuízos para a ordem daquela capitania. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1730.

AHU RJ, cx. 23, doc. 5091. REQUERIMENTO do coronel de infantaria Manuel Dias de Menezes, no qual pede a confirmação régia da sua patente. [s. l.], 1725.

AHU RJ, cx. 23, doc. 5092. CARTA patente pela qual o governador do Rio de Janeiro houve, por bem, fazer mercê a Manuel Dias de Menezes de o prover no posto de coronel de infantaria da ordenança da Vila de Angra dos Reis, vago por falecimento de Lourenço Carvalho da Cunha. Rio de Janeiro, 9 de abril de 1722.

AHU RJ, cx. 27, doc. 6302. REQUERIMENTO de Manuel de Macedo Pereira, no qual pede, em recompensa de seus serviços, a mercê do hábito de Cristo, com 30\$000 de tença, para seu neto Manuel Ferreira de Macedo. Rio de Janeiro, [s. l.], 1729.

AHU RJ, cx. 30, doc. 7051. REQUERIMENTO de Manoel Dias de Menezes, coronel da vila de Angra dos Reis, da Ilha Grande, no qual pede a serventia do ofício de provedor da Casa do Registro da Vila de Parati. [s. l.], 1731.

AHU RJ, cx. 30, doc. 7052. PROVISÃO pela qual o Governador de São Paulo fez mercê ao coronel Manoel Dias de Menezes de o prover na serventia do cargo de Provedor da Casa do Registro, criada de novo na Vila de Parati, por um ano. São Paulo, 31 de maio de 1722.

AHU RJ, cx. 30, doc. 7053. PROVISÃO pela qual o Governador do Rio de Janeiro Luiz Vahia Monteiro, fez mercê a Manoel Dias de Menezes da serventia do ofício de Provedor do Registro da Vila de Parati. Rio de Janeiro, 9 de março de 1729.

AHU RJ, cx. 38, doc. 96. REQUERIMENTO do capitão de Cavalaria de uma das Companhias do Regimento da comarca do Rio das Mortes, José Rodrigues Cruz, de que é coronel Manuel Dias de Meneses, ao rei [D. João V], solicitando confirmação da patente. [s. l.], ant. 7 novembro de 1741.

AHU RJ, cx. 48, doc. 13. REQUERIMENTO do sargento-mor do Regimento de Cavalaria das Ordenanças de Vila Rica e seu termo e Campos da Cachoeira, Gregório de Matos Lobo, ao rei [D. João V], solicitando confirmação no posto que vagou por ausência de André Álvares Rainho. [s. l.], ant. 21 de maio de 1748.

AHU RJ, cx. 48, doc. 28. REQUERIMENTO do ajudante do sargento-mor do Regimento de Cavalaria das Ordenanças da comarca do Rio das Mortes, Manuel Pacheco da Cunha, de que é coronel Manuel Dias de Meneses, ao rei [D. João V], solicitando confirmação no posto que vagou por ausência de João de Sousa Lisboa. [s. l.], ant. 21 de maio de 1748.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, Brasil, mç. 307, n. 5. EXECUÇÃO de sentença de habilitação do bacharel José do Couto contra os bens da herança de Antônio Falcão Pereira, 1753.

ANTT, Feitos Findos, Juízo da Provedoria dos Resíduos e Cativos, mç. 1, cx. 1, n. 16. CARTA de Domingos Francisco de Oliveira a Francisco Ferreira da Silva, em que pretende que lhe dê notícias da Corte e entregue uma carta, inclusa, a seu filho Manuel de Souza Oliveira que se encontra em Lisboa na casa de Matias Lopes da Silveira, seu irmão, ou a Custódio da Silva Vieira, 5 de junho de 1741.

ANTT, Feitos Findos, Juízo da Provedoria dos Resíduos e Cativos, mç. 1, cx. 1, 17. CARTA de Domingos Francisco de Oliveira a Francisco Ferreira da Silva, em que informa que enviará na próxima frota o dinheiro que lhe deve, 18 de março de 1750.

ANTT, Feitos Findos, Juízo da Provedoria dos Resíduos e Cativos, mç. 1, cx. 1, 18. CARTA de Domingos Francisco de Oliveira a Francisco Ferreira da Silva, em que informa que não pode mandar os 400\$000 réis e juros, que lhe emprestou em abono do filho, porque também ainda não foi pago da lavra e negros que vendeu, 5 de março de 1749.

ANTT, Feitos Findos, Juízo da Provedoria dos Resíduos e Cativos, mç. 1, cx. 1, 20. CARTA de Domingos Francisco de Oliveira a Francisco Ferreira da Silva, em que informa da chegada do filho Manuel de Souza e Oliveira e que lhe mandará na próxima frota os 400\$000 réis que lhe emprestou, 15 de setembro de 1749.

ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 10, fl. 388v. ALVARÁ de Salvador de Seixas Serqueira, cavaleiro fidalgo com pensão em dinheiro e cevada. Filiação: João de Seixas de Serqueira, 27 de fevereiro de 1719.

ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 13, fl. 450. CARTA patente de Domingos de Sousa Braga, posto de capitão de ordenanças, 3 de maio de 1722.

ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 17, fl. 162. CARTA de Antônio Ramos dos Reis, confirmação de terras no Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1725.

ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 19, fl. 361. CARTA de Antônio Falcão Pereira, para ser provido de Hábito da Ordem de Cristo no Convento de Tomar, filiação: Teodoro Lopes Falcão Pereira, 16 de junho de 1728.

ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 25, fl. 150v. CARTA de padrão de Valentim Nunes de Souza, tença de 12\$000 e Hábito, 3 de abril de 1734.

ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 38, fl. 200v. CARTA de confirmação do sargento-mor da cavalaria de Vila Rica e seu termo, 20 de junho de 1748.

ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 87, fl. 195v. CARTA de serventia de escrivão da câmara em Vila Rica, 21 de fevereiro de 1726.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Casa dos Contos

APM, CC, cx. 22, doc. 10.446. REQUERIMENTO de Antônio Falcão Pereira sobre a concessão de provisão. [s. l.], 12 de abril de 1742. Rolo 507.

APM, CC, cx. 33, doc. 30.020. REQUERIMENTO do cavaleiro professo na ordem de Cristo, Antônio Falcão Pereira, sobre o aforamento de terras em Antônio Dias. [s. l.], 2 de outubro de 1743. Rolo 511.

APM, CC, cx. 73, doc. 30.802. CARTA de Martinho Ribeiro Dias e Domingos Francisco dos Reis a Antônio Falcão Pereira sobre o pedido de licença do cargo de almotacé. Vila Rica, 13 de fevereiro de 1735. Rolo 523.

APM, CC, cx. 74, doc. 20.019. CARTA do ouvidor geral e corregedor da comarca de Ouro Preto, Fernando Leite Lobo, ao capitão-mor Antônio Ramos dos Reis que confirma a sua eleição para exercer o ofício de juiz ordinário. Vila Rica, 30 de dezembro de 1738. Rolo 523.

APM, CC, cx. 117, doc. 20.796. LISTA de escravos da freguesia de Santo Antônio do Ouro Branco entre 1728 e 1729, elaborada pelo provedor e sargento-mor Nico[lau] Carvalho de Azevedo. [s. l.], [s. d.]. Rolo 536.

APM, CC, cx. 121, doc. 20.863. LISTA de moradores de [Ouro Preto] que efetuaram o pagamento do donativo em 1733, elaborada pelo escrivão da câmara Antônio Falcão Pereira. Vila Rica, 12 de janeiro de 1733. Rolo 536 A.

APM, CC, cx. 137, doc. 21.191. REQUERIMENTO de Valentim Nunes de Souza sobre a licença para construção de casas. [s. l.], 12 de dezembro de 1736. Rolo 541.

APM, CC, cx. 138, doc. 21.213. REQUERIMENTO de Antônio Falcão Pereira sobre a isenção de foros. [s. l.], 11 de julho de 1736. Rolo 541.

APM, CC, cx. 140, doc. 21.259. REQUERIMENTO de Tomé Ferreira da Cruz sobre o assentamento da prisão de Manuel Ferreira de Macedo. [s. l.], 30 de janeiro de 1731. Rolo 542.

APM, CC, cx. 142, doc. 21.287. REQUERIMENTO do sargento-mor Gregório de Matos Lobo e Manuel de Abreu Guimarães sobre a emissão de ordem de compra da mina e água no Morro de Antônio Dias. [s. l.], 22 de julho de 1750. Rolo 543.

APM, CC, cx. 143, doc. 21.319. REQUERIMENTO de Manuel Ferreira de Macedo sobre a concessão de alvará de soltura. [s. l.], 8 de dezembro de 1732. Rolo 543.

APM, CC, cx. 144, doc. 21.323. REQUERIMENTO de Antônio Ramos dos Reis sobre a concessão de licença para construção de casas. [s. l.], 11 de julho de 1731. Rolo 543.

APM, CC, cx. 159, doc. 21.633. REQUERIMENTO de Manuel Ferreira de Macedo sobre a emissão de mandado de pagamento. [s. l.], 23 de dezembro de 1765. Rolo 548.

Arquivo Público Mineiro - Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto

APM, CMOP 6. REGISTRO de cartas do governador e mais autoridades do Senado, de bandos, ordens, provisões, portarias, propostas, requerimentos ou petições, 1717-1733. Rolo 16, gav. E-2.

APM, CMOP 9. REGISTRO de cartas da Câmara a Sua Majestade, 1719-1738. Rolo 17, gav. E-2.

APM, CMOP 12. RECEITAS e despesas, 1721-1724. Rolo 17, gav. E-2.

APM, CMOP 13. TERMOS de acórdãos, 1721-1726. Rolo 17, gav. E-2.

APM, CMOP 21. RECEITAS e despesas, 1725-1733. Rolo 18, gav. E-2.

APM, CMOP 28. TERMOS de acórdãos, 1731-1735. Rolo 19, gav. E-2.

APM, CMOP 32. REGISTRO de cartas do Senado para o governador e diversas autoridades, ordens, editais, provisão, petição e despachos, 1733-1741. Rolo 20, gav. E-2.

APM, CMOP 34. LIVRO das despesas do Senado, 1734-1743. Rolo 20/21, gav. E-2.

APM, CMOP 35. REGISTRO de editais, cartas, provisões e informações do Senado de petições e despachos, 1735-1736. Rolo 21, gav. E-2.

APM, CMOP 36. TERMOS de acórdãos, 1735-1737. Rolo 21, gav. E-2.

APM, CMOP, cx. 1, doc. 10. INFORMAÇÃO sobre o lançamento de escravos pela Câmara. Itabira do Campo, 9 de fevereiro de 1722.

APM, CMOP, cx. 2, doc. 23. CERTIDÃO da eleição do capitão-mor Nicolau Carvalho de Azevedo para o cargo de provedor do Real Donativo do distrito de Ouro Branco. Vila Rica, 27 de maio de 1730.

APM, CMOP, cx. 2, doc. 36. ORDEM aos oficiais de justiça para executarem a cobrança de 648.000 réis de Gregório Ribeiro de Carvalho, fiador de André Freitas. Vila Rica, 20 de outubro de 1730.

APM, CMOP, cx. 4, doc. 10. DECLARAÇÃO de recebimento da lista de cobrança do Real Donativo do ano de 1733, dos distritos de Padre Faria, Taquaral e Bom Sucesso. Córrego Seco de Vila Rica, 15 de janeiro de 1733.

APM, CMOP, cx. 5, doc. 34. SOLICITAÇÃO da presença dos senhores da Câmara, no dia 6 de dezembro de 1733, para se fazer os pelouros para a eleição dos futuros ocupantes da Câmara em 1734. Vila Rica, 2 de dezembro de 1733.

APM, CMOP, cx. 7, doc. 53. INFORMAÇÃO de Antônio Falcão Pereira sobre a impossibilidade de ocupar o cargo de almotacé, por estar doente. Vila Rica, 4 de março de 1735.

APM, CMOP, cx. 7, doc. 58. CONVOCAÇÃO dos vereadores para eleição dos novos oficiais da Câmara. Vila Rica, 7 de dezembro de 1735.

APM, CMOP, cx. 8, doc. 1. REQUERIMENTO de Domingos Coelho Pereira, eleito juiz de órfãos, apresenta seus fiadores para tomar posse no cargo. Vila Rica, 7 de janeiro de 1736.

APM, CMOP, cx. 10, doc. 14. REQUERIMENTO de Antônio Falcão Pereira solicitando uma pena de água das bicas que passam por suas terras. Vila Rica, 25 de maio de 1737.

APM, CMOP, cx. 26, doc. 49. SOLICITAÇÃO do pagamento de 60.000 réis pelo sermão realizado na aclamação do rei. Vila Rica, 30 de dezembro de 1751.

APM, CMOP, cx. 42, doc. 63. CARTA de usança nomeando Gregório de Matos Lobo para o cargo de juiz ordinário. Vila Rica, 30 de dezembro de 1769.

APM, CMOP, cx. 88, doc. 76. SOLICITAÇÃO de dispensa da função de almotacés em janeiro e fevereiro, por terem muitas obrigações particulares. Vila Rica, [s. d.].

Arquivo Público Mineiro - Fundo Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial)

APM, SC 4. REGISTRO de alvarás, ordens, cartas régias e ofícios dos governadores ao rei, 1709-1722. Rolo 1.

APM, SC 11. CARTAS, ordens, despachos, bandos ou editais do governador das Minas Gerais – D. Pedro de Almeida e Portugal (Conde de Assumar), 1713-1721. Rolo 3.

BIBLIOGRAFIA

Obras de referência:

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e Notas de Andrée Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras (1664-1897)*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1897. 4 volumes.

Livros, teses e artigos:

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. "Homens ricos em Minas colonial". In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e praticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. 2ª edição. São Paulo: alameda, 2005.

_____. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1988.

_____. "As Câmaras ultramarinas e o governo do Império". In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. "Da colônia ao império: um percurso historiográfico". In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e praticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2005.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: Alameda, 2010.

_____. *Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica Colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume & FAPESP, 2004.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. *Portuguese Society in the Tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*. Madison & Milwaukee: University of Wisconsin Press, 1965.

BRANDÃO, Michelle Cardoso. *Forjando status e construindo autoridade: perfil dos homens bons e formação da primeira elite social em Vila do Carmo (1711-1736)*. Dissertação de Mestrado em História. Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

CAMPOS, Maria Verônica. "Goiás da década de 1730: pioneiros, elites locais, motins e fronteira". In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2005.

_____. *Governo de mineiros. "De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado", 1693-1737*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 1999.

CARRARA, Angelo Alves. "Desvendando a riqueza na terra dos diamantes." In: Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ano 41, jul/dez, 2005.

_____. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais - Séculos XVIII-XIX*. Mariana: UFOP, 1999.

_____. *Minas e currais. Produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

CASTRO, João Henrique Ferreira de. *A repressão à Revolta de Vila Rica de 1720*. Perdão e Punição sob ótica da justiça no Império Ultramarino Português. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto, Editora UFOP, 2008.

COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder Concelhio: das origens às cortes constituintes. Notas de História Social*. 2ª Edição Revista. Coimbra: CEFA, 2008.

COSTA, Iraci Del Nero da; LUNA, Francisco Vidal. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: Pioneira, 1982.

CUNHA, Mafalda Soares da; FONSECA, Teresa (ed.). *Os Municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*. Lisboa: Edições Colibri & CIDEHUS-UE, 2005.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. “O município no Brasil colonial e a configuração do poder econômico”. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

FIORAVANTE, Fernanda. *Às custas do sangue, fazenda e escravos: formas de enriquecimento e padrão de ocupação dos ofícios da câmara de Vila Rica, c. 1711 – c. 1736*. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008

_____. *Os bons homens das minas: os oficiais das câmaras mineiras no processo de implantação do poder régio nas terras do ouro, c. 1711 – c. 1750*. Tese de Doutorado em História Social. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas del rei. Espaço urbano e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FONSECA, Teresa. “O funcionalismo camarário no Antigo Regime. Sociologia e práticas administrativas”. In: CUNHA, Mafalda Soares da; FONSECA, Teresa (ed.). *Os Municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*. Lisboa: Edições Colibri & CIDEHUS-UE, 2005. p. 75-77.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FREITAS, Afonso de A. ‘Emboabas’. In: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, ano 1, 1934, p. 35-41. Apud ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e Notas de André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 18ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

FURTADO, João Pinto. “Viva o rei, viva o povo e morra o governador”: tensão política e práticas de governo nas Minas dos Setecentos”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: ideias e praticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. 2ª edição. São Paulo: alameda, 2005.

FURTADO, Júnia Ferreira. “As câmaras municipais e o poder local: Vila Rica — um estudo de caso na produção acadêmica de Maria de Fátima Silva Gouvêa.”. In: *Tempo*. v. 14. n. 27. Niterói – RJ, jul-dez de 2009. p. 17-34.

_____. “José Rodrigues Abreu e a geografia imaginária emboaba da conquista do ouro”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2005.

_____. “O outro lado da Inconfidência Mineira: pacto colonial e elites locais”. *Revista de História*. Ouro Preto, n. 4, 1993/1994. p. 72. Apud SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais em Minas Gerais setecentista: a representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808)*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, IFCH, 2003.

GODINHO, Vitorino Magalhães. “L’émigration portugaise (XV-XX siècle): une constante structurale et les réponses aux changements du monde”. In: *Revista de História Econômica e Social*. Volume I, 1978, p. 5-32. Apud ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

GOLGHER, Isaías. *Guerra dos Emboabas. A primeira guerra civil nas Américas*. 2ª edição. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1982.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Dos Poderes de Vila Rica do Ouro Preto – Notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII.” In: *Varia História*. n. 31, Jan. 2004. p. 129.

HESPANHA, António Manuel. “A constituição do Império português: revisão de alguns enviesamentos correntes”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. “Por que é que foi ‘portuguesa’ a expansão portuguesa? Ou O revisionismo nos trópicos”. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

_____. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012.

LEVY, Maria Bárbara. *História Financeira do Brasil Colonial*. Volume 1. Rio de Janeiro, IBMEC, 1979.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

LIMA, Luís Filipe Silvério Lima. “Entre o Quinto Império e a Monarquia Universal: concepções proféticas de poder para o reino e para o Ultramar”. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO,

Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Jogos de interesses e estratégias de ação na revolta mineira de Vila Rica (c. 1709 – c. 1736)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

MAURO, Frédéric. *Nova História e Novo Mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1969.

MEMORIAL HISTÓRICO-POLÍTICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Ouro Preto: 2004.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América, 1640-1720*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2002.

NOVAIS, A. Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1981.

PIRES, Maria do Carmo. “O termo de Vila de Nossa Senhora do Carmo/Mariana e suas freguesias no século XVIII”. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto, Editora UFOP, 2008.

_____. MAGALHÃES, Sônia Maria. “Câmara Municipal, um pequeno histórico”. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto, Editora UFOP, 2008.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 6ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

RAMOS, Donald. *A Social History of Ouro Preto: stress of dynamic urbanization in Colonial Brazil, 1695-1726*. Tese de Doutorado. University of Florida, 1972.

RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial, Brasil, c. 1530 - c. 1630*. São Paulo: Alameda, 2008.

RIO-BRANCO, Miguel Paranhos de. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953.

RODRIGUES, Gefferson Ramos. *No sertão, a revolta: grupos sociais e formas de contestação na América portuguesa, Minas Gerais – 1736*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2009.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no coração das Minas. Idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808". In: *Revista Brasileira de História*. vol. 18, n. 36. São Paulo, 1998.

_____. "O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural". In: *Revista de História*, Ano XXVIII, Volume LV. São Paulo, 1977.

SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos. A administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro; Brasília: Editora Nova Fronteira; Pró-Memória, Instituto Nacional do Livro, 1985.

SCHARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais em Minas Gerais setecentista: a representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808)*. Tese de Doutorado em História. Campinas: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

SOUSA, Avanete Pereira. "Manifestações locais da Crise do Antigo Sistema Colonial? O exemplo das câmaras municipais da capitania da Bahia". In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. *Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII)*. Tese de Doutorado em História Econômica. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, 2003.

SOUZA, George F. Cabral de. *Tratos e Mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654 – c. 1759)*. Recife: Editora UFPE, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e (Estudo Crítico). *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

_____. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Opulência e miséria das Minas Gerais*. 4ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *1680-1720. O Império deste mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

SOUZA, Maria Elisa de Campos. *Relações de poder, justiça e administração em Minas Gerais no setecentos – A Comarca de Vila Rica do Ouro Preto: 1711-1752*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2000.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. 3 v. Apud ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

STUMPF, Roberta Giannubilo. *Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de hábitos das ordens militares nas minas setecentistas*. Tese de Doutorado em História. Brasília: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, 2009.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. 3ª edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Média das Minas Gerais*. 3ª edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999.

VASCONCELOS, Diogo Ribeiro Pereira de. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico de Carla Maria Junho Anastasia. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

ZENHA, Edmundo. *O Município no Brasil, 1532-1700*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.

ANEXOS

ANEXO 1 - LISTA DE TODOS OS INDIVÍDUOS CITADOS NAS ATAS, CORRESPONDÊNCIAS E LIVROS DE RECEITAS E DESPESAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, COM HISTÓRICO DE OCUPAÇÕES DE 1711 ATÉ 1736

Advertências:

- 1) Há, dentre os 520 indivíduos citados, nomes abreviados ou impossíveis de serem identificados em virtude de deterioração dos documentos, normalmente citados apenas uma vez, e por isso usamos “[?]” quando não se consegue ler, ou “[?] de Aquino”, ou ainda citamos os nomes abreviados, como “A. da Costa Guimarães”.
- 2) Os nomes foram padronizados para facilitar a criação do Banco de Dados cuja simplificação é a tabela abaixo. Portanto, Sousa tornou-se Souza, Correia tornou-se Corrêa, Manoel tornou-se Manuel, Netto tornou-se Neto, entre outros nomes.

Nome (ordem alfabética)	Histórico de funções (ordem cronológica)
[?] de Aquino	Almotacé em 1734.
A. da Costa Guimarães	Porteiro em 1723.
A. Gonçalves Neto	Partidor dos órfãos em 1736.
Agostinho Fernandes Pereira	Contratador da renda da carceragem em 1733.
Alermo da Silva	Escrivão dos sapateiros em 1725.
Alexandre da Silva	Juiz dos carpinteiros em 1725.
Alexandre de Matos	Provedor dos quintos em 1717.
Alexandre Gomes	Almotacé em 1721.
Alexandre Pinto de Miranda	Contratador da renda da aferição em 1713, 1716, 1718, 1721, 1724-1732; contratador de obra pública em 1734.
André Álvares	Juiz dos carpinteiros em 1715.
André Álvares Rainho	Vereador em 1736.
André da Costa	Contratador da renda das meias patacas em 1721.
André de Figueiredo Silveira	Almotacé em 1736.
André Rodrigues Serra	Provedor dos quintos em 1718.
André Veloso	Capitão do mato em 1733 e 1734.
Antônio A. L.	Almotacé em 1725.
Antônio Álvares	Juiz dos alfaiates em 1722.
Antônio Alves de Magalhães	Procurador para junta em 1713 e 1714; vereador em 1716 (não assumiu).

Antônio Antunes Franquilha	Provedor dos quintos em 1715, 1717 e 1718; almotacé em 1716.
Antônio Azevedo Machado	Almotacé em 1719.
Antônio Barbalho Bezerra	Almotacé em 1711.
Antônio Barbosa Lobo	Provedor dos quintos em 1717.
Antônio Coelho de Barros	Escrivão da almotaçaria em 1722 e 1729; cobrador da renda do ver em 1722 e 1729; provedor do real donativo em 1732.
Antônio da Costa Gouvêa	Provedor dos quintos em 1715 e 1718; procurador da câmara em 1719.
Antônio da Costa Maciel	Juiz dos sapateiros em 1714.
Antônio da Costa Peixoto	Escrivão de vintena em 1736.
Antônio da Costa Ribeiro	Almotacé em 1725.
Antônio da Costa Sintra	Escrivão dos alfaiates em 1735.
Antônio da Silva Brito	Cobrador de finta em 1712; Provedor dos quintos em 1715 e 1721; almotacé em 1722.
Antônio da Silva Porto	Vereador em 1734.
Antônio de Abreu Souza	Almotacé em 1720.
Antônio de Araújo Guimarães	Vereador em 1727 e 1729 (não assume a função).
Antônio de Faria Pimentel	Vereador em 1711.
Antônio de Freitas Neves	Escrivão da almotaçaria em 1723.
Antônio de Magalhães Miranda	Contratador da renda da carceragem em 1729.
Antônio de Meireles	Escrivão dos alfaiates em 1734; juiz dos alfaiates em 1735.
Antônio de Miranda	Provedor dos quintos em 1717.
Antônio de Moura	Almotacé em 1716.
Antônio de Oliveira Barros	Almotacé em 1732.
Antônio de Oliveira Paes	Contratador de obra pública em 1722.
Antônio de Souza	Juiz dos alfaiates em 1733.
Antônio Dias da Costa	Vereador em 1732.
Antônio dos Santos	Provedor dos quintos em 1717.
Antônio Falcão Pereira	Escrivão da câmara de 1732 até 1736.
Antônio Fernandes	Provedor dos quintos em 1715.
Antônio Ferraz	Escrivão da almotaçaria em 1720.
Antônio Francisco	Escrivão dos ferreiros em 1733.
Antônio Francisco Pombal	Juiz dos carpinteiros em 1736.
Antônio Gomes	Contratador de obra pública em 1724.
Antônio Gomes da Silva	Almotacé em 1715 e 1725.
Antônio Gomes de Oliveira	Meirinho geral em 1734, 1735 e 1736.

Antônio Gonçalves Barros	Contratador de obra pública em 1725.
Antônio João	Escrivão dos alfaiates em 1721.
Antônio João de Medeiros	Escrivão de vintena em 1736.
Antônio José Rodrigues	Contratador da renda da carceragem em 1725.
Antônio Lopes da Silva	Juiz de vintena em 1736.
Antônio Lopes de Matos	Alcaide em 1732, 1733 e 1734; cobrador da renda dos foros em 1733.
Antônio M.	Escrivão dos alfaiates em 1722.
Antônio Machado de Miranda	Escrivão de vintena em 1736.
Antônio Martins	Contratador da renda das meias patacas em 1729 e 1730.
Antônio Martins Brandi	Juiz dos alfaiates em 1732.
Antônio Martins Carvalho	Provedor dos quintos em 1721.
Antônio Martins Lessa	Almotacé em 1713; procurador para junta em 1713, 1714, 1715 e 1719; procurador da câmara em 1714, 1717 e 1718; provedor dos quintos em 1715, 1717, 1718 e 1719; juiz ordinário em 1722.
Antônio Monteiro da Silva	Alcaide em 1723.
Antônio Neto	Provedor dos quintos em 1715.
Antônio Paes Chaves	Almotacé em 1720.
Antônio Pereira da Silva	Almotacé em 1733; contratador da renda da carceragem em 1734.
Antônio Pereira Ramalho	Almotacé em 1733.
Antônio Pimenta da Costa	Contratador de obra pública em 1727; vereador em 1728.
Antônio Quaresma	Juiz dos ferreiros em 1713 e 1715.
Antônio Ramos dos Reis	Almotacé em 1713 e 1724; provedor dos quintos em 1715 e 1717; vereador em 1719; juiz ordinário em 1725 (não exerce função); juiz dos órfãos em 1732, 1733 e 1734.
Antônio Ribeiro Franco	Provedor dos quintos em 1715, 1717 e 1718; almotacé em 1718.
Antônio Teixeira Chaves	Cabo de rondas em 1720.
Antônio Teixeira P.	Almotacé em 1725.
Antônio Teixeira Souto	Almotacé em 1734; cobrador da contribuição do capitão do mato em 1735 e 1736.
Arcanjo Martins Vieira	Almotacé em 1712.
B. da Costa Ribeiro	Contratador de obra pública em 1719.
Baltasar Fernandes Sarzedas	Provedor dos quintos em 1515; almotacé em 1719 e 1721; vereador em 1722.
Bartolomeu Alves da Silva	Juiz de vintena em 1736.
Bartolomeu Brandão	Escrivão dos sapateiros em 1726.

Bartolomeu Fialho	Almotacé em 1713; provedor dos quintos em 1715.
Bartolomeu Marques de Brito	Almotacé em 1713.
Bartolomeu Rodrigues Pereira	Almotacé em 1717.
Belchior dos Reis de Melo	Provedor dos quintos em 1717 e 1718; almotacé em 1718; procurador para junta em 1720; juiz ordinário em 1721.
Belchior Nogueira	Almotacé em 1713.
Bento Cabral Deça	Escrivão da câmara em 1714; procurador para junta em 1715.
Bento Corrêa de Melo	Almotacé em 1724.
Bento da Costa de Azevedo	Juiz de vintena em 1736.
Bento de Araújo Pereira	Tabelião em 1734, 1735 e 1736.
Bento Félix da Cunha	Almotacé em 1715; vereador em 1719.
Bento Gomes da Silva	Cobrador dos quintos em 1721.
Bernardo Álvares	Juiz dos ferreiros em 1724.
Bernardo Alves da Noiva	Tabelião em 1733 e 1734.
Bernardo Carvalho	Cobrador da contribuição do capitão do mato em 1735 e 1736.
Bernardo de Almeida Silva	Almotacé em 1719.
Bernardo dos Santos	Contratador de obra pública em 1734 e 1735.
Bernardo Ribeiro	Escrivão dos alfaiates em 1733.
Bernardo Vieira Borba	Contratador de obra pública em 1734.
Caetano Alves de Araújo	Almotacé em 1717; provedor dos quintos em 1717, 1718, 1721 e 1724; vereador em 1727; juiz ordinário em 1728.
Caetano da Rocha	Almotacé em 1724; procurador da câmara em 1725.
Caetano de Castro Guimarães	Alcaide em 1714 e 1715; cobrador da renda dos foros em 1714 e 1715.
Caetano Francisco Braga	Almotacé em 1723.
Carlos de Abreu	Tesoureiro da câmara em 1725; tabelião em 1727.
Carlos José	Escrivão dos ferreiros em 1726.
Clemente Gomes Lobato	Juiz de vintena em 1736.
Constantino Corrêa	Escrivão dos sapateiros em 1734.
Constantino de Paiva	Provedor dos quintos em 1718.
Constantino João Pereira	Provedor dos quintos em 1717.
Cosme Martins	Almotacé em 1721.
Custódio Corrêa	Escrivão dos ferreiros em 1734; juiz dos ferreiros em 1735.
Custódio da Silva	Almotacé em 1719.
Custódio Machado de Lima	Vereador em 1728.

Custódio Pinheiro da Silva	Almotacé em 1736.
Custódio Soares Pereira	Meirinho geral em 1732; cobrador da renda dos foros em 1732.
Damaso Francisco	Contratador da renda da carceragem em 1713.
Damião Francisco da Costa	Contratador da renda da carceragem em 1735.
Diogo Alves de Araújo Crespo	Contratador de obra pública em 1734, 1735 e 1736.
Diogo Duarte Teixeira	Almotacé em 1736.
Diogo Liberato Falcão	Procurador em Lisboa em 1735.
Diogo Pereira	Cobrador da contribuição do capitão do mato em 1735.
Domingos A.	Almotacé em 1723.
Domingos Alves da Fonseca	Juiz de vintena em 1736.
Domingos Borges da Costa	Almotacé em 1719.
Domingos Borges Valadares	Cabo de rondas em 1720.
Domingos Coelho Pereira	Almotacé em 1719 e 1725; vereador em 1724 e 1733; juiz dos órfãos em 1735 e 1736.
Domingos Corrêa	Contratador da renda da aferição em 1720.
Domingos Corrêa Neto	Provedor dos quintos em 1717; almotacé em 1723.
Domingos da Rocha Ferreira	Provedor dos quintos em 1724; vereador em 1725; juiz ordinário em 1730 e 1733; procurador para junta em 1735.
Domingos de Abreu Lisboa	Procurador para junta em 1720 e 1734; provedor dos quintos em 1721 e 1724; almotacé em 1721; procurador da câmara em 1723; juiz ordinário em 1735.
Domingos de Araújo Dantas	Almotacé em 1713; vereador em 1716 e 1717.
Domingos de Oliveira	Escrivão dos carpinteiros em 1733.
Domingos de Souza	Escrivão dos ferreiros em 1721.
Domingos de Souza Braga	Almotacé em 1719 e 1721; vereador em 1720; procurador para junta em 1720; provedor dos quintos em 1724; juiz ordinário em 1724 e 1728.
Domingos Fernandes de Araújo	Contratador de obra pública em 1734.
Domingos Fernandes de Brito	Almotacé em 1713.
Domingos Francisco Couto	Cobrador da contribuição do capitão do mato em 1736.
Domingos Francisco de Oliveira	Almotacé em 1712 e 1724; vereador em 1714 e 1718 (substituto); procurador para junta em 1714 e 1734; provedor dos quintos em 1718; juiz ordinário em 1723, 1725 e 1734.
Domingos Francisco dos Reis	Almotacé em 1733; vereador em 1734.
Domingos Gonçalves	Juiz dos ferreiros em 1714; 1716 e 1718.
Domingos Gonçalves da Cunha	Contratador de obra pública em 1719.
Domingos Lourenço	Provedor dos quintos em 1717.

Domingos Monteiro	Contratador da renda da carceragem em 1713.
Domingos Moreira Fernandes	Provedor dos quintos em 1715 e 1718; almotacé em 1717 e 1722; vereador em 1721; juiz ordinário em 1729.
Domingos Rodrigues Neves	Provedor dos quintos em 1717; almotacé em 1717.
Domingos Rodrigues Raposo	Vereador em 1712.
Domingos Valente Barros	Almotacé em 1719.
Duarte Ferreira	Porteiro em 1719.
Estevão da Cunha	Cobrador da renda do ver em 1713 e 1714.
Estevão de Almeida	Procurador da câmara em 1713; almotacé em 1714.
Estevão de Souza Sandoval	Escrivão dos órfãos em 1734; procurador da câmara em 1735; almotacé em 1736; cobrador da contribuição do capitão do mato em 1736.
Estevão Fernandes	Escrivão dos carpinteiros em 1724.
Estevão Ferreira de Moraes	Almotacé em 1713.
Estevão Rodrigues	Juiz dos sapateiros em 1732 e 1733.
Faria Domingos Teixeira da Cruz	Cobrador de finta em 1712.
Félix da Silva Costa	Cobrador da contribuição do capitão do mato em 1736.
Felix de Gusmão Mendonça Bueno	Vereador em 1711.
Fernando da Fonseca e Sá	Juiz ordinário em 1711.
Fernando da Mata	Almotacé em 1733; juiz ordinário em 1735.
Francisco Alves Corrêa	Vereador em 1713.
Francisco Araújo de Azevedo	Provedor dos quintos em 1718.
Francisco Barbosa	Provedor dos quintos em 1721.
Francisco Borges	Almotacé em 1733.
Francisco da Costa de Oliveira	Almotacé em 1711 e 1722; procurador para juntas de 1714, 1715 e 1716; vereador em 1715, 1718 (substituto) e 1723; juiz ordinário em 1726.
Francisco da Costa Rios	Tesoureiro da câmara em 1712 e 1714; almotacé em 1714.
Francisco da Costa Taveira	Almotacé em 1714.
Francisco da Rocha Barbosa	Provedor dos quintos em 1715, 1716 e 1717.
Francisco da Silva Colaço	almotacé em 1733.
Francisco da Silva Machado	Almotacé em 1717; provedor dos quintos em 1718; vereador em 1726.
Francisco da Silva Neto	Tabelião em 1713 e 1714; almotacé em 1713, 1714 e 1722; procurador da câmara em 1736.
Francisco de Albuquerque	Escrivão do meirinho geral em 1731.

Francisco de Almeida Brito	Cobrador de finta em 1712; tesoureiro dos quintos em 1714; tesoureiro da câmara em 1715; tesoureiro dos órfãos em 1718; indicado para tesoureiro da Fazenda Real em 1722; almotacé em 1723; vereador em 1726.
Francisco de Almeida Pinto	Almotacé em 1724.
Francisco de Gouvêa	Juiz dos ferreiros em 1719.
Francisco de Matos	Capitão do mato em 1735.
Francisco de Menezes	Procurador em Lisboa em 1713 e 1714.
Francisco de Souza	Juiz dos sapateiros em 1735 e 1736.
Francisco de Souza Pacheco	Meirinho geral em 1714; alcaide em 1717; cobrador da renda do ver em 1717.
Francisco Ferreira	Escrivão dos sapateiros em 1721.
Francisco Ferreira da Silva	Almotacé em 1733.
Francisco Ferreira Velho	Procurador da câmara em 1733; procurador para junta em 1735.
Francisco Freire de Andrade	Escrivão do meirinho geral em 1732.
Francisco Joaquim Ferreira Gouvêa	Tabelião em 1735.
Francisco Leite de Brito	Almotacé em 1722; provedor dos quintos em 1724.
Francisco Leme da Silva	Juiz ordinário em 1713.
Francisco Maciel da Costa	Vereador em 1714; procurador para junta em 1714; almotacé em 1715.
Francisco Marques da Silva Rebelo	Vereador em 1733.
Francisco Marques de Carvalho	Cobrador da renda do ver em 1734.
Francisco Nunes	Provedor dos quintos em 1717; juiz dos ferreiros em 1726.
Francisco Peixoto Pinto	Procurador para junta em 1715 e 1720; almotacé em 1718; vereador em 1720.
Francisco Pinheiro da Cruz	Escrivão da almotaçaria em 1712, 1713 e 1714; porteiro em 1713.
Francisco Rodrigues da Fonseca	Síndico da câmara em 1721 e 1722; vereador em 1724; tesoureiro da câmara em 1724.
Francisco Rodrigues Gondim	Procurador da câmara em 1728.
Francisco Rodrigues Graça	Provedor dos quintos em 1717.
Francisco Viana Farto	Tesoureiro dos quintos em 1716 e 1717.
Francisco Viegas Barbosa	Vereador em 1715; juiz ordinário em 1716 (substituto), 1717 e 1718; procurador para junta em 1715 e 1716.
Francisco Xavier Ramos	Síndico da câmara em 1735.
Francisco Xavier Vieira	Escrivão das execuções em 1736.

Frutuoso Barbosa Barreiros	Escrivão da almotaçaria em 1715 e 1716; cobrador da renda do ver em 1715, 1716 e 1718; almotacé em 1724; procurador da câmara em 1726.
Gabriel da Silva	Juiz dos alfaiates em 1732.
Gaspar Gonçalves Ribeiro	Vereador em 1720; indicado para tesoureiro da Casa de Fundição em 1734.
Gonçalo Brandão	Juiz dos ferreiros em 1734.
Gonçalo Gomes da Costa	Escrivão de vintena em 1733 e 1736.
Gregório de Matos Lobo	Tesoureiro da câmara em 1732 e 1735; almotacé em 1732; vereador em 1733.
Henrique Lopes de Araújo	Fiador do juiz dos órfãos (José Peixoto da Silva) em 1718.
Henrique Ribeiro	Escrivão dos carpinteiros em 1732 e 1734.
Hilário Antônio de Araújo	Escrivão da câmara em 1719 e 1720.
Inácio de Souza	Juiz dos alfaiates em 1714.
Jerônimo da Silva	Partidor dos órfãos em 1722, 1723, 1724 e 1736; porteiro em 1728, 1729, 1735 e 1736.
Jerônimo de Castro e Souza	Escrivão da câmara em 1720 e 1721; almotacé em 1722.
João A.	Escrivão dos sapateiros em 1722.
João Álvares	Juiz de vintena em 1716, 1717, 1718 e 1719.
João Álvares da Rocha	Provedor dos quintos em 1717 e 1718.
João Alves Portela	Juiz de vintena em 1736.
João Antunes Colaço	Provedor dos quintos em 1718; almotacé em 1718; juiz ordinário em 1719.
João Antunes Pereira	Vereador em 1735.
João Batista de Araújo	Almotacé em 1724.
João C.	Juiz dos ferreiros em 1722.
João Cardoso Moreira	Provedor dos quintos em 1717.
João Carvalho da Silva	Juiz ordinário em 1716 (não assumiu).
João Coelho	Juiz dos carpinteiros em 1732.
João Coelho	Juiz dos ferreiros em 1733.
João Coelho Ferreira Lima	Juiz de vintena em 1736.
João da Costa Pais	Cabo de rondas em 1720.
João da Mota Lima	Almotacé em 1732; tesoureiro da câmara em 1735 e 1736; cobrador da renda do ver em 1735.
João da Silva	Provedor dos quintos em 1717.
João da Silva e Melo	Tabelião em 1720.
João da Silva Guimarães	Cobrador de finta em 1712; almotacé em 1716; juiz ordinário em 1720 (substituto e afastado).

João de Godói	Contratador de obra pública em 1713.
João de Lana	Contratador da renda da aferição em 1720.
João de Melo Fernando	Vereador em 1730; indicado para tesoureiro da Casa de Fundição em 1735.
João de Sá Costa	Almotacé em 1735.
João de Siqueira Lima	Almotacé em 1733.
João de Souza Lobo	Almotacé em 1717; vereador em 1722; provedor dos quintos em 1724; juiz ordinário em 1727.
João de Souza Silva	Almotacé em 1735.
João Domingues	Contratador de obra pública em 1722.
João Domingues de Carvalho	Juiz ordinário em 1720.
João Domingues Veiga	Contratador de obra pública em 1722 e 1734.
João dos Reis	Almotacé em 1721.
João dos Reis Coutinho	Contratador da renda da carceragem em 1720 e 1721.
João dos Santos Braga	Almotacé em 1721.
João Ferreira Diniz	Contratador da renda da carceragem em 1713, 1714, 1718 e 1719; contratador de obra pública em 1719.
João Ferreira Passos	Alcaide em 1718, 1720 e 1723; Escrivão do alcaide em 1727.
João Francisco	Juiz dos alfaiates em 1713 e 1735; Escrivão dos alfaiates em 1736.
João Francisco do Couto	Procurador da câmara em 1732.
João Gonçalves Batista	Almotacé em 1720 e 1722; vereador em 1721; juiz ordinário em 1726.
João Gonçalves de Araújo	Almotacé em 1724.
João Gonçalves Guimarães	Almotacé em 1732.
João Gonçalves Ribeiro	Tesoureiro dos ferreiros em 1733.
João Henriques da Fonseca	Cobrador da contribuição do capitão do mato em 1736.
João Lopes Ferreira	Almotacé em 1734.
João Lopes Quaresma	Escrivão dos carpinteiros em 1726.
João Machado de Oliveira	Provedor dos quintos em 1715; almotacé em 1718.
João Marques Fernandes	Contratador de obra pública em 1732.
João Martins de Carvalho	Cobrador da contribuição do capitão do mato em 1736.
João Monteiro	Contratador das rendas do legado de Henrique Lopes de Araújo em 1736.
João Monteiro Santiago	Provedor dos quintos em 1715 e 1717; almotacé em 1721; juiz ordinário em 1722.
João Nogueira Ferreira	Procurador para juntas em 1715 e 1716.
João Pereira	Juiz dos alfaiates em 1734.

João Pereira	Juiz dos ferreiros em 1736.
João Pereira da Silva	Partidor dos órfãos em 1730 (não exerce).
João Peres Souto	Tabelião em 1711 e 1712.
João Pinto da Mota	Indicado para tesoureiro da Casa de Fundição em 1735.
João Pinto da Silva	Almotacé em 1712; vereador em 1716, 1717 e 1718.
João Pinto Rebelo	Contratador de obra pública em 1716.
João Pires Duarte	Provedor dos quintos em 1715; almotacé em 1717.
João Rocha de Souza	Almotacé em 1733.
João Rodrigues da Silva	Alcaide em 1713.
João Rodrigues de Amorim	Almotacé em 1734.
João Rodrigues de Souza	Escrivão da almotacaria em 1726; 1727 e 1728; cobrador da renda do ver em 1726; almotacé em 1732; cobrador da contribuição do capitão do mato em 1736.
João Sales de Carvalho	Tesoureiro da câmara em 1716, 1717, 1718 e 1719.
João Teixeira da Silva	Almotacé em 1725; vereador em 1736.
João Teixeira de Souza	Almotacé em 1720; vereador em 1725.
João Veloso de Carvalho	Cobrador de fintas em 1712; tesoureiro da câmara em 1713 e 1718; tesoureiro dos órfãos em 1715; tesoureiro dos quintos em 1715; provedor dos quintos em 1718.
João Vieira	Escrivão dos ferreiros em 1735.
Joaquim A.	Juiz dos carpinteiros em 1722.
Jorge da Fonseca Freire	Escrivão da câmara em 1711, 1712 e 1713.
José Alferes	Juiz dos alfaiates em 1717.
José Alves Campos	Alcaide em 1734.
José Alves Freire	Contratador da renda da carceragem em 1735 e 1736.
José Antônio Martins	Escrivão dos ourives em 1736.
Jose Batista Varão	Partidor dos órfãos em 1731, 1732 e 1733.
José Bernardino	Contratador da carceragem em 1731.
José Cardoso de Almeida	Almotacé em 1732.
José Corrêa Lima	Escrivão da câmara em 1718 e 1720.
José Corrêa Maia	Almotacé em 1736; cobrador da contribuição do capitão do mato em 1736.
José Corrêa Vasques	Meirinho geral em 1712.
José da Costa	Escrivão dos ferreiros em 1724; juiz dos ferreiros em 1726.
José da Costa Freitas	Almotacé em 1714.
José da Costa Rabelo	Almotacé em 1734; Cobrador da contribuição do capitão do mato em 1735 e 1736.

José da Mota	Escrivão dos alfaiates em 1732; juiz dos alfaiates em 1734 e 1736.
José da Silva Araújo	Vereador em 1730 e 1736.
José da Silveira	Juiz dos sapateiros em 1726.
José da Silveira Miranda	Escrivão da câmara em 1721, 1722, 1723, 1724, 1725 e 1726.
José de Almeida Cardoso	Vereador em 1725.
José de Almeida Machado	Almotacé em 1723 e 1725; procurador da câmara em 1724; Provedor dos quintos em 1724; indicado para tesoureiro da Casa de Fundição em 1735.
José de Andrade Novais	Contratador de obra pública em 1736.
José de Araújo Corrêa	Almotacé em 1732.
José de Azevedo Peixoto	Meirinho geral em 1714.
José de Azevedo Souza	Almotacé em 1732.
José de Lemos e Morais	Juiz ordinário em 1712.
José de Oliveira	Juiz dos sapateiros em 1716.
José Dias de Carvalho	Escrivão de vintena em 1736.
José Dias de Sampaio	Cobrador da contribuição do capitão do mato em 1736.
José dos Santos Silva	Almotacé em 1732.
José Duarte	Almotacé em 1712; tabelião em 1712.
José e Andrade Ximenes	Escrivão de vintena em 1712.
José Francisco de Lacerda	Almotacé em 1732.
José Gomes da Silva	Almotacé em 1719.
José Gomes de Melo	Juiz ordinário em 1711.
José Gonçalves	Cobrador da contribuição do capitão do mato em 1735.
José Gonçalves da Costa	Escrivão da almotaçaria em 1734 e 1735.
José Luiz Sol	Almotacé em 1712; procurador da câmara em 1716 e 1717; procurador para junta em 1716 e 1717.
José M.	Escrivão dos carpinteiros em 1722.
José Martins de Carvalho	Almotacé em 1719.
José Martins Delgado	Escrivão do alcaide em 1725, 1726, 1727, 1728 e 1729; porteiro em 1725; cobrador da renda dos foros em 1725, 1726, 1727, 1728 e 1729.
José Mendes	Escrivão do alcaide em 1713, 1714, 1715, 1716, 1717, 1720, 1723 e 1724; porteiro em 1714, 1721 e 1722; cobrador da renda do ver em 1715, 1716 e 1717; cobrador da renda dos foros em 1721 e 1722.
José Nobre dos Santos	Cobrador da contribuição do capitão do mato em 1735.
José Peixoto da Silva	Síndico da câmara em 1718; juiz dos órfãos em 1718.

José Pires Viana	Provedor dos quintos em 1715 e 1717; almotacé em 1722.
José Ribeiro	Juiz dos sapateiros em 1713.
José Ribeiro Dias	Síndico da câmara em 1719 e 1721.
José Ribeiro Guimarães	Contratador da renda da aferição em 1734 e 1735.
José Rodrigues	Juiz dos sapateiros em 1715.
José Rodrigues	Provedor dos quintos em 1717.
José Rodrigues da Costa	Contratador da renda da meia pataca em 1712.
José Rodrigues Leal	Alcaide em 1715.
José Simões Rosa	Provedor dos quintos em 1715, 1717, 1718 e 1721; almotacé em 1718.
José Soares	Escrivão dos ferreiros em 1736.
José Soares da Silva	Almotacé em 1718.
Leonel da Gama	Procurador para junta em 1713; juiz ordinário em 1716 (não assumiu).
Lourenço de Meireles	Provedor dos quintos em 1717.
Lourenço de Sampaio	Almotacé em 1735.
Lourenço de Souza Esteves	Cobrador da contribuição do capitão do mato em 1735 e 1736.
Lourenço Dias Rosa	Indicado para tesoureiro da Casa de Fundição em 1734.
Lourenço Pereira da Silva	Vereador em 1724 e 1729; juiz ordinário em 1729 (substituto) e 1736.
Luiz de Almeida	Almotacé em 1711; contratador de obra pública em 1714.
Luiz de Figueiredo Leitão	Juiz ordinário em 1731.
Luiz de Souza Castro	Vereador em 1735.
Luiz Gomes Pessoa	Juiz dos ourives em 1736.
Luiz Gonçalves Magro	Alcaide em 1735 e 1736.
Luiz Henriques de Freitas	Síndico da câmara em 1732 e 1735.
Luiz José Ferreira de Gouvêa	Vereador em 1731; tabelião em 1732.
Luiz Leitão Soares	Almotacé em 1717.
Luiz Pereira	Juiz dos ferreiros em 1717.
Luiz R.	Escrivão dos ferreiros em 1722.
Luiz Ribeiro	Contratador da renda da meia pataca em 1720.
Luiz Soares de Meireles	Almotacé em 1717; procurador para junta em 1717; Provedor dos quintos em 1718; vereador em 1729.
Luiz Vieira	Juiz dos sapateiros em 1719.
Manuel Afonso	Provedor dos quintos em 1717.

Manuel Álvares de Azevedo	Contratador de obra pública em 1730, 1731, 1732, 1733 e 1734.
Manuel Álvares de Oliveira	Almotacé em 1714.
Manuel Alves de Almeida	Contratador de obra pública em 1732.
Manuel Antônio	Juiz dos sapateiros em 1735 e 1736.
Manuel Antunes de Azevedo	Procurador para junta em 1713, 1714 e 1715; juiz ordinário em 1714; almotacé em 1715; provedor dos quintos em 1718.
Manuel Antunes Ferreira e Guerra	Contratador da renda da meia pataca em 1726.
Manuel Bento Ferreira	Juiz dos ferreiros em 1731.
Manuel Borges Brito	Almotacé em 1736.
Manuel C.	Juiz dos ferreiros em 1732.
Manuel Coelho	Almotacé em 1717.
Manuel Coelho Neto	Procurador da câmara em 1720; procurador para junta em 1720; vereador em 1726.
Manuel Corrêa B.	Contratador da meia pataca em 1727.
Manuel Corrêa da Silva	Almotacé em 1722.
Manuel Corrêa Pereira	Almotacé em 1712 e 1714; vereador em 1713 e 1714 (substituto).
Manuel da Costa	Escrivão dos alfaiates em 1726.
Manuel da Costa Guimarães	Almotacé em 1732.
Manuel da Costa Pontes	Cobrador da contribuição do capitão do mato em 1735.
Manuel da Costa Reis	Juiz ordinário em 1720 (substituto); procurador para junta em 1720 e 1721; síndico da câmara em 1722, 1725, 1726 e 1727.
Manuel da Cruz Ferreira	Almotacé em 1718.
Manuel da Mota	Juiz dos sapateiros em 1718 e 1721.
Manuel da Rocha	Porteiro em 1725.
Manuel da Rocha Braga	Vereador em 1729.
Manuel da Silva Couto	Almotacé em 1734; cobrador da contribuição do capitão do mato em 1735 e 1736.
Manuel da Silva Fonseca	Vereador em 1721; almotacé em 1722; indicado para tesoureiro da Fazenda Real em 1722; provedor dos quintos em 1724.
Manuel da Silva Rosa	Procurador para junta em 1713; provedor dos quintos em 1718 e 1721; almotacé em 1718.
Manuel da Silva Valente	Meirinho geral em 1731.
Manuel de Abreu	Juiz dos ferreiros em 1736.

Manuel de Almeida Costa	Procurador da câmara em 1711; vereador em 1712.
Manuel de Andrade	Juiz ordinário em 1723.
Manuel de Barros da Rocha	Tabelião em 1734.
Manuel de Brito	Contratador da renda dos foros em 1736.
Manuel de Castro	Escrivão dos sapateiros em 1736.
Manuel de Farias Castelo Branco	Cobrador de finta em 1712;
Manuel de Figueiredo Mascarenhas	Vereador em 1711; juiz ordinário em 1712.
Manuel de Freitas	Juiz dos alfaiates em 1718.
Manuel de Freitas Ferreira	Procurador da câmara em 1730; juiz ordinário em 1732.
Manuel de Freitas Guimarães	Cobrador da contribuição do capitão do mato em 1736.
Manuel de Matos Fragoso	Provedor dos quintos em 1715 e 1717; procurador para junta em 1715; vereador em 1717 (substituto); juiz ordinário em 1718 (substituto).
Manuel de Melo e Horta	Tesoureiro da câmara em 1712; almotacé em 1712; provedor dos quintos em 1717 e 1718; vereador em 1723.
Manuel de Oliveira Campos	Almotacé em 1734.
Manuel de Sá Casado	Almotacé em 1714; provedor dos quintos em 1717.
Manuel de Souza	Cobrador da contribuição do capitão do mato em 1735.
Manuel de Souza Nunes	Cabo de rondas em 1720.
Manuel de Souza Pereira	Vereador em 1735.
Manuel de Souza Portugal	Escrivão dos ferreiros em 1732; juiz dos ferreiros em 1733 e 1735.
Manuel de Souza Serqueira	Almotacé em 1715; provedor dos quintos em 1715, 1717 e 1718; vereador em 1719.
Manuel Dias	Contratador de obra pública em 1725.
Manuel Dias Corrêa	Tesoureiro da câmara em 1733.
Manuel Dias da Costa	Indicado para tesoureiro da Casa de Fundição em 1734.
Manuel Dias de Menezes	Almotacé em 1714; procurador para junta em 1714, 1715, 1716, 1717 e 1718; vereador em 1715; juiz ordinário em 1716 (substituto); 1717 e 1718.
Manuel do Couto	Escrivão dos sapateiros em 1724.
Manuel dos Santos Braga	Almotacé em 1715.
Manuel Esteves	Provedor dos quintos em 1717.
Manuel Fernandes	Juiz dos caldeireiros em 1735.
Manuel Fernandes de Azevedo	Almotacé em 1711; vereador em 1712.
Manuel Ferraz de Souza	Escrivão da almotaçaria em 1721 e 1722; cobrador da renda do ver em 1721 e 1722.

Manuel Ferreira Agrelos	Almotacé em 1719; vereador em 1722; juiz ordinário em 1727, 1730 e 1732.
Manuel Ferreira da Fonseca	Juiz dos carpinteiros em 1716 e 1718; escrivão dos carpinteiros em 1721.
Manuel Ferreira de Macedo	Tesoureiro da câmara em 1726, 1727, 1728, 1729 e 1730.
Manuel Figueiredo Lira	Juiz dos carpinteiros em 1732.
Manuel Francisco	Juiz dos ferreiros em 1721.
Manuel Francisco	Juiz dos alfaiates em 1736.
Manuel Francisco	Almotacé em 1736.
Manuel Francisco Lisboa ⁶⁶⁹	Juiz dos carpinteiros em 1733, 1734 e 1736.
Manuel Gomes	Juiz dos carpinteiros em 1717.
Manuel Gomes da Silva	Almotacé em 1713; procurador para junta em 1713, 1714, 1716 e 1718; vereador em 1714, 1716 (substituto), 1717 e 1718; juiz ordinário em 1718 (substituto) e 1721; provedor dos quintos em 1715.
Manuel Gomes Nunes	Alcaide em 1724 e 1725.
Manuel Gonçalves Beça	Juiz dos carpinteiros em 1713 e 1714.
Manuel Gonçalves Gomes	Juiz dos alfaiates em 1716 e 1719.
Manuel Gonçalves Z.	Almotacé em 1725.
Manuel Henriques	Juiz dos barbeiros em 1730.
Manuel M.	Escrivão dos alfaiates em 1724.
Manuel Machado	Juiz dos sapateiros em 1717.
Manuel Machado Toledo	Juiz de vintena em 1736.
Manuel Marques	Juiz dos alfaiates em 1726 e 1735.
Manuel Martins Carneiro	Almotacé em 1713.
Manuel Martins Lopes	Almotacé em 1712; procurador da câmara em 1715.
Manuel Martins Viana	Juiz de vintena em 1736.
Manuel Mateus Tinoco	Procurador da câmara em 1729; procurador para junta em 1735.
Manuel Mendes	Almotacé em 1724.
Manuel Mendes Monteiro	Juiz de vintena em 1736.
Manuel Moreira de Meireles	Vereador em 1732.
Manuel Nunes Carneiro	Provedor dos quintos em 1717.
Manuel Nunes da Silva	Juiz dos carpinteiros em 1721.
Manuel Palhares	Almotacé em 1734 e 1735; cobrador da contribuição do capitão do mato em 1735 e 1736.

⁶⁶⁹ Trata-se do pai de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.

Manuel Pinto	Contratador da renda da carceragem em 1729.
Manuel Pinto Freitas	Cobrador da contribuição do capitão do mato em 1736.
Manuel Ribeiro	Meirinho geral em 1717; cobrador da renda do ver em 1717.
Manuel Ribeiro	Juiz dos alfaiates em 1721.
Manuel Ribeiro Filgueiras	Contratador da renda da meia pataca em 1722, 1725 e 1728.
Manuel Rodrigues Caldas	Escrivão da almotaçaria em 1712.
Manuel Rodrigues Coelho	Tesoureiro da câmara em 1719, 1720 e 1721; procurador da câmara em 1721; almotacé em 1722; indicado para tesoureiro da Fazenda Real em 1722; provedor do real donativo em 1721; juiz ordinário em 1731 e 1733.
Manuel Rodrigues Lisboa	Contratador da renda da carceragem em 1726.
Manuel Rodrigues Meireles	Almotacé em 1719.
Manuel Rodrigues Velho	Contratador de obra pública em 1727, 1728 e 1729.
Manuel Soares Malta	Juiz dos ferreiros em 1734.
Manuel Tavares	Cobrador de finta em 1712.
Manuel Teixeira	Juiz dos sapateiros em 1732.
Manuel Teixeira da Mota	Almotacé em 1735.
Manuel Teixeira de Carvalho	Almotacé em 1712.
Manuel Vaz Fagundes	Tabelião em 1732.
Manuel Vicente	Tabelião em 1714.
Manuel Vicente Neves	Almotacé em 1715; provedor dos quintos em 1717.
Marcos de Souza Silva	Cobrador da contribuição do capitão do mato em 1736.
Marcos P.	Juiz dos sapateiros em 1721 e 1724.
Martinho Lopes Chaves	Almotacé em 1716.
Martinho Pinto de Castro	Almotacé em 1733.
Martinho Ribeiro Dias	Almotacé em 1733; vereador em 1734.
Mateus Pereira Lima	Procurador da câmara em 1731.
Mateus Rodrigues Gularte	Provedor dos quintos em 1717 e 1718.
Matias Álvares	Alcaide em 1716; cobrador da renda do ver em 1716.
Matias Ferreira de Aguiar	Cabo de rondas em 1720.
Matias Henrique	Juiz dos carpinteiros em 1719.
Miguel Barbosa Souto Maior	Almotacé em 1720.
Miguel Cardoso de Oliveira	Almotacé em 1717.
Miguel de Andrade Ferreira	Escrivão da câmara em 1715, 1716, 1717 e 1718; almotacé em 1718.
Miguel Dias de Souza	Vereador em 1730.
Miguel Dias dos Reis	Almotacé em 1723.

Nazário Carvalho de Azevedo	Procurador da câmara em 1727.
Nicolau Carvalho de Azevedo	Provedor dos quintos em 1717 e 1718; almotacé em 1724; vereador em 1728; juiz ordinário em 1729 e 1736.
Nicolau de Barros Costa	Cabo de rondas em 1720.
Nicolau de Freitas Pacheco	Procurador da câmara em 1722; vereador em 1727 e 1731; juiz ordinário em 1734.
Nicolau de Siqueira Lapa	Procurador da câmara em 1734.
P. da Silva Teixeira	Provedor dos quintos em 1717 e 1718.
P. das Neves	Juiz dos alfaiates em 1724.
Pantaleão das Neves	Escrivão dos sapateiros em 1716.
Pascoal da Silva Guimarães	Juiz ordinário em 1719; procurador para junta em 1719.
Paulo Borges	Provedor dos quintos em 1715; almotacé em 1716.
Paulo Martins da Gama	Almotacé em 1712 e 1714; juiz ordinário em 1713 e 1715; procurador para junta em 1714, 1715, 1717 e 1718.
Pedro Annes Souto	Escrivão de vintena em 1736.
Pedro Clemente	Indicado para tesoureiro da Casa de Fundição em 1734; tesoureiro dos órfãos em 1736.
Pedro da Costa Freitas	Juiz de vintena em 1736.
Pedro da Rocha Abreu	Vereador em 1723; juiz ordinário em 1724.
Pedro da Rocha Gândavo	Vereador em 1713; almotacé em 1714; juiz ordinário em 1715; procurador para junta em 1715 e 1716; provedor dos quintos em 1718.
Pedro da Silva	Provedor dos quintos em 1715.
Pedro de Barros	Partidor dos órfãos em 1720.
Pedro de Barros Coelho	Almotacé em 1723.
Pedro Gomes	Escrivão dos sapateiros em 1733; juiz dos sapateiros em 1734.
Pedro Gomes	Almotacé em 1733.
Pedro Guimarães	Escrivão dos sapateiros em 1732.
Rafael Pereira Brandão	Indicado para tesoureiro da Casa de Fundição em 1734.
Rafael Vaz da Silva Tilado	Almotacé em 1714; provedor dos quintos em 1717.
Rodrigo da Rocha	Almotacé em 1734; cobrador da contribuição do capitão do mato em 1736.
Salvador de Seixas Serqueira	Escrivão da câmara em 1726, 1727, 1728 e 1729.
Santos Martins	Almotacé em 1712; juiz ordinário em 1720 (não assumiu).
Sebastião Barbosa Prado	Almotacé em 1711; provedor dos quintos em 1718; juiz ordinário em 1725 (substituto).
Sebastião Carlos Leitão	Procurador para junta em 1713, 1715 e 1719; provedor dos quintos em 1718.

Sebastião de Freitas	Almotacé em 1712.
Sebastião de Matos Carvalho	Almotacé em 1718.
Sebastião Mosqueira	Partidor dos órfãos em 1715; almotacé em 1720.
Sebastião Sanches da Silva	Almotacé em 1736.
Serafim Gonçalves	Cobrador da contribuição do capitão do mato em 1735 e 1736.
Silvestre Rodrigues	Escrivão dos sapateiros em 1735.
Simão da Cunha	Provedor dos quintos em 1715 e 1716.
Simão de Almeida Costa	Almotacé em 1723; provedor dos quintos em 1724.
Simão Soares Braga	Cobrador da contribuição do capitão do mato em 1736.
Tentura Bora Velho	Tesoureiro da câmara em 1721.
Teodoro Lopes Falcão Pereira	Procurador em Lisboa em 1734, 1735 e 1736.
Tomás da Silveira Miranda	Escrivão da almotaçaria em 1726; cobrador da renda do ver em 1726; escrevão de vintena em 1736.
Tomás Gomes de Figueiredo	Almotacé em 1735.
Tomé de Andrade Freire	Provedor dos quintos em 1718.
Tomé Ferreira Cruz	Partidor dos órfãos em 1720; vereador em 1731 e 1732; escrevão dos órfãos em 1732; almotacé em 1735.
Tomé Moreira de Araújo	Almotacé em 1733.
Torquato Teixeira de Carvalho	Tesoureiro dos quintos em 1714.
Valentim Gomes Ribeiro	Almotacé em 1732 e 1735; cobrador da contribuição do capitão do mato em 1735.
Valentim Nunes de Souza	Escrivão da câmara em 1729, 1730, 1731 e 1732.
Valério Pinto	Provedor dos quintos em 1715.
Veloso João Domingues	Almotacé em 1715.
Ventura Ferreira Vivaz	Almotacé em 1711 e 1715; procurador da Câmara em 1712; juiz ordinário em 1714; procurador para Junta em 1713 e 1715.
Ventura Rodrigues Velho	Indicado para tesoureiro da Casa de Fundição em 1734.
Vitoriano Gomes Pimenta	Tesoureiro da câmara em 1734 e 1735.

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. APM, CMOP 6, 9, 12, 13, 21, 28, 34, 35 e 36.

ANEXO 2 - LISTA DE OUVIDORES DA COMARCA DE VILA RICA, 1711 ATÉ 1736

ouvidor	Nomeação	Mandatos (datas aproximadas)
Manuel da Costa Amorim	Rei	De 1711 até 1716
Manuel Mosqueira da Rosa	Rei	De 1716 até 1719
Martinho Vieira	Rei	De 1/7/1719 até 8/7/1720
João Domingues de Carvalho *	Governador	De 8/7/1720 até 6/11/1720
Martinho Vieira	Governador	6/11/1720 até 21/8/1721
João Lopes Loureiro	Rei	Faleceu antes da posse prevista para 21/8/1721.
Belchior dos Reis de Melo *	Governador	De 21/8/1721 até 1722
Antônio Berquo del Rio	Governador	De 1722 até 21/10/1724
João Pacheco Pereira	Rei	De 21/10/1724 até 1728 ou 1729
João de Azevedo Barros	Rei	De 1728 ou 1729 até 10/8/1731
Sebastião de Souza Machado	Rei	De 10/8/1731 até 28/3/1734
Fernando Leite Lobo	Rei	De 28/3/1734 em diante

* Eram juízes ordinários em Vila Rica e assumiram por impossibilidade do ouvidor anterior.

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. APM, CMOP 6, 9, 12, 13, 21, 28, 34, 35 e 36.

ANEXO 3 - LISTA DE OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711 ATÉ 1736

Observações:

Há um levantamento feito em 2004, que integra a publicação “Memorial Histórico-Político da Câmara Municipal de Ouro Preto”, em que se apresenta uma lista dos quadros dirigentes da instituição desde 1711 até 2004. Há, contudo, divergências entre informações que encontramos na documentação com alguns dados desta lista anterior (nos anos de 1712, 1714, 1716, 1717, 1718, 1720, 1724 e 1730), nem sempre pontuais. Em função disso, acrescentamos este anexo, mais detalhado, que aprimora a lista anterior.

Advertências:

- 1) As patentes e distinções que acompanham os nomes foram lançadas de acordo com os registros nos referidos anos. Portanto, é possível que a patente mude para o mesmo sujeito em anos distintos, por ascensão na hierarquia militar, ou ainda por equívoco nos registros, como citações de patentes equivocadas ou ignoradas pelos escrivães.
- 2) Há, após o nome dos oficiais, algumas indicações possíveis para alterações nos mandatos: deixação (d), quando o indivíduo não chega a assumir a função; barrete (b), quando têm-se certeza que o indivíduo é substituto por eleição; saiu (s), quando, durante o mandato, o indivíduo deixa a função; entrou (e), quando não se tem dúvida se o substituto foi indicado ou eleito por barrete; elevado (el), quando um procurador substitui um juiz ordinário ou vereador, ou quando um vereador substitui um juiz ordinário; faleceu (f), quando o indivíduo morre no exercício da função.

1711 (6 indivíduos)	1712 (6 indivíduos)
<i>Juízes ordinários:</i>	<i>Juízes ordinários:</i>
Coronel José Gomes de Melo	Capitão Manuel de Figueiredo Mascarenhas
Fernando da Fonseca e Sá	José de Lemos e Moraes
<i>Vereadores:</i>	<i>Vereadores:</i>
Manuel de Figueiredo Mascarenhas	Capitão Manuel de Almeida Costa
Antônio de Faria Pimentel	Capitão Domingos Rodrigues Raposo
Félix de Gusmão Mendonça Bueno	Manuel Fernandes de Azevedo
<i>Procurador:</i>	<i>Procurador:</i>
Capitão Manuel de Almeida Costa	Ventura Ferreira Vivaz

1713 (8 indivíduos)	1714 (6 indivíduos)
<i>Juízes ordinários:</i> Capitão Francisco Leme da Silva Paulo Martins da Gama	<i>Juízes ordinários:</i> Capitão Ventura Ferreira Vivaz Manuel Antunes de Azevedo
<i>Vereadores:</i> Capitão Francisco Alves Corrêa Pedro da Rocha Gândavo Capitão Manuel Corrêa Pereira	<i>Vereadores:</i> Domingos Francisco de Oliveira Capitão Francisco Maciel da Costa Manuel Gomes da Silva
<i>Procurador:</i> Estevão de Almeida	<i>Procurador:</i> Antônio Martins Lessa
1715 (6 indivíduos)	1716 (9 indivíduos)
<i>Juízes ordinários:</i> Capitão Paulo Martins da Gama Pedro da Rocha Gândavo	<i>Juízes ordinários:</i> Sargento-mor João Carvalho da Silva (d) Sargento-mor Manuel Dias de Menezes (b) Capitão Leonel da Gama (d) Sargento-mor Francisco Viegas Barbosa (b)
<i>Vereadores:</i> Francisco Viegas Barbosa Sargento-mor Manuel Dias de Menezes Capitão Francisco da Costa de Oliveira	<i>Vereadores:</i> Guarda-mor Antônio Alves de Magalhães (d) Manuel Gomes da Silva (b) Capitão Domingos de Araújo Dantas Tenente-coronel João Pinto da Silva
<i>Procurador:</i> Capitão Manuel Martins Lopes	<i>Procurador:</i> José Luiz Sol
1717 (8 indivíduos)	1718 (10 indivíduos)
<i>Juízes ordinários:</i> Sargento-mor Manuel Dias de Menezes Sargento-mor Francisco Viegas Barbosa	<i>Juízes ordinários:</i> Sargento-mor Manuel Dias de Menezes (s) Sargento-mor Manuel Gomes da Silva (e) (s) Capitão Manuel de Matos Fragoso (el) Sargento-mor Francisco Viegas Barbosa (s)
<i>Vereadores:</i> Sargento-mor Manuel Gomes da Silva Capitão Domingos de Araújo Dantas (s) Capitão Manuel de Matos Fragoso (e) Tenente-coronel João Pinto da Silva	<i>Vereadores:</i> Sargento-mor Manuel Gomes da Silva (el) Capitão Francisco da Costa de Oliveira (e) Capitão Manuel de Matos Fragoso (el) Tenente-coronel João Pinto da Silva (s) Capitão Domingos Francisco de Oliveira (e)
<i>Procurador:</i> Sargento-mor José Luiz Sol (s) Sargento-mor Antônio Martins Lessa (e)	<i>Procurador:</i> Sargento-mor Antônio Martins Lessa

1719 (6 indivíduos)	1720 (8 indivíduos)
<i>Juízes ordinários:</i> Mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães Coronel João Antunes Colaço	<i>Juízes ordinários:</i> João Domingues de Carvalho Santos Martins (d) João da Silva Guimarães (b) (s) Manuel da Costa Reis (e)
<i>Vereadores:</i> Sargento-mor Manuel de Souza Serqueira Sargento-mor Bento Félix da Cunha Capitão Antônio Ramos dos Reis	<i>Vereadores:</i> Capitão Francisco Peixoto da Silva Capitão Domingos de Souza Braga Capitão Gaspar Gonçalves Ribeiro
<i>Procurador:</i> Capitão Antônio da Costa Gouvêa	<i>Procurador:</i> Manuel Coelho Neto
1721 (6 indivíduos)	1722 (6 indivíduos)
<i>Juízes ordinários:</i> Sargento-mor Belchior dos Reis de Melo Sargento-mor Manuel Gomes da Silva	<i>Juízes ordinários:</i> Sargento-mor Antônio Martins Lessa José Monteiro Santiago
<i>Vereadores:</i> Alferes Domingos Moreira Fernandes João Gonçalves Batista Capitão Manuel da Silva Fonseca	<i>Vereadores:</i> João de Souza Lobo Manuel Ferreira Agrelos Baltazar Fernandes Sarzedas
<i>Procurador:</i> Manuel Rodrigues Coelho	<i>Procurador:</i> Nicolau de Freitas Pacheco
1723 (6 indivíduos)	1724 (6 indivíduos)
<i>Juízes ordinários:</i> Capitão Domingos Francisco de Oliveira Manuel de Andrade	<i>Juízes ordinários:</i> Pedro da Rosa Abreu Capitão Domingos de Souza Braga
<i>Vereadores:</i> Manuel de Melo Horta Capitão Francisco da Costa de Oliveira Pedro da Rosa Abreu	<i>Vereadores:</i> Doutor Francisco Rodrigues da Fonseca Lourenço Pereira da Silva Domingos Coelho Pereira
<i>Procurador:</i> Alferes Domingos de Abreu Lisboa	<i>Procurador:</i> José de Almeida Machado

1725 (7 indivíduos)	1726 (6 indivíduos)
<i>Juízes ordinários:</i> Capitão Domingos Francisco de Oliveira Capitão Antônio Ramos dos Reis (d) Capitão Sebastião Barbosa Prado (b)	<i>Juízes ordinários:</i> Capitão Francisco da Costa de Oliveira João Gonçalves Batista
<i>Vereadores:</i> José de Almeida Cardoso José Teixeira de Souza Capitão Domingos da Rocha Ferreira	<i>Vereadores:</i> Francisco de Almeida Brito Capitão Manuel Coelho Neto Francisco da Silva Machado
<i>Procurador:</i> Caetano da Rocha	<i>Procurador:</i> Capitão Frutuoso Barbosa Barreiros
1727 (6 indivíduos)	1728 (6 indivíduos)
<i>Juízes ordinários:</i> Capitão João de Souza Lobo Manuel Ferreira Agrelos	<i>Juízes ordinários:</i> Coronel Caetano Alves de Araújo Capitão Domingos de Souza Braga
<i>Vereadores:</i> Nicolau de Freitas Pacheco Coronel Caetano Alves de Araújo Antônio de Araújo Guimarães	<i>Vereadores:</i> Sargento-mor Nicolau Carvalho de Azevedo Capitão Antônio Pimenta da Costa Custódio Machado de Lima
<i>Procurador:</i> Nazário Carvalho de Azevedo	<i>Procurador:</i> Francisco Rodrigues Gondim
1729 (8 indivíduos)	1730 (6 indivíduos)
<i>Juízes ordinários:</i> Capitão-mor Domingos Moreira Fernandes Capitão-mor Nicolau Carvalho de Azevedo (s) Sargento-mor Lourenço Pereira de Oliveira (el)	<i>Juízes ordinários:</i> Capitão-mor Domingos da Rocha Ferreira Manuel Ferreira Agrelos
<i>Vereadores:</i> Antônio de Araújo Guimarães (d) Sargento-mor Lourenço Pereira de Oliveira (b) (el) Tenente Luiz Soares Meireles Sargento-mor Manuel da Rocha Braga	<i>Vereadores:</i> José da Silva Araújo João de Melo Fernando Miguel Dias de Souza
<i>Procurador:</i> Manuel Mateus Tinoco	<i>Procurador:</i> Manuel de Freitas Ferreira

1731 (6 indivíduos)	1732 (6 indivíduos)
<i>Juízes ordinários:</i>	<i>Juízes ordinários:</i>
Manuel Rodrigues Coelho	Coronel Manuel Ferreira Agrelos
Luiz de Figueiredo Leitão	Sargento-mor Manuel de Freitas Ferreira
<i>Vereadores:</i>	<i>Vereadores:</i>
Tomé Ferreira Cruz	Manuel Moreira de Meireles
Nicolau de Freitas Pacheco	Tomé Ferreira Cruz
Luiz José Ferreira de Gouvêa	Antônio Dias da Costa
<i>Procurador:</i>	<i>Procurador:</i>
Mateus Pereira Lima	João Francisco do Couto

1733 (6 indivíduos)	1734 (6 indivíduos)
<i>Juízes ordinários:</i>	<i>Juízes ordinários:</i>
Manuel Rodrigues Coelho	Capitão Domingos Francisco de Oliveira
Capitão-mor Domingos da Rocha Ferreira	Nicolau de Freitas Pacheco (f)
<i>Vereadores:</i>	<i>Vereadores:</i>
Francisco Marques da Silva Rebelo	Capitão Martinho Ribeiro Dias
Gregório de Matos Lobo	Domingos Francisco dos Reis
Domingos Coelho Pereira	Antônio da Silva Porto
<i>Procurador:</i>	<i>Procurador:</i>
Francisco Ferreira Velho	Nicolau de Siqueira Lapa

1735 (6 indivíduos)	1736 (6 indivíduos)
<i>Juízes ordinários:</i>	<i>Juízes ordinários:</i>
Sargento-mor Domingos de Abreu Lisboa	Sargento-mor Lourenço Pereira da Silva
Capitão Fernando da Mata	Capitão-mor Nicolau Carvalho de Azevedo
<i>Vereadores:</i>	<i>Vereadores:</i>
Luiz de Souza Castro	André Álvares Rainho
Manuel de Souza Pereira	Capitão José Teixeira da Silva
João Antunes Pereira	Tenente-coronel José da Silva Araújo
<i>Procurador:</i>	<i>Procurador:</i>
Estevão de Souza Sandoval	Capitão Francisco da Silva Neto

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. APM, CMOP 6, 9, 12, 13, 21, 28, 34, 35 e 36.

ANEXO 4 - LISTA DE ESCRIVÃES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711 ATÉ 1736

Nome	Período	Nomeação	Outras funções
Jorge da Fonseca Freire	21/7/1711 - 2/1/1714	Rei	-
Bento Cabral Deça	3/1/1714 - 25/1/1715	Governador	Procurador para junta em 1715.
Miguel de Andrade Ferreira	26/1/1715 - 22/4/1718	Rei	Almotacé em 1718.
José Corrêa Lima	23/4/1718 - 10/10/1719	Governador	-
Hilário Antônio de Araújo	11/10/1719 - 12/7/1720	Governador	-
José Corrêa Lima	13/7/1720 - 6/9/1720	Governador	-
Jerônimo de Castro e Souza	7/9/1720 - 10/9/1721	Rei	Almotacé em 1722.
José da Silveira Miranda	11/9/1721 - 1726	Rei	-
Salvador de Seixas Serqueira	1726 - 1729	Rei	-
Valentim Nunes de Souza	1729 - 1732	Rei	-
Antônio Falcão Pereira	19/4/1732 - 1736	Rei	-

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. APM. CMOP 6, 9, 12, 13, 21, 28, 34, 35 e 36.

ANEXO 5 - LISTA DE TESOUREIROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711 ATÉ 1736

Nome	Período	Outras funções
Manuel de Melo e Horta	1712	Almotacé em 1712; provedor dos quintos em 1717 e 1718; vereador em 1723.
Francisco da Costa Rios	1712 e 1714	Almotacé em 1714.
João Veloso de Carvalho	1713	Cobrador de finta em 1712; tesoureiro dos órfãos em 1715; tesoureiro dos quintos em 1715; provedor dos quintos em 1718.
Francisco de Almeida Brito	1715	Cobrador de finta em 1712; tesoureiro dos quintos em 1714; tesoureiro dos órfãos em 1718; indicado para tesoureiro da Fazenda Real em 1722; almotacé em 1723; vereador em 1726.
João Sales de Carvalho	1716 até 1718	-
Manuel Rodrigues Coelho	1719 e 1720	Procurador da câmara em 1721; almotacé em 1722; Indicado para tesoureiro da Fazenda Real em 1722; provedor do real donativo em 1721; juiz ordinário em 1731 e 1733.
Tentura Bora Velho	1721	-
Francisco Rodrigues da Fonseca	1724	Síndico em 1721 e 1722; vereador em 1724.
Carlos de Abreu	1725	Tabelião em 1727.
Manuel Ferreira de Macedo	1726 até 1730	-
Gregório de Matos Lobo	1732 e 1735	Almotacé em 1732; vereador em 1733.
Manuel Dias Corrêa	1733	-
Vitoriano Gomes Pimenta	1734 e 1735	-
João da Mota Lima	1735 e 1736	Almotacé em 1732; cobrador da renda do ver em 1735.

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. APM, CMOP 6, 9, 12, 13, 21, 28, 34, 35 e 36.

Obs.: Não foi possível identificar o tesoureiro da Câmara em 1711, 1722, 1723 e 1731.

ANEXO 6 - LISTA DE ALMOTACÉS DE VILA RICA, 1711 ATÉ 1736

1711 (6 indivíduos)	1712 (12 indivíduos)
Antônio Barbalho Bezerra	Arcanjo Martins Vieira
Francisco da Costa de Oliveira	Domingos Francisco de Oliveira
Luiz de Almeida	João Pinto da Silva
Manuel Fernandes de Azevedo	José Duarte
Sebastião Barbosa Prado	José Luiz Sol
Ventura Ferreira Vivaz	Manuel Corrêa Pereira
	Manuel de Melo e Horta
	Manuel Martins Lopes
	Manuel Teixeira de Carvalho
	Paulo Martins da Gama
	Santos Martins
	Sebastião de Freitas
1713 (11 indivíduos)	1714 (12 indivíduos)
Manuel Martins Carneiro	Estevão de Almeida
Antônio Martins Lessa	Francisco da Costa Rios
Antônio Ramos dos Reis	Francisco da Costa Taveira
Bartolomeu Fialho	Francisco da Silva Neto
Bartolomeu Marques de Brito	José da Costa Freitas
Belchior Nogueira	Manuel Álvares de Oliveira
Domingos de Araújo Dantas	Manuel Corrêa Pereira
Domingos Fernandes de Brito	Manuel de Sá Casado
Estevão Ferreira de Moraes	Manuel Dias de Menezes
Francisco da Silva Neto	Paulo Martins da Gama
Manuel Gomes da Silva	Pedro da Rocha Gândavo
	Rafael Vaz da Silva Tilado

1715 (9 indivíduos)	1716 (5 indivíduos)
Antônio Gomes da Silva	Antônio Antunes Franquilha
Bento Félix da Cunha	Antônio de Moura
Francisco Maciel da Costa	João da Silva Guimarães
Manuel Antunes de Azevedo	Martinho Lopes Chaves
Manuel de Souza Serqueira	Paulo Borges
Manuel dos Santos Braga	
Manuel Vicente Neves	
Veloso João Domingues	
Ventura Ferreira Vivaz	
1717 (11 indivíduos)	1718 (11 indivíduos)
Bartolomeu Rodrigues Pereira	Miguel de Andrade Ferreira
Caetano Alves de Araújo	Antônio Ribeiro Franco
Domingos Moreira Fernandes	Belchior dos Reis de Melo
Domingos Rodrigues Neves	Francisco Peixoto Pinto
Francisco da Silva Machado	João Antunes Colaço
João de Souza Lobo	João Machado de Oliveira
João Pires Duarte	José Simões Rosa
Luiz Leitão Soares	José Soares da Silva
Luiz Soares de Meireles	Manuel da Cruz Ferreira
Manuel Coelho	Manuel da Silva Rosa
Miguel Cardoso de Oliveira	Sebastião de Matos Carvalho
1719 (12 indivíduos)	1720 (6 indivíduos)
Antônio Azevedo Machado	Antônio de Abreu Souza
Baltasar Fernandes Sarzedas	Antonio Paes Chaves
Bernardo de Almeida Silva	João Gonçalves Batista
Custódio da Silva	João Teixeira de Souza
Domingos Borges da Costa	Miguel Barbosa Souto Maior
Domingos Coelho Pereira	Sebastião Mosqueira
Domingos de Souza Braga	
Domingos Valente Barros	
José Gomes da Silva	
José Martins de Carvalho	
Manuel Ferreira Agrelos	
Manuel Rodrigues Meireles	

1721 (8 indivíduos)	1722 (11 indivíduos)
Alexandre Gomes	João Gonçalves Batista
Baltasar Fernandes Sarzedas	Antônio da Silva Brito
Cosme Martins	Domingos Moreira Fernandes
Domingos de Abreu Lisboa	Francisco da Costa de Oliveira
Domingos de Souza Braga	Francisco da Silva Neto
João dos Reis	Francisco Leite de Brito
João dos Santos Braga	Jerônimo de Castro e Souza
João Monteiro Santiago	José Pires Viana
	Manuel Corrêa da Silva
	Manuel da Silva Fonseca
	Manuel Rodrigues Coelho
1723 (8 indivíduos)	1724 (10 indivíduos)
Caetano Francisco Braga	Bento Corrêa de Melo
Domingos A.	Antônio Ramos dos Reis
Domingos Corrêa Neto	Caetano da Rocha
Francisco de Almeida Brito	Domingos Francisco de Oliveira
José de Almeida Machado	Francisco de Almeida Pinto
Miguel Dias dos Reis	Frutuoso Barbosa Barreiros
Pedro de Barros Coelho	João Batista de Araújo
Simão de Almeida Costa	João Gonçalves de Araújo
	Manuel Mendes
	Nicolau Carvalho de Azevedo
1725 (8 indivíduos)	1732 (12 indivíduos)
Antônio Teixeira P.	Antônio de Oliveira Barros
Antônio A. L.	Gregório de Matos Lobo
Antônio da Costa Ribeiro	João da Mota Lima
Antônio Gomes da Silva	João Gonçalves Guimarães
Domingos Coelho Pereira	João Rodrigues de Souza
João Teixeira da Silva	José Cardoso de Almeida
José de Almeida Machado	José de Araújo Corrêa
Manuel Gonçalves Z.	José de Azevedo Souza
	José dos Santos Silva
	José Francisco de Lacerda
	Manuel da Costa Guimarães
	Valentim Gomes Ribeiro

Obs.: Em virtude da falta das atas relativas aos anos de 1726, 1727, 1728, 1729, 1730 e 1731, não foi possível listar os almotacés deste período.

1733 (13 indivíduos)	1734 (9 indivíduos)
Antônio Pereira da Silva	[?] de Aquino
Antônio Pereira Ramalho	Antônio Teixeira Souto
Domingos Francisco dos Reis	João Lopes Ferreira
Fernando da Mata	João Rodrigues de Amorim
Francisco Borges	José da Costa Rabelo
Francisco da Silva Colaço	Manuel da Silva Couto
Francisco Ferreira da Silva	Manuel de Oliveira Campos
João de Siqueira Lima	Manuel Palhares
João Rocha de Souza	Rodrigo da Rocha
Martinho Pinto de Castro	
Martinho Ribeiro Dias	
Pedro Gomes	
Tomé Moreira de Araújo	
1735 (8 indivíduos)	1736 (8 indivíduos)
João de Sá Costa	André de Figueiredo Silveira
João de Souza Silva	Custódio Pinheiro da Silva
Lourenço de Sampaio	Diogo Duarte Teixeira
Manuel Palhares	Estevão de Souza Sandoval
Manuel Teixeira da Mota	José Corrêa Maia
Tomás Gomes de Figueiredo	Manuel Borges Brito
Tome Ferreira Cruz	Manuel Francisco
Valentim Gomes Ribeiro	Sebastião Sanches da Silva

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. APM, CMOP 6, 9, 12, 13, 21, 28, 34, 35 e 36.

ANEXO 7 - LISTA DE ESCRIVÃES DA ALMOTAÇARIA DE VILA RICA, 1711 ATÉ 1736

Nome	Período	Outras funções
Manuel Rodrigues Caldas	1712	-
Francisco Pinheiro da Cruz	1712, 1713 e 1714	Porteiro em 1713.
Frutuoso Barbosa Barreiros	1715 e 1716	Cobrador da renda do ver em 1715 e 1716; almotacé em 1724; procurador da câmara em 1726.
Antônio Ferraz	1720	-
Manuel Ferraz de Souza	1721 e 1722	Cobrador da renda do ver em 1721 e 1722.
Antônio Coelho de Barros	1722 e 1729	Cobrador da renda do ver em 1722 e 1729; provedor do Real Donativo em 1732.
Antônio de Freitas Neves	1723	-
Tomás da Silveira Miranda	1726	Cobrador da renda do ver em 1726; escrivão de vintena em 1736.
João Rodrigues de Souza	1726, 1727 e 1728	Cobrador da renda do ver em 1726; almotacé em 1732; cobrador da contribuição do capitão do mato em 1736.
José Gonçalves da Costa	1734 e 1735	-

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. APM. CMOP 6, 9, 12, 13, 21, 28, 34, 35 e 36.

**ANEXO 8 - LISTA DE REPRESENTANTES DOS OFÍCIOS MECÂNICOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA
RICA, 1711 ATÉ 1736**

Advertências:

- 1) Há, para alguns anos, principalmente a partir da década de 1730, nomeação de mais de um Juiz. Em alguns casos pode ter havido desligamento do primeiro e uma nova nomeação do segundo, em outros pode ter havido mais de um Juiz por ofício.
- 2) Há algumas lacunas na documentação. Em 1711 e 1712 não houve representantes de ofícios mecânicos. Não encontramos justificativa para as lacunas em 1720 e 1723. Para os anos de 1726 até 1731 há poucos dados em função da falta de atas.

Representantes dos sapateiros

Ano	Nome e função
1713	José Ribeiro (juiz)
1714	Antônio da Costa Maciel (juiz)
1715	José Rodrigues (juiz)
1716	José de Oliveira (juiz) Pantaleão das Neves (escrivão)
1717	Manuel Machado (juiz)
1718	Manuel da Mota (juiz)
1719	Luiz Vieira (juiz)
1721	Marcos P. (juiz) Manuel da Mota (juiz) Francisco Ferreira (escrivão)
1722	João A. (escrivão)
1724	Marcos P. (juiz) Manuel do Couto (escrivão)
1725	Alermo da Silva (escrivão)
1726	José da Silveira (juiz) Bartolomeu Brandão (escrivão)
1732	Estevão Rodrigues (juiz) Manuel Teixeira (juiz) Pedro Guimarães (escrivão)
1733	Estevão Rodrigues (juiz) Pedro Gomes (escrivão)

1734	Pedro Gomes (juiz) Constantino Corrêa (escrivão)
1735	Francisco de Souza (juiz) Manuel Antônio (juiz) Silvestre Rodrigues (escrivão)
1736	Francisco de Souza (juiz) Manuel Antônio (juiz) Manuel de Castro (escrivão)

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. APM, CMOP 6, 9, 12, 13, 21, 28, 34, 35 e 36.

Representantes dos alfaiates

Ano	Nome e função
1713	João Francisco (juiz)
1714	Inácio de Souza (juiz)
1715	João Francisco (juiz)
1716	Manuel Gonçalves Gomes (juiz)
1717	José Alferes (juiz)
1718	Manuel de Freitas (juiz)
1719	Manuel Gonçalves Gomes (juiz)
1721	Manuel Ribeiro (juiz) Antônio João (escrivão)
1722	Antônio Álvares (juiz) Antônio M. (escrivão)
1724	P. das Neves (juiz) Manuel M. (escrivão)
1726	Manuel Marques (juiz) Manuel da Costa (escrivão)
1732	Antônio Martins Brandi (juiz) Gabriel da Silva (juiz) José da Mota (escrivão)
1733	Antônio de Souza (juiz) Bernardo Ribeiro (escrivão)

1734	João Pereira (juiz)
	José da Mota (juiz)
	Antônio de Meireles (escrivão)
1735	Antônio de Meireles (juiz)
	Manuel Marques (juiz)
	Antônio da Costa Sintra (escrivão)
1736	José da Mota (juiz)
	Manuel Francisco (juiz)
	João Francisco (escrivão)

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. APM, CMOP 6, 9, 12, 13, 21, 28, 34, 35 e 36.

Representantes dos carpinteiros

Ano	Nome e função
1713	Manuel Gonçalves Beça (juiz)
1714	Manuel Gonçalves Beça (juiz)
1715	André Álvares (juiz)
1716	Manuel Ferreira da Fonseca (juiz)
1717	Manuel Gomes (juiz)
1718	Manuel Ferreira da Fonseca (juiz)
1719	Matias Henrique (juiz)
1721	Manuel Nunes da Silva (juiz)
	Manuel Ferreira da Fonseca (escrivão)
1722	Joaquim A. (juiz)
	José M. (escrivão)
1724	Estevão Fernandes (escrivão)
1725	Alexandre da Silva (juiz)
1726	João Lopes Quaresma (escrivão)
1732	João Coelho (juiz)
	Manuel Figueiredo Lira (juiz)
	Henrique Ribeiro (escrivão)
1733	Manuel Francisco Lisboa ⁶⁷⁰ (juiz)
	Domingos de Oliveira (escrivão)

⁶⁷⁰ Trata-se do pai de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.

1734	Manuel Francisco Lisboa (juiz) Henrique Ribeiro (escrivão)
1736	Antônio Francisco Pombal (juiz) Manuel Francisco Lisboa (juiz)

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. APM, CMOP 6, 9, 12, 13, 21, 28, 34, 35 e 36.

Representantes dos ferreiros

Ano	Nome e função
1713	Antônio Quaresma (juiz)
1714	Domingos Gonçalves (juiz)
1715	Antônio Quaresma (juiz)
1716	Domingos Gonçalves (juiz)
1717	Luiz Pereira (juiz)
1718	Domingos Gonçalves (juiz)
1719	Francisco de Gouvêa (juiz)
1721	Manuel Francisco (juiz) Domingos de Souza (escrivão)
1722	João C. (juiz) Luiz R. (escrivão)
1724	Bernardo Álvares (juiz) José da Costa (escrivão)
1726	Francisco Nunes (juiz) José da Costa (juiz) Carlos José (escrivão)
1731	Manuel Bento Ferreira (juiz)
1732	Manuel C. (juiz) Manuel de Souza Portugal (escrivão)
1733	João Coelho (juiz) Manuel de Souza Portugal (juiz) Antônio Francisco (escrivão) João Gonçalves Ribeiro (tesoureiro)
1734	Gonçalo Brandão (juiz) Manuel Soares Malta (juiz) Custódio Corrêa (escrivão)

1735	Custódio Corrêa (juiz)
	Manuel de Souza Portugal (juiz)
	João Vieira (escrivão)
1736	João Pereira (juiz)
	Manuel de Abreu (juiz)
	José Soares (escrivão)

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. APM, CMOP 6, 9, 12, 13, 21, 28, 34, 35 e 36.

Outros representantes

Nome	Ano e função
Manuel Fernandes	Juiz dos caldeireiros em 1735.
Luiz Gomes Pessoa	Juiz dos ourives em 1736.
Manuel Henriques	Juiz dos barbeiros em 1730.

Fontes: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. APM, CMOP 6, 9, 12, 13, 21, 28, 34, 35 e 36.